UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

OLHOS DO BARÃO, BOCA DO SERTÃO:

UMA PEQUENA HISTÓRIA DA FOTOGRAFIA E DA CARTOGRAFIA NO NOROESTE DO TERRITÓRIO PAULISTA (DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÈCULO XX)

AIRTON JOSÉ CAVENAGHI

Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Silva

São Paulo

2004



Para Maira,

que com os seus dois anos de idade é a

cartógrafa dos meus rumos atuais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1-Prancha n. 01. In: ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER para o anno de 1907. Rio de Janeiro : Garnier, anno V, p. 174. 1906. (Acervo IEB-USP).____________________p.83

2-Prancha n. 02. MÜLLER, Daniel Pedro. Mappa Corographico da Provincia de São Paulo.(1837) In: TAUNAY, Affonso de E. *Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga*, v. I, São Paulo : Museu Paulista, 1922. (Acervo de Obra Raras FFLCH-USP)____________________p.88

3-Prancha n. 03. COSTA, Rufino José Felizardo e. *Planta da cidade de S. Paulo (...)* – 1810. In: SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [S.l. : s.n.], 1954. (Acervo Biblioteca de História e Geografia: FFLCH-USP).____________________p.94

4-Prancha n. 04. MÜLLER, Daniel Pedro. Itinerario das Estradas. Mapa Impresso : S.Carlos [Campinas] : Polygraphia de Hercules Florence, 1837. In: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo".* São Paulo : Typographia de Costa Silveira, 1838. p. A-244.____________________p.98

5-Prancha n. 05. *Planta da Imperial cidade de São Paulo. Levantada em 1810 pelo Capitão Engenheiros Rufino José Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações. – Lat.Sul.23°, 33', 30" Long. pelo Meridiano da Ilha do Ferro 331°,24', 30".* São Paulo : Impresso, século XIX. In: SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [S.l. : s.n.], 1954.____________________p.101

6- Prancha n. 06. *1842; Carta da capital de São Paulo; O Exmoº Snrº Barão de Caxias mandou executar pelo Engenheiro da Columna José Jacques da Costa Ourique; Fortificador da Capital.* São Paulo : Manuscrito, século XIX. SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [s.l. : s.n.], 1954.(Acervo Biblioteca História e Geografia: FFLCH-USP).____________________p.102

7- Prancha 06-A. MÜLLER, Daniel Pedro. *Traçado da estrada nova que vai da vila de São Paulo a Pinheiros*. Mapa manuscrito c.a. 1835-1840. Acervo Arquivo do Estado –SP. In: SÃO PAULO: onde está sua História. São Paulo : MASP, 1981.p.52____________________p.107

8- Prancha n. 07. *Paredão do Piques, Ladeiras da Consolação e da Rua da Palha (Hoje Rua 7 de Abril.) - 1862.* AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887).* São Paulo : [s.n.], 1887. p. 48. Fotografia albuminada. (Acervo Arquivo do Estado - SP).____________________p.109

9- Prancha n. 08. BRIGGS, Frederico Guilherme (atribuição). *Folhinha Nacional Brasileira para o anno de 1837.* Recolhido por: OLINTO, Paulo. A Folhinha Nacional Brasileira para o ano de 1837. *Anuário do Museu Imperial.* Petrópolis -RJ : Ministério da Educação e Saúde, 1945. (Acervo Biblioteca Nacional - RJ).____________________p.112

10- Prancha n. 09. VERGARA, Nicolau Huascar de. Monumentos monumentais da Imperial Cidade de São Paulo. 33 cm x 49,5 cm, litografia. In: *O Polichinelo.* São Paulo, ano 1, n.2, p. 04-05. 23 de abril de 1876. Ed. fac-similar. São Paulo : Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1981.____________________p.115

11- Prancha n.10. VERGARA, Nicolau Huascar de. Eis-me aqui!!!, litografia, 33 cm x 49,5 cm. In: *O Polichinelo.* São Paulo, ano 1, n.1, p. 04-05. 16 de abril de 1876. Ed. Fac-Similar. São Paulo : Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1981.____________________p.117

12- Prancha n. 11. MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. *Cidade do Bananal.* Fotografia Albuminada; sem data; 12,5 cm X 16,3 cm. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP).(Imagem recolhida por James Roberto Silva).____________________p.126

13-Prancha n. 12. *Mappa da região principal da Provincia de São Paulo,* (detalhe). litografia, 23 cm x 42 cm, 1872 - 1876, *Litographia Imperial de Rensburg*. In: PASIN, José Luiz. *O Vale do Paraíba ontem e hoje*. Rio de Janeiro : AC&M, 1988. p. 26-27.____________________p.132

14- Prancha n. 13. MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. Sem Título, Fotografia Albuminada, 19 cm X 25 cm. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva).____________________p.134

15- Prancha n. 14. *Matta virgem na Raiz da Serra da Mantiqueira, Fazenda do Major Novaes, municipio de Cruzeiro.* Sem Data; 12 cm x 16,8 cm. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP). (Imagem recolhida por James Roberto Silva).____________________p.137

16- Prancha n. 15. Sem Título; Sem Data. 11,8 cm X 16,6 cm. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [S.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade). (imagem recolhida por James Roberto Silva).____________________p.139

17-Prancha n. 16. GAENSLY, Guilherme. *Jardim da Praça da República III.* 8,5 cm X 14 cm. Cartão Postal que circulou entre 1905 e 1906 p.141

18-Prancha n.17. FERREZ, Marc. *Província do Paraná: Araucária. 1879.* Fotografia Albuminada. 26,2 cm X 35,4 cm. Recolhido por: FOURNIÉ, Pierre. *Marc Ferrez nas coleções do Quai d'Orsay.* Rio de Janeiro : Contra Capa, 2001. p. 38 p.142

19-Prancha n. 18. *Cidade de Silveiras; Vista da pequena e pittoresca cidade de Silveiras – tomada do morro da chacara do M. Ferreira; Em 29 de Julho de 1867.* 21 cm X 9,5 cm (parte ovalada da imagem). Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mário de Andrade- SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva). p.144

20-Prancha n. 19. *Cidade de Pindamonhangaba; Vista tomada da margem direita do rio Parahyba.* Sem Data; 16,5 cm x 21,5 cm. Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mário de Andrade – SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva). p.147

21- Prancha n. 20. *Cidade de Pindamonhangaba; Jardim Publico.* Sem Data; 16,5 cm X 21,5 cm. Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo.* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mário de Andrade – SP.).(imagem recolhida por James Roberto Silva). p.150

22-Prancha n. 21. *Cidade de Taubaté; Vista tomada do Convento de S. Clara (1855).* 22 cm x 18,5 cm. Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo.* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva). p.153

23- Prancha n. 22. *Vista panorâmica do largo do Convento (...).*Impressão sobre papel. 12 cm X 6,8 cm. Reproduzida de: TOLEDO, Francisco de Paula. *História do Município de Taubaté.* 2. ed. Taubaté : Editora CQ Ltda; Prefeitura Municipal de Taubaté, 1976. (Anexo sem paginação). p.155

24- Prancha n. 23 PALLIÈRE, Armand Julien. Mapas manuscritos das cidades de Pindamonhangaba (abaixo à direita) e Taubaté (acima), 17cm x 11 cm. In: *Mon voyage dans les mines générales (...) le 16 de Juillet de 1821.* Acervo IEB-USP, Manuscrito n.32, coleção Yan de Almeida Prado. p.157

25- Prancha n. 24. LARÊÊ, V. *Carta Topographica da Provincia de São Paulo;* 1847. Litografia, 62 cm x 49,5 cm. (Acervo do Arquivo Militar, Rio de Janeiro). Reproduzido de: *Leituras Cartográficas, históricas e contemporâneas*. São Paulo : MAC/USP; Brasil Connects. 2003. (Catálogo da Exposição). p. 31. p.167

26- Prancha n. 25. ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Provincia de S. Paulo*. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.p. XVII. (Acervo Obras Raras FFLCH-USP). p.170

27-Prancha n. 26. *São Paulo*. 22,5 cm X 31,5 cm. São Paulo : Lith. Jules Martin. In: MARQUES, Abilio A.S. *Indicador de São Paulo:* administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878. São Paulo : Typ. de Jorge Seckler, 1878. p. 256. p.174

28- Prancha n. 27. *Carta da Provincia de S.Paulo.* 32 cm X 21 cm. São Paulo : Lith. de Jules Martin. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878, 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição Fac-Similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. p.208. p.177

29- Prancha n. 28. SILVARES, José Ribeiro da Fonseca. *Provincia de Sapucahy*, 1873. Nanquim sobre papel canson. 75 cm x 50,5 cm. (Acervo Arquivo do Exército - Rio de Janeiro). Reproduzido de: *Leituras Cartográficas, históricas e contemporâneas*. São Paulo : MAC/USP; Brasil Connects. 2003. (Catálogo da Exposição). p. 33. p.181

30- Prancha n. 29. THOMPSON, G.T. *Mappa Topographico da Provincia de São Paulo contendo os caminhos de ferro em trafego, em construcção e em estudos. São Paulo : Imp. Lith. Per. Braga & Cia,* [1875]. In: GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo:* trabalho estatístico, histórico e noticioso. Rio de Janeiro : Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1875. p.110-111. p.189

31- Prancha n. 30. *Capitania de S. Visente.* Acervo do Departamento de Cartografia y Bellas Artes da Real Academia de la Historia de Madri - Espanha. Mapa Manuscrito: ca. séc. XVIII. Reproduzido de: CALENDÁRIO DE 2000. São Paulo : Imprensa Oficial, 2000. (Mês de Outubro). p.194

32- Prancha n. 31. São Paulo: Mapa manuscrito. c.a. século XVIII. Recolhido por: ARRUDA, José Jobson de (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo.(1644-1830).* Bauru-SP : EDUSC; São Paulo : IMESP/FAPESP, 2000. v. 1, p.38. p.199

33- Prancha n. 32. JUZARTE, Teotônio José. *Estampa 1ª. Tem de curso este rio pelas suas voltas desde o porto de Araritaguara até esta paragem chamada de Irmandade, onde jantamos, 4 léguas e meia, como se vê na derrota e a de um outro lado acompanhado de sítios como se vê na estampa em frente 2 verso. [Dia 13 de abril]*. Mapa manuscrito: séc. XVIII. In: *Diário da Navegação*. SOUZA, Jonas Soares de, MAKINO, Miyoko (orgs.). São Paulo : EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2000. (Uspiana – Brasil 500 anos). p.370. p.201

34- Prancha n. 33. São Paulo, região do Rio Atibaia, abrangendo as cidades de Campinas, Jundiaí, Bragança e Atibaia: Mapa Manuscrito, 1825. In: *SÃO PAULO*: onde está sua História. São Paulo : MASP, 1981. p. 54. p.204

35- Prancha n. 34. *Provincia de S. Paulo*. In: CARVALHO, Claudio Lomelino de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro : Lithographia Paulo Robin & Cia., 1882. (colaboração e revisão: MELLO, Francisco I. M. Homem de.).p. XVII. (Acervo P. Bourroul FE/USP). p. 210

36-Prancha n. 35. *Estado de S. Paulo*. In: PINTO, Alfredo Moreira. *Corographia do Brasil*. 5. ed. São Paulo : Alves & Com., 1895. (Acervo P. Bourroul, FE/USP). p.213

37- Prancha n. 36. Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 13. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP); Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 14. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP). p.219

38- Prancha n. 37. Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 15. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP); Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 13. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP). p.220

39-Prancha n. 38. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Largo e Rua de S. Bento – 1887*. Fotografia Albuminada. In: *Album Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887*. p. 05. (Acervo Arquivo do Estado – SP). p.223

40- Prancha n. 39. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Palacio, Secretaria de Governo e Igreja do Collegio (Arrazamento de parte do Convento e reedificação em 1881 pelo Senador Florêncio de Abreu. Ajardinamento em 1886 pelo Senador João Alfredo)* - 1887. Fotografia Albuminada. In: *Album Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887*. p. 11. (Acervo Arquivo do Estado - SP). p.225

41- Prancha n. 40. *Mappa da Provincia de São Paulo*. 1886. Reproduzido de: CALENDÁRIO DE 2000. São Paulo : Imprensa Oficial, 2000. (Mês de Novembro). p.240

42- Prancha n. 41.*Vista Geral da Colonia Portugueza; Nova Louzã; Fundada em 6 de Fevereiro de 1867, pelo Commendador Montenegro*. 5,5 cm x 14,5 cm. Impressão sobre papel. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1880: 5º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. (sem paginação). p. 233

43- Prancha n. 42. *Vista Geral da Colonia Portugueza; Nova Louzã; Fundada em 6 de Fevereiro de 1867, pelo Commendador Montenegro*. Fotografia Albuminada, 8 cm x 21 cm, sem data. In: MELLO, Francisco Ignacio Homem de. (org.). *Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.234

44- Prancha n. 43. *Na Vila de Una, 1 de Novembro de 1884; Homem de Mello*. Esboço cartográfico manuscrito; verso 12ª fotografia. [1884]. In: MELLO, Francisco Ignacio Homem de. (org.). *Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade – SP).(imagem recolhida por James Roberto Silva). p. 235

45- Prancha n. 44. *Cidade de S. Roque; vista tomada da Estação*. Fotografia Albuminada, 22 cm x 30 cm (Tamanho total do Álbum). In: MELLO, Francisco Ignacio Homem de. (org.). *Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.240

46- Prancha n. 45. MELLO, F. I. M. Homem de. Mapa manuscrito, *Perfil do morro de Arassoyaba, tomado de Leste. 18 de Abril de 1876,* [1876]; *Cidade de S. Roque em S. Paulo, tomada da Estação respectiva (...) Estrada de Ferro de Sorocaba e do fundo vê-se a serra de S. Roque. (Recordações de minha viagem á S. Paulo em Abril de 1876).* In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org.) *Provincia de São Paulo.* (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva). p.242

47- Prancha n. 46. *Cidade de Sorocaba.* Fotografia Albuminada: 22 cm x 30 cm (Tamanho da fotografia igual ao tamanho total do Álbum), [1876]. In: MELLO, F.I.M. Homem de.(org.) *Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.244

48-Prancha n. 47. Imagem no verso da fotografia da cidade de Sorocaba. MELLO, F.I.M. Homem de. Mapas Manuscritos [1876]. *Cidade de Sorocaba tomada do Alto do Cemitério; A esquerda vê-se o perfil da Serra de S. Francisco; Lembrança de minha viagem à S. Paulo em Abril de 1876;* (Mapa 1) *Perfil do morro do Jaraguá, tomada de São Paulo, (São Paulo 16 de Abril de 1876);* (Mapa 2) *Minha visita a cachoeira de Votorantim, no rio Sorocaba a 5 Kilometros da cidade de Sorocaba no dia 19 de Abril de 1876. Salto Superior: Altura da queda d'água 3 metros;* (Mapa 3) *Salto de Piracicaba, 14 de Julho de 187.* In: *Provincia de São Paulo.* (Acervo de Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade –SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva). p.245

49- Prancha n. 48. *Tatuhy.* Fotografia Albuminada, 15,5 cm x 23, 5 cm. [sem data]. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org*.). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.247

50- Prancha n. 49. *Povoação do Salto*: *Ponte da Estrada de Ferro D. P. 2º - Rio Parayba; Ponte da Estrada de Rodagem.* Fotografia Albuminada, 12 cm x 16, 5 cm. [sem data]. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org*.). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.252

51- Prancha n. 50. Sem título. Fotografia Albuminada, 24 cm x 18 cm. (sem data). In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org*.). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.254

52- Prancha n. 51. *Cidade de Itatiba: Igreja Matriz em construcção, 1880.* Fotografia Albuminada, 16 cm x 10,3 cm. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org*.). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.258

53- Prancha n. 52. Sem Título. Fotografia Albuminada, 9,5 cm x 13 cm [1877]. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org*.). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva). p.260

54- Prancha n. 53. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Rua da Imperatriz (Antiga do Rosario, lado da Igreja.) – 1887*. In: *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo*: 1862-1887. p. 21. (Acervo Arquivo do Estado – SP). p.263

55- Prancha n. 54. FLEIUSS, Henrique. (atribuição). *Comissão de engenheiros da Campanha de Mato Grosso e Retirada da Laguna (o Visconde de Taunay aparece na foto de pé, ao centro).* Impressão sobre papel, 14,5 cm x 11,2 cm. In: TAUNAY, Visconde de. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo : Melhoramentos, [1946-1948]. p. 164-165. p. 270

56- Prancha n. 55. *Jaboticabal em 1879: reproduzido em 1919; Photo Riberi*. Cartão Postal. Fac-simile circulado entre 1970 -1990. 10,5 cm x 15,5 cm. p. 280

57-Prancha n. 56. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Assembléa Provincial e Camara Municiapal (Antiga Cadeia, reedificada em 1878) – 1887.* Fotografia Albuminada. In: *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862 – 1887*. p. 15. (Acervo Arquivo do Estado – SP). p. 289

58-Prancha n. 57. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Igreja de N. S. dos Remedios e Largo da Assembléa. (Ajardinado em 1881.)- 1887.*Fotografia Albuminada. In*: Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862 –1887*. p. 17. (Acervo Arquivo do Estado – SP). p. 290

59- Prancha n. 58. SAMPAIO, T.; DERBY, O. A. *Carta de Progresso dos trabalhos da Commissão Geographica e Geologica da Provincia de São Paulo*. In: *Exposição com que o Exmo. Snr. Visconde de Parnahyba passou a administração da Provincia de São Paulo ao Exmo. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (...) no dia 19 de novembro de 1887.* São Paulo : Typographia de Jorge Seckler & Comp., 1888. p.18 (Anexo do Relatório da Comissão Geográfica e Geológica). p .295

60- Prancha n. 59. *Amérique Méridionale (sud).* (Detalhe). Mapa impresso, 10 cm x 15 cm. In: SCHRADER, F. *Atlas de Poche*. Paris : Librairie Hachette et Cie, 1897. p. 63. p. 299

61- Prancha n. 60. *South America – Section 2; Section 3.* Mapa Impresso, 7 cm x 11 cm (cada seção). In: BARTHOLOMEW, J. G. *Miniature Atlas e gazetter of the world*. Londres : John Walker & CO., Ltd.,1894.p. 116 - 117. p. 300

62- Prancha n. 61. FRISCH, Alex. *Ponte da E. F Mogyana sobre o Rio Pardo.* Impressão sobre papel. 4,8 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p.07. (Acervo IEB – USP). p. 316

63- Prancha n. 62. FRISCH, Alex. *Rancho de Negro*. Impressão sobre papel. 8,5 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 14 (Acervo IEB – USP). p. 319

64- Prancha n. 63. FRISCH, Alex. *Colonia Italiana (Fazenda Arindiuba)*. Impressão sobre papel. 5 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 15. (Acervo IEB – USP). p.320

65- Prancha n. 64. SACK, Paulo. *Carro de boi*. Impressão sobre papel. 4 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 22. (Acervo IEB – USP). p.324

66- Prancha n. 65. GAENSLY, Guilherme. *São Paulo – Carro de boi.* Cartão Postal Circulado [ca. 1908]. [S.l : s.n.], 8,7 cm x 13, 7 cm. p.325

67- Prancha n. 66. KOENIGSWALD, Gustavo. *Mappa Geral da Viação Ferrea dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes.* (Detalhe). Impressão sobre papel, 1896. Recolhido em: SERÁPHICO, Luiz; SCARANO, Julita; GALANTE, Miguel. (orgs.). *Os caminhos do Brasil*. São Paulo : Ed. Previdenciária, 1978. p. 59. (Acervo MASP). p.328

68- Prancha n. 67. SAMPAIO, Theodoro. *Capitania de São Paulo em 1800*. Mapa impresso, 32 cm x 26 cm. In: SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no Século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo v. VI, p. 159-205. 1902. (Anexo). p.331

69- Prancha n. 68. SAMPAIO, Theodoro. *Estado de São Paulo em 1900*. Mapa impresso, 32 cm x 21,5 cm. In: SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no Século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo v. VI, p. 159-205. 1902 (Anexo). p.332

70- Prancha n. 69. CANTY, Thomaz. *Estrada do Taboado(...)* e *Roçada de dois anos (...)*. Impressão sobre papel. 13 cm x 7,5 cm. In: SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo : Museu Paulista. Tomo XV, p. 375, 1961. p.337

71- Prancha 69-A. STEVAUEX, E. *Carta da Provincia de São Paulo*. Impressão sobre papel; ca. 1896. Acervo: Biblioteca Mario de Andrade. Imagem recolhida por Nilson Ghirardello. Reproduzido em: GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*: formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo : Editora da UNESP, 2002. p. 30. p.341

72- Prancha n. 70. RATH, Artur. *Mappa Geral da Viação Ferrea do Estado de São Paulo*, 1901. Impressão Litográfica: Estabelecimento Graphico V. Steidel & Cia, São Paulo.86 cm x 54 cm. In: PINTO, Adolpho Moreira. *História da Viação Pública de São Paulo*. São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia., 1903. (Anexo). p.342

73- Prancha n. 70-A. RATH, Artur. *Mappa Geral da Viação Ferrea do Estado de São Paulo*, 1901. Impressão Litográfica: Estabelecimento Graphico V. Steidel & Cia, São Paulo.86 cm x 54 cm. In: PINTO, Adolpho Moreira. *História da Viação Pública de São Paulo*. São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia., 1903. (Anexo).(Detalhe da Região Noroeste: *Terrenos Pouco Explorados*). p.343

74- Prancha n. 71. *Carta de Progresso da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo:* 1907. Recolhido por: REGO, Luiz Flores de Moraes. Cartographia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia.* São Paulo : Instituto de Engenharia. n. 120-124, maio. 1936. p.195. p.346

75- Prancha n. 72. *Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil.* Impressão Litográfica, 1908 [S. l. : s. n.], 90 cm x 91 cm. (Acervo: Library of Congress Geography and Map Division, Washington, D.C. 20540-4650.). p.348

76- Prancha n. 73. Região Noroeste do Estado de São Paulo, 1908 (detalhe). In: *Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil.* Impressão Litográfica, 1908, [S. l. : s. n.], 90 cm x 91 cm. (Acervo: Library of Congress Geography and Map Division, Washington, D.C. 20540-4650.). p.350

77- Prancha n. 74. Municipalidade de Planaltina – GO. *Platinópolis: Planalto central do Brasil; Futura capital federal* [S.l. : s.n.], [ca. 1910 –1920]. Impressão sobre papel vegetal, 50 cm x 31, 5 cm. p.354

78- Prancha n. 75. MELLO, F. I. M. Homem de. *Estado de São Paulo, 1909; Gravé por A. Simon – Paris.* Impressão litográfica, 32 cm x 50 cm. In: MELLO, Francisco I. Homem de. *Atlas do Brasil.* Rio de Janeiro : F. Briguiet & Cia., 1909. p.356

79- Prancha n. 76. *Itinerário topográfico da marcha da Força Expedicionária a província de Mato Grosso desde São Paulo até o Coxim compreendendo a estrada que da cabeceira de Boa Vista se dirige à cidade de Campinas pôr Sant'Anna do Parnaíba, São Francisco de Salles, São Bento de Araraquara, e a parte da estrada-geral que do rio Paranaíba se dirige a Cuiabá pela capital de Goiás segundo as observações de d' Alencourt, construído e oferecido ao Governo de S. M. O Imperador pelo Capitão do Estado Maior de 1ª Classe B.el Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, membro da Comissão de Engenheiros junto à Força Expedicionária. 1867.* (detalhe de carta manuscrita, papel sobre tela, nanquim e aquarela, original depositado no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.) Fotografado por Beto Felício. Recolhido por COSTA, Luiz Flávio de C. O caminho de São bento de Araraquara. In: ALMEIDA,A.M.;ZILLY,B.;LIMA,E.N. (orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados.* Rio de Janeiro : MAUAD/FAPERJ, 2001.p.121.________________ p. 368

78- Prancha n. 77. UGOLINO, Ugolini. *Mappa da Villa de São José do Rio Preto.* Cópia Xerográfica de origem desconhecida. 18,5 cm x 23,5 cm [1893]. (Acervo Comdephat: São José do Rio Preto – SP).________________ p.374

79- Prancha n. 78. *Festa realisada em 1904 commemorando a creação da Comarca de Rio Preto.* Impressão sobre papel. 10 cm x 8 cm [ca.1904]. In: LINS, Oiticica F. *Album de Rio Preto 1918-1919.* São Paulo : Secção de Obras d'O Estado de São Paulo. [1918-1919]. p. 18 (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).________________ p.382

80- Prancha n. 79. Sem título. Impressão sobre papel, 5,5 cm x 17 cm. In: LINS, Oiticica F. *Album de Rio Preto 1918-1919.* São Paulo : Secção de Obras d' O Estado de São Paulo. [1918-1919]. p. 06. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).________________ p.383

81- Prancha n. 80. Sem título. Impressão sobre papel, 7 cm x 17 cm. In: LINS, Oiticica F. *Album de Rio Preto 1918-1919.* São Paulo : Secção de Obras d' O Estado de São Paulo. [1918-1919].p. 11. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).________________ p.386

82- Prancha n. 81. Sem título. Impressão sobre papel, 16 cm x 32 cm. In: *Álbum Illustrado da Comarca de Rio Preto*. Abilio Abrunhosa Cavaleiro (org.). São Paulo : Casa Editora Duprat/Mayença. 1927/1929. (original sem paginação). Na edição fac-similar realizada na década de 1980: p.131-132. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).________________ p.387

83- Prancha n. 82. *Rio Preto, 1909.* cópia fotográfica; 8,5 cm x 13,5 cm. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).________________ p.388

84- Prancha n. 83. *Largo da Matriz, Rio Preto, 1 – 10 - 1909.* Dimensões desconhecidas, cópia fotográfica de matriz original. (Acervo Comdephat / Prof. Agostinho Brandi; São José do Rio Preto – SP).________________ p.390

85- Prancha n. 84. *Area urbana – 82 alqs. e 13 des. / Total 440 alqs e 84 des /Escala 1: 4.000" (1ª planta cadastral de Rio preto. levantada em 1911, pelo eng. Ugolino Ugolini, com pequenas alterações feitas, posteriormente, pelo eng. dr. José Bignardi.* Recolhida por: GOMES, Leonardo. *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto*. São Paulo : Gráfica São José, 1975. p.462-463.________________ p.394

RESUMO

Este estudo busca uma interpretação do processo de colonização do interior da Província e do Estado de São Paulo, em especial da sua região Noroeste, da segunda metade do século XIX ao início do século XX, tendo como ponto de partida sua capital. Esta interpretação historiográfica navega pelo conhecimento e exposição de duas fontes documentais centrais: a cartografia e a fotografia. Elabora-se uma análise do material fotográfico recolhido e organizado pelo Barão Homem de Mello, entre 1855 e 1886, em conjunto como o estudo do material cartográfico produzido sobre o território paulista, entre 1837 e 1909, com os quais analisa-se o contexto sociocultural formativo da região. Essa construção analítica baseia-se na fusão desses dois materiais, fotográficos e cartográficos, e busca elaborar um textual histórico sobre a sociedade paulista na época, além de resgatar um documental pouco usual para a análise historiográfica. Ao intercalar-se diferentes suportes documentais na construção deste textual histórico, objetiva-se demonstrar diferentes possibilidades de uso da iconografia como propagadora de uma ideologia dominante.

Palavras-Chaves: Fotografia. Cartografia. Urbanização. Interior paulista. Brasil (século XIX).

ABSTRACT

This work searches to obtain an interpretation of the countryside colonization process of Province and State of São Paulo, focusing mainly on the Norwest Region, from middle of century XIX to begin of century XX, staring in the capital. This historiography interpretation is conducted based on two kinds of central documents: the cartography and the photography. The photographical material organized by Baron Homem de Mello, from 1855 to 1886, and the cartographical material produced about paulista territory, from 1837 to 1909, are used to elaborate an analysis of the socio-cultural context of the regional development. Such analysis is based on the fusion of these two materials and it searches to elaborate a textual historical about the society of paulista territory on that period. Moreover, this study tries also to recover a documental no usually employed for historiography analysis. The objective is to show distinct possibilities of usage of the iconography to propagate a dominant ideology by interchanging different materials in the development of this textual historical.

Keywords: Photography. Cartography. Urbanization. Countryside of state of São Paulo. Brazil (XIXth century).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.. 12

2 DO CONTEXTO E DA METODOLOGIA: AS HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS .. 22

2.1 Propagação, Entrelaçamento e História: Apresentação da Documentação Central........... 38

2.2 Homem de Mello e a Interligação Documental 42

3 O BARÃO, SUA HISTÓRIA E OUTRAS HISTÓRIAS 44

3.1 O Barão e Suas Viagens 55

3.2 O Desenvolvimento da Idéia de História no Brasil do Século XIX: a Contribuição do Barão 58

3.3 Homem de Mello e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ... 65

3.4 Homem de Mello e os Almanaques.. 70

3.5 O *Almanaque Garnier* e Outros Almanaques: a Propagação do Modelo Literário de Homem de Mello 79

4 DANIEL PEDRO MÜLLER, SUA OBRA CARTOGRÁFICA E O GABINETE TOPOGRÁFICO DA CIDADE DE SÃO PAULO: 86

4.1 São Paulo Como Centro Irradiador de Posturas Administrativas........................93

5 PARA ALÉM DA CAPITAL DA PROVÍNCIA: OS OLHARES DO BARÃO NA COMPOSIÇÃO DO ÁLBUM *"PROVÍNCIA DE SÃO PAULO"* 119

5.1 O Primeiro "Olhar" do Barão.. 124

5.2 O Panorama Cultural da Província: Homem de Mello e o Cotidiano Literário...158

6 O CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO DA PROVÍNCIA: CÂNDIDO MENDES, HOMEM DE MELLO E OUTRAS VISÕES TERRITORIAIS 165

6.1 Formas, Fôrmas, Técnicas e Historiografia.. 185

6.2 A Representação Cartográfica no Brasil Entre os Séculos XVII e XIX: o Exemplo da Cidade de São Paulo 190

6.3 A Província de São Paulo e a Leitura Cartográfica de Homem de Mello 208

7 A GEOGRAFIA REGISTRADA: A CIDADE E O SERTÃO NAS REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS... 215

7.1 A Cidade de São Paulo e a Propagação de Sua Identidade 221

7.2 Legitimando a Terra: Sua Visualização e Autenticação no Segundo "Olhar" do Barão 230

7.3 O terceiro "Olhar" do Barão 251

8 NO SERTÃO: A AVENTURA DO REGISTRO FOTOGRÁFICO, A COMUNHÃO ENTRE AS REGIÕES GEOGRÁFICAS E A ESTRUTURA DA CIÊNCIA 267

8.1 A Noroeste Paulista: o Sertão Catalogado..275

9 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO ESTRUTURAL: A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO E AS VOZES LITERÁRIAS DO SERTÃO..286

10 O FIM DO ESPAÇO DESCONHECIDO: A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E A VISUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA..307

10.1 O Álbum Fotográfico *São Paulo*: Um Caso Concreto 312

10.2 O Olhar Para a Paisagem 334

10.3 O Sertão do País e Seu Reconhecimento: Alguns Exemplos 351

11 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO FOTOGRAFADO E MAPEADO: IMAGÉTICA E MÍTICA DE UM DESENVOLVIMENTO URBANO..359

11.1 A Formação do Mito Fundador 361

11.2 A Indicação dos Caminhos: o Mapa da Expedição Taunay 366

11.3 A Formação Urbana: Mapeamento e Ideologia de Representação..................371

11.4 O Crescimento Urbano e a Sua Representação Fotográfica 377

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS 396

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 401

1 INTRODUÇÃO

No século XIX, a Província de São Paulo sofreu um processo de ocupação de seu interior, caracterizando uma mudança em relação à ótica portuguesa de colonização, há séculos vinculada prioritariamente ao litoral. A ocupação territorial da então Província e futuro Estado de São Paulo desenvolveu-se em virtude de variantes sociais e econômicas diversificadas, mas centralizadas em alguns elementos em comum. A atividade agrícola baseada na monocultura cafeeira, por exemplo, foi fundamental para o desenvolvimento das regiões do Vale do Paraíba, na primeira metade do século XIX, e de outras áreas do território, já no final da mesma centúria.

Apesar da ocupação territorial seguir vinculada sobretudo às atividades cafeeiras, grande parte do território da Província, durante quase a totalidade do século XIX, figurou na literatura, nos mapas e em outros suportes ideológicos como, *"Sertão desconhecido*", "*Terrenos occupados por indígenas feroses", "Terreno desconhecido", "Terrenos despovoados",* até aproximadamente 1909, quando é editado, em caráter oficial, o primeiro mapa a desvincular-se dessas denominações. O documento cartográfico representando o território paulista, encartado no corpo do *Atlas do Brasil* de autoria do Barão Homem de Mello, mostrava uma região - conhecida como Noroeste - ainda praticamente vazia na apresentação de cidades ou vilas.

O processo histórico que levou a sua confecção mostra-se complexo do ponto de vista cultural e suscita certas questões iniciais, entre elas: Quais fatores teriam contribuído diretamente para criar essa classificação? Como a sociedade daquele momento representava-se social, política e economicamente nos documentos produzidos?

Ao procurar mostrar o desenvolvimento da Província e futuro Estado de São Paulo pelo uso da cartografia produzida no período, observa-se que, paralelamente, ocorreu um crescimento significativo das representações fotográficas urbanas na região. Nascentes cidades ou núcleos urbanos mais antigos, como a própria capital, eram fartamente registrados pelas lentes dos fotógrafos do período. Imagens eram colecionadas e guardadas como lembranças. Desenvolve-se uma nova linguagem de interpretação para o território e

a fotografia com sua crescente popularização, torna-se, por exemplo, um novo elemento material de sustentação ideológica. Um importante estudo, corroborando esta afirmativa, pode ser encontrado no recente trabalho desenvolvido pela pesquisadora Solange Ferraz de Lima, que elabora um grande mapeamento do circuito de consumo da imagem fotográfica na então Província de São Paulo ao final do século XIX e no início do século XX.[1]

A cartografia segue também por caminhos semelhantes, pois é nesse mesmo momento, ao final do século XIX e início do século XX, que ela chega, de forma mais acentuada, às mãos da população, saindo da exclusividade dos arquivos administrativos. O desenvolvimento das técnicas de impressão gráfica barateia a produção editorial no país no período e, em São Paulo, torna-se perceptível o aparecimento de obras ilustradas, que, em alguns casos, possibilitaram o contato direto de uma população, com parcos recursos econômicos, com a imagem fotográfica urbana e com registros cartográficos, seja das cidades em desenvolvimento, seja do próprio território rural da Província.

Este fato pode ser observado, notadamente, a partir da segunda metade do século XIX, quando, por exemplo, a *Carta da Provincia de S. Paulo* é encartada no final de um Almanaque de 1878, publicado por José Maria Lisboa.[2] Nessa mesma obra, há, na página seguinte a sua apresentação, uma relação de *Nomes das pessoas que illustram as folhas deste almanach.* Entre esses nomes, encontra-se o do Barão Homem de Mello.

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, o Barão Homem de Mello, foi um dos responsáveis pela organização de vários documentos cartográficos relativos ao mapeamento e reconhecimento desses locais "desconhecidos". Ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicou diversos artigos relacionados à geografia, à cronologia histórica e biografias referentes à História do país. Ao todo, são 21 trabalhos, conforme o índice da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* realizado em 1998.[3]

---

[1]LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia: estudo de caso – II. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia*: usos e funções no século XIX. São Paulo : EDUSP, 1991. p.59-82.

[2]ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878: 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

[3]REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : IHGB, ano 159, n. 400, jul./set. 1998. p.758-759.

Natural de Pindamonhangaba, cidade no interior da Província de São Paulo e localizada na região do Vale do Paraíba, o Barão Homem de Mello representa o tradicional político brasileiro do auge do Segundo Império, possuindo semelhanças marcantes com seus pares políticos tanto em sua formação ideológica quanto intelectual.[4] Formado em Direito, pelo Largo São Francisco, em 1858, ingressa na carreira política como presidente da Câmara Municipal de sua cidade natal, sendo, em 1864, presidente da Província de São Paulo; do Ceará, em 1865; do Rio Grande do Sul, em 1867 e da Bahia, em 1878.

Uma particularidade de sua vida é o enorme interesse pelo conhecimento geográfico do Brasil, sendo o autor e colaborador de duas obras importantes da cartografia brasileira. A primeira, participando como principal colaborador, é o *Atlas do Imperio do Brazil,* de 1882[5], e a segunda, como autor, é o *Atlas do Brazil,* editado já no período republicano em, 1909.[6]

É no prefácio dessa última obra que seus conhecimentos relacionados à geografia brasileira são expostos e suas intenções traduzidas. Na abertura do *Atlas,* suas palavras mostram um íntimo relacionamento com documentos referentes à cartografia brasileira: "*O presente Atlas é o resultado de mais de quarenta annos de trabalho. Circumstancias especiaes permittiram poder dedicar-me a esse estudo em condições as mais favoraveis, para poder consultar documentos authenticos sobre a nossa chorographia. Nas provincias que desde 1864 presidi sucessivamente, S. Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e mais tarde Bahia tive occasião de verificar o immenso material cartographico existente desde os tempos coloniaes sobre cada uma d'essas partes do nosso territorio.*"[7] Em sua fala, também se percebe a valorização do documento cartográfico depositado em arquivos públicos e a necessidade de seu uso no cotidiano administrativo e normativo em desenvolvimento.

---

[4]CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política Imperial. Rio de Janeiro : Campus, 1980. CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras:* a política Imperial. Rio de Janeiro : Vértice/IUPERJ, 1988. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.p.118.

[5]CARVALHO, Claudio Lomelino de. *Atlas do Império do Brazil.* Colaboração e revisão Francisco Ignacio Homem de Mello. Rio de Janeiro : Lithographia Paulo Robin & Cia., 1882.

[6]MELLO, Barão Homem de e MELLO, Dr. Francisco Homem de. *Atlas do Brazil.* Rio de Janeiro : F. Briguiet & Cia., 1909.

[7]MELLO, Barão Homem de e MELLO, Dr. Francisco Homem de. O*p. cit.* Razão deste Atlas.

Carlos Eugenio Marcondes de Moura, pesquisador da história regional paulista, referindo-se a ele, ressalta: "Em suas andanças pela província de São Paulo, nos intervalos entre as suas atividades de presidente de província e ministro (...) organizou pequeno álbum de vistas de cidades paulistanas, de fotógrafo ou fotógrafos não identificados (...)."[8]

Esse Álbum Fotográfico, atualmente sob a guarda da Seção de Obras raras da Biblioteca Mário de Andrade, na cidade de São Paulo, representa uma visão única sobre o ambiente das cidades do interior paulista durante a segunda metade do século XIX, sendo uma espécie de marco em relação à produção fotográfica urbana no período. A iniciativa precede à atuação de inúmeros fotógrafos, inclusive da capital, que, nesse período, ainda restringiam seus trabalhos quase que exclusivamente aos estúdios.[9]

A obra, que é composta por 16 fotografias de tamanhos diversos, mas nunca ultrapassando o tamanho do Álbum, que é de aproximadamente 23 cm x 31 cm, apresenta fotografias em albúmen e datadas (1855, 1876, 1877, 1884 e 1886)[10]. Diversas localidades do interior paulista são registradas, entre elas: Silveiras, Pindamonhangaba, Tatui, Taubaté, Itatiba, Salto e São Roque. O Álbum também é composto por várias anotações geofísicas sobre o território feitas pelo próprio Barão: no total, tem-se quatro mapas desenhados à mão. Aparentemente, a obra é organizada como "recordação das viagens" realizadas por Homem de Mello, servindo de base para vários de seus artigos.

No exemplo do trabalho de resgate efetuado pelo Barão Homem de Mello, é possível acompanhar o desenvolvimento da idéia de territorialidade aplicada à compreensão do espaço da então Província de São Paulo.

Busca-se, desta maneira, a relação existente entre a visualidade territorial de uma região, representada, em primeiro lugar, pelas fotografias organizadas pelo Barão

---

[8]MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX* : memórias, depoimentos, evocações. São Paulo : Ateliê Editorial, 1998.p. 395.

[9]O Álbum com todas as suas fotografias encontram-se em exposição virtual permanente na Internet: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bibliotecas/marioandrade . Seu número de referência, chamado pelos curadores de Registro Eletrônico é 1.789.

[10]Processo fotográfico desenvolvido "(...) por Blanquart-Evrand em 1850 [no qual] o papel [fotográfico] era recoberto com albumina (clara de ovo) e então sensibilizado com sais de prata". KOSSOY, Boris. Militão de Azevedo. In: AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo (*1862-1887). São Paulo : Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1981. p.36.

Homem de Mello e, em segundo lugar, pelo conjunto cartográfico produzido sobre o território da Província de São Paulo desde 1837 até 1909[11] e como essa mesma visualidade serviu, mesmo que de forma simbólica, para normatizar a organização social, política e econômica da região.

Para entender a forma como os mecanismos de controle atuaram, no aspecto dos mapas e da fotografia urbana, torna-se necessário observar a evolução constitutiva da representação do território, ou seja, as manifestações da iconografia realizada. Nota-se que tanto uma – representada pela cartografia – quanto a outra – no caso, a imagem fotográfica – são partes interligadas ao desenvolvimento do espaço urbano e assim devem ser vistas.

Na união desse documental iconográfico, observa-se a formação da mentalidade social e política da então Província de São Paulo e a forma como a história constituída é expressa nos documentos analisados.

A partir da segunda metade do século XIX, a fotografia e, de certa maneira, a cartografia tornam-se, documentos presentes na vida cotidiana dos homens, traduzindo necessidades de um dia-a-dia gerenciado por diversos mecanismos – ideológicos, ou não – que passam a construir uma nova realidade social, política e econômica baseada na reestruturação espacial das comunidades urbanas envolvidas nesse processo.

A fotografia assume um papel de identificação de novas posturas administrativas, não só no nível municipal quanto também provincial, e a cartografia as ratificam. Ambos os suportes documentais interagem diretamente com essas novas posturas e "orientam" olhares que se traduzem em novas formas de comportamento. Pode-se exemplificar esse raciocínio na apresentação, no decorrer do texto, de algumas imagens fotográficas produzidas, que tentam mostrar um aspecto urbano e civilizado da cidade fotografada. Há, nesse sentido, a apropriação da idéia de uma Natureza domada e civilizada pela presença da localidade em desenvolvimento no sertão.

Na Noroeste paulista, ainda referenciada, por muitos mapas do período, como desconhecida*,* observa-se a permanência de comportamentos atrelados a uma mentalidade

---

[11] Para o ano de 1837, é referenciado o trabalho de: MÜLLER, Daniel P. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo.* Paris : Aleixo Orgaizzi, 1837. Nesse mapa, a Província do Paraná ainda faz parte do território de São Paulo. Para o ano de 1909, remete-se ao *Atlas do Brazil*, de autoria do próprio Homem de Mello.

colonial ainda vigente, baseada notadamente no trinômio latifúndio, isolamento e imobilidade social. Tais aspectos forjam uma elite dirigente que dominou, a formação urbana dessas localidades nas quais observa-se a constância de determinados comportamentos coletivos, que, apesar da origem colonial, ainda servem de embasamento para o cotidiano do século XIX. Emília Viotti da Costa assim resume a faceta econômica deste fato: "No país escassamente povoado, com uma rede de transportes insuficiente e precária, os núcleos povoados estavam condenados ao semi-isolamento. Não havia ainda condições para o desenvolvimento de uma economia de mercado. A estrutura econômica colonial mantinha-se."[12]

A ruptura desse processo ocorre, dentre outras razões, pela criação de identidades visuais locais vinculadas à representação propagada pelos centros administrativos principais, ou seja, a Corte no Rio de Janeiro e, no caso da Província, pelos aspectos materiais da capital paulista.

Nessa análise, observa-se, pelos aspectos constitutivos do Álbum *Província de São Paulo,* organizado por Homem de Mello, a marcha de ocupação, colonização e desenvolvimento de três regiões distintas da então Província de São Paulo: o Vale do Paraíba (Taubaté, Pindamonhangaba, Silveiras e Cruzeiro); a região de Sorocaba, São Roque e Tatuí; e a região de Itatiba, próxima a cidade de Campinas. A análise dessa última região, para além da cidade de Campinas, em direção a Noroeste da Província, oferece a oportunidade de interpretação do território compreendido entre os rios Paraná, Grande e Paranapanema, constantemente mapeada como *"Terrenos Desconhecidos, Despovoados, (...)"*, em vários registros cartográficos do período. Essa região, apesar de não fazer parte dos olhares fotográficos do Barão, constitui-se, indiretamente, num desdobramento da fala social, política e econômica do período, da qual Homem de Mello torna-se um dos porta-vozes de destaque.

Para o ambiente urbano, sua visualidade e a irradiação de determinadas posturas comportamentais, ou seja, a interação dos habitantes com o meio ambiente e seus usos e costumes, as imagens da capital da Província produzidas pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo, entre 1860 e 1887, tornam-se um elemento documental imprescindível para a

---

[12]COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: *Reações e Transações :* v.3. 6. ed. São Paulo : Difel, 1987, p.141. (História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II : O Brasil Monárquico).

compreensão de parte do processo em desenvolvimento. A seleção dessas fotografias foi feita a partir da análise de uma publicação realizada pelo próprio fotógrafo. Trata-se de seu famoso *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887.* As imagens de Militão Augusto de Azevedo servem de complemento à análise central desenvolvida sobre o álbum fotográfico de Homem de Mello, pois ilustram, conforme comentado, o cotidiano da capital da Província no mesmo período. Nota-se que o manancial fotográfico produzido, apesar de distinto – realizado por pessoas/instituições diferenciadas e sobre localidades diversas –, é parte de um mesmo momento histórico e, assim, condicionado a uma mesma realidade estrutural. [13]

Durante quase todo o século XIX, um quarto do território paulista é oficialmente desconhecido. Sabia-se, e isto é um desdobramento da aventura inicial das Monções (séculos XVII e XVIII)[14], apenas dos rumos de seus principais rios e afluentes.[15] A Província desconhecia a ocupação de sua própria região, embora buscasse, desde a segunda metade dos oitocentos, alternativas oficiais de reconhecimento.

Em 1845, o Conde de Suzannet, francês em visita ao Brasil, comenta durante a sua viagem para o interior da Província de Minas Gerais: *"Nem mesmo as autoridades conhecem suficientemente o país. Existe em Ouro Prêto um mapa manuscrito da Província de Minas Gerais; pedi um cópia dessa carta que me era necessária para a viagem: foi grande o embaraço; nenhum dos pontos que eu queria visitar de lá constavam."*[16] Suzannet termina afirmando que as lacunas no mapa foram preenchidas pelas informações de alguns cientistas viajantes, entre eles, Spix e Martius.

A falta de mapas confiáveis demonstra como a ocupação do território se processa: a efetiva catalogação cartográfica de uma determinada comunidade resume-se, aparentemente, a sua importância econômica imediata. Municípios paulistas, conhecidos desde 1873, são, ainda no final do Império, praticamente desconsiderados. Esse é o caso, por exemplo, de São José do Rio Preto, fundado em 1852 e citado no *Almanak da*

---

[13]Para mais detalhes ver: CAVENAGHI, Airton José. *Imagens que falam:* olhares fotográficos sobre São Paulo (Militão Augusto de Azevedo e "São Paulo Light and Power Co.", fins do século XIX e início do século XX). São Paulo : Dissertação de Mestrado apresentada a FFLCH/USP, 2000.

[14]HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções.* São Paulo : Brasiliense, 1990. p.75.

[15]*Mapa Carta Chorografica da Capitania de São Paulo (...) 1776.* In: MORAES REGO, L.F. A cartografia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia,* São Paulo, n. 122, p.155, mar./abr. 1936.

[16]SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845.* Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, 1957. p. 95.

Provincia de São Paulo para 1873 como freguesia de Araraquara.[17] A mesma região na qual localiza-se esse município, conhecida na atualidade como Noroeste Paulista, figura no *Mappa da Província de São Paulo* de 1886 como *Terrenos Despovoados*[18]*,* não sendo, dessa forma, contemplada em qualquer política organizacional proposta pelo Império.

A elevação de uma localidade – inicialmente vila ou mesmo bairro – da categoria de freguesia para município, fator fundamental para sua presença em um mapa oficial, passa por uma intrigada rede de realizações administrativas. Entre elas, torna-se necessário o reconhecimento do traçado urbano do município, também chamado de "arruamento". No aspecto político administrativo, necessita-se elaborar uma lista de moradores existentes para a formação de uma base de eleitores, processo que desencadearia, após a elevação da comunidade à categoria de cidade, a instalação de uma Câmara Municipal responsável, entre outros aspectos, pela criação de um Código de Posturas.

A representação fotográfica da localidade pode se tornar um dos elementos simbólicos de sustentação de muitas outras características embutidas em todo este processo administrativo de elevação da comunidade à categoria de cidade. A propagação da imagem fotográfica urbana entre os habitantes de uma determinada localidade pode ser vista como um fator, entre outros, a dar credibilidade às necessidades organizacionais de uma administração local.

Em função do desenvolvimento desse processo, escolheu-se o município de São José do Rio Preto para servir como um "estudo de caso" pois seus exemplos de registros, tanto cartográficos como fotográficos, fecham um ciclo de reconhecimento para o território da Província, elemento que tornou as interpretações iconográficas apresentadas significativas para a compreensão do modelo sociocultural em vigor.

Nesse aspecto, a atuação do Barão Homem de Mello manifesta um pioneirismo significativo e conduz a uma reflexão sobre a formação territorial da Província de São Paulo. Em um momento de desconhecimento sistemático do território, suas expedições de

---

[17]ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873. p. 538.

[18]MAPPA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Organizado pela Sociedade Promotora de Immigração de S. Paulo. Rio de Janeiro : Lith. Paulo Robin & Cª, 1886.

registro apresentam-se como um testemunhal científico comprobatório, expresso em documentos cartográficos e fotográficos.

O uso da fotografia como elemento de ilustração e de testemunho, especialmente no contexto de organização de uma localidade urbana, é fruto de uma necessidade construída no momento em que a cidade passa a ser o centro gerador das mudanças estruturais da sociedade, que se articula a partir do que se convencionou chamar de Segunda Etapa da Revolução Industrial.[19] A idéia de realidade expressa por meio da fotografia torna-se bastante sistemática, sendo absorvida e usada pelo poder gerenciador do Estado de São Paulo nas décadas iniciais do século XX, quando, como exemplo, são produzidos diversos Álbuns fotográficos sobre a cidade de São Paulo.[20]

Qual o papel desempenhado por personagens, como o Barão Homem de Mello, que transitaram tanto no terreno político do Império como no da República, para a efetiva vivência do país como nação territorialmente constituída? Tal questionamento expressa uma das diretrizes deste trabalho, que busca responder às indagações relativas à representação do território paulista como região conhecida, ou seja, mapeada e fotografada. Este elemento contribui para a criação de uma memória alicerçada na dominação territorial da Província, sendo esse um dos fatores que permitiriam que o já Estado de São Paulo obtivesse uma posição hegemônica no contexto do futuro federalismo republicano. Percebe-se, dessa forma, a constituição de uma memória que, de forma sutil, é articulada ao sabor das necessidades dos grupos sociais em destaque. Esses grupos utilizam-se, entre outros elementos, desses dois elementos documentais.

No caso da fotografia, nota-se que a memória formada pelo fotógrafo é intrínseca a sua realidade pessoal. Para Boris Kossoy: "Na imagem fotográfica, encontram-se, indissociavelmente incorporados, componentes de *ordem material* que são os recursos técnicos, ópticos, químicos ou eletrônicos, indispensáveis para a materialização da fotografia e, os de *ordem imaterial*, que são

---

[19]CAVENAGHI, Airton J. *Imagens que falam:* olhares fotográficos sobre São Paulo (Militão Augusto de Azevedo e "São Paulo Light and Power Co.", fins do século XIX e início do Século XX). Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2000. p. 15.

[20]*Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1916*. Organizado pelo Exmo. Sr. Washington Luís Pereira de Souza, Pref. Municipal de São Paulo, [s.c.p]., 1916, 2 vols (118 fotografias);

Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo até o Anno de 1916. Organizado por Washington Luís Pereira de Souza, São Paulo: [s.c.p], [s.d], 2 vols (117 fotografias);

Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo. Organizado com autorização do Exmo. Sr. dr. Washington Luís Pereira de Souza, São Paulo, [s.c.p], [s.d],. (aprox. 1916) (52 fotografias).

os mentais e culturais. Estes últimos se sobrepõem hierarquicamente aos primeiros e, com eles, se articulam na mente e nas ações do fotógrafo ao longo de um complexo *processo de criação."*[21]

Essa memória é articulada nesse "complexo processo de criação", no qual a realidade é formulada pelo prévio conhecimento de vários aspectos do modelo social, político e econômico em que está inserido o autor.

Quanto à cartografia percebe-se que existe esse mesmo "complexo processo de criação", apesar dos padrões diferenciados usados na representação cartográfica além do aspecto documental atribuído a um mapa. O autor de um mapa, envolvido por esse modelo, constrói e elabora toda uma simbologia orientadora. Este fator direciona, tal qual um fotógrafo, o olhar do observador para o assunto que deva ser destacado, idéia que remete ao questionamento de Ugo Tucci: (...) quantas vezes não se vê senão aquilo que se está preparado para ver?" [22]

Uma outra forma de interpretação documental refere-se à elaboração de uma história contínua e não fragmentária para a região do interior paulista analisada. Essa história será construída pelo relacionamento entre personagens aparentemente não interligados, mas que, mediante os pensamentos difundidos no período, parecem absorver posturas em comum, como nos casos de Daniel Pedro Müller e Hércules Florence; Militão Augusto de Azevedo e Miguel Dutra de Assunção; Cândido Mendes de Almeida e Carlos Rath, entre outros pertencentes ao universo sociocultural do qual compartilha o Barão Homem de Mello.

---

[21]KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.* São Paulo : Ateliê Editorial, 1999. p. 27.

[22]TUCCI, Ugo. Atlas. In: *Memória e História*. Lisboa : Casa da Moeda, [s.d]. p. 142. (Enciclopédia Einaudi, v.1).

2 DO CONTEXTO E DA METODOLOGIA: AS HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

"*Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento, especializado nessa função.*"[23]

A afirmação de Marc Bloch corresponde à expectativa do historiador em acompanhar a busca de respostas satisfatórias à pergunta central de suas análises: como reproduzir um tempo e espaço nos quais a história resultante, é o objeto das indagações? Pergunta que retoma o alerta de Carlos Alberto Vesentini na apresentação de seu trabalho "*Com que critério um historiador fala das lutas e agentes de uma época que não é sua?*"[24]

O positivismo imperante nas ciências históricas, em um modelo que permaneceu, no caso brasileiro, até à primeira metade do século XX, criou uma aura sobre o documento escrito que o transformou em objeto quase único da investigação histórica. Em seu entorno, gravitavam todas as outras representações como que derivadas de um único modelo que deveria satisfazer a todas as perspectivas de interpretação e de conhecimento do cotidiano analisado.

A permanência desse elemento pode ser ainda sentida na historiografia recente, como no exemplo de uma das obras principais de José Honório Rodrigues, publicada em 1949. Sua *Teoria da História do Brasil* ainda refletia a historiografia do século XIX, apesar de ser um modelo monumental de agrupamento de informações pertinentes à pesquisa da História no Brasil.[25] O desconhecimento do autor, relacionado à historiografia da iconografia, encontra-se, especialmente, na subdivisão dada ao trabalho. No capítulo nono da obra, que José Honório intitula de *Disciplinas auxiliares da História,* ele pontua, entre seus subitens, a *Evolução da cartografia no Brasil; a cartografia de limites* entre

---

[23]BLOCH, Marc. *Introdução à História.* Portugal : Publicações Europa América.[s.d.]. p. 62.

[24]VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato*: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo : HUCITEC/História Social, USP, 1997. p. 15

outros. Não se trata de um erro do grande historiador que foi José Honório, mas sim de um problema da própria leitura metodológica aplicada à História até aquele momento.

Rodrigues, como muitos historiadores no período, não observa a cartografia como um documento social, e neste caso passível de uma historiografia própria. Essa caracterização se repete na análise da questão da fotografia como objeto historiográfico, que é mencionada na descrição do termo Iconografia. O autor afirma que "As obras iconográficas ou artísticas só nos interessam pelo seu valor documentário, quer se trate de peças relativas aos acontecimentos históricos, quer aos costumes, folclore, assuntos militares, paisagens, monumentos, decoração, sátira e sobretudo retratos".[26] O autor reproduz, nessa fala, os conceitos usuais da investigação historiográfica e autentica um método que privilegia a interpretação da história textual. Torna-se curiosa essa interpretação pois o autor tinha conhecimento dos novos estudos em desenvolvimento uma vez que apresenta, ao final do seu raciocínio, as idéias de Gisèle Freund, que observa no ato do registro fotográfico a presença de toda a carga mnemônica do autor da imagem, fato que torna a fotografia um elemento de reflexo do panorama cotidiano de seu produtor.[27]

Essa característica, ou seja, a pouca discussão relacionada às novas idéias em curso e a posição conservadora do autor sobre o assunto, pode estar relacionada à época da escrita do livro de José Honório. Seu *Teoria da História do Brasil* aparece em 1949, momento no qual as fontes visuais ainda eram vistas como um pseudo documento histórico, restrito às interpretações realizadas no domínio específico da História da Arte, característica que pode ser comprovado pela fala inicial de Rodrigues apresentada acima. No exterior, esse fato passa a mudar, por exemplo, a partir de 1957, quando Ernst H. Kantorowicz, publica *The King's Two Bodies: a Study in Medieval Polithical Theology*. Na obra, nascida como um clássico da Teoria Política, Kantorowicz elabora suas interpretações pela análise de toda uma iconografia produzida para sustentar a imagem do

---

[25]RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil:* introdução metodológica. 5. ed. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1978.

[26]RODRIGUES, José Honório. *Op. Cit.* p. 218.

[27]RODRIGUES, José Honório. *Op. Cit*. p. 221.

monarca, demonstrando que a mesma era um documento histórico com uma fala própria.[28] Além da obra de Kantorowicz convém lembrar, desse momento, os mecanismos de interpretação ligados a História da Arte com análises de questões sociais gerais.[29]

No Brasil, apesar do conhecimento das idéias de Kantorowicz, não há uma difusão da interpretação historiográfica das fontes visuais pois, além do pouco conhecimento do acervo existente no país, quase nenhum trabalho foi organizado nesse sentido antes das primeiras décadas do século XX. Nesse ponto, a imagem sempre foi usada com um simples adereço comprobatório ou ilustrativo do textual produzido. Ainda segundo José H. Rodrigues, a importância dos acervos existentes no país somente foi devidamente percebida em 1930, com o aparecimento da *Subcomissão Brasileira de Iconografia*, criada em 1929 pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.[30]

A idéia de interpretação da carga ideológica presente em uma fotografia começa a ser percebida com o aparecimento do estudo de Walter Benjamin *Pequena história da fotografia*, escrito na década de 1930, mas editado pela primeira vez em alemão em 1972, em espanhol, em 1973 e em italiano, em 1974, característica que demonstra a penetração das idéias do escritor nos meios acadêmicos internacionais, e a importância que o assunto havia adquirido naquela década. [31] Há , também paralelo as idéias de Benjamim, as teorias iniciais de Gisèle Freund , *La fotografia y las clases medias*, editada por volta de 1946.[32]

A obra de Freund é pioneira no aspecto da organização das idéias de interpretação da imagem fotográfica e acompanha de perto as indagações apresentadas por

---

[28]No Brasil há uma tradução feita em 1998: KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei:* um estudo sobre Teologia Política Medieval. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. Ainda é possível observar o interesse pelas idéias inicialmente propostas por Kantorowicz quando observa-se o sucesso editorial brasileiro do livro: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. A obra utiliza o viés de análise de Kantorowicz, embora este último talvez por descuido, não tenha sido citado na bibliografia final. Em relação a obra de Kantorowicz ver: CAVENAGHI, A. J. Corpos Reais Desnudos. *Projeto História:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC, São Paulo, n. 25 (Corpo e Cultura), mar. 2003. p. 457-460.

[29]Entre os trabalhos ligados a História da Arte ver, entre outros: FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa* : elementos estruturais de sociologia da arte. São Paulo : Perspectiva, 1973.

[30]RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil:* introdução metodológica. 5. ed. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1978. p. 220.

[31]BENJAMIN, Walter. *Discursos interrumpidos I*. Madrid : Taurus, 1973.

[32]FREUND, Gisèle. *La fotografia y las clases medias*. Buenos Aires : Editorial Losada, 1946.

Kantorowicz no mesmo período. Deve ser recordado, entretanto, que a bibliografia existente sobre a história e a técnica da fotografia é bastante ampla, tendo sido elaborada, sobretudo em França, Inglaterra e Estados Unidos desde 1840, um ano após o anúncio oficial do aparecimento do daguerreótipo, mas nessa etapa, nota-se apenas a relação cronológica descritiva, sem uma interpretação mais profunda da representação fotógrafo/cotidiano/imagem. Pode-se chamar o material produzido de "manuais", ou seja, publicações voltadas para a descrição do invento e de sua forma de utilização.[33]

No panorama mundial, foram os anos das décadas de 1960 e 1970 que mais trouxeram novidades na interpretação da iconografia, mais precisamente no contexto imagético do conhecimento da fotografia. Nesse momento, aparecem, ainda nos anos sessenta, trabalhos como o organizado por Pierre Bourdieu *Un art moyen: Essai sur les usages sociaux de la photographie,* editado na França em 1965[34], ou o de H. Gernsheim *Historia Gráfica de la Fotografía,* editado na Espanha em 1967.[35]

Na década de 1970, tem-se uma ampliação de estudos relacionados à iconografia fotográfica, com trabalhos importantes como um dos mais conhecidos de Gisèle Freund, *Photographie et societé,* editado na França em 1974[36]; ou o de William Crawford, *The Keepers of Light – a history and a working guide to early photographic processes*, editado em 1979. Existe ainda, finalizando a década, o trabalho clássico de Roland Barthes *La chambre claire,* (A câmara clara), publicado postumamente em 1980.

No Brasil, nesse mesmo período, podem-se citar os trabalhos pioneiros de Boris Kossoy, *Hercules Florence, 1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*[37]*,* editado pela primeira vez em 1977, mas cujas idéias já eram divulgadas em artigos em periódicos diversos desde 1973, ou ainda, do mesmo autor, *Origens e expansão da fotografia no*

---

[33]Sobre os "Manuais", em especial no panorama norte-americano, ver o excelente trabalho de: MENDES, Ricardo. Descobrindo a fotografia nos Manuais: América (1840-1880). In: FABRIS, Annateresa. (org.). *Fotografia*: usos e funções no século XIX. São Paulo : EDUSP, 1991. p. 83-130.

[34]BOURDIEU, P. et al. *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie.* Paris : Les Éditions de Minuit, 1965.

[35]GERNSHEIM, Helmut. *Historia Gráfica de la Fotografía.* Barcelona : Omega, 1967.

[36]FREUND, Gisèle. *Photographie et société.* Paris : Éditions du Seuil, 1974.

[37] KOSSOY, Boris. *Hercules Florence, 1833:* a descoberta isolada da fotografia no Brasil. São Paulo : Faculdade de Comunicação Social Anhembi, 1977.

Brasil; século XIX, editado em 1980.[38] A partir da década de 80 do século XX, multiplicam-se as produções relacionadas à interpretação da imagem, em especial da fotografia, tanto no Brasil quanto no exterior.[39]

Voltando à historiografia brasileira, convém lembrar, ainda, dois trabalhos pioneiros relacionados à interpretação da imagem, embora os relatos de ambos sejam mais descritivos do que analíticos.

O primeiro é de um pequeno artigo, *"Iconografia Paulista",* de J. F. de Almeida Prado, publicado em 1937 no corpo do volume XXXII da *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. Almeida Prado sugere que a pequena amostra iconográfica existente da representação do território da Capitania e posterior Província de São Paulo, comparando-se com outras cidades do país, especialmente do litoral, foi desenvolvida por estar: *"S. Paulo isolado pela serra, sem acesso facil nem riquezas que atraissem forasteiros(...)."*[40] Suas idéias são um retrato pioneiro do uso da iconografia como elemento documental, embora, nessa fase da historiografia do país, seu estudo seja mais de apresentação de um documental por ele recolhido do que de análise crítica daquilo que foi realizado.

O outro estudo é o clássico *A fotografia no Brasil, e um dos seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1823 –1923),* de Gilberto Ferrez, editado em separata da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 10, de 1946. Ferrez, nesse estudo, apresenta, pela primeira vez, os fotógrafos que atuaram no Brasil – a grande maioria da segunda metade do século XIX para os primeiros anos do século XX – e seus trabalhos. São ao todo 86 reproduções fotográficas, apresentadas e descritas com base no conhecimento pessoal do autor – que possuía uma grande coleção, além de ser filho do fotógrafo Marc Ferrez –, do que no exame do material impresso. Este trabalho, além das imagens, apresenta uma grande bibliografia – subdividida por Estados do país –, na qual são indicadas as fontes de consulta utilizadas pelo autor. O estudo de Ferrez é bem

---

38 KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil:* século XIX. Rio de Janeiro : MEC/Funarte, 1980.

39 Não é o objetivo central, neste local do trabalho, fazer uma divulgação pontual de toda produção organizada no período. As referências bibliográficas mais atuais são apresentadas no decorrer do texto e na bibliografia de referência.

40 PRADO, J. F. de Almeida. Iconografia Paulistana. *Revista do Instituto Histórico e Geográphico de São Paulo*, São Paulo, v XXXII, p.299, 1937.

completo para o período e por ser tão amplo, conforme já comentado, torna-se descritivo, restringindo-se a apontar somente os fotógrafos, suas obras e a época de seus trabalhos. Independentemente disso, a tarefa de Ferrez foi hercúlea e esse fator torna seu trabalho imprescindível, para a compreensão e conhecimento da evolução da fotografia no Brasil.[41]

O conhecimento da história da sociedade, fruto da interpretação exclusiva do texto, é pensada originalmente por Fustel de Coulanges ainda no século XIX. Fato que mostra uma historiografia com falhas estruturais á análise de que todas as pessoas foram letradas e acumularam em suas vidas documentos escritos, os quais resumiram o universo de envolvimento de suas atividades cotidianas ou, como sabiamente nos lembra Vesentini, que entrelaçassem a sua *Teia do Fato*.[42]

Em qual momento, nesse universo documental que a mente humana produz, encontram-se as respostas satisfatórias às indagações do historiador? A satisfação plena é uma *Caixa de Pandora* cuja abertura demonstra que o conhecimento é um fruto que nunca torna-se maduro, pois é impossível reviver um tempo sem "multi-analisar" os inúmeros aspectos do cotidiano de um determinado grupo social: quanto maiores forem as respostas, mais gigantescas serão as perguntas.

Interpretar a História é buscar as facetas de um diálogo coletivo no qual as palavras são parte de uma textura de fina urdidura que se desenvolve em um múltiplo modelo de interpretação. O espelho dessa sociedade são seus atos e ações, cujo reflexo central é parte do processo de ver-se em objetos, cuja simbologia, no ato de sua criação, torna-se um modelo coletivo de aceitação social, política e econômica, característica que é lembrada por Michel Foucault: "Todo conhecimento se enraíza numa vida, numa sociedade, numa linguagem que têm uma história; e, nesta história mesma, ele encontra o elemento que lhe permite

---

[41]FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 10, p. 170-304, 1946. O estudo da iconografia brasileira e as publicações relacionadas a ela recebeu recentemente a importante contribuição do bibliófilo Érico J. Siriuba Stickel que ao descrever sua "pequena biblioteca particular" relacionou um insubstituível rol de publicações ocorridas no Brasil e no exterior relacionadas à divulgação e produção da iconografia no país, em diferentes momentos da história, em especial do final do século XIX e todo o século XX: STICKEL, Erico J. Siriuba. *Uma pequena biblioteca particular*. São Paulo : EDUSP; IMESP, 2004.

[42]Sobre Fustel de Coulanges ver trabalho recente de: HARTOG, François. *O século XIX e a História*: o caso de Fustel de Coulanges. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2003. Ver também: VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato*: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo : HUCITEC/História Social, USP, 1997.

comunicar-se com outras formas de vida, outros tipos de sociedade, outras significações(...)."[43] Nesse aspecto, este trabalho se pauta pela interpretação do textual histórico, associando-o à iconografia, ou seja, a representação imagética de um mundo que se desenvolveu atrelado ao elemento histórico textual ou, na visão de Foucault: "*elementos que permitem comunicar-se*" entre si.

Jacques Le Goff, em livro pensado originalmente em conjunto com Roger Chartier e Jacques Revel, *A História Nova,* resume esse tipo de interpretação: "Uma estatística, uma curva de preços, **uma fotografia**, um filme (...) são, para a história nova, documentos de primeira ordem".[44]

O título de *primeira ordem*, a que se refere Le Goff, representa a ruptura com a noção de que as fontes iconográficas são um mero elemento auxiliar da História, pois passam a ocupar um papel central no contexto da investigação histórica, ajudando a ligar o texto no contexto cotidiano de sua produção.

A História, como ciência assume uma postura de interpretação para os significados envolvidos na análise deste tipo de documentação. Nota-se que o texto de Le Goff nasce paralelamente às novas interpretações propostas para a fotografia e sua história constitutiva e simbólica.

A apreensão crítica desse cotidiano, perceptível na criação iconográfica, é a chave interpretativa de um modelo multidirecional de compreensão global, sintetizado pelas expressões locais. O mundo a ser interpretado possuía um caráter cotidiano que absorveu e transmitiu idéias e significações. Qual é esse mundo e quais são seus habitantes?

Os personagens que viviam no território paulista, tal qual ele se apresentou entre 1837 e 1909, foram os que efetivamente construíram as diversas representações iconográficas dessa imensa região. A história construída é fruto de um modelo que se interliga às diversas modalidades interpretativas da História em questão.

O fio condutor da História está diretamente contido em múltiplas linguagens historiográficas, e é essa multiplicidade que constrói o sentido atribuído aos momentos

---

[43]FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo : Martins Fontes, 1995.p. 390

históricos analisados. Ampliar a maneira de se "ver" essa História é multiplicar os caminhos interpretativos para compreender a forma global da qual faz parte o cotidiano humano.

Em um primeiro momento, cogitou-se na montagem de um trabalho que envolvesse uma enorme colcha de retalhos, com informações diversas e nem sempre conectadas. Achava-se, assim, que o universo interpretativo seria recheado por uma gama de valores e virtudes não comprometidos com aspectos ideológicos de uma trama montada para a representação a ser estudada, ou seja, do Império brasileiro na formação da história social do território paulista.

Percebeu-se que o caminho apresentado corria o risco de ser pantanoso e conflitante pois seria envolvido por um aglomerado de idéias e discussões díspares, correndo-se o risco da perda do fio condutor da interpretação historiográfica, formulando-se, assim, elementos de um modelo historiográfico antagônico.

Optou-se, então, por um personagem e sua produção intelectual, de forma a complementar um cotidiano formador de um dado conjunto sociocultural. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello (1837-1918), o Barão Homem de Mello, foi o personagem eleito como fio condutor da análise historiográfica, pois suas idéias permaneceram durante dois modelos políticos, Império e República, embora não explícitas na formação ideológica que permearia ambos os regimes.

Suas análises históricas, presentes sobretudo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, associadas às informações cartográficas por ele recolhidas quando foi presidente de várias Províncias brasileiras ainda durante o Império, criaram um padrão analítico que permaneceria mesmo após sua morte. Seu modelo geográfico descritivo, sua formação historiográfica permaneceram vivos na memória cotidiana, levando-os a serem identificados com sua personalidade. Esses elementos constróem o personagem erudito, o professor do Colégio Dom Pedro II, no Império, e o do Colégio Militar na época republicana.

---

[44]LE GOFF, Jacques. *A História Nova.* São Paulo : Martins Fontes, 1990. p. 27-28. (grifo nosso).

Outro lado de sua atuação literária encontra-se na construção de seus textos, de certa forma, de cunho popularesco, divulgados em diversos Almanaques do período, demonstrando facetas diferenciadas das normas estabelecidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Definido o personagem central, formulou-se o espaço interpretativo da História. Dois momentos tangenciaram-se em virtude dessa formulação. O primeiro remete ao Império e a sua estrutura administrativa, social e econômica. O segundo, aos primeiros anos republicanos, nos quais algumas idéias permanecem e se reproduzem com outras roupagens, apesar de assegurarem, na expressão do modelo político, o aspecto inédito das representações administrativas apresentadas.

De fato, estudos de casos particulares podem oferecer um padrão de análise satisfatório, do ponto de vista historiográfico, garantindo um espectro amplo para discussões vinculadas a questões que envolvam as novas realidades socioculturais como, por exemplo, a transição política no Brasil. Como a sociedade formulou sua interpretação dos momentos pelos quais o país passou nesse período e como isso pode ser identificado nos documentos produzidos, em especial a fotografia e a cartografia?

Essa questão é a que perpassa a linha mestra deste trabalho, que procura mostrar como documentos considerados "auxiliares", de fato, possuem vida própria e fazem parte de um conjunto amplo para a interpretação necessária do momento histórico em questão.

Falar de imagens e métodos historiográficos é reproduzir uma formatação social política e econômica do mundo analisado ou, como nos lembra Gisèle Freund, na introdução de seu estudo: "*Cada momento histórico presencia el nacimiento de unos particulares modos de expresión artística, que corresponden al carácter político, a las maneras de pensar y a los gustos de la época. El gusto no és una manifestación inexplicable de la naturaleza humana, sino que se forma en función de unas condiciones de vida muy definidas que carcterizan la estructura social en cada etapa de su evolución."*[45]

Na análise da imagem, por exemplo, como documentação historiográfica, o modelo escolhido (ou seja, a fotografia) é parte de um processo comunicacional

[45] FREUND, Gisèle. *Fotografia e sociedad.* Barcelona : Editorial Gustavo Gili, 1976. p.07

pertencente à época do produtor da imagem. Nesse caso, a análise do objeto retratado não pode simplesmente ser realizada pela ótica do presente, ou seja, como elemento pertencente à estrutura lógica do momento ao qual pertence o historiador.

Cada imagem possui uma carga mnemônica, na qual seu produtor está envolvido, "(...) a transmissão de elementos do passado ao historiador pela mensagem fotográfica (...) não deveria limitar-se ao âmbito da comunicação pura e simples. É, justamente, a busca da lógica de tais elementos num determinado tempo e espaço que faz com que adquiram um significado que tanto pode informar aspectos materiais, (...) quanto revelar uma imagem/monumento: aquilo que no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro."[46] Acredita-se no aspecto da perenidade, apresentado pelos pesquisadores, mas questiona-se a idéia de futuro, pois o presente é o elemento mais significativo a ser preservado. A idéia do momento, do agora, é o aspecto revelador das sociedades envolvidas com a produção de sua própria imagem. O futuro é uma faceta ilógica, moldado pelo presente e por seus aspectos organizacionais.

De fato, a imagem fotográfica navega pelo terreno da criação de signos estruturados em elementos conhecidos em seu tempo, mas não necessariamente presentes em uma análise de um primeiro olhar. A imagem (e nesse aspecto é possível incluir o mapa cartográfico) é fruto de uma observação que apreende a leitura do universo cotidiano de seu produtor.

Para a fotografia, é possível associar, segundo Boris Kossoy, dois enfoques fundamentais para a construção de seu índice de representação. O inicial, subdividido em dois itens, refere-se à *primeira e segunda realidades*. A *primeira* é a vida passada, o cotidiano do indivíduo produtor, ou a *história particular do assunto.* A *segunda* relaciona-se ao assunto selecionado nos limites materiais do suporte da imagem, ou seja, a realidade fotográfica do documento. O outro enfoque mostra que a *primeira realidade* é uma *realidade interior* àquilo que está *além do documento produzido,* e a *segunda realidade*, chamada de *realidade exterior* é o aparente, aquilo que é visto ao primeiro olhar da imagem produzida.[47] Kossoy ainda relembra que "(...) a realidade da fotografia não corresponde

---

[46]CARDOSO, C. F. e MAUAD, A. M. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1999. p.406-407

[47]KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo : Ateliê Editorial, 1999. p. 36-38.

(necessariamente) a verdade histórica, apenas ao registro expressivo da aparência ... A realidade da fotografia reside nas múltiplas interpretações, nas diferentes *leituras* que cada receptor dela faz num dado momento(...)."[48]

Na cartografia, seqüência visual de interpretação presente neste estudo, a produção documental pode ser resumida pela idéia desenvolvida por Denis Wood, na qual os mapas são criados para servir a um interesse.[49] Esse interesse abrange a visualização do espaço instituído como fator de representação para o produtor do elemento constituído.

Para uma interpretação da cartografia brasileira, encontramos textos produzidos e divulgados sobre o assunto desde a segunda metade do século XIX, em especial no corpo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nomes como os de Orville Derby, Rodolfo Garcia, Duarte Leite, Armando e Jaime Cortesão estão sempre presentes nas análises relativas ao conhecimento da cartografia brasileira, em especial a compreendida entre os século XVI e XVIII.[50]

De fato, a análise da cartografia produzida sobre o país nesse período sempre atraiu a atenção dos estudiosos do assunto, pois foram de fundamental importância para a demarcação definitiva das fronteiras do Brasil com seus vizinhos mais ao Norte e ao Sul, em especial após a atuação do Barão do Rio Branco, dos últimos anos do século XIX aos primeiros do século XX. Os trabalhos diplomáticos de Rio Branco resgataram dos arquivos inúmeros mapas e despertaram o interesse direto pelo estudo desse tipo de documentação. Convém lembrar o auxílio que Homem de Mello prestou a Rio Branco, fornecendo-lhe, além de um vasto material de pesquisa, idéias valiosas na interpretação do mesmo.

Mas é nas décadas iniciais do século XX que são encontrados trabalhos significativos relacionados à divulgação e interpretação da imagem cartográfica. Entre eles, é possível citar um trabalho, de 1922, escrito por Affonso d' E. Taunay, a *Collectanea de mappas da Cartographia paulista antiga*. Esse estudo é talvez um dos únicos trabalhos no

---

48 KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo : Ateliê Editorial, 1999.p.38.

49 WOOD, Denis. *The power of maps*. New YorK : The Guilford Press, 1992. p. 70-75.

50 RODRIGUES José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo : Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.p.283-284.

qual se buscou os significados da cartografia produzida para um local específico.[51] Apesar disso, Taunay é bastante descritivo, não inserindo comentários ligados à simbologia da produção cartográfica que ele examinou.

Ainda na primeira metade do século XX, têm-se os trabalhos de Gustavo Barroso, *O Brasil na lenda e na cartografia antiga,* editado em 1942[52] ;ou ainda de Luis da Câmara Cascudo *Geografia do Brasil Holandês*, de 1945, e que, apesar de seu cunho etnográfico, traz interessante análise da cartografia batava em terras brasileiras.[53] Também por esse viés de análise, encontramos os trabalhos de Jaime Cortesão, e dentre eles pode-se citar a obra *Rapôso Tavares e a formação territorial do Brasil,* publicado em 1958.[54] Nota-se que não são citados, neste momento, os trabalhos específicos de cartografia, como a produção de Atlas, pois estes serão os objetos centrais de análises posteriores.

Para o conhecimento da historiografia brasileira relacionada à cartografia, convém lembrar a trajetória de Jaime Cortesão no país, que, a partir da década de 1940 começa a revelar um importante acervo existente, sobretudo, no então Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro. Formado notadamente pelas coleções organizadas por Duarte da Ponte Ribeiro, ainda no século XIX, e pelo Barão do Rio Branco, no início do século XX, o acervo do Itamaraty permanecia esquecido e praticamente inexplorado para o estudo da História do país relacionada à interpretação da imagem cartográfica.

Cortesão, que já havia estado no Brasil, em 1922, nas comemorações do Centenário da Independência – como representante do governo português, pois na época ocupava o cargo de diretor da Biblioteca Nacional de Portugal –, voltava para o território brasileiro de forma diferenciada da primeira. Exilado de Portugal, chega ao Brasil, na década de 1940, e começa a recuperar os contatos estabelecidos na época de sua primeira visita.

---

[51]TAUNAY, Affonso E. *Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga*. São Paulo : Museu Paulista; Melhoramentos, 1922.

[52]BARROSO, Gustavo. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. 2. ed. São Paulo : Edições GRD, 2000.

[53]CASCUDO, L. da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1956.

[54]CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e da Cultura, 1958.

Em 1942, recebe o convite do governo brasileiro para organizar o primeiro Atlas Histórico Brasileiro, obra que, após dez anos de discussões, não chegou a ser concretizada. Paralelamente ao trabalho de confecção do Atlas, Cortesão passa a freqüentar o Palácio do Itamaraty, tornando-se Assessor da Mapoteca do Itamaraty, em 1944.

Neste momento, o historiador começa a ministrar um curso didático para os funcionários do Ministério das Relações Exteriores voltado sobretudo, para o conhecimento da cartografia produzida no e sobre o país, usando como base o acervo da mapoteca.[55]

Das experiências adquiridas no contato com as fontes primárias, além das desenvolvidas no decorrer de sua atividade didática, Jaime publica, em 1954, *História do Brasil nos velhos mapas,* obra síntese para o conhecimento da cartografia histórica brasileira. Para Cortesão, a cartografia ligava-se diretamente à expressão política do Estado, e no caso brasileiro, esse fato revelava-se diretamente na forma geográfica do território nacional.[56] Logo após sua obra inicial, Cortesão publica, em 1956, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid,* livro no qual demonstra as particularidades políticas relacionadas à formatação geográfica do país e à discussão do chamado mito da "Ilha-Brasil". Nele definia-se geograficamente o país como uma região cercada pelos contornos dos Rios Amazonas e da Prata, dado principal utilizado por Gusmão para a negociação do Tratado de 1774.

Finalizando o ciclo da experiência didática do curso ministrado no Itamaraty, em 1958, é publicado *Rapôso Tavares e a formação territorial do Brasil,* obra na qual o autor utiliza-se da experiência das bandeiras, em especial a de Raposo Tavares, para analisar a forma geopolítica adquirida pelo Brasil. Convém lembrar que trabalho semelhante a esse de Cortesão já havia sido feito por Basílio de Magalhães, em 1917, mas

---

[55]Para um maior conhecimento da vida e obra de Jaime Cortesão no Brasil, ver: MOSER, Robert H. O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia no Brasil. *Leituras*: Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa : Biblioteca Nacional, n. 6, p. 237- 262, abril/out. 2000.

[56]MOSER, Robert H. O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia no Brasil. *Leituras*: Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa : Biblioteca Nacional, n.º 6, p. 247, abril/out. 2000.

publicado, de forma ampliada, somente em 1935, *Expansão geográfica do Brasil colonial*.[57]

Seguindo a linha de pesquisa de Cortesão, tem-se os trabalhos desenvolvidos por sua ex-aluna, Isa Adonias, que, a partir da década de 1960, passa a publicar seus estudos relacionados ao importante acervo do Itamaraty.[58]

Entre as décadas de 1950 e 1970, ampliaram-se, e muito, as informações relativas à cartografia brasileira e surgiram trabalhos que fugiram do formato tradicional de simples apresentação da documentação cartográfica. Torna-se importante a referência ao trabalho de Nestor Goulart dos Reis Filho, *Evolução Urbana do Brasil*, editado em 1968, no qual o manancial cartográfico examinado é usado como complemento do textual histórico apresentado.[59] Nestor Goulart analisa as imagens cartográficas de forma a justificar a evolução do urbanismo no país e assim retira a cartografia da classificação de mero auxiliar do texto escrito.

Pensar a cartografia como uma documentação provida de identidade própria é fundamental para o entendimento do universo cotidiano do produtor da iconografia. Para o cartógrafo, o aspecto da criação segue uma escola, com parâmetros de cientificidade, dados analíticos por ele estudados e assimilados como elementos de sustentação de seu pensamento científico. Dessa forma, a produção do desenho cartográfico segue padrões e modelos instituídos por fatores ligados culturalmente ao produtor da imagem. A representação segue um interesse específico, o mesmo relatado anteriormente por Wood, no qual o espaço pertence ao produtor/observador de sua representação.

Os signos utilizados em uma expressão cartográfica assumem muito mais que normas técnicas da escola representada, eles legitimam uma idéia coletiva que orienta a forma como a sociedade deve ver-se no espaço estabelecido para sua vivência cotidiana. A cartografia busca essas relações de interação entre as pessoas e o lugar. O poder instituído

---

[57]MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1978.

[58]Recentemente, a professora publicou: ADONIAS, Isa. *Mapa - Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

[59]Para mais detalhes sobre a produção bibliográfica da cartografia histórica brasileira neste período ver: http://www.uel.br/projeto/cartografia/biblio/historia.htm

vê no espaço representado, grafado em uma superfície bidimensional, um objeto material representante dos seus anseios administrativos e, dessa maneira, transforma um mapa em peça particular do zelo público. Segundo D. R. F. Taylor, ao citar o trabalho de McEachren, a "visualização [cartográfica] é, em primeiro lugar, um ato de cognição, uma habilidade humana em desenvolver representações mentais (...) para identificar padrões e para criar ou impor ordem."[60]

Tal concepção é corroborada por Paulo Knauss, ao analisar as cartas produzidas sobre a cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XX: "(...) antes de indagar os atributos técnicos de um mapa, é preciso questionar as bases de suas construção conceitual. A percepção do espaço pode ser múltipla (...) construída na relação do terreno com seu observador. A cartografia apresenta-se aí como resultado de um esforço intelectual de organização do espaço." [61]

Essa "percepção do observador" pode ser operada, de acordo com Stephen Bann, "segundo critérios mais complexos de verdade ou falsidade", pois o mapa é um artefato cultural condicionado, em especial, à realidade de seu produtor. [62]

Baseado nessa análise preliminar, é possível construir indagações pertinentes ao tema proposto inicialmente, e Marcelo Martinelli chama a atenção para a mudança estrutural sofrida na cartografia a partir, notadamente, do século XIX. O mapa, com a chegada de novos meios de reprodução e difusão, passaria do conceito de mapa registro e mapa memória, para o conceito de mapa mercadoria, ou seja, um objeto atribuído de valor de troca e, portanto, passível de comercialização e servindo à manutenção de um poder representativo. [63]

Pode-se afirmar, dessa maneira, que a cartografia brasileira desenvolvida no século XIX, no caso específico da Província de São Paulo, não se aproveitou diretamente dos modelos cartográficos criados, ainda durante o período colonial; ao contrário, inseriu e moldou novas classificações simbólicas para o material documental produzido, como o caso da criação da expressão *"Sertão Desconhecido"*, divulgada inicialmente por Daniel

---

[60]TAYLOR, D.R.F. Cartography for Knowledge, action and development and prospective. *The Cartographic Jornal*, v. 31, jun. 1994. Tradução de Andréa Spörl.

[61]KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo* . Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.137, jun.1997.

[62]BANN, Stephen. *As invenções da história*: ensaios sobre a representação do passado. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo : Editora da UNESP, 1994. p. 140-141.

[63]MARTINELLI, Marcelo. *Mapas da geografia e cartografia temática*. São Paulo : Contexto, 2003. p. 09.

Pedro Müller em 1837. Se o sertão era desconhecido, como pôde então ser mapeado? Seria a criação dessa referência cartográfica um modelo que busca romper com as antigas denominações dadas ao território, ainda na época colonial, e assim inserir um novo poder constituído?

Para entendermos essas indagações, deve-se perceber que há, tanto para a fotografia como para a cartografia, a construção de um novo espaço do olhar, ou seja, o observador indagando sobre suas perspectivas visuais, que busca, dessa forma, uma expressão particular e comprometida com um coletivo do qual faz parte. Essa busca é permeada pelas relações culturais da sociedade, fenômeno denominado pelo geógrafo Milton Santos como uma *sociedade em movimento,* conseqüência de considerar o espaço "como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida."[64] Marcelo Martinelli, aproximando-se dessa análise, relembra que "a cognição cartográfica (...) é um processo bastante singular que envolve o cérebro para reconhecer padrões e relações espaciais, o qual necessita incontestavelmente da visualização cartográfica para desencadear essa elaboração."[65]

Durante o período colonial, todo o território brasileiro, apesar da divisão administrativa em Capitanias, era visto como passível de incorporação aos anseios da Coroa Portuguesa. Havia, nesse momento, interesses políticos portugueses orquestrados para impedir o avanço das conquistas espanholas. O território era um todo a ser montado. Com a transformação das Capitanias em Províncias, logo após a Independência política do país, aparecem, de forma acentuada, interesses regionais ligados aos grupos hegemônicos específicos.

Esse espaço criado é o palco central da análise historiográfica que busca compreender as articulações estruturadas, regionalmente, para gerir o indivíduo em seu conjunto social. As representações criadas, no caso específico da fotografia e da cartografia, ilustram relações de poder e dessa maneira, devem ser vistas. A construção da dinâmica social resulta da soma desses mecanismos simbolicamente estruturados e geridos.

---

[64]SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*, São Paulo, n.5, p.16, 1988.
[65]MARTINELLI, Marcelo. *Mapas da geografia e cartografia temática*. São Paulo : Contexto, 2003. p.24.

Ao olhamos o Brasil por essa forma de análise, encontramos múltiplos entroncamentos para interpretarmos os fatores que buscavam dirigir o olhar de seus habitantes para o espaço reproduzido e autodenominado de Nação.

A idéia de Estado consolidado é o elemento chave para compreender a forma como a fotografia sai do estúdio e alcança as ruas das cidades, observando, nessa "nova" paisagem, o espaço de representação de seus habitantes, complementado pela produção cartográfica, que auxilia essa transposição, ao criar elementos que ilustrem o local representado. Aparece, nesse momento, uma dualidade representativa, ou seja, o espaço anteriormente corriqueiro e cotidiano, seja ao habitante da urbe ou não, passa a ser representado, cartograficamente ou fotograficamente, e adquire outros significados, intrínsecos aos produtores dos modelos representativos criados.

Desta forma, na interpretação elaborada por um personagem e seu espaço específico, é possível vivenciar os elementos culturais do período, criando uma leitura própria interrelacionada com os padrões culturais estabelecidos dentro de um espaço geográfico pré-definido.

2.1 Propagação, Entrelaçamento e História: Apresentação da Documentação Central

Como as informações relativas à formação da idéia de território se concretizaram para o olhar de um determinado grupo social? De que maneira o habitante do território paulista observaram-se e absorveram as representações criadas? Teria o elemento iconográfico influenciado diretamente sua idéia de território?

Esses questionamentos iniciais foram usados como baliza para estruturar um raciocínio historiográfico atrelado a uma produção documental que envolvesse os significados ocultos em uma imagem fotográfica ou mesmo em um visual cartográfico.

As cidades que absorveram esses conhecimentos fizeram-no por mecanismos diversos, mas alguns elementos foram decisivos para concretizar as idéias em suspensão. No intento de buscar como as idéias se propagaram na Província, chegou-se às informações contidas em publicações populares conhecidas como Almanaques – literários, comerciais, administrativos, ilustrados, etc. – que, ao contrário dos periódicos tradicionais

(jornais locais), formaram um público vinculado às informações com base científica e menos política, como era o caso dos fatos políticos ligados ou não á Corte, notícias de interesses locais, conflitos, entre outros, constantemente apresentadas nas capas de alguns periódicos.

Os Almanaques guardavam o conhecimento enciclopédico e serviam para um consumo a longo prazo. Sua encadernação em formato de um livro, seu baixo preço de capa, sua grande tiragem, além dos diversos assuntos estampados em seu corpo editorial, garantiram sua penetração em diferentes classes sociais.[66]

É importante lembrar que os almanaques traziam o registro da memória de seu tempo servindo aos propósitos do momento. Apesar desse fato, seu uso em anos diversos garante a permanência de certos valores socioculturais. Lise Andries ao descrever o significado da palavra *almanac* lembra que sua origem árabe lhe atribuía a idéia de "livro do tempo". A historiadora comenta que seu formato e significação lhe garantiam um ciclo longo de vida que se adaptava as condições sociais, políticas e econômicas adversas. Andreis lembra ainda que "o almanaque se encaixa naquilo que o historiador Fernand Braudel chama de *la longue durée* (o longo prazo)".[67]

São desses Almanaques as informações mais amplas sobre a circulação das idéias em curso. O cotidiano da Província passou pelas suas páginas e isto nos ajudou na resposta a algumas questões relacionadas ao tema. Neles também é possível encontrar a circulação de imagens fotográficas e, conseqüentemente, seus modelos de organização imagética. Nessas publicações, escreveu o Barão Homem de Mello, entre outros membros dessa elite administrativa. É nesses pequenos "livros de cabeceira" que muitos mapas cartográficos encontraram uma maior circulação, continuando em uso mesmo após o findar dos anos cobertos pelo Almanaque. Dessa forma, percebe-se a instauração de determinados valores socioculturais atrelados às novas classes sociais em ascensão.

---

[66]Sobre os almanaques produzidos no período, em especial na Província de São Paulo ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os primeiros Almanaques de São Paulo*: introdução à edição fac-similar dos almanaques de 1857 e 1858. São Paulo : IMESP/DAESP, 1983.

[67]ANDRIES, Lise. Almanaques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa*: a imprensa na França (1775-1800). São Paulo : EDUSP, 1996. p.289.

Contrapondo a essa documentação existente nos Almanaques, cujo tom mais popular é implícito em tais publicações, trouxemos as falas científicas presentes tanto na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* como também na versão paulista representada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, que começa a ser editada, em São Paulo, em 1894. Note-se que a comparação entre essas publicações realiza-se tendo-se como ponto de referência o Barão Homem de Mello, Orville Derby, Theodoro Sampaio entre outros, que publicam artigos na RIHGB, na RHIGSP e nos Almanaques em circulação no período.

As falas dos Presidentes da Província, entre 1838 e 1889, formam a parte documental bruta a ser analisada. Nessa documentação, há a linguagem oficial, ou seja, a origem do modelo a ser propagado torna-se explícita, garantindo, em tese, a sustentação de padrões organizacionais.

A imagem fotográfica urbana – representada sobretudo pelo *Álbum da Província,* organizado por Homem de Mello, e por conjuntos fotográficos diversos – é um dos aspectos significativos da estruturação do pensamento visual do período. Acompanham a análise desse manancial fotográfico, imagens produzidas pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo, por entender-se que a obra desse fotógrafo é uma verdadeira síntese da visualidade urbana da então capital da Província, que, a seu modo moldou, indiretamente, os olhares de outros aglomerados urbanos do período.

Da capital, inicia-se a análise do conjunto imagético formulado para além da estrutura urbana de São Paulo, com as imagens organizadas por Gustavo Koenigswald em seu livro *São Paulo,* editado em 1895. É nessa obra que, pela primeira vez, uma parte do interior da Província torna-se visualmente conhecido para um público maior, em função da circulação do produto editorial realizado: um livro encadernado em médio formato (20 cm x 28 cm, 150 páginas) e comercializado, no período, nas principais livrarias da capital como a *Laemmert & Cia, Livraria Universal*.

Finaliza-se a interpretação deste trabalho com a recuperação e apresentação do conjunto iconográfico que mostra a cidade de São José do Rio Preto, cujo estudo fornece uma síntese significativa da evolução do processo histórico em desenvolvimento no período na região Noroeste da Província.

Nota-se que a documentação fotográfica apresentada é uma síntese condutora, isto é, não se pretende reunir a totalidade daquilo que foi realizado, mas abrir caminhos para pensar a história pela interpretação da linguagem visual, condicionada em dois objetos iconográficos: a fotografia e a cartografia.

Os modelos geográficos que estruturam a embalagem dessa análise historiográfica são os Atlas e Mapas elaborados, em sua grande maioria, no mesmo momento histórico em que a totalidade da documentação fotográfica é constituída. Os desenhos cartográficos servem, como todo e qualquer mapa, de elementos condutores dos passos da interpretação da história cotidiana, ou seja, objetos de análise das dimensões simbólicas reinantes no pensamento cultural do grupo social analisado.

Apresentar o território paulista pela fotografia e pela cartografia é propor uma análise não convencional do período e, dessa forma, organizar uma proposta de estudo que não navega exclusivamente pela linguagem textual.

A imagem ou as imagens são sustentáculos de um pensamento em difusão que, ao contrário das formas tradicionais de comunicação escrita, atingem, a seu modo, um número maior de "leitores". Basta lembrar dos mapas anônimos, formulados sem nenhum rigor científico, – a serem apresentados posteriormente –, que procuram inserir o cotidiano de uma determinada região do território no contexto da administração central. Propõe-se, também, mostrar que alguns modelos representativos – como no caso da fotografia – seguem caminhos não lineares, mas convergentes. Os modelos fotográficos e cartográficos, convencionalmente aceitos, são sutilmente reproduzidos com outros padrões representativos e podem mostrar uma outra forma de observar a história de um determinado grupo cultural, ilustrando uma outra faceta do raciocínio documental desse modelo historiográfico constituído.

O espaço territorial proposto pela análise da região paulista é o elemento central desse cotidiano codificado em imagens, pois, tanto na zona urbana como na rural, a representação do espaço de vivência de um determinado grupo é concretizada, em um momento, no olhar do fotógrafo e, em outro, no do cartógrafo. Note-se que convenções são criadas como modelos representativos de sustentação das identidades de determinados grupos, que nesse contexto autenticam sua permanência e perpetuação como classe social hegemônica.

2.2 Homem de Mello e a Interligação Documental

O Barão Homem de Mello encontra-se vinculado ao registro e organização das fotografias reunidas no Álbum fotográfico *Província de São Paulo.* Nessa documentação, o Barão, ao recolher imagens de várias cidades do Vale do Paraíba e da região de Campinas, elabora uma visualidade própria para essas localidades e para as respectivas regiões. Por que a organização de um Álbum, cuja abrangência do título ("Província de São Paulo"), só dá prioridade a determinados registros urbanos? Uma das hipóteses é mostrar a associação entre os locais fotografados e as condições econômicas dessas localidades e a necessária inserção desses lugares em um suposto padrão de civilidade, como a própria cidade natal do protagonista, ou seja, Pindamonhangaba. Teria o Álbum atingido um suposto público consumidor?

Homem de Mello também é responsável, direta ou indiretamente, pela produção de duas publicações cartográficas, que influenciariam o modo de o Brasil perceber-se geograficamente entre 1882 e 1930. O primeiro trabalho trata-se do *Atlas do Império do Brazil*, de 1882, elaborado por Claudio Lomellino de Carvalho, tendo como base mapas recolhidos e organizados por Homem de Mello, que, além dessa contribuição, foi um dos principais revisores da obra em seu formato final. O segundo, tendo o Barão como seu autor principal, trata-se do *Atlas do Brasil,* publicado já no período republicano, em 1909.

Ambos os trabalhos são modelos cartográficos elaborados e difundidos em larga escala, pois além de serem usados de forma didática em várias instituições de ensino do período, também tiveram suas pranchas reproduzidas em outras publicações de grande penetração, como no caso, novamente, de alguns Almanaques.

Qual o grau de difusão das idéias cartográficas desenvolvidas por Homem de Mello? Quais as interligações entre sua organização documental fotográfica e cartográfica?

Percebe-se que há toda uma série de valores em suspensão no período e Homem de Mello é uma das facetas que moldam a estrutura organizada. Pequenas ações constróem grandes mudanças ideológicas, como a criação por parte de Daniel Pedro Müller, em 1837, da expressão *"Sertões Desconhecidos",* que articulou toda uma problemática em torno da representação cartográfica da então Província de São Paulo; ou mesmo o sentido de

propagação dado às cartas geográficas da Província encartadas no corpo editorial de um Almanaque.

As explorações científicas, conduzidas, desde 1886, pela *Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo* – formada a partir da reprodução de um modelo desenvolvido, primeiramente, em 1875, em âmbito federal – concretizaram a idéia formada de exploração e imposição do modelo de civilização contra o "sertão desconhecido", ideologia a persistir nas representações cartográficas independentemente, muitas vezes, do gosto sócio-político da administração central.

O conhecimento de um modelo local de história e suas características cotidianas, como já comentado, fecha o ciclo de interpretação. Apresenta-se o caso específico da cidade de São José do Rio Preto, localidade que tem seu desenvolvimento pontuado pela estruturação dessas idéias em suspensão. Sua presença no território classificado como "desconhecido" corresponde à inversão dos valores classificatórios estabelecidos por um poder central que só volta seu olhar para a região mediante o aproveitamento das particularidades econômicas locais, no caso, em especial, o conhecimento dos caminhos e o uso da fertilidade das terras na região para o futuro plantio do café a ser desenvolvido, no local, na época republicana.

Cada capítulo deste trabalho procura intercalar a leitura desse manancial iconográfico apresentado e sua fusão com o manancial histórico recolhido. Forma-se, dessa maneira, uma seqüência interpretativa que procura soluções pertinentes aos questionamentos apresentados.

Nesses questionamentos, pretende-se navegar pela estrutura do processo histórico desenvolvido no período, examinando as facetas interpretativas construídas por Homem de Mello em conjunto com a documentação produzida, recolhida e guardada durante etapas de sua vida pública. Pretende-se também demonstrar a formação da face historiográfica do Barão pela análise do processo de construção da sociedade, observando-se sempre tanto os aspectos cartográficos quanto os fotográficos. A História, como modelo constitutivo, é formatada nesse universo complexo e fragmentário, no qual pode-se falar em certos personagens e localidades que uniram os pontos desse intrigante bordado cotidiano.

3 O BARÃO, SUA HISTÓRIA E OUTRAS HISTÓRIAS

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello nasceu em Pindamonhangaba, interior da então Província de São Paulo, em 1º de Maio de 1837, e morreu em 04 de janeiro de 1918, na cidade fluminense de Campo Belo, posteriormente renomeada como Homem de Mello em sua homenagem.

Filho de Francisco Marcondes Homem de Mello, segundo Barão de Pindamonhangaba, Francisco Inácio representa um modelo atípico do político do período por enveredar pelo terreno da erudição histórica e geográfica, fato que marcou sua carreira política de forma notória, influenciando sua memória futura.

Martim Francisco, seu primeiro biógrafo, escreve em 1921, três anos após sua morte, o epitáfio que marcaria a reputação de sua vida: *"Dos quarenta e tres milhões de minutos que viveu, o dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello só não pensou em história quando não pensou em coiza alguma."*[68]

De fato, a vida política e administrativa de Homem de Mello é inteiramente envolvida com a interpretação da história e da geografia do Brasil com análises que vão da época da Colônia, do Império até os anos inicias da República. No caso das análises geográficas, suas idéias continuam sendo divulgadas até aproximadamente 1930, quando o livro de Carlos M. Delgado de Carvalho, considerado a obra pioneira sobre a interpretação da Geografia do Brasil, ainda era reeditado.

Os mapas publicados anteriormente por Homem de Mello, 1882, em auxilio ao organizador do *Atlas do Império do Brazil*, Claudio Lomellino de Carvalho, e 1909, *Altas do Brasil*, são parte integrante da obra de Delgado de Carvalho em seu Compêndio Didático para os alunos do 2º ano do colégio Pedro II no Rio de Janeiro, modelo de ensino para o resto do país naquela época. O sucesso editorial da obra de Delgado de Carvalho

---

[68]FRANCISCO, Martim. *Contribuindo*. São Paulo : Monteiro Lobato & C., 1921. p. 27.

permanece até 1930, quando é editada pela última vez de forma completa.[69] Nesse compêndio de geografia do Brasil, os quadros topográficos apresentados por Homem de Mello, notadamente em seu Atlas de 1909, são reproduzido por Carvalho, que não deixa de referenciar a autoria dos trabalhos originais. Torna-se interessante perceber que o geógrafo participa de postura semelhante à adotada por Homem de Mello. Em alguns dos mapas presentes na obra de Carvalho, notam-se semelhanças com os desenhos manuscritos realizados por Homem de Mello no verso das fotografias presentes no álbum *Província de São Paulo* organizado por ele.[70]

A história, como ciência, é parte integrante da vida de Homem de Mello desde sua época de estudante de Direito no Largo São Francisco. Sua primeira publicação, nesse sentido, aparece no periódico acadêmico *O Guayaná,* editado em 1856 e organizado por Couto Magalhães[71]. Seu artigo, intitulado "Sete de Setembro de 1822", é uma amostra de como orientaria sua vida intelectual relacionada diretamente a análise da história do país.

A Independência e seus acontecimentos no Ipiranga, em 1822, forjaram uma historiografia local, alicerçada pela Academia de Direito em uma cidade de aspectos provincianos. O Sete de Setembro serve de símbolo de introdução da cidade e sua Academia no contexto maior do Império brasileiro, e tal característica pode ser percebida pelo menos desde 1833 quando é publicada na cidade a *Revista da Sociedade Philomatica* na qual figura uma peça teatral que também referencia os acontecimentos do 07 de Setembro. [72]

A *Revista*, publicada pela *Typographia do Novo Farol Paulistano*, entre Junho e Dezembro de 1833, representou um marco na divulgações das idéias em gestação na urbe. Na sua "Introducção*",* presente no exemplar de n.º 1, de Junho de 1833, os redatores esclarecem os princípios norteadores do periódico: *Litteratura e Sciencia*. De fato, em sua

---

[69]CARVALHO, Carlos M. Delgado de. *Geographia do Brasil*. 5ª edição completa, Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1930. Anteriormente esta obra era composta de dois volume. Seu sucesso editorial levou à sua publicação em um único volume neste ano.

[70]Ver em especial: CARVALHO, Carlos M. Delgado de. *Geographia do Brasil*. 5ª edição completa, Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1930. p.37. Observar a descrição do *Massiço Atlantico*.

[71]*GUAYANÁ*: jornal scientifico, politico e litterario. São Paulo : Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, n. 1. 1856.

vida efêmera – apenas seis números foram publicados –, a *Revista* se pautou por divulgar assuntos diversificados, mas entre eles, chama a atenção o *Elogio dramatico representado a 7 de Septembro no Theatro Academico*[73]*,* no qual os acontecimentos da Independência no Ipiranga, narrados em versos, são tratados como motivo de orgulho e distinção para o país, nos quadros políticos americanos.

Anteriormente, em 1830, segundo Antônio Barreto do Amaral, o primeiro jornal publicado pelos acadêmicos de Direito de S. Paulo, *O Amigo das Letras*, também trazia no seu sétimo número um soneto "sob o título *Elogio Dramático*, a propósito da Independência do Brasil."[74] Percebe-se que a idéia dos acontecimentos do Ipiranga molda uma atitude coletiva entre os estudantes que, de certa forma, estruturam um aspecto simbólico para o momento em questão.

Nota-se esse aspecto no primeiro livro de Homem de Mello publicado em 1858, *Estudos Historicos Brasileiros,* quando ele ainda era estudante do 5º ano da Academia. O Prólogo da obra denuncia a visão do autor, para quem *"Historiar é julgar; é chamar ao tribunal da razão os crimes e as virtudes dos homens que se foram; reprehendel-os, ou louval-os segundo os eternos principios da justiça. Encarados pela sciencia, os fatos symbolisam a traducção dos grandes principios que actuam constantemente na vida exterior dos povos; revestidos d'esse caracter é que elles merecem a attenção do historiador."*[75] Homem de Mello funde as idéias do advogado e do historiador e os fatos são elementos de julgamento, trazendo à tona a verdade absoluta, denunciada pelos aspectos da infalibilidade científica. A obra reflete o pensamento vigente no período: a ciência, e nesse caso a jurídica, apresenta-se como explicadora de toda e qualquer realidade cotidiana.

No livro, nota-se a preocupação de Homem de Mello com o papel desempenhado por Dom Pedro I no contexto formativo da ideologia de interpretação da história nacional em suspensão no período. O momento, ou seja, o ato da Proclamação do

---

[72] A *Revista da Sociedade Philomatica* foi o segundo periódico acadêmico literário do Largo São Francisco e o primeiro de ciências a ser publicado na cidade de São Paulo.

[73] QUEIROGA, Antonio Augusto de. Elogio dramatico representado a 7 de Septembro no Theatro Academico. *Revista da Sociedade Philomathica*. S. Paulo, p. 128-131, Set.1833.

[74] AMARAL, Antonio Barreto do. Jornalismo Acadêmico. Separata da *REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL*, São Paulo, n.190, p.03,1977.

"Independência ou morte", torna-se referência: "*O dia 7 de setembro symbolisa em nosso fastos um periodo portentoso que faz por si só a gloria de uma geração inteira*"[76] Ou ainda: *"No dia 7 de Setembro de 1822, nos campos do Ypiranga, consumou-se esse acto portentoso, que abrio uma nova era no horisonte de nossos destinos"*[77]

Dessa maneira, a idéia do Ato da Proclamação torna-se o acontecimento de inserção ou um modelo de referência para os estudantes. No cotidiano da cidade provinciana, um acontecimento local de repercussão nacional torna-se importante sustentáculo das idéias a serem desenvolvidas.

Um dado interessante desse primeiro livro de Homem de Mello é que como Anexo dessa obra, publica-se uma relação de livros existentes, e de seu conhecimento, que comentam a História do país. O autor chama essa parte de "Notícias das principais obras relativas à História do Brasil", relacionando de forma pioneira a bibliografia conhecida sobre o assunto, mostrando uma nova vertente da construção historiográfica nacional, ou seja, a apresentação das fontes de consulta.[78] Essa bibliografia é a primeira produzida na Província e baseia-se diretamente no acervo existente na Academia de Direito de São Paulo. Percebe-se nesse trabalho de Homem de Mello a influência direta das obras de Diogo Barbosa Machado, que, entre 1741 e 1759, escreveu a conhecida *Bibliotheca Lusitana*, ou mesmo dos vários catálogos, escritos entre 1818 e 1848, referentes ao acervo das Bibliotecas Públicas do Recife, Rio de Janeiro, Salvador, entre outros.

O Brasil, ao final da primeira metade do século XIX, ainda descobre-se territorialmente e bibliograficamente, e esse dado marca uma das faces da política administrativa do Império que tem na presença de um Imperador identificado diretamente como "amante das ciências", uma característica de sustentação ideológica fundamental para as idéias em preparação. A nação como território efetivamente constituído iria emergir das idéias arquitetadas para constituí-lo como tal. O território é o elemento

---

[75]MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. *Estudos Historicos Brasileiros.* São Paulo : Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858. p. 02.

[76]MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de.Op. Cit. p. 26.

[77]MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. Op. Cit. p. 44.

[78]Notícias das principais obras relativas à história do Brasil. In: MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. *Estudos Historicos Brasileiros.* São Paulo : Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858.p.129-144.

máximo das idéias, espaço central no qual se materializa o sentido da vivência cotidiana, e é esse espaço que pode ser usado como um dos elementos síntese da interpretação histórica do período.

Nesse sentido, a construção cultural da história e da geografia arquitetadas pelo Barão Homem de Mello, associando-as às imagens fotográficas por ele organizadas e presentes no álbum *Província de São Paulo*, é um ponto importante para o entendimento do cotidiano do período. O território é visitado e catalogado quando fotografado, fazendo parte de uma estrutura de análise cotidiana que insere o autor/organizador em um roteiro imaginário. Esse acontecimento mostra um posicionamento de veracidade na medida em que a visualidade fotográfica transmite a razão oculta pelo conhecimento visual *in loco.* Mediante esse elemento, é sintomático que a fotografia passe a ser percebida como espelho da razão, transmitindo uma visão multifacetada de uma lógica não compartilhada, ou seja, o fotógrafo reproduz, em seus atos, um cotidiano nem sempre condizente ao elemento fotografado.

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello penetra em um cotidiano em transformação na Província de São Paulo. Sua trajetória de vida, pública ou não, demonstra essa modificação, pois acontece em um momento significativo da história do país, que passava de uma colônia recém liberta, em 1822, para um país em busca de uma identidade com o fim das crises institucionais da época das Regências.

A maioridade arquitetada para o Imperador é parte de um modelo político que se reproduz diretamente na formação da imagem de um monarca, necessária a garantir a estabilidade para o país. Não havia, nesse momento, entre 1840 e 1850, um conceito de unidade, prevalecendo as necessidades regionais. Francisco Iglésias, ao analisar a vida política do Império, entre 1848 e 1868, chama a atenção para esse aspecto: "Interesses regionais predominavam(...), dificultando a consciência partidária, sem falar nos interesses domésticos vivos em ambas as correntes."[79] Assim, pode-se afirmar que, a fase inicial do político Homem de Mello é resultado de identificações culturais pertinentes a sua região de origem e atuação.

---

[79]IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política (1848-1866). In: *Reações e Transações :* v.3. 6. ed. São Paulo : Difel, 1987, p.10. (História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II : O Brasil Monárquico).

A cidade de Pindamonhangaba, terra natal do político, torna-se importante na história ideológico-formativa do Império brasileiro. A narrativa do primeiro Barão de Pindamonhangaba, Manuel Marcondes de Oliveira e Melo, um dos pindamonhangabenses membros da Guarda de Honra de Dom Pedro I, quando dos acontecimentos do Sete de Setembro, às margens do Ipiranga, em 1822, é uma das versões existentes nas quais foi possível recuperar parte dos fatos ocorridos naquele momento. [80] É ainda na narrativa do Primeiro Barão de Pindamonhangaba que é apontada a "hora exata do acontecimento" às margens do Ipiranga, característica que influenciaria, entre outros aspectos, a própria confecção do famoso quadro de Pedro Américo: "Independência ou morte."[81]

Em 1864, Alexandre José de Mello Morais escreve uma carta ao primeiro Barão de Pindamonhangaba, Coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, que estava na comitiva do Príncipe Regente no momento da Proclamação às margens do Ipiranga. Nessa carta, Mello Morais pede ao Barão que descreva detalhes do momento. O Barão então relata: *" Ilmo. Sr. Dr. A.J. de Melo Moraes. Tenho presente a carta de V.S. em que me pede alguns esclarecimentos sobre o ato da nossa Independência no Ipiranga, a fim de exará-los na História do Brasil de que é V.S. digno autor."*[82] Afirmava o Barão que os acontecimentos do Ipiranga ocorreram às quatro e meia da tarde, localizando no espaço e no tempo o acontecimento. A credibilidade da narrativa associada ao acontecimento é balizada quase como um caso jurídico no qual se descreve os passos dos personagens de forma calculada e atrelada em um referencial cronológico. O livro de Mello Morais é publicado, inicialmente, em 1877[83] e marca a propagação de inúmeras idéias sobre o momento, sustentadas pelas lembranças do primeiro Barão de Pindamonhangaba.

Percebe-se o contexto ideológico do Vale do Paraíba, em especial, Pindamonhangaba, na estruturação da personalidade política de Homem de Mello, que

---

[80]Para mais detalhes ver: ROMEIRO, João. *De D. João VI à Independência*. São Paulo : Martins, 1972. MORAES, Alexandre de Melo. *História do Brasil-Reino e Reino do Brasil*. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1987.(2 v.).

[81]Sobre os fatos comentados, além de uma interpretação mais aprofundada da iconografia relacionada ao assunto ver: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, C. Valladão. (orgs.). *O brado do Ipiranga.* São Paulo : Museu Paulista/EDUSP. 1999.

[82]COSTA, Horácio R. da. As testemunhas do grito do Ipiranga. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, v. 295, p. 150, abril/jun. 1972.

[83]MORAIS, Alexandre José de Mello. *Independencia e o imperio do Brazil.* Rio de Janeiro : Globo, 1877.

teve, nessa cidade, seu primeiro cargo político, logo após diplomar-se em Direito em 1858. Homem de Mello, nesse ano, foi presidente da Câmara Municipal de sua cidade até 1861, quando passou a residir no Rio de Janeiro, nomeado para o cargo de Professor de História Antiga e Medieval do Colégio Dom Pedro II. É essa fusão entre o político e o educador que marca a personalidade do Barão e garante uma de suas diferenciações entre os políticos do período.

O outro aspecto marcante de sua personalidade encontra-se na austeridade com que cumpriu seus serviços públicos. Torna-se interessante perceber que Homem de Mello não transita pelos meios tradicionais da política Imperial, ou seja, engajado no Parlamento na "eterna" disputa entre os partidos Liberal e Conservador. Ao contrário, sua fala pode ser considerada de "recuperação", ou seja, busca uma verdade que, para ele, encontra-se nos grandes feitos da História Nacional. Essa característica garantiu a permanência de suas idéias e seu respeito como intelectual mesmo após a Proclamação da República.

A análise da sociedade burocrática do período, em especial do Segundo Império, pode ser observada em estudo recente de Antônio Cândido, que descreve o momento como ligado diretamente à "prebenda e a mercê", ou seja, ao favorecimento pessoal como elemento fundamental para a conquista do espaço público.[84]

Para Homem de Mello, a expressão dos grandes fatos passados da História Pátria, em contraposição ao presente, pode ser sentida em 1862, quando do Prefácio de sua obra *Esboços Biographicos: "Cumpre transmittir ao futuro as feições de uma epocha cheia de grandesa e de patriotismo e que entretanto vai já esquecida no turbilhão dos novos acontecimentos, que se succedem como vagas interpoladas do mar. Haja boa fé e conciencia na apreciação do passado e a verdade historica ganhará sempre."*[85]

Nesse momento, é o Barão professor do Colégio Pedro II (1861-1864) e, muito mais que um Compêndio Didático, sua obra é parte de um pensamento histórico. Esse pensamento impõe como característica principal da História nacional no período o fato de ser uma narrativa impossível de ser lida sem a presença dos personagens em questão, a

[84]CÂNDIDO, Antônio. *Um funcionário da Monarquia*: ensaio sobre o Segundo Escalão. Rio de Janeiro : Ouro Sobre Azul, 2002. p. 13.

[85]MELLO, Francisco Inácio Homem de. *Esboços Biographicos*. Rio de Janeiro : Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862. p. 02.

saber: José Bonifácio de Andrada e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, o Padre Diogo Antonio Feijó e o Marquez de Maricá.[86]

Comparar, julgar e assinalar a exatidão dos fatos históricos torna-se um pretexto importante na linha de defesa de seus pensamentos. A personalidade do Barão parece ter sido formada nesse princípio, dado a necessidades impostas pelo estudo das ciências jurídicas, e torna-se curioso que o escritor Anibal Mattos, seu mais minucioso biógrafo, tenha tentado demonstrar que já desde adolescente e ainda estudante do Seminário de Mariana (1847-1852), Homem de Mello havia adquirido grande parte de sua personalidade futura. Entre as leituras, chamadas pelo biógrafo de *"predilectas",* encontramos a famosa *História do Movimento político de Minas e S. Paulo em 1842* do Cônego Marinho, de cunho político liberal; *Diccionario topographico do Brasil,* de José Saturnino da Costa Pereira, entre outras obras de Retórica e Oratória.[87] Observa-se, nas palavras de Anibal Mattos, a criação de toda uma simbologia de referência do passado do personagem, fundamental para sustentar a narrativa quase heróica de seu biografado.

A postura de Anibal Mattos, em 1937, corrobora as falas de Martin Francisco, de 1921, e de fato Homem de Mello se destacará conforme comentado anteriormente, como personagem político na perseguição das idéias que achava justas, mas nota-se uma grande conformidade com as instituições políticas vigentes.

Pode-se afirmar que Homem de Mello foi um intelectual político e não, ao contrário, como no caso, por exemplo, do Visconde de Cairú – José da Silva Lisboa –, que, com sua obra de caráter histórico, enaltece o sistema político e outras características do Primeiro Reinado.[88] Sobre Cairú, é o próprio Homem de Mello quem ressuscita dados de sua *Memória Histórica* em um artigo publicado em 1904 na *Revista do Instituto Histórico*

---

[86]Nota-se que essa prática didática permanecerá até o início do século XX, quando outros compêndios escolares continuarão trabalhando a idéia da História indissociável de seus personagens. Vide: AMARAL, Tancredo. *História de São Paulo ensinada pela biographia dos seu* vultos *mais notaveis.* São Paulo : Alves & Cia, 1895.

[87]MATTOS, Anibal. *O Barão Homem de Mello perante a História*. São Paulo : Coleção do Departamento de Cultura, 1937.p.30

[88]LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro : Typographia Imperial e Nacional, 1827–1830. 4 tomos.

e Geográfico Brasileiro. O trabalho procura recuperar "*Extractos da Parte X, Secção III da obra*", não expostos por ocasião da Exposição de História do Brasil de 1881. Não há um comentário por parte de Homem de Mello, que apenas afirma ser a documentação de *"extrema raridade e (...) alto valor historico."*[89].

Essa é a forma como o Barão Homem de Mello constrói constantemente a sua História: a documentação é a linha mestra de todos seus estudos e essa característica ajuda a perceber parte de sua personalidade, ou seja, comprova-se pela produção documental as realidades a serem armazenadas pela história, dado que pode ser corroborado pela afirmação, já comentada, na publicação de seu primeiro livro com a inserção de um anexo bibliográfico, fator bastante raro nas publicações do período.[90]

Sua obra mais conhecida é *A Constituinte perante a História,* editada em 1862, e pela mesma pode-se perceber quanto é fundamental para Homem de Mello a questão documental. Composta de 199 páginas, a obra apresenta apenas 26 de sua autoria. Nessas páginas, nota-se uma crítica aos trabalhos historiográficos de João Armitage e de Varnhagem sobre a Constituinte de 1823, que segundo Homem de Mello, *"Ambos estes historiadores emittem, pois, sobre a constituinte um juiso desfavoravel, que tem encontrado grande eccho em muitos espiritos."*[91] O livro *A Constituinte perante a História* chegou a ter uma segunda edição em 1868, na qual o texto original foi corrigido e aumentado pelo autor tendo sido reunida na coletânea *Escriptos Históricos e Litterários.*[92]

O funcionamento da política brasileira, nesse momento, é versada nessas poucas palavras de Homem de Mello. O autor faz uma crítica ao esquecimento do passado glorioso na condenação, por exemplo, dos atos de Dom Pedro I e dos políticos ligados a ele no período. Nota-se o elemento de substituição histórica, ou seja, a negação do passado

---

[89]REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. Tomo LXVI, Parte I , Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1904. p.184.

[90]A idéia seria amplamente desenvolvida entre 1898-1899, quando os franceses Charles Seignobos e Charles V. Langlois publicam em Paris, *Introduction aux études historiques,* um manual historiográfico que influenciaria muito do pensamento histórico desenvolvido no país no período.

[91]MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello. *"A constituinte perante a História"*. Rio de Janeiro : Typographia da Actualidade, 1863; (ed. Fac-Similar) Brasília : Senado Federal, 1996. p. 03.

[92]MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello. *Escriptos Históricos e Litterarios*. Rio de Janeiro : Eduardo & Henrique Laemmert, 1868.

pela afirmação de um presente satisfatório às idéias em curso e posteriormente tratado e historiado, como verdade absoluta. [93]

Esse comportamento de Homem de Mello é claramente percebido em sua primeira publicação de 1858. Na parte da obra *Estudos Historicos Brasileiros*, citada anteriormente, o Barão faz uma defesa clara das atitudes de Dom Pedro I na época do 07 de abril de 1831:"*Sejamos justos; não o recriminemos com dureza; reservemos a severidade de nossos juizes para esse, que lisongearam sua fraqueza, arrastaram-no ao erro, e tornaram visivel o lado deploravel de seu caracter. Os Reis tambem sam homens, e muitas vezes os seus erros partem dos conselheiros, que os rodeiam e inutilisam suas boas qualidades: quando eles pensam, que imperam, sam muitas vezes joguete ludibrioso da ambição de outrem. Não faltava a Pedro I grandeza, e digno era elle dos altos destinos á que foi chamado".* [94]

O desenvolvimento da elite intelectual presente no Segundo Reinado é, segundo a visão de Sérgio Buarque de Holanda, claramente de substituição, "Porque com o declínio do velho mundo rural e de seus representantes mais conspícuos, essas novas elites, a aristocracia do *espírito*, estariam naturalmente indicadas para o lugar vago. Nenhuma congregação achava-se tão aparelhada para o mister de preservar, na medida do possível, o teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional como a das pessoas de imaginação cultivada e de leituras francesas."[95]

Homem de Mello, apesar do apelo liberal de suas ações, encontra-se nessa definição ampla de Sérgio Buarque, pois a História e a Geografia falam mais alto ao seu "espírito" do que as necessárias crises sociais e econômicas vividas no momento histórico do qual fez parte, característica percebida pela maneira como ele próprio analisa o papel do historiador, que *"não penetra na noite do passado, n'essa necropolis veneravel das gerações extintas, sem sacudir a poeira das paixões do dia".*[96] Nota-se, nesse aspecto, que há um comprometimento efetivo do político em cumprir as necessidades do estado dirigente da forma mais correta

---

[93]Convém lembrar, apesar dessa característica, o pioneirismo dessa obra de Homem de Mello, pois as discussões relacionadas à Assembléia Constituinte de 1823 sempre foram secundárias nas interpretações historiográficas desenvolvidas no país. Após Homem de Mello, têm-se as obras específicas desse assunto como a de Otávio Tarquínio de Sousa, de 1931, que também discute o assunto, e o famoso trabalho e José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*, obra publicada em 1974, ainda sob auspícios das comemorações dos 150 anos de Independência.

[94]MELLO. Francisco Ignácio Homem de. *Estudos Historicos Brasileiros.* São Paulo : Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858. p. 65.

[95]HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 16. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1983.p. 122-123.

[96]MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello. *Escriptos Históricos e Litterarios*. Rio de Janeiro : Eduardo & Henrique Laemmert, 1868. p. II e III.

possível, mas amparado na "verdade dos acontecimentos históricos", elemento que em certos pontos de sua carreira política provocaram alguns atritos com o poder constituído.

Os elementos que levaram à formação humanística e científica presentes no cotidiano das idéias do Barão fazem parte do pensamento das elites políticas do período. Nota-se que, no caso da Província de São Paulo, desde o discurso de abertura dos trabalhos da Assembléia Provincial de 1838, proferido por Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, até princípios da época republicana, a orientação política e administrativa do Estado passa pela formatação científica ao ordenar, por exemplo, pelo conhecimento do território, o comportamento de seu povo.

A questão da abertura e manutenção de estradas torna-se uma constante nos vários Relatórios apresentados pelos Presidentes da Província no período, aos membros da Assembléia Legislativa Provincial. As análises recentes de Miriam DolhniKoff ajudam a compreender esse posicionamento político. Os interesses regionais (lembrar a fala de Francisco Iglésias, citada anteriormente), ligados à conservação e manutenção das estradas, associam-se diretamente à preservação e permanência dos poderes políticos e econômicos locais, que se sobrepõem aos nacionais.[97]

Nesse aspecto, conhecer o território e suas zonas "desconhecidas" é fundamental para alicerçar um modelo representativo e vivo do Estado presente e atuante na forma de pensar de seus cidadãos, característica que só seria efetivamente conhecida e assumida na forma republicana de fazer política, pois expressa diretamente as idéias dessa suposta cientificidade, expostas em inúmeros modelos intelectualizantes.

A noção do território e de sua função política pode ser sentida, por exemplo, no próprio Manifesto Republicano de 1870, quando o princípio de Federação é diretamente associado aos princípios de uma Geografia constitutiva da idéia de Nação: *"No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local*

---

[97]DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n.58, p. 122, jun./ago. 2003,

acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território."[98]

A forma de absorção das idéias e sua efetiva reprodução são condicionadas à maneira como o olhar político induz e reproduz perspectivas disciplinarizadoras. Dessa forma, percebe-se um olhar para o território como um modelo único a ser vivido e recuperado pela administração central. Tal modelo é comparável à expansão dos personagens e das ações, seguindo essa referência simbólica, da qual Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello pode ser considerado um dos representantes mais atuantes.

3.1 O Barão e Suas Viagens

Homem de Mello foi um dos políticos brasileiros que mais viajaram pelo território nacional no decorrer do exercício de suas funções políticas. Essa não é uma característica comum entre os membros da elite política do período, que, em muitos casos, simplesmente restringiam-se aos seus gabinetes e aos conchavos ligados à política da Corte. A própria escolha e permanência dos Presidentes das Províncias no período é um exemplo disso pois, segundo Sérgio Buarque de Holanda, eles só "ficavam geralmente o tempo preciso [em seus cargos] para garantirem o predomínio da orientação partidária do ministério no poder."[99]

Alguns políticos, ligados á história administrativa e cultural da então Província de São Paulo, semelhantemente a Homem de Mello, transformaram suas experiências administrativas em relatos, publicados para o conhecimento público, mas que não atingiram uma grande platéia pois, ao contrário de Homem de Mello, que usava do corpo da *Revista do IHGB*, os outros autores tiveram suas obras impressas em edições restritas. Esse é o caso, por exemplo, de Joaquim de Almeida Leite Moraes, membro do Partido Liberal, que, em 1880, foi nomeado Presidente da Província de Goiás pelo gabinete Liberal presidido pelo conselheiro José Antônio Saraiva. O autor escreveu *Apontamentos de viagem de São Paulo à capital de Goiás, desta ao Pará, pelos rios Araguaia e Tocantins, e*

---

[98]Recolhido por: BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, R.A. Amaral. *Textos Políticos da História do Brasil.* Fortaleza : Imprensa Universitária da UFC, [1973]. p. 546

[99]HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. v.5. 4. ed. São Paulo : DIFEL, 1985, p. 09. (História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II : O Brasil Monárquico).

do Pará à Corte. Considerações administrativas e políticas, publicado em 1883, sem menção de local ou editora. [100]

Sua narrativa é realizada de forma épica e heróica e traduz as intempéries da viagem pelo interior do país ainda durante o século XIX. Apesar de Leite Moraes seguir em direção a Goiás pelo Norte da Província, no itinerário de São Paulo, Campinas, Casa Branca e Franca, Uberaba e Monte Alegre de Minas em Minas Gerais e outras três cidades de Goiás até a capital, não torna a viagem mais fácil, mas serve de exemplo comparativo do uso de elementos ligados à administração central e suas experiências de viagens como experiências úteis ao governo provincial no conhecimento físico e cultural de seu território.

Anteriormente, desde 1841, a administração paulista, patrocinava a produção de documentação textual sobre a Província e suas características culturais e físicas, como fez nesse ano com a edição do famoso livro de Francisco José de Lacerda e Almeida, *Diário da Viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 a 1790.* (impresso por ordem da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo). São Paulo : Typographia de Costa Silveira, Rua de S. Gonsalo n.14, 1841.

Dessa maneira, pode-se trabalhar com a idéia existente da necessidade implícita por parte da intelectualidade política da segunda metade do século XIX – em especial, o caso de São Paulo – de produzir elementos documentais que servissem de parâmetro para uma futura intervenção da política administrativa central. Tal característica não seria algo maquiavelicamente planejado mas parte de um pensamento coletivo vinculado às elites, em seu papel de mandatárias no processo de civilização dos sertões desconhecidos.

Percebe-se no Barão Homem de Mello uma prática cotidiana vinculada a suas atividades intelectuais, conforme afirmado anteriormente: a visão do território e de seus contrastes físicos e culturais. Essa prática associa-se diretamente a suas atividades docentes e ao aproveitamento do tempo para coletar materiais relacionados à história e à geografia do país. Sua obra não é um trabalho único, mas destaca-se pela produção constante não restrita a uma ou duas reminiscências pessoais. Há, em sua atividade intelectual, a permanência dos modelos científicos a serem adotados também nos tempos iniciais da República.

[100] MORAES. J.A. Leite. *Apontamentos de viagem.* Introdução, cronologia e notas Antônio Candido. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. p. 08.

No ano de 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* em sua primeira edição, alertava os sócios do recém-criado órgão acerca da necessidade de coletar materiais variados, relativos à História do país. Entre esses materiais, destacavam-se notícias bibliográficas, manuscritos, notícias sobre as Províncias do Império, com destaque para a *"Parte Geographica."* Tais informações foram efetivamente recolhidas e a *Revista* tornou-se o principal elemento de divulgação das idéias científicas do Império durante todo o Segundo Reinado. Essa característica, associada a grande aceitação pela obra, por parte da intelectualidade brasileira, levaria à reedição dos números iniciais do periódico, incluindo-se o primeiro Tomo, relançado, em 1856, com a mesma *"**Lembrança**: do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brazileiro, para remetterem á sociedade central do Rio de Janeiro".*[101]

Nesse momento, estava Homem de Mello no penúltimo ano de seu Curso de Direito no Largo São Francisco, e data desse período a fundação de um periódico acadêmico, em São Paulo, relacionado ao Curso de Direito, o *Guayaná,* cuja responsabilidade de edição estava a cargo de Couto Magalhães. Há no número de lançamento, em 30 de abril de 1856, um artigo de Homem de Mello intitulado *Sete de Setembro de 1822*.

A linha editorial do *Jornal Scientífico, Político e Litterario*, como exemplo, garantia uma associação indireta com *a Revista do IHGB*, pois é da pena de Couto Magalhães a seguinte afirmação: *"Forte contendor dos principios da ciência, lutador zeloso das liberdades (...)"*[102]

Havia uma interligação entre os pensamentos em profusão no país no período. Procura-se justificar o território de maneira a realçar suas características mais marcantes. Na fala da época, nota-se, aqueles elementos mais necessários à manutenção dos pensamentos de uma elite pensante. Nesse sentido, palavras como "ciência" e "civilização"

---

[101] REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO BRAZIL. Tomo I, segunda edição, Rio de Janeiro : Typographgia Universal de Laemmert, 1856.p. 141-143.

[102] Citado por: AMARAL, Antonio Barreto do. Jornalismo Acadêmico. Separata da REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, São Paulo, n.190, p.21,1977. Para uma análise mais atual ver: CRUZ, Heloísa de Farias. *São Paulo em papel e tinta*: periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo : EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

resumiam as necessidades a serem transformadas e "iluminam" os caminhos de um país que se "descobria" tanto histórica quanto geograficamente.

3.2 O Desenvolvimento da Idéia de História no Brasil do Século XIX: a Contribuição do Barão

A atuação de Homem de Mello na escrita da História do país é, conforme já apresentado, vinculada diretamente à análise do documental por ele recolhido, além de informar as fontes que dispunha, e raras foram as vezes em que sua interpretação navegou pela construção de elementos críticos do processo histórico constituído.

A primeira de suas críticas encontra-se na escrita de seus livros *Esboços Biographicos* e *Estudos Historicos Brasileiros,* ambos elaborados em um momento de plena juventude do futuro político, na época áurea de estudante do Largo São Francisco. O resgate desse momento torna-se triunfante e mostra como um comportamento, desenvolvido ainda em sua mocidade, pode ter influenciado e moldado um autor.

Em 1862, o futuro General Couto de Magalhães publica pela primeira vez seu livro *Os Guayanás: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo.* Nessa obra, o autor elabora uma carta de esclarecimento como um texto que serve de prefácio do livro, relembrando sua época de estudante ao lado de Homem de Mello na provinciana cidade de São Paulo. Nesse texto, Couto de Magalhães se dirige ao Barão: "*Lembra-se ainda daquelle nosso bom tempo, de saudosa memoria, na rua da Forca? Formavamos um grupo engraçado e comico, sobretudo quando nos reuniamos na sala de jantar(...). V. estudava historia patria como um fanatico, gesticulava, repetindo os energicos pedaços dos discursos fervorosos da epoca da Independencia; (...).*"[103]

Nesse pequeno trecho, é possível identificar a proximidade de Homem de Mello na forma como se processa a História do país em seus pensamentos. Os fatos são paródias de identificação de uma necessária exaltação de momentos considerados "mágicos" e, por si só, transformadores da situação vigente.

Essa idéia é comentada por Maria Helena P. T. Machado, que chama José Vieira Couto de Magalhães de *"Um mitógrafo do Império",* ao esboçar a idéia de que o

autor escrevia com base nos anseios da população da época – segunda metade do século XIX –, de maneira a preencher as expectativas do imaginário popular vigente naquele momento. [104]

O acontecimento relembrado transforma-se em elemento construtor de uma memória coletiva. O imaginário desenvolvido por Couto Magalhães molda a história em elemento de uma narrativa heróica alicerçada no cientificismo de estudos como os de Homem de Mello. Nota-se que é o próprio Couto Magalhães que confessa, no mesmo prefácio da obra *Os Guayanás,* sobre a correria ao escrever sua obra e relembra que o Barão Homem de Mello *"não faria isto; a perfeição e o cuidado com que está escripta a sua obra Estudos historicos mostram-me claramente que V. é mais methodico do que eu; mas que quer que eu faça? V. teve tempo e, depois, escrevia uma obra puramente historica, e eu escrevo um conto fundado na historia; o seu trabalho e de sciencia; o meu de imaginação".*[105]

Mas Homem de Mello não é a voz única dos acontecimentos, pois molda seu raciocínio histórico no formato por ele compreendido no desenvolvimento de sua carreira política, ou seja, a História do país alicerçada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, do qual Homem de Mello, em 1859, passa a ser sócio colaborador.

A educação historiográfica de Homem de Mello acompanhou de perto o problema gerado pelo formato da escrita da História do Brasil durante o século XIX. Comenta José Honório Rodrigues que o problema nasce naturalmente vinculado aos primeiros livros que trataram da História do país. A historiografia é meramente descritiva, "nenhuma preocupação de natureza ideológica, filosófica ou teórica."[106]

O aspecto de instituição de uma cronologia para descrever a História do Brasil está presente nas primeiras discussões, desde 1839, quando o então membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, propõe

---

[103]MAGALHÃES, Couto de. *Os Guayanás*: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo. São Paulo : Typ. Espindola, Siqueira & Cia., 1902. p.03.

[104]MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 1, n.25, p. 65, 2000.

[105]MAGALHÃES, Couto de. *Os Guayanás*: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo. São Paulo : Typ. Espindola, Siqueira & Cia., 1902. p.05.

[106] RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1978. p. 125.

sua *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil,* esboçando uma pequena cronologia baseada em três épocas distintas.

Dessa época, destaca-se também um dos primeiros livros didáticos no qual questão cronológica aparece de forma ampla. Trata-se do *Compêndio de História do Brasil*, escrito pelo general José Inácio de Abreu e Lima e editado em 1843, no Rio de Janeiro, por Eduardo e Henrique Laemmert. A obra enfrentou forte oposição e crítica de Varnhagen, que a acusou de plagiar a *História do Brasil* de Alphonse Beuchamp, mas mesmo assim ela foi adotada durante muitos anos tanto no Imperial Colégio Dom Pedro II quanto em vários liceus espalhados pelo Brasil. Para José Honório Rodrigues o *Compêndio de História do Brasil* marca, na realidade, a primeira tentativa de agrupamento de fatos da história do Brasil por período.[107]

Nesse momento, aparece a melhor contribuição para a historiografia brasileira da época. O naturalista Karl Friedrich Philip von Martius publica, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, seu trabalho *Como se deve escrever a história do Brasil*, premiado em concurso promovido pelo próprio IHGB. O texto tornou-se pioneiro ao chamar a atenção para a contribuição das três raças na constituição da história brasileira, pois seu estudo não navega explicitamente pelo terreno da cronologia, mas tateia as análises do ponto de vista biológico, influenciado provavelmente pela idéias evolucionistas de Darwin, em uma aproximação direta com seu ramo de atividade, ou seja, a análise do homem e de seu espaço de atuação, em uma interação com a fauna e flora, hoje chamada de meio ambiente.

Da historiografia do período, a produção que encontrou maior repercussão e aceitação foi o clássico *História Geral do Brazil,* de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicado entre 1854 e 1857, que, inspirando-se em Martius, não apresentou "nenhuma novidade em matéria de periodização."[108]

O triunfo da obra de Varnhagen, que também omite as fontes de consulta, encontra-se na busca por comprovar determinados aspectos da história do país

[107] RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1978. p. 129.

[108] RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. p. 132.

apresentando soluções para alguns pormenores. O problema da omissão das fontes de consulta presentes na *História Geral do Brazil* só seria resolvido por Capistrano de Abreu, que, por volta de 1900, relançaria o trabalho de Varnhagen com anotações críticas, apontando também as fontes primárias por ele consultadas.

A leitura historiográfica de Homem de Mello nasce nesse momento, e seu livro *Estudos Históricos Brasileiros* é moldado em uma tentativa de periodização da história do país, tendo sido inspirado pelas idéias apresentadas por Justiniano José da Rocha e a divisão de períodos por este adotada. O opúsculo de Justiniano *Ação; Reação e Transação: duas palavras acerca da actualidade política do Brasil,* editado em 1855, apresenta uma nova tentativa de periodização. Os período históricos são baseados em épocas cronológicas definidas em função dos acontecimentos, como exemplo, ligados diretamente a vida do Imperador Dom Pedro II.

Na obra histórica inicial de Homem de Mello, percebe-se a utilização da linha cronológica como elemento condutor do processo de interpretação dos fatos da História do país. O Barão subdivide seu trabalho em seis partes: Capítulo I: Lanço d'olhar sobre o tempo colonial; capítulo II: Sete de Setembro de 1822; capítulo III: Vinte e cinco de Março de 1823; capítulo IV: Sete de Abril de 1831; capítulo V: Deccennio das Regências (1831 à 1840) e capítulo VI: Segundo Reinado (1840 à 1852). Na obra escrita pelo Barão, há também a menção às obras de Armitage e à de Justiniano José da Rocha, com seu famoso opúsculo citado como fonte de referência.[109]

A obra de Homem de Mello torna-se, dessa maneira, em um estudo próximo das novas diretrizes em vigor no período, em particular a idéia de inserir e cercar os acontecimentos em torno de uma cronologia, elemento que moldaria a maior parte dos trabalhos historiográficos dessa fase, especialmente os Compêndios didáticos usados nos principais centros de ensino do país.

Pode-se falar em um pioneirismo quanto ao trabalho do Barão, pois as publicações realizadas em São Paulo, tanto na capital quanto na Província, não se desenvolveram antes de 1860. Até esse momento, é possível contar cerca de cinco obras

---

[109]MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. *Estudos Historicos Brasileiros.* São Paulo : Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858.p. 76, nota 11.

publicadas entre 1836 e 1840 e cerca de oito obras entre 1840 e 1850. Entre 1850 e 1860, nota-se a presença de doze obras, de diferentes formatos literários ou não, que encontram guarita nas oficinas dos tipógrafos existentes, sobretudo da capital. A obra de Homem de Mello pode ser considerada a única de caráter historiográfico editada no período. Há ainda, no período, o lendário volume *Lições de História do Brasil,* do então Professor do curso Anexo da Academia de Direito, Júlio Frank.

Do mesmo autor, conhece-se a obra intitulada *Resumo de História Universal* que foi editada em São Paulo, em 1839, e saiu anônima. Sobre esse trabalho, é Afonso Schmidt que apresenta mais detalhes. Júlio Frank, então professor de História do Curso Anexo da Academia de Direito, teve a idéia, ao reunir suas anotações de aulas, de redigir um compêndio de História Universal, assim "dirigiu-se em 1837 ao gôverno explicando, na petição, que o fazia para remediar a carência de livros sôbre a matéria, com que lutavam os estudantes. O primeiro volume do compêndio foi enfim publicado e trazia na capa os seguintes dizeres: "*Resumo de História Universal" – Para uso da Aula de história e geografia da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais desta Cidade de São Paulo – Vol. I – Contendo a História Antiga e da Idade Média _ Impresso na Tipografia de M.F. Costa Silveira _ Rua de São Gonçalo n. 14 – São Paulo – 1839."*[110] Ainda segundo Afonso Schmit, as lições de História contidas no volume eram adaptadas do historiador alemão H.L. Poelitz, condição que explicava seu anonimato.

O volume seguinte foi de autoria exclusiva de Júlio Frank e foi vendido a 2$900 aos estudantes "o suficiente para o governo ressarcir as despesas da publicação."[111] A aceitação imediata da obra de Júlio Frank é intimamente relacionada à carência de livros sobre qualquer assunto na cidade e também à grande simpatia dos estudantes pelo professor. O patrocínio do governo da Província mostra o comprometimento da administração governamental com a formação de sua futura elite gerenciadora.

A obra e a vida de Júlio Frank também foram longamente comentadas por Carl Von Koseritz em sua passagem pela cidade de São Paulo em 1883. Afirmava – esse misto de jornalista, cronista e viajante – em relação à obra de Frank que *"o seu Manual de História, escrito em português clássico, é uma lembrança duradoura de sua atividade, embora sejam muito raros os*

[110]SCHIMDT, Afonso. *A sombra de Júlio Frank / A vida de Paulo Eiró.* São Paulo : Brasiliense. [s.d].p.143-144.

[111]SCHIMDT, Afonso. Op. Cit. p. 144.

exemplares ainda existentes."[112] A noção de raridade envolvendo o livro de Júlio Frank existe desde pouco tempo depois de sua publicação, talvez relacionada à pequena tiragem produzida, apenas o suficiente para o uso dos poucos estudantes da Academia.

Da outra obra de Frank, cuja existência ainda é duvidosa – não há nenhum exemplar preservado em acervos públicos no país – há somente uma indicação apresentada no *Almanaque Literário de 1878* no qual um pequeno trecho é reproduzido com a referência à fonte de consulta: *"(Lições de Hist. do Brazil – 1840 – Professor Julio Frank)".*[113]

Caso a existência da obra seja comprovada, a mesma torna-se a primeira editada em São Paulo a referenciar a história do Brasil e assim provavelmente deva ter influenciado o trabalho futuro de Homem de Mello, pois acredita-se que o Barão e seus colegas de Academia a tenham usado como material didático nas aulas do curso Anexo que freqüentavam.

Desta forma, a historiografia construída por Homem de Mello, quando é editado seu primeiro trabalho, era cronológica e satisfazia às perspectivas historiográficas do período.

Independentemente da forma como o Barão trata a História do país, há uma unanimidade quanto a sua carreira pública. Ele é considerado sempre um pensador acima das mazelas políticas de seu tempo. Esta característica molda sua imagem pública, considerada ilibada e comprometida com uma verdade além dos pormenores com os quais caracterizavam-se os rumos da política Imperial. Tal elemento pode ser comprovado pela sua presença em várias instâncias administrativas, desde o cargo executivo à frente de quatro Províncias (São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia); de diretor do Banco do Brasil por duas vezes (1869-1874 e 1876-1878); na Inspetoria da instrução pública primária e secundária do Rio de Janeiro; da Presidência da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro; até de ter sido ministro do Império no Gabinete Saraiva,

---

[112]KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil.* São Paulo : Martins; EDUSP, 1972. p. 256.

[113]ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878: 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.121.

exercendo, no mesmo Gabinete, por duas vezes seguidas, a pasta de Ministro Interino da Guerra.

Após a República, ainda em 1889, Homem de Mello abandona a carreira política e se dedica totalmente ao magistério, tornando-se professor do recém-fundado Colégio Militar, onde passa a exercer a cadeira de História Universal e de Geografia. Em 1896, assume, com a morte de Raul Pompéia, a cadeira de Mitologia na Escola Nacional de Belas Artes, tornando-se professor de História das Artes, em 1897, permanecendo no cargo até o seu falecimento, em 1918.

Desta forma, percebe-se que a sobrevivência de suas idéias relaciona-se diretamente a sua capacidade de continuar, independentemente da situação política do país, produzindo conhecimentos teóricos nas áreas de história e geografia. Seus trabalhos, em especial seus *Atlas* – de 1882 e 1909 –, influenciaram gerações de estudantes e futuros formadores das idéias para o gerenciamento do país. Fato que pode ser sentido, por exemplo, em um editorial da revista *Careta,* editada no Rio de Janeiro em 1911, na qual o autor sob o pseudônimo de *Did-Erot*, elogia as qualidades do Barão: *"Uma vez mostraram-me na Avenida um homem alto, de sobrecasaca preta e calças de brim duras de goma, solennemente encartolado. Por baixo, porem desse canudo conselheiral surgia uma expessa floresta de pellos insubmissos, revolucionarios que se não fôra a sua alvura poderia ser comparada ás barbas do ferocissimo socialista Pelletan, o mais pelludo de quantos ministros tem tido assento nos conselhos executivos da Republica Francesa.*

E mal o vi disse logo a que m'o indicava.

_ Aquele é um exemplar estramalhado dos nossos parlamentares de 1842.

_ É o Barão Homem de Mello, e rijo como o vês ali, pesam sobre elle invernos sem conta.

Pasmei como o Theodorico do Eça quando o profundo Topsius, da Imperial Allemanha indicava um dos monnumentos de tradições veneraveis perdidos no deserto da Palestina.

Eu não sou membro do I. H. , nem da Sociedade de Geographia, por mais que isso pareça impossivel. Não sou, juro. Mas tenho um profundo respeito a essas veneraveis associações, em cujo seio se debatem assummptos que por sua tremenda gravidadesempre me pareceram inaccesíveis ás cogitações mais ou menos humoristicas.Foi por isso que escreverei com essa respeitosa veneração quando m'o mostraram, o B. H. de Mello.

Até então só o conhecia atravez dos seus Atlas, das suas viagens, dos seus trabalhos scientificos, que por isso mesmo que eu me julgava incapaz de realizar, mais me espantavam.

Tradição viva, o Barão Homem de Mello é uma das mais curiosas figuras que frequentam a nossa Avenida. Did –Erot"[114]

---

[114]DID-EROT. Almanach das Glórias. *CARETA*, Rio de Janeiro, anno IV, n.161, p. 01, Sábado, 01 de Jul. 1911.

De fato, as viagens e os *Atlas* de Homem de Mello deixaram marcas profundas no imaginário cotidiano de uma elite dirigente e mostram como a idéias da História e da Geografia no país foram articuladas, dentre outros fatores, pelos conhecimentos propagados por Homem de Mello.

Nos trabalhos desenvolvidos por ele, nota-se um duplo posicionamento intelectual. O primeiro molda-se aos trâmites da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, trabalhos reconhecidos pela elite pensante, irrepreensíveis sob o ponto de vista metodológico e histórico do momento e divulgados para as pequenas parcelas intelectualizadas do país. Nesse ramo da produção intelectual do Barão, são notórias as biografias de personagens ilustres ou não da historiografia nacional, suas viagens de pesquisas e suas descrições geográficas e geológicas do território nacional.

O segundo momento dessa mesma produção intelectual ancora-se na literatura informal dos Almanaques, que proliferaram no país na segunda metade do século XIX. Nessa faceta de sua produção, os escritos – não menos estruturados metodologicamente – atingem um maior público leitor, além das arcadas acadêmicas, mas estruturam-se nos mesmos moldes da sua produção no corpo da revista do IHGB, ou seja, apresentam biografias e comentários históricos e geográficos.

3.3 Homem de Mello e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

A presença dos trabalhos de Homem de Mello no corpo da *Revista do IHGB*, é fruto direto de sua coleta documental, sendo possível dividir seus artigos em quatro gêneros principais: biografias, viagens, coletas documentais e resenhas.

Os mais antigos, publicados entre 1860 e 1872, versam sobre biografias e suas viagens. A biografia do Visconde de São Leopoldo, publicada no volume 23 da *Revista*, é seu trabalho mais antigo e associa-se à continuidade dos estudos desenvolvidos quando ainda era estudante no Largo São Francisco.

Entre os trabalhos mais conhecidos, no contexto da *Revista*, encontra-se um artigo publicado em 1873, no volume 36, que fala de sua viagem ao cenário da Guerra do Paraguai, em 1869. Trata-se de um trabalho descritivo da viagem, realizado ainda no calor

das batalhas, característica que ajudou a propagar os acontecimentos relacionados ao conflito.

Sobre as coletas documentais, encontra-se *Necessidade de uma coleção sistemática de documentos da História do Brasil*, publicado no volume 64 do ano de 1901, e *Documentos relativos à história da capitania, depois província, de São Pedro do Rio Grande do Sul,* publicado entre 1877 e 1879, respectivamente nos volumes 40 e 42. Esses artigos, entre outros, encontram-se entre os de maior destaque pois resumem suas diretrizes de trabalho.

Tal dimensão pode ser percebida no editorial do *Careta*, citado anteriormente: *"(...)Até então só o conhecia atravez dos seus Atlas, das suas viagens, dos seus trabalhos scientificos, que por isso mesmo que eu me julgava incapaz de realizar, mais me espantavam.(...)".*[115]

Para entender a opinião do editor do *Careta,* além da viagem do Barão ao Paraguai no cenário da Guerra, vale destacar *Excursões pelo Ceará, São Pedro do Sul e São Paulo*, publicado no volume 35, n.45 do ano de 1872 da *RIHGB*.

Nesse artigo, o espírito de trabalho do Barão mostra-se de forma mais ampla e notam-se as preocupações presentes em suas análises. A viagem não é apenas idílica. Ela é descrita com as mesmas características científicas adotadas pelos viajantes estrangeiros que estiveram no país entre os séculos XVIII e XIX. Deve-se lembrar do conhecimento do autor dos textos clássicos produzidos por esses viajantes, que certamente influenciaram sua produção literária. Esse tipo de relato não romanceia a viagem, ao contrário, torna-a um objeto de estudo científico, no qual são descritos os aspectos da fauna, flora e da geografia e da história do local visitado.

Na viagem realizada em São Paulo, em outubro de 1868, Homem de Mello demonstra diretamente essa influência. No trecho entre o Rio de Janeiro e Santos, assim ele descreve sua chegada: *"(...) visitei o convento do Carmo, o mais antigo da provincia, fundado em 1589 por Fr. Pedro Vianna (...) ahi descançam os restos do venerando conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva".*[116]

---

[115]DID-EROT. Almanach das Glórias. *CARETA*, Rio de Janeiro, anno IV, n.161, p. 01, Sábado, 01 de Jul. 1911.

[116]REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : Garnier, v. 35, n.45, 1872. p.155.

Não se percebem, na fala de Homem de Mello, notas relativas ao local em que se hospedou ou mesmo uma descrição do cotidiano da urbe, tudo gira em torno da descrição histórica e dos aspectos econômicos. *"Santos é hoje uma das praças mais importantes do Imperio, e entretem extenso commercio com o Rio de Janeiro e com a Europa".*[117]

O Barão descreve inicialmente Santos, suas visitas às cidades do interior da Província, tais como Jundiaí, Itu, Campinas, conduzindo suas impressões sempre no tom de um narrativa descritiva, na qual esclarece a origem de pessoas, locais e sua importância histórica, não esquecendo também das estatísticas econômicas. A viagem torna-se um elemento de estudo científico, tal qual o padrão dos artigos da *Revista do IHGB*.

Em Indaiatuba, a cerca de 24 quilômetros de Campinas, Homem de Mello, por exemplo, esclarece que *"o povoado assenta em uma vistosa planicie, cuja vegetação (...) quasi exclusiva é a palmeira Indayá. É uma arvore rasteira, e produz excellente côco."*[118] Busca-se a origem do nome da cidade na análise da Flora existente. Característica que se liga diretamente à herança indígena, que seria romanticamente recuperada pelos trabalhos, por exemplo, de Couto Magalhães e, em especial, pela publicação, em 1876, de *O Selvagem* com patrocínio do governo Imperial e impresso para figurar como obra a ser apresentada na Exposição da Filadélfia de 1876.

Em outro trecho de suas narrativas, o Barão Homem de Mello usa de seu conhecimento histórico ao citar o trabalho de Pedro Taques de Almeida Paes Leme – *História da Capitania de São Vicente* – para comentar a história formativa da cidade de Itu e segue descrevendo os templos religiosos, os moradores mais ilustres, etc.

Nessa etapa de sua narrativa lembra-se igualmente da passagem de Saint-Hilaire pela cidade, em 1819, descrevendo o sobrado pertencente ao então ouvidor da comarca Miguel A. de Azevedo Veiga – não esquecendo da genealogia do biografado –, no qual teria se hospedado o viajante francês em sua estadia.[119]

---

[117] REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : Garnier, v. 35, n.45, 1872. p. 156.

[118] REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. Idem. p. 159.

[119] REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. Idem. p. 166.

Na estrutura das narrativas, vê-se a ligação direta com o clássico modelo descritivo de Saint-Hilaire ou mesmo Spix e Martius, seguindo as normas estabelecidas pela *Revista* desde 1841, que afirmava, por exemplo: *"As excursões cientificas porêm não se destinam sómente a colligir copis, desenhos, ou descripções de monumentos. (...) a'guma vez succede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exactidão, sem exame e conhecimento dos logares em que se passaram as scenas relatatdas, ou sem determinar, segundo os principios da sciencia, a posição geographica desses logares."*[120]

As narrativas constróem um tempo e um espaço fechados, nos quais o cotidiano não encontra voz. A historiografia do século XIX é, dessa forma, amparada e afastada de qualquer outro modelo cultural descritivo. Para quem o Barão narra suas viagens?

Este questionamento atende, conforme descrito anteriormente, ao público da *Revista do IHGB*, uma confraria literária que produziria uma História com sua interpretação, usada de forma a servir aos interesses de poucos. A raiz acadêmica de Homem de Mello, moldada nas Arcadas do Largo São Francisco, manifesta-se de forma ampla e encontra amparo no corpo editorial da *Revista*. Observa-se, conforme já citado, a estreita ligação do historiador com as facetas apresentadas pela historiografia do período.

Essa cientificidade presente na *Revista*, condizente com a grande maioria do pensamento cultural do período, serviria para criar uma aura mística do predomínio regional da Corte sobre as outras regiões brasileiras. Seria uma tentativa de estabelecer um domínio sociocultural, que tinha como base uma revista patrocinada pelo Imperador, um monarca que tinha em torno de si toda uma memória apta a dar um "(...) *nítido caracter brasileiro* a nossa cultura".[121]

Nessa memória criada pelo IHGB, inserem-se os trabalhos de Homem de Mello, que, em conjunto com outros autores, aglutinam uma mística ao buscar na razão cultural, uma centralização política para o Império. Os artigos atraem para si a exploração e o conhecimento de lugares distantes e inimagináveis, como se o Império se estendesse

---

[120]PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possivel de documento, relativos á Historia e Geographia do Brasil? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.3, p.151, 1841.

[121]SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. p.127.

para além das fronteiras nacionais, uma falsa adaptação, baseada nos modelos ingleses e franceses, da vasta extensão dos domínios do Imperador.

A Corte e todo seu teatro financiam o comportamento dos cientistas exploradores, que confundem conhecimento do território com um modelo da busca do exótico e inexplorado como é possível perceber na relação de artigos publicados durante o século XIX. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, "Uma análise do conteúdo da Revista nos revela a incidência de três temas fundamentais, que chegam a absorver 73% do volume de publicações, quer em termos de fontes, quer em termos de artigos e trabalhos, o que atesta o peso deste complexo temático no projeto de escrita da história nacional. São eles a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate da história regional." [122]

Nessa análise, percebe-se que o interesse regional adquire significados palpáveis ao lado das questões indígenas, possivelmente uma característica da herança dos escritos de Carl F. P. Von Martius, de 1845, *Como se deve escrever a história do Brasil*, trabalho que ganharia um prêmio do IHGB, sendo publicado no n.24, de janeiro de 1845, da Revista do Instituto.

Na análise do contexto da História regional, é possível buscar uma relação direta entre a escrita e a interação do território, característica que se desdobraria para a presença das expedições científicas e exploratórias patrocinadas, em grande parte, pelos financiamentos do Instituto, amparado quase que exclusivamente pelo Estado Imperial. É desnecessário comentar o comprometimento da produção literária do Instituto com as necessidades de sustentação de uma elite administrativa na representação direta da figura de seu Imperador.

Como o modelo literário da *Revista do IHGB* influenciou a formação sociocultural presente no após a segunda metade do século XIX? Qual a penetração das idéias no contexto de uma população afastada da cultura letrada que predominava notadamente no interior do país, e também pelo território da Província de São Paulo?

---

[122]GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos; O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p.21-22. 1988. Ver também interessante artigo, responsável pela coleta documental inicial analisada por Guimarães: POPPINO, Rollie. E. A century of the RIHGB. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, p. 307-323, may 1953.

O mecanismo cultural presente no corpo editorial das Revistas do IHGB não atingia a grande massa e, assim, a propagação das idéias encontraram, aparentemente, dois caminhos opostos e diferenciados, que indiretamente tornavam-se tangentes.

O primeiro resume-se na criação de elementos e personagens mitológicos, em que suas façanhas exploratórias corriam de "boca-a-boca" tornando o elemento territorial conhecido como "sertão", um fator a ser explorado e consumido. Outro seria uma espécie de tentativa de popularização das chamadas idéias científicas, com a publicação de artigos mais amenos em elementos de circulação mais ampla, como as presentes nos chamados "almanaques."

Homem de Mello pode ser considerado um desses personagens mitológicos que procuravam formular uma nova leitura dessa tentativa do Estado de integrar o território e sua população.

3.4 Homem de Mello e os Almanaques

Uma das facetas do trabalho historiográfico do Barão Homem de Mello encontra-se divulgada em vários Almanaques produzidos da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX.

Esse tipo de literatura encontrava um público consumidor diferenciado em relação àquele para o qual era composta a *Revista do IHGB*. Ao contrário do cientificismo presente no corpo da *Revista*, os trabalhos divulgados nesses Almanaques atingiam um leque maior do público alfabetizado do país e imprimiram uma marca cultural significativa, que serve de base para a observação de um panorama amplo da formação do pensamento coletivo dos grupos sociais da época.

O Almanaque, como estrutura literária como foi concebido como uma obra prática de permanente consulta ou mesmo em relação à diversidade das matérias publicadas, de um diletantismo que marcou profundamente sua constituição editorial.

Convém lembrar a idéia discutida anteriormente pela historiadora Lise Andries, na qual para o Almanaque é possível associar uma história de longa duração.[123]

A origem do Almanaque, apresentada inicialmente em formato manuscrito, remonta á Antigüidade Clássica, entre os séculos XIII e VII antes de Cristo, transmutada em formato de calendário astrológico ou cronológico, já no início da Idade Moderna.[124]Deste período, é memorável, como exemplo, o *Almanach Perpetuum* do judeu Abraham Zacut – conhecido em Portugal por Abraão Zacuto –, editado em Lisboa em 1473. Zacuto era astrônomo na Corte de Dom João II e conta a lenda que ele teria fornecido uma série de informações astronômicas e náuticas a Cristovão Colombo, elementos que teriam ajudado o navegador a sustentar suas teorias, que levaram à chegada dos europeus no Novo Mundo. Sabe-se apenas que o *Almanach* de Zacuto permaneceu em uso até meados do século XVII, sendo usado e citado por navegadores de vários países europeus no período.[125]

No Brasil, esse tipo de publicação é organizado, inicialmente, nos moldes das similares portugueses mas com o seu desenvolvimento, adquire características próprias. O primeiro a ser publicado, – referindo-se às informações do território brasileiro –, embora editado e impresso em Lisboa, foi o *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792,* que apresentava uma listagem das pessoas empregadas na administração colonial, especificamente na cidade do Rio de Janeiro.[126]

Na seqüência, isto é, a partir de 1808, já com a liberação das atividades impressoras no Brasil, tem-se, no século XIX, uma multiplicação desse tipo de publicação nas Províncias do país. Em 1812, como exemplo, aparece na cidade da Bahia uma publicação com essas características, o *Almanach para a cidade da Bahia; Anno 1812; Na*

---

[123]ANDRIES, Lise. Almanaques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa*: a imprensa na França (1775-1800). São Paulo : EDUSP, 1996. p.289.

[124]CORREIA, J.D.P e GUERREIRO, M. V. Almanaques ou a Sabedoria e as Tarefas do Tempo. *Revista ICALP*, Lisboa, v. 6, p.43, Ago./Dez. 1986.

[125]Para mais detalhes ver: ALBUQUERQUE, Luís. Introdução. In: ZACUTO, Abraão. *Almanach Perpetuum*. ed. Fac-Similar. Lisboa : Casa da Moeda/ Imprensa Nacional,1986.

[126]Para uma relação completa do almanaques publicados na cidade do Rio de Janeiro ver: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : IHGB, ano 159, n. 400, jul./set. 1998. p. 870.

Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, chamado pelo autor de *Almanach ou roteiro civil,* por contemplar uma listagem de membros da administração provincial, além de uma série de elementos normativos necessários, especialmente, aos conhecimentos de comerciantes e mercadores.[127]

Para a Província de São Paulo, a primeira obra desse tipo aparece de forma tardia – como toda a produção editorial local –, em 1856, quando J.R. de Azevedo Marques, um dos pioneiros da imprensa paulista, edita seu *Almanak administrativo, mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857.* O formato editorial da obra mostra como esse tipo de publicação penetraria o universo cotidiano da Província, ainda carente de elementos nos quais fossem condensados os dados administrativos e documentais da região, repetindo-se, como nos seus similares publicados em outros locais, a função de servir, notadamente, como veículo propagador dos elementos da administração central.

No caso específico da Província de São Paulo, essa função supriu a falta de informações, conforme comentado, pertinentes à organização administrativa, com a divulgação de leis e decretos, itinerários dos correios, composição administrativas das cidades da Província, entre outras várias informações.

Sabe-se que havia uma grande carência na divulgação dos atos administrativos relacionados à Província na primeira metade do século XIX. Não existia, por exemplo, um órgão oficial responsável pela impressão e divulgação das resoluções tomadas pelos membros do governo provincial. Buscando suprir essa falta, em 1847, a lei de número 333, de 27 de fevereiro, autorizava o governo a contratar a impressão da *Folha Official*, três vezes por semana, com a produção de 500 exemplares.[128] Já em 1862, o governo contratava os serviços da tipografia de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, o então proprietário do *Correio Paulistano,* para a impressão de todos os atos administrativos, e no

---

[127]Para mais detalhes ver: CASTRO, Renato Berbert de. Os doze primeiros almanaques baianos. In: ALMANACH CIVIL, POLÍTICO, e COMMERCIAL da CIDADE da BAHIA *para o anno de 1845*. ed. Fac- Similar. Salvador : Secretaria da Cultura e Turismo; Fundação Cultural do Estado; diretoria de Bibliotecas Públicas, 1998.p.XVII – XXII.

[128]BOURROUL, Estevão Leão. A Typographia no Brazil. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v. XIII, p.34. 1908.

caso das leis e Posturas Municipais, se poderia chegar à cifra de 1000 exemplares, quantidade bastante significativa para a uma publicação no período.[129]

Apesar dessa iniciativa, são os Almanaques um dos principais veículos de divulgação dos atos administrativos, em especial nas décadas iniciais da segunda metade do século XIX. Além dessa característica e, no caso específico do Almanaque de 1856, de Azevedo Marques, há ainda, no corpo da obra, uma *Breve notícia de alguns acontecimentos relativos á Província de São Paulo,* na qual é descrita de forma sumária, ano a ano, entre 1531 e 1856, a História da Província, condensada em seus principais acontecimentos: uma história factual, aparentemente útil à compreensão do cotidiano em curso. Percebe-se que as idéias da historiografia desenvolvidas por Homem de Mello já estavam presentes no formato de apresentação da história local e havia toda uma diretriz intelectual orientando a produção historiográfica a ser elaborada

No texto do Almanaque, elaborado – segundo uma indicação presente na edição – com base em uma consulta ao *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, do marechal Daniel Pedro Müller, editado na capital em 1838, repete-se a construção de uma história descritiva pelos seus fatos mais significados. Acima de tudo, o *Breve Resumo,* – título apresentado no Almanaque – mostra uma faceta que dá sentido à produção de uma história para aquele momento, diante da falta de obras de referência para a compreensão da História da capital e da Província, característica que seria parcialmente suprida no ano seguinte com a edição da obra inicial de Homem de Mello, ou seja, seu *Estudos Historicos Brasileiros,* de 1858 e citado anteriormente.

Nota-se, dessa maneira, que o uso do Almanaque serviria a uma consulta constante, ou como guardião de uma memória selecionada, ou em virtude da utilidade das informações presentes, influenciando dessa maneira o seu leitor.

É no trabalho de J.R. de Azevedo Marques que encontramos a primeira referência à participação de Homem de Mello no contexto desse tipo de publicação. A princípio de forma tímida, com o envio de informações administrativas referentes, aparentemente, à cidade de Pindamonhangaba, terra natal do Barão, conforme cita, entre

---

[129]BOURROUL, Estevão Leão. A Typographia no Brazil. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v. XIII, p.34. 1908.

outros colaboradores, o próprio Azevedo Marques em prefácio ao seu Almanaque para o ano de 1858: *"Pelo que respeita aos dados estatiscos* (sic.) *da provincia, cujo ensaio apresentamos no presente anno, cumpre-nos tambem declarar que a despeito dos exforços que empregámos não podémos conseguir de alguns minucipios esclarecimentos que nos habilitassem a offerecer noticia alguma delles./ O que a este respeito conseguimos devemos ao concurso dos distinctos cavalheiros, cujo nomes aqui transcrevemos como um publico testemunho de nosso reconhecimento*."[130]

Entre 1858 e 1875, há um afastamento do Barão Homem de Mello desse tipo de publicação pois é o período coincidente com suas atividades políticas em conjunto com o desenvolvimento de sua presença no corpo da *Revista do IHGB*. Apesar dessa característica, Homem de Mello, já no cargo de Conselheiro do Império, retoma suas colaborações literárias em 1875, no famoso *Almanach Litterario Paulista para o anno de 1876,* publicado em São Paulo por José Maria Lisboa, Abilio Marques e J. Taques, nas oficinas da *Typographia da Provincia de São Paulo,* no ano de 1875.

Homem de Mello, nesse Almanaque, publica um artigo referente à *Egreja Matriz de Pindamonhangaba,* escrito vinte anos antes, ou seja, em 1856, época em que ainda era estudante da Academia. As informações organizadas pelo Barão elogiam a religiosidade paulista e a capacidade de transmitir em seus monumentos *"a admiração e o respeito das edades futuras".*[131] O artigo transcorre no tom de uma narrativa histórica comparativa, na qual as virtudes e os defeitos dos homens são apreciados com a aproximação direta com outros acontecimentos, semelhantes ou não ao fato abordado. Esse trabalho aproxima-se, pelo teor literário, aos seus primeiros escritos na época da Academia de Direito e em especial de seu *Estudos Historicos Brasileiros,* publicado em São Paulo pela *Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes*, conforme citado, em 1858. Nesse trabalho, além da cronologia, há o elemento biográfico descritivo, que é percebido, por exemplo, na análise dos atos do Imperador Dom Pedro I.

---

[130] *ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE S. PAULO para o anno de 1858.* MARQUES, J. R. de A. e Irmão (orgs.). 2.anno, São Paulo : Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1857.p. III – IV.

[131] MELLO, Francisco I. M. Homem de. A Egreja Matriz de Pindamonhangaba. In: *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876*: 1.º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 73.

No mesmo *Almanaque de 1876*, há um outro trabalho do Barão, dessa vez relacionado a Francisco Antonio Pereira de Carvalho, o arquiteto responsável pela edificação da Igreja matriz de Pindamonhangaba. Esse estudo aparece no corpo do Almanaque como que a completar aquele escrito pelo autor ainda na época de estudante. Homem de Mello produz um texto, sem data, aparentemente no mesmo ano que o Almanaque é publicado, ou seja, 1875. Com certeza, sabe-se que o estudo biográfico é realizado após 1864, pois consta no corpo do texto como referência da data na qual faleceu o biografado. O tom do artigo de Homem de Mello, como afirmado, é biográfico e assemelha-se diretamente aos trabalhos que desenvolve no período. Pode-se também, pela única data confirmada no texto e pelo tom desenvolvido, aproximá-lo ao seu *Esboços Biographicos*, publicado no Rio de Janeiro, pela *Typographia do Diario* do Rio de Janeiro, em 1862.

Na análise formal desses trabalhos de Homem de Mello, percebe-se a faceta do professor e historiador, preocupado diretamente em comentar os fatos pela publicação dos dados recolhidos. A presença desses estudos em uma obra como um Almanaque garantiu a circulação de seus pensamentos e, de certa forma, ajudou a ratificar o modelo historiográfico presente, estabelecendo um padrão estilístico que fundamentou a imagem do Barão como um pensador e construtor da história brasileira do século XIX. Os estudos de história regional aparecem de forma ampla, demonstrando uma proximidade com as idéias presentes no corpo da *Revista do IHGB*.

Como jovem pensador desse modelo cultural em desenvolvimento, Homem de Mello aparece em destaque nos escritos de Augusto Emílio Zaluar, que ainda dedica seu trabalho mais famoso, *Peregrinação pela Província de São Paulo,* ao então jovem *Doutor F.I.M. Homem de Melo*. Sobre o futuro Barão, comenta Zaluar, ao passar pela cidade de Pindamonhangaba na companhia de alguns viajantes: "*Fazem parte dêste grupo alguns amigos, cujos nomes me é doce recordar (...) o meu jovem e talentoso amigo Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, inteligência superior, que a pátria já conta como um de eus filhos mais ilustres e a imprensa como um dos mais nobres pelejadores nas lutas do pensamento (...).*"[132]

---

[132] ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo : Edusp; Belo Horizonte : Itatiaia, 1975. p.96.

Zaluar não poupa elogios a Homem de Mello, pois o futuro Barão, ao fazer parte dessa elite administrativa regional – em 1860, Homem de Mello era presidente da Câmara Municipal de Pindamonhangaba –, auxiliou, e muito, a viagem desenvolvida por Zaluar, igualmente acompanhando o viajante entre as cidades de Pindamonhangaba e Taubaté. Da fala de Zaluar, chama atenção sobre a questão de Homem de Mello ser *"um dos mais nobres pelejadores nas lutas do pensamento"*, idéia que mostra como sua imagem professoral começava a se formar.

Esse envolvimento com as aventuras exóticas e míticas da penetração do sertão, encabeçada por personagens como Homem de Mello, mostram-se ainda no aspecto da ficção literária. É de autoria do próprio Zaluar o romance *O Doutor Benignus*, escrito e publicado em 1875 em dois volumes, pela *Typographia do Globo*, localizada no Rio de Janeiro, que narra as peripécias e aventuras de um cientista na exploração dos chamados "sertões desconhecidos" do país. Torna-se curioso o fato de a obra aproximar-se e muito das narrativas ficcionais de Julio Verne, com a descrição de novos aparelhos científicos que usavam-se de uma das mais modernas descobertas da época, a eletricidade. Tais elementos caracterizam o romance de Zaluar como a primeira obra de ficção científica escrita no Brasil.

Zaluar inspirou-se em acontecimentos que ocorreram no país na primeira metade do século XIX, como a história do Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha – cujo nome relaciona-se diretamente ao principal protagonista do romance –, nomeado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1840, para comprovar a existência de uma Cidade Perdida e supostamente localizada no interior da Bahia. O mito da existência da cidade nasce na descoberta, em 1839, de um manuscrito anônimo conhecido como *Relação historica de uma occulta, e grande povoação antiquissima sem moradores,* hoje chamado de *Manuscrito número 512* pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional. O naturalista Manuel Ferreira Lagos foi o responsável pela descoberta, que imediatamente encantou os membros do Instituto Histórico.[133] No capítulo VII do romance de Zaluar, também é relatada a descoberta de um misterioso manuscrito: *"(...) uma misteriosa folha de papiro, onde*

---

[133]Para mais detalhes ver: LANGER, Johnni. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.43, p. 127-152. 2002.

estava debuxado aquele emblema [a representação do Sol sobre a descrição indígena: *À Pora*] *e as palavras indígenas, que o sábio ainda não tinha podido compreender senão por meio de uma intuição pôr bem dizer profética."*[134]

A importância do achado da cidade misteriosa, cuja veracidade das informações nunca foi comprovada, está na necessidade de afirmação da identidade do próprio Império como instituição administrativa, detentora de um conhecimento aparentemente milenar, componente de concretização para as suas bases culturais. A busca por elementos de confirmação da memória nacional, associados a um passado de glórias edificadas em ruínas arqueológicas de uma antiga e avançada civilização perdida, vai ao encontro das descobertas arqueológicas desenvolvidas, por exemplo, pela França e pela Inglaterra no Egito. Observa-se tal referência no próprio achado descrito no romance de Zaluar, ou seja, o manuscrito confeccionado em uma folha de papiro.

Como referência, deve-se lembrar que Champolion havia desenvolvido um processo de interpretação para os hieróglifos egípcios desde 1822, no mesmo momento que o Brasil começava a criar sua identidade como Nação. O processo de criação de uma memória milenar para essas nações ocorreu paralelamente com a pilhagem dos Patrimônios Culturais dos países dominados pela expansão imperialista do final do século XVIII à primeira metade do século XIX, associado diretamente ao desenvolvimento da tecnologia ligada a Revolução Industrial. Eric Hobsbawn lembra que nesse momento as sociedades tiveram que inventar ou mesmo instituir novas tradições, elemento chamado pelo historiador de "redes de convenções", criadas para facilitar "operações práticas". Liga-se a essa nova realidade a criação de uma memória coletiva para o Estado Nação que molda as raízes de sua existência num passado glorioso e interpretado a luz da ciência.[135]

Há na propagação dessa história, e pelo seu resgate na narrativa ficcional de Zaluar, a inserção do país no contexto de uma realidade cultural internacional propícia a satisfazer os membros de uma elite administrativa que procura criar referência para a

---

[134]ZALUAR, Augusto Emílio. *O Doutor Benignus*. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1994.p. 84.

[135]Sobre os aspectos da propagação da memória e a formação da identidade dos grupos sociais ver: HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. p.11. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

identificação do país como Nação, baseando-a em aspectos científicos propagados pelo etnocentrismo das nações européias.

A personalidade de Homem de Mello e seus trabalhos históricos e geográficos sempre foram enaltecidos com a representação de ser uma pessoa que sempre trabalhou pela verdade e pela justiça, afirmação eternizada, por exemplo, na obra de Martin Francisco.[136]

Contrariar as idéias científicas formuladas por Homem de Mello não era um fato comum, tanto que só foi possível localizar um artigo criticando-as, relacionado diretamente às colocações formuladas na publicação de seu *Atlas do Brazil* em 1909.

Trata-se de um trabalho intitulado *A Grandeza do Brasil,* de Aug. Padtberg S.J., publicado no corpo do *Almanaque Brasileiro Garnier para o anno de 1912.* O autor critica a fórmula que Homem de Mello usou para medir a extensão total do território brasileiro: para o Barão, o tamanho do território, chamado na época de "cálculo planisférico", era de 8.061 260 Km2.

Argumenta Padterg, contrariamente às informações de Homem de Mello, que a verdadeira extensão era de 8.550.000 Km2, procurando demonstrar que o grande conhecedor da geografia nacional, autor do famoso *Atlas* elogiado até por Euclides da Cunha, havia errado, e muito, em suas análises.[137] Padterg estava certo mas não totalmente correto pois também errou, por menos que o Barão, no seu "cálculo planisfério". Acredita-se que o Barão não tenha respondido às críticas apresentadas pelo seu interlocutor, talvez por observar, também, seu erro. Apesar da discussão, nota-se unanimidade de aceite de suas idéias e opiniões, característica que mostra a penetração que seus trabalhos encontraram no cotidiano cultural do país naquele momento.

---

[136]FRANCISCO, Martin. *Contribuindo*. São Paulo : Monteiro Lobato & Cia., 1921.p.29

[137]S.J., Aug. Padtberg. A grandeza do Brasil. A*lmanaque Brasileiro Garnier para o anno de 1912*. Paris : Typographia H. Garnier, ano X, p. 214- 218. 1912.

3.5 O *Almanaque Garnier* e Outros Almanaques: a Propagação do Modelo Literário de Homem de Mello

Entre 1903 e 1914, nas décadas iniciais da República, aparece no Rio de Janeiro uma publicação periódica que influenciaria muito o panorama cultural do período. Trata-se do *Almanaque Brasileiro Garnier,* que circulou por todo o país, trazendo um amplo rol de informações das mais variadas categorias. Pode-se afirmar que o modelo literário pelo qual é caracterizado o Almanaque visava, segundo Eliana R. de Freitas Dutra, a " um público mais amplo e menos específico."[138]

De fato, essa categoria literária moldou a forma de comportamento de um público e tornou-se, em conjunto com os periódicos diários, na passagem do século XIX às décadas iniciais do século XX, um dos principais meios de propagação de um conhecimento para a maioria da população letrada, e assim, é sintomática a presença de artigos de Homem de Mello no contexto dessas publicações.

O Barão publica dois textos no corpo editorial do *Almanaque Garnier*. O primeiro segue sua tradicional linha de abordagem, ou seja, trata-se de uma biografia de Vicente Coelho de Seabra e Telles. O texto, intitulado *Um cientista brasileiro no século XVIII,* aparece na publicação de 1903 e demonstra como o Almanaque, desde sua aparição, servia a um propósito de divulgação da idéia de cientificidade em curso no país.

No Almanaque seguinte, de 1904, Homem de Mello publicava *A história do calendário* e estabelecia uma ligação direta entre os acontecimentos humanos e sua permanência, como instituição, no contexto da imutabilidade dos desígnios organizados pela Natureza. O Barão mostra que a idéia do calendário torna-se um elemento de preservação da espécie humana quando *"nos oferece um dos exemplos mais notáveis da lei da persistência histórica que caracteriza muitas das concepções mais levadas do espírito humano, sobretudo quando elas resultam da contemplação dos grandes fenômenos ou das leis imutáveis da natureza, como neste caso. Seu destino é atravessar as idades, perdurando por séculos e séculos sem fim."*[139] Seu texto, nesse

---

[138] DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O Almanaque Garnier, 1903-1914: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e história da leitura*. Campinas, SP : Mercado das Letras, 1999. p. 482

[139] MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. A história do Calendário. *Almanaque Brasileiro Garnier para o anno de 1904.* Rio de Janeiro : Garnier, 1903. p. 175.

período, é a marca de um intelectual preocupado com os fenômenos da ciência, em detrimento dos acontecimentos históricos.

O início do século XX mostra um modelo político, no caso o republicano, que necessita de instrumentos eficazes na confirmação de seus atos de organização política em um país que historicamente ainda vinculava-se aos elementos escravocratas e monarquistas, presentes no imaginário coletivo. Nesse caso, há espaço para personagens como Homem de Mello que, em sua fala, reproduz elementos do republicanismo em vigor.

A idéia republicana, em conjunto com sua simbologia, é encontrada em elementos diversos do cotidiano do país. Dessa forma, desde a configuração urbanística das cidades – ruas retas e espaço urbano em forma de tabuleiro de xadrez – até representações fotográficas dos acontecimentos – o exemplo de Canudos nas fotografias de Flávio Barros – mostram particularidades que trazem em seu contexto a imagem do regime em pleno amadurecimento. Na questão da fotografia, por exemplo, Boris Kossoy chama a atenção para "uma necessidade imperiosa de exaltação do conteúdo simbólico da *ordem e progresso*".[140]

A fala republicana é encontrada na busca constante da cientificidade inerente aos acontecimentos. Conhecer o país torna-se uma necessidade, que apesar de nascida na época do Império, encontra-se ainda em desenvolvimento durante o período republicano. Homem de Mello reflete em seus pensamentos a carga ideológica do regime e impõe a seus estudos essas características, pois ao falar do cotidiano, como no exemplo da história do calendário, demonstra a busca da racionalidade, da organização e da configuração de um modo de operação da sociedade atrelada a uma lógica capitalista de produção.

O produto, Almanaque, possui os elementos físicos necessários a sua inserção como bem de consumo imediato, tanto do ponto de vista material, o livro em si – seu pequeno tamanho garante uma portabilidade e uso maior no cotidiano – como imaterial – seu agrupamento diferenciado de artigos sustenta um caráter quase enciclopédico, atingindo um público diferenciado. Tal característica ajuda a entender seu sucesso editorial durante a segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX. No momento em que a imprensa periódica passa a ter maior qualidade de impressão – nas primeiras

---

[140]KOSSOY, Boris. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p.18, jan./dez. 1993.

décadas do século XX – e ganha em qualidade jornalística, credibilidade e distribuição, os almanaques perdem a razão de continuidade de sua produção. Esse elemento pode ser apreciado em uma das últimas publicações com essas características, ocorrida em 1940: *"O almanaque tem passado por phases distinctas. Já teve o seu explendor e a sua decadencia. Noutros tempos, ricos e pobres o disputavam, collocando-o em lugar visivel dos seus lares, para melhor e mais facilmente manuseal-o. (...) Mas esse genero de publicação perdeu os seus encantos logo após as descobertas modernas e o advento da revista que periodicamente, e com mais frequencia forneciam leitura amena sobre assumptos diversos. Estas foram as causas apparentes do seu desprestigio;(...)."*[141]

O formato literário atribuído para um almanaque, nesse momento, garante uma penetração maior, não só das idéias do Barão, como também oferece um contorno palpável às realidades do regime. Essa característica é visualizada no mesmo *Almanaque Garnier de 1907,* quando o *Atlas* revisto pelo Barão, produzido em 1882, na ausência de uma obra mais atualizada, é indicado aos leitores do *Almanaque* para o conhecimento da geografia do país. No caso do Estado de São Paulo, por exemplo, o Almanaque funde o conhecimento cartográfico com ilustrações fotográficas, associando a questão do conhecimento científico com sua divulgação pelo uso da fotografia.

Na página 174 da obra, figura o mapa de São Paulo elaborado por Homem de Mello, em 1882, e, na página seguinte, 175, há um conjunto de fotografias que ratificam a idéia de "Ordem e Progresso". A fotografia que abre a página mostra o *Observatorio astronomico do General Dr. Couto Magalhães* (impressão sobre papel, 14 cm x 4,5 cm), que serve de introdução ao texto relacionado ao Estado de São Paulo. Essa fotografia foi realizada, por volta de 1895, por Paulo Kowalsky, aparecendo na página 55 da obra *São Paulo,* de Gustavo Koenigswald, editada na capital nesse mesmo ano. Há, dessa maneira, um aproveitamento do material já existente que tenha circulado de forma mais ampla, relacionado ao conhecimento do Estado e a suas características socioculturais.

---

[141] ALMANAQUE DO 'O ESTADO DE S. PAULO'*: 1940*. São Paulo : Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, Dezembro de 1939.p. 01. Muitos outros Almanaques foram publicados, em especial no Estado de São Paulo após 1940, mas perderam o caráter enciclopédico transformando-se em veículo de propaganda, notadamente de laboratórios farmacêuticos, nas décadas de 1960 e 1970, como no caso dos famosos Almanaques *Renascim Sadol*, nos quais a informação tornava-se propriedade particular. Sobre esse assunto ver: PARKE, Margareth B. *Histórias e leituras de Almanaques no Brasil*. Campinas –SP : Mercado de Letras; ALB; São Paulo : FAPESP, 1999.

Seguindo a apresentação do texto, mostra-se uma fotografia de *Jorge Tebyricá* (impressão sobre papel 3,5 cm x 3,5 cm), o então Presidente do Estado, e *Francisco Glycerio* (impressão sobre papel 3,5 cm x 5,0 cm), campineiro, senador pelo Estado. Tais elementos iconográficos, associados ao texto, atestam de forma categórica a proposta do Almanaque, que, a seu modo, ratifica a opinião do sistema político representativo em vigor, conforme pode ser observado na **Prancha n.01**.

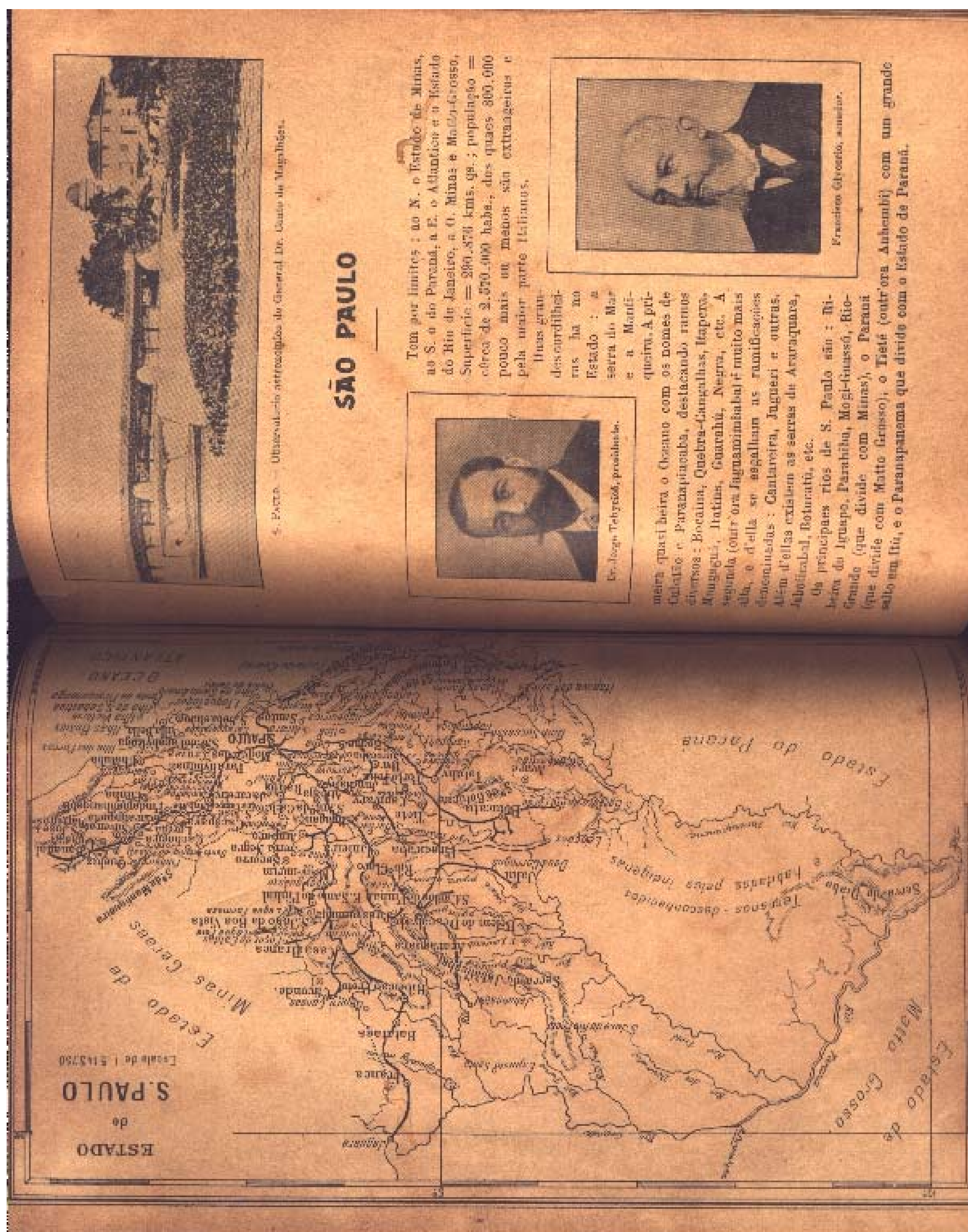
Na seqüência da apresentação dos dados estatísticos, geográficos e históricos do Estado, figura, na página 176, uma fotografia do bispo *Dr. José de Camargo* (5,0 cm X 8,0 cm); outra, na página 177, mostrando o Palacete H. Burchardt (10,5 cm x 12,5 cm); outra, na página 178, de Santos, *Vista do porto* (6,5 cm x 11,0 cm); mais uma de Campinas, na página 180, *Rua Barão de Jaguara* (7,0 cm x 8,0 cm); por fim, na página 181, uma fotografia exibindo a *Estação da Luz* (11,0 x 7,5) na clássica imagem realizada por Guilherme Gaensly, entre 1903-1904, elemento que ajuda a corroborar nossa afirmação sobre o aproveitamento dos materiais mais significativos em circulação. Essa imagem da Estação da Luz fazia parte de uma série de cartões-postais produzidos por Gaensly no período, série fotográfica que fez muito sucesso entre o público, estando presente em várias publicações sobre a cidade no período e mesmo posteriormente.

Observa-se nessa seleção iconográfica a confirmação ideológica dos pensamentos de uma elite dirigente, com as imagens que associam os principais centros urbanos do país com os responsáveis pelas realizações materiais do período. Percebe-se, também, que a cidade de São Paulo só é representada por sua Estação de Trem, elemento significativo do contexto econômico da capital naquele momento: local da chegada e saída das exportações cafeeiras.

A representação do Estado por meio de dados e imagens de seus locais mais conhecidos também se aplica com os outros Estados do país, mostrando a penetração do *Almanaque Garnier* de 1907. A presença, no contexto do *Almanaque Garnier*, dos mapas elaborados pelo Barão, em 1882, mostra que a obra da qual participou, o *Atlas do Império do Brazil,* de 1882, ainda é vista como de grande utilidade. [142]

---

[142]Essa característica também é observada nos outros anos de publicação do Almanaque, mas nesse ano ela é sentida de forma mais acentuada.



SÃO PAULO

Tem por limites : ao N. o Estado de Minas, ao S. o do Paraná, a E. o Atlantico e o Estado do Rio de Janeiro, a O. Minas e Matto-Grosso. Superficie = 290.876 kms. qs. ; população = cêrca de 2.570.000 habs., dos quaes 800.000 pouco mais ou menos são extrangeiros e pela maior parte Italianos.

Duas grandes cordilheiras ha no Estado : a serra do Mar e a Mantiqueira. A primeira quasi beira o Oceano com os nomes de Cubatão e Paranapiacaba, destacando ramos diversos : Bocaina, Quebra-Cangalhas, Itapera, Mongaguá, Itatins, Guarahú, Negra, etc. A segunda (outr'ora Jaguamimbaba) é muito mais alta, e d'ella se espalham as ramificações denominadas : Cantareira, Jugueri e outras. Além d'ellas existem as serras de Araraquara, Jaboticabal, Botucatú, etc.

Os principaes rios de S. Paulo são : Ribeira do Iguape, Parahiba, Mogi-Guassú, Rio-Grande (que divide com Minas), o Paraná (que divide com Matto Grosso), o Tieté (outr'ora Anhembi) com um grande salto em Itú, e o Paranapanema que divide com o Estado de Paraná.

Prancha n. 01. In: ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER para o anno de 1907. Rio de Janeiro : Garnier, anno V, p. 174. 1906. (Acervo IEB-USP).

O elemento de cientificidade pode ser encontrado no contexto deste *Almanaque*, pelo aparecimento de uma seção literária dedicada a *Erudição e Sciencia,* que se propunha apresentar *"as producções de maior e menor interesse para o conhecimento scientifico, moral e practico do Brasil. Aqui ficam agrupados alguns artigos e vulgarização, estudos da natureza, do povo, da língua, da historia, da archeologia e da ethnographia."*[143]

Na história dos almanaques no país e pelas próprias características da população letrada no período, observa-se a grande penetração desse gênero literário entre diversas camadas do povo brasileiro. No caso de São Paulo, para o século XIX é possível enumerar mais de uma centena de obras desse formato editadas entre 1856 e 1900.[144]

Esses dados confirmam o sucesso dos almanaques entre a população paulista, pois constantemente havia um editor na capital ou no interior formulando uma obra desse tipo. O almanaque traduzia o espírito do local de sua publicação, reunia os dados necessários para ratificar ou mesmo propagar, como exemplo, idéias administrativas em curso. Para tanto, convém lembrar o primeiro almanaque editado na Província, para o ano de 1857, que publicou, por exemplo, o Decreto n. 842 de 19 de setembro de 1855, alterando a lei de 19 de agosto de 1846, que tratava do novo sistema eleitoral do Império, também conhecida como *Lei dos Círculos.*

Observando ainda o *Almanaque Garnier*, vê-se que ele também trazia uma parte conhecida como a "Agenda". Os meses e seus respectivos dias eram apresentados com folhas em branco para anotações, chamadas de *Folha de Lembranças*, em que o leitor escrevia informações de interesse de seu cotidiano.

Homem de Mello é um dos personagens que contribuem, com seus artigos, para o sucesso editorial desse tipo de publicação que permanecia, mesmo ao findar dos anos, nas estantes, à espera de uma futura e curiosa consulta. Essa característica mostra que tal tipo de literatura não se esgotava junto com seu ano de referência, continuando a ser

---

[143]ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER para o anno de 1907.Rio de Janeiro : Garnier, anno V, p.226. 1906.

[144]Ana Maria de Almeida Camargo cita 103 obras deste gênero publicadas nesse período. CAMARGO, Ana Maria de A. *Os primeiros Almanaques de São Paulo*: introdução à edição fac-similar dos almanaques de 1857 e 1858. São Paulo : IMESP/DAESP, 1983.

procurada conforme a conveniência de seu proprietário. O Almanaque torna-se, pela característica de seus registros, uma memória de época.

A evolução cartográfica, ou seja, a maneira de se representar o território paulista, é parte de um processo sociocultural que se desenvolve paralelamente ao cotidiano da região. Esse cotidiano pode ser identificado diretamente com a evolução das localidades e a maneira como as mesmas se visualizam em seus monumentos urbanos, de forma a emoldurar perspectivas de compreensão das lutas sociais, políticas e econômicas em curso.

Mediante esse aspecto, a compreensão dos momentos históricos formativos torna-se fundamental para estabelecer a relação entre os homens e seus produtos mentais transmutados, por exemplo, em objetos iconográficos representativos de sua identidade coletiva.

4 DANIEL PEDRO MÜLLER, SUA OBRA CARTOGRÁFICA E O GABINETE TOPOGRÁFICO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Ao falarmos da Província de São Paulo por meio de sua cartografia e de suas representações fotográficas, torna-se necessário conhecer o processo constitutivo desses elementos iconográficos e de alguns personagens responsáveis pela formação e pelo reconhecimento do espaço do território paulista.

Entre esses personagens, no contexto cartográfico, destaca-se o Marechal Daniel Pedro Müller (? -1842). Sobre sua vida, pouco se sabe e a maioria das informações são dadas por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. O Marechal teria vindo para *"São Paulo como ajudante de ordens do governador e capitão-general Antônio José da França Horta (...) em 1802 (...).*[145]*"* Spix e Martius, viajantes naturalistas, em passagem pela cidade de São Paulo entre 1817 e 1818, comentam da presteza de Müller em arrumar-lhes acomodações e mantimentos para a estadia na cidade e elogiam a construção de *"um circo de madeira para touradas",* obra que estava sendo edificada por Müller fora da cidade.[146] Os viajantes referiam-se ao *Largo dos Curros*, atual Praça da República, na época, distante do centro urbano.

A obra mais famosa de Müller é literária. Seu Ensaio d'um quadro Estatístico da Província de São Paulo, publicado originalmente em 1838, tornou-se obra de referência no que alude ao estudo do desenvolvimento econômico da Província de São Paulo no período. O trabalho possui dados fundamentais para a análise da história da Província naquele momento, sendo reeditado em 1923. Em 1936, às vésperas do centenário de sua primeira publicação, Affonso de E. Taunay escreve um artigo elogiando o trabalho de Müller e o

---

[145]MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo.* Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1980. v.I. p. 212.

[146]SPIX, Johann B; MARTIUS, C.F.P. Von. *Viagem Pelo Brasil.* São Paulo : Melhoramentos; Brasília : INL, 1975.v.I. p. 115-116.

chama de "Patriarcha da Estatística no Brasil."[147].Ainda sobre ele, afirma Taunay: "A cartografia da região paulista deve-lhe optimos serviços. Collaborou muito com João da Costa Ferreira, Rufino José Felizardo e Costa e outros officiaes prestantes do Real Corpo de engenheiros cujos mappas tão gabados são. O seu mappa geral da Província de São Paulo, primeira carta impressa do território paulista, é excellente e deve ter-lhe custado enorme labor (...)".[148]

O Mapa de Müller, exposto na **Prancha n. 02**, simboliza a primeira forma oficial de representação do território da Província pois, além de impresso, foi aparentemente distribuído para vários órgãos administrativos dentro e fora da Província, garantindo uma circulação das idéias cartográficas padronizadas pelo conhecimentos científicos do engenheiro. Convém lembrar que a grande maioria das cartas topográficas produzidas até esse momento na Província de São Paulo eram manuscritas e restritas aos gabinetes governamentais.

Editado em 1837, como complemento de seu "Quadro Estatístico", foi, segundo o discurso de posse na Assembléia Provincial do então Presidente da Província Gavião Peixoto, em 07 de janeiro de 1838, litografado na França *"por não ser possivel conseguir este trabalho com perfeição, e preço rasoavel, dentro do Imperio."*[149]

Sobre o mapa composto por Müller no Catálogo da Exposição de História do Brasil, organizado por Ramiz Galvão em 1881, tem-se uma referência recolhida pelo Barão Homem de Mello: *"Mappa chorographico da provincia de São Paulo des. por Daniel Pedro Müller,... segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmittidos. Anno de 1837 & Gravé par Alexis Orgiazzi."*[150]

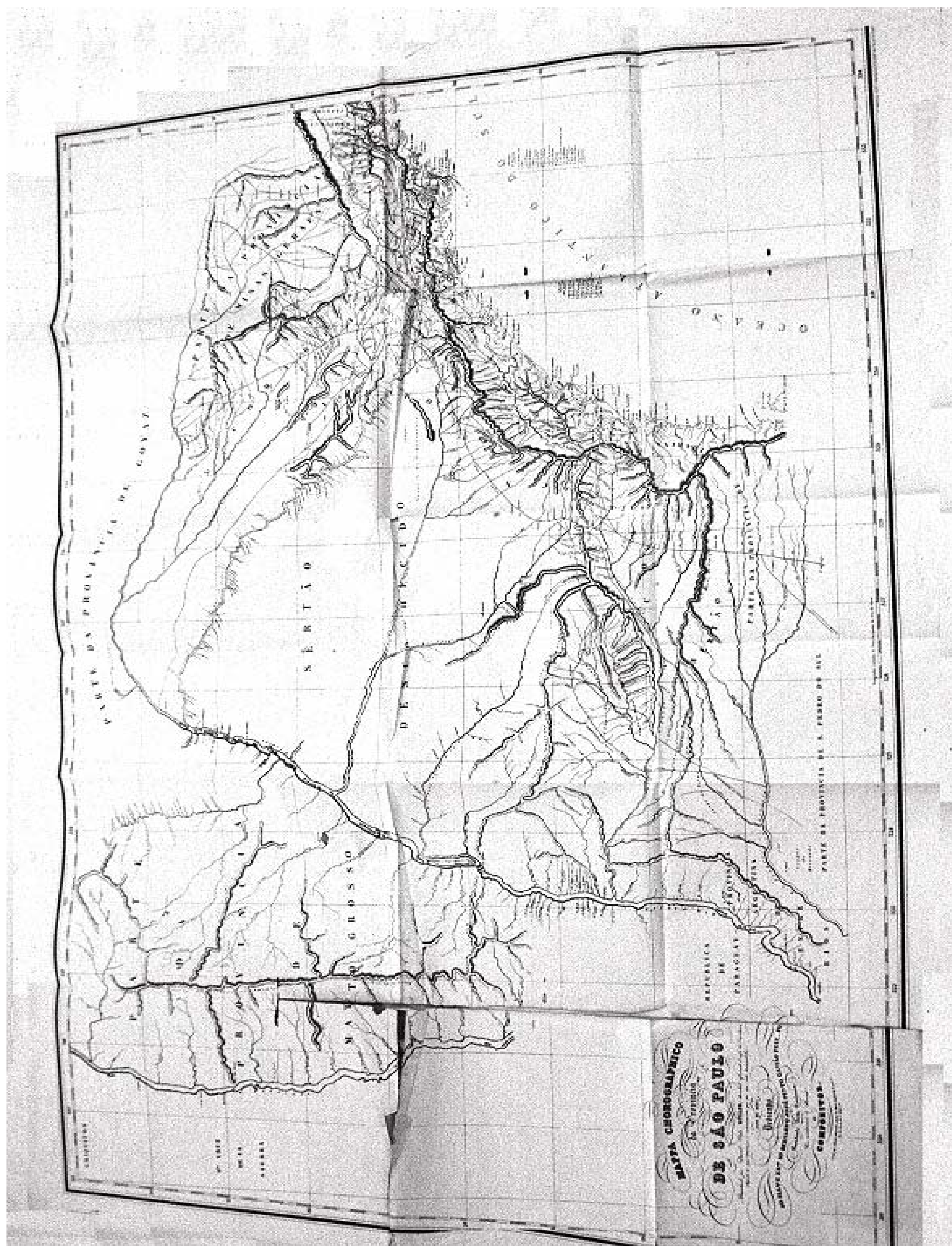
---

[147]TAUNAY, Affonso de E. Um Patriarcha da Estatística no Brasil. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio.* Rio de Janeiro, anno II, n. 21, p. 355, Mai. 1936.

[148]TAUNAY, Affonso de E. Op. Cit. p. 357-358.

[149]PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião. *Discurso de posse na Assembléa Legislativa Provincial.* São Paulo, 07 de janeiro de 1838. p. 10.

[150]GALVÃO, Ramiz (org.). *Catálogo da exposição de História do Brasil.* ed. Fac-Similar. Brasília : Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Tomo III, p.1634.



Prancha n. 02. MÜLLER, Daniel Pedro. Mappa Corographico da Provincia de São Paulo.(1837) In: TAUNAY, Affonso de E. *Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga*, v. I, São Paulo : Museu Paulista, 1922. (Acervo de Obra Raras FFLCH-USP).

Ao observarmos a forma que o mapa apresenta, nota-se um traçado definido pelos elementos geográficos. Os rios, neste caso o Grande e o Paraná, são os limites naturais usados como moldura para a inserção da totalidade do território, que apresenta em sua maior porção, ao Norte e Noroeste, indefinições quanto ao traçado, mostrando claramente um desconhecimento da região por parte de seu autor. Na parte mais a Leste, divisa com a Província do Rio de Janeiro, como também ao Sul, próxima à então Província de São Pedro do Sul – ambas ligadas diretamente ao litoral –, as localidades são conhecidas e classificadas, mostrando a estreita ligação entre o processo inicial da colonização portuguesa e a criação do significado e conhecimento do território. De fato, o processo econômico inicial proporcionou a propagação desse conhecimento que forjou uma política de ocupação, durante a época colonial e primeiros anos do Império, ligada quase que exclusivamente a essa porção do território. O mapa apresenta-se com as indicações cardeais padronizadas, isto é, o Norte apresenta-se como a parte superior do desenho, mostrando as afinidades de Müller com os elementos representativos da ciência cartográfica.

A idéia de orientação e leitura dos mapas pelo uso do Norte como ponto de referência apresenta-se por dois motivos distintos. O primeiro, atribuído à própria orientação magnética dada pela bússola. O segundo, por um aspecto político quando, com as grandes navegações ocorridas durante os séculos XVI e XVII, em especial pela escola cartográfica portuguesa, o mundo descoberto era tributário da centralização européia e assim condicionado na parte inferior das representações cartográficas produzidas.

Pode-se perceber essas características a partir da inserção das terras recém-descobertas, como no caso do Brasil. Um exemplo trata-se do *Atlas de Cantino,* produzido em 1502, ou mesmo as representações de Lopo Homem, cartógrafo do famoso *Atlas Miller,* produzido em 1554.[151] Nota-se que a regra vinculava-se em especial à representação do mundo por inteiro, para o qual há a questão da comparação imediata, ou seja, os continentes e suas relações políticas. Para partes dos territórios a serem ocupados e reconhecidos, a representação em terra não obedecia sempre a esse critério de orientação, ficando condicionada, notadamente, à expressão artística do cartógrafo, que orientava a

[151] AGUILAR, José. *História da cartografia*. Rio de Janeiro : Editora Codex, 1967.p. 145-149.

visualização de seu desenho pelas necessidades mais imediatas: mostrar partes selecionadas da área cartografada. [152]

Quanto ao mapa de Müller, deve-se pensá-lo também como a busca de mudança de uma mentalidade de ocupação e ao mesmo tempo como uma política de centralização do sistema administrativo. A inserção da expressão "Sertão Desconhecido" assume nessa representação cartográfica um sentido de classificação necessária para incorporar o território aos interesses de um Estado dirigente. Percebe-se, dessa forma, a criação de um índice de referência associado aos aspectos mnemônicos de seu produtor.[153]

No caso da Província de São Paulo, há grandes lacunas na evolução de sua produção cartográfica. Esse elemento transforma o território em um espaço sem demarcações específicas e as divisões interprovinciais são elementos praticamente ligados aos rios mapeados desde a época das Monções. Segundo Sérgio Conde de Albite Silva, que analisou essas características em relação à região sul do país, "os rios eram limitadores de território, caminhos para exploradores, rota para locomoção e transporte, além de ponto de partida para mapas."[154]

A tentativa pioneira, no caso da Província de São Paulo, de estabelecer os limites geográficos pela confecção de uma carta geográfica acontece ao final da primeira metade do século XVIII, com a produção de mapas que abrangiam regiões específicas, não fornecendo uma visão ampla do território da então Capitania, mas o mapa possuía a amplidão necessária ao jogo de poder em curso.

Ao final do século XVIII, essa política passa a se modificar de forma gradativa com o estabelecimento do governo de Dom Luís Antonio de Souza Botelho, o Morgado de

---

[152]Sobre o assunto, ver: *Mapas Históricos Brasileiros*. São Paulo : Abril Cultural, 1973. (Coleção Grandes Personagens da Nossa História). Nessa publicação, há um mapa que mostra parte do litoral paulista – entre São Vicente e Bertioga –, produzido em 1631 por João Teixeira Albernaz. A orientação cardeal dada ao mapa, por não apresentar um necessário elemento comparativo, coloca o topo da iconografia voltada para o Oeste e sua oposição ao Leste. O Norte é um simples elemento indicativo: o aspecto técnico sobrepõe-se ao político. (sem paginação) Item n. 33.

[153]CAVENAGHI, A. J. Uma leitura cartográfica da História: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC,. São Paulo, n.º 26 (Interpretando práticas de leitura), jan.-jun., 2003. p. 285-303.

[154]SILVA, Sérgio Conde de Albite. *Legenda Domino Tesorum Ourum*. Mapa jesuítico: análise e restauração. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. p. 74.

Mateus, que chega à Capitania para organizar a expansão territorial e proteger o território português contra o avanço espanhol.

Em 1770, aproximadamente, o território começa a ser mapeado de forma significativa e entre essas produções, é possível destacar a *Carta Chorographica de dous Certoens de Tibagy e Yvay novamente descubertos pelas ordens e instruçõens de D. Luis Antonio de Sousa Governador e Capitaõ General de S. Paulo anno de 1770.* Nesse estudo cartográfico, nota-se a incorporação inicial do território do *"Certam de Yvaý"* área compreendida na atualidade pela quase totalidade do Estado do Paraná. A fundação do forte de Iguatemi, na Praça de Nossa Senhora dos Prazeres, estruturaria militarmente a presença portuguesa na região. Entre os destaques da política administrativa proposta pelo Morgado de Mateus, segundo Heloísa Liberalli Bellotto, encontram-se "suas preocupações com a implantação de povoações. Sabia o quanto a fixação da população seria útil para o desenvolvimento social, e econômico da Capitania."[155]

Nessa característica (a expansão militar portuguesa e a fundação de cidades para a posse do território, usando como núcleo de irradiação a cidade de São Paulo) encontra-se a resposta inicial para o formato apresentado pelo mapa da Província desenvolvido por Müller em 1837, no qual o território paulista ainda é somado às terras do atual Estado do Paraná.

Morgado de Mateus também se preocupou com os limites territoriais ao Norte da Capitania, que ainda se encontravam indefinidos. Em 1776, foi mandada executar por suas ordens a *Carta Chorographica para a intellig. dos pontos das divizoes q' tem havido entre a Capitania de S. Paulo, e a de Minas Gerais.* A iniciativa de Morgado de Mateus traduz uma crescente necessidade da administração em afirmar-se territorialmente, ampliando, na medida do possível, o espaço a ser mapeado e classificado dentro dos interesses centrais.

A primeira formatação do território paulista acontece também sob o governo de Morgado de Mateus, com a produção do *Mapa corographico da Capitania de S. Paulo, que por ordem do illustrisimo e excelentisimo senhor Bernardo José de Lorena,*

---

[155]BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo. (1765-1775). São Paulo : Conselho Estadual de artes e Ciências Humanas, 1979. p.171

Governador, e Capitão General da mesma Capitania levantou o ajudante engenheiro Antonio Roiz Montezinho, conforme sua observações feitas em 1791 e 1792.

Sobre esse mapa, é possível observar que uma das principais preocupações da administração era catalogar e informar as diversas povoações existentes no território, além de traçar as linhas divisórias entre a Capitania e seus vizinhos, em especial Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Apesar de o mapa ter uma preocupação organizacional, nada é falado quanto à questão das terras não conhecidas, que eram muitas nessa época, ou seja, a expressão *"Sertão Desconhecido"* não é criada ou referenciada pois não fazia parte da preocupação da administração central naquele momento. Praticamente toda a área do interior do território paulista, com exceção da cidade de São Paulo e de algumas comunidades próximas aos rios, antigos caminhos das Monções, não era mapeada.

Os dados recolhidos por Montezinho e apresentados em seu mapa, basearam-se sobretudo em outros trabalhos confeccionados sobre o território paulista, elaborados no contexto de um mapeamento exploratório, como os estudos de Lacerda d' Almeida (Sul de Mato Grosso) e Cândido Xavier de Almeida e Souza (Oeste do Paraná e extremo Sul do Mato Grosso).[156] Percebe-se que a totalidade da produção cartográfica do período, além de ser realizada de forma quase artesanal – leia-se também uma produção voltada a ser armazenada em arquivos –, era restrita à consulta de uma elite administrativa, não atingindo o conhecimento de um determinado grupo social de forma generalizada.

A importância do mapa elaborado por Müller, em 1837, reside na ruptura desses elementos, ou seja, além de ser o primeiro mapa do território paulista a ser impresso, com a produção de várias cópias, foi aquele que, por ser de maior acessibilidade, chegou a um público mais amplo, não ficando restrito aos segredos administrativos de um Estado dirigente.

Para compreender o significado da obra cartográfica de Daniel Pedro Müller, torna-se necessário observar a política desenvolvida no período. A produção de seu mapa acontece no momento em que a direção do Estado precisa de instrumentos para afirmar-se administrativamente. Ainda em 1838, o Discurso de posse de Gavião Peixoto reserva uma

parte considerável do texto para referenciar o *Gabinete Topographico,* criado na cidade de São Paulo em 1835, mas, até aquele momento, ainda em fase embrionária. Segundo Peixoto, *"Este estabelecimento, (...) pelo menos pode fornecer pessoas aptas para a direcção dos trabalhos das Estradas, de que tanto necessitamos, pois que muito sensivel se torna a falta de quem faça explorações, levante plantas, e dê planos para semelhantes obras (...)."*[157]

Neste sentido, torna-se sintomática a expressão cartográfica de Müller: o governo procura afirmar e corroborar a expansão territorial da Província por meio de registro, demarcação e manutenção de suas estradas e caminhos fluviais. A criação da expressão *"Sertão Desconhecido"*, presente no mapa desenvolvido pelo Marechal, por exemplo, parece parte de uma rotina administrativa que procura apropriar-se do território para depois impor uma política de controle efetivo sobre o mesmo. Nesse sentido, é necessário a criação de padrões e modelos a serem seguidos, ou seja, um ponto de partida ou um centro irradiador de posturas de controle, característica representada pela presença da então capital da Província.

4.1 São Paulo Como Centro Irradiador de Posturas Administrativas

A caracterização da cidade de São Paulo como entroncamento de caminhos revela-se de forma crescente desde as primeiras décadas do século XIX. Francisco de Assis Vieira Bueno, em suas memórias do período, reforça essa idéia ao afirmar que *"o comércio de exportação da Província, alimentado somente pelo açúcar produzido no interior, apenas atravessava a cidade, movimentado pelas tropas de bestas, que passavam para o porto de Santos."*[158] Em 1810, quando é elaborada uma das primeiras plantas topográficas da urbe, confeccionada sob a responsabilidade do engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, essa característica já podia ser observada.

---

[156] Para mais detalhes do estudo de Matozinho ver: TAUNAY, Affonso E. *Collectanea de mappas da Cartographia paulista antiga*. São Paulo : Museu Paulista; Melhoramentos, 1922, p. 06.

[157] PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião. *Discurso de posse na Assembléa Legislativa Provincial.* São Paulo, 07 de janeiro de 1838. p. 4-5.

[158] BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A cidade de São Paulo*: recordações evocadas de memória; notícias históricas. São Paulo : Academia Paulista de Letras, 1976. p.15

Prancha n. 03. COSTA, Rufino José Felizardo e. *Planta da cidade de S. Paulo (...)* – 1810. In: SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [S.l. : s.n.], 1954. (Acervo Biblioteca de História e Geografia: FFLCH-USP).

No mapa, mostrado na **Prancha n. 03**, a cidade apresenta-se distribuída no seu plano e demonstra, na irregularidade de suas ruas, características coloniais de ocupação e povoamento. O modelo português de colonização caracteriza, na expressão clássica de Sérgio Buarque de Holanda, a impressão de desleixo e abandono.[159] Convém lembrar que essa idéia já não se encaixa na realidade das principais cidades do país no final do século XVII. Com o crescimento dos interesses portugueses em assegurar a defesa de suas possessões em terras brasileiras, observa-se, além do mapeamento dos aspectos topográficos dessas cidades, uma grande preocupação com o formato de suas ruas e a distribuição de suas habitações. Em cidades litorâneas importantes pelos aspectos econômicos de seus portos, tais como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, reformula-se os aspectos urbanos em vistas da proteção e manutenção do poder constituído. Nota-se que Salvador e Rio de Janeiro foram capitais políticas do país.

Nas principais cidades do interior do país, ligadas, por exemplo, ao ciclo aurífero notam-se também essas preocupações, embora ainda seja possível observar os vestígios da urbanização ligada a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda.[160]

Para a cidade de São Paulo a carta topográfica analisada apresenta uma grande preocupação do cartógrafo em traçar os caminhos que passam pela urbe. Benedito Lima de Toledo lembra que "além da região entre o Tamanduateí e o Anhangabaú estão perfeitamente definidos os principais recursos de expansão: *O caminho de N.S. do Ó,* saindo ao lado do Jardim Público (hoje Jardim da Luz); *O caminho da Luz*, passando pela ermida do mesmo nome e tendo como último edifício um *pouso."*[161]

O mapeamento das saídas da urbe, ou seja, seus trajetos de circulação, demonstra que o poder Provincial quer ressaltar a importância da cidade como centro de uma rede de caminhos. Tem-se o exemplo do próprio Bernardo de Lorena, que marca sua passagem pelo governo da Capitania com a construção de várias obras, entre elas, a famosa

---

[159]HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 16. ed. Rio de Janeiro : José Olympio. 1983. p.76.

[160]Sobre os aspectos cartográficos das antigas vilas coloniais ver: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : EDUSP; IMESP; FAPESP, 2000. Ver também: *Descobrimento e Colonização*: Brasil 500 anos. São Paulo : MASP, 2000. (Catálogo da Exposição).

[161]TOLEDO, Benedito Lima de. *O real corpo de engenheiros na Capitania de São Paulo.* São Paulo : João Fortes Engenharia, 1981.p. 137.

"Calçada de Lorena", que foi fundamental para agilizar o escoamento da produção açucareira do interior da Província para o porto de Santos.

A convenção da simbologia da representação passa, nesse momento, a vincular a realidade de acordo com as necessidades de um poder gerenciador. Nota-se, na confecção do mapa, uma espécie de rigor científico, detalhado no seu título *"Planta da Cidade de São Paulo. Situada em 23º,33',30" de Latitude Sul; e em 331º, 24', 30" de Longitude pelo Meridiano da Ilha do Ferro; Var. da Agulha 7º,15', N8 e levantada em 1810 pelo Engenheiro Rufino José Felizardo e Costa."*[162] Essa característica pode demonstrar a necessidade do Estado de estabelecer padrões representativos, como a questão da localização geográfica da urbe e, assim, dar seqüência às normas administrativas, pois o elemento pictórico, e toda a simbologia usada na sua confecção, garantem a concretização do poder constituído.

A sua orientação, apesar da presença da indicação da direção Norte, não se vincula à convenção clássica segundo a qual o mapa deve ser apresentado no sentido indicado pela seta dos pontos cardeais. Há uma liberdade do cartógrafo na organização da disposição do desenho. Norte e Sul são conseqüências do registro e não sua linha principal de orientação. Essa característica, conforme já comentado, não é observada no mapa de Müller em 1837, que é orientado em função da indicação do sentido Norte. Esse dado ajuda a corroborar a idéia da seleção dos espaços estabelecida pelo cartógrafo, ou seja, as questões centrais do registro atendem a posturas específicas do processo organizacional da urbe naquele momento.

O Rio Tamanduateí é registrado no alto da representação – em direção Leste – e torna-se referência para a orientação cartográfica estabelecida. Era notadamente por ele que muitas das atividades comerciais da urbe se desenvolviam. De lá, chegava-se ao Tietê, rumo ao interior e também às vilas de Santo Amaro, pelo Rio Pinheiro, também conhecido como Jurubatuba. Foi ao lado do Tamanduateí que a cidade começou – no Pátio do Colégio – e assim, o cartógrafo molda a representação apresentando o centro principal da urbe, alinhado aos seus caminhos de escoamento.

Essa preocupação com os caminhos também é expressa na obra mais conhecida de Müller: *Ensaio de um Quadro Estatístico.* Na obra, é inserido um mapa conhecido como

---

[162] SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [S.l. : s.n.], 1954.

Quadro de Itinerários, que mostra as principais estradas que cruzavam o território da Província tendo a cidade de São Paulo como centro irradiador dos caminhos.

Há uma particularidade interessante nessa produção iconográfica, o fato dela ter sido elaborada por Hércules Florence, com o uso de uma nova técnica por ele desenvolvida, a *Poligraphia*.

Hércules Florence, considerado um dos percursores da invenção da fotografia no mundo, realiza, em 1832, uma série de experiências fotográficas em Campinas, no interior de São Paulo. Dessas experiências, tem-se a informação de um registro da Cadeia da cidade. Boris Kossoy, ao detalhar os trabalhos desse fotógrafo, comenta as anotações de Florence referindo-se ao fato: *"Não passarei em silêncio hum incidente: he que em 1832 veio-me , sem premeditação a ideia da impressão pela luz solar. Obtive várias negativas, entre ellas, a da Cadeia de Campinas (...)."*[163] Sobre essa imagem, não há mais nenhum vestígio que tenha permanecido, mas ela pode representar o momento do aparecimento da necessidade de registro de uma localidade urbana no Brasil. A Cadeia de Campinas, na época, ficava em um edifício que também abrigava a Casa da Câmara e um açougue.[164]

Campinas, nesse momento, aglutina a administração de uma grande área da Província e sua Cadeia, marco da justiça e do poder do Estado, recebendo presos das cidades de Piracicaba, Limeira, Casa Branca, Rio Claro, Araraquara, Moji-Mirim, etc.[165]

Observa-se que o edifício representa a organização administrativa da cidade, tornando-se uma referência de identificação, e seu registro, no caso o fotográfico, um complemento da mentalidade que se desenvolve.

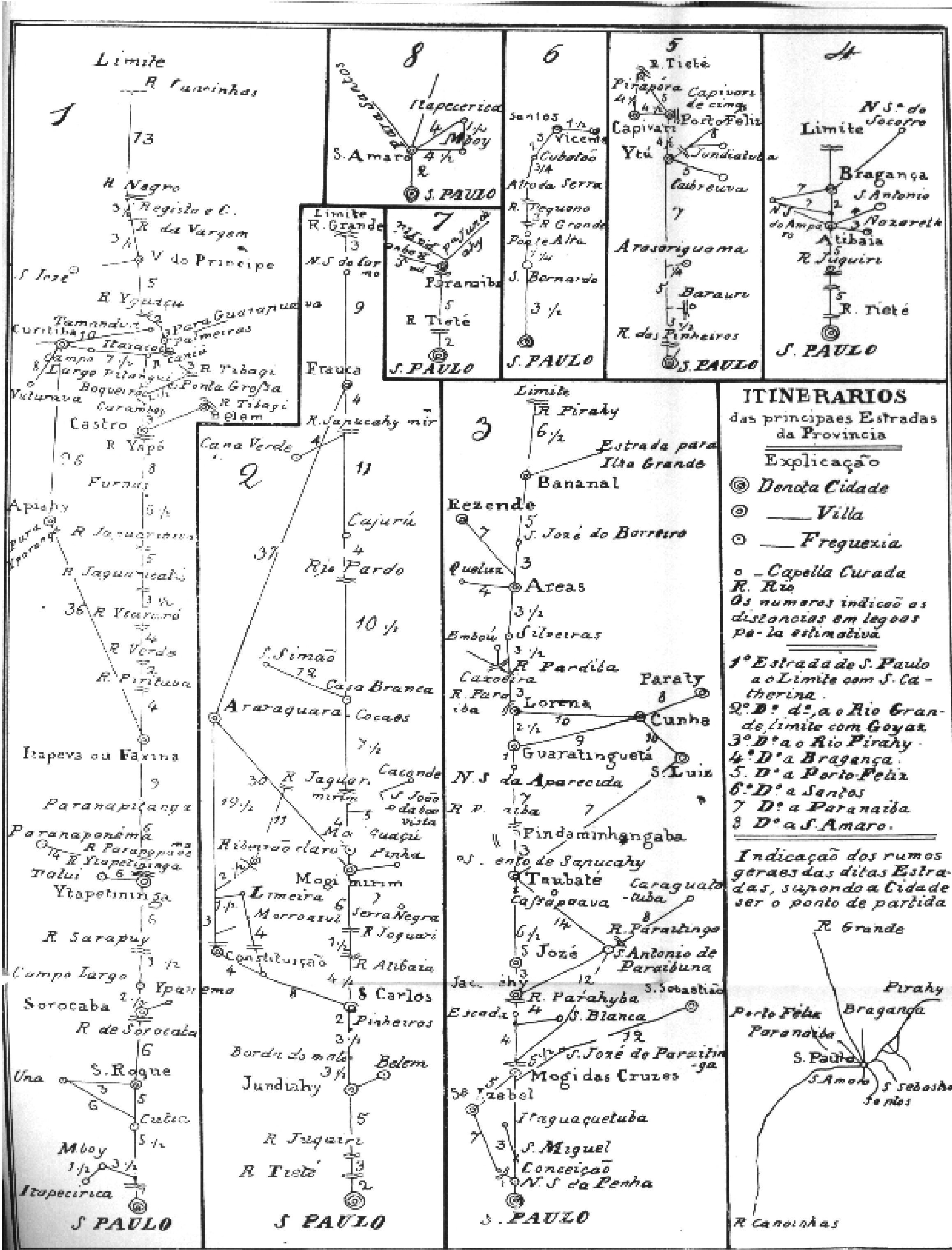
Nesse exemplo, é possível notar que a referência fotográfica urbana é parte de uma administração pública, um desdobramento do aparecimento de uma urbanidade, necessária ao controle de uma região e de seus habitantes.

---

[163]KOSSOY, Boris. *Hercules Florence.* 1833*:* a descoberta isolada da fotografia no Brasil. São Paulo : Faculdade de Comunicação Social Anhembi, 1977. p. 23.

[164]LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade:* seus cantos e antros (Campinas: 1850-1900). São Paulo : EDUSP. 1996. p. 78

[165]LAPA, José Roberto do Amaral. Op. Cit. p. 83.



Prancha n. 04. MÜLLER, Daniel Pedro. Itinerario das Estradas. Mapa Impresso : S.Carlos [Campinas] : Polygraphia de Hercules Florence, 1837. In: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo".* São Paulo : Typographia de Costa Silveira, 1838. p. A-244.

Florence também atua na reprodução de mapas, utilizando a técnica da *Polygraphia,* e sobre esse assunto, é Boris Kossoy quem recolhe carta endereçada ao Governo da Província, na qual esse dado é declarado*: "Ilmo Snr. Acuso a VaSa. o recebimento de seo oficio de 30 de Junho proximo passado, agradecendo-lhe as ordens que tem dado para o pagamento da impressão dos Mapas Itinerarios da Provincia, cuja importancia recebi do Snr collector désta Villa. Deos Guarde a VaSa. – Sam Carlos, 8 de Julho de 1837."*[166]

O mapa referenciado por Florence – *Quadro de Itinerários* – encontra-se, conforme comentado, encartado no *Ensaio d'um quadro Estatístico da Província de São Paulo*, obra literária do engenheiro Daniel Pedro Müller.

A atuação de Florence é percebida quando ele assina a reprodução realizada. Ao final do *"Quadro de Itinerários",* encontra-se a seguinte referência: *"S. Carlos, 1837 Poligraphia de Hercules Florence, inventor d'esta nova arte."*

Esse mapa – vide **Prancha n. 04** –, confeccionado por Müller e reproduzido por Florence, apresenta um itinerário de estradas, no qual a cidade de São Paulo é o ponto de partida de oito caminhos mapeados.

A utilização da técnica da *Poligraphia* facilita a reprodução desse tipo de documentação, pois anteriormente a esse acontecimento, os trabalhos cartográficos eram manuscritos, dificultando a produção de cópias.

Florence era um conhecedor da ciência geográfica. Entre 1825 e 1829, fez parte da Expedição científica Langsdorff, que percorreu uma grande região pelo interior do Brasil, como segundo desenhista, deixando registros iconográficos preciosos, tanto da fauna e flora como também de inúmeras localidades urbanas pelas quais passou o grupo. Acompanhado dos seus desenhos, deixou, no Diário escrito sobre a Expedição, anotações detalhadas relacionadas aos rumos e distâncias percorridas na viagem, mostrando um grande conhecimento das latitudes e longitudes.[167] Segundo a Relação dos Participantes da Expedição, redigida pelo Barão Langsdorff em Porto Feliz, em 22 de junho de 1826,

---

[166]KOSSOY, Boris. *Hercules Florence.* 1833*:* a descoberta isolada da fotografia no Brasil. São Paulo : Faculdade de Comunicação Social Anhembi, 1977. p. 12.

[167]FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tiête ao Amazonas:* 1825 a 1829. São Paulo : Cutrix/EDUSP, 1977.

Florence havia sido contratado como *2º Pintor e Geographo.*[168] Esse elemento mostra que Florence era a pessoa ideal para realizar o trabalho para o qual fora incumbido pelo Estado. Sua invenção nasce paralelamente a um novo modelo administrativo adotado pelo Estado, referente à compreensão e ao reconhecimento de seu território, e a cidade de São Paulo é o centro irradiador dessas posturas.

Em 1841, o mesmo mapa da cidade de São Paulo de 1810 é copiado "com todas as alterações", conforme indicação presente em sua própria confecção: observar a **Prancha n. 05.**

O mapa de 1841 é sucedido por um outro, de 1842, mandado fazer pelo então Barão de Caxias. A obra é realizada pelo tenente José Jacques da Costa Ourique, conhecido como Fortificador da Capital.

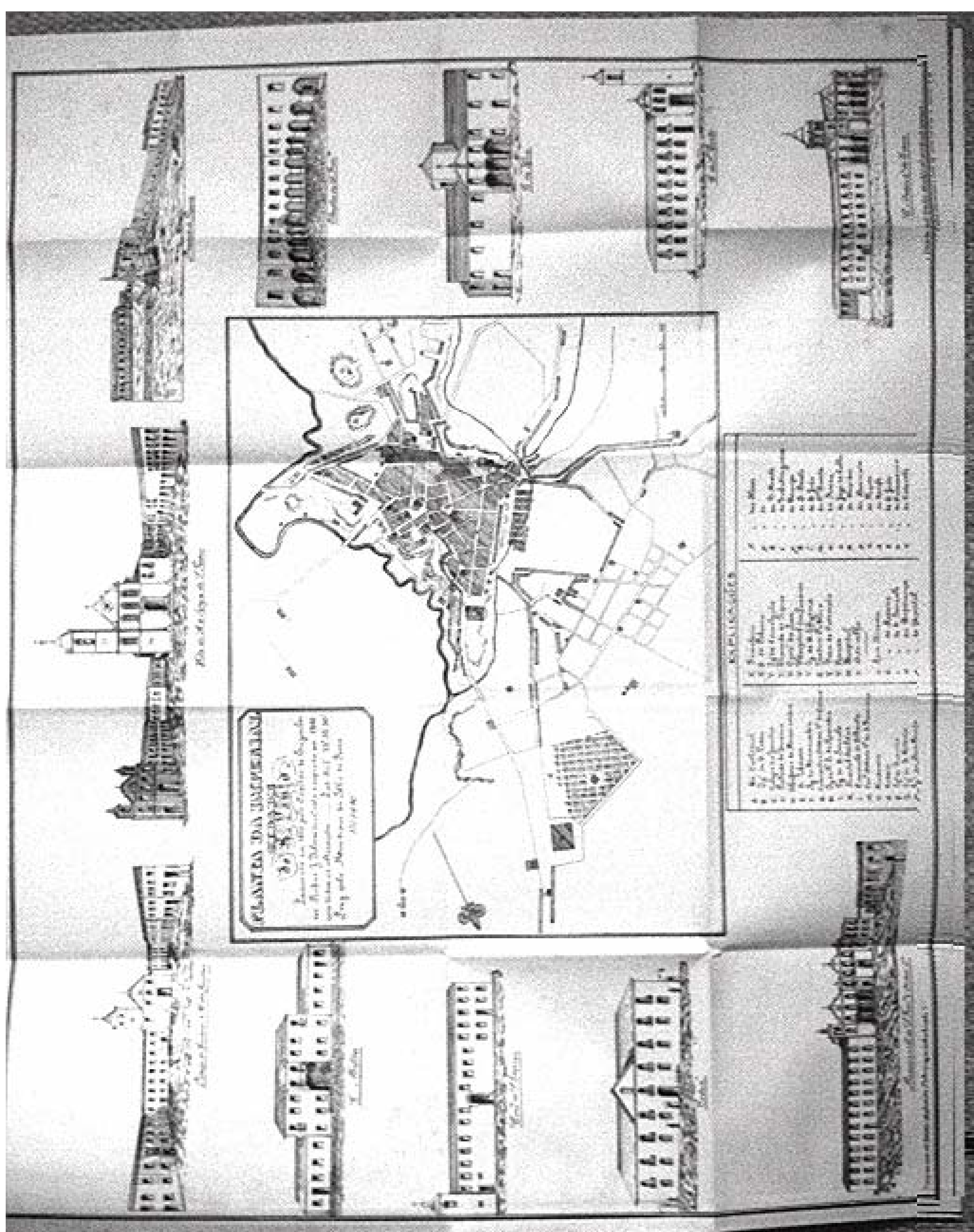
Em 1842, após a morte de Daniel Pedro Müller, Ourique passa a ser engenheiro da Província e diretor do Gabinete Topográfico, além de continuar atuando como engenheiro militar. Ouriques elaborou um mapa extremamente detalhado da capital, incluindo na representação os *Campos e alagadiços dos Rios Tietê e Tamanduatey.* A carta também mostra os principais caminhos para as cidades do interior da Província, como Sorocaba, passando pela localidade dos Pinheiros, após a subida da Rua da Consolação.

A data de confecção do mapa de Ouriques é coincidente com a chegada de Caxias à cidade de São Paulo para "pacificar" as revoltas ocorridas em virtude da Revolução Liberal de 1842. S.A. Sisson nos dá notícias da atuação de Caxias no episódio: *"Imediatamente o general* [Caxias] *abalou-se com a força de seu comando, e entrou na capital no mesmo dia em que os rebeldes deviam a ela chegar; e deixando aí um dos oficiais do seu estado-maior encarregado de preparar a cidade para defender-se de qualquer empresa dos rebeldes, (...).*[169]

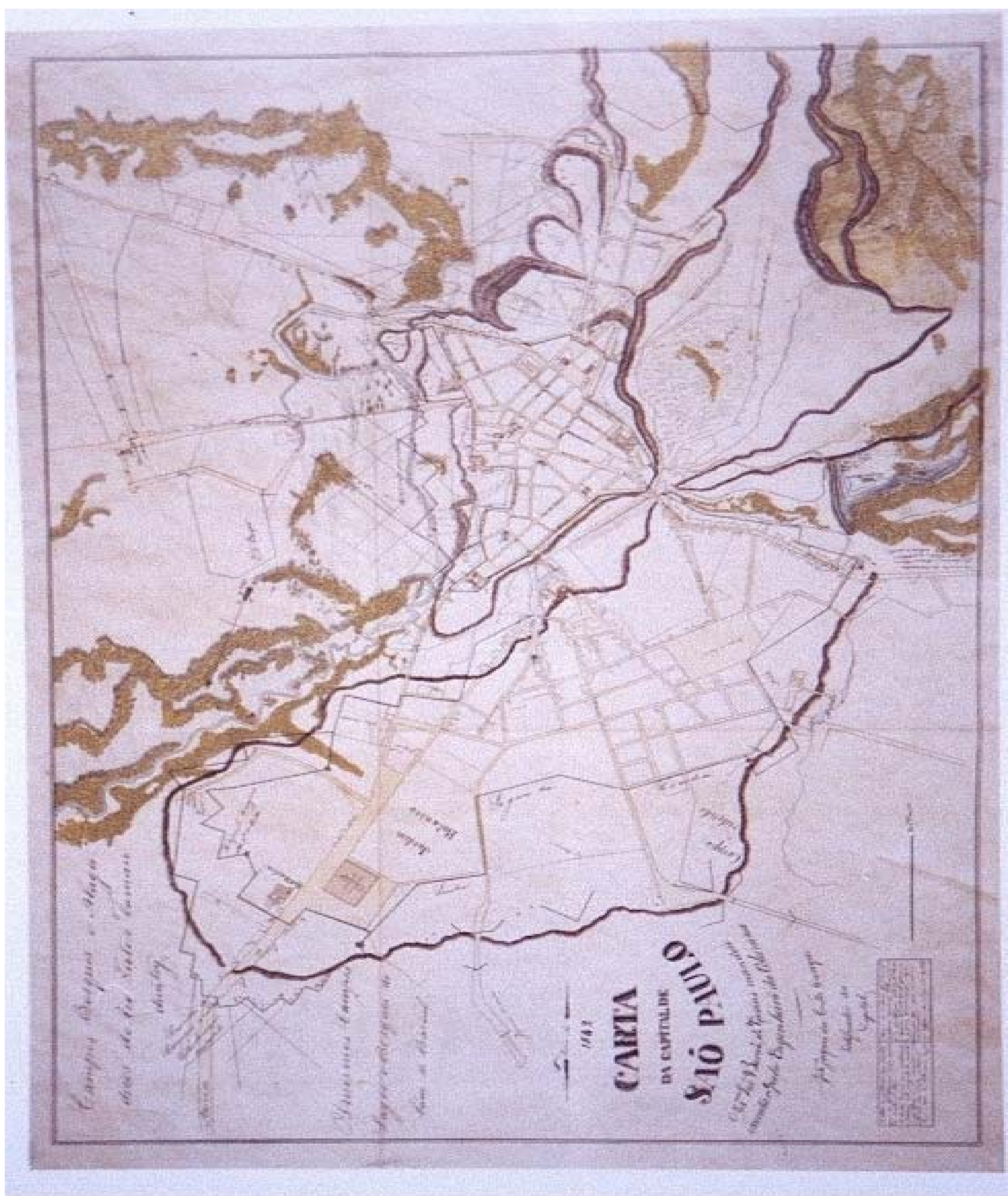
---

[168] *SÃO PAULO*: onde está sua História. São Paulo : MASP, 1981. p.55.

[169] SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres.* Brasília : Senado Federal,. v.1. 1999. p.93. (Coleção Brasil 500 anos).



Prancha n. 05. *Planta da Imperial cidade de São Paulo. Levantada em 1810 pelo Capitão Engenheiros Rufino José Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações. – Lat.Sul.23º, 33', 30'' Long. pelo Meridiano da Ilha do Ferro 331º,24', 30''.* São Paulo : Impresso, século XIX. In: SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [S.l. : s.n.], 1954.



Prancha n. 06. *1842; Carta da capital de São Paulo; O Exmoº Snrº Barão de Caxias mandou executar pelo Engenheiro da Columna José Jacques da Costa Ourique; Fortificador da Capital.* São Paulo : Manuscrito, século XIX. SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [s.l. : s.n.], 1954.(Acervo Biblioteca História e Geografia: FFLCH-USP).

A atuação de Caxias no cerco à capital pode ter sido relevante na confecção do mapa de Ouriques, dado que se vincula a sua possível utilização para ajudar no planejamento do processo de luta, aquilo que Sisson chama de *"preparar a cidade."* O mapa de Ouriques, nesse aspecto, é um resultado direto desse momento e em seu caráter estratégico explica-se o zelo no seu detalhamento. Apesar dessa característica, o mapa também apresenta uma liberdade do cartógrafo quando à indicação da direção apresentada pela reprodução, que ainda é conseqüência e não causa da representação. A indicação da direção "Norte" é colocada sem detalhes, demonstrando sua pouca importância para o processo de confecção, que ainda vincula-se especialmente aos acidentes naturais, como rios, depressões, etc. Novamente, percebe-se a razão central da iconografia realizada: servir ao propósito organizacional da comunidade a ser politicamente apaziguada.

Dadas as características do mapa de Ouriques, conforme podem ser observadas na imagem anterior, **Prancha n. 06**, torna-se importante a análise do mapa apresentado na **Prancha n.05** e confeccionado em 1841, que também ficou conhecido por ter sido reproduzido em conjunto com uma série de imagens relativas a diversas edificações militares, religiosas e administrativas existentes na cidade.

Nessa representação cartográfica da cidade, a localidade é associada diretamente a vários de seus edifícios, elementos referenciais concretos ao olhar de seus habitantes. A linguagem cartográfica busca uma maneira de inserir-se de forma mais ampla e significativa junto ao leigo, ao não "engenheiro", àquele que observa a cidade em seu dia-a-dia. Novamente, chama-se a atenção para a permanência da liberdade do cartógrafo em relação à convenção do desenho. A indicação do "Norte" é, mais uma vez, conseqüência da iconografia que acompanha, em alguns momentos, a disposição dos desenhos colocados em seu entorno.

Quanto aos desenhos presentes nesse mapa, eles são, segundo Affonso de Taunay, de autoria de Miguel Arcanjo Benício d'Assunção Dutra, pintor ituano que, entre 1846 e 1847, desenhou várias vistas da capital e do interior paulista.[170] Caso a hipótese desenvolvida por Taunay seja verdadeira, é possível indagar se esse mapa, da maneira como se apresenta, efetivamente apareceu entre 1846 e 1847.

---

[170]BARDI, P. M. ***Miguel Dutra****:* o poliédrico artista paulista. São Paulo : MASP, 1981. p. 56.

Esse momento é coincidente com a primeira viagem do Imperador Dom Pedro II às cidades de São Paulo, Itu e Sorocaba, dentre outras. De acordo com o relatório do Presidente da Província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, de agosto de 1845, nesse momento, desenvolve-se toda uma série de preparativos para a recepção do Imperador e de sua família em terras paulistas. Segundo Fonseca e Silva, *"Dei ao mesmo tempo todas as providências, afim de que se fizessem preparativos para a recepção de tão Altos Personagens."* [171]

Esses preparativos incluem consertos de pontes e estradas a serem utilizadas pelo Imperador, além da construção de um Pavilhão Comemorativo à Proclamação da Independência do Brasil no suposto local em que Dom Pedro I teria realizado o ato. Tal Pavilhão foi registrado em uma aquarela de Miguel Dutra, de 1847, uma das únicas representações iconográficas conhecidas do antigo monumento.

Pietro M. Bardi lembra, em obra organizada sobre Miguel Dutra, que "Deve-se insistir na posição limitadamente profissional destes pintores que desempenharam o ofício, aliás os vários ofícios, muito procurados quando da celebração de festejos cívicos e religiosos, para decorar e ajeitar alegorias, arcos comemorativos, ereção de colunatas simbólicas (...)".[172] O pintor também realizou importantes representações de outras localidades da Província, demonstrando que a visão da paisagem estava sendo estruturada pelo olhar de um artista inserido no cotidiano dessas localidades.

Em 1844, no Discurso de Abertura da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, Manuel Felisardo de Souza e Mello comenta: "*Estradas, e Obras Publicas – Em uma Provincia tão extensa como a nossa, contendo de Norte a Sul mais de duzentas legoas, e outras tantas de Leste a Oeste, de primeira e mais palpitante necessidade é a abertura e conservação d' estradas, que ponhão em communicação entre si os differentes Municipios espalhados por essa area immensa, tornando possivel e facil a circulação d'idéas, e productos, d'est'arte augmentando a industria, o commercio, e a civilisação de seus habitantes (...)."*[173] No discurso, há uma preocupação nascente quanto à *"circulação d' idéas"* e à *"civilisação de seus habitantes",* propiciados pelas estradas, mecanismo indispensável ao bom andamento da administração provincial. Em sua fala, também se encontra uma preocupação constante com o bom andamento das aulas e dos matriculados no Gabinete

[171]LIMA E SILVA, Manoel Fonseca. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo.* 7 de janeiro de 1846. São Paulo : [S.D.], 1846. p. 01

[172]BARDI, P. M. Op. *Miguel Dutra:* o poliédrico artista paulista. São Paulo : MASP, 1981. p. 56.

Topográfico, que, em 1843, possuía 23 alunos, "*dos quaes unicamente sete ficárão habilitados a fazer exames, sendo cinco approvados plenamente, e dous simplesmente. (...) consta terem os Alumnos feito exames muito regulares, mostrando-se senhores da materia, prontos em suas respostas, mesmo em questões fora do ponto."*[174]

A aplicabilidade dos conhecimentos técnicos relativos ao alinhamento das ruas e à manutenção dos caminhos demonstra, por si só, de que forma os administradores entendiam a maneira como se deveria ver a cidade. Os habitantes eram um complemento dessa paisagem, moldada pela ação do poder gerenciador, de modo a torná-la condizente com a prática da acumulação econômica do capital. Segundo Janice Theodoro da Silva: "Neste contexto, repleto de transformações, os símbolos urbanos adquirem um novo significado, auxiliando a montagem de uma concepção moderna de Estado para o qual os interesses públicos estariam acima dos privados."[175]

Para a cidade, representada pelos seus administradores, é necessário estabelecer um caráter que reflita as partes aptas a serem enquadradas como sustentáculo de uma simbologia administrativa. No mapa analisado, são eleitas as edificações pertinentes a servirem aos interesses da prática administrativa gerenciadora. Tais edifícios são vistos como elementos da civilidade e da razão científica que os construiu. Essa razão técnico-científica está presente no discurso da própria Câmara Municipal, desde 1812, quando o próprio Daniel P. Müller é escolhido para realizar as obras do Pelourinho. Ainda segundo Janice Theodoro, citando Lili Kawamura: "Sua autoridade técnica [do engenheiro] possibilitava-lhe o exercício de funções próprias do capitalista, numa área específica do processo de trabalho."[176]

Francoise Choay, em seus trabalhos sobre a formação do Patrimônio Cultural na França, entre os séculos XVIII e XIX, analisa as questões relativas à formação do Patrimônio Histórico das regiões urbanas e de como os mesmos passam a refletir a memória coletiva de um determinado grupo social. Para a autora "Até o século XIX, inclusive, as monografias eruditas que descrevem as cidades só falam de seu espaço por intermédio dos monumentos,

---

[173]MELLO, Manuel Felisardo de Souza e. *Discurso de Abertura (...) da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo.* 07 de janeiro de 1844. São Paulo : Typographia do Governo, 1844. p. 17

[174]MELLO, Manuel Felisardo de Souza e. *Discurso de Abertura (...) da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo.* 07 de janeiro de 1844. São Paulo : Typographia do Governo, 1844. p. 14.

[175]SILVA, Janice Theodoro. *São Paulo: 1554-1880.* Discurso ideológico e organização espacial. São Paulo : Editora Moderna, 1984. p.231.

[176]SILVA, Janice Theodoro. Op. Cit. p.152.

símbolos cuja importância varia segundo os autores e os séculos."[177] A cidade é vista por seus Monumentos e essa visão sintetiza valores que estão condicionados à forma como a sociedade se organiza.

No caso da Pirâmide do Piques, localizada no Largo da Memória, na área central da cidade, e inserida no contexto do Mapa da cidade de 1841, vê-se a forma como os valores comportamentais emergem da necessidade de homem urbano, como reflexo do poder gerenciador, eleger locais aptos a servirem de marcos de uma memória coletiva, reproduzindo um pensar cotidiano, expresso nos locais de reunião e de convívio público. Coincidência ou não, o Largo ficou conhecido como da "Memória", em lembrança ao triunvirato que governou a cidade no período de sua construção.

Essa obra de Müller, a Pirâmide do Piques, sintetiza dois elementos centrais para a cidade do período: é o marco de um importante caminho comercial para o interior da Província, via Sorocaba, e serve de abastecimento de água potável em uma cidade carente do produto. Sua presença no Mapa de 1841 mostra como a política pública se manifesta criando constantemente elementos de referência material para necessidades nem sempre tangíveis. Ao todo, o mapa possui 11 locais/edificações. Além da *Pirâmide do Piques*, no alto, na extrema direita, são apresentados no sentido horário: *Claustro do S. Francisco*; *C. da Luz; C. de S. Bento; C. e Ordem 3ª do Carmo; Academia no. C. do I. Fran. e Ordem 3ª; Cadeiá; Convento de S.Thereza; Q. Militar; Palacio do Governo e C. dos Jesuítas* e a *Vista da Sé e Igreja de S. Pedro.*

A inserção da imagem de diversas edificações presentes na cidade garante a propagação das idéias administrativas, na medida em que concretiza a realidade cotidiana, fundindo-a na representação iconográfica. O mapa apresentado é uma cópia atualizada do de 1810; assim, o primeiro mapa da cidade é reutilizado, servindo a um outro propósito: reforçar sua própria delimitação espacial pelo uso concreto (visualidade) daquilo que é citado/ilustrado.

---

[177]CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio.* Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo : Estação Liberdade; UNESP, 2000. p. 178.

Prancha 06-A. MÜLLER, Daniel Pedro. *Traçado da estrada nova que vai da vila de São Paulo a Pinheiros*. Mapa manuscrito c.a. 1835-1840. Acervo Arquivo do Estado –SP. In: SÃO PAULO: onde está sua História. São Paulo : MASP, 1981.p.52.

O caminho de Pinheiros, que se associa indiretamente a Pirâmide do Piques, é um exemplo desse processo. Apesar de ser conhecido desde a época colonial, é também a atuação de Daniel Pedro Müller que regulamenta uma nova passagem para a região. Esse novo caminho foi mapeado pelo Marechal e denominado de *Traçado da estrada nova que vai da vila de São Paulo a Pinheiros*. A *Estrada Nova* teria sido usada de forma regular até os anos finais do século XIX, quando a abertura do tráfego de bondes pela atual Rua Theodoro Sampaio redirecionou o principal fluxo do trânsito.

O novo traçado desenhado por Müller e observado na **Prancha n. 06-A**, apresenta-se inserido no contexto de uma racionalidade e regulamentação dos caminhos. Nesse caso a *Estrada Nova* recebe uma espécie de tratamento de local público, elemento que a diferencia do antigo traçado que passava por três propriedades particulares e dessa forma estaria vinculado aos humores de seus proprietários. Nota-se que o novo traçado apresenta-se livre de referências indicativas, ou seja, perde a herança colonial portuguesa típica que associava sempre um local aos elementos da paisagem ou mesmo com o nome de proprietários próximos.[178]

Ainda sobre Müller, sabe-se que ele teria vindo morar em uma chácara na região, que cobria cerca de 400 mil metros quadrados, denominada de Água Branca.[179] Foi ali, próximo a Ponte do Rio Pinheiros atual Eusébio Matoso, que teria o Marechal se afogado em 1841. Seu mapa, apesar de manuscrito, busca inserir seu espaço cotidiano a realidade urbana em desenvolvimento no centro da cidade. Dessa forma é possível argumentar que teria o novo traçado, elaborado por Müller, sofrido reflexo do processo de organização e controle pensado pela administração central do qual era, o Marechal, um dos principais membros.

---

[178]Relacionado a essa forma de registro de propriedades na época colonial em São Paulo, ver: REPERTÓRIO de SESMARIAS: concedidas pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. São Paulo : Tip. do Globo, 1944, v.6. ed. Fac-Similar. São Paulo : Arquivo do Estado, 1994.

[179]AMARAL, Antonio Barreto do. *História dos bairros de São Paulo*: o bairro de Pinheiros. São Paulo : Secretaria de educação e cultura/ Prefeitura Municiapl. [s.d.]. p. 60



Prancha n. 07. *Paredão do Piques, Ladeiras da Consolação e da Rua da Palha (Hoje Rua 7 de Abril.) - 1862.* AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887).* São Paulo : [s.n.], 1887. p. 48. Fotografia albuminada. (Acervo Arquivo do Estado - SP).

Do registro dos caminhos citadinos, a primeira metade do século XIX mostra-se frutífera quanto a inserir o urbano como elemento identificador de um processo civilizatório.

Militão Augusto de Azevedo, fotógrafo paulistano atuante na cidade durante o século XIX, segue sutilmente essa tendência, pois também registrou o Piques em pelo menos três fotografias, datadas entre 1860 e 1862. Em seu trabalho mais famoso, o *Álbum Comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887,* o fotógrafo insere duas imagens daquela região. A primeira, localizada na página 48 da obra, mostra o *Paredão do Piques,* incluindo a Pirâmide e o Chafariz da Memória.

A cidade, vista ao fundo – vide **Prancha n. 07** – é o cenário que marca a inserção do Monumento no contexto de sua representação urbana: o marco da estrada, o ponto de início da jornada.

O fotógrafo realiza a imagem aparentemente sem organizar a cena, pode-se perceber a presença de vários "fantasmas", pessoas e animais em movimento, evidenciando que os transeuntes não posaram para a fotografia.

A escolha de Militão pelo registro do local vincula-se à vontade de alguém que busca identificar-se com a cidade. O "Piques" é parte de um modelo organizacional necessário à urbe, pois demonstra, conforme afirmado anteriormente, a questão do entroncamento de caminhos, característica pela qual a cidade de São Paulo sempre foi conhecida. Nesse momento da representação fotográfica do Piques, Militão, como fotógrafo/cidadão, parece identificar-se com o local que, para a cidade, sintetiza o meio de comunicação entre a capital e o resto da Província.[180]

Na fase em que os tropeiros são elementos centrais do abastecimento citadino, a região é um marco representativo. Quando Militão constrói seu famoso trabalho, o *Álbum Comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887,* o "Piques" não reaparece em fotografia de 1887 para ser comparado, pois já não faz parte do cenário representativo necessário à cidade naquele momento, final do século XIX.

---

[180]Essa identificação do fotógrafo com o local de seu registro pode ser encontrada na exposição das idéias de Susan Sontag: "fotografar é apropriarmo-nos da coisa fotografada". In: SONTAG, Susan. *Ensaios sobre fotografia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1986. p. 14.

Militão também registrou em suas fotografias todos os outros edifícios presentes no mapa de 1841. Teriam as idéias propostas nesse mapa de 1841, ajudado na formação de uma memória coletiva que se propagou até o momento dos registros elaborados por Militão?

Para responder a esse questionamento, é necessário compreender como se constituiu a mentalidade iconográfica do mapa em questão.

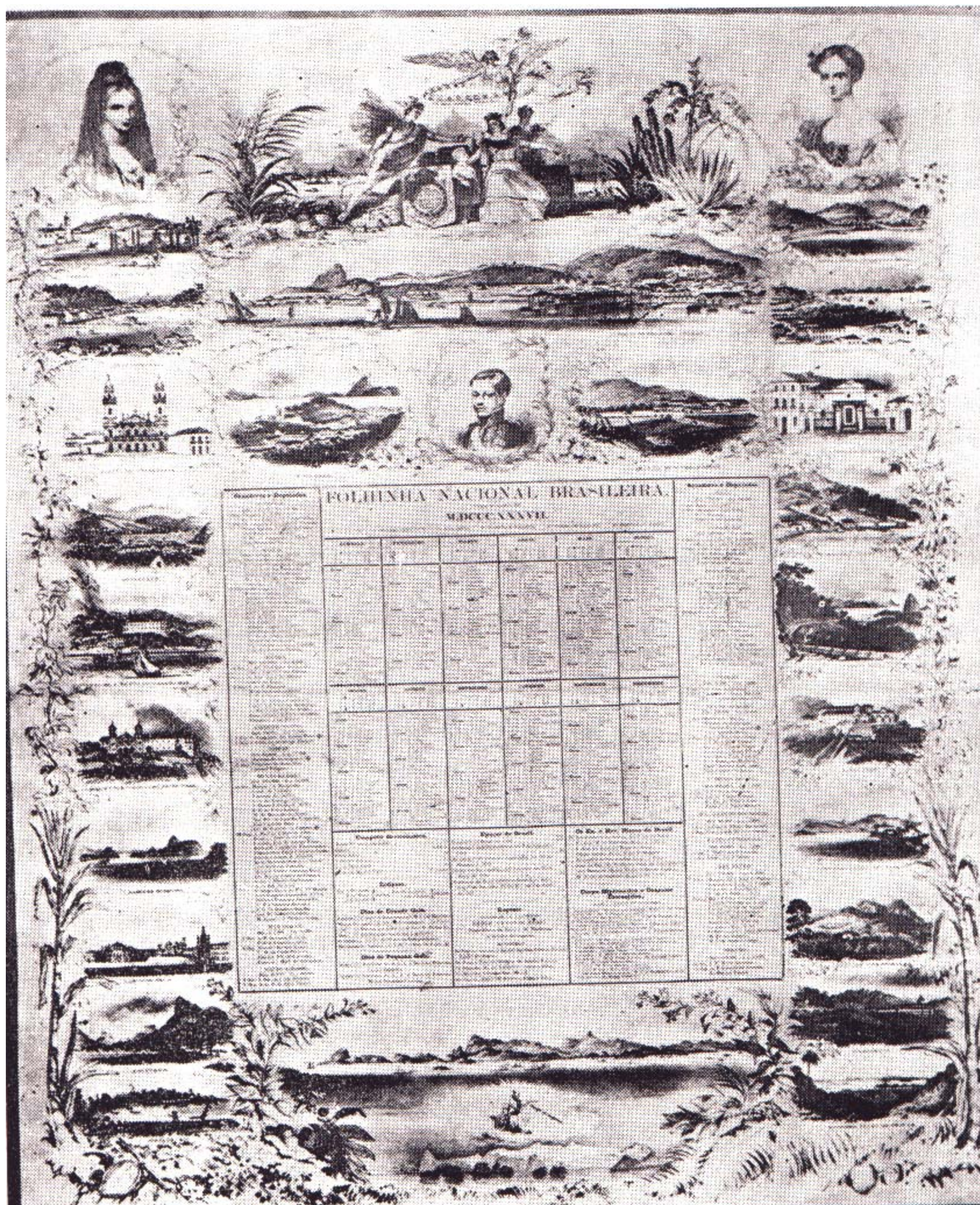
A reprodução dos monumentos citadinos de forma a demonstrar que partes da cidade estariam aptas a representarem a estrutura urbana aparece no Brasil ainda durante o século XIX. Em 1837, é elaborada no Rio de Janeiro a *Folhinha Nacional Brasileira,* por iniciativa do Cônsul do Brasil no Reino da Prússia, João Diogo Stutz. Dedicada ao Comércio Brasileiro, a *Folhinha* é ornamentada pelas estampas do Imperador menino, uma das raras imagens de Dom Pedro II nessa idade, com cerca de 11 anos, acompanhada das estampas de suas irmãs, as Princesas Dona Januária e Dona Francisca.

A *Folhinha* é um verdadeiro guia da situação administrativa do Reino naquele momento, mostrando a relação dos Bispos do Império; do Corpo Diplomático Estrangeiro; dos Dias de Grande Gala; dos Dias de Pequena Gala, das Épocas do Brasil e dos Ministros do Império. Ornamentando essas informações há uma série de estampas mostrando paisagens naturais do Rio de Janeiro, tais como: o Pão de Açúcar (*The Sugarloaf*); O Gigante adormecido ou deitado (*The sleeping giant or the lying giant*); O Corcovado (*The Hump-backed or the Hunchback*) etc.

Entre as edificações apresentadas, há o *Chafariz do Campo da Honra*; o *Rio de Janeiro visto da Praia Grande*; a *Igreja da Candelária*; o *Aqueduto*; o *Convento de São Bento do lado do mar e do lado da cidade*; o *Largo do Paço*; etc.[181]

---

[181]OLINTO, Paulo. A Folhinha Nacional Brasileira para o ano de 1837. In: *Anuário do Museu Imperial.* Petrópolis - RJ : Ministério da Educação e Saúde, 1945. p. 261-276.



Prancha n. 08. BRIGGS, Frederico Guilherme (atribuição). *Folhinha Nacional Brasileira para o anno de 1837*. Recolhido por: OLINTO, Paulo. A Folhinha Nacional Brasileira para o ano de 1837. *Anuário do Museu Imperial.* Petrópolis -RJ : Ministério da Educação e Saúde, 1945. (Acervo Biblioteca Nacional - RJ).

Os desenhos, observados na **Prancha n. 08**, são atribuídos a Frederico Guilherme Briggs, que foi proprietário de uma empresa de litografia no Rio de janeiro entre 1846 e 1849, mas as estampas presentes sugerem, segundo Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, a autoria de Felix Émile Taunay, pois a Folhinha é "obra de artista habituado ao lápis litográfico (...) conhecem-se de sua autoria retratos de Pedro II criança, bem como os de suas irmãs, onde são marcantes a sua magistral arte de retratista e nos demais detalhes que emolduram a folhinha, imprime-se uma notável sensibilidade, que aliada ao detalhado conhecimento dos monumentos e paisagens do Rio nos levam a essa atribuição."[182]

A impressão da *Folhinha* ficou a cargo da firma inglesa *Day and Hague* e mostra que foi elaborada para atingir um grande número de leitores. Sua forma de confecção exemplifica como os mecanismos ideológicos manifestam-se. A característica utilitária da *Folhinha*, um calendário de uso diário, torna-a um excelente mecanismo de propagação da ideologia dominante, ratificada por seus monumentos edificados e pela paisagem que os emoldura. A Natureza e as realizações materiais do homem, sustentando as necessidades de reconhecimento do Império brasileiro: expressão do poder "Divino dos Reis" corroborado nas formas da Natureza e nas obras dos homens liderados por eles.

Essa maneira de ver a arquitetura e estabelecer relações entre o meio e as realizações humanas cria ligações poderosas entre autores e suas obras. O elemento material edificado acaba por estabelecer uma memória coletiva que se baseia nas realidades vinculadas a uma elite governante, sobretudo pelo fato de a *Folhinha* apresentar diretamente o Imperador e sua família, e indiretamente os membros de seu corpo administrativo.

O mapa da cidade de São Paulo de 1841 parece seguir as diretrizes apresentadas pela *Folhinha* em 1837. A proximidade das datas, 1837 e 1841, ajuda a questionar se não houve uma propagação ideológica, uma tentativa de aproximar os costumes paulistas dos da Corte, visto que a tendência da ilustração iconográfica, isto é, a representação dos principais monumentos, apresenta semelhanças. O meio natural não aparece no mapa que representa a capital paulista, pois nada que existisse na cidade seria próximo do que a

---

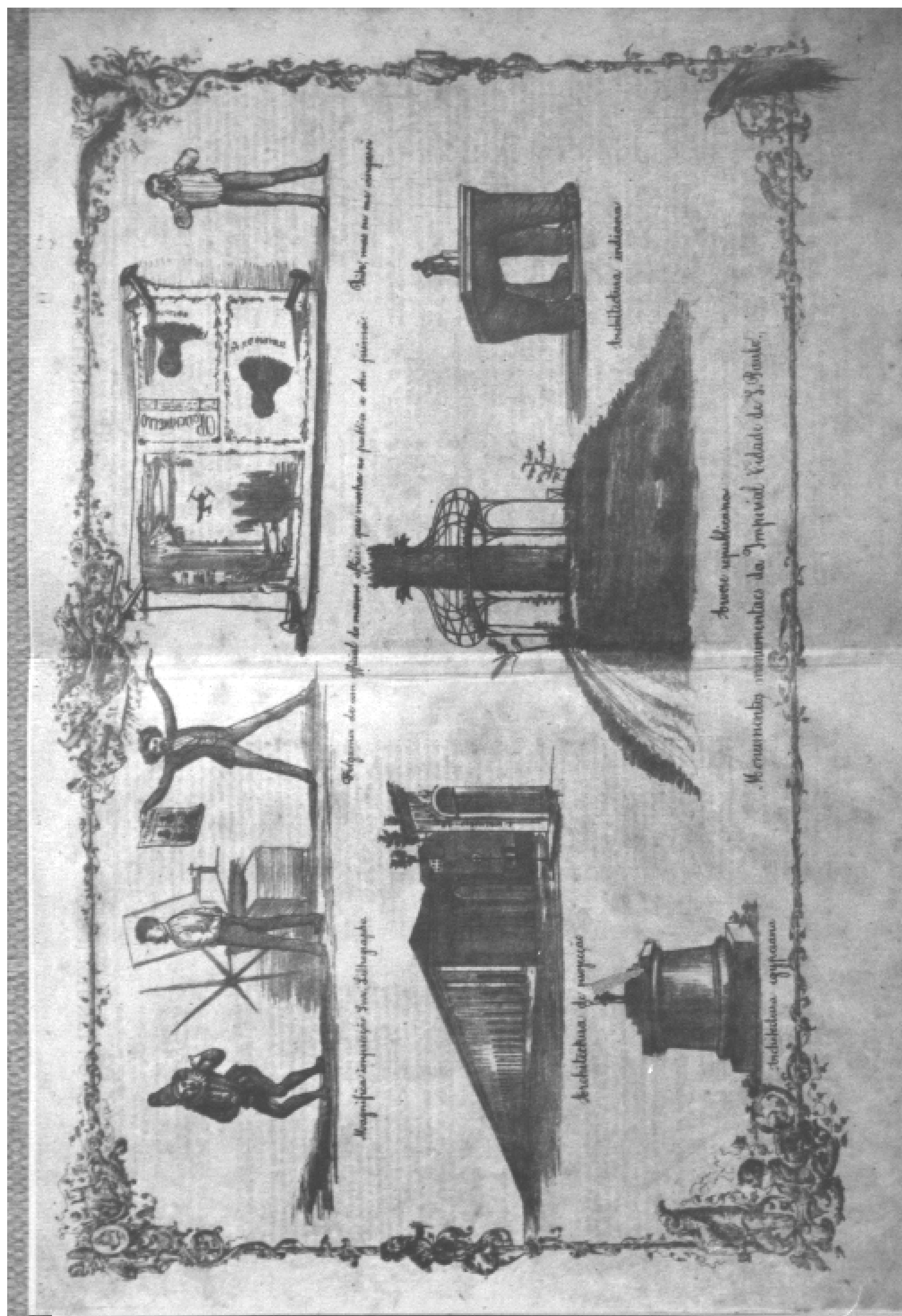
[182]CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Introdução. In: LUDWIG and BRIGGS. *Lembranças do Brasil.* Rio de Janeiro : SEDREGA, [s.d.]. p. 10.

Natureza proveu para o Rio de Janeiro. Deve-se lembrar que São Paulo; urbe; era atormentada pelos problemas relacionados às várzeas dos rios e às inundações causadas, em especial, pelo Tamanduateí. A representação desse cotidiano não seria propícia às diretrizes organizacionais usadas para o controle da população local.

Essa preocupação com a estrutura arquitetônica da urbe e de como ela deveria representar a cidade atinge um significativo vulto a partir da segunda metade do século XIX, quando São Paulo passa a sofrer transformações consideráveis em sua estrutura socioeconômica. O dinheiro do café, associado a uma nova elite administrativa, transforma a capital em um grande "canteiro de obras", cujo ápice das transformações ocorre já no início do século XX.

Diante desse fato, é possível aproximar as críticas relacionadas às formas apresentadas pela arquitetura da cidade e às idéias de cidade moderna, veiculadas em 1876 no jornal *O Polichinello*. Editado na capital por P.P. Carneiro – provável pseudônimo de Luis Gama –, com caricaturas de Nicolau Huascar de Vergara, o jornal, de forma cômica, fazia referência aos diversos monumentos que a cidade apresentava.

A litografia, reproduzida na **Prancha n. 09**, e que está presente no segundo número do jornal, publicado em 23 de Abril de 1876, mostra os *Monumentos, monumentais da Imperial Cidade de São Paulo.* É uma crítica contundente aos aspectos apresentados pelas estruturas arquitetônicas que são identificadas, em primeiro lugar, com os elementos clássicos das civilizações da Antigüidade, representadas pelos desenhos que mostram a *Architectura Egypciana* e a *Architectura Indiana.* Em segundo lugar, a crítica caricatural assume uma postura mais direta sobre o espaço da urbe. No desenho *Architectura de Projecção,* a forma dos velhos sobrados de taipa da urbe é criticada, lembrando que a cidade ainda vincula-se, do ponto de vista material, aos antigos aspectos coloniais. Tal elemento é ratificado pelo desenho central que mostra a *Arvore Republicana* crescendo e rompendo a armação do caramanchão de ferro que a cerca. A força da Natureza lutando contra a estrutura pequena e ultrapassada: seria uma alusão à falta de controle da monarquia sobre a situação política naquele momento?



Prancha n. 09. VERGARA, Nicolau Huascar de. Monumentos monumentais da Imperial Cidade de São Paulo. 33 cm x 49,5 cm, litografia. In: *O Polichinelo.* São Paulo, ano 1, n.2, p. 04-05. 23 de abril de 1876. Ed. fac-similar. São Paulo : Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1981.

De fato, *O Polichinello*, como personagem, identifica-se com uma espécie de elemento civilizador diante das novas formas da administração Provincial e a imagem, a caricatura central que apresenta o jornal em seu lançamento, é bastante simbólica nesse aspecto.

A cidade de São Paulo, vista ao fundo – conforme reprodução apresentada na imagem seguinte: **Prancha n. 10** –, é cercada por matas e pântanos, como uma civilização perdida na América, ao passo que o "polichinello" desce com o sol ao fundo, representando um Deus "civilizador", alusivo à mitologia clássica da criação, presente, por exemplo, no imaginário das civilizações pré-colombianas. Na imprensa da época, a análise caricatural de Vergara foi vista como uma espécie de elogio à cidade com suas características mais peculiares.

Para *A Provincia de São Paulo,* de 18 de abril de 1876, *"O desenho de appresentação do 'Polichinello' que occupa as duas paginas centraes, é um quadro lindissimo. Emmoldurada por arvores gigantes; que representam a opulenta vegetação da nossa terra, vê-se ao fundo, no ultimo plano, o vago perfil da cidade, sobre a qual desce o polichinello, o hospede risonho que a vem alegrar com as suas visitas domingueiras."*[183] Na realidade, a imagem transmite o apelo do esquecimento de um lugar perdido no centro do país. Para muitos membros de uma elite administrativa – representada neste caso pelas palavras do jornal *A Provincia de São Paulo* –, havia a necessidade de negação desta característica para, assim, assumir uma nova postura, que buscava enaltecer os conteúdos materiais e simbólicos expressos na produção cultural do período. É oportuna, a lembrança de que o principal editor d' *A Provincia de São Paulo* no período era José Maria Lisboa, que nos conteúdos divulgados em seu famosos *Almanaques Literários*, editados entre 1876 e 1885, buscava a realidade do desenvolvimento material como elemento propulsor da nova temática administrativa da Província.

---

[183]Citado por CAMARGO, Ana Maria de Almeida. In: *O Polichinelo*. Introdução de Ana Maria de Almeida Camargo. ed. Fac-Similar. São Paulo : Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1981. p. 13



Prancha n.10. VERGARA, Nicolau Huascar de. Eis-me aqui!!!, litografia, 33 cm x 49,5 cm. In: *O Polichinelo.* São Paulo, ano 1, n.1, p. 04-05. 16 de abril de 1876. Ed. Fac-Similar. São Paulo : Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1981.

As representações caricaturais do cotidiano citadino, expressas n'*O Polichinello,* figuram como apenas uma parte da nova maneira pela qual a cidade de São Paulo era vista. Entre 1870 e 1890, é possível falar em uma mudança significativa da urbe em relação a sua própria identificação como comunidade central da Província na política administrativa do Império.

Observa-se, como complemento, que o *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887,* do fotógrafo Militão Augusto de Azevedo, aparece neste período – 1887 – e marca significativamente, pela representação visual, o ápice de transformação socioeconômica da urbe.

Suas imagens não são só registros fotográficos, mas representam a fala de um grupo social do qual Militão é um dos porta-vozes. Esse grupo identifica-se com a superação do antigo passado de taipa da urbe, que simbolicamente estava associado a uma elite dirigente da época colonial.

Percebe-se que a substituição arquitetônica é um dos elementos concretos da simbologia de mudança. A fotografia torna-se um sustentáculo oportuno para a configuração a ser estabelecida. O formato imagético a ser captado e difundido torna-se um documento de leitura social, configurando-se como um mecanismo disciplinador do cotidiano do território mapeado.

5 PARA ALÉM DA CAPITAL DA PROVÍNCIA: OS OLHARES DO BARÃO NA COMPOSIÇÃO DO ÁLBUM *"PROVÍNCIA DE SÃO PAULO"*

O álbum fotográfico organizado pelo Barão Homem de Mello não possui uma seqüência geográfica, cronológica ou temática. Aparenta-se, inicialmente, como um Álbum de recordações das viagens do Barão em diversos momentos de suas passagens pelo interior da Província. O álbum *Província de S. Paulo* é composto por 16 imagens fotográficas e apresenta uma disposição aleatória quanto à cronologia das imagens, reunindo também várias não datadas. A primeira fotografia datada é a 7ª do Álbum, que mostra a cidade de *Silveiras* em 1867; a segunda mostra a cidade de *Taubaté* em 1855 (10ª fotografia); na terceira, visualiza-se a Igreja Matriz de *Itatiba* em 1880 (11ª fotografia); a quarta representa a cidade de *São Roque* em 1876 (13ª fotografia); e a quinta, também do mesmo ano, registra a cidade de Sorocaba (14ª fotografia).

As imagens restantes do Álbum não possuem data e são assim apresentadas:

Primeira imagem do Álbum *Cidade do Bananal;* segunda: sem identificação*;* terceira: *Matta virgem na Raiz da Serra da Mantiqueira (...)*; quarta: sem identificação; quinta: *Povoação de Salto (...)*; sexta: também sem identificação; oitava: *Cidade de Pindamonhangaba;* nona: *Cidade de Pindamonhangaba: jardim público;* a décima: *Colônia Portuguesa de Nova Lousã*; e a décima sexta: também sem identificação.

A produção do álbum sugere que os elementos iconográficos organizados produzem uma memória particular pertinente ao possuidor da obra. A propagação das idéias, presentes no objeto criado, pode ser observada em dois momentos. O primeiro na construção do próprio objeto, o álbum em si, no qual as imagens são distribuídas em razão de aspectos contidos na memória de seu possuidor. O segundo, que demonstra uma forma mais abrangente de circulação, ocorre no contexto da exibição do objeto em, por exemplo, uma exposição.

Em 1881, por ocasião da comemoração do aniversário do Imperador Dom Pedro II, realiza-se a *Exposição de História do Brasil*, com diversos documentos

históricos, artísticos, bibliográficos e cartográficos. Como conseqüência dessa Exposição, é organizado por Ramiz Galvão, bibliotecário da Biblioteca Nacional no período, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil.* Esse Catálogo é composto por 20.337 verbetes (entradas), e vários deles identificam fotografias ou mesmo conjuntos fotográficos produzidos no país. Tais verbetes reproduzem as legendas das fotografias, mas não as imagens.

Na época, Homem de Mello era Ministro do Império e aceitou a idéia proposta por Ramiz Galvão de organizar a Exposição. No discurso de abertura, o então bibliotecário, em fala dirigida ao Imperador, comentava: *"A exposição de história do Brasil é portanto, Senhor, uma ressurreição do passado e uma previsão do futuro."*[184] As palavras de Galvão representam a própria sustentação do Império por seus elementos simbólicos. A coleta e classificação de tudo que já havia sido produzido relacionado História do Brasil mostra – além do trabalho portentoso desprendido para a realização do Catálogo – uma tentativa de criação de uma memória satisfatória à perpetuação de uma elite dirigente.

A Exposição, inaugurada no momento em que o Imperador completava 56 anos, liga-se diretamente a sua imagem como monarca e transmite de forma satisfatória a ideologia dominante, na qual a história produzida vincula-se à mística de personagens distantes do imaginário cotidiano, garantindo uma propriedade que a identifica com um algo a mais para justificar as diferenças sociais, políticas e econômicas existentes.[185] A Exposição reflete um panorama cultural que, pelo menos desde 1879, já abarcava o interesse pelo conhecimento da história e da geografia do país. Nesse ano, o próprio Ramiz Galvão organiza uma estatística de consultas realizadas na Biblioteca Nacional, na qual expõe que os 6912 consulentes que a Biblioteca recebeu, de 1º de abril a 31 de dezembro, solicitaram 6859 obras: Belas Letras 2183; Jornais e Revistas 1345; Matemática 973; História e Geografia 746; Ciências Médicas 465.[186] Apesar do compromisso do Barão com

---

184 Recolhido por: RODRIGUES, José H. Introdução. In: GALVÃO, Ramiz.(org.).*Catálogo da Exposição de História do Brasil.* ed. Fac-Similar. Brasília : Senado Federal, 1998. Tomo I, p. X.

185 Para mais informações relacionadas ao contexto das Exposições Universais e a imagem do Imperador ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

186 GALVÃO, Ramiz. Relatorio do Bibliotecario da Biblioteca Nacional: Anexo. In: MELLO, Barão Homem de. *Relatório Apresentado a Assembléa Geral Legislativa (...)*. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880. p. 01.

o conhecimento historiográfico e geográfico, os dados apresentados por Galvão ao então Conselheiro do Império são significativos e podem ter ajudado no desenvolvimento da idéia da Exposição em 1881.

No contexto da Exposição, em um dos conjuntos fotográficos apresentados no Catálogo, no qual o expositor é o próprio Barão Homem de Mello, lê-se: *"Vistas da Província de São Paulo: serie facticia de 12 estampas phg. por diversos anon. e J.Martin. Pela maior parte s. d. / Contém: 1) Cidade do Bananal; - 2) Ponte do Salto na Estrada de ferro Dom Pedro 2º; - 3) Vista da pequena e pittoresca cidade de Silveiras, tomada do morro da chacara de M. Ferreira. Em 29 de Julho de 1867); - 4) Cidade de Pindamonhangaba, vista tomada da margem esquerda do rio Parahyba; - 5) Praça Cornelio Lessa em Pindamonhangaba; - 6)Cidade de Taubaté; - 7)Itatiba (nova matriz); - 8) Vista geral da Colonia portugueza de Nova Lousã, fundada em 6 de fevereiro de 1867, pelo Commendador Montenegro. Phg. por Julio Martin, de S. Paulo; - 9) Cidade de São Roque; - 10) Cidade de Sorocaba; - 11) Tatuhy; - 12) Vista da Serra da Mantiqueira pelo lado do Sul; tirada da fazenda do Major Manoel de Freitas Novaes na estação do Cruzeiro./ Exp.: Barão Homem de Mello."*[187]

Quase todas as fotografias presentes na Exposição, e conforme descrito acima, estão inseridas no corpo do Álbum *Província de São Paulo.* A ordem das fotografias presentes no contexto da Exposição de 1881 não é a mesma da apresentada no corpo do *Álbum da Província*, reforçando a idéia de que não houve uma organização metódica e planejada do álbum fotográfico, como se pode observar pela inscrição presente no verso da 13ª fotografia da respectiva obra: "*Recordações de minha viagem a São Paulo em Abril de 1876".* Essa característica reforça a hipótese de que as imagens organizadas por Homem de Mello no Álbum foram coladas conforme uma orientação aleatória de seu autor.

Essa forma de organização de álbuns fotográficos pode fazer parte de uma memória coletiva assumida por parte dos seus autores, conforme hipótese apresentada anteriormente. Para Ana Maria Mauad Essus, essa idéia é bastante viva. Em seus estudos sobre álbuns fotográficos de famílias da região da cidade de Bananal na segunda metade do século XIX, a autora lembra que: "A família, ao guardar determinados objetos, ao relatar certos eventos, ao organizar um álbum de fotografias, determina o que deve ser lembrado e preservado da ação do esquecimento. Nenhum grupo social tem a sua perenidade assegurada, há que se trabalhar neste sentido, daí a

[187]GALVÃO, Ramiz.(org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil.* ed. Fac-Similar. Brasília : Senado Federal, 1998. Tomo II, p.1446.

preocupação da família em manter a identidade do grupo através da preservação e transmissão de sua memória."[188]

A idéia proposta por Mauad baseia-se no próprio imaginário cotidiano presente no período, no qual a fotografia passa a ser uma espécie de porta-voz das expressões cotidianas. Característica que pode ser observada, por exemplo, ainda por volta de 1896, quando é publicada em São Paulo uma obra didática conhecida como *Leituras Moraes*. A obra, composta de uma série de contos infantis escritos por Armando de Oliveira Barreto, mostra, entre várias histórias, uma bastante significativa. Intitulado *O Retrato*, o conto narra a história de uma menina, membro de uma família abastada, que, ao folhear um álbum de retratos existente em sua residência, acaba por rasgar duas fotografias. A mãe, observando o ato da criança, acaba por repreendê-la afirmando: *"Para que é que nos dão retratos, minha filha sinão para termos sempre presentes as pessoas que nol-os offerecem? E demais, quando ellas morrem ou se afastam para longe de nós, não nos será grato, de vez em quando, olharmos para as suas phyonomias impressas no retrato? Então, porque uma pessoa não está ao pé de nós, não mais lhe devemos ter amizade?"*[189]

Em razão dessa idéia, é possível observar que o contexto da penetração ideológica da fotografia no espaço da memória e do cotidiano de alguns membros da sociedade brasileira. A imagem escolhida para ser guardada passa a ser um dos elementos centrais para a manutenção da estrutura cotidiana, ao assumir o papel de guardiã da memória do grupo. A imagem refletida na superfície do papel torna-se um elemento de identidade que, antes desse acontecimento, foi elaborada em função dos aspectos mnemônicos de seu produtor. Há, nesse caso, uma dupla identificação: do fotógrafo com a sociedade da qual faz parte e da sociedade com o elemento sociocultural produzido pelo fotógrafo.

Na questão dos álbuns familiares: teria o Barão Homem de Mello também seguido essa postura representativa na organização de seu álbum da Província?

---

[188]ESSUS, Ana Maria Mauad. Resgate de Memórias. In: CASTRO, Hebe M.M. e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate:* Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995. p.104.

[189]BARRETO, Armando de Oliveira. *Leituras Moraes*. 10. ed. São Paulo : Francisco Alves, 1899. p.52-53

Provavelmente sim, pois há para o momento a inserção do autor nas realidades cotidianas criadas pela sociedade da qual faz parte.[190]

Procurar o momento cronológico da produção do *Álbum da Província* significa considerar de forma mais pontual as realidades cotidianas em curso. Para tanto observa-se que em seu *Álbum*, a fotografia de número 12 apresenta uma *"Vista Geral da Colonia Portuguesa de Nova Lousã, Fundada em 6 de Fevereiro de 1867, pelo Commendador MONTENEGRO".* Essa fotografia foi publicada no *Almanach Litterario de São Paulo de 1880*[191]. A 11ª fotografia apresenta a Matriz de Itatiba, ainda em construção, na qual a legenda data a imagem como: "(...) *Xbre 1880.*" Por esses dados cronológicos, além da análise do Catálogo da Exposição de 1881, pode-se concluir que o álbum foi organizado após 1880, talvez especialmente para o contexto da Exposição de História do Brasil daquele ano.

Uma outra vertente de análise proposta sugere uma maneira de interpretá-lo vinculada à distribuição geográfica das imagens apresentadas e associá-las à determinadas regiões da Província. Destaca-se que as imagens não estão dispostas na ordem de visualização proposta a seguir.

O álbum pode ser simbolicamente divido em "olhares" sobre o território da Província. Há, no primeiro momento de leitura da obra, uma relação direta com cidades localizadas na estrada entre São Paulo e Rio de Janeiro: Bananal, Cruzeiro, Silveiras, Pindamonhangaba e Taubaté, cidades tributárias do Rio Paraíba.

No segundo "olhar", compreendido pelas cidades de Sorocaba, São Roque e Tatuí, a visão do Barão volta-se para uma região responsável por outro processo de compreensão e organização do espaço territorial da Província.

O último olhar do Álbum capta as cidades de Salto, bairro da cidade de Queluz –quase na divisa com o Rio de Janeiro – e Itatiba, na região de Campinas, esta última como uma representação simbólica do começo da marcha rumo ao *"Sertão Desconhecido"* da Província, ou ao território da antiga estrada dos Goiases.

---

[190] Sobre a leitura dos álbuns de famílias ver também: LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*: leitura da fotografia histórica. São Paulo : EDUSP; FAPESP, 1993. (Coleção texto e arte, v.9).

[191] ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1880, 5º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. *"Secção Litteraria".*

5.1 O Primeiro "Olhar" do Barão

Há nessa etapa da obra de Homem de Mello, compreendida pelas cidades de Bananal, Cruzeiro, Silveiras, Pindamonhangaba e Taubaté, olhares que se desencadeiam em interesses díspares, pois as fotografias são realizadas em momentos históricos diferenciados mas representam a mesma região da Província.

A primeira imagem do Álbum *Província de S. Paulo*, mostra a localidade de Bananal – que recebeu o título de cidade a partir de 1849 –, vista provavelmente na direção oeste dado pela presença da Serra fotografada ao fundo. Segundo o *Almanak da Província de 1873*, a cidade *"Não possue nenhum monte notável, além da Serra que a divide do Municipio de Angra dos Reis, em toda a extensão deste Municipio a oeste (...)"*[192].

Observando a imagem recolhida, percebe-se o olhar do Barão inserindo a cidade como ponto inicial de seu Álbum. Tal elemento buscava simbolizar a fronteira entre São Paulo e Rio de Janeiro?

Esse questionamento é oportuno pois há, nesse momento, uma preocupação quanto ao formato do território e como o mesmo deve ser então percebido.

A formulação de uma coleta documental é expressa nessa espécie de coleção elaborada por Homem de Mello. As imagens organizadas navegam por uma simbologia reinante em seu cotidiano e sob esse aspecto, devem ser compreendidas. As fotografias ratificam uma presença de posse e marcam esse universo, interpretando, dessa maneira, o momento cotidiano vivido. O Vale do Paraíba passa por uma disputa sistemática pela posse da terra, fruto do início do avanço cafeeiro na região.

A história da formação urbana na região associa-se, em um primeiro momento, com a eclosão do ciclo da mineração na região das Minas Gerais. O Vale do Paraíba tornou-se o principal núcleo de abastecimento das regiões mineradoras. A fertilidade das terras da região ajudava no desenvolvimento das práticas agrícolas para o fornecimento de gêneros necessários aos sertões das minas, característica corroborada pelas análises de Nice Lecocq Müller, pois "na primeira metade [do século XVIII] o Vale do Paraíba, se transforma em verdadeira área subsidiária dos sertões mineiros, o meio rural produzindo para seu abastecimento e os

---

[192] ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873. p. 234.

núcleos urbanos fornecendo-lhe mão-de-obra, atendendo os que para lá se dirigiam, servindo de elemento de ligação com os fornecedores extra-regionais."[193]

Este tipo de atividade econômica só entraria em decadência com a concorrência do Rio de Janeiro, que passa a centralizar as atividades ligadas à mineração em Minas Gerais, mas esse desenvolvimento econômico abre caminho para a construção de uma elite local vinculada à posse da terra, que, ao perceber prejuízos em seus ganhos, passa, de forma gradativa, a modificar os gêneros a serem produzidos.

Segundo Stanley J. Stein, "No início do século XIX, o café era um exótico arbusto crescido em jardins e encostas de montanhas ao redor da capital [Rio de Janeiro] e preparado principalmente para o consumo local. Logo depois, seu cultivo numa escala comercial espalhou-se dos arredores do Rio de Janeiro em direção aos planaltos contiguamente ao Norte."[194] Desta forma, percebe-se o café avançando como um substituto quase natural para a decadência econômica da região.

No caso da fotografia recolhida por Homem de Mello, o elemento iconográfico assume uma postura que assegura o local fotografado para a Província de São Paulo, em um momento de formulação definitiva das fronteiras provinciais. Nota-se que a cidade do Bananal é a última cidade em território paulista, dentro da região em desenvolvimento pela prática da monocultura cafeeira, e a posse confirmada pelo seu registro traduz uma simbologia própria para a construção e exibição da imagem organizada.

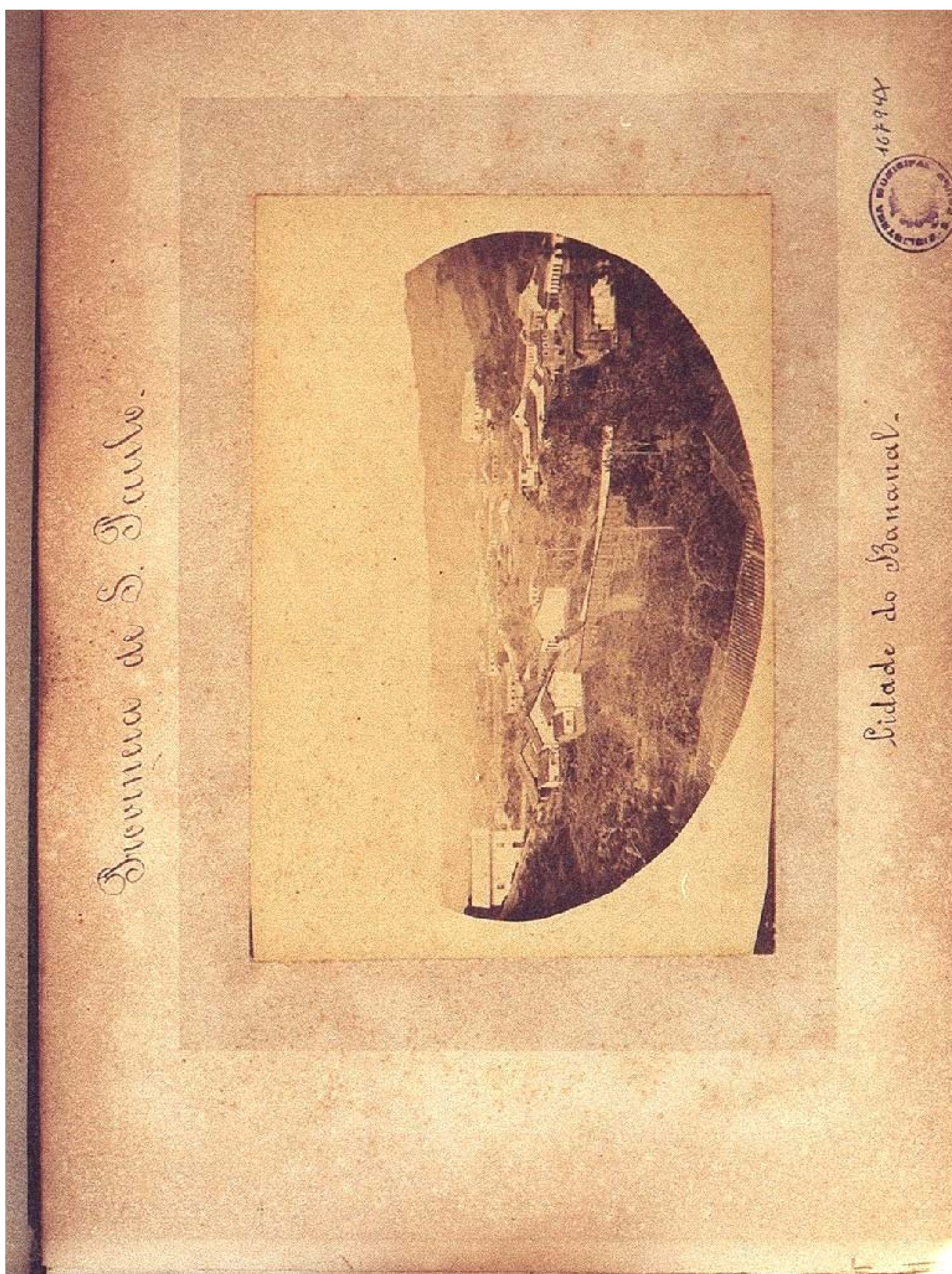
Dessa representação fotográfica da cidade do Bananal, vista na **Prancha n. 11**, não se conhece a data de produção, ou mesmo seu autor. Segundo detalhamentos técnicos desenvolvidos por Solange Ferraz de Lima, Vânia Carneiro Bastos e Patricia de Filipi as dimensões dessa imagens (12,5 cm X 16,3 cm) estariam próximas do formato do cartão fotográfico albuminado chamado de "promenade", um tipo de produção fotográfica de dimensões entre 10,2 cm x 17,8 cm e populares entre os anos de 1870 e 1880.[195]

---

[193]MÜLLER, Nice L. *O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba*: Estado de São Paulo. Rio de Janeiro : IBGE, 1969. p.28.

[194]STEIN, Stanley, J. *Vassouras*: um município brasileiro do café (1850-1900). Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990. p. 28.

[195]FILIPI, Patricia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia C. de. *Como tratar coleções de fotografias*. São paulo : Arquivo do Estado/IMESP, 2000. p. 23



Prancha n. 11. MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. *Cidade do Bananal.* Fotografia Albuminada; sem data; 12,5 cm X 16,3 cm. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP).(Imagem recolhida por James Roberto Silva).

Desta forma, os dados apresentados pelas pesquisadoras podem ajudar a aproximar a datação da fotografia, mas nota-se também que não havia um rigor técnico apurado por parte dos fotógrafos, pois as dimensões nem sempre são coincidentes.

Segundo o *Almanak da Província de 1873*, o fotógrafo mais próximo ficava em São José do Barreiro, cerca de 30 quilômetros de Bananal e se chamava Candido Alves Machado de Vasconcellos.[196] De acordo com Boris Kossoy, Vasconcellos foi um "Conhecido fotógrafo do Vale do Paraíba que foi associado a Virgilio Gomes Guimarães."[197] Guimarães, ainda segundo Kossoy, estava em Guaratinguetá desde 1866.[198] Sobre Vasconcellos, Ana Maria M. Essus recolhe artigo publicitário, mandado publicar por ele em 13 de dezembro de 1868, no jornal da cidade *O Parayba*: *"Apromptando uma excelente luz e sala de espera independente de sua moradia, apresentará aos seus fregueses uma bonita galeria fotográfica, ambrotypo, porcelanotypo, melanotypo; espera a concurrência de seus patrícios(...) só serão expostos com o consentimento do dono; não se dá nem vende retratos alguns sem prévia licença por escrito ainda mesmo que seja pessoa pertencente a família do retratado."*[199]

O enquadramento da fotografia da cidade de Bananal – bastante abrangente – e o fato da imagem abrir o Álbum permitem questionar, conforme afirmado anteriormente, se o Barão não teria procurado ilustrar a fronteira entre as Províncias simbolizada, ao fundo, pela presença da Serra.

Martius e Spix, no final do ano de 1817, comentam sobre essa Serra e reafirmam: *"A terceira lombada, Morro Formoso, faz lembrar, pela forma mais audaz, de maciços maiores, mais espaçados e angulosos, a das montanhas em torno do Rio de Janeiro, e marca o limite entre a capitania do Rio de Janeiro e a de São Paulo."*[200] O Morro Formoso seria parte da Serra da

---

[196]ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873. p. 254.

[197]KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico – Fotográfico Brasileiro:* fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002. p. 314.

[198]KOSSOY, Boris. Op. Cit. p.168

[199]Recolhido por: ESSUS, Ana Maria Mauad. Resgate de Memórias. In: CASTRO, Hebe M.M. e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate:* Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995. p.119.

[200]SPIX, Johann B; MARTIUS, C.F.P. Von. *Viagem Pelo Brasil.* São Paulo : Melhoramentos; Brasília : INL, 1975. v.I, p.102.

Bocaina, classificada como "*Ramo interior da serra do Mar, entre os municípios de Cunha, de S. José do Barreiro, de Arêas e de Silveiras.*"[201]

No mapa desenhado por Müller, em 1837, observa-se que a cidade de Bananal já é conhecida e faz parte da estrada que liga as Províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A região era uma zona de comércio e cresceu, conforme comentado anteriormente, com o desenvolvimento da produção cafeeira, que levou a sua prosperidade econômica. É novamente o *Almanak da Província para 1873* que relata que a região, *"É essencialmente agricola (...), cultivando-se de preferencia o café, que se exporta para o Rio de Janeiro."*[202]

Pela cidade do Bananal, passava o *Caminho Novo da Piedade,* criado das décadas iniciais do século XVIII para suprimir a parte marítima do chamado *Caminho Velho,* que ligava São Paulo a Parati, e daí até o Rio de Janeiro por via Marítima: *"obrigava a uma perigosa viagem marítima, sujeitando a preciosa carga dos 'quintos reais' ao assalto de navios piratas que rodeavam a mencionada rota"*[203]

O desenvolvimento da cidade passa pelo crescimento do fluxo comercial atrelado à estrada. As tropas de mulas que escoavam a produção cafeeira, utilizando-se desse caminho, fizeram a riqueza da região, que sofreu uma modificação administrativa acelerada.

Bananal foi fundada por volta 1811 e tornou-se Freguesia no mesmo ano. Em 1832, foi elevada a Vila e a Cidade em 1849, na mesma época em que a cidade de Vassouras atingia seu ápice econômico, com o cultivo do café.

Em 1873, Bananal torna-se "Cabeça de Comarca", abrangendo os municípios de Areias, Barreiro (São José do) e Queluz.[204]

Augusto Emílio Zaluar, em passagem pela região, entre 1860 e 1861, afirma: *"O Bananal, pela sua posição topográfica, pelas relações do seu comércio, pela natureza de sua cultura, pela índole e usos de sua população, pelas suas conveniências administrativas e econômicas, e finalmente pelo*

---

[201] ALMEIDA, João Mendes de. *Diccionário Geographico da Província de São Paulo.* São Paulo : Typ. a vapor Espindola, Siqueira & Comp.,1902. p.35.

[202] ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873. p. 234.

[203] REIS, Paulo Pereira dos. *O caminho Novo da Piedade no Nordeste da Capitania de S. Paulo.* São Paulo : Conselho Estadual de Cultura, 1975. p. 28.

[204] ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Op. Cit. p. 231.

desejo constante que mantiveram seus habitantes, seja qual fôr sua côr política, ***de fazerem parte da província do Rio****, está por assim dizer como isolado e deslocado nos limites de uma divisão territorial que não lhe oferece comodidade de natureza alguma (...)".*[205] Nota-se que a observação de Zaluar no período é bastante pertinente. Para o Barão, a imagem de abertura de seu Álbum deve servir ao propósito de ser uma baliza simbólica da divisa entre as Províncias do Rio e de São Paulo. Deve-se lembrar que as recordações da viagem de Zaluar foram provavelmente relatadas ao jovem Homem de Mello quando o viajante passou pela cidade natal do protagonista no mesmo período. Zaluar, conforme comentado, dedica ao Barão o livro resultante da viagem e assim pode-se afirmar que esse fator torna-se um dos elementos da constituição da mensagem simbólica presente no álbum fotográfico organizado por Homem de Mello. Os aspectos mnemônicos presentes no cotidiano do Barão conduziram a uma interpretação favorável para essa atitude organizadora do material fotográfico.

A cidade do Bananal, conforme descrita por Zaluar, está localizada em um *"terreno baixo escondida nas dobras desiguais de suas próprias construções"*[206]*,* com ruas cujas nomenclaturas não fogem às tradicionais Direita, Rosário e Lavapés, *"que se encontra em todas estas povoações."* [207]

Ainda descrevendo a comunidade, Zaluar deixa a impressão de uma cidade abandonada, vinculada ao ruralismo típico da época feudal européia, marcante pela pressão social, política econômica dos grandes proprietários, que só comparecem na cidade em dias de festas: *"os grandes proprietários de terrenos, deixando de freqüentar os povoados, e reconcentrando-se em suas fazendas, que são os veradeiros castelos feudais de nosso tempo (..). Daqui nasce o desânimo e o desconforto das classes pobres; daqui o definhamento do comércio, daqui a paralisação das indústrias (...).*[208]

Para o autor, a estagnação de muitas cidades ainda refletia o ambiente rural das relações sociais, e na cidade do Bananal, o fato é bastante marcante, pois Zaluar encontra a

---

[205]ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1861).* São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1975. p. 41.(grifo nosso).

[206]ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit. p.43

[207]ZALUAR, Augusto Emílio. Idem, Ibidem.

[208]ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit. . p. 47.

região no ápice de sua produção cafeeira: *"Êste município é um dos mais importantes da província e exporta por ano para cima de um milhão de arrobas de café."*[209]

Dessa maneira, a cidade representada na imagem colhida pelo Barão é parte significativa da inserção da região no contexto da mentalidade do território paulista no período, característica que transforma Bananal em um ponto imaginário de ligação e de início de jornada para a compreensão do território constituidor dessa relação inicial do Barão com a Província de São Paulo.

A presença e conservação de estradas e caminhos são o centro do Discurso dos Administradores da Província durante quase todo o Segundo Reinado. Em muito dos Relatórios Provinciais do período, entre 1838 e 1889, nota-se essa preocupação. Essa característica pode ser sentida, como exemplo, no discurso de Manuel Felisardo de Souza e Mello em 1844: *"Em uma Provincia tão extensa como a nossa (...) de primeira e mais palpitante necessidade é a abertura e conservação d' estradas, (...) tornando possivel e facil a circulação d'idéas, e productos, d'est'arte augmentando a industria, o commercio, e a civilisação de seus habitantes (...)."*[210]

Se a imagem da cidade de Bananal pode ser vista como uma marca de fronteira, outras podem ser associadas a elementos geográficos, como estradas, rios e caminhos, que, de certa forma, representam uma noção de comunicação com o mundo chamado "civilizado": o lugar fotografado não está isolado do mundo e sim acessível à presença do homem e de seu impulso civilizador. Nesse momento, as vias de comunicação, apesar da riqueza proporcionada pelo café, permanecem, no Vale do Paraíba, como um "elemento básico na hierarquização das cidades."[211]

O desenvolvimento agrícola é uma das marcas que transformaria a região do Vale do Paraíba em um marco significativo para o reconhecimento do território paulista, que teve, por exemplo, no desenvolvimento urbano de suas cidades, uma baliza constituidora de sua imagem como região geograficamente conhecida, mapeada e controlada por uma administração central.

---

[209]ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1861).* São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1975. p.49.

[210]MELLO, Manuel Felisardo de Souza e. *Discurso de Abertura (...) da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo.* 07 de janeiro de 1844. São Paulo : Typographia do Governo, 1844. p. 17

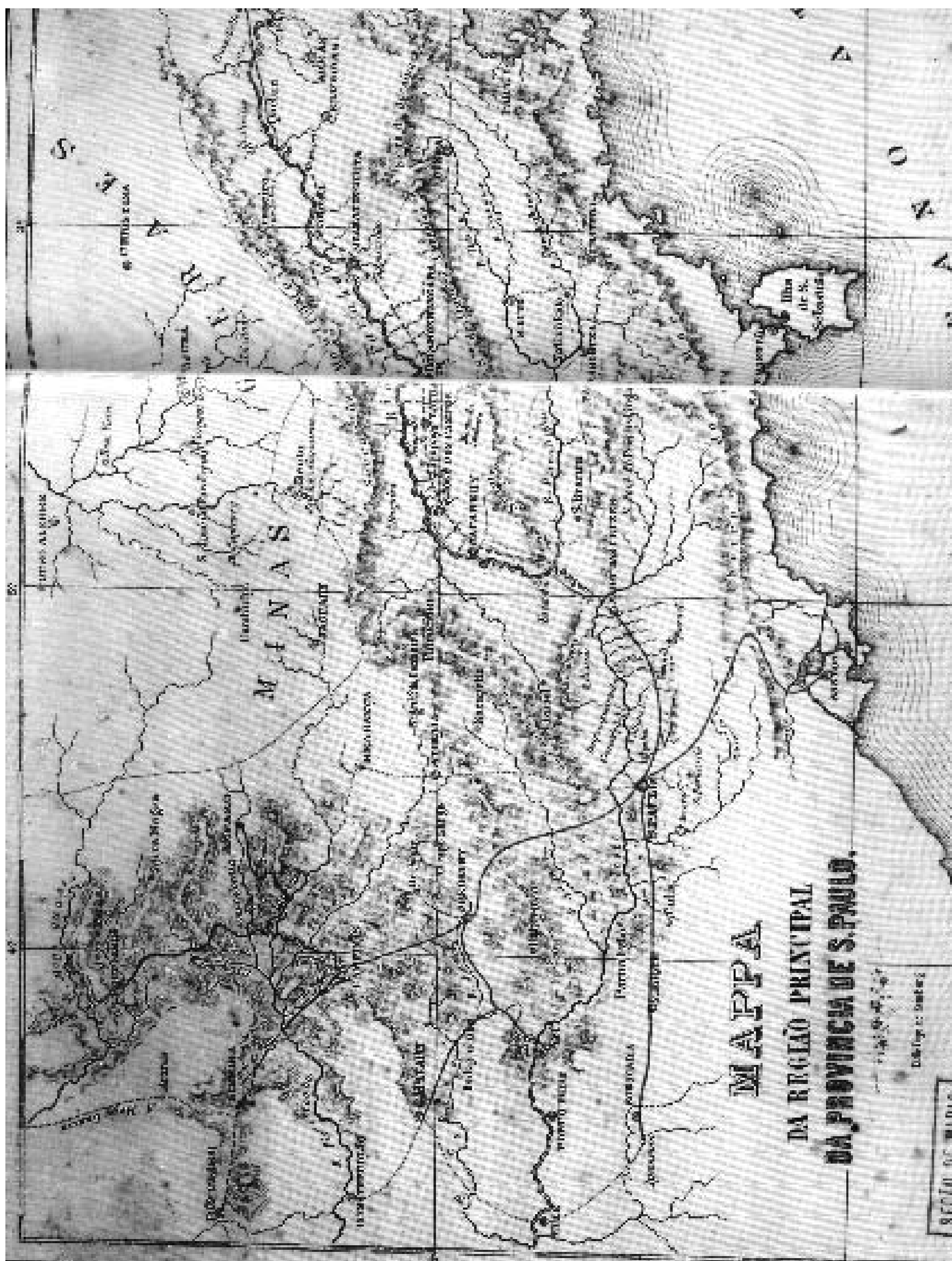
[211]MÜLLER, Nice L. *O Fato Urbano na bacia do Rio Paraíba.* Rio de Janeiro : IBGE, 1969. p.57.

Atrelado a esse processo agrícola, encontramos o desenvolvimento das ferrovias, que formam uma segunda vertente unificadora para o território e tornam-se, em certos aspectos, marcas de uma posse anunciada da terra, estruturando elementos fundamentais para a propagação do conceito de civilização.

A incorporação da ferrovia ao cenário geográfico paulista determina o território, recortando-o de acordo como necessidades sociais, políticas e econômicas em suspensão para o período. Dessa forma, a constituição do território, em certos momentos, obedece a uma lógica de classificação vinculada aos interesses a serem propagados.

Entre 1872 e 1876, a *Lithographia Imperial de Rensburg*, localizada no Rio de Janeiro, imprimiria uma carta geográfica que resumiria os elementos apresentados. Trata-se do *Mappa da região principal da Provincia de S. Paulo,* que apresenta a visualidade do território condicionada a dois fatores principais. O primeiro relaciona-se às regiões paulistas vinculadas ao fluxo econômico da atividade cafeeira, ou seja, o Vale do Paraíba, primeiro local de desenvolvimento dessa prática agrícola, já em decadência no período, e o novo "eldorado" da cafeicultura paulista, a região Oeste, encabeçada pela cidade de Campinas. O segundo, e talvez o mais representativo, encontra-se na divulgação dos *Caminhos de Ferro em trafego; em construção e em estudo,* característica que conduz a representação cartográfica apresentada.

Nesse mapa, apresentado na **Prancha n. 12**, a constituição do território é recortada e direcionada para a compreensão de sua área catalogada, aos olhos do cartógrafo, como a principal, ou seja, a mais representativa da região paulista, na qual as cidades presentes são destacadas em função da existência da ferrovia. A condução do olhar visa ao enquadramento do território entre o oceano, a ferrovia e as marcas divisórias do território paulista com as Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Percebe-se, dessa maneira, um aspecto econômico central para o mapeamento que navega pelo entendimento das possibilidades ofertadas às cidades mapeadas com a presença da Estrada de Ferro.



Prancha n. 12. *Mappa da região principal da Provincia de São Paulo,* (detalhe). litografia, 23 cm x 42 cm*,* 1872 - 1876, *Litographia Imperial de Rensburg*. In: PASIN, José Luiz. *O Vale do Paraíba ontem e hoje*. Rio de Janeiro : AC&M, 1988. p. 26-27.

No caso do Vale do Paraíba, o elemento condutor do olhar, existente no álbum organizado por Homem de Mello, encontra-se na reprodução das particularidades gerais para a representação das localidades: há uma tentativa de inserção simbólica destas no contexto do desenvolvimento de uma suposta cartografia de localização. O mapa mostra-se absorvido da tendência científica do século XIX, segundo a qual a indicação do rumo Norte torna-se um padrão de referência e constituição de uma nova formatação cartográfica, com a qual Müller, no caso da representação da Província de São Paulo, foi o primeiro a compactuar.

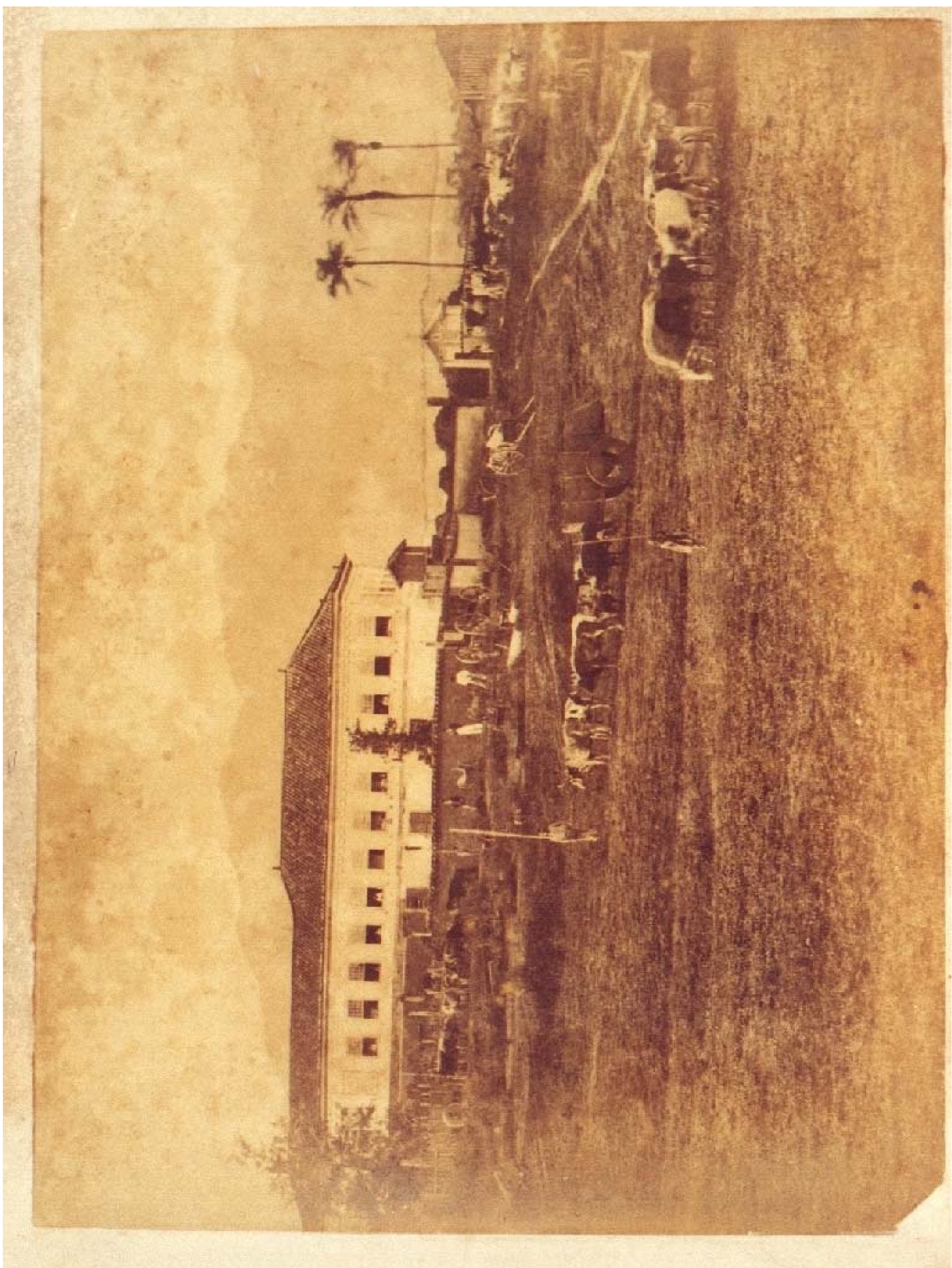
A fotografia seguinte do Álbum mostra, aparentemente, uma sede de fazenda, na qual a visão recolhida enaltece a casa dominando toda a paisagem. Nessa imagem, observa-se, também, a questão da inserção direta da fotografia e sua representação no contexto de um cotidiano atrelado à busca de uma identidade própria para o local fotografado, conforme reproduzido na **Prancha n. 13**.

A casa está no contexto de um caminho. Nota-se que a construção está cercada de carros de bois e de seus respectivos condutores. Os caminhos pelos quais passam os carros de bois, localizados à direita da imagem, reforçam a idéia de que a sede da fazenda faz parte da paisagem de uma dessas estradas. Há também o caso das palmeiras imperiais, sempre presentes nas estruturas arquitetônicas importantes do ponto de vista de uma elite dirigente da época. Segundo Benedito Lima de Toledo, a presença desse tipo de vegetação defronte a edifícios públicos ou particulares servia de referência para assinalar obras de grande vulto, para as quais se queria chamar a atenção.[212]

A fotografia da casa da sede mostra uma curiosidade, que é a questão de a mesma estar cercada por muros, com uma guarita de observação, no centro da imagem, do lado direito da casa. Provavelmente, essas estruturas arquitetônicas escondam os terreiros para a secagem do café.

---

[212]TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo* : três cidades em um século. São Paulo : Duas Cidades, 1981. p.30.



Prancha n. 13. MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. Sem Título, Fotografia Albuminada, 19 cm X 25 cm. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva).

Na extrema direita da fotografia, próximo das palmeiras imperiais, vê-se uma capela, caracterizada pela presença de uma cruz no telhado da edificação. A capela está dentro dos muros, mas estes apresentam uma porta de entrada defronte dela, denunciando a utilização do templo religioso por parte dos viajantes.

Quanto à localização da fazenda, pode-se questionar se fica em um dos pontos de pouso do caminho entre Bananal e Lorena: *Fazenda Três Barras*, ainda em Bananal, de propriedade do Capitão Hilário Gomes, a *Fazenda Pau d'Alho*, de propriedade do Coronel João Ferreira de Sousa, e o *Rancho do Moreira* já em Lorena. Esses locais de parada correspondem aos feitos por Dom Pedro I, em 1822, a caminho de São Paulo, na época da proclamação da Independência, e comentados por um de seus companheiros de viagem, Francisco de Castro de Canto e Melo.[213]

Há muitas dúvidas sobre a localização exata da fazenda apresentada na fotografia. Sabe-se que a região próxima a Lorena foi objeto de doação de uma sesmaria a João Ferreira Guimarães, Antonio da Silva Siqueira e David do Prado Machado, entre 1721 e 1821: *"da freguezia das Areias, termo da Villa de Lorena. Novecentas braças de terras de testada cada uma, com uma legua de sertão na paragem chamada o Barreiro e estrada que vai para o Rio de Janeiro (...)."*[214]

Questiona-se se essa fazenda está localizada na referida região por situar-se entre duas imagens que registram o Vale do Paraíba: a cidade do Bananal e a fotografia de uma "Mata Virgem" em Cruzeiro, cidades localizadas na mesma região geográfica.

Essa hipótese ganha fôlego pela leitura da descrição das fotografias apresentadas no contexto da Exposição de 1881. Na última imagem (12ª) descrita pelo Catálogo, há a seguinte referência: "*Vista da Serra da Mantiqueira pelo lado do Sul; tirada da fazenda do Major Manoel de Freitas Novaes na estação do Cruzeiro."* A justificativa da localização torna-se palpável ao observar-se na imagem a representação da silhueta de uma serra ao fundo, além do óbvio registro de uma sede de fazenda. Pela descrição da legenda, nota-se a

---

[213]Citado por REIS, Paulo Pereira dos. *O caminho Novo da Piedade no Noroeste da capitania de São Paulo.* São Paulo : Conselho Estadual de Cultura, [s.d.]. p. 164.

[214]REPERTÓRIO de SESMARIAS: concedidas pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. São Paulo : Tip. do Globo, 1944, v.6. ed. Fac-Similar. São Paulo : Arquivo do Estado, 1994. p.229.

representação necessária da Natureza, típico das idéias geográficas difundidas por Homem de Mello, constituindo – como outros elementos imagéticos do Álbum a serem analisados posteriormente – a base da representação documental proposta por várias das imagens presentes na obra organizada.

Independentemente da localização, a imagem mostraria, também, uma tentativa de apresentação de uma idéia de civilidade para a região, que, apesar dos aspectos rurais procura inserir-se, por sua localização no *Álbum da Província*, em uma realidade vinculada à nova postura organizacional proposta para a região já tomada pela produção cafeeira. Os aspectos capitalistas de produção – vide monocultura cafeeira –, associados à cientificidade a ser representada, tornam as imagens importantes objetos documentais de análise do cotidiano da elite da região.

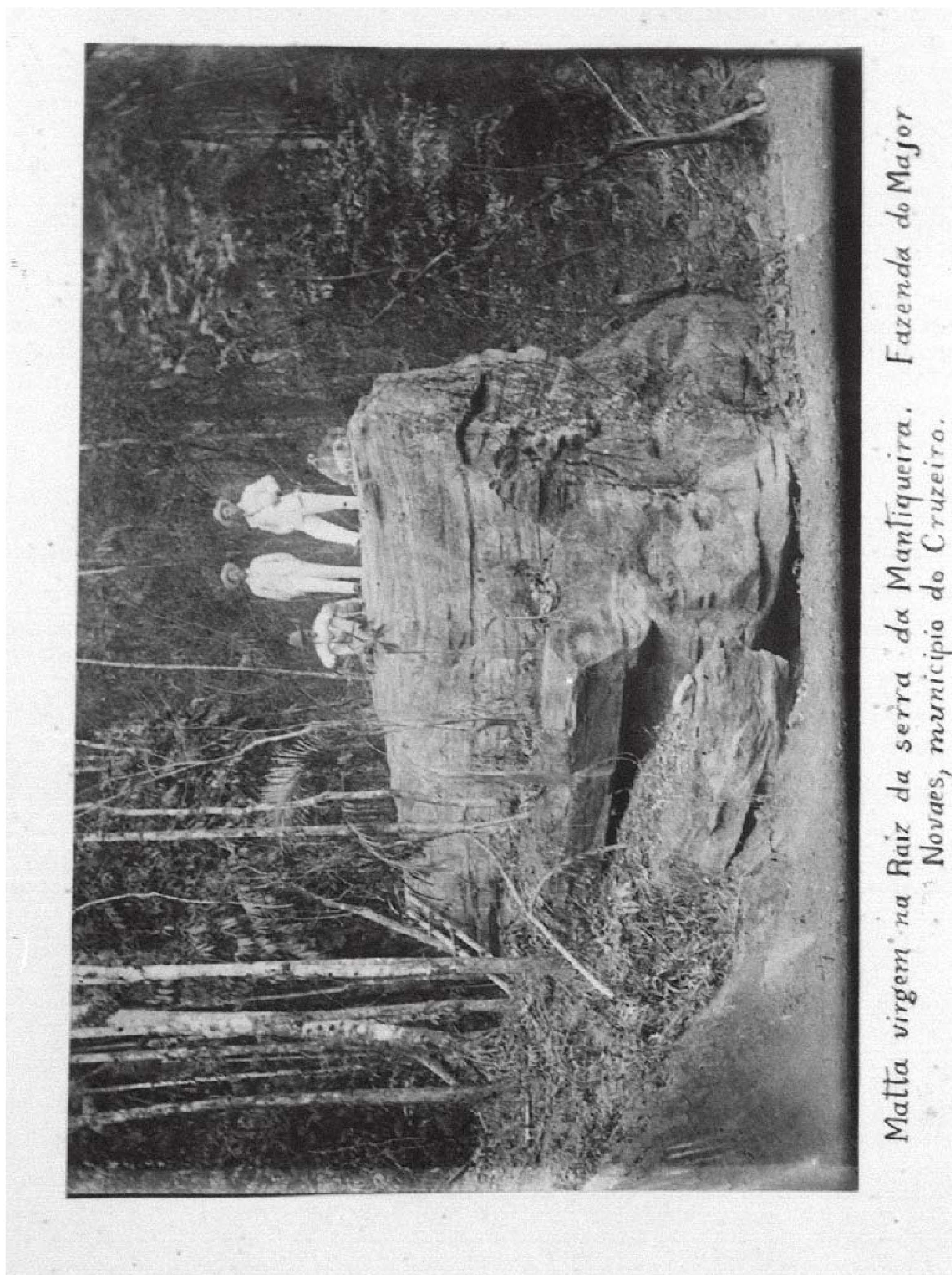
Ainda comentando sobre a imagem, têm-se suas dimensões (19 cm X 25 cm) e o fato dela ser albuminada. Nesse tamanho ela se aproximaria da descrição técnica de "cartão imperial" de 20 cm x 25,1 cm, formato usado entre 1870 e 1900.[215]

A próxima imagem a constituir a formação inicial do olhar do Barão, organizado em seu Álbum, atesta uma outra realidade imagética. O espaço fotografado não é urbano, como no caso da primeira fotografia, e também não apresenta edificações, como no caso da segunda imagem. O local é marcado por sua oposição, isto é, a mata a ser civilizada: a ruptura do isolamento, das velhas tradições coloniais e da imagem dos índios como habitantes naturais de um espaço daquele tipo.

Nessa fotografia, reproduzida na **Prancha n. 14**, a natureza é vista como um elemento exótico, domado em suas estruturas pela ação dos homens que posam sobre uma gigantesca árvore derrubada também pela ação humana, uma vez que a marca do corte apresenta-se homogênea. A presença humana é usada como elemento disciplinador, pois vê-se o homem impondo o seu poder sobre a Natureza retratada.

---

[215] FILIPI, Patricia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia C. de. *Como tratar coleções de fotografias*. São paulo : Arquivo do Estado/IMESP, 2000. p. 23.



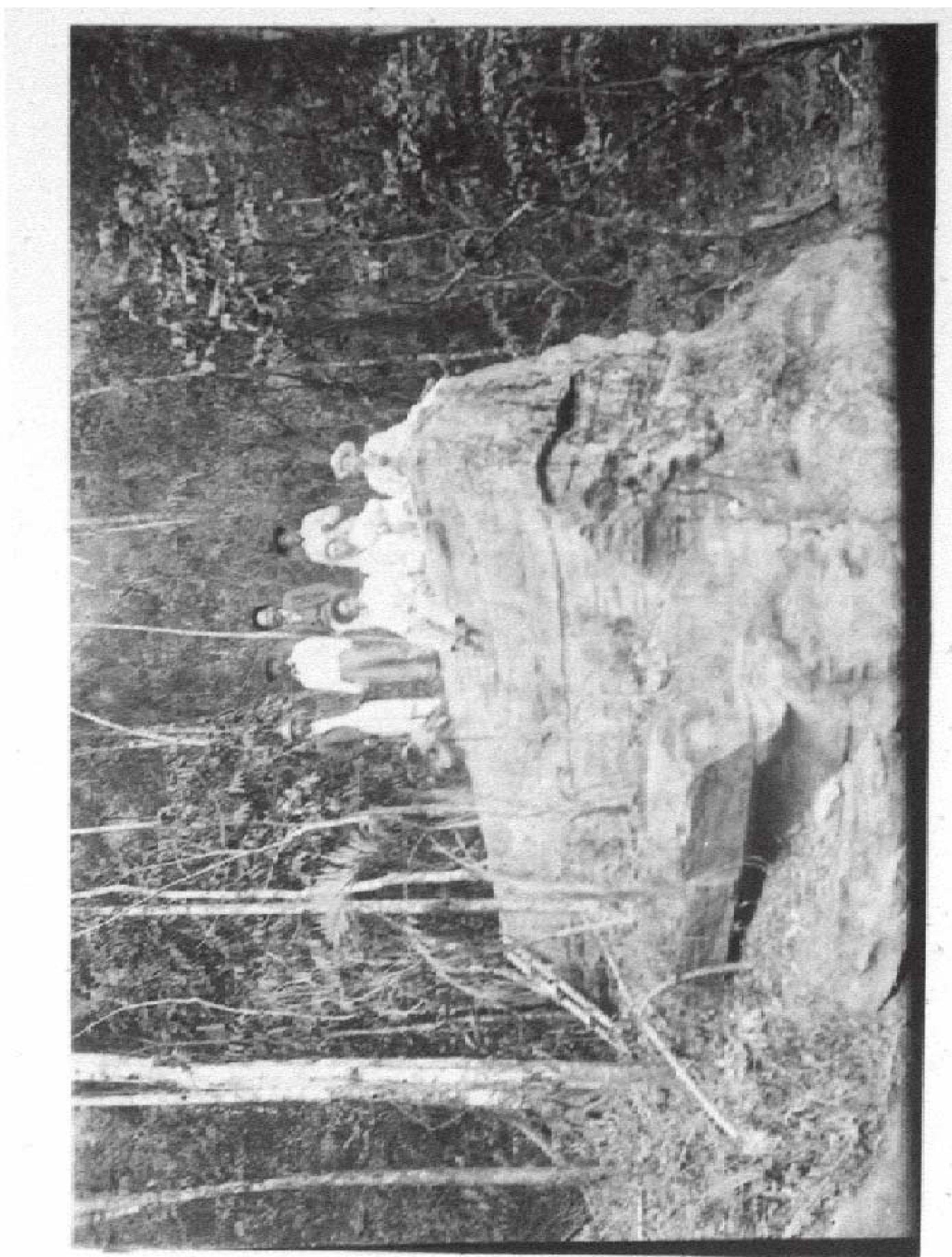
Prancha n. 14. *Matta virgem na Raiz da Serra da Mantiqueira, Fazenda do Major Novaes, municipio de Cruzeiro.* Sem Data; 12 cm x 16,8 cm. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP). (Imagem recolhida por James Roberto Silva).

A imagem presente no Álbum do Barão é uma reprodução mais moderna de outra pois, além de não ser albuminada, parece ser uma cópia contato, produzida por meio de um novo negativo tendo em vista a sua coloração, que foge aos padrões das outras imagens do Álbum. A legenda aparente não está manuscrita na própria fotografia e sim se compõe como parte da imagem, fato que por si só demonstraria ser a fotografia uma cópia mais atual. Nota-se também, que suas dimensões, 12 cm x 16,8 cm, não se encaixam em nenhum padrão estabelecido pelas pesquisadoras Solange Ferraz de Lima, Vânia C. de Carvalho e Patricia de Filipi, reforçando, de certa forma, a tese de sua contemporaneidade.

Por sua constituição fotográfica, acredita-se que tenha sido reproduzida ao final do século XIX e início do século XX, por apresentar semelhanças técnicas com as imagens desse período, ou seja, não ser albuminada, além de apresentar um desgaste menor que as outras presentes, característica que pode ser vista também na análise estrutural da próxima fotografia, que possui semelhanças técnicas com a imagem precedente**.**

A quarta fotografia do Álbum, observada na **Prancha n. 15**, busca as mesmas representações contidas na anterior, também, conforme afirmado, pelo aspecto de ser uma cópia mais moderna. Pela análise técnica da fotografia, percebe-se no seu canto inferior direito o mesmo defeito de produção que resultou em uma sombra de proporções e formato semelhantes a apresentada na imagem da análise anterior. Pelas características, acredita-se em uma falha técnica de processamento e não no fruto de um erro do fotógrafo no ato do registro original. As proporções iguais apresentadas pelas falhas, em ambas as fotografias, demonstram algo produzido por uma máquina, talvez relacionada ao momento da produção da cópia mais moderna.

Esses aspectos ajudam a corroborar que as duas imagens foram inseridas posteriormente no Álbum já organizado, o que pode determinar uma mudança de padrão de registro por parte do organizador, ou seja, um novo aspecto mnemônico de seu cotidiano. A representação urbana, fundamental no ciclo fotográfico paulista nas décadas iniciais da segunda metade do século XIX, é substituída pela captação da imagem da Natureza domada e inserida em um contexto civilizatório, momento característico da representação fotográfica das décadas finais do mesmo século e iniciais do século XX.



Prancha n. 15. Sem Título; Sem Data. 11,8 cm X 16,6 cm. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [S.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade). (imagem recolhida por James Roberto Silva).

A imagem, inserida nesse contexto, é fruto da organização de um fotógrafo que buscou não só o melhor ângulo, do chão para a copa das árvores – simbolizando uma imagem que reflete a ação do homem sobre a Natureza –, como também procurou colocar todas as pessoas no enquadramento apresentado.

A Natureza e sua representação idílica ganham maior atenção nesse período, apesar das práticas agrícolas de devastação que ainda, em grande parte, apoiavam-se na realização das antigas coivaras indígenas. Nesse momento, o Romantismo presente na Literatura busca recuperar a antiga relação entre o homem e o meio natural e este elemento se expressa, por exemplo, em poesias e histórias que circulam no país a partir das décadas finais do século XIX.

Em 1885, o *Almanaque Literário* de José Maria Lisboa publicava a poesia *Na Floresta,* escrita em 1883 por um certo Wencesláu de Queiroz: *"Verde floresta, infunde-me nas fibras/ Seiva e calôr...(...) Pois que no meio d'esta florecencia,/ Corôado das palmas da victoria,/ Encontro o amor, a luz, a vida, a sciencia! (...).*[216] A reflexão do poeta mostra-se preocupada em enaltecer a Natureza, relacionando-a à ciência, elemento que é administrado pelos homens.

Nesse aspecto, a representação fotográfica da Natureza domada e administrada pelo homem torna-se uma forma de representação usada em vários trabalhos de fotógrafos brasileiros do final do século XIX. Deve-se lembrar, por exemplo, dos trabalhos de Marc Ferrez ao retratar um conjunto de Araucárias no Paraná em 1879, ou mesmo Guilherme Gaensly, com sua busca incessante de introduzir essa mesma Natureza no contexto urbano, como suas várias imagens da Praça da República, já no início do século XX.[217]

Nas duas fotografias anteriores do Álbum do Barão, vê-se a proximidade com as idéias presentes nas imagens de Ferrez e Gaensly: vide **Pranchas n. 16 e n. 17**.

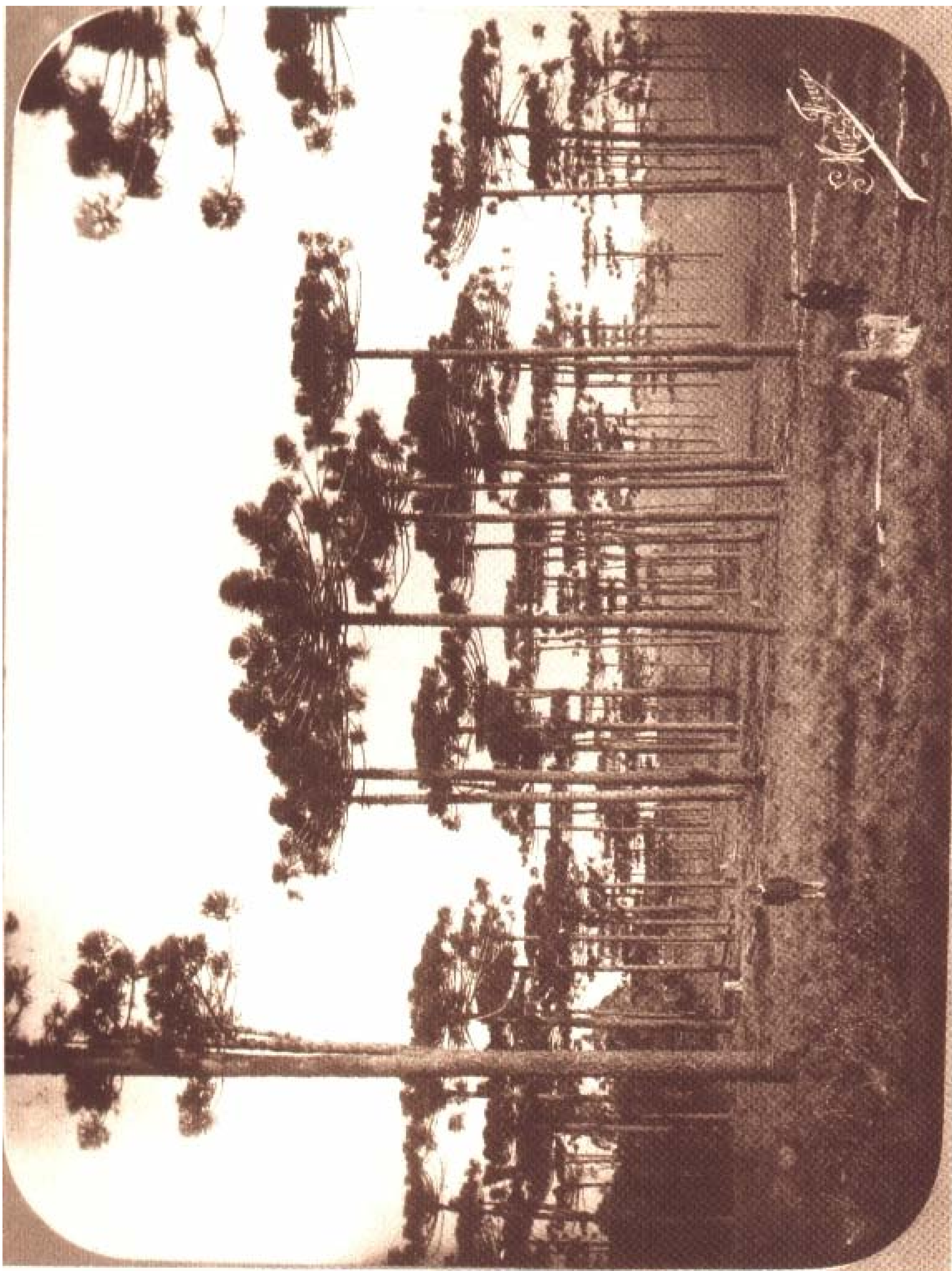
---

[216]ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1885, 8º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.215.

[217]Para mais detalhes ver: KOSSOY, Boris. *São Paulo: 1900.* São Paulo : Kosmos, 1988.



Prancha n. 16. GAENSLY, Guilherme. *Jardim da Praça da República III.* 8,5 cm X 14 cm. Cartão Postal que circulou entre 1905 e 1906.



Prancha n.17. FERREZ, Marc. *Província do Paraná: Araucária. 1879.* Fotografia Albuminada. 26,2 cm X 35,4 cm. Recolhido por: FOURNIÉ, Pierre. *Marc Ferrez nas coleções do Quai d'Orsay.* Rio de Janeiro : Contra Capa, 2001. p. 38.

Nota-se, pela forma como as pessoas estão vestidas, bengalas e ternos completos, que a imagem (Prancha n. 15) não mostra uma expedição desbravadora, ao contrário, uma "escadinha" feita de bambus – do lado esquerdo ao fundo da imagem – denuncia que a paisagem não é exatamente "selvagem". O uso do termo *"matta virgem"*, presente na fotografia anterior, denuncia, também, uma espécie de "mistificação romântica" para o local. A "mata virgem" só é idílica e prazerosa porque foi dominada, caso contrário lembraria "selvageria."

Essa idéia de domínio da natureza pode ser associada às propriedades de uma elite dirigente, que representa e é representada por suas posses materiais. Suas fazendas e chácaras assumem um papel de urbanidade nessas comunidades, que crescem atreladas a muitos aspectos de um ruralismo social, político e econômico.

A cidade de Silveiras, que aparece representada na sétima imagem do álbum *Província de São Paulo,* segue a representação do ciclo inicial do olhar de Homem de Mello para essa região paulista, e se enquadra no contexto das décadas inicias da segunda metade do século XIX, nas quais as representações fotográficas urbanas tornam-se modelos imagéticos do contexto de propagação de uma civilidade necessária à unificação do território.

Nota-se ainda que parte desse mesmo território é considerado como "desconhecido" na maioria dos mapas produzidos no período e assim o reconhecimento da localidades urbanas, pelo uso da linguagem fotográfica, é uma alusão à ratificação de um espaço geográfico e no álbum fotográfico organizado pelo Barão esse elemento é bastante contundente.

Na fotografia de Silveiras, observada na **Prancha n. 18**, a legenda, ao mesmo tempo em que explicita uma referência urbana para a localidade, deixa claro, também, que há uma referência à questão da permanência de uma mentalidade rural. Silveiras, em 1867, três anos após ter sido elevada à categoria de cidade, é *"pequena e pittoresca."*



Prancha n. 18. *Cidade de Silveiras; Vista da pequena e pittoresca cidade de Silveiras – tomada do morro da chacara do M. Ferreira; Em 29 de Julho de 1867.* 21 cm X 9,5 cm (parte ovalada da imagem). Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mário de Andrade- SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva).

A cidade, nesse ano, possuía uma urbanização incipiente, com um conjunto de três praças: a da Matriz, o Largo Municipal e a Sete de Setembro. Entre suas ruas, destacavam-se *a Rua da Independência e a Rua de Paysandú*, local de morada de alguns dos "Capitalistas" do município, de acordo com o *Almanak de 1873*.[218]

Augusto Zaluar também descreveu a localidade no período, afirmando: *"A vila de Silveiras (...) está edificada em uma e outra margem da estrada geral de S. Paulo. Fica reclinada em uma planície um pouco baixa, o que faz com que se não possa gozar a sua perspectiva senão de qualquer das alturas dos morros que a rodeiam, especialmente da colina onde está edificada a pitoresca capelinha do Patrocínio, e donde oferece realmente uma vista deleitosa e agradável."*[219]

A "capelinha" descrita por Zaluar fica no centro da imagem apresentada, no topo do segundo morro, característica que leva a supor que a visão descrita por Zaluar seja oposta à que é apresentada na fotografia, mas pode-se perceber um padrão para a representação da urbe, ou seja, de cima dos morros que a rodeiam.

Silveiras representa, para a história paulista, um marco político pois, segundo M.E. de Azevedo Marques: *"Esta cidade é célebre porque nela se puseram à testa da rebelião de 1842 o vigário Manuel Félix de Oliveira, o juiz de paz Anacleto Ferreira Pinto e Francisco Félix de Castro (...)"*[220]

Essa descrição não deve ser negligenciada, pois o Barão vinculou-se constantemente às idéias liberais da Revolução de 1842. Segundo seu biógrafo, Anibal Mattos, no Seminário de Mariana (MG) – local no qual o biografado estudou entre 1847 e 1852 – uma de suas leituras prediletas era o clássico *História do movimento político de Minas e São Paulo em 1842,* escrito pelo Cônego Marinho.[221]

Em 1867, data da fotografia, Homem de Mello era Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1866 – 1868). Nesse mesmo ano, segundo Carlos Eugênio Marcondes de Moura, encontrava-se em atividade na cidade o fotógrafo Ernesto Felix de Castro, da

---

[218]ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873. p. 226

[219]ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1861).* São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1975.p. 69.

[220]MARQUES, M.E. de Azevedo. *Província de São Paulo.* São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1980. v.II. p. 270.

[221]MATTOS, Aníbal. *O Barão Homem de Mello perante a História.* São Paulo : Departamento de Cultura, 1937. p.30

Photographia Silveirense[222]. Sobre sua forma de trabalho, o mesmo fotógrafo, em um anúncio publicado no jornal *O Parayba,* de Guaratinguetá, em 24 de outubro de 1867, comenta: *"Ernesto Felix de Castro, retratista photographo e já bem conhecido neste município e nos vizinhos pela perfeição de seu trabalho(...). Não entrega retratos sem estarem a gosto da pessoa que o queira honrar com sua confiança e proteção. Tendo que sair para as cidades limitrófes, pede as pessoas que tenham de retratar aparecerem para não aglomerar trabalho nas proximidades da partida."*[223] Apesar de Felix de Castro ser, conforme seu anúncio, um fotógrafo itinerante, nada foi encontrado que levasse a atribuir como sua essa fotografia apresentada, mas é digno de nota o registro de seu trabalho na região. O tamanho da imagem, 21 cm X 9,5 cm, mostra-se totalmente diferenciado de qualquer padrão fotográfico estabelecido para a época. Desta forma é possível argumentar que se trata de um trabalho artesanal e vinculado, talvez, a um fotógrafo distante das realidades materiais dos grandes centros urbanos. Seria esta característica um elemento de identificação associada, por exemplo, a Felix de Castro?

Na continuação dessa representação inicial do Álbum do Barão, tem-se sua cidade natal: Pindamonhangaba. A cidade é mostrada em duas imagens, seqüência que apresenta a cidade ao olhar do visitante, na qual dois momentos são percebidos. O primeiro refere-se à inserção da cidade no meio natural que sustentou sua criação, no caso, a presença do rio Paraiba: *"Fica esta* [a cidade] *collocada á margem direita do rio Parahyba, em uma extensa planície, acima do nivel das aguas do rio, em altura tal, que a preserva de ser innundada, ainda nas mais extraordinarias enchentes."*[224] O segundo mostra a localidade e sua urbanidade, com uma fotografia que registra, de forma simbólica, aspectos de seu desenvolvimento material.

---

[222]MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Retratos quase inocentes. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Retratos quase inocentes.* São Paulo : Nobel, 1983 .p. 33.

[223]Recolhido por: ESSUS, Ana Maria Mauad. Resgate de Memórias. In: CASTRO, Hebe M.M. e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate:* Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995. p.119.

[224]MELLO. Benedicto M. Homem de. Pindamonhangaba. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1877, 2º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.127



Prancha n. 19. *Cidade de Pindamonhangaba; Vista tomada da margem direita do rio Parahyba.* Sem Data; 16,5 cm x 21,5 cm. Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mário de Andrade – SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva).

Na imagem – reproduzida na **Prancha n. 19** –, que é a oitava do *Álbum da Província,* observa-se que sua representação, com a presença do Rio Paraíba, assegura para a cidade a localização geográfica. A fotografia mostra a cidade ao fundo, próxima ao rio, que ocupa quase um terço da imagem. Há nessa representação uma associação entre o caráter urbano da localidade e sua inserção no contexto da Natureza. Seu tamanho, 16,5 cm x 21,5 cm também foge aos padrões técnicos estabelecidos para o período. Convém lembrar que pelos casos apresentados, que o formato não é uma condição imutável para a datação da fotografia. As análises deste vestígio material ajudam na formulação de hipóteses, mas esse fator não deve negligenciar a busca por outras referências. Para essa fotografia, é possível, argumentar novamente o aspecto artesanal de sua produção.

Homem de Mello, em 1876, em um dos artigos presentes no *Almanach Litterario,* descreve a Igreja Matriz de Pindamonhangaba e há uma parte do artigo na qual se lê: *"Ide alli ás margens pittorescas do Parahyba, onde em uma vistosa planicie desdobra-se a cidade de Pindamonhangaba, cuja imagem se reflecte nas aguas limpidas d'aquelle magestoso rio."*[225] O Barão, apesar de ter escrito essa narrativa em outro contexto histórico, efetua uma descrição que se aproxima da representação fotográfica de seu Álbum. A imagem mostra essa relação entre a planície – presente em primeiro plano na imagem –, a cidade – vista ao fundo, à esquerda – e o rio, que ocupa um grande espaço da fotografia, à direita. Seria seu artigo influenciado pela visão da fotografia? Caso isso se confirme, seria possível datar a imagem como próxima do ano de 1876? Os questionamentos apresentados são oportunos pois mostram o funcionamento da visão fotográfica desenvolvida, talvez, na impressão pessoal cotidiana do organizador do Álbum.

A formação da visualidade fotográfica captada pelo fotógrafo, *"as margens do Paraíba refletindo a cidade ao fundo",* insere-se no contexto apresentado pela lembrança literária criada pelo Barão. Há uma proximidade entre os aspectos da representação e a própria idéia associada a esse momento.

---

[225]MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. A Egreja matriz de Pindamonhangaba. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1876, 1º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 74.

O mecanismo de constituição da memória navega, nesse caso, pelo aspecto literário e pela confecção visual do objeto fotografado. A paisagem, cuja representação é lembrada na literatura, pode ser reflexo direto de uma construção pessoal do fotógrafo, ou seja, uma representação idílica elaborada pelas necessidades impostas por sugestão dos elementos mnemônicos apresentados, ou vice-versa, o Barão pode ter construído sua manifestação literária pela observação da própria paisagem fotografada.

Essa imagem fotográfica apresentada ao olhar do espectador serve de introdução à localidade, que, na fotografia seguinte, é vista centralizada em seu aspecto urbano.

Na nona fotografia do Álbum, reproduzida na **Prancha n. 20**, mostra-se o *Jardim Público* da cidade de Pindamonhangaba no período. Suas dimensões (16,5 cm X 21,5 cm) são iguais a fotografia anterior reforçando as idéias apresentadas e sugerindo a atuação de um mesmo fotógrafo.

No Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881, há uma referência sobre uma imagem de Pindamonhangaba que mostra a *Praça Cornelio Lessa em Pindamonhangaba.* Acredita-se que seja a mesma imagem aqui apresentada como a do *Jardim Publico*, pois no Catálogo da Exposição de 1881, a legenda da fotografia é, *Cidade de Pindamonhangaba; Vista tomada da margem direita do rio Parahyba,* ou seja, a mesma da oitava fotografia do Álbum. As legendas presentes no contexto do "Catálogo da Exposição de 1881" sofrem pequenas alterações em relação às apresentadas no corpo do álbum fotográfico: *Província de São Paulo*.

O fato de o Barão preferir utilizar a legenda "*Jardim Público"* pode evidenciar a necessidade de mostrar que a presença de um espaço com esse teor é um elemento arquitetônico importante à urbanidade de uma determinada localidade no período e por não apresentar a descrição, *Praça Cornelio Lessa,* demonstra ser a fotografia anterior a 1881.

Este dado pode ser corroborado com a análise da nomenclatura do espaço urbano. Até o ano de 1869, o local era conhecido como *Largo do Porto* e foi urbanizado nessa época pela ação do Visconde da Palmeira, em homenagem à visita da Princesa Isabel à cidade. Em 1878, a área passou a ser denominada Praça Cornélio Lessa, em homenagem ao Coronel Cornelio Bicudo Varella Lessa, um dos filhos do Barão de Paraibuna (Custódio Gomes Varella Lessa).



Prancha n. 20. *Cidade de Pindamonhangaba; Jardim Publico.* Sem Data; 16,5 cm X 21,5 cm. Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo.* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mário de Andrade – SP.).(imagem recolhida por James Roberto Silva).

A maneira como a imagem é realizada torna esta fotografia bastante significativa. No centro, há um lampião servindo de marco divisório para a composição do quadro fotográfico apresentado. Do lado esquerdo, o casario, a zona urbana, e do lado direito, o suposto Jardim Público, que ainda parecia um descampado, porém digno da representação fotográfica. Quanto à presença dos lampiões, é oportuno lembrar que o serviço público de iluminação, composto de lampiões de querosene, foi inaugurado em Pindamonhangaba em 1869, e "(...) era executado por particulares, através de concorrência pública, que se renovava todos os anos."[226]

O momento sociocultural pelo qual passa a cidade é sintomático quanto à representação estabelecida. A formação imagética proposta pela fotografia demonstra uma clara referência à busca de uma urbanidade – a presença de iluminação pública e do "Jardim Público" –, porém o fato de o Jardim ser ainda um descampado e pela ausência total de pessoas, mesmo considerando o tempo de exposição fotográfica, caracteriza ainda um ruralismo marcante de muitas cidades brasileiras, elemento que lembra a permanência de alguns aspectos ligados ao passado colonial do país.

Segundo Carlos Eugênio Marcondes de Moura, o Vale do Paraíba oferecia os atrativos ideais para o trabalho de fotógrafos, pois o dinheiro do café transformava totalmente a organização das cidades em face do que eram até então. Guaratinguetá, por exemplo, se tornava a "terceira cidade mais populosa da província, superada apenas pela Capital e por Campinas, mantendo esta posição até a década de 1890. A região beneficiava-se do progresso, que criara, em determinados grupos sociais, disposição para o amplo consumo de bens materiais (...).[227] Essa afirmação de Marcondes de Moura corrobora a forma como aquela fotografia é realizada: há um esforço do fotógrafo para captar uma cidade em transformação, ou seja, as partes aptas a figurarem como adequadas a um novo modelo de comportamento baseado no nascente consumo.

A expressão utilizada para designar o local, "Jardim público", em um primeiro momento, e "Praça Cornélio Pires", em outro, mostra como o espaço urbano passa a ser inserido no cotidiano citadino, apto a receber as noções de organização e gerenciamento do

---

[226]REALE, Ebe. *Pindamonhangaba:* cidade do segundo reinado. São Paulo : USP. [s.d.]. p.29

[227]MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Retratos quase inocentes. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Retratos quase inocentes.* São Paulo : Nobel, 1983. p. 04.

espaço de uma cidade. Designações como Praças, Ruas, Avenidas, etc fornecem a representação simbólica diferenciada necessária a emoldurar a nova realidade espacial da urbe.

As datas coincidentes, 1869 para implementação do serviço de iluminação e a urbanização inicial do local, entre 1868 e 1869, ajudam a estabelecer este último ano como muito próximo para a data de confecção da imagem fotográfica apresentada. Confirmada a data de produção, pode-se, talvez, atribuir sua autoria a João Julio Gustavo Schultz que, entre 1866 e 1873, era um fotógrafo atuante na cidade de Guaratinguetá, cidade localizada a poucos quilômetros de Pindamonhangaba.[228] Interessante é o posicionamento de Schultz que, em 1873 – no *Almanak de Luné* para este ano –, apresentava-se como pintor, ao passo que Robin & Favreau como *photographos*, ambos atuantes na cidade de Guaratinguetá.[229]

Em relação aos fotógrafos que atuaram no Vale do Paraíba nesse período, destacam-se a dupla de franceses Louis Robin e Valentim Favreau, ou simplesmente, como assinavam suas fotografia, *Robin & Favreau*. Segundo Marcondes de Moura, a dupla atuou na região do Vale do Paraíba entre "1850 até meados de 1880"[230], produzindo imagens urbanas e de estúdio. Boris Kossoy apresenta a seguinte diretriz para os trabalhos da dupla. Em 1866, Favreau estava em Pindamonhangaba. A partir de 1868, passa a atuar em Guaratinguetá e no mesmo ano, começa a trabalhar em Aparecida até 1884.

Para Robin, Kossoy afirma que, em 1866, atuava em Pindamonhangaba, entre 1868 e 1869, em Aparecida. Paralelamente a esse dado, atuaria em Guaratingueta ente os anos de 1868 e 1873.[231] Diante das informações apresentadas, é possível também atribuir a imagem de Pingamonhangaba para a dupla de franceses, pois a itinerância de ambos garantia uma maior circulação e o reconhecimento de seus trabalhos. Nota-se que a característica artesanal da fotografia reforça a idéia de sua produção por um fotógrafo que se encaixaria neste perfil de atuação.

---

[228]KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*. São Paulo : IMS, 2002. p. 289.

[229]ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873.p. 211.

[230]MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Retratos quase inocentes. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Retratos quase inocentes.* São Paulo : Nobel, 1983.p. 06.

[231]KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*. São Paulo : IMS, 2002. Para Favreau ver p. 130 e para Robin ver p. 276.



Prancha n. 21. *Cidade de Taubaté; Vista tomada do Convento de S. Clara (1855).* 22 cm x 18,5 cm. Fotografia Albuminada. In: MELLO, Francisco Inácio Homem de.(org.).*Província de S. Paulo.* [s.l. : s.n.]. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade – SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva).

A imagem que fecha o primeiro "olhar" do Barão mostra a cidade de Taubaté, conforme pode ser observado na **Prancha n. 21**.

A fotografia albuminada que representa a cidade – de 22 cm x 18,5 cm, e a 10ª do Álbum –, mostra um vista panorâmica do Largo do Convento (hoje praça Monsenhor Silva Barros). Suas dimensões, também fora dos padrões da época, sugerem as mesmas características discutidas anteriormente.

Sua autoria é atribuída aos fotógrafos Robin & Favreau, sendo confirmada pelas anotações, em anexo, na reedição da obra de Francisco de Paula Toledo, *História do Município de Taubaté,* reeditada em 1977*,* mas publicada inicialmente em 1877. Na reedição, do século XX, há um Apêndice que trata da iconografia existente sobre o município e relata: "*Com a era da fotografia, inicialmente, surge preciosa coleção de vistas duplas de suas ruas e logradouros, executadas em 1856 por Robin & Favreau, para observação através de aparelho estereoscópio (...).*"[232] Pela legenda apresentada na fotografia, *Cidade de Taubaté (1855),* e pela data, acredita-se que a imagem seja de Robin & Favreau. Segundo Boris Kossoy, esses fotógrafos "Atuaram em diferentes cidades do Vale do Paraíba constituindo-se no estabelecimento mais tradicional da região".[233] Apesar dessas características, por não haver uma documentação específica sobre a dupla de franceses anterior ao ano de 1866, a data de 1855 apresentada para aquela imagem torna-se duvidosa.

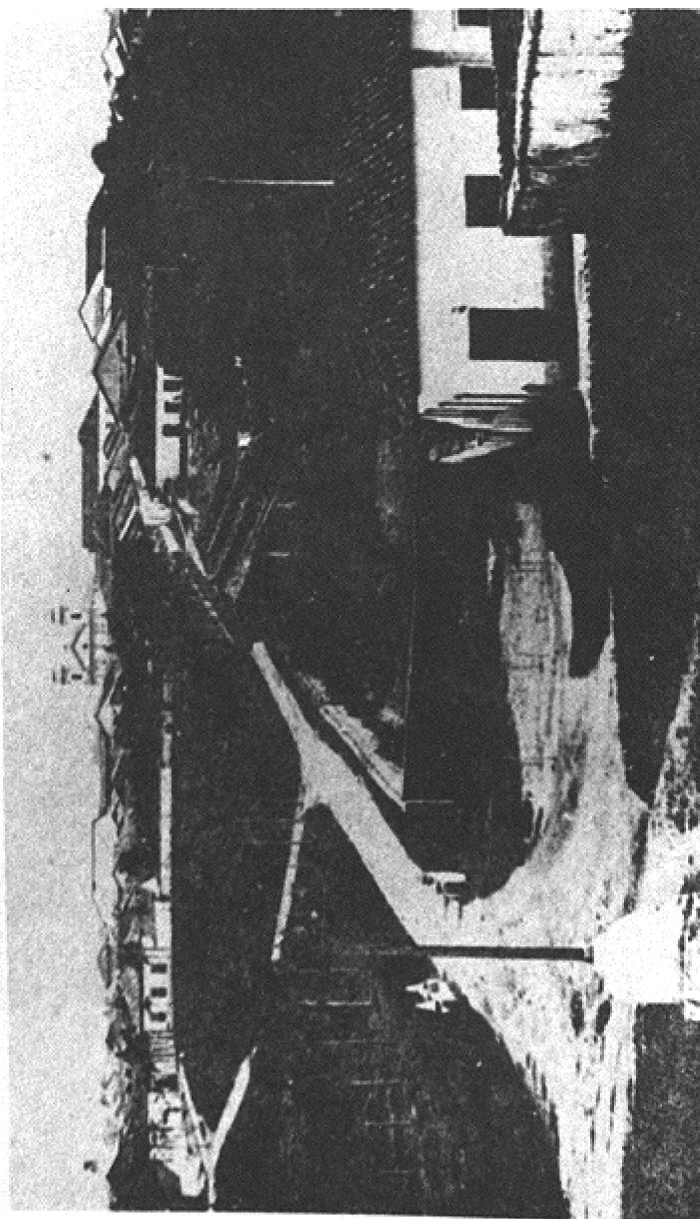
Há, entretanto um elemento importante a ser considerado. A imagem pode ser anterior a 1865, conforme documentação apresentada também no Apêndice da obra que relata a história do município.

Nessa parte, é mostrada uma imagem pertencente ao acervo particular do Sr. Antonio Mello Júnior, antigo morador da cidade, exibindo o local em 1865, no mesmo ângulo e enquadramento apresentado pela fotografia de 1855.

---

[232] TOLEDO, Francisco de Paula. *História do Município de Taubaté.* 2. ed. anotada. Taubaté/SP : Prefeitura Municipal, 1976. Apêndice. Há uma curiosidade interessante sobre esta obra, ou seja, fato de seu único exemplar original conhecido ter pertencido ao escritor Monteiro Lobato que o teria ganho como prêmio, em 1896, por ter sido escolhido o melhor aluno do Colégio Paulista, localizado em Taubaté.

[233] KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico – Fotográfico Brasileiro:* fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002. p. 130.



Prancha n. 22. *Vista panorâmica do largo do Convento (...).*Impressão sobre papel. 12 cm X 6,8 cm. Reproduzida de: TOLEDO, Francisco de Paula. *História do Município de Taubaté.* 2. ed. Taubaté : Editora CQ Ltda; Prefeitura Municipal de Taubaté, 1976. (Anexo sem paginação).

Pela análise da imagem, reproduzida na **Prancha n. 22,** a casa à direita apresenta-se reformada e com uma aparência melhor que aquela apresentada em 1855: nesse ano, a estrutura da casa estava à mostra, caracterizando um ligeiro abandono da edificação. Os caminhos apresentados ao centro da imagem de 1855 apresentam-se melhor delimitados e definidos na fotografia de 1865, além da presença de uma ponte: nota-se a pequena estrutura arquitetônica sobre o alagadiço construída, provavelmente, para ajudar na drenagem do terreno.

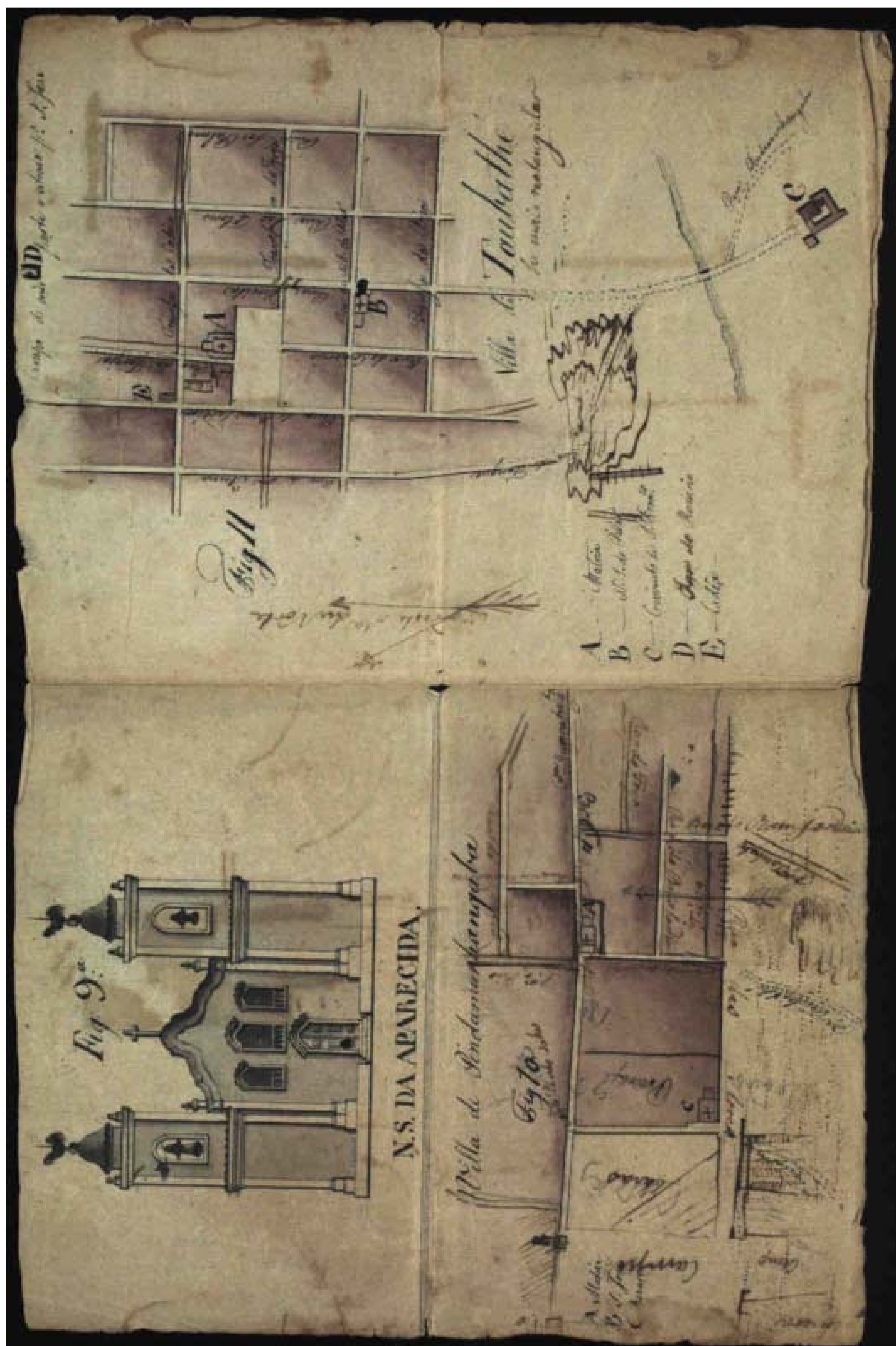
A cidade de Taubaté é parte integrante da marcha de reconhecimento de Homem de Mello pelo interior da Província. Em outubro de 1868, o Barão, em uma comunicação enviada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, narra uma de suas viagens para a região. O itinerário pelas cidades de *Indayatuba, Cabreúva, Capivary, Sorocaba, Porto-Feliz, Jundiay, Agua-Choca (Capivary de cima) e Itú* demonstra o interesse do protagonista pelo conhecimento do território paulista: "*Em fins de 1868, depois de quatro annos de ausencia, fiz uma viagem á S. Paulo, e aproveitei a opportunidade para percorrer alguns pontos da provincia, que eu ainda não conhecia".*[234] Nessa fala, o Barão preocupa-se em conhecer o território da Província em suas viagens. Taubaté, por exemplo, é parte do território por ele visitado, como as cidades registradas em todas as imagens presentes em seu Álbum. Taubaté, como exemplo, é caracterizada no contexto de sua representação urbana desde 1821, quando o pintor francês Arnauld Julien Pallière, produziu uma planta da cidade, reproduzida na **Prancha n. 23**.

Segundo Nestor Goulart Reis, "No ano de 1821, o francês Arnauld Julien Pallière realizou uma viagem entre Rio e São Paulo, durante a qual elaborou plantas esquemáticas das principais povoações da capitania de São Paulo, ao longo do Rio Paraíba. (...) As observações [realizadas por Pallière] são anotadas diretamente sobre os desenhos ou em suas margens, com tintas de cores diferentes, algumas letras cuidadosamente elaboradas, outras revelando registros feitos às presas, no próprio campo."[235]

---

[234] MELLO, Francisco Inácio M. Homem de. Viagem á S. Paulo.1868.Outubro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, Tomo XXXV, p. 155. 1872.

[235] REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* São Paulo : EDUSP, IMESP : FAPESP, 2000. p. 375



Prancha n. 23. PALLIÈRE, Armand Julien. Mapas manuscritos das cidades de Pindamonhangaba (abaixo à direita) e Taubaté (acima), 17cm x 11 cm. In: *Mon voyage dans les mines générales (...) le 16 de Juillet de 1821.* Acervo IEB-USP, Manuscrito n.32, coleção Yan de Almeida Prado.

Utilizando-se esse mapa de Pallière, é possível observar o urbano captado nas lentes dos fotógrafos produtores da imagem. Na fotografia, no primeiro plano, tem-se o começo da Rua Direita, que se desdobra, no campo aberto, no início do chamado "caminho do Tanque". Do lado direito, em primeiro plano, tem-se o caminho para Pindamonhangaba, cidade natal do Barão Homem de Mello.

A medida em que um espaço é mapeado e reconhecido, representá-lo, pelo uso de uma iconografia é um meio de atestar uma posse simbólica, elemento já apontado no pensamento de Susan Sontag, e é sintomático que a imagem escolhida pelo Barão Homem de Mello para representar Taubaté vincule-se a uma lembrança do caminho percorrido por ele da sua cidade natal até o local.

5.2 O Panorama Cultural da Província: Homem de Mello e o Cotidiano Literário

Em 1855, data atribuída para a imagem de Taubaté, Homem de Mello ainda é estudante da Academia de Direito. No ano seguinte, vê-se seu nome vinculado ao periódico acadêmico, *Guayaná: jornal scientifico, político e litterario.* Baseado na sabedoria científica, esse periódico possuía como sustentação uma epígrafe que refere-se ao texto bíblico do Eclesiástico: *"A sabedoria esparze como chuva abundante a sciencia, e a luz da prudencia glorifica aquelles que lhe são dedicados."*[236]

Para Afonso A. de Freitas, "*Guaianá. S.m. Corruptela de Guaraná, espécie de marrecão (...) muito abundante nas margens do Tietê (...). Aos indígenas piratininguaras foi aplicada a denominação - Guaianás – pela circunstância de haverem fixado suas tabas nas margens daquele rio (...) Guananás – em nheengatu: é assim que encontramos a aldeia de Inhapuambuçu, da qual era chefe Tibiriçá (...).*[237] Vê-se, assim, que o referido periódico tem um título que remete ao chefe indígena Tibiriçá, lendário personagem da história de formação da cidade de São Paulo (identidade paulista) e uma epígrafe que enaltece a ciência retirada de um texto religioso (Eclesiástico)!

---

[236]Recolhido por AMARAL, Antonio Barreto do. Jornalismo Acadêmico. Separata da *REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL*, São Paulo, n.190, p.21,1977.

[237]FREITAS, Afonso A. de *Vocabulário Nheengatu.* São Paulo : Companhia Editora Nacional. 1976. p. 53.

O periódico, do qual participa o então estudante Francisco Inácio M. Homem de Mello, privilegia a publicação dos chamados *"princípios da ciência",* conforme texto de sua apresentação redigido por Couto de Magalhães.[238]

As datas coincidentes, entre a imagem atribuída a Robin & Favreau e a produção cultural do periódico *Guayaná,* retratam o panorama social político e econômico da Província no período: uma efervescência cultural. O aparecimento, por exemplo, do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província De São Paulo para o anno de 1857*, de Marques & Irmão, também é uma demonstração dessa efervescência: havia uma necessidade crescente do registro, de sua organização e propagação. A Província, representada por seus membros administrativos, necessitava reconhecer-se em suas posturas organizacionais.

Desse decênio, destaca-se, por exemplo, uma Portaria de dois de setembro de 1854, na qual o Governo Imperial manda a Câmara Municipal de São Paulo inventariar quantas eram as estradas, pontes, fazendas, as rendas provenientes das *"fabricas das igrejas parochiaes"* etc existentes no município.[239] A administração central, nesse período, preocupava-se com as condições materiais da Província e a cidade de São Paulo passa a ser modelo inicial dessa preocupação.

As produções culturais do período demonstram mudanças significativas na forma de se construírem as representações que caraterizariam a Província e seus poderes gestores. Propaga-se a busca de um conhecimento territorial no qual o espaço simboliza a representação dos poderes constituídos.

Esse espaço absorve tanto os aspectos imagéticos – fotografias, mapas etc. – quanto os literários. No tocante à última representação, é importante frisar o crescimento da produção literária na Província. Os prelos locais começam a produzir várias obras que, direta ou indiretamente, tentam elucidar o cotidiano provincial e inseri-lo no contexto nacional. Há uma ruptura do "isolamento" no qual o interior da Província e do país passa a mostrar-se para o litoral – leia-se a Corte –, no contexto de uma produção cultural.

---

[238]AMARAL, Antonio Barreto. Jornalismo Acadêmico. Separata da REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, São Paulo, n.190, p.21, 1977.

[239]ATAS DA CÂMARA DA CIDADE DE SÃO PAULO. (1853-1854). São Paulo : Departamento de Cultura, v. XL, 1940, p. 188-189.

No final da primeira metade do século XIX, é possível identificar na Província e também na cidade um crescimento da atividade literária que se expandia, para fora da capital. Em 1851 Carlos Perret Gentil escreve *A Colônia Senador Vergueiro: considerações,* obra editada na cidade de Santos, na gráfica do açoriano Manoel Rapozo de Almeida, a conhecida *Typographia Imparcial,* sendo talvez o primeiro livro editado fora da capital da Província.[240]Carlos Perret Gentil era Cônsul Geral da Suíça no Rio de Janeiro e sua obra trata do processo de imigração para a região, um veículo de propaganda para o uso do trabalho assalariado. Melhor análise, do ponto de vista dos colonos, fez Thomas Davatz, também suíço e um dos líderes da revolta na Colônia Ibicaba do então senador Vergueiro.

A revolta é parte do processo social pelo qual passava a Província, vendo a substituição gradativa do trabalho escravo pela mão-de-obra assalariada e a falta de visão dos antigos membros de uma elite escravocrata brasileira, acostumada com o regime da escravidão.[241]

Sobre as publicações iniciais na cidade de Santos, é Martim Francisco que descreve o aparecimento do primeiro periódico local que *"A 9 de Setembro* [de 1849] *sáe á luz o n.1 da Revista Commercial, redigida pelo Dr. Guilherme Delius; foi o primeiro jornal que se publicou em Santos."*[242]

Os anos de 1850 foram frutíferos na impressão de diversas obras em São Paulo. O historiador Laurence Halleweel cita uma obra de Carlos Rath, *Fragmentos geológicos e geográficos para a parte estatística das Províncias de São Paulo e Paraná,* editado em 1856 na agora chamada, *Typographia Imperial,* de Azevedo Marques. Também nesse ano, é impresso outro livro técnico, trata-se do *Informação sobre o Estado da Indústria na Província de São Paulo*, do Brigadeiro J.J. Machado d' Oliveira, editado pelo *O industrial Paulistano.*

---

240 HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil.*(sua história*).* São Paulo : T. A. Queiroz; EDUSP. 1985. p. 225.

241 Sobre a Davatz e a Revolta de Ibicaba ver a excelente tradução de seu livro realizada por Sérgio Buarque de Holanda. DAVATZ. Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850).* São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1980.

242 FRANCISCO, Martim. *Contribuindo*. São Paulo : Monteiro Lobato & C. Editores, 1921. p.54

O Brigadeiro Machado d'Oliveira ficou mais conhecido pelo seu *Quadro Histórico da Província,* editado em 1864 pela oficina de J.R. de Azevedo Marques, que nessa época era conhecida com seu terceiro e definitivo nome: *Typographia Imparcial*.

Outras duas publicações de caráter técnico são de autoria de José Arouche de Toledo Rendon. A primeira trata-se de *Elementos do processo civil, precedidos de instruções para os juízes municipais,* editada pela *Typographia do Governo,* em 1850, e composto de 108 páginas. Em 1851, é publicada a obra clássica de Rendon, escrita em 1833. Trata-se da *Pequena memória da plantação e cultura do chá,* [243]encartada na publicação *Coleção das três principais memórias sôbre a Plantação, cultura e fabrico do chá,* editada pela *Typographia Liberal,* antiga tipografia de Azevedo Marques, oficina que, no ano seguinte, em 1852, publica a obra de Bernardo Guimarães, *Cantos da Solidão*.

Em 1853, é reimpresso *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia,* uma obra de Sebastião Monteiro da Vida, impressa pela primeira vez em 1719; e também *Elementos do Processo Criminal,* de 1856, de Joaquim Inácio Ramalho.[244] Em 1855, era impresso *Amador Bueno ou A Fidelidade Paulistana (drama em 5 atos)*, peça de teatro de autoria de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Dois anos após, em 1857, é editado o *Código de instrução pública da Província de São Paulo.* No ano seguinte, aparece a obra inicial do professor historiador, geógrafo e político Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, futuro Barão Homem de Mello, *Estudos Históricos Brasileiros,* de 1858. Todas estas publicações saíram da *Typographia Dous de Dezembro,* de Antônio Louzada Antunes, localizada em uma sala do pavimento térreo do Palácio do Governo.[245] Os trabalhos de Louzada Antunes mostram-se bastante diversificados e demonstram o ecletismo do editor, na época, em aceitar a publicação das obras que lhe eram oferecidas.

---

[243]Originalmente o título de 1833 é o seguinte: *Memória sobre a plantação e cultura do chá e sua preparação até ficar em estado de entrar no comércio, oferecida a sociedade Valenciana, pelo Marechal José Arouche de Toledo Rendon.* In: RENDON, José A. de T. *Obras*. São Paulo : Governo do Estado, 1978. p. 17.

[244]Esta obra era anunciada para venda por 5$000 rs, em 1856, e *"para uso das Faculdades de direito do Imperio."* In: *ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE S. PAULO para o anno de 1857.* MARQUES, J. R. de A. e Irmão (orgs.). 1.anno, São Paulo : Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1856. p. 208.

[245]HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil.(sua história).* São Paulo : T. A. Queiroz; EDUSP. 1985. p. 226.

Dessas obras, vale destacar a de Homem de Mello por ser a primeira a possuir uma bibliografia, colocada em anexo no corpo do livro, que indicava toda a literatura relacionada à História do Brasil conhecida até então. Intitulada como *Noticias das principais obras relativas à História do Brasil*, preenche as páginas 129 a 141 de sua obra transformando-a, conforme já comentado, na primeira bibliografia brasileira escrita e publicada em São Paulo.

Nesses anos, também ocorreram as publicações da *Typographia Litterária* arrendada por João do Espírito Santo Cabral, na Rua do Ouvidor "canto da de S. Bento."[246] Santo Cabral editou a segunda obra do Barão Homem de Mello, *Esboços Biográficos,* também de 1858, e *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* de Luís Gonzaga Pinto da Gama, que aparece em 1859. Luís da Gama também redigiu, juntamente com Ângelo Agostini, o primeiro periódico humorístico ilustrado a circular em São Paulo, *O Diabo Coxo,* por volta de 1864.[247]

Também naquele ano, é publicado *Instrução Pública,* de Diogo de Mendonça Pinto, editado por *A. L. Antunes*. A obra "trata-se de um relatório sobre a situação da instrução pública na Província, no ano anterior."[248] Ainda no ano de 1859, edita-se *Harmonias brasileiras; os cantos nacionais colligidos e publicados,* de Antonio Joaquim de Macedo e Soares, editado pela *Typographia Imparcial* contendo 146 páginas. Na época seu autor, conforme a contracapa, intitulava-se: *Estudante do terceiro anno de Direito de S. Paulo, Socio efetivo do Atheneu Paulistano e do Ensaio Philosophico Paulistano.* Observa-se a necessária identificação do autor pela sua titulação, em especial pelas filiações literárias, garantindo, dessa maneira, uma espécie de "sustentação cultural" para a sua obra.

Seguindo os passos das obras publicadas nessa década, em 1858, é editado o *Regulamento para os cemitérios da cidade de São Paulo,* pela *Typographia da Lei.* Também é da década de 1850 a publicação de uma obra importantíssima para o

---

[246] *ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE S. PAULO para o anno de 1857.* MARQUES, J. R. de A. e Irmão (orgs.). 1.anno, São Paulo : Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1856. p. 154.

[247] Para mais detalhes ver: *Cabrião*: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini de Campos e Antonio Manoel dos Reis (1866-1867). Introdução de Délio Freire dos Santos. ed. Fac-Similar, São Paulo : IMESP/DAESP, 1982.

[248] BERRIEN, William e MORAES, Rubens Borba de. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros.* Brasília : Senado Federal, 1998. v.I. p. 283

conhecimento da cidade e da Província no período, que veio à luz pela primeira vez em 1856. Trata-se do *AlmanaK Administrativo, Mercantil, e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857,* editado por J.R. de Azevedo Marques, em 1856, na *Typographia Imparcial* da Rua do Ouvidor n.46. No ano seguinte, 1858, o *Almanak* é publicado pela segunda e última vez.

Ainda em 1857, é publicado o *Ordo officii divini recitandi, sacrique peragendi juxta breviarium, missaleque romanum, atque indulta specialia ad usum Dioecesis S. Pauli: anno dñi 1857; post bixestum* [sic] *primo: opere, et studio unius sacerdotis saecularis praefatae ditionis digestus,* um outro almanaque voltado especialmente para o público católico, editado pela *Typograpphia Dois de Dezembro,* de Antonio Louzada Antunes e publicado, com algumas variações em seu título e casa impressora, até o ano de 1900.[249]

Pelas diferentes obras editadas até então, é possível falar que já havia se formado na Província um panorama cultural que acomodava diversas linhas editoriais. Ampliava-se o leque de publicações, que se consolidava em uma Província de aproximadamente 670 mil habitantes e destes, aproximadamente 40 mil vivendo na capital.[250]

Esse crescimento editorial pode ter começado com a implantação de várias tipografias na cidade. Pelo menos desde 1853, o jornal *O Constitucional* publicava anúncio de venda de *Folhinhas Eclesiasticas para o anno de 1854* pelo preço de 1$000 réis e outras obras de cunho religioso.[251]

No ano seguinte, em 04 de maio de 1854, o mesmo periódico publicava um extenso anúncio de Francisco de Paula Brito, conhecido editor no Rio de Janeiro,

---

[249] Sobre os primeiros Almanaques paulista ver o importante estudo de: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os primeiros Almanaques de São Paulo*: introdução à edição fac-similar dos almanaques de 1857 e 1858. São Paulo IMESP/DAESP, 1983. A obra se A. M.A. Camargo é única nesse tipo de mapeamento bibliográfico e contribui diretamente pelas inúmeras informações presentes nesse estudo relativas aos Almanaques citados.

[250] SOUZA e SILVA, Joaquim Norberto de. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje.* Anexo: Relatório do Ministério do Império apresentado em 1870. In: *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e Resumo Histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. São Paulo : IPE, 1986. p. 106-110.

[251] Recolhido por: GUEDES, Marymarcia e BERLINCK, Rosane de A. *E os Preços Eram Comodos...*: anúncios de jornais brasileiros (século XIX). São Paulo : Humanitas/FFLCH/USP, 2000.p.396-397.

comunicando a venda de uma grande quantidade de publicações, entre elas, romances e algumas revistas.[252] Tais dados confirmam a existência de um público consumidor diversificado na Província e vinculado, mesmo que indiretamente, às produções editoriais em desenvolvimento, sobretudo na Corte no Rio de Janeiro. O momento histórico cotidiano afirma-se pelo tema da centralização política. O Segundo Reinado articula-se na busca desta proposta e tal fato torna-se sintomático pelo aparecimento de trabalhos como o de Cândido Mendes, apresentado no próximo capítulo.

---

[252]GUEDES, Marymarcia e BERLINCK, Rosane de A. Op. Cit. p.401. Sobre a vida de Paula Brito ver : HALLEWELL, L. *O livro no Brasil.(sua história).* São Paulo : T. A. Queiroz; EDUSP. 1985. p. 79-90.

6 O CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO DA PROVÍNCIA: CÂNDIDO MENDES, HOMEM DE MELLO E OUTRAS VISÕES TERRITORIAIS

Após o mapa de Müller, de 1837, a Província de São Paulo só é novamente representada oficialmente em 1847, quando é realizada a *Carta Topographica da Provincia de São Paulo,* gravada no Rio de Janeiro pela *Litographia Imperial de V. Larêê e* publicada por *Firmin Didot irmãos, Belin Le Prieur & Morizot,* na qual ainda era possível visualizar a futura Província do Paraná, nomeada de 3.ª Comarca da Província, como parte das outras setes divisões administrativas do território paulista.

O mapa, reproduzido na **Prancha n. 24** e pertencente ao acervo cartográfico do Arquivo Militar localizado no Rio de Janeiro, é semelhante ao formato territorial apresentado pelo de Daniel Pedro Müller, em 1837, e é possível notar a expressão *Terrenos desconhecidos* em destaque nas 4ª e 5ª Comarcas, em substituição à denominação anterior criada por Müller: "Sertão Desconhecido". Acredita-se até que o mapa de Müller tenha sido usado como modelo direto, ou seja, copiado fielmente sem indicação da autoria verdadeira. Nesse momento, após a trágica morte de Müller, afogado no Rio Pinheiro, em 1842, nas proximidades de sua residência, uma chácara localizada na atual Rua Butantã, sua produção intelectual passou a ser negociada por seus herdeiros.

Segundo Orlando da C. Ferreira, em 9 de novembro de 1843, nos jornais em circulação, o litógrafo carioca Larée, o mesmo da confecção do mapa de 1847, anunciava a cobrança dos herdeiros de Müller pelos trabalhos de impressão por ele realizados para a obra *Alphabeto encyclopedico* a ser elaborada por Müller. Essa obra, prevista inicialmente em seis volumes e anunciada nos jornais desde 1837, nunca foi completada e acredita-se

que o litógrafo tenha vendido os materiais – originais de Müller, ou não – deixados em caução em sua casa, para cobrança de seus honorários.[253]

Larée, como responsável pela realização da obra, talvez tenha conseguido as pranchas litográficas usadas na confecção do mapa original de Müller, ou pelo menos realizado outros clichês iguais, acrescentando-lhes às divisões das Comarcas, além das cores diferenciadas, observadas em seu próprio mapa de 1847. Esses elementos, o colorido e as divisões administrativas são os únicos fatores a diferenciarem a obra de Larée do mapa original de Müller de 1837.

Sobre o mapa de Larée, uma só notícia sobre ele encontra-se no *Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881,* no qual a entrada de n.º 2793 apresenta sua descrição formal: *Carta topographica da Provincia de São Paulo. Litographia Imperial de V.r Laréé. Rio de janeiro. 1847. Publicada no Rio de Janeiro por Firmin Didot Irmãos, Belin le Prier e Marizot. J.H. Leonhard gravou. 0,m 470 x 0,m 600. Colorida (B.N.)*[254] Esse mapa foi depositado, na época, em dois locais diferentes (Biblioteca Nacional e Arquivo Militar), mas sua circulação não deve ter sido maior que da própria obra de Müller, pois não é citado em nenhum dos documentos administrativos analisados. Ele preserva características da ideologia criada pelo Marechal em 1837, ao associar a região não mapeada do território como ainda composta de *Terrenos desconhecidos.*

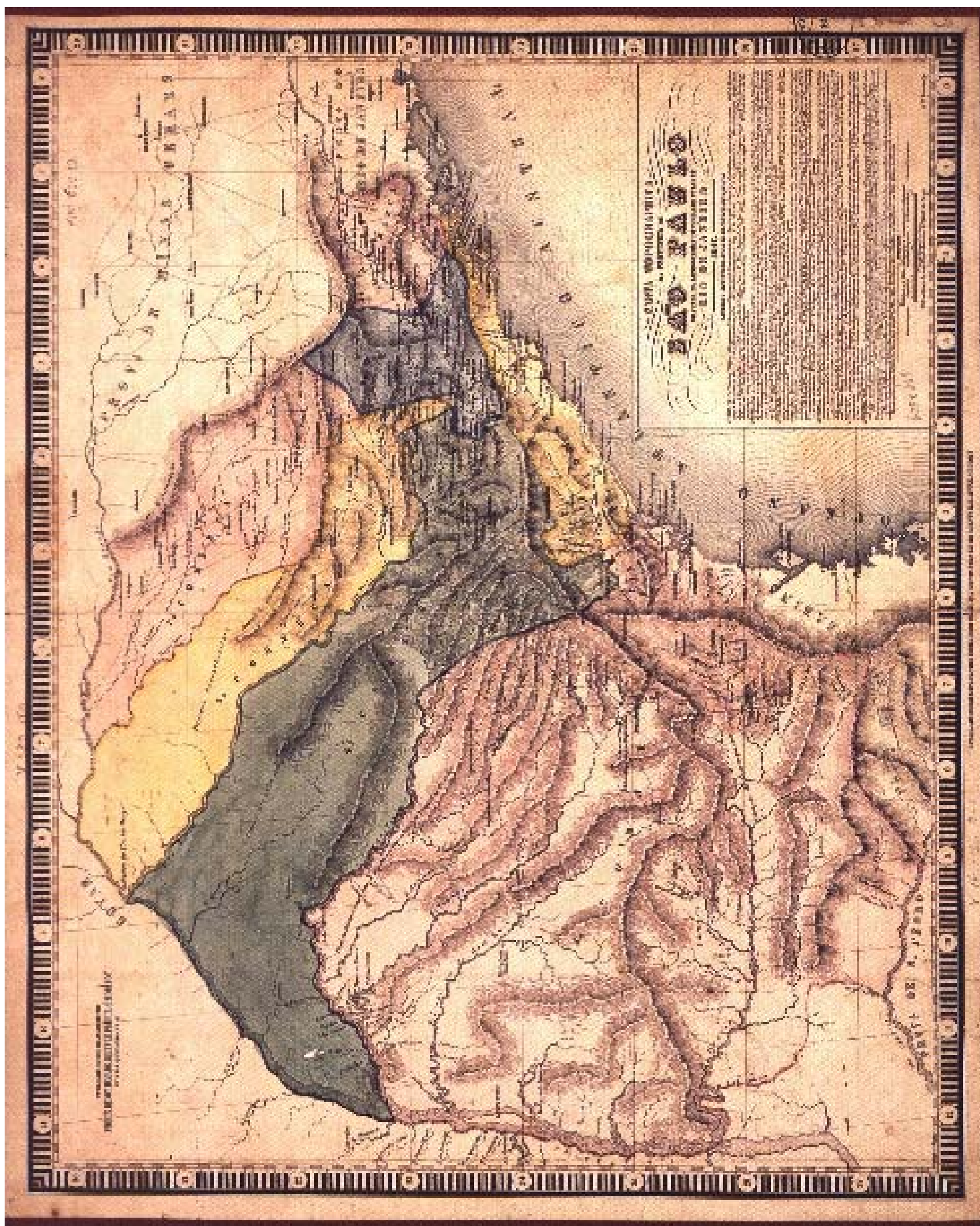
No ano de 1858, segundo o mesmo Catálogo de 1881, na entrada seguinte de n.º 2794, é publicada outra Carta Topográfica da Província, aparentemente com as mesmas características da obra de Lerée, mas dessa vez impressa pela *Lith. de Rensburg*. Esse fato é confirmado por Taunay, que admite que a carta de 1847 foi, sem alterações, reeditada em 1858.[255] Dessa obra, não foi encontrada nenhuma referência maior, apesar do *Catálogo* citá-la como pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional.

---

[253]Recolhido por FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra:* introdução à bibliologia brasileira : a imagem gravada. São Paulo : EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. p. 207.

[254]GALVÃO, Ramiz. (org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil.* ed. Fac-Similar. Brasília : Senado Federal, 1998. Tomo I, p. 276.

[255]TAUNAY, A. E. *Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga*. São Paulo : Museu Paulista; Melhoramentos, 1922. p.07



Prancha n. 24. LARÊÊ, V. *Carta Topographica da Provincia de São Paulo;* 1847. Litografia, 62 cm x 49,5 cm. (Acervo do Arquivo Militar, Rio de Janeiro). Reproduzido de: *Leituras Cartográficas, históricas e contemporâneas*. São Paulo : MAC/USP; Brasil Connects. 2003. (Catálogo da Exposição). p. 31.

O litógrafo Rensburg, também, será o responsável pela gravação da *Carta Física do Brazil,* confeccionada pelo próprio Barão Homem de Mello em 1875. É também de autoria de sua oficina o *Mappa da região principal da Provincia de S. Paulo,* citado anteriormente, mostrando a longevidade de seus trabalhos nessa área de representação visual. Nota-se que na produção cartográfica e litográfica no período, no caso específico do Rio de Janeiro, centro produtor mais conhecido do país, havia estreitas ligações entre as poucas oficinas e os responsáveis pela execução dos trabalhos iconográficos.[256]

Talvez a maior referência para a difusão da imagem do território da Província de São Paulo, no período, tenha sido realizada dez anos após, em 1868, quando o então Senador do Império, Cândido Mendes de Almeida, organiza um trabalho fundamental para o entendimento do país e de seu espaço geográfico. Seu trabalho, "*dedicado a sua magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II destinado a Instrucção Publica no Imperio com especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II"*[257]*,* atesta diretamente uma busca, que pode-se dizer didática, do conhecimento do território, pois, para o autor, *"Este trabalho, que ora apresentamos ao publico do nosso paiz (...) tem principalmente por fim auxiliar a instrucção da mocidade (...)".*[258]

Para Cândido Mendes de Almeida, a posse das terras é conseqüência de uma marcha providencial, que se desencadeia em uma missão. Esse fato é fruto da ação divina, um recado da civilização contra o avanço da barbárie, pois "*uma constante fortuna não teria acompanhado nossos maiores na luta com o indígena, e outros povos, que nos disputarão, a posse e o domínio dos terrenos que hoje occupamos."*[259] Os indígenas são vistos como intrusos e tratados como usurpadores: um inimigo dentro do território. No atlas de Cândido Mendes, o mapa da Província de São Paulo é o único a apresentar a definição *Terrenos occupados pelos Indígenas feroses,* quando o autor quer nomear os locais não mapeados do território. No mapa da Província do Espírito Santo, também presente no contexto de seu *Atlas*, consta a expressão *Sertão Desconhecido,* e no que representa a Província de Sergipe, *Campos de*

---

[256]Para mais detalhes ver: FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra:* introdução à bibliologia brasileira : a imagem gravada. São Paulo : EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. p. 260-261.

[257]ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. Capa. Sobre a vida política do senador Cândido Mendes ver: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n. 332, p.188-203, jul./set. 1981.

[258] ALMEIDA, Cândido Mendes de. Op Cit. .p. 07. Plano do Atlas.

[259] ALMEIDA, Cândido Mendes de. Idem, ibidem.

Criação de Gados. Percebe-se que nem mesmo nos locais de presença intensa da floresta, como nas Províncias do Amazonas ou na época do Grão-Pará, é inserido qualquer tipo de comentário como contexto ideológico daquele que é colocado na representação do território paulista.

Ao se observar essa característica, vê-se que o autor está imbuído de uma ideologia que desdobra concepções desenvolvidas desde o início da colonização do país quanto à associação entre o atraso – representado pela presença de tribos indígenas – e o desenvolvimento – expresso no avanço da "civilização", com a presença de aglomerados urbanos.

Segundo Demétrio Magnoli, Cândido Mendes reproduz ideologicamente a "produção de um imaginário geográfico específico destinado a prolongar no futuro, como realidade, o mito de um território preexistente."[260]

Essa idéia de um "território preexistente", defendida por Magnoli, vem desde a época colonial. A organização e a não fragmentação do território brasileiro sempre foi usada como elemento fundamental da estrutura administrativa Imperial. Percebe-se a reprodução e ratificação dessa idéia somente em 1868, pois é a obra de Cândido Mendes a primeira a ser elaborada nesse sentido: o território representado e esquematizado em plantas cartográficas dos quais significados ideológicos extrapolam a simples compreensão geográfica. Ainda segundo Demétrio Magnoli: "O programa da unidade [do Império] solicitava também a produção de um 'território imaginário' capaz de funcionar como plataforma para a política de fronteiras do Estado Imperial."[261]

Cândido Mendes, na confecção de seu trabalho relacionado, em especial no caso da Província de São Paulo, cujo mapa é reproduzido na **Prancha n. 25**, consulta quinze obras. Quase metade destas são manuscritos (6 obras) que não circularam entre o público, e outras três são mapas relativos à cidade de São Paulo, de Santos e da Costa.

---

[260]MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria:* imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.p.131.

[261]MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, Istvan. (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo : HUCITEC; FAPESP; Ijuí : UNIJUI, 2003. p. 295

Prancha n. 25. ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Provincia de S. Paulo*. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.p. XVII. (Acervo Obras Raras FFLCH-USP).

Dos mapas consultados, talvez, o de maior circulação seja o de Daniel Pedro Müller, de 1837.[262]

Na produção de Cândido Mendes, todos os mapas gerais das Províncias apresentam também os mapas de suas respectivas capitais. Assim, no caso da Província de São Paulo há um mapa auxiliar de sua capital, a cidade de São Paulo. Ele a mostra em uma representação construída conforme as referências de consulta apresentadas pelo autor: *Planta da Imperial cidade de São Paulo, annexa ao mappa do Brazil de C.J. Niemayer, da edição de 1846,* e *A Planta da mesma cidade pelo Dr. Carlos Rath.*[263]

O engenheiro Rath, autor de uma das obras estudadas por Cândido Mendes, realiza mapas manuscritos da cidade desde 1855 – neste mapa, o engenheiro privilegia os cursos de água que abastecem a cidade – e, em 1868, publica um no qual o traçado da ferrovia, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, aparece com clareza: *Planta da Cidade de São Paulo – 1868.*[264] Acredita-se que esse último mapa tenha sido usado por Cândido Mendes, pois o traçado da ferrovia presente no mapa da capital, em seu Atlas, é semelhante ao confeccionado por Carlos Rath.

Tanto o trabalho de Carlos Rath como o de Cândido Mendes reforçam um posicionamento do próprio poder administrativo. Em 1867, o então presidente da Província de São Paulo, José Tavares Bastos, reclama: *"Não temos uma carta perfeita: no que existe como mappa da Provincia de S. Paulo não estão indicados com precisão, nem mesmo com alguma approximação as posições das povoações principais, o curso dos maiores rios, e as linhas de communicações já existentes. E sem um trabalho qualquer dessa ordem, que seja approximado à exatidão, não ouso recommendar-vos as direcções mais convenientes ás principais arterias, que devem em primeiro lugar ser estabelecidas."*[265]

Essa afirmação caracteriza o momento circunstancial pelo qual passava, não só a Província, mas também o resto do país quanto ao mapeamento e reconhecimento de seu

---

[262]MÜLLER, Daniel P. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo.* Paris, Aleixo Orgaizzi, 1837.

[263]ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. p. 19.

[264]SÃO PAULO. Comissão do IV Centenário. *São Paulo Antigo* : plantas. [s.l. : s.n.], 1954 .

[265]BASTOS, José Tavares. *Relatorio apresentado á Assembléa Provincial de São Paulo.* Rio de Janeiro : Typographia Perseverança, 1867. p.33

território. A obra de Cândido Mendes é uma expressão direta desse momento, e seu mapa da Província de São Paulo é parte da confirmação de uma necessidade coletiva, encabeçada pelas elites dirigentes do período.

A presença dos mapas das capitais nos mapas gerais das Províncias é um elemento de referência e parece ser uma tentativa de padronização por parte de seu organizador, e nessa imagem do mapa da Província de São Paulo, percebe-se o funcionamento da racionalidade proposta por Cândido Mendes.[266] O modelo urbanístico da capital parece ser apresentado como um padrão prévio para o resto das cidades da Província, difundindo, dessa maneira, uma ideologia administrativa. Nota-se que a obra desenvolvida por Cândido Mendes possui, sobretudo, um caráter didático, tornando-se mais apta à propagação ideológica que os demais trabalhos confeccionados anteriormente.

O modelo urbanístico propagado pela obra de Cândido Mendes é coincidente com a fase inicial do álbum fotográfico organizado pelo Barão Homem de Mello. As imagens das cidades do Vale do Paraíba podem ser um indício da concretização de um mecanismo civilizatório expresso tanto na linguagem cartográfica como na fotográfica.

Mediante essa idéia, é possível entender alguns trabalhos literários de Homem de Mello que tentam sintetizar, de maneira didática e pedagógica, os aspectos geográficos do país. Em um artigo publicado no *Almanaque Literário de 1877* e intitulado *Descripção geographica do Brazil,* ele comenta *"Os seculos vindouros podem, neste mesmo solo, assistir ao desenvolvimento e expansão de milhares de gerações, offerecendo ao mundo o espetaculo de uma civilisação adiantada e de uma actividade, que jámais consiga esgotar os recursos da terra, que lhes coube em partilha!"*[267] Seus pensamentos atribuem ao "espetáculo de uma civilização" a ordenação de todo o território. A descrição das bacias hidrográficas do país e sua importância para o processo de colonização reforçam a idéia da natureza como responsável direta pelo processo de divisão geográfica do território brasileiro.

Demétrio Magnoli relembra que a "doutrina das fronteiras naturais tinha, no início do século XIX, alcançado plena cidadania diplomática", característica que também ocorreu com outras

---

[266]ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. p. XVII.

nações do mundo. No Brasil, essa também foi a base doutrinária da política de fronteiras do Império Brasileiro.[268]

Na construção de seu mapa, Cândido Mendes mantém um padrão específico, no qual a presença dos opostos – civilização e barbárie – representam o modelo de comportamento existente. Na descrição da parte desconhecida da Província, encontra-se a expressão *Terrenos occupados pelos Indígenas feroses,* o que acompanharia a formação de um imaginário coletivo cartográfico durante todo o final do século XIX na representação do território da Província de São Paulo. Essa parte do território simboliza explicitamente a oposição ao modelo de civilização a ser usado como padrão de comportamento, que pode ser observado no momento em que os mapas da capital da Província e de seu principal porto, Santos, são inseridos no contexto da representação estabelecida: observa-se na iconográfica do principal porto da Província uma simbologia de sustentação da ideologia econômica, elemento que se relaciona ao padrão sociocultural em vigor.

Quando Müller elabora seu mapa da Província, em 1837, a necessidade vital encontra-se na percepção da extensão territorial na qual a administração central deve atuar. Conforme o território passa a ser conhecido e supostamente controlado, essa preocupação torna-se secundária, pois o objetivo é combater supostos inimigos, representados pelos indígenas, que impediriam o avanço dos chamados costumes civilizados.

Em 1878, seguindo a linha da cidade como condutora das idéias de civilização – dez anos após a confecção do Atlas de Cândido Mendes –, Abílio A.S. Marques organiza o *Indicador de São Paulo*, que se propõe a dar *"varias informações relativas a toda a Provincia, bem como as auctoridades superiores do Estado (...)."*[269] Essa obra, além de informar dados administrativos, comerciais, etc., publica a Carta das Estradas de Ferro da Província e um mapa da cidade de São Paulo. Esse mapa, encartado em uma obra de preço acessível, foi, provavelmente, o primeiro da cidade de São Paulo a circular de forma ampla.

---

[267]MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. Descripção geographica do Brazil. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1877, 2º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.p. 50.

[268]MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, Istvan. (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo : HUCITEC; FAPESP; Ijuí : UNIJUI, 2003. p. 295

[269]MARQUES, Abilio A.S. *Indicador de São Paulo:* administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878. São Paulo : Typ. de Jorge Seckler, 1878. p. V.

Prancha n. 26. *São Paulo*. 22,5 cm X 31,5 cm. São Paulo : Lith. Jules Martin. In: MARQUES, Abilio A.S. *Indicador de São Paulo:* administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878. São Paulo : Typ. de Jorge Seckler, 1878. p. 256.

O mapa, reproduzido na **Prancha n. 26**, que foi impresso por Jules Martin, é extremamente pormenorizado, com indicações das principais Ruas, Travessas, etc além de ser orientado pelos pontos cardeais de forma padronizada, ou seja, a cidade é apresentada na direção de Norte para Sul e não em conseqüência de necessidades do produtor cartográfico, conforme os outros mapas conhecidos até então da urbe. Apresenta-se também de forma contígua a presença de dois outros mapas. Um mostrando a divisão das Freguesias e Distritos da capital, incluindo-se as linhas de bondes, e o outro mostrando a *Carta da Comarca e Municipio de S. Paulo* inserindo o núcleo central da urbe ao contexto das povoações limítrofes, como Penha, Itapecerica, Juquery, Guarulhos São Bernardo, etc.

Este detalhamento técnico e descritivo mostra-se atrelado às idéias em suspensão no período, ou seja, a produção cartográfica acompanha a crescente atividade mercantil que a cidade passa a representar. O fluxo de capitais, condicionado ao ensejo de uma elite governante, procura elementos materiais que autentiquem e dêem sustentação ao processo econômico em desenvolvimento. A presença de relógios nas torres das igrejas e em muitos outros espaços públicos como a Estação de Trem, a organização de caminhos, as linhas de bondes, os limites intermunicipais, entre outros, além do detalhamento cartográfico, servem de resposta direta às propostas administrativas em curso que condicionam diretamente o processo sociocultural do período.

No *Indicador de São Paulo*, encontra-se, também, um anúncio divulgando a venda do *Mappa da Província,* de C.D. Rath: *"É um trabalho perfeito que debaixo de todos os pontos de vista mereceu os maiores elogios, Vende-se; em folha 5$000; dobrado em fórma de carteira 6$000; sobre panno, para parede, 10$000."*[270] O mapa foi publicado pela Livraria, Papelaria e Typographia *A. L. Garraux,* de São Paulo.

Segundo Antonio Barreto do Amaral, Carlos Daniel Rath exerceu o cargo de desenhista da *Repartição de Obras Públicas,* publicando, pela primeira vez, seu mapa da Província em 1877, "trabalho que, na época, foi o melhor mapa do território paulista feito até então."[271] Observa-se, nesse momento, a ampla divulgação do trabalho de Rath e do conhecimento da

---

[270] MARQUES, Abilio A.S. *Indicador de São Paulo:* administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878. São Paulo : Typ. de Jorge Seckler, 1878. p.242

[271] AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo.* São Paulo : Governo do Estado, 1980. p. 379

Província e seus limites, diferente da época do mapa de Müller, confeccionado e distribuído, provavelmente, de forma restrita.[272]

Também em 1878, a cartografia paulista passa a atrair a atenção de um número maior de intelectuais e torna-se sintomático que José Maria Lisboa publique, como anexo de seu *Almanach Litterario,* um mapa da Província, conforme pode ser observado na **Prancha n. 27**.

O mapa de Lisboa, ao contrário do confeccionado por Candido Mendes, não apresenta a designação de *Terrenos occupados pelos Indígenas feroses,* mas somente *Terreno Desconhecido,* definição mais amena que a divulgada anteriormente.

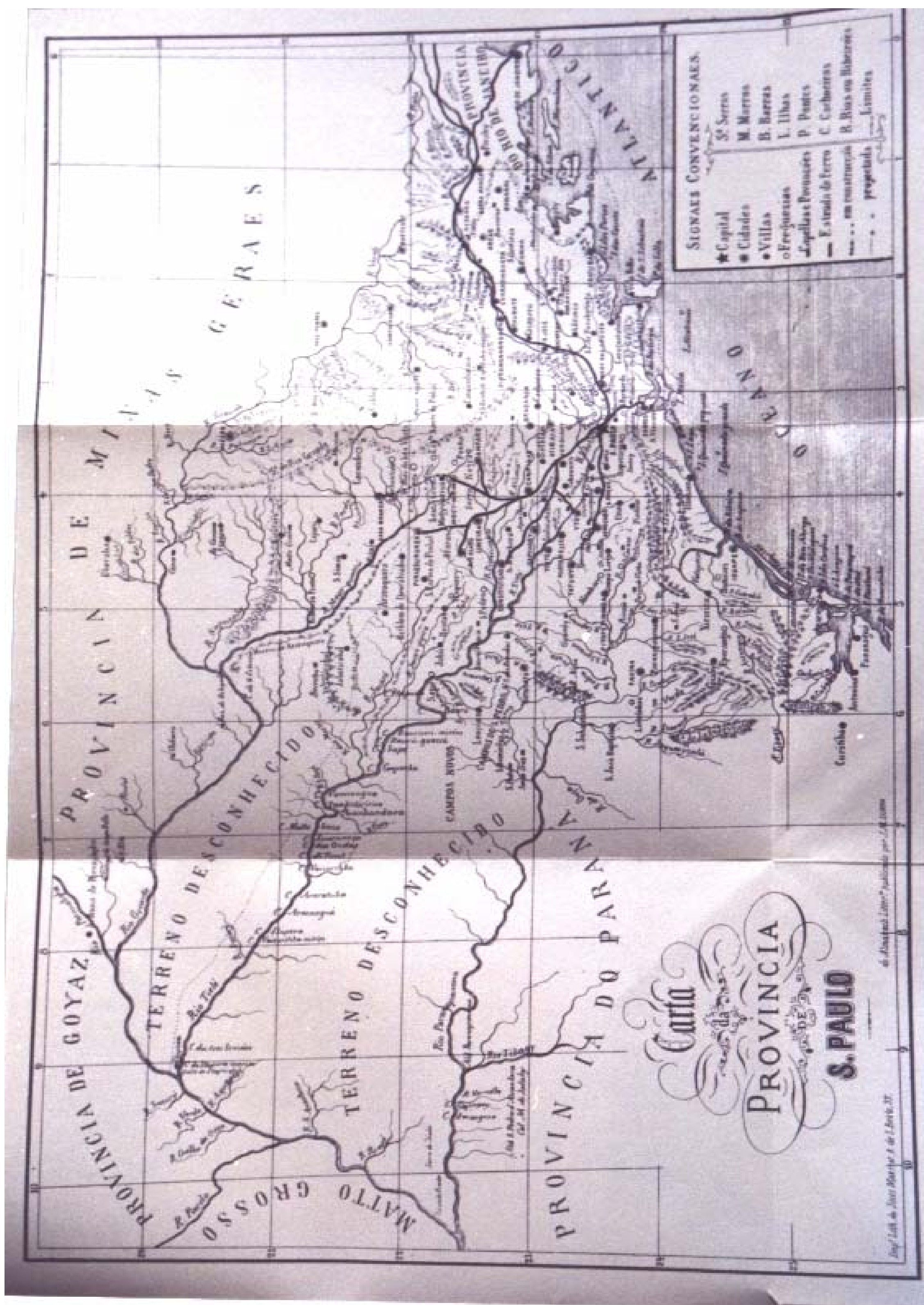
Confeccionada também pelo litógrafo Jules Martin, essa carta geográfica é importante do ponto de vista ideológico, pois, ao ser encartada em um Almanaque, se propõe a atingir um público vasto, tal qual o mapa da cidade de São Paulo comentado anteriormente. O Almanaque, além de ser uma obra de consulta constante, visto que trazia diversas informações pertinentes a calendário religioso, horário de trens, entre outros, possuía um preço acessível a grande parte da população. Custava 2$000 réis, menos que uma passagem de trem de segunda classe de São Paulo até o Alto da Serra (2$200 réis) e apenas o dobro do preço de uma *"caixeta de doces jacobina",* que era anunciada no *Correio Paulistano*, em 16 de fevereiro de 1879, a 1$000 cada uma.[273]

O mapa encartado no Almanaque serve para divulgar a representação da Província conhecida até aquele momento. Os *Terrenos Desconhecidos* continuam a preencher grande parte do território da Província, mas novas cidades que apareciam, conforme ampliava-se a divulgação de cartas geográficas, são apresentadas. Nesse aspecto, têm-se as cidades de Araraquara, Jaboticabal e Barretos, que representavam uma das últimas fronteiras da "marcha civilizatória" para a região Noroeste da Província.

---

[272] Sobre os trabalhos de Rath e sua atuação política ver: BASTOS, Sênia. *A cidade por seus moradores*. A ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo : PUC, 2001.

[273] GUEDES, Marymarcia e BERLINCK, Rosane de A. (orgs*.). E os preços eram commodos...:* Anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo : Humanitas FFLCH/USP, 2000. p.415



Prancha n. 27. *Carta da Provincia de S.Paulo.* 32 cm X 21 cm. São Paulo : Lith. de Jules Martin. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878, 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição Fac-Similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. p.208.

A representação do Rio Grande, divisa entre São Paulo e Minas Gerais, encontra-se distante de uma realidade cartográfica mais apurada, mas reflete uma necessidade vinculada à busca do território em sua real extensão. Nota-se que também nos mapas confeccionados em 1837 por Müller, e em 1847 pela oficina litográfica de Larée, a mesma região é disforme geograficamente, mostrando um desconhecimento maior de seus limites territoriais vinculados à disposição geográfica dos grandes rios da região: o Grande e o Paraná, e mais a Sudeste, o Paranapanema.

A importância do mapa encartado no *Almanaque Literário* de José Maria Lisboa, de 1878, encontra-se mais na divulgação da ideologia cartográfica, na configuração do território, do que na "veracidade" das informações veiculadas. Apesar dessa característica, Lisboa sempre argumentou que muito do material publicado no corpo de seus Almanaques era fruto da colaboração de seus leitores, com os quais mantinha contato por correspondência. Muitos deles, como o próprio Homem de Mello, figuram com vários artigos – que eram dignos de confiança científica – em Almanaques de anos diferenciados. Mesmo assim, as "amenidades literárias" orientavam o formato editorial dos Almanaques.

Antonio Celso Ferreira, ao comentar a obra de Lisboa, descreve de forma interessante os aspectos formadores de sua mentalidade editorial: "Os leitores que tinha em mira eram, nem tanto os homens ilustrados, eruditos e de gabinete, mas, preferencialmente, aquelas figuras empreendedoras e apressadas da capital e da hinterlândia, de poucas raízes, quem sabe novatas na terra e mal saídas das primeiras letras – diga-se de passagem, o homem típico da ' conquista do oeste' –, para as quais a obtenção do conhecimento dava-se pela leitura rápida e, sobretudo, agradável."[274] Justifica-se, dessa forma, o formato do Almanaque e as funções pertinentes ao mesmo.

Quanto à imprecisão das informações cartográficas, pode-se percebe-las, também, em outros mapas do período. Em 1882, Firmo de Albuquerque Diniz, comentando os mapas criados pelas Companhias Ferroviárias *São Paulo e Rio de Janeiro* e *Paulista,* afirma que os mesmos *"inverteram os pontos cardeais, dando as denominações de Norte ao que não é Norte, e de Oeste ao que nunca foi nem será Oeste: ainda bem que as cartas geográficas da Província, que mais ou menos são reproduções ou cópias da velha carta levantada pelo Brigadeiro Müller,*

---

[274]FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo : Editora da UNESP, 2002. p. 37.

não admitiram essas correções das companhias, que no caso exposto nada mais fizeram do que subordinar-se à linguagem do povo; e quem quiser, a este respeito, se fazer entender deve deixar de lado as indicações geográficas, e falar como está estabelecido: eis um dos exemplos em que a soberania popular impera contra as afirmativas da ciência." [275]

Tornava-se necessário ampliar o conhecimento da região em razão do próprio crescimento econômico da Capital em conjunto com as novas localidades surgidas nesse processo de expansão territorial. O relato de Junius é bastante oportuno e mostra como havia uma propagação da obras cartográficas produzidas, elemento que se liga diretamente ao anúncio, relatado anteriormente, relacionado à venda do mapa da Província de C. D .Rath, e ajuda a perceber a recepção que esse tipo de publicação possuía entre um determinado público consumidor.

A cidade de São Paulo assume seu papel de modelo, sendo representada e representando o novo olhar para o território da Província e também para o resto do país. Essa característica pode ser observada no mesmo Almanaque de 1878, quando Américo de Campos escreve uma crônica sobre a cidade, na qual afirma que *"São Paulo destinava-se a exercer na provincia e em todo o sul do imperio larga e civilisadora preponderancia, nas relações da industria, lettras, sciencias e politica, representando saliente e nobilissimo papel nos factos nacionaes de amanhã."*[276]

A propagação dessa ideologia atinge até os redutos mais distantes da capital. No ano anterior, Joaquim D' Almeida Leite Moraes escreve uma crônica da cidade de Araraquara, na qual afirma: "*A nossa villa, situada n'uma colina elevada, retalhada de excellente agua que se bebe no pote, reune todas as condições hygienicas e economicas para uma cidade de immensas proporções. A sua população superior a dez mil almas, morigerada e emprehendedora, recommenda-se pela pureza dos bons costumes, e pelo amor á economia e ao trabalho, e pelo seu devotamento á patria."*[277] Apesar de a cidade ser "boca de sertão" no período, encontrava-se afinada com as idéias

---

[275]DINIZ, Firmo de Albuquerque (Junius). *Notas de Viagem.* São Paulo : Governo do Estado. 1978. p.37-38

[276]CAMPOS, Americo de. A cidade de São Paulo em 1877. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878, 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição Fac-Similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.09.

[277]MORAES, Joaquim D' Almeida Leite. Araraquara. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1877, 2º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição Fac-Similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 174. A expressão "boca do sertão", usada em especial após o advento da ferrovia, designa a última cidade, que além de ser ponto terminal da linha

propagadas pela capital: *"Municipio de fronteira, torna-se notavel pelo espirito de ordem, e respeito ás auctoridades e ás leis dos seus habitantes."*[278]

Um detalhe interessante na crônica de Leite Moraes reside no comentário do autor quando afirma que a maioria dos povoadores da região eram mineiros vindos de Pouso Alegre, Ouro Fino, Campanha, Caldas, etc.[279] Tal característica pode ser vista como um problema para a administração da Província de São Paulo, que deve ter sentido a necessidade de um controle mais rigoroso da fronteira entre as Províncias, ainda não totalmente mapeada e oficialmente tratada nos documentos cartográficos como *Terrenos Desconhecidos.*

Esse elemento pode ser percebido desde 1875, quando Joaquim Floriano de Godoy publica seu trabalho *A Província de São Paulo: trabalho estatistico, historico e noticioso.* A obra é elaborada por encomenda do governo e destina-se, conforme descrito em seu prefácio, a divulgar informações sobre a Província de São Paulo na *Exposição Industrial de Philadelphia (Estados-Unidos),* realizada em comemoração ao centenário de Independência daquele país. Senador pelo Império, Joaquim F. de Godoy foi um personagem polêmico. Propôs a criação de uma nova Província no país, em 1887, a *Província do Rio Sapucaí*, localizada no desmembramento do Sul de Minas Gerais e Norte de São Paulo, tendo como sua capital a cidade de Taubaté.[280]

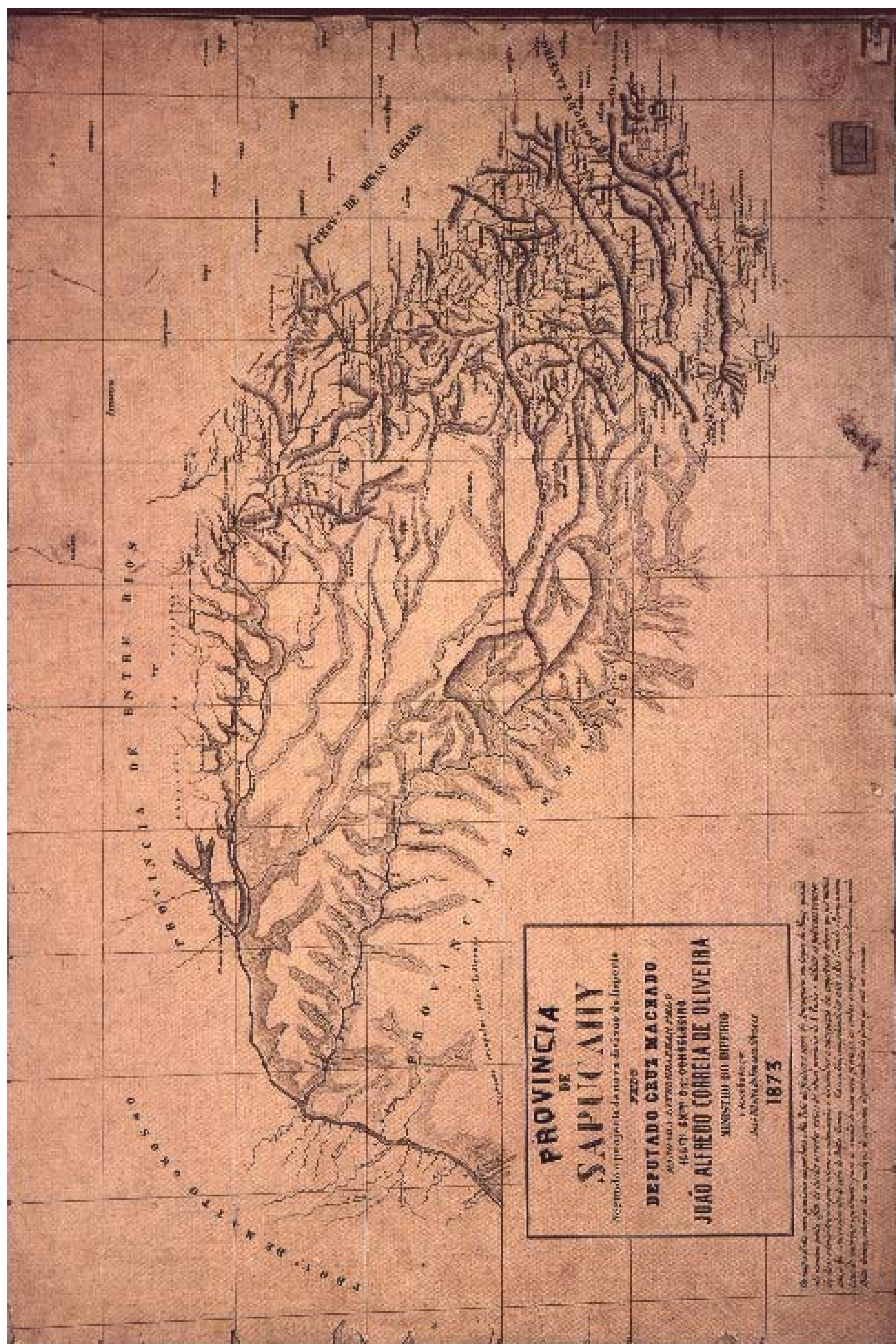
---

férrea, representa de forma visível e atuante, os poderes constituídos pelo governo central. É também o centro de uma vasta região ainda em processo de desenvolvimento urbano.

278 MORAES, Joaquim D' Almeida Leite. Araraquara. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1877, 2º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição Fac-Similar, São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 175.

279 MORAES, Joaquim D' Almeida Leite. Idem, ibidem. Joaquim de Almeida Leite Moraes ficou conhecido tanto pelos seus atos políticos como por seus escritos. Foi Presidente da Província de São Paulo entre fevereiro e dezembro de 1881, escrevendo obras como *Apontamentos de viagens,* que narra sua viagem de São Paulo à Província de Goiás na qual assumiria cargo de governança. MORAES, J.A. Leite. *Apontamentos de Viagem*. CÂNDIDO, Antônio (org.). São Paulo : Companha das Letras, 1995. (Coleção Retratos do Brasil).

280 Citado por BANDECCHI, Brasil. In: GODOY, Joaquim Floriano de. *A Provincia de São Paulo: trabalho historico, estatistico e noticioso.* São Paulo : Governo do Estado, 1978. p. X.



Prancha n. 28. SILVARES, José Ribeiro da Fonseca. *Provincia de Sapucahy*, 1873. Nanquim sobre papel canson. 75 cm x 50,5 cm. (Acervo Arquivo do Exército - Rio de Janeiro). Reproduzido de: *Leituras Cartográficas, históricas e contemporâneas*. São Paulo : MAC/USP; Brasil Connects. 2003. (Catálogo da Exposição). p. 33.

O projeto de Godoy foi diretamente influenciado pela proposta apresentada anteriormente, em 1873, pelo Deputado Cruz Machado, que chegou a mandar litografar e imprimir um mapa mostrando a região da nova Província a ser criada, característica que pode ser observada, anteriormente, na **Prancha n. 28**.

De fato, a região esboçada pelo mapa é parte do território compreendido como "Terrenos Desconhecidos" e a proposta apresentada proporciona uma visão diferenciada para compreender a realidade cultural formativa da região.

Apesar da proposta nunca ter sido aprovada, e de Godoy, maior defensor do projeto, ter escrito dois livros favoráveis ao seu estudo – *Projeto de Lei para a criação da Provincia do Rio Sapucaí,* de 1888, e *Ao jornalismo da Provincia de São Paulo adversário à Provincia do Rio Sapucaí*, publicado no ano seguinte no qual se defendia dos ataques da imprensa contra seu projeto –, a caracterização da região em dois momentos diferenciados mostra que havia uma preocupação para inserir aquele território no contexto da administração central da Província, preocupação "bi-secular", segundo a *Memória* produzida, em 1920, para a demarcação definitiva dos limites da região com a arbitragem do então presidente da República, Epitacio Pessôa.[281]

Ainda relacionada a essas características, a obra anterior de Godoy, *A Província de São Paulo,* é emblemática para a representação e compreensão da Província no período. Ao contrário de todos os outros mapas da Província, aquele que é encartado no livro do autor não apresenta a definição *Terrenos Desconhecidos,* ou outra qualquer, para a região ainda não totalmente mapeada da Província.

Esse mapa é impresso pela *Imperial Litographia Pereira Braga & Com.ª*. A representação se propõe a traçar o território antes mesmo de seu total conhecimento, atestando uma suposta presença do Estado no controle dessas regiões. Por ser a obra de Godoy confeccionada como um veículo de propaganda direta do Estado – para servir de ilustração/documentação em uma exposição internacional –, seria inadmissível, e ao

---

[281] MORAES F, Prudente de. CARDOSO, João Pedro. *Limites entre S. Paulo e Minas:* Memória organizada pelos delegados de São Paulo para ser apresentada ao arbitro, Ex. Sr. Dr. Epitacio Pessôa, Presidente da República. Rio de Janeiro : [s.n.], 1920.

mesmo tempo problemático, representar o território de maneira incompleta. Floriano de Godoy, ao não inserir a expressão clássica dos mapas da Província – *"Terrenos Desconhecidos" –,* procura não chamar a atenção internacional para uma suposta ineficácia do Estado brasileiro em reconhecer-se territorialmente.

O mapa, reproduzido a seguir, na **Prancha n. 29**, confeccionado por Godoy também se apresenta insatisfatório quanto às definições das fronteiras interprovinciais, sobretudo as de São Paulo com Minas Gerais e Paraná. A planta é confeccionada sem indicação dos pontos cardeais, tornando-se impossível, na visão de alguém não conhecedor da geografia do país, entender a localização exata do território indicado.

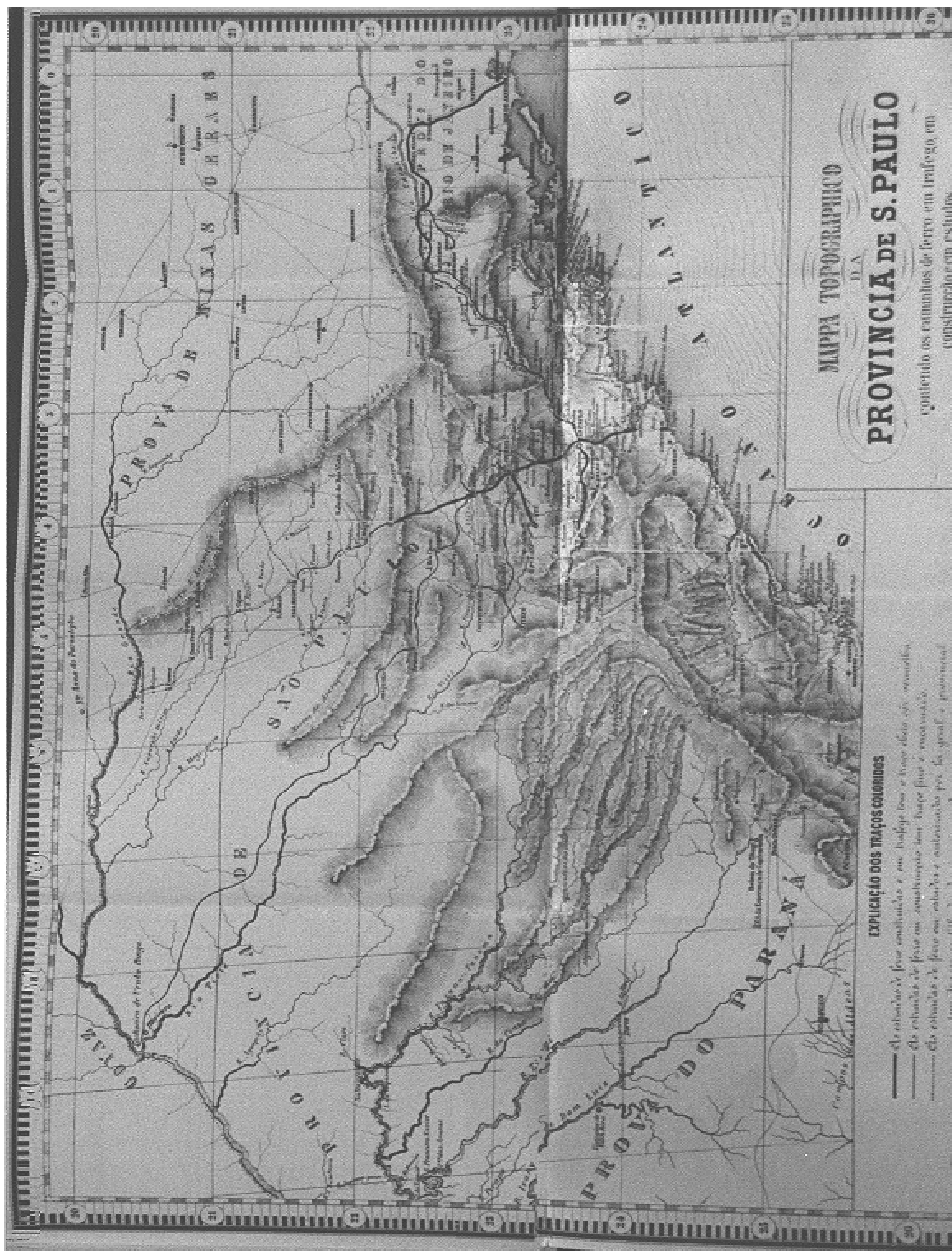
Essa falha pode indicar a real necessidade da obra no contexto geral de sua produção, ou seja, objetiva ser um grande informativo sobre a Província, composto de descrições geográficas, históricas, demográficas, entre outras. Godoy também relaciona os principais poetas, literatos, romancistas, e os mais significativos *historiadores e geographos* da Província. O autor cita, inclusive, Müller e seu *Mappa corographico da Provincia de S.Paulo. Quadro estatistico da provincia de S.Paulo. Mappa hyrographico da provincia de S.Paulo*[282]*;* e o Barão Homem de Mello e seus principais trabalhos: *Biographias; Constituinte perante a historia; Estudos historicos brasileiros.*[283] Godoy define a obra como *"noticiosa"*, e o fato de ter sido elaborada para servir aos visitantes da *Exposição Industrial de Philadelphia (Estados-Unidos)* empresta-lhe um certo cunho ideológico, ou seja, propaga as necessidades do Estado dirigente.

É surpreendente que o Senador não tenha realizado uma obra bilíngüe e assim acessível a uma quantidade maior de visitantes de uma exposição internacional. Esse dado seria um indício de que essa obra foi prioritariamente confeccionada para circulação interna, uma espécie de livro de referência, atestado e justificado por sua presença em um acontecimento internacional.

---

[282]GODOY, Joaquim Floriano de. *A Provincia de São Paulo:* trabalho historico, estatistico e noticioso. São Paulo : Governo do Estado, 1978. p. 94.

[283]GODOY, Joaquim Floriano de. Idem. ibidem.



Prancha n. 29. THOMPSON, G.T. *Mappa Topographico da Provincia de São Paulo contendo os caminhos de ferro em trafego, em construcção e em estudos. São Paulo : Imp. Lith. Per. Braga & Cia,* [1875]. In: GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo:* trabalho estatístico, histórico e noticioso. Rio de Janeiro : Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1875. p.110-111.

Independentemente dessa característica lingüística, a obra de Godoy, encontrou bastante receptividade, apesar dos problemas por ele enfrentados com a imprensa local, em especial o *Correio Paulistano*, pois chegou pelo menos até à terceira edição já nos anos finais do Império entre 1885 e 1890.

O momento histórico que motiva a produção da obra de Joaquim Floriano de Godoy é sintomático. Eric Hobsbawn relembra que o reconhecimento das fronteiras e do território de um país eram, ainda em meados de 1869, um grande problema para a maioria dos Estados nacionais.[284]

Demétrio Magnoli, ainda relacionado a esse assunto, comenta que, também em 1875, é realizado na França o *Segundo Congresso Internacional de Ciências Geográficas:* "No momento da sua sistematização e consolidação como disciplina científica, a geografia não tinha ainda sido isolada metodologicamente das práticas políticas que a solicitavam. O discurso referenciado no espaço encontrava-se imerso no seu ambiente original, contaminado pelas exigências da luta pelo controle intelectual e material dos territórios."[285] Magnoli mostra que, nesse momento, o discurso geográfico ainda é um veículo de afirmação do Estado, reconhecendo-se por meio de diversos instrumentos que se sustentam em virtude de uma suposta verdade científica.

6.1 Formas, Fôrmas, Técnicas e Historiografia

Ao final do século XIX, a produção cartográfica pode se desenvolver de forma acentuada, mas essa característica não foi uma constante. A impressão cartográfica anterior a este período, do início ao final da primeira metade do século, enfrentou problemas que transformaram os mapas produzidos em documentos quase únicos. A distribuição e impressão do mapa de Müller, em 1837, podem ser consideradas experiências pioneiras no assunto, pois de maneira geral, a produção cartográfica sempre foi restrita aos gabinetes e às necessidades diretas de uma centralização administrativa. Os recursos técnicos empregados pelas oficinas de impressão nesse momento baseavam-se quase que

---

[284]HOBSBAWM, Eric. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo : Companhia das Letras, 2000. p. 39.

[285]MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria:* imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo : UNESP/Moderna, 1997. p. 289.

exclusivamente em dois modelos, que não permitiam um grande volume de produção pois as matrizes utilizadas desgastavam-se facilmente.

O primeiro, chamado de *Xilogravura,* consistia na produção de matrizes em relevo em suportes de madeira, mesma técnica utilizada na atualidade por muitos impressores de cordel. Essa forma de impressão de gravuras esteve em voga durante quase toda a primeira metade do século XIX e foi usada, dentre outros fins, para a produção de pequenos mapas – geralmente informativos, sem um rigor de escalas – em jornais de circulação no Rio de Janeiro na primeira década dos oitocentos.[286]

A outra técnica, conhecida como *Talho-Doce,* consistia na preparação de uma chapa de metal (abertura de chapas), geralmente o cobre, com um buril (instrumento cortante e pontiagudo). A produção de pequenos sulcos no metal garantia a penetração da tinta, para posterior estampagem sobre o papel. Essa técnica permitia a impressão de uma maior gama de detalhes e com cores, pelo uso de várias chapas diferentes com o mesmo tema. O *Talho-Doce* também foi utilizado durante o século XVIII na Europa, revolucionando a arte da impressão. Apesar desses conhecimentos técnicos, para a produção de objetos cartográficos em larga escala, tornava-se necessário o desenvolvimento de técnicas mais propícias para a impressão de um maior nível de detalhamento.

Entre 1796-98, o autor e ator dramático alemão Alois Senefelder, desenvolveu, na Europa, os primórdios de uma técnica que seria conhecida como *litografia*, ou impressão em pedra. Senefelder, ao procurar meios para reproduzir seus próprios trabalhos, utilizou-se de uma espécie de pedra calcária porosa que existia em grande quantidade na Alemanha. Escreveu sobre a pedra valendo-se de um lápis graxo (oleoso) e percebeu que era possível a fixação de uma marca na matriz lítica. Após esse procedimento, Senefelder banhou a pedra em um ácido que corroía a superfície não protegida pela substância existente no lápis graxo. Essa técnica produz uma matriz bastante resistente à impressão e sem graduações em relevo, pois as superfícies permaneciam praticamente do mesmo nível,

---

[286]Para mais detalhes ver: FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra:* introdução à bibliologia brasileira : a imagem gravada. São Paulo : EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. p.81- 85.

pois a pressão da prensa de impressão causava menos estragos nas matrizes litográficas ampliando o seu tempo de uso.

A presença de uma técnica não exclui as outras. A convivência entre os diferentes processos permaneceu mesmo após a chegada da litografia no Brasil, fato que ocorre praticamente em concordância com o seu aparecimento na Europa.

No país, o uso da técnica litográfica só se torna corrente na segunda metade do século XIX, notadamente pela difusão e formação da técnica e de artífices. O *Arquivo Militar* e o *Collégio das Fábricas*, instituições criadas no Rio de Janeiro com a chegada da Família Real, foram os principais fornecedores de mão-de-obra e produtos relacionados à arte de estampar no Brasil durante quase todo o oitocentos.

A cartografia, antes restrita à produção de originais, geralmente aquarelados e únicos, guardados em acervos públicos como documentos de um poder constituído, passa a ser vista como instrumento de propagação de idéias na medida em que se insere em novos modelos de leitura e interpretação da sociedade. Nesse sentido, deve-se observar que os mapas produzem leituras múltiplas e condicionadas as propostas sedimentadas no processo histórico formador da sociedade em questão.

Para entender a marcha constitutiva dessa simbologia cartográfica torna-se necessário relembrar a estrutura da sucessão histórica criadora desses elementos, que são constituídos desde a época dos descobrimentos, séculos XVI e XVII, quando a cartografia portuguesa é realizada como um comportamento cultural da administração do Estado dirigente.

Ronald Raminelli, citando Jaime Cortesão, relembra que há uma diversidade na produção cartográfica no período colonial brasileiro por razão de momentos históricos distintos. Cada época produz sua própria orientação e simbologia cartográfica, isto segundo uma necessidade específica.

Como exemplo desse processo, tem-se o momento das lutas com os Holandeses no Nordeste, século XVII, motivando a cartografia portuguesa a privilegiar o registro da costa brasileira; ou mesmo na época das lutas territoriais com a Espanha, século XVIII, orientando a produção quase que exclusivamente para os registros das terras do interior do

país, ou seja, os sertões.[287] Convém lembrar que com o avanço espanhol, foi produzido o primeiro registro cartográfico do então "Planalto de Piratininga", ainda no século XVII. Em 1628, o governador do Paraguai, Dom Luís de Céspedes Xeria, em carta a Felipe IV, rei de Espanha e Portugal, anexava um mapa descrevendo a navegação nos rios Tietê e Paraná. Nele figurava, pela primeira vez, a cidade de São Paulo, representada pelo desenho de sua Casa da Câmara.

O mapa de Xeria, observado a seguir na **Prancha n. 29-A**, é considerado um marco da representação do território paulista, pois, por possuir a primeira representação pictórica da cidade de São Paulo, tornou-se uma "lenda" da cartografia local. A mitologia se desenvolveu, especialmente pela ação de Afonso de E. Taunay nas primeiras décadas do século XX, que buscou, na recuperação de uma grande variedade de documentos primários sobre a região paulista, a formação de uma identidade própria para, por exemplo, justificar a hegemonia paulista no contexto do federalismo da época da República Oligárquica.[288]

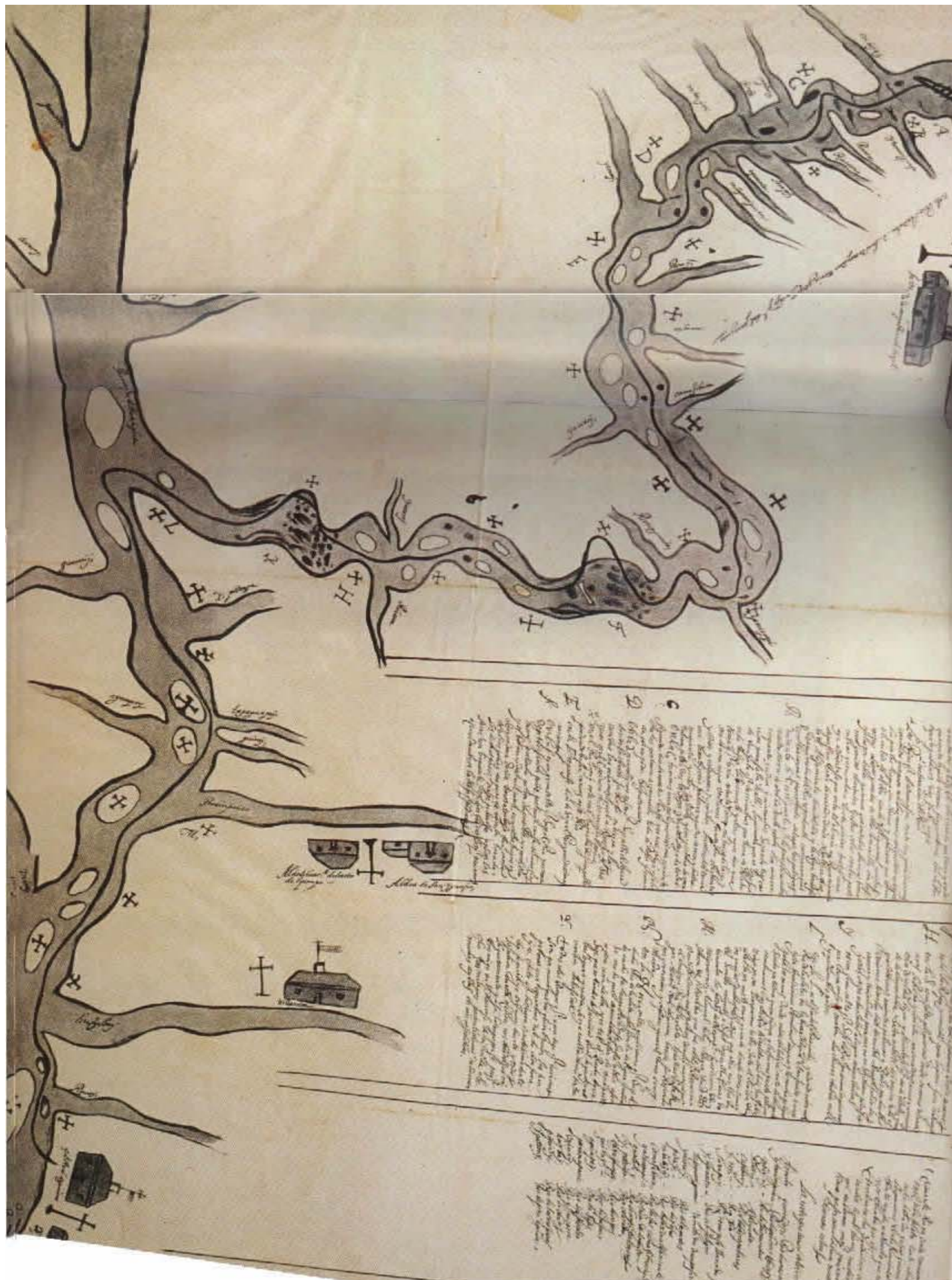
Observa-se que o mapa não é exclusivo da cidade de São Paulo, mas sim de todo o percurso dos Rios "Ayembi", atual Tietê, e Paraná. Sua principal característica remete ao relato pormenorizado do território descrito com grandes propriedade, apresentando os significados dos nomes indígenas dos rios, além dos detalhes dos acidentes geográfico. Ele serve como um guia de navegação e penetração do território, e assim, garante a posse simbólica ao seu proprietário no caso, o governo espanhol.

Com o desenvolvimento do conhecimento do governo de Espanha sobre as terras portuguesas do interior, o Estado português, após a sua Restauração, em 1641, passa a se preocupar também com suas terras interiores, fato que pode também ser corroborado pela afirmação de Ronald Raminelli citada anteriormente.

---

[287] Para mais detalhes ver RAMINELLI, Ronald. Cartografia. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial* (1500-1808). Rio de Janeiro : Objetiva, 2000. p. 103-105.

[288] Ver a descrição pormenorizada do mapa de Xeria em: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoneiros*. 7. ed. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1981, p. 97. Sobre a jornada de Xeria ver: ABREU, José Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. (1500-1800). São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia. 1988.p.145.



Prancha n. 29-A. XERIA, Don Luis de Cesperes. *Carta del gobernador del Paraguay Don Luis de Cespedes Xeria a Sua Magestad dando cuenta de su llegada al Brasil y de su viaje por tierra desde San Pablo a la ciudad de Guaira haciendo relacion del estado de esta tierra y de los rios y terrenos que atravessó para lo qual acompaña un mapa donde se indica su derrota*. Mapa Manuscrito, 1628; Arquivo Geral das Índias, Sevilha, Espanha.

Recolhido em: http://www.tratamentodeagua.com.br/tiete/memoria12.htm

Essa preocupação portuguesa pode ser observada em um Alvará expedido em novembro de 1729 pelo então rei de Portugal, Dom João V, concedendo a dois religiosos e "peritos matemáticos" da Companhia de Jesus, Diogo Soares e Domingos Capassi, liberdade de ação, com ajuda do erário da Coroa, para elaborar cartas geográficas das terras brasileiras inseridas no contexto do Império português. Afirmava o monarca que *"para se evitarem as dúvidas e controversias que se tem originado dos novos descobrimentos, que se tem feito nos sertões d'aquele Estado de poucos annos a esta parte, fazerem-se mappas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões, com toda a distincção, para melhor se assignalem e conhecem os districtos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação; para esta diligencia nomei dois religiosos da companhia de Jesus (...) mando dar instrucções da fórma que devem fazer os ditos mappas (...) espero que observem pontual e interinamente quanto lhes fôr possivel, accrescentando a descripção d'aquelas terras tudo o que a sua especulação e o zelo do meu serviço lhes ditar para que fique com a exacção de que se necessita."*[289]

Sobre a ação dos padres jesuítas comenta Jaime Cortesão que "os Padres Capassi e Soares e as suas novas observações astronômicas, aplicadas às novas cartas do Brasil, abrem uma nova era da cultura expansionista portuguêsa. Dois fatos caracterizam essa fase: a abertura e as cartas de caminhos terrestres e fluviais através do Brasil; e os planos de construção de fortalezas, no interior do continente (...) verdadeiros prodígios de tenacidade, a marcar (...) os limites de soberania portuguêsa, em frente à América Espanhola."[290]

A descrição das terras é parte de uma estratégia política e se insere como uma das características de um jogo de poderes. A forma como esses mesmos se manifestam está presente na produção realizada e reflete a interpretação necessária para o seu total conhecimento.

6. 2 A Representação Cartográfica no Brasil Entre os Séculos XVII e XIX: o Exemplo da Cidade de São Paulo

A produção cartográfica relacionada à Província de São Paulo é constituída de fases distintas e intercaladas, mostrando que a representação cultural presente em um mapa

[289]Recolhido por MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. In: *Atlas do Brazil*. Rio de Janeiro : F. Briquet & Cia. 1909. p.05.

[290]CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro : Instituto Rio-Branco. 1953; ed. Fac-Similar, Brasília : Senado Federal, 2001. Tomo I, p.317.

é fundamentada, conforme já discutido, no momento histórico no qual essa representação pictórica é feita.

Segundo o historiador português Armando Cortesão, a palavra *cartografia* é uma invenção do século XIX. O Visconde de Santarém, tradicional estudioso da cartografia portuguesa antiga, em uma carta dirigida ao historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, em 8 de Dezembro de 1839, comenta: "*invento esta palavra (cartographia) já que ahi se tem inventado tantas.*"[291] Cortesão afirma ainda que, em 1873, a palavra figura pela primeira vez no segundo volume do *Grande Diccionario Portuguez* de Domingos Vieira, apesar de já ter aparecido um pouco antes em dicionários franceses e espanhóis.[292]

Ao se conceber um mapa, tem-se a noção da representação da verdade absoluta, pois seu propósito é condicionado a esse fator, isto é, representar de forma simbólica o território e seus elementos geográficos. Sua confecção, resulta em certa medida, da carga cultural de seu autor, membro de uma sociedade representada por um poder dominante que se manifesta nas circunstâncias estruturais do suporte imagético escolhido.

Affonso de Taunay, em sua *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga,* estabelece quatro fases diferentes para a produção cartográfica relacionada à Província de São Paulo. A primeira fase é conhecida como "heróica"*:* os mapas confeccionados não obedecem a uma lógica científica, sendo resultado de observações assistemáticas, de primeiras impressões sobre o território. São desenhos classificados como "mais ou menos fantasistas." A segunda é relacionada a uma cartografia das "comissões de limites"*,* na qual a maior preocupação é a manutenção do espaço do próprio território. Essa fase é sucedida por uma terceira, conhecida como "cartografia documentária" e relacionada especificamente ao momento em que o território passa a possuir caminhos padronizados, linhas férreas, entre outros melhoramentos que exigiram um conhecimento pormenorizado do território. Esse momento, entre os séculos XVII e XIX, é caracterizado por uma grande produção documental com observações *in loco* do território, feitas por engenheiros,

---

[291] Citado por CORTESÃO. Armando. *A cartografia portuguesa antiga.* Lisboa : Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 1960. p.16.

[292] CORTESÃO. Armando. *A cartografia portuguesa antiga.* Lisboa : Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 1960. p.16.

cientistas e viajantes. No final dessa fase, em 1874, destaca-se a criação da Imperial Comissão Geológica, "organizada por Charles Frederic Hart, um geólogo americano, que teve como auxiliares Yeaux Carpenter e Orville Derby, também geólogos." [293] A última e mais recente fase faz parte do século XX e caracteriza-se pela produção de mapas com grandes escalas de representação, 1:100.000, já inseridos em um padrão cartográfico internacional.[294]

Percebe-se que há uma ligação entre essas etapas, que, entretanto, não mostram representações cartográficas consideradas como marcos divisórios. A expressão cartográfica da Capitania, depois Província e Estado de São Paulo, evolui conforme as necessidades que se apresentam, resultando em uma grande produção de mapas cuja confecção foi, em certos momentos, padronizada pelo Estado ou simplesmente fruto de uma necessidade de determinados grupos sociais.

Desta maneira, observa-se que há uma continuidade de idéias resultantes do modelo sociocultural estabelecido. Na caracterização da primeira fase, basta lembrar a epopéia dos bandeirantes, que produziram inúmeros mapas pessoais, nos quais os aspectos cartográficos de identificação perderam o significado coletivo, pois pertenciam a um universo que tinha no "sertão" e seus elementos – sua fauna e flora – o conjunto classificador. Assim, tudo o que foi produzido pelas expedições bandeirantes, séculos XVII – XVIII, caiu no esquecimento, como nos lembra Câmara Cascudo ao citar o Padre Simão de Vasconcelos: "As arrancadas para as esmeraldas e ouro e prata e pedras azuis foram apenas informações geográficas sem efeito *por terem o tempo cegado os caminhos, e crescendo as matas, e escondendo dos homens estas riquezas."*[295]

A afirmação de Cascudo é amparada na de Affonso de E. Taunay, que classificou os homens participantes das bandeiras como "rudes", quer dizer, não adeptos de uma política de classificação padrão, seguidores de *"indicações toponímicas quase sempre de*

---

[293]ARCHELA, Rosely Sampaio. *Análise da cartografia brasileira:* bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935- 1997. Tese de Doutorado apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 2000. p. 87.

[294]Recolhido por MORAES REGO, L.*F.* A cartografia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia.* São Paulo, v.XXIII, n.120-124, p. 155, mar./abr.1936. A produção de mapas neste formato permite uma maior facilidade de interpretação – leitura – e também recortes visuais específicos para uma análise mais setorizada incluindo-se, nesse elemento, reproduções mais pormenorizadas dos locais escolhidos.

[295]CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês.* Rio de Janeiro : José Olympio, 1956. p.110.

singular assonância, [que] *parecem na maioria dos casos, inidentificáveis (...).*"[296] Os nomes atribuídos pelos bandeirantes faziam parte de um cotidiano próprio daquele momento das expedições. A fusão de valores culturais diferenciados, o indígena e o europeu, impedia, em muitos momentos, a adoção do padrão clássico da representação geográfica e, em muitos aspectos, não era necessário a esse universo cultural do bandeirante e do gentio.

A produção cartográfica, apesar de considerada como fruto de uma análise científica do território, envolvendo uma seqüência de escalas e padrões de representação, pode e deve ser interpretada por um outro viés, aquele que a classifica como uma representação mental, fruto de um momento social, político e econômico. A significação expressa nesses mapas, representada pelos seus desenhos, é conseqüência de um processo sociocultural. Para Denis Wood, ao citar Brian Harley: *"The usual perception of the nature of maps is that they are a mirror, a graphic representation, of the some aspect of the real world."*[297]

Nas décadas finais do século XVIII, São Paulo passa a ser ponta de lança do processo português de manutenção do território ao sul da Capitania contra o avanço dos castelhanos. Entre 1766 e 1775, o governo de D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, dá seqüência ao processo de restauração da então Capitania de São Paulo, que encontrava-se em franca decadência política e econômica.[298] Mapas da cidade de São Paulo e da Capitania são realizados. A cidade é registrada e inserida em cartas que mostram a real situação territorial na qual se encontrava a Capitania, conforme pode ser observado na **Prancha n. 30**.

O mapa da *Capitania de S. Visente* representa a cidade de São Paulo, inserindo a imagem da futura capital no contexto de uma espécie de fronteira final na representação do território. Pertencente ao acervo do "Departamento de Cartografia y Bellas Artes da Real Academia de la Historia de Madri", na Espanha, tal mapa é significativo ao mostrar a então Vila de São Paulo com "surpreendentes e saborosos detalhes."[299]

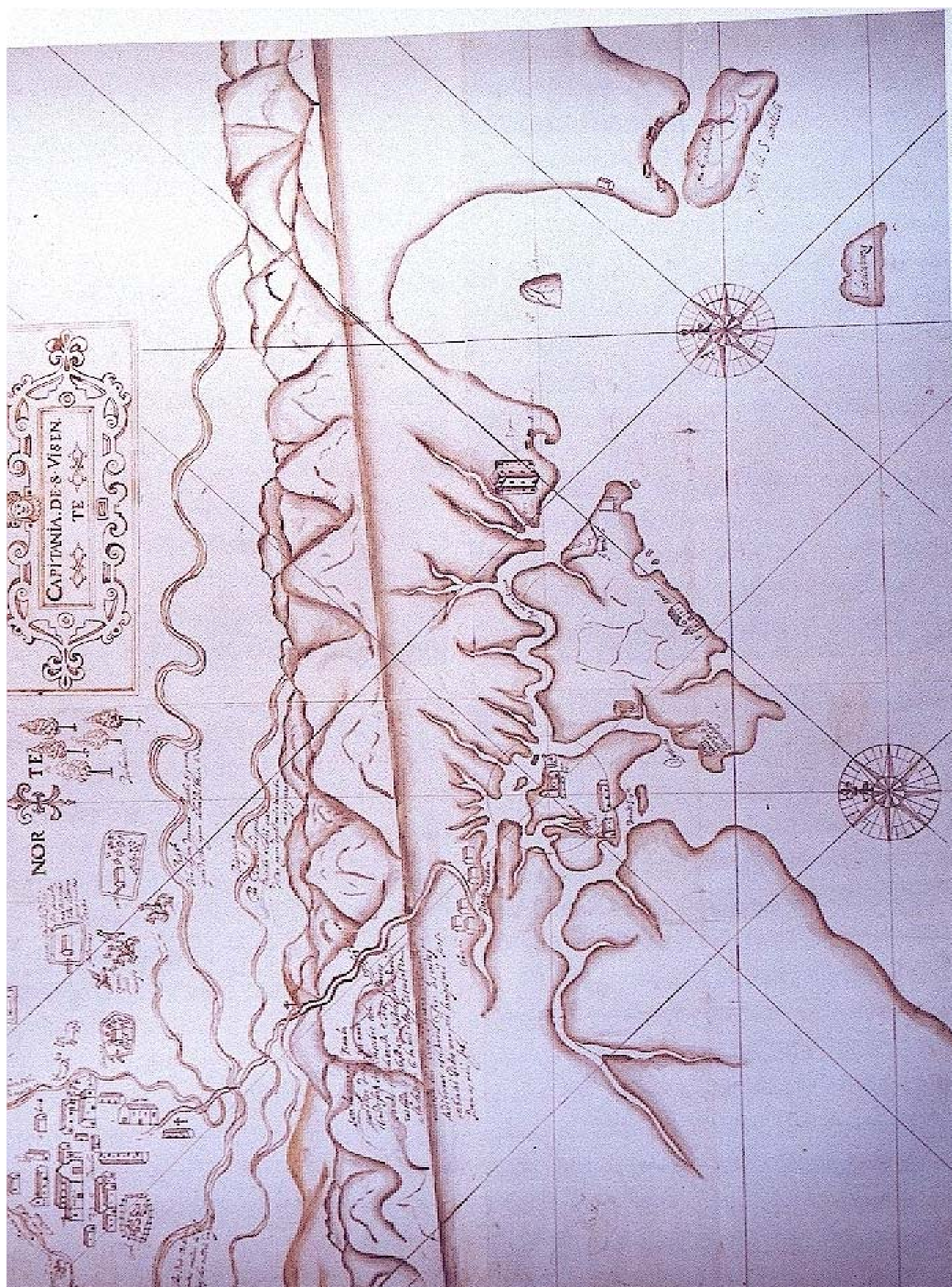
---

[296]TAUNAY, Affonso de E. *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas.* São Paulo : Melhoramentos, 1952. p. 01.

[297]WOOD, Denis. *The Power of maps.* New York/ London : The Guilford Press, 1992. p. 18.

[298]BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial:* o governo do Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura. 1979.

[299]MINDLIN, José. Apresentação. In: *Calendário de 2000.* São Paulo : Imprensa Oficial, 2000.



Prancha n. 30. *Capitania de S. Visente*. Acervo do Departamento de Cartografia y Bellas Artes da Real Academia de la Historia de Madri - Espanha. Mapa Manuscrito: ca. séc. XVIII. Reproduzido de: CALENDÁRIO DE 2000. São Paulo : Imprensa Oficial, 2000. (Mês de Outubro).

A obra, provavelmente realizada no século XVIII, adquire importância nesse momento por inserir a representação urbana da Vila em um contexto cartográfico. A localização da urbe não é somente indicada, como também é ratificada pela representação do desenho da cidade.

Escrito em português e rico em detalhes, mostra a *Capitania de S. Visente* e a distribuição das localidades conhecidas na época como Cubatão e Santos. Nota-se que havia um interesse do governo português em formalizar seus limites administrativos, ilustrando e representando a ocupação territorial.

A cidade de São Paulo figura com suas principais igrejas – de São Bento, do Carmo, da Matriz, de Santo Antônio e a da Companhia de Jesus (Pátio do Colégio). Como a Igreja do Colégio já apresenta sua torre, edificada entre 1694 e 1701[300], o mapa deve ter sido confeccionado a partir do início do século XVIII. Reforça-se, nessa afirmação, a repercussão do conhecimento de Portugal do mapa espanhol de Xeria, e comentado anteriormente.[301]

Outro fato interessante é a representação feita pelo desenhista de uma quantidade razoável de animais, no caso algumas reses, desenhando, ainda, um curral. Há uma necessidade de mostrar a cidade e seu cotidiano socioeconômico no desenho elaborado, formando uma espécie de relatório das condições materiais e culturais da região com, por exemplo, uma observação quanto as *serquas de taipa de pilão* que circundam algumas sedes de chácaras no local chamado pelo autor de *Campos*. O cartógrafo ilustra também uma *cassa de perdis nos campos*, com os cavaleiros e seus cachorros e uma mata de *Pinheiros*.

O mapa é orientado para o Norte, mostrando uma representação que, já no século XVIII, obedecia aos padrões das normas gerais da ciência cartográfica, elemento não encontrado em outros mapas que mostram somente a cidade de São Paulo, já no século XIX. Ele é também recortado por traços que formam triângulos, técnica cartográfica criada

---

[300]TOLEDO, Benedito Lima de. Nada há mais aniquilador que o silencio do abandono. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de jan. 2002. p. H 10.

[301]Sobre a presença espanhola no território paulista no período ver: AMARAL, Aracy A. *A hispanidade em São Paulo* : da casa rural à Capela de Santo Antônio. São Paulo : Livraria Nobel, [1981].

para determinar, além de uma relação proporcional no desenho realizado, as distâncias percorridas. Segundo Armando Cortesão, essa técnica é fruto da produção das cartas náuticas portuguesas, cujos "rumos – designados segundo as oitos quadras em que se divide cada um dos quatro quadrantes da bússola ou da rosa-dos-ventos – eram simplesmente indicados pela agulha magnética; mas a avaliação da distância percorrida pelo navio constituía operação mais complexa e difícil."[302] Segundo o autor, determinava-se um "ponto fantasia" localizado pela "toleta de marteloio", que consistia em "duas tabelas numéricas que davam a solução imediata do chamado *triângulo náutico* que decompunha-se em dois triângulos retângulos cuja a hipotenusa era calculada em 100 milhas de navegação e o cateto comum em 10 milhas para *alargar*."[303]

A presença de vários triângulos nesse mapa, formados pela interseção das linhas que partem da rosa-dos-ventos, – além de sua orientação para o Norte – demonstra que sua construção obedeceu ao padrão desenvolvido pelos portugueses desde o início do século XVI. Seu produtor era um conhecedor do assunto e, seguindo as técnicas da escola clássica portuguesa, utilizou nessa representação terrestre padrões náuticos, provavelmente por sua experiência nas práticas da navegação e pela inexistência de outro modelo representativo para o período.

Essa produção iconográfica indica o fim do isolamento pictórico imposto a São Paulo, incluindo-se, aqui, os aspectos da representação do território e da futura capital da Província. Almeida Prado comenta que até esse momento, *"Em matéria de iconografia, S.Paulo não teve a ventura das cidades do litoral, visitadas por estrangeiros, oficiaes de marinha que tinham fraco por desenho, ou pintores adidos ás expedições que se dirigiam ao extremo oriente."*[304]

A preocupação maior do governo central é com o registro do território e de seus caminhos naturais. Nessa etapa, durante o século XVIII, conforme comentado, inúmeras cartas topográficas e corográficas são produzidas retratando a Capitania e, por extensão, os rios, colocando algumas vezes nessas representações as cidades mais conhecidas.

---

[302] CORTESÃO. Armando. *A cartografia portuguesa antiga.* Lisboa : Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 1960. p.152

[303] CORTESÃO. Armando. Op. Cit. p. 153.

[304] PRADO, J. F de Almeida. Iconografia Paulista. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v. XXXII, p. 299. 1937.

O primeiro mapa produzido especificamente sobre a cidade de São Paulo data de 1810[305]. Anteriormente, sabe-se, por um ofício do então governador da Capitania, Bernardo José de Lorena, dirigido à Câmara Municipal em 1792, no qual o próprio governador afirma ser o posicionamento geográfico da cidade *"muito nocivo á Saude do Povo"* e manda fazer *"o Plano Topographico da Cidade* ", o qual envia junto com o referido ofício para a apreciação da Câmara. Desse "Plano Topográfico", não há notícias posteriores, mas percebe-se o início de uma preocupação administrativa quanto à forma que a cidade deveria adquirir, pois na abertura do mesmo ofício, o então Governador afirma: *"Hé tão grande a irregularidade, que se encontra, em quazi todas as ruas desta Cidade, que não pode ter emenda sem a destruir (...)".*[306]

A transformação de São Paulo como pólo gerador do desenvolvimento da Província passa, necessariamente, por sua representação visual. O final do século XVIII e o início do século XIX são significativos nesse sentido, pois naquele momento, a cidade tornava-se elemento importante da expansão portuguesa para o sul do país. Essa expansão é acompanhada de uma significativa produção cartográfica, assinalando uma época na qual as questões dos limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul são de vital importância.

Dessa época, destaca-se uma grande quantidade de mapas hidrográficos e corográficos, produzidos com a intenção de mostrar como a então Capitania de São Paulo se constituía. Esses levantamentos cartográficos mostram rios, cidades, acidentes naturais, etc. e ilustram os limites necessários para a própria constituição administrativa do governo. Nota-se que os profissionais envolvidos nesse processo eram enviados diretamente de Portugal e sua atuação buscava padronizar medidas e representações necessárias à montagem de todo um sistema cartográfico.

Em 1788, o então governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, manifesta-se a esse respeito em correspondência enviada a Martinho de Mello e Castro, informando que tomava posse no governo: *"discorremos emfim se haviamos avizar ou não ao Vice Rey de Buenos Ayres de estar prompta a Divizão da Capitania de São Paulo, porem lembrando-me*

---

[305]COSTA, Rufino José Felizardo da. *Planta da Cidade de São Paulo levantada em 1810.*

[306]Officios do General Bernardo José de Lorena (...): 1788-1795. In*: Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo*. São Paulo : Duprat & Comp., 1924. v. XLVI, p. 165.

de algumas coizas que eu tratei com V. Exª. de viva voz (...) julgamos de comum accordo q' deviamos somente conservar a Divizão pronta (...). Tambem devo dizer a V. Exª. que os Mathematicos achavão q.e o Oculo de Observação dos Satelites, veio de Londres como fora, com efeito prezentemente tem huma ramificação no centro bem contraria ao ajustado da observação de sorte q.e se não ouver outro hão de servirse, de hum pequeno q.e eu tenho."[307]

Apesar de definidos administrativamente, os mapas produzidos não circulavam mais amplamente, ficando restritos aos gabinetes de um Estado dirigente. A forma como o mapeamento do território era feito demonstra que os conhecimentos científicos relacionados ao assunto não eram propagados, o que levava à formação de representações dispersas e moldadas no conhecimento pessoal de cada autor que fosse confirmar cartograficamente um caminho, uma região ou uma cidade.

O conhecimento do leigo aparece paralelamente às tentativas do Estado em padronizar as produções cartográficas e alguns mapas do período mostram essas características.

Um exemplo dessa afirmação encontra-se em um mapa anônimo, reproduzido na **Prancha n. 31**, e pertencente ao arquivo Ultramarino de Lisboa.[308] Em sua representação, percebe-se uma forma de expressão que remete ao conhecimento pessoal de seu produtor. Não há uma orientação dos pontos cardeais ou mesmo um padrão de distância, mas é perceptível a presença de várias cidades unidas, supostamente, pelas únicas estradas conhecidas e mapeadas na época pelo produtor da imagem. Nota-se que a representação dessa obra cartográfica é condicionada a um conhecimento específico do seu produtor, limitando a forma como o território deve ser observado, conhecido e dominado.

---

[307] Officios do General Bernardo José de Lorena (...): 1788-1795. In: *Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo*. São Paulo : Duprat & Comp., 1924. v. XLVI, p.07.

[308] ARRUDA, José Jobson de (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo.* (1644-1830). Bauru, SP : EDUSC; São Paulo, SP : FAPESP : IMESP, 2000. Catálogo 1. p. 38.

Prancha n. 31. São Paulo: Mapa manuscrito. c.a. século XVIII. Recolhido por: ARRUDA, José Jobson de (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo.(1644-1830)*. Bauru-SP : EDUSC; São Paulo : IMESP/FAPESP, 2000. v. 1, p.38.

Dessa época, em oposição a esse tipo de prática cartográfica, destaca-se a obra de Teotônio José Juzarte, que, em 1769, mapeou as possessões portuguesas entre Porto Feliz (São Paulo) e a Praça de Iguatemi (Mato Grosso do Sul). Sua obra é constituída de dois blocos documentais. O primeiro refere-se ao diário da expedição, chamado de *Diário da Navegação* – um relatório textual pormenorizado dos acontecimentos da Expedição – e o segundo trata-se do *Plano em borrão de todos os rios e todas cachoeiras, e todas as coisas mais notáveis que vi (...):* um caderno de desenhos cartográficos aquarelados que registram detalhes dos locais percorridos, incluindo-se mapas e descrições geográficas.[309]

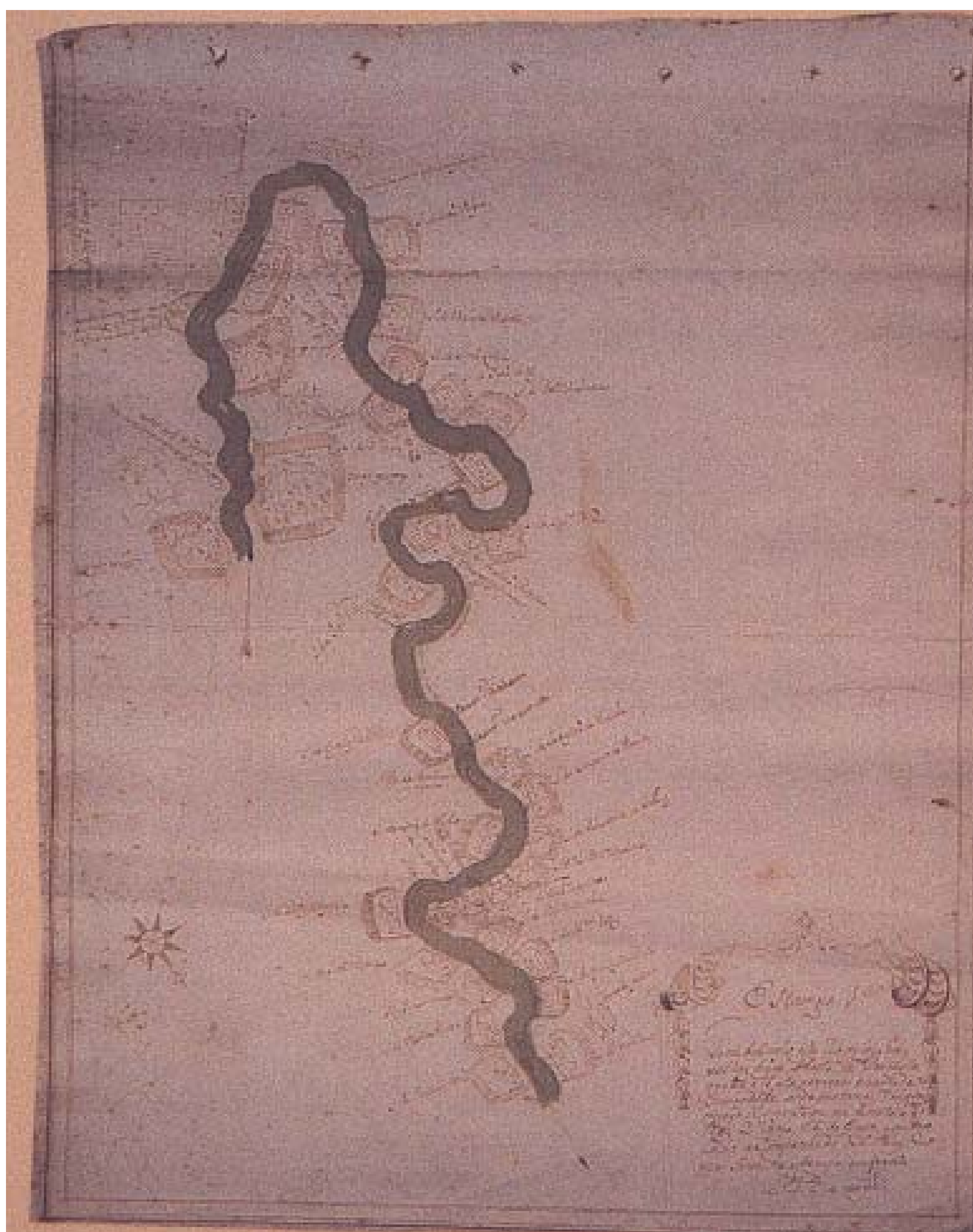
A obra de Juzarte revela-se extremamente detalhista em relação à elaboração e organização de uma expedição monçoneira. Juzarte faz um levantamento minucioso sobre a forma de construção de canoas, a maneira como trabalhavam os remadores, os artifícios para se livrar dos parasitas que infestavam os viajantes, entre inúmeros relatos fundamentais para o entendimento da época final do período monçoneiro.

A segunda parte da obra de Juzarte mostrou-se de grande importância para a compreensão da evolução da representação cartográfica no país e em especial na Província de São Paulo. Ele reúne, conforme comentado, uma série de mapas manuscritos dos rios e das vilas localizadas às margens desses caminhos fluviais. As formas como os desenhos são elaborados demonstra certa falta de aptidão para pintura de seu autor, mas, apesar disso, seu trabalho mostra-se extraordinário, revelando-se minucioso do ponto de vista do registro, como a prancha inicial do seu *Plano de Borrões.*

Na representação cartográfica inicial de seu "caderno de desenhos", reproduzida na **Prancha n. 32**, nota-se a relação entre o meio natural, no caso o rio, e a presença das localidades em suas margens. O mapa detalha o caminho seguido com a inserção de um seta (lado esquerdo da imagem), mostrando o início da jornada e o final da mesma – outra seta ao centro do desenho indicando, provavelmente, a direção da correnteza do rio. As localidades são registradas de maneira direta, sem comentários, mostrando que, nesse momento, a obra do *Plano de Borrões* é uma extensão visual de seu Diário, repleto de comentários e opiniões do autor. Nota-se a leitura cartográfica como complemento direto do textual descritivo.

---

[309]JUZARTE, Teotônio José. *Diário da Navegação.* Jonas Soares de Souza e Miyoko Makino (orgs.). São



Prancha n. 32. JUZARTE, Teotônio José. *Estampa 1ª. Tem de curso este rio pelas suas voltas desde o porto de Araritaguara até esta paragem chamada de Irmandade, onde jantamos, 4 léguas e meia, como se vê na derrota e a de um outro lado acompanhado de sítios como se vê na estampa em frente 2 verso. [Dia 13 de abril]*. Mapa manuscrito: séc. XVIII. In: *Diário da Navegação*. SOUZA, Jonas Soares de, MAKINO, Miyoko (orgs.). São Paulo : EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2000. (Uspiana – Brasil 500 anos). p.370.

Paulo : Edusp/Imprensa Oficial. 2000.

Juzarte realizou seu trabalho por ordens diretas da Coroa Portuguesa; – sua obra não encontrou divulgação no período, servindo ao propósito restrito da administração do Estado. Essa preocupação com a organização da documentação descritiva do país e de sua importância é percebida desde 1808, quando Dom João VI, em um de seus primeiros Decretos redigido no Brasil, em 07 de abril de 1808, afirma: *"Sendo-me presente a grande vantagem, de que será Meu Real Serviço, e até a necessidade, absoluta, que já existe, de haver hum Archivo Central, onde se reuniaõ, e conservem todos os mappas, e cartas tanto das Costas, como do interior do Brazil, e tambem de todos os Meus Dominios Ultramarinos, e igualmente onde as mesmas cartas hajaõ de copiar-se quando necessario, e se examinem, quanto á exactidaõ com que forem feitas, para que possão depois servir de baze, seja á retificação de Fronteiras, seja a planos de fortalezas (...).*[310]

Dom João VI funda o Arquivo Militar, que, mesmo após a República, continua a organizar e a guardar a documentação cartográfica do país, demonstrando sua importância para os negócios do Estado. Esse acontecimento limitou a propagação dos documentos cartográficos e impediu uma maior divulgação das descobertas, pois a consulta era restrita à administração central. Nas falas do então Príncipe Regente, observa-se a importância que a Coroa atribuía aos registros cartográficos, potencialmente utilizáveis para solucionar futuros problemas relacionados à formação das fronteiras territoriais.

Nos séculos iniciais da colonização, durante todo o século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, a cartografia é vista como um objeto restrito à administração pública. Sua divulgação em larga escala comprometeria as articulações políticas, impedindo o avanço dos mandos de uma administração central.[311] Com esse pensamento, o conhecimento do território encontrou problemas constantes, muitas vezes solucionados pela ação de personagens anônimos que arriscaram-se sem a proteção do Estado, confeccionando, de acordo com as necessidades pessoais, suas próprias demarcações territoriais.

---

[310]Recolhido por: COSTA, Hipólito da. *Correio Braziliense*. Londres : W.Lewis, Peternoster-Row. Nov.1808,. ed. Fac-Similar : São Paulo : Imprensa Oficial, 2000. v.1. p. 440-441.

[311]Nesse aspecto convém lembrar Michel Foucault: *"Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder."* In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2000. p. 157.

Esse aspecto explica a produção cartográfica sem padrões, fruto de iniciativas individuais. O território é registrado conforme o olhar, de acordo com a impressão pessoal, fruto da carga cultural de cada produtor e de um objetivo momentâneo. Dessa forma, a interpretação de mapas, como o próximo a ser apresentado, vincula-se mais à herança cultural do produtor/observador, herança esta que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, impede qualquer tentativa de orientação: "Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para a elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica."[312]

Teria a mentalidade cultural da Província do período mantido aspectos de uma realidade social vinculada às antigas representações bandeirantes?

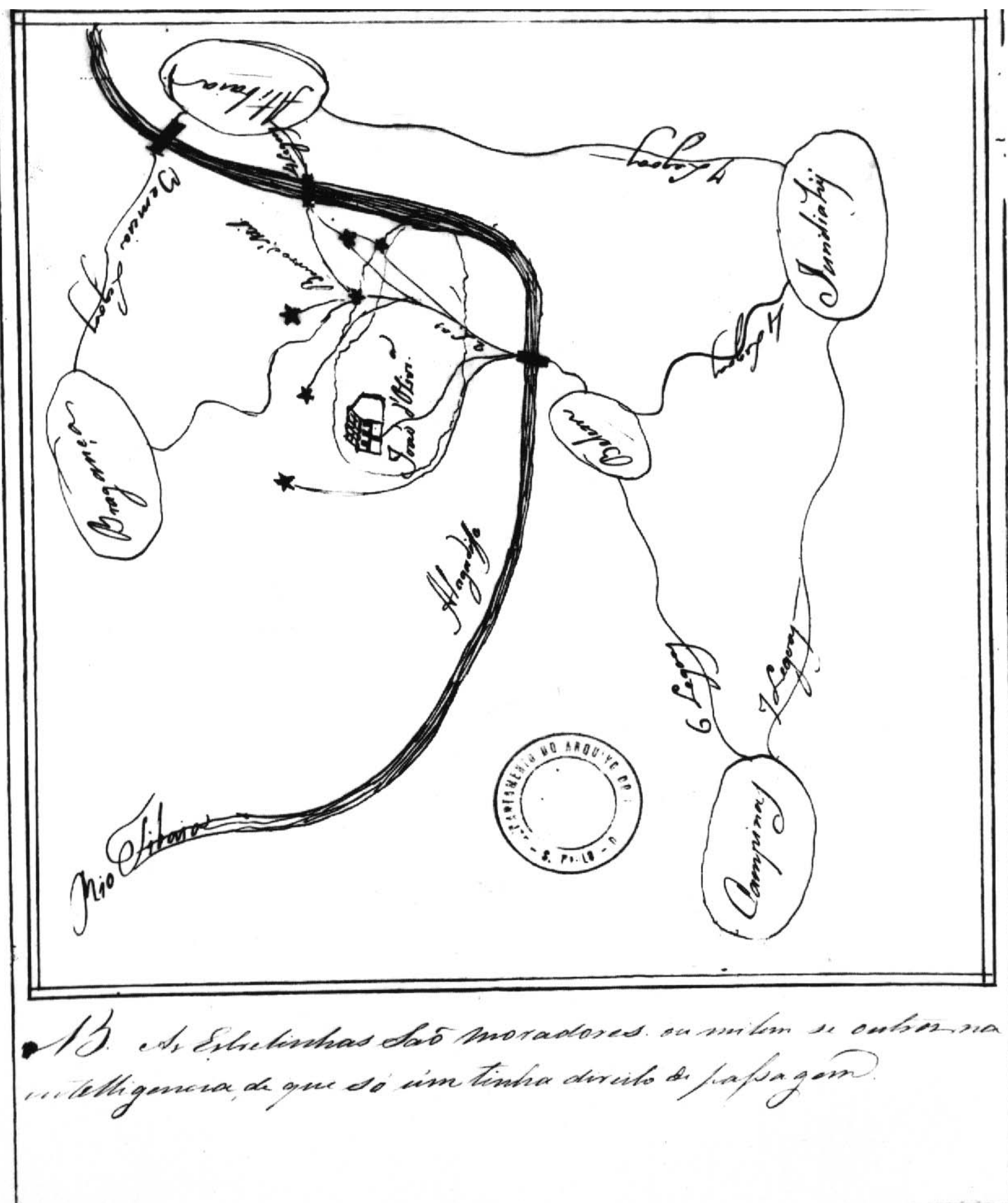
Produzido em 1825 e pertencente ao acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, há um mapa que mostra a região do rio Atibaia, *"abrangendo Campinas, Jundiaí, Bragança e Atibaia"*. Nota-se que mesmo no início do século XIX, ainda tem-se uma parcela significativa da produção cartográfica desvinculada de qualquer padrão. A ação do produtor na confecção do mapa remete mais a uma experiência pessoal de seu autor, como pode ser observado na **Prancha n. 33**.

Com exceção de algumas características, como o nome das localidades, as expressões "*6 legoas*", registrando a distância entre Campinas e Jundiai, "*3 e meia legoas",* entre Bragança e Atibaia, e da legenda "*As estrelinhas são moradores (...) na intelligencia de que só um tinha direito de passagem",* nada mais é explicado ou demarcado detalhadamente. Não há nesse mapa uma representação de direção simbolizada pela presença de uma rosa-dos-ventos, característica que pode demonstrar desconhecimento dos padrões cartográficos por parte de seu autor.

De todos os dados apresentados, a legenda descritiva para o mapa é o seu fator mais significativo. Na região, cobrava-se uma espécie de pedágio – *"direito de passagem"* – e essa característica torna a sua produção vinculada diretamente à necessidade de um poder administrativo central.

---

[312]HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras.* 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1994. p. 19.



Prancha n. 33. São Paulo, região do Rio Atibaia, abrangendo as cidades de Campinas, Jundiaí, Bragança e Atibaia: Mapa Manuscrito, 1825. In: *SÃO PAULO*: onde está sua História. São Paulo : MASP, 1981. p. 54.

Em 1783, Manoel Cardoso de Abreu, em viagem para as minas de Cuiabá e Mato Grosso, relembra: *"os moradores das vilas de Jundiaí, São João de Atibaia e Mogi-Mirim e das freguesias de Juqueri e Jaguari* [atual Bragança Paulista] *que estão na estrada de Goiazes, também vivem na mesma miséria, vendendo os seus efeitos na dita cidade, e aos passageiro".*[313]

A região sofre uma transformação radical em poucos anos. A miséria, alertada por Cardoso de Abreu, transforma-se em riqueza advinda do capital do açúcar que, em 1822, segundo Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, era produzido com *"mais vantagem,* [como nenhum outro lugar da Província] *em Itú, nas Campinas, e em Jundiái(...)."*[314] Assim, o produtor da representação cartográfica parece criar uma espécie de "cercamento" das cidades produtoras de açúcar, tentando estabelecer relações entre elas. O foco central da representação busca incluir a propriedade de um tal "João d'Oliveira", no qual além das estradas, nomes das localidades e distâncias, vê-se apenas um desenho representando uma casa com a inscrição que atesta seu proprietário.

Talvez o único elemento identificado seja o que indique aquele que tem o "direito de passagem", ou seja, o próprio João de Oliveira, por ter se fixado inicialmente no local representado. Observa-se, assim, a permanência de valores condicionados à época colonial, como a cobrança de impostos pela circulação de mercadorias ou pelo uso da estrada, que provavelmente teve sua abertura ou manutenção a cargo de particulares.

A regulamentação das leis e decretos no Brasil acompanhou diretamente as diretrizes estabelecidas em Portugal desde o princípio do processo de ocupação do território.

Em Portugal, nas chamadas "Ordenações Afonsinas", criadas em 1446 durante o reinado de Afonso V,[315] é elaborado o primeiro sistema comum de organização e atribuições municipais. Muito pouco influenciou essas posturas administrativas na ordenação do território brasileiro e em 1514, as mesmas são substituídas pelas

---

[313]BRUNO, Ernani da Silva (org.). *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial (1751-1804).* São Paulo : Governo do Estado, 1978. p. 65.

[314]OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo.* São Paulo : Governo do Estado. 1978. p. 53.

[315]Estas regulamentações foram usadas como instrumentos jurídicos de unificação do Estado português, substituindo os privilégios locais dos antigos senhores feudais.

"Ordenações Manoelinas", editadas no reinado de D. Manoel. Mas as conhecidas "Ordenações Filipinas", publicadas entre 1603 e1604, foram as que mais influenciaram a organização do território brasileiro e em especial as atribuições administrativas dos municípios. Elas garantiam as obrigações e deveres das Câmaras Municipais, incluindo-se nesses dados a cobrança de determinados impostos relacionados à circulação de bens e de serviços e à regulamentação das chamadas "Posturas Municipais."[316] As "Ordenações" só foram definitivamente substituídas com a outorga da Constituição de 1824, já no governo de Dom Pedro I.

As "Posturas Municipais" na época colonial, em especial no caso paulista, na maioria das vezes determinavam o comportamento a ser instituído, como exemplo, para a conservação das estradas locais. No primeiro "Código de Postura" de Santana de Parnaíba, instituído em 1829, em seu *Artigo de n. 14,* para o qual essa preocupação é expressada. O referido texto de lei determinava que *"As estradas, e caminhos particulares serão feitas, conforme o uso e Costume, com diferença de que as ruínas que houverem nas Estradas serão concertados pelos Proprietários em qualquer tempo que esteja arruinada, (...)"*[317]

O mapa apresentado, além de mostrar-se atrelado ao sistema administrativo colonial, pode tentar criar, pela ilustração cartográfica, uma normatização para a circulação de pessoas e, dessa forma, garantir o controle do espaço comum, no caso as estradas a ligarem os diversos moradores, instituindo um interesse coletivo próprio às necessidades regionais apresentadas.

Após esse período, a cidade de São Paulo, já conhecida como "Imperial cidade de São Paulo", por ter sido palco dos acontecimentos do sete de setembro, torna-se o centro de um aglomerado de caminhos que ligam o litoral ao interior. Nessa representação cartográfica, é percebida tal necessidade de localização criada pelo autor, que procura introduzir a região "desconhecida" no contexto do território da Província.

Nessa época, percebe-se que parcela significativa da elaboração cartográfica é recheada de elementos simbólicos de determinados grupos produtores. Vê-se nessas

---

[316] LAXER, João Batista Cortines. *Câmara Municipais (histórico)*: 4ª edição do livro Regimento das Câmaras Municipais. Prefácio de Brasil Bandecchi. São Paulo : Editora Obelisco. [1963].

[317] Citado por: CANABRAVA, Alice P. A evolução das Posturas Municipais em Santana de Parnaíba (1829-1867). Separata do n. 09 (Março de 1949) da REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO. São Paulo, 1949.

representações cartográficas a demonstração da expressão cultural de grupos não acostumados aos cânones de uma cartografia erudita. As manifestações cartográficas obedecem à lógica do homem comum, preocupado em retratar seu território de atuação e vivência.[318] Sérgio Buarque de Holanda já comentava essa idéia ao falar da herança cultural indígena adquirida pelo sertanista e ainda inconscientemente presente na forma de orientação usada pelos atuais sertanejos, na qual o espaço e seus elementos naturais adquirem significados concretos para a formatação do local de vivência do grupo.[319]

Dessa forma, percebe-se, na Cartografia, uma leitura sociocultural de um determinado grupo, que é parte integrante de seu conhecimento como sociedade.

Nessa análise, é possível formular algumas respostas para a intensa produção cartográfica, geográfica e fotográfica realizada sobre o território brasileiro e em especial, a Província de São Paulo a partir da segunda metade do século XIX, até às décadas iniciais do século XX. Há o desenvolvimento de uma grande preocupação com o registro formal do espaço e a propagação das idéias produzidas. O país passa a ser organizado, em certos aspectos, por esse modelo descritivo, que busca, na representação simbólica da iconografia, a formatação de um espaço social vinculado às necessidades de uma elite administrativa.

A ação do Estado no mapeamento do território da Província de São Paulo também é resultado de uma expressão particular de grupos culturais e políticos que se alternaram no poder.

Em especial, na área conhecida como "Sertão Desconhecido", percebe-se, durante um longo período, a permanência do modelo original criado por Müller em 1837. Esse modelo foi metamorfoseado por causa de necessidades específicas e, dessa forma, reaproveitado em novas "leituras" criadas para o território da Província.

---

[318]Ver: SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. *Espaço e luta no bico do papagaio.* São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1986. Nessa obra a autora trabalha com o conceito de "mapas mentais" e medidas de distâncias percorridas a pé. Tais conceitos são elaborados pelo moradores da região, que ao não construírem representações iconográficas formais, mostram que os caminhos podem ser conhecidos pela experiência de vida de cada um, independentemente de um padrão científico estabelecido.

[319]HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994. p. 20.

6.3 A Província de São Paulo e a Leitura Cartográfica de Homem de Mello

Em 1882, é elaborado um dos trabalhos mais significativos para a compreensão do território brasileiro em sua plenitude mediante os dados geográficos conhecidos, acrescido de outros trabalhos anteriormente restritos aos arquivos provinciais.

Melhorando o trabalho de Cândido Mendes, Cláudio Lomellino de Carvalho, *"segundo dados officiais existentes e outros documentos fornecidos pelo Ex. Conselheiro Barão Homem de Mello",* organiza e grava o seu *Atlas do Império do Brazil,* propondo uma leitura mais atualizada para as Províncias do Império.[320]

A importância do trabalho de Carvalho resulta da concentração do esforço sistemático de Homem de Mello em recolher diversos documentos, em especial os cartográficos, das diversas Províncias das quais foi presidente e assim expor, pela primeira vez, o cruzamento de informações anteriormente consideradas quase que inéditas – por estarem guardadas nos respectivos arquivos provinciais –, tecendo novas considerações sobre a constituição do território brasileiro.

Nessa obra, trabalharam juntos Homem de Mello, o tenete coronel e engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno e Claudio Lomellino de Carvalho. Os dois primeiros são os responsáveis pelo fornecimento de documentos originais, além da revisão final da obra. Claudio L. de Carvalho foi o organizador e gravador das pranchas cartográficas, além de ser considerado, pelos editores, como o principal autor do Atlas. Apesar desse fato, a obra é erroneamente atribuída à autoria exclusiva de Homem de Mello, em função da fama, já bastante difundida, sobre os seus conhecimentos cartográficos e históricos.

O Atlas possui algumas características importantes de serem apreciadas no contexto de sua produção iconográfica. A primeira diz respeito a sua edição realizada pelo famoso caricaturista Angelo Agostini (responsável pela confecção dos famosos periódicos ilustrados o *Diabo Coxo* e o *Cabrião,* ambos publicados na cidade de São Paulo entre 1864 e 1867) e por Paulo Robin, que atuaria, posteriormente, na confecção de outros mapas. Paulo Robin seria o nome aportuguesado do francês Paul Théodore Robin, fotógrafo

[320]CARVALHO, Cláudio Lomellino de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro : Litographia Paulo Robin & Cia, 1882.

atuante no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Segundo Boris Kossoy, "apesar de suas tentativas fotográficas, foi nas artes gráficas que Robin, de fato, se destacou."[321]

Outra característica significativa diz respeito à suposta propagação da obra para o público consumidor. Carvalho argumenta no Prefácio, "Ao Público": *"Puzemos igualmente todo o cuidado em adaptar o Atlas ás exigencias do ensino elementar, nosso principal intuito. Para esse fim expurgamol-o de pormenores inuteis, fazendo sobresahir a clareza e nitidez que devem ser a feição caracteristica de trabalhos d'este genero, em vez d'esses labyrintos como são ordinariamente os nossos mappas geographicos."*[322]

O trabalho final mostra uma nova leitura do território brasileiro, com a aplicação de definições geográficas, das Províncias, mais próximas da realidade atual, do que as apresentadas por Cândido Mendes, em sua obra de 1868. Apesar dessa característica, o *Atlas* de Cândido Mendes é referenciado por Carvalho, em seu "Ao Público", como o primeiro ensaio desse tipo de projeto editorial no Brasil, e assim, torna-se sintomático que suas idéias sejam reproduzidas quando é, por exemplo, confeccionado a representação cartográfica da Província de São Paulo.

O mapa da Província de 1882, reproduzido na **Prancha n. 34**, apresenta uma característica diferenciada de seus antecessores, desde Müller, qual seja, o fato de apresentar, de forma reduzida, o espaço territorial classificado como "desconhecido". A idéia de "sertão" não é propagada, ao contrário, trabalha-se com um elemento etimológico que tenta aproximar a região e adaptá-la às necessidades em vigor. Os locais desconhecidos são classificados como "terrenos", indicando uma possibilidade de posse e colonização. Outro dado diz respeito à questão relacionada à luta com os "inimigos internos" da unificação do território, no caso, os indígenas. A referência a eles permanece presente, mas com uma classificação mais amena da que fora criada por Cândido Mendes. A etimologia transmuta-se para *Terrenos Desconhecidos e habitados pelos Indígenas,* permanecendo como uma marca referencial da região até à primeira década do século XX.

---

[321]KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002. p. 277.

[322]CARVALHO, Claudio Lomellino de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro : Litographia Paulo Robin & Cia. 1882. Ao Publico.



Prancha n. 34. *Provincia de S. Paulo*. In: CARVALHO, Claudio Lomelino de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia Paulo Robin & Cia., 1882. (colaboração e revisão: MELLO, Francisco I. M. Homem de.).p. XVII. (Acervo P. Bourroul FE/USP).

A delimitação espacial passa a abranger a região do vale do Rio Paranapanema, mais a Sudoeste, aproximando-se do formato do território paulista de como é representado na atualidade. Assim, os elementos documentais analisados e propagados, em especial pelo Barão, ampliam cada vez mais o conhecimento relacionado ao espaço do território.

Um exemplo dessa ampliação diz respeito à região mais a Noroeste, inserida, anteriormente, no contexto da representação do "Sertão Desconhecido", com o registro da cidade de São José do Rio Preto, fundada em 1852, às margens do rio homônimo. Apesar da localidade ser conhecida oficialmente desde pelo menos 1858 como um Curato de Jaboticabal, não era registrada em nenhum mapa confeccionado, mostrando, dessa forma, que na iconografia cartográfica de 1882, há visivelmente uma evolução na coleta e organização das informações geográficas.

Há, por parte de Homem de Mello, não só no caso do mapa de 1882 como também em outras situações, uma preocupação visível quanto à demarcação dos territórios das Províncias. Em 1880, em seu *"Relatório"* apresentado à Assembléia Legislativa, quando era Ministro e Secretário do Estado de Negócios do Império, observa-se essa preocupação, quando ele afirma que *"No intuito de promover a remoção dos males resultantes da actual divisão de nossas provincias, ordenei que se collijam os documentos e memorias concernentes a esse importante assumpto, que se recommenda á vossa esclarecida solicitude."*[323]

A geografia, o território e seu conhecimento passam a ser sustentáculos da política administrativa do Império. Essa hipótese pode ser corroborada pela documentação organizada em 1919 por Rodolpho Garcia, que, na época, publicou uma bibliografia relacionando as obras sobre geografia depositadas na Biblioteca Nacional no decênio de 1870. Nessa bibliografia, tem-se uma relação considerável sobre o assunto: em 1870, três obras; 1871, uma obra; 1872, três, idem para 1873; 1874, quatro; 1875, sete obras; 1876, duas; 1877 cinco; 1878, seis; 1879, uma e 1880, novamente três obras.[324] Os dados oferecidos mostram que o período entre 1870 e 1880 foi bastante frutífero quanto à produção documental relacionada à compreensão do espaço territorial brasileiro.

---

[323]MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa(...).* Rio de Janeiro : Typographia Nacional. p. 07.

[324]REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, Tomo 85, v. 139, 1921. p. 05-105.

Dessa maneira, a fala de Homem de Mello é quase uma conseqüência da situação em vigor, e a produção do Atlas de 1882 é uma resposta direta ao processo cultural em desenvolvimento.

A propagação dos conceitos geográficos presentes no Atlas de Carvalho torna-se evidente com o aparecimento, no ano seguinte, da *Corographia do Brazil,* de Alfredo Moreira Pinto, publicado pela primeira vez em 1883.[325]

A obra, na época, foi, conforme apresentado em sua contracapa, "premiada pelo Jury da Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro*",* mostrando, assim, sua penetração no meio estudantil. Esse elemento deve ter sido responsável por seu grande sucesso editorial, pois em 1895, chegava a sua quinta reimpressão pela *"Livraria Clássica de Alves & Cia",* com lojas em São Paulo, na Rua da Quitanda n.9; e no Rio de Janeiro, na Rua Gonçalves Dias, n. 46. Nessa edição da obra, o mapa apresentado do território paulista aparece com a definição de *Estado de São Paulo*, embora permaneça com as mesmas características apresentadas na época da Província como a manutenção da expressão *Terrenos desconhecidos e habitados pelos indígenas.*

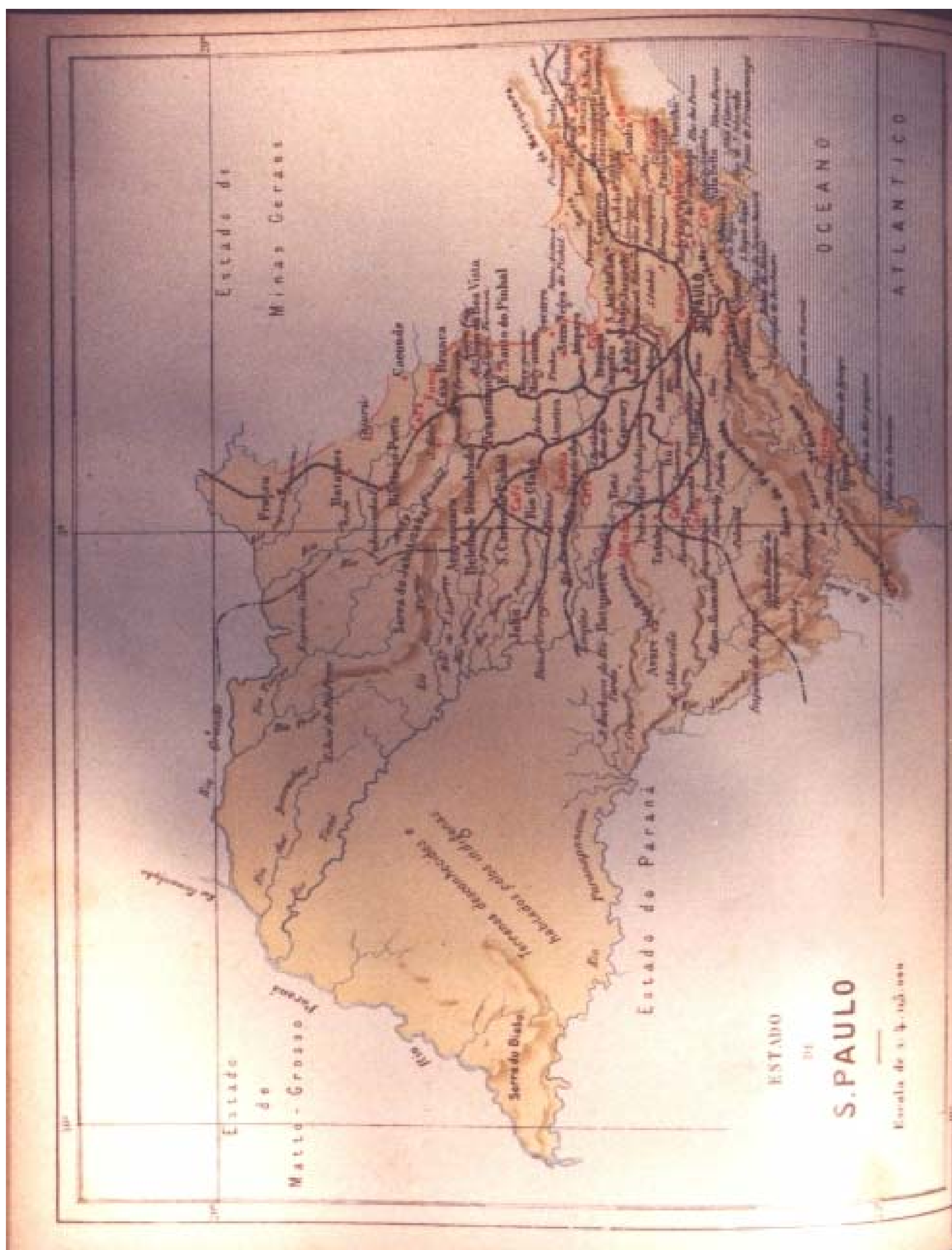
Moreira Pinto elaborou um "Atlas-Texto" – subtítulo da obra apresentada pelo autor –*,* no qual, os desenhos cartográficos dos respectivos Estados são acompanhados de descrições históricas e geográficas, elaboradas em folhas conjuntas aos mapas apresentados.

O Estado de São Paulo é representado com o mesmo formato e descrição das cidades presentes no Atlas de 1882, revisto por Homem de Mello, demonstrando, assim, a permanência e perpetuação de suas colocações metodológicas, mesmo no período republicano.

O mapa do Estado, reproduzido na **Prancha n. 35**, organizado por Moreira Pinto, caracteriza-se pelos mesmos contextos ideológicos desenvolvidos em 1882, não ocorrendo, praticamente, nenhuma alteração.

---

[325]PINTO, Alfredo Moreira. *Corographia do Brazil*. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro : Livraria Clássica de Alves & Cia, 1895.



Prancha n. 35. *Estado de S. Paulo*. In: PINTO, Alfredo Moreira. *Corographia do Brasil.* 5. ed. São Paulo : Alves & Com., 1895. (Acervo P. Bourroul, FE/USP).

Alfredo Moreira Pinto possui uma vasta bibliografia relacionada à geografia do país, publicando, além desse *Atlas-Texto,* um *Diccionario Geographico do Brasil*; *Noções de Geographia Geral*; *Rudimentos de Chorographia do Brasil*; *Curso de Geographia Geral*; *S. Paulo em 1899 (Chorographia do Estado)*; e outras obras de caráter histórico.

Sua obra mais conhecida é *A cidade de São Paulo em 1900,* na qual descreve a cidade em todos os seus pormenores arquitetônicos e culturais, característica que dá razão ao seu subtítulo: *Impressões de viagem.*[326]

A obra de Moreira Pinto, no caso seu *Atlas-Texto*, relaciona-se ao processo cultural em desenvolvimento que busca propagar a geografia e sobretudo o conhecimento do território paulista, vinculando-se à própria política administrativa que, a partir desse momento, passa a ordenar e classificar o espaço em virtude de necessidades sociais, políticas e econômicas específicas. Essa idéia levaria à criação do instrumento mais eficaz de conhecimento do restante do espaço territorial da Província. Nascia, em 1886, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, criada como um desdobramento das idéias desenvolvidas, desde 1875, com a Comissão Geográfica e Geológica do Império.

---

[326]PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*: impressões de viagem .Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1900. ed. Fac-Similar, São Paulo : Governo do Estado, 1979.

7 A GEOGRAFIA REGISTRADA: A CIDADE E O SERTÃO NAS REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS

"Os textos(...), são em geral acompanhados de illustrações elucidativas em photo-gravura." **[327]**

A imagem fotográfica ao final, no século XIX e início do século XX, passa a ser uma poderosa aliada na justificação e comprovação das descobertas geográficas que ocorriam no país e, em especial, no Estado de São Paulo, mas é somente a partir da primeira década do século XX, em razão das dificuldades técnicas anteriores de produção da fotografia, que a reprodução de ilustrações acompanhando o textual científico produzido torna-se mais comum.

Mesmo apesar dessa característica, a imagem fotográfica já era utilizada como objeto de referência comprobatória dos aspectos geográficos de uma região, desde a época da Comissão Geográfica e Geológica do Império, liderada pelo geólogo norte-americano Charles Frederick Hartt.

Desta comissão, que teve vida efêmera, entre 1875 e 1876, destacam-se os trabalhos do fotógrafo Marc Ferrez que, convidado por Hartt a fazer parte da Expedição, realiza importantes imagens do Nordeste do país, Ele pôde confeccionar mais de uma centena de imagens, usadas mais tarde para ilustrar a conferência de Charles Hartt no Rio de Janeiro por ocasião da Exposição de Obras Públicas, realizada paralelamente à IV Exposição Nacional, entre dezembro de 1875 e janeiro de 1876.[328]

Para o território da Província e futuro Estado de São Paulo, o mapeamento fotográfico de maneira a representar a sua geografia nasce oficialmente com os trabalhos da Commissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que, liderada pelo engenheiro Orville

---

[327]FREITAS. Affonso A. de; SAMPAIO, Adolpho B. de Abreu e MOURA, Gentil de Assis. Parecer da comissão de historia e estatistica do Instituto Historico e Geographico de S.Paulo sobre o trabalho do Sr. T. Oscar Marcondes de Souza, O ESTADO DE S.PAULO: physico, politico ecoconomico e administrativo. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O ESTADO DE S. PAULO:* physico, politico ecoconomico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal. 1915. p. VI.

[328]TURAZZI, Maria Inez. *Marc Ferrez.* São Paulo : Cosac & Naify, 2000. p.114-115.

Derby, discípulo de Hartt, foi encarregada de mapear as regiões do território paulista, entre 1886 e 1905. Esta última data relaciona-se com a demissão de Derby do cargo, em virtude de novas orientações políticas e econômicas de uma "elite cafeicultora", que não confiou no elemento estrangeiro administrando o patrimônio natural brasileiro. [329]

Nesse momento, assume a chefia da Comissão o engenheiro civil João Pedro Cardoso, que, segundo o historiador Gilmar Arruda, trazia sob sua responsabilidade não mais o fator científico atribuído anteriormente a Derby, mas sim a questão econômica na divulgação das potenciais riquezas, para futura colonização, do então "Sertão Desconhecido." [330]

A produção da Comissão resultou na confecção de vários mapas definitivos do Estado de São Paulo, além de um grande manancial de imagens fotográficas das regiões visitadas. Essas fotografias realizam um mapeamento daquilo que se explorava, criando uma memória satisfatória dos locais até então pouco conhecidos. Essa "memória satisfatória" é um resultado direto da expressão do conhecimento técnico e científico, ilustrado e acessível a um grupo maior de pessoas não familiarizadas com os textos mais letrados.

As imagens produzidas pela Comissão permanecem ilustrando várias publicações mesmo após o fim dela, como no caso do trabalho de T. Oscar Marcondes de Souza, *O Estado de São Paulo*, publicado em 1915, no qual as imagens produzidas pela Comissão aparecem conduzindo o texto do autor de maneira "elucidativa" e trazendo para o contexto didático aquilo que a Comissão elegeu como referencial científico.

Descrever o território e popularizar as descobertas parece ter sido o elemento central da Comissão Geográfica. A publicação dos resultados da expedição não se limitou ao simples depósito do material em arquivos; pelo contrário, as idéias chegaram ao grande público interpretadas e divulgadas por personagens como Marcondes de Souza, que cita, por exemplo, ao final de cada capítulo de sua obra, a bibliografia utilizada. Desta, fazem parte os "Boletins" organizados pela Comissão, que, assim, tem seu trabalho absorvido por

---

[329]Para mais detalhes ver: DEAN, Warren. *A ferro e a fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo : Companhia da Letras, 1997. p. 252

[330]ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*: entre história e memória. Bauru-SP : EDUSC, 2000.p.126

um público maior. Esses "Boletins", por exemplo, possuíam uma série de mapas, característica que ficou mais marcante com a divulgação dos trabalhos realizados.

Os "Boletins" mais antigos datam de 1905: *Exploração do Extremo Sertão do Estado*. Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo. São Paulo : Typographia Brasil de Rothschild & Cia; e de 1907*: Carta de Progresso da Comissão Geographica e Geologica de S. Paulo*. São Paulo : Typographia Brasil de Rothschild & Cia.[331]

A produção de manancial informativo é fruto da própria necessidade do Estado, conforme descreve seu então Presidente, João Alfredo Corrêa de Oliveira, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, em 15 de Fevereiro de 1886: *"Entre os embaraços com que luta* [a] *administração da província para formar um plano geral que atenda às necessidades do seu desenvolvimento, e para estudar com segurança as questões que se prendem a este objeto (...) avulta a ausência de informações exatas e minuciosas sôbre a geografia, relêvo do solo, vias de comunicação, estrutura geológica, riqueza mineral e caráter das diversas qualidades das terras."*[332]

Nesse relatório, o Presidente indica Orville Derby para chefiar a Comissão, e paralelamente, enaltece a experiência dos Estados Unidos da América nesse tipo de questão envolvendo a exploração do território.

A produção de plantas cartográficas, acompanhadas das respectivas memórias das condições geográficas, geológicas, etc., torna-se o elemento central do relatório de João Alfredo, que indica, ainda, as proporções necessárias para a produção dos mapas cartográficos*:"(...) na escala de um centímetro por quilômetro,* [cartas] *que serão ao mesmo tempo geográficas, topográficas, itinerárias, geológicas e agricolas(...)."*[333] Esses mapas foram confeccionados com base em matrizes litografadas, o que permitia, além da produção em grande quantidade, seu maior detalhamento.

A produção científica realizada pela Comissão pode ser vista sob dois aspectos centrais. O primeiro refere-se à produção cartográfica. Para Silvia F.M. Figueirôa, a

---

331 Citado por: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*: entre história e memória. Bauru-SP : EDUSC, 2000. p.243.

332 Recolhido por: LEFÉVRE, Valdemar. Breve notícia sôbre a Comissão Geográfica e Geológica, ao transcurso de seu LXXX aniversário. *Revista do Instituto Geográfico e Geológic*o. São Paulo, v. XVIII, n.1, p.30. 1966.

333 LEFÉVRE, Valdemar. Breve notícia sôbre a Comissão Geográfica e Geológica, ao transcurso de seu LXXX aniversário. *Revista do Instituto Geográfico e Geológic*o. São Paulo, v. XVIII, n.1, p.30. 1966.

publicação das informações colhidas pela Comissão atingiu um público diferenciado, com predominância do setor público, que se utilizou desse documental como "instrumentos de políticas governamentais."[334] O segundo aspecto refere-se à produção fotográfica, que, na visão da autora, permite identificar "a presença de uma ideologia progressista e triunfalista. O Homem vence a Natureza, domina-a e dela se apropria, utilizando a ciência enquanto instrumento eficaz."[335]

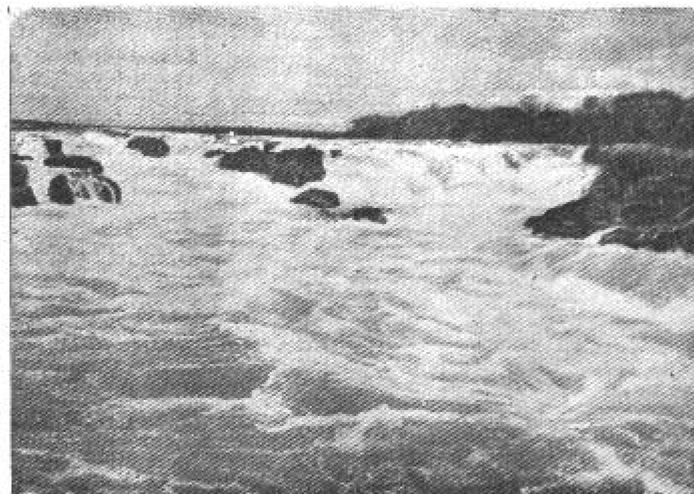
Na produção científica da Comissão, vincula-se a ideologia do momento, presente no conhecimento do território paulista. Percebe-se que a ausência de informações pertinentes ao espaço mapeado transforma os documentos produzidos pela Comissão em ilustrações verídicas e incontestáveis do território desconhecido a ser conquistado. As fotografias tornam-se o espelho da verdade absoluta e a Natureza registrada é a linha mestra de entendimento do território. A interpretação geográfica ocorre por sua visualização como estrutura a ser "civilizada" e inserida no contexto de uma racionalidade do momento.

As imagens presentes no livro de T. Oscar Marcondes de Souza e mostradas nas **Pranchas de n. 36 e n. 37** finalizam uma longa etapa de compreensão do território paulista e inauguram uma nova fase do processo. Nas idéias relacionadas ao conhecimento do espaço geográfico, concretizadas desde o final da época colonial, inicia-se a propagação ideológica do que foi sedimentado. Na obra de Souza, que pode ser vista como uma síntese final da compreensão desse território, pela observação das imagens selecionadas por seu autor, é possível perceber, a busca das riquezas naturais do território e seus aspectos físicos. Esses elementos, ao serem identificados e catalogados, atraem a atenção da administração central, que os utiliza como fator de sustentação de sua política normativa.

---

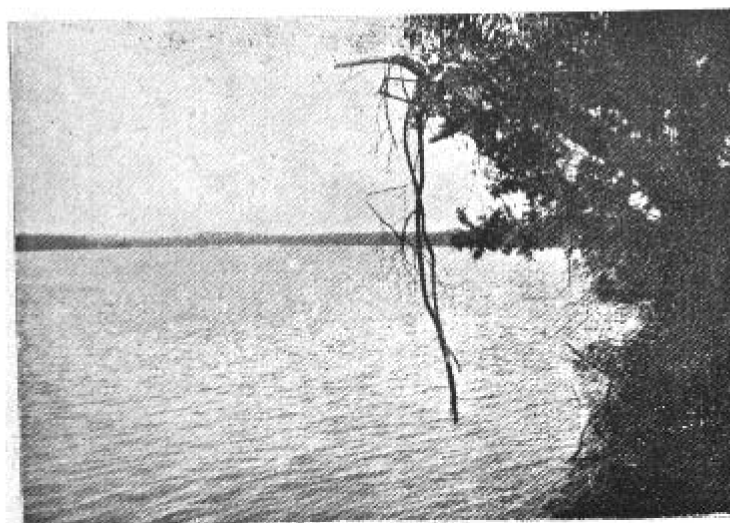
[334]FIGUEIRÔA, Silvia F. M. *Modernos bandeirantes:* a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931). Dissertação de Mestrado, apresentada a FFLCH/USP, 1987. p.105.

[335] FIGUEIRÔA, Silvia F. M. Op. Cit. p. 158.



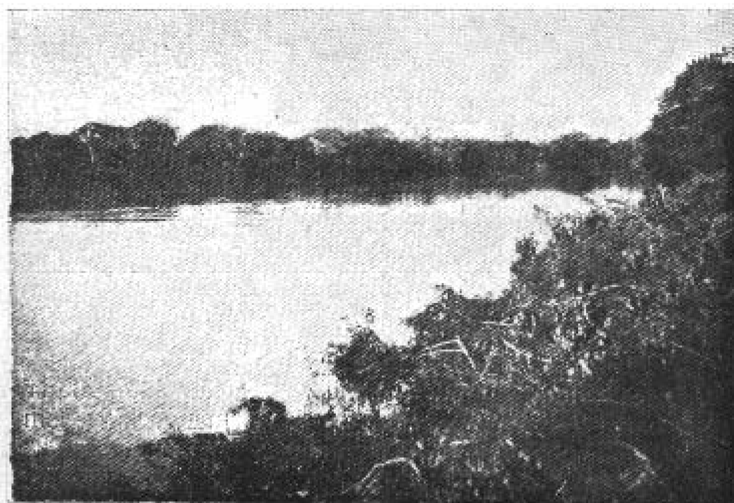
Trecho do Salto Urubupungá
(Cliché da Commissão Geographica)

Prancha n. 36. Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 13. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP).



Barra Grande — Rio Grande
(Cliché da Commisão Geographica)

Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 14. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP).



Rio Pardo
(Cliché da Commisão Geographica)

Prancha n. 37. Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 15. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP).



Cachoeira das Cruzes (Rio Tieté)
(Cliché da Commissão Geographica)

Impressão sobre papel: 6 cm x 9 cm. In: SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo* : Physico, politico, economico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal, 1915. p. 13. (Acervo Biblioteca História e Geografia, FFLCH/USP).

A Natureza, domada e reconhecida – e nessa característica, pode-se buscar semelhanças com algumas imagens presentes no Álbum *Província de São Paulo,* organizado por Homem de Mello –, torna-se referência de conhecimento dos sertões: a oposição Natureza e Civilização concretiza-se na divulgação das fotografias produzidas.

Para compreender todo o momento que levou à criação da Comissão Geográfica e Geológica, é necessário voltar-se para a capital da então Província de São Paulo na época da administração do então presidente João Alfredo Côrrea.

7.1 A Cidade de São Paulo e a Propagação de Sua Identidade

O ano de 1886 foi frutífero no aspecto de organizar a Província quanto aos seus territórios ainda desconhecidos e suas localidades pouco conhecidas, e é na capital da Província que se pode observar melhor esse processo, transmutado em organização e disciplinarização de seu espaço público. Nesse mesmo ano, em São Paulo, criava-se um novo *Código de Posturas,* responsável por legislar sobre o comportamento de seus habitantes no ambiente urbano. O Código regulamenta a largura das ruas e seus alinhamentos, o trânsito e seu fluxo, de forma a não atrapalhar o tráfego de bondes, o zelo para com as matas localizadas no município, entre vários outros aspectos necessários ao bom andamento da administração pública e à gerência de seus habitantes.[336]

Além do novo *Código de Posturas*, o Presidente João Alfredo promoveu uma série de reformas urbanísticas significativas na cidade que não passaram despercebidas quando o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo organizou seu mais famoso trabalho, o *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887.*

A obra do fotógrafo traduz o pensamento coletivo do período pela forma como o autor organiza seus registros. A comparação sistemática entre o passado, 1862, e o "presente", 1887, é parte do pensamento presente nessa política administrativa de João Alfredo, qual seja, tentar "apagar" a representação material da cidade colonial que, em

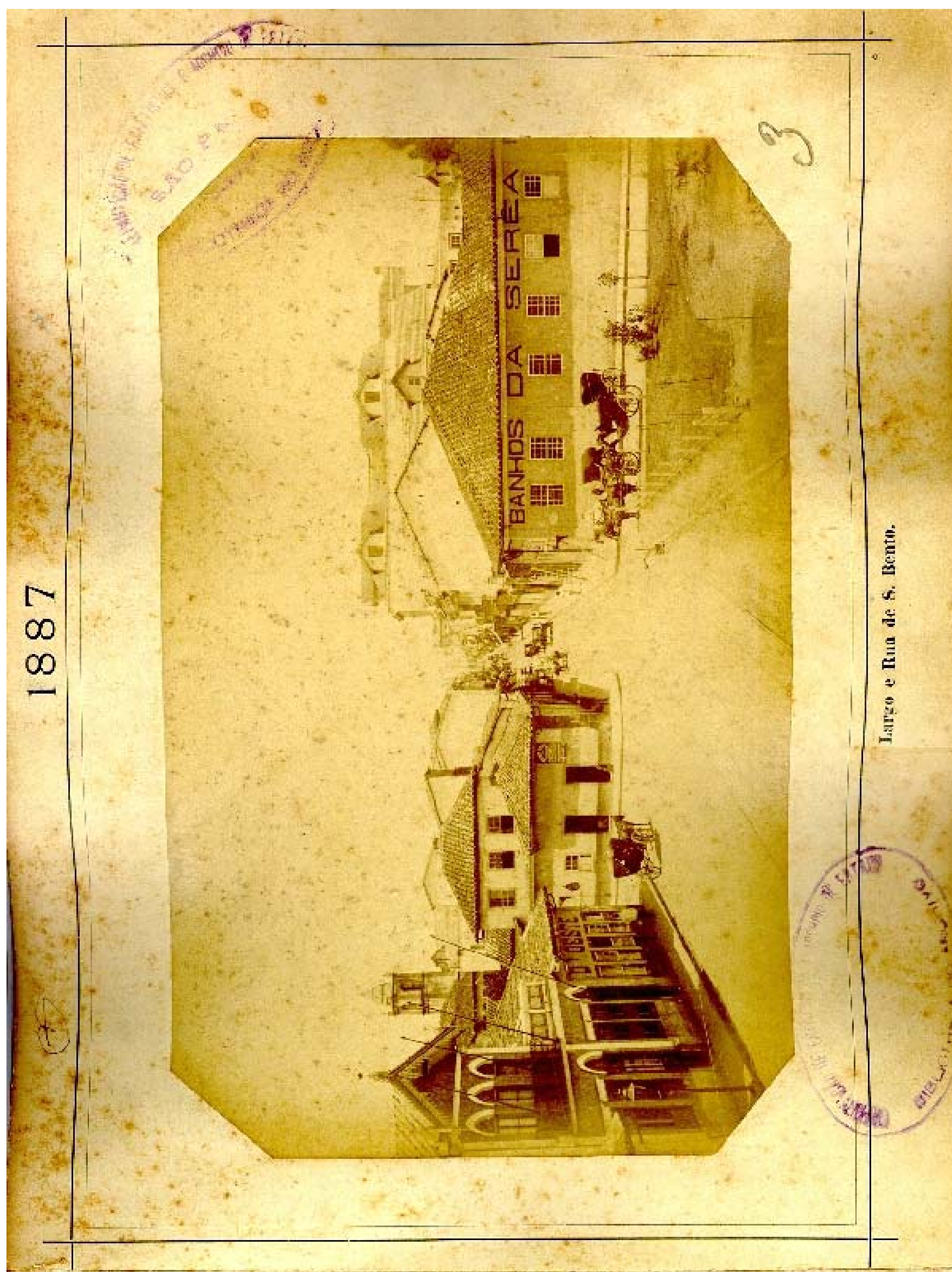
[336]Para mais detalhes, ver capítulo: São Paulo em 1886. In: MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios:* contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4. ed. São Paulo : HUCITEC, 1982. p. 140-145. A primeira edição do livro de Milliet é de 1941.

certos aspectos, identificava-se diretamente aos locais ainda não conhecidos do território da Província.

O trabalho do fotógrafo Militão é organizado de forma a propor uma leitura satisfatória para a cidade do ponto de vista de seus legisladores e, assim, corroborar o momento histórico vivenciado. No transcurso da obra, observa-se o autor envolvido em documentar as mudanças urbanas, e a disposição das imagens pelo Álbum traduz essa preocupação. A abertura da obra mostra a cidade vista a partir da ferrovia, elemento máximo da organização progressista e científica do período, transcorre apresentando as principais ruas e Largos, como na fotografia, reproduzida na **Prancha n. 38**, que mostra o Largo de São Bento.

O *Largo e Rua de S.Bento – 1887* é a quinta imagem do Álbum de Militão e aparece após uma seqüência de três fotografias iniciais, cuja construção imagética propõe uma visão panorâmica da cidade, apresentada a partir da Estação de Trem. A organização visual apresentada pelo fotógrafo induz o observador, no caso da imagem da Rua de São Bento, a uma visão abrangente do Largo e de suas estruturas. A rua que se desdobra à frente é retilínea e enquadrada em um contexto da modernidade buscada para a urbe. É importante lembrar que São Paulo sempre foi conhecida por suas ruas tortuosas e que a famosa esquina "Quatro Cantos", cruzamento das Ruas de São Bento e Direita, sempre foi vista com olhares de modernidade justamente por apresentar o único cruzamento em ângulos retos da cidade, até às décadas finais dos oitocentos.

O Largo apresenta-se cercado, delimitando o espaço de circulação das pessoas. As ruas pertencem aos troles e as calçadas, aos pedestres. O olhar de Militão consegue enquadrar essa mudança de comportamento, que o Código de Posturas de 1886 procura disciplinar. Anteriormente, e isso é patente nas imagens de Militão feitas em 1862, a cidade apresentava um ambiente mais propício à ruralidade, para o qual não havia caminhos predefinidos e os espaços absorviam as práticas cotidianas, independentemente do cunho organizacional proposto por um poder dirigente.



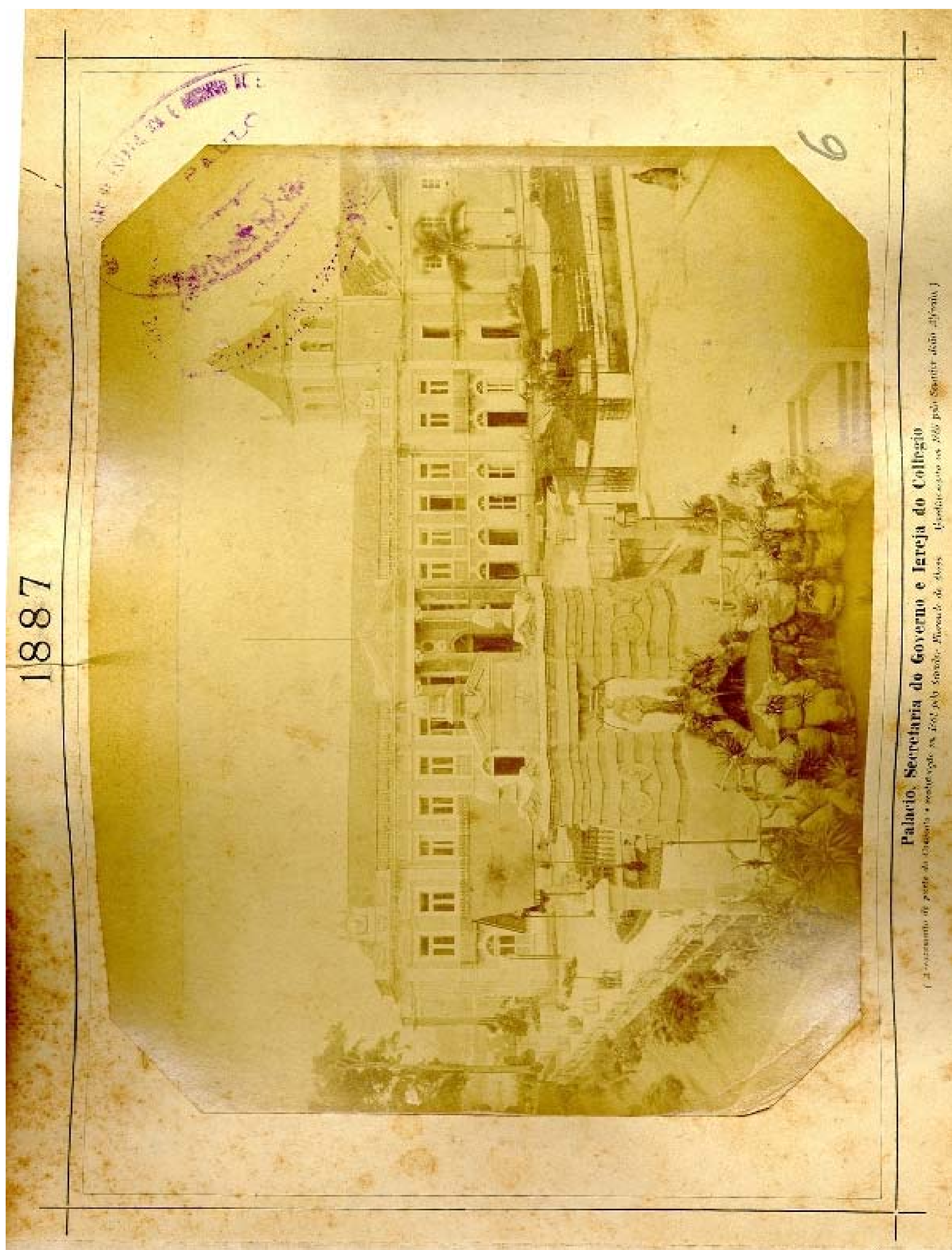
Prancha n. 38. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Largo e Rua de S. Bento – 1887*. Fotografia Albuminada. In: *Album Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887*. p. 05. (Acervo Arquivo do Estado – SP).

As reformas urbanas propostas por João Alfredo ganham espaço direto nas representações fotográficas de Militão. O Pátio do Colégio, sítio da fundação da cidade e centro do poder administrativo, é visto pelo olhar comparativo do fotógrafo. O local, em relação à disposição das fotografias pela obra, é o primeiro a ser comparado fotograficamente, isto após Militão já ter colocado em seu Álbum nove fotografias de 1887.

O Pátio aparece registrado em 1862, décima imagem do Álbum, mas é na imagem de 1887 que o fotógrafo demonstra sua proximidade com as idéias propostas pelo então Presidente da Província.

A imagem de Militão, reproduzida na **Prancha n. 39** e que mostra o, *Palacio, Secretaria de Governo e Igreja do Collegio (Arrazamento de parte do Convento e reedificação em 1881 pelo Senador Florêncio de Abreu. Ajardinamento em 1886 pelo Senador João Alfredo), 188*7, enquadra o edifício em segundo plano e privilegia o chafariz em primeiro lugar: é a obra de "Ajardinamento" o elemento central do discurso fotográfico, característica igualmente citada na legenda. Nota-se que para todas as modificações sofridas pela estrutura são referenciadas as datas e seus autores, mostrando que a imagem corrobora um pensamento cotidiano que influencia o fotógrafo; vide nesse caso, as próprias características materiais e imateriais do momento histórico que levaram à criação do próprio álbum fotográfico de Militão.

O Chafariz, componente principal do "Ajardinamento", serve de elemento de referência para o enquadramento fotográfico, ratificando um discurso de modernidade que se reflete na totalidade da imagem: os jardins estão cercados, limitando o avanço dos cidadãos, e a presença das palmeiras imperiais autentica uma elite que toma posse do edifício. Os símbolos do poder são elementos cuidadosamente escolhidos para serem utilizados como sustentáculos de uma idéia representativa, algo que sintetize os padrões e as expressões de um determinado grupo social.



Prancha n. 39. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Palacio, Secretaria de Governo e Igreja do Collegio (Arrazamento de parte do Convento e reedificação em 1881 pelo Senador Florêncio de Abreu. Ajardinamento em 1886 pelo Senador João Alfredo)* - 1887. Fotografia Albuminada. In: *Album Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887.* p. 11. (Acervo Arquivo do Estado - SP).

Gilberto Freyre relembra a tradição dos jardins construídos com figuras femininas e adornos importados, frutos da absorção de um estilo arquitetônico diferenciado da tradição local portuguesa, que era menos ornamentada e cheia de imprevistos. Para a cidade que se desenvolvia, a racionalidade também deveria estar no controle desses imprevistos, mesmo que presentes em elementos lúdicos e aprazíveis, tais como um chafariz. [337]

Na totalidade, o discurso iconográfico do período na cidade de São Paulo e, por extensão, na Província é modelado para justificar um conjunto comportamental que associe expressões e necessidades cotidianas que, nesse caso, estão totalmente voltadas para a ampliação do capital econômico de uma elite dirigente. Nesse momento, a intensa imigração é um dos elementos centrais que se reflete na maneira como Militão organizou seu conjunto fotográfico. Pode-se afirmar que sua "fala fotográfica" induz a um mapeamento da cidade como a inserir os habitantes em uma nova proposta geográfica.

Nota-se que essa nova geografia observa a cidade como polo irradiador da civilização e do progresso, pautado na maneira como o documental iconográfico do período é organizado.

O ano de 1886 também é um momento importante para o território paulista e seu conhecimento e colonização. No ano anterior, como exemplo relacionado à imigração italiana – a mais intensa no território –, era publicado *Un viaggio al Brasile,* de Giovanni Pietro Malan, então presidente da Liga Nacional de Proteção aos Imigrantes Italianos de Gênova, que descreve as Províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul como locais potenciais para a fixação dos imigrantes recém chegados.

Para São Paulo, que Malan chama de "O reino do café", é reservada a descrição das qualidades e vantagens do plantio da rubiácea em seus terrenos, e reforçada a idéia de que "a província de São Paulo é o Brasil", enaltecendo as vantagens da presença dos colonos na região, que poderiam obter um lucro acentuado com a terra e o plantio de

---

[337]FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1936. p. 221.

café.[338] Nota-se no exterior o aparecimento de uma propaganda, que, no país, era referenciada por vários aspectos significativos, entre eles o iconográfico.

Nesse momento, em 1886, é confeccionado um mapa da Província com o objetivo de ser distribuído aos imigrantes recém-chegados. A obra é fruto da necessidade de se ver reconhecido o território e, dessa forma, autenticar a presença de uma administração pública como sustentáculo de uma política administrativa central: o mapa é, ao mesmo tempo, de atração e legitimação. Observar **Prancha n. 40**.

O mapa *Mandado Organisar pela Sociedade Promotora de Immigração de S. Paulo* e litografado por *Paulo Robin & Cia,* no Rio de Janeiro, apresenta a denominação "Terrenos Despovoados" e traz detalhadamente a localização do Brasil na América do Sul, além de apresentar os principais caminhos ferroviários em atividade e em planejamento na Província, como também os principais núcleos coloniais e as distâncias entre as cidades e o porto de Santos. Além das distâncias intermunicipais, o mapa oferece um quadro topográfico da Província, como a indicar os melhores terrenos para a prática agrícola. Deve-se lembrar que Robin é o mesmo que já havia litografado o *Atlas de 1882*, no qual o Barão Homem de Mello teve importante participação, além de já ter atuado como fotógrafo.

Voltando-se para o mapa, observa-se que novamente a etimologia da frase de referência passa a ser sugestiva ao propor para o imigrante os locais da Província propícios a sua fixação e, desta forma, assegurar, para o Estado, a legitimação das terras apresentadas. A expressão "Terrenos desconhecidos habitados pelos indígenas" é suprimida e substituída por outra referência, necessária à política administrativa em curso.

Tal característica não é encontrada nos mapas que servem aos membros de uma elite presentes nos bancos escolares, pois nesse caso, a Província ainda possuía designação anterior ao mapa de 1886, apresentado anteriormente. Característica que pode ser comprovada pelos livros usados como vetores da aprendizagem em curso.[339]

---

[338]MALAN, P. G. *Un viaggio al Brasile*. Genova : Dai Tip di Luigi Sambolino, 1885. p.30 e seguintes. Transcrição do texto original acessível na íntegra no portal eletrônico da Biblioteca Mario de Andrade.

[339]Corroborando essa análise ver afirmações anteriores relacionadas ao trabalho de: PINTO, Alfredo Moreira. *Corographia do Brazil*. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro : Livraria Clássica de Alves & Cia, 1895. Primeira edição de 1883.



Prancha n. 40. *Mappa da Provincia de São Paulo.* 1886. Reproduzido de: CALENDÁRIO DE 2000*.* São Paulo : Imprensa Oficial, 2000. (Mês de Novembro).

Dessa forma, é visível o comportamento mutante da cartografia no período, e em especial, para a área da Província ainda não catalogada de forma a se adaptar às necessidades organizacionais associadas com as políticas de acumulação do capital.

Para aqueles fixados nas cidades, já inseridos no contexto civilizatório e administrativo do Estado, é montada uma idéia que inibiria o seu deslocamento para busca de melhores condições de vida: leia-se, nesse processo, a ocupação de novas áreas agrícolas. Deve-se lembrar, nesse aspecto, que a grande maioria dos mapas ainda apresentavam a designação "Terrenos Desconhecidos". Para os recém chegados, em especial no caso dos imigrantes, a política sugeriria o deslocamento e a fixação em área cuja densidade populacional era desconhecida, no caso nos locais agora classificados como "Terrenos Despovoados".

Esse elemento não comprometeria as normas organizacionais estabelecidas pelo Estado, pelo contrário, garantiria a expansão necessária ao sistema em desenvolvimento. Esse dado, por exemplo, é coincidente com o desenvolvimento das chamadas "Colônias agrícolas" que são lembradas, pela representação existente no mapa, de 1886, distribuído aos imigrantes.

A cidade de São José do Rio Preto, por exemplo, que já aparecia no mapa de 1882, não é referenciada nessa nova representação cartográfica. As regiões Noroeste e Sudoeste do território são sutilmente classificadas como propícias à presença de imigrantes. As propriedades existentes na região são ignoradas, pois não refletem a necessidade do Estado em torno de sua política econômica central, ou seja, a prática da cafeicultura. O único interesse direto do mapa é apresentar a área específica para fixação e propagação dos interesses do Estado dirigente e, para tanto, mostra-se, de forma bastante ilustrada, um território repleto dos meios de comunicação necessários ao bom desenvolvimento de propriedades agrícolas.

Essa característica não é percebida, também, no ano de 1886, quando Carlos D. Rath organiza sua *Carta da Província de São Paulo,* atualizando o trabalho realizado em 1878 que, conforme já comentado, era vendido ao público na então livraria e papelaria de A. L. Garraux.

Na obra de Rath, a região dos chamados "Terrenos Desconhecidos" ainda permanece sem alterações significativas e seu trabalho é uma conseqüência direta dos rumos ideológicos da conquista e posse da vasta extensão de terras no território paulista ainda não classificadas e reconhecidas pela administração central. Há, nesse aspecto, a permanência de valores preestabelecidos, dos quais Rath pode ser considerado um de seus porta-vozes.

7.2 Legitimando a Terra: Sua Visualização e Autenticação no Segundo "Olhar" do Barão

Ratificar a posse da região passa a ser a marca do governo da Província no período. Se, em um primeiro momento, a região é vista como um resultado da expansão das terras paulistas, há a necessidade de autentificar os domínios territoriais e, assim, preservar a extensão do território. Deve-se lembrar que a posse da terra era sinônimo de riqueza no País desde a época colonial e esse modelo permanece inserido na memória coletiva até pelo menos a segunda metade do século XX.

Nessa região do território da Província de São Paulo, havia um desconhecimento acentuado relacionado à legalização das terras conhecidas como devolutas e pertencentes à união. Segunda a Lei *n.º 601, de 18 de setembro de 1850,* conhecida como "Lei de Terras",

"Art.3.São terras devolutas:
§ 1. As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.
§ 2. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação cultura.
§ 3. As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.
§ 4. As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei."

A ocupação dos chamados "Terrenos Desconhecidos" era marcada pela presença de pequenos proprietários, geralmente trabalhadores livres, escravos alforriados, perseguidos da justiça, entre outros, que assentavam posse e não legitimavam a

propriedade.[340] Em razão disso, esses trabalhadores viviam isolados e desenvolviam culturas agrícolas de subsistência, além de estarem desvinculados de qualquer prática relacionada ao fluxo de capitais, como nos lembra Antonio Candido: "Definindo-se como próprias de um sistema de economia fechada, ou semifechada, ligada ao povoamento disperso, compreendendo, no plano demográfico e econômico, a auto-suficiência que as caracteriza."[341]

A posse da terra pelo proprietário e o reconhecimento do território pelo Estado são parte de uma política ampla, que interfere diretamente na memória coletiva do grupo social em questão, apesar da divulgação incipiente das leis que estavam presentes nos elementos normativos que regulavam a administração provincial.

A palavra "sertão" era sinônimo de *local interior* , definição que ganhou maior impulso após a Independência política do país, em 1822, quando sua colonização/ocupação representava a construção da nação e de sua identidade.[342] O território unificado, herança do patrimônio administrativo da presença de Dom João VI ainda na época colonial, passa a ser um dos principais elementos de identidade do país, tornando-se espelho de sua administração central.

A discussão pertinente das questões apresentadas mostra o sentido da permanência estrutural de um modelo representado pela imposição do elemento de dualidade: civilização contra a barbárie.

Nesse aspecto, entender a região da Província e futuro Estado de São Paulo como "Terrenos Desconhecidos" é compreender as definições agregadas a suas representações. A cartografia e a fotografia assumem esse universo de entendimento coletivo, do qual o Estado é o mentor que se apropria e se incumbe da divulgação.

Mediante esse aspecto, é necessário compreender a função da imagem fotográfica como um dos contextos legitimadores da apresentação do espaço geográfico que, conforme comentado, atingiu sua regularidade e maior propagação no momento em que foi possível a impressão fotográfica pelo uso das chamadas litogravuras. Essa

---

[340]CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito:* estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977. p.59

[341]CANDIDO, Antonio. *Op. Cit.* p. 57.

[342]Para mais detalhes ver: AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, jan./jun. 1995.

característica está ligada à divulgação do material produzido e a seu acesso para diferentes camadas sociais.

Imprimir a imagem fotográfica sobre o papel não foi elemento corrente no Brasil. Um das primeiras obras que usou a fotografia como ilustração do elemento textual produzido sobre o país foi *Brazil Pittoresco,* do francês Charles Ribeyrolles e do fotógrafo Victor Frond. A obra é produzida com base em imagens realizadas no país, em 1858, que originalmente foram publicadas em um portifólio de grande formato, com as imagens não fazendo parte integrante do texto. Segundo Joaquim Marçal Ferreira de Andrade e Késian Pinheiro Viana, o encarte com as imagens de Victor Frond somente foi intercalado ao texto de Charles Ribeyrolles em 1941, na segunda edição organizada por Rubens Borba de Moraes.[343]

A primeira obra inteiramente produzida no Brasil, com esses aspectos, trata-se do livro do fotógrafo alemão Revert Henrique Klumb, *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, que foi publicada no Rio de Janeiro, em 1872, pelo estabelecimento do editor J.J. Costa.[344]

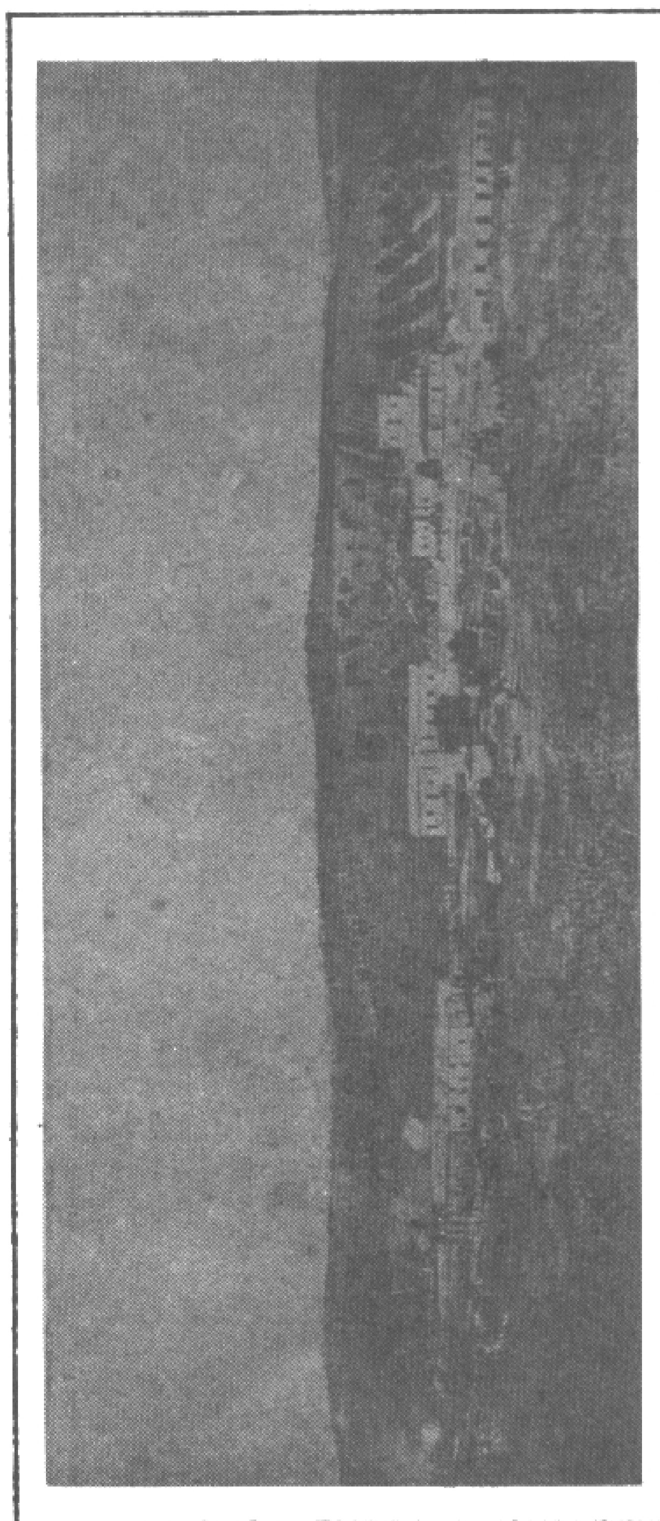
Ambas as obras, em especial a realizada por Victor Frond, mostram um olhar estrangeiro sobre o território, em que a realidade é mascarada de forma sutil ao representar o exótico a ser divulgado. Os recortes estabelecidos são circunstanciais e se modelam ao gosto externo que observa, acima de tudo, a direta oposição à realidade européia. A temática da representação da escravidão inserida no contexto da Natureza ainda intocável, por exemplo, é um mercado seguro para os desejos externos e molda a imagem do país ao gosto internacional. Havia uma espécie de "afrancesamento" da sociedade brasileira, formando o gosto de uma elite, que, ainda sem identificação própria, representa-se por meio de modelos escolhidos e impostos como agradáveis no panorama internacional. [345]

---

[343]Ferreira, J. M e Viana, K.P. Do nascimento da fotografia ao livro fotográfico: um retrato da formação do Brasil. In: PERREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional:* Guia de fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2001. p. 422

[344]Ferreira, J. M e Viana, K.P. Do nascimento da fotografia ao livro fotográfico: um retrato da formação do Brasil. In: PERREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional:* Guia de fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

[345]Para mais detalhes ver: KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu*: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo : EDUSP, 1994.



Prancha n. 41.*Vista Geral da Colonia Portugueza; Nova Louzã; Fundada em 6 de Fevereiro de 1867, pelo Commendador Montenegro.* 5,5 cm x 14,5 cm. Impressão sobre papel. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1880: 5º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. (sem paginação).

Em São Paulo, aparentemente, a primeira imagem fotográfica impressa em fotolitografia aparece em 1880, no contexto do *Almanach Litterario* de José Maria Lisboa. Trata-se de um trabalho do *Atelier Phot. de Reproducções* do litógrafo Jules Martin, e está encartada no início do Almanaque.[346]

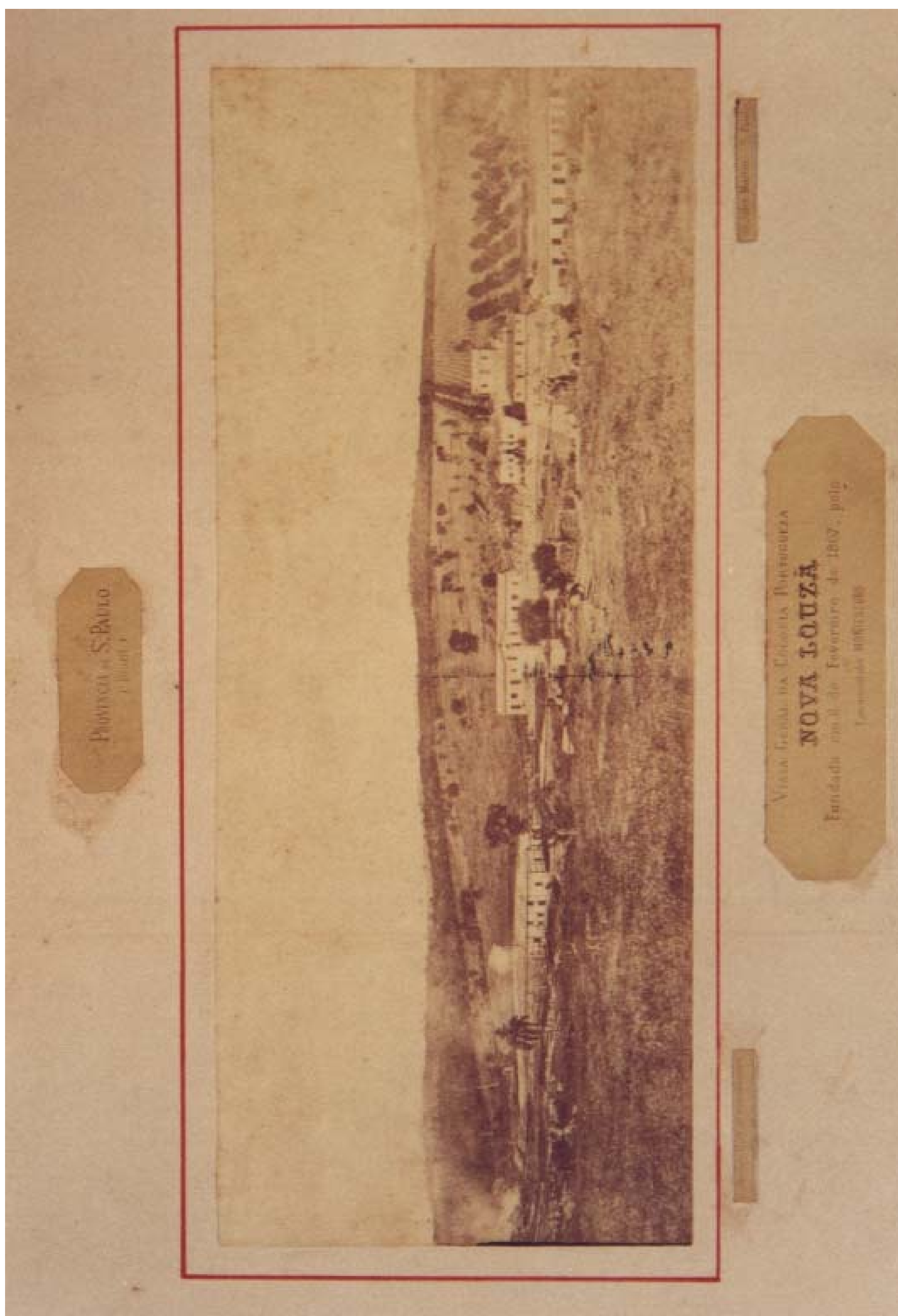
A litogravura, que pode ser observada anteriormente na **Prancha n. 41** – *Vista Geral da Colonia Portugueza; Nova Louzã; Fundada em 6 de Fevereiro de 1867, pelo Commendador Montenegro.* 5,5 cm x 14,5 cm. Impressão sobre papel –, mostra a *Colônia Portuguesa de Nova Louzã* e sua presença, no contexto da obra de Lisboa, assinala o início da produção deste estilo artístico, que auxilia a propagação da imagem fotográfica na Província de São Paulo. Observa-se, nessa característica, a permanência dos elementos ideológicos contidos no mapa de 1886, elaborado pela Sociedade Promotora de Imigração, pois a idéia do processo de colonização do território, conduzido pelas mãos dos imigrantes, satisfazia à diretriz de "branqueamento" da população local.

A importância dessa produção fotográfica associa-se, também, a sua presença no álbum fotográfico organizado por Homem de Mello. Desta imagem, não se conhece o autor nem mesmo a data de produção. A fotografia, presente no álbum do Barão, apresenta 8 cm x 21cm e é uma imagem albuminada, colada sobre cartão, sendo a 12ª fotografia na obra. Seu formato não coincide com as dimensões apresentadas como rotineiras para as fotografias realizadas durante a segunda metade do século XIX no Brasil.[347] Essa característica sugere, talvez, a idéia de uma produção pouco profissional, realizada por um fotógrafo não totalmente familiarizado como as práticas fotográficas do período.

---

[346] Em 1869, era impresso *Noticia sobre a Provincia de Matto Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital á S. Paulo*, de Joaquim Ferreira Moutinho, na Typographia de Henrique Schoeder, localizada na cidade de São Paulo. Nessa obra, é apresentada a reprodução de uma série de litografias de gravuras conhecidas, como algumas realizadas por Debret. A presença dessa série de litografias transforma a obra na primeira desse tipo impressa na Província, mas apesar dessa característica, não há nenhuma referência a reprodução de imagens fotográficas. Esse elemento reforça o aspecto pioneiro do trabalho existente no Almanaque de 1880, editado por José Maria Lisboa.

[347] Para um maior conhecimentos das dimensões das fotografias do período ver: FILIPI, Patricia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia C. de. *Como tratar coleções de fotografias*. São Paulo : Arquivo do Estado/IMESP, 2000. p. 23.



Prancha n. 42. *Vista Geral da Colonia Portugueza; Nova Louzã; Fundada em 6 de Fevereiro de 1867, pelo Commendador Montenegro.* Fotografia Albuminada, 8 cm x 21 cm, sem data. In: MELLO, Francisco Ignacio Homem de. (org.). *Provincia de São Paulo.* (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).

Na parte de cima, à esquerda da página do Álbum no qual está inserida a imagem, há a seguinte descrição: *"à M. Baron Homem de Mello; Souvenir de J."*. Acredita-se que a fotografia, pela inicial *"J"*, e sabendo-se que a imagem foi reproduzida por Jules Martin, tenha sido ofertada pelo próprio autor ao Barão, que a inseriu, conforme observado anteriormente na **Prancha n. 42,** no contexto de seu Álbum.

No mesmo Almanaque no qual foi publicada a fotolitogravura, há um texto relacionado a Colônia Nova Louzã, datado de 11 de Setembro de 1879 e de autoria de F. Quirino dos Santos. Neste texto, nada referencia a localização da colônia, a não ser que era próxima das cidades de Casa Branca e Mogi-Guassu.

Recuperar a localização da colônia só foi possível por sua descrição em detalhes no *Almanak da Provincia de São Paulo para o ano de 1873*: "*Proprietario Commendador João Elisiario de Carvalho Montenegro. Esta fazenda, situada a 2 1/2 leguas da Freguesia do Espirito-Santo do Pinhal* [atual cidade de São Carlos], *Municipio de Mogy-Mirim(...)"*.[348]

No mapa mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração, em 1886, há uma referência na região à existência de um núcleo colonial somente assinalado, mas não discriminado. A localização no mapa aproxima a colônia de Nova Louzã do então Porto Ferreira, porto fluvial do Rio Mogi-Guassu.

A presença da imagem fotográfica de Nova Louzã no Álbum do Barão Homem de Mello, como doação, talvez, do próprio Jules Martin, reforça a hipótese levantada para o fato de as imagens serem recordações pelo Barão da Província e dos locais que percorria com certa freqüência.

Nesse sentido, a fotografia passa a ser um elemento chave para ligar a memória de um grupo à expressão particular de Homem de Mello, que assume uma postura de interlocutor dessas memórias dispersas e aparentemente não intercaladas. A organização do Álbum mostra a proximidade do pensamento de vários grupos sociais em diversos momentos e o Barão é uma espécie de elo da intrigante corrente que movimenta a memória coletiva do período.

---

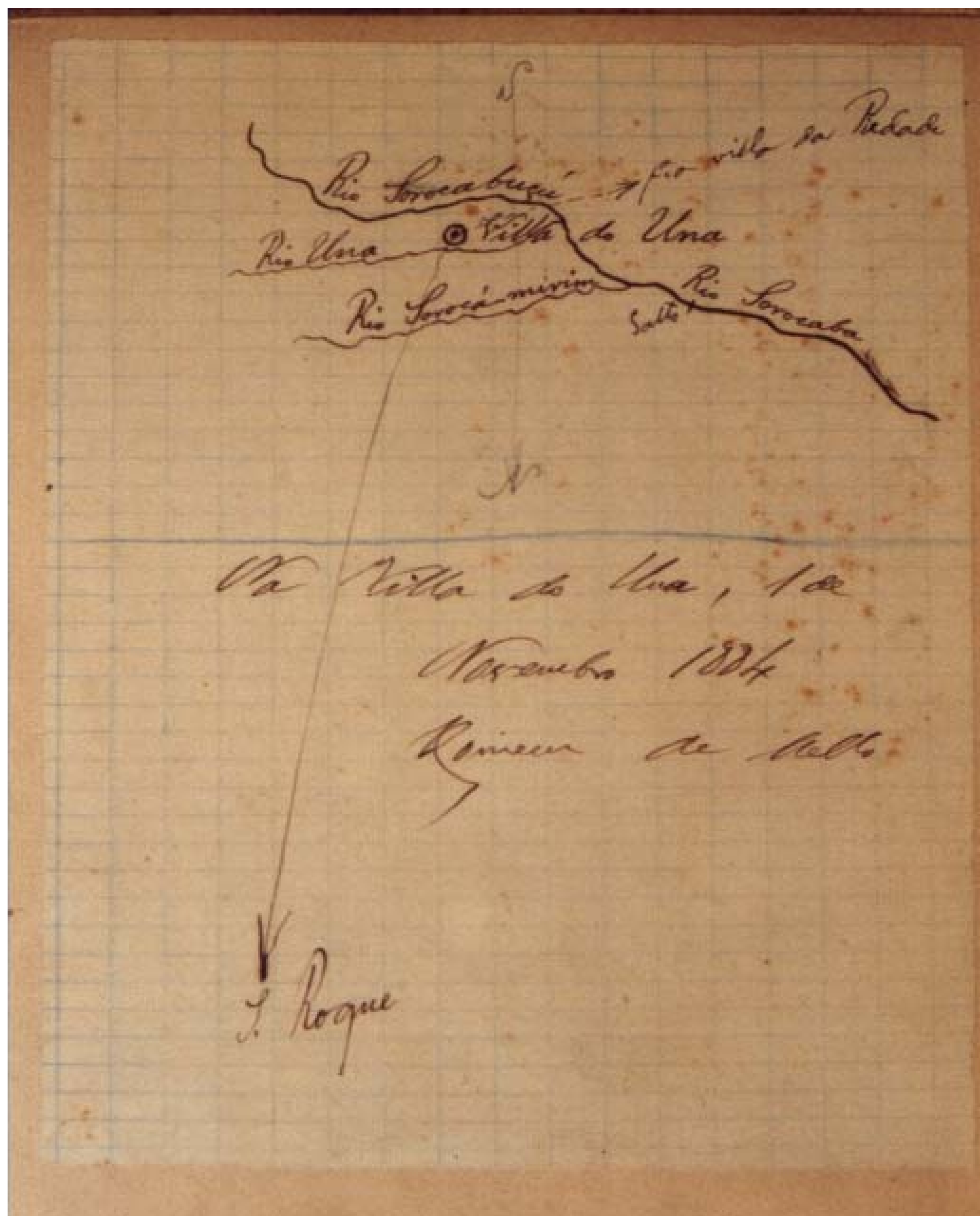
[348] ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873. p.487.

Fundem-se nesses aspectos o documental cartográfico e fotográfico, em que o segundo ratifica o olhar oferecido pelo primeiro, pois Homem de Mello não só utiliza as imagens como elementos de recordações, como também propõe um mapeamento geográfico do território, colocando no verso de algumas imagens de seu Álbum desenhos de próprio punho, aproximando o elemento geográfico discriminado com a imagem fotográfica reproduzida.

No verso da página na qual está colada a fotografia da colônia de Nova Louzã, há um esboço cartográfico da região do Rio Sorocaba, realizado pelo Barão em 1884, conforme descrições feitas por ele: *"Villa do Una, 1 de novembro de 1884; Homem de Mello"*

Pelo esboço, reproduzido na **Prancha n. 43**, é possível observar, que há um esforço do Barão em demonstrar a direção da cidade de São Roque – parte inferior do desenho – e, assim, localizar a próxima imagem do Álbum, que retrata a cidade homônima.

Os desenhos cartográficos, confeccionados no verso de algumas imagens presentes no *Álbum da Província,* registram impressões pessoais de seu autor e também se articulam como mapa de localização de caminhos, em uma Província cujos resultados cartográficos divulgados nem sempre são precisos como uma presença *in loco*. A produção do esboço cartográfico é realizada apenas dois anos após a publicação, em 1882, do *Atlas do Império* e demonstra uma preocupação constante por parte de Homem de Mello em atualizar seus conhecimentos geográficos em relação ao território. Esse mapa desenhado possui, também, uma orientação pelos pontos cardeais: o norte e o sul são apresentados de forma a legitimar as informações recolhidas.



Prancha n. 43. *Na Vila de Una, 1 de Novembro de 1884; Homem de Mello.* Esboço cartográfico manuscrito; verso 12ª fotografia. [1884]. In: MELLO, Francisco Ignacio Homem de. (org.). *Provincia de São Paulo.* (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade – SP).(imagem recolhida por James Roberto Silva).

A fotografia de São Roque mostrada na imagem seguinte, na **Prancha n. 44**, nesse caso, passa a representar uma leitura quase idílica, pois na imagem, já desgastada pela ação do tempo, é quase impossível visualizar a cidade. A inscrição colocada na fotografia, *"Vista tomada da Estação"*, tenta localizar o clichê realizado, mas também contribuí para aproximar a data da imagem. Segundo Adolpho Augusto Pinto, a estação de São Roque fica no ramal ferroviário da Companhia Sorocabana entregue ao tráfego em 1875. [349] A imagem só pode ter sido realizada a partir dessa data e tal característica se aproxima das atividades administrativas de Homem de Mello que, em 1877, era presidente da *Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro* de estrada de ferro, antes de assumir o cargo de Presidente da Província da Bahia no ano seguinte. [350]

Em 1873, segundo o mesmo *Almanak da Província de São Paulo,* a cidade de São Roque possuía um único "retratista", João José Vieira Guimarães, sobre o qual não foi possível encontrar maiores referências. [351] A atuação do referido profissional nessa época pode sugerir que havia uma clientela que se estenderia pelas regiões circunvizinhas e, assim, colocaria a cidade no contexto do eixo fotográfico do "sertão" paulista.

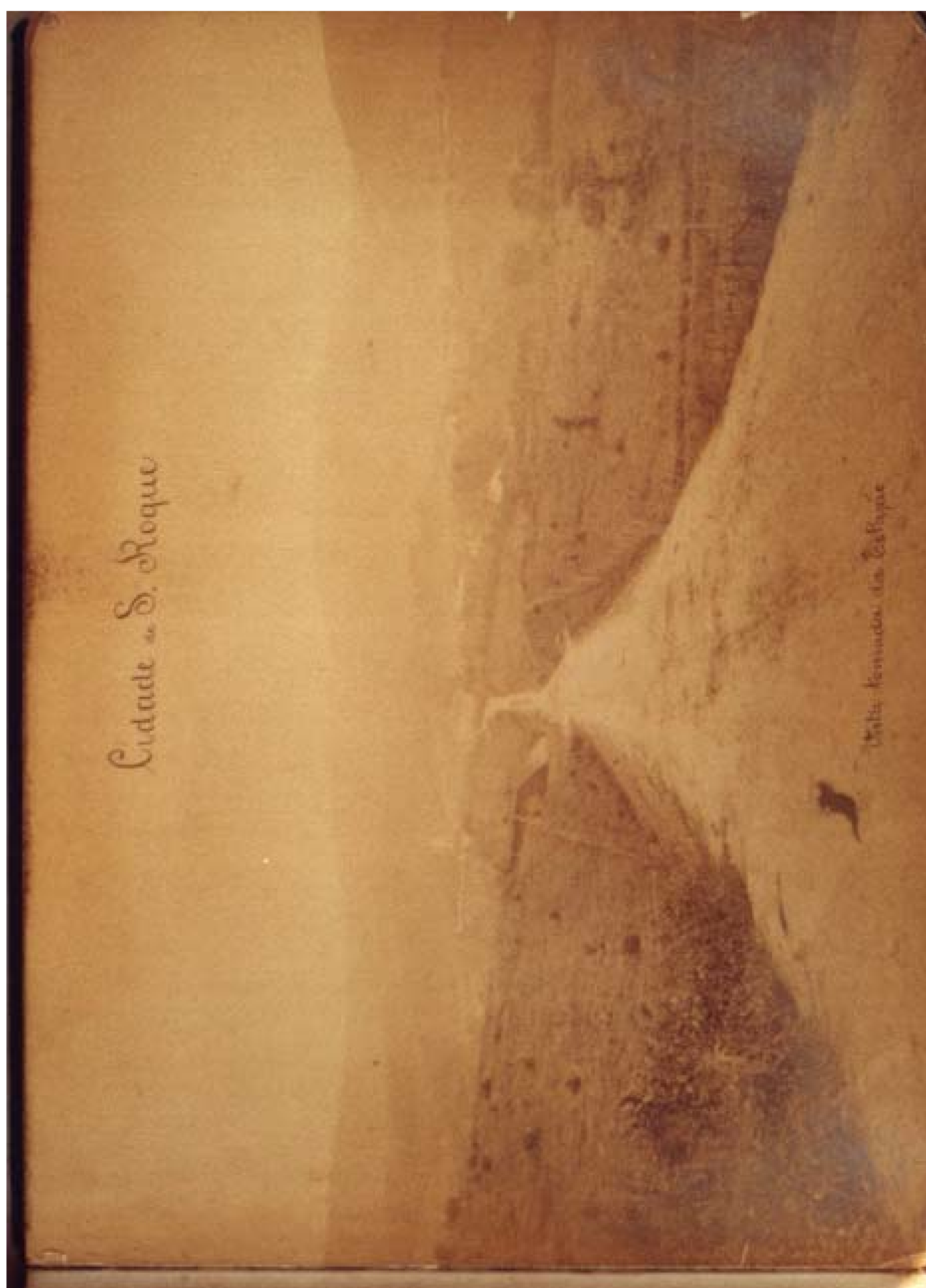
Na análise da imagem, chama a atenção o enquadramento utilizado para o registro do fotógrafo. A imagem é feita tendo a estrada, que supostamente ligava a estação à urbe, como elemento central do registro. A cidade fica ao fundo, como um desdobramento visual para o olhar do observador. O registro é um clássico exemplo da inserção da paisagem no contexto do registro fotográfico realizado. A cidade ao fundo, como resultado da presença civilizatória, assumindo uma característica que moldaria várias imagens produzidas por diversos fotógrafos no período. A única imagem necessária da urbe, para propor sua identidade e reconhecimento, é aquela que a mostra por inteiro e desencadeia uma maior compreensão do espaço dominado e constituído.

---

[349] PINTO, Adolpho Augusto. *História da Viação Pública de São Paulo.* 2. ed. São Paulo : Governo do Estado, 1977. p. 50.

[350] MARQUES, Abilio A.S. *Indicador de São Paulo:* administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878. São Paulo : Typ. de Jorge Seckler, 1878. p.159

[351] ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873.p.391.



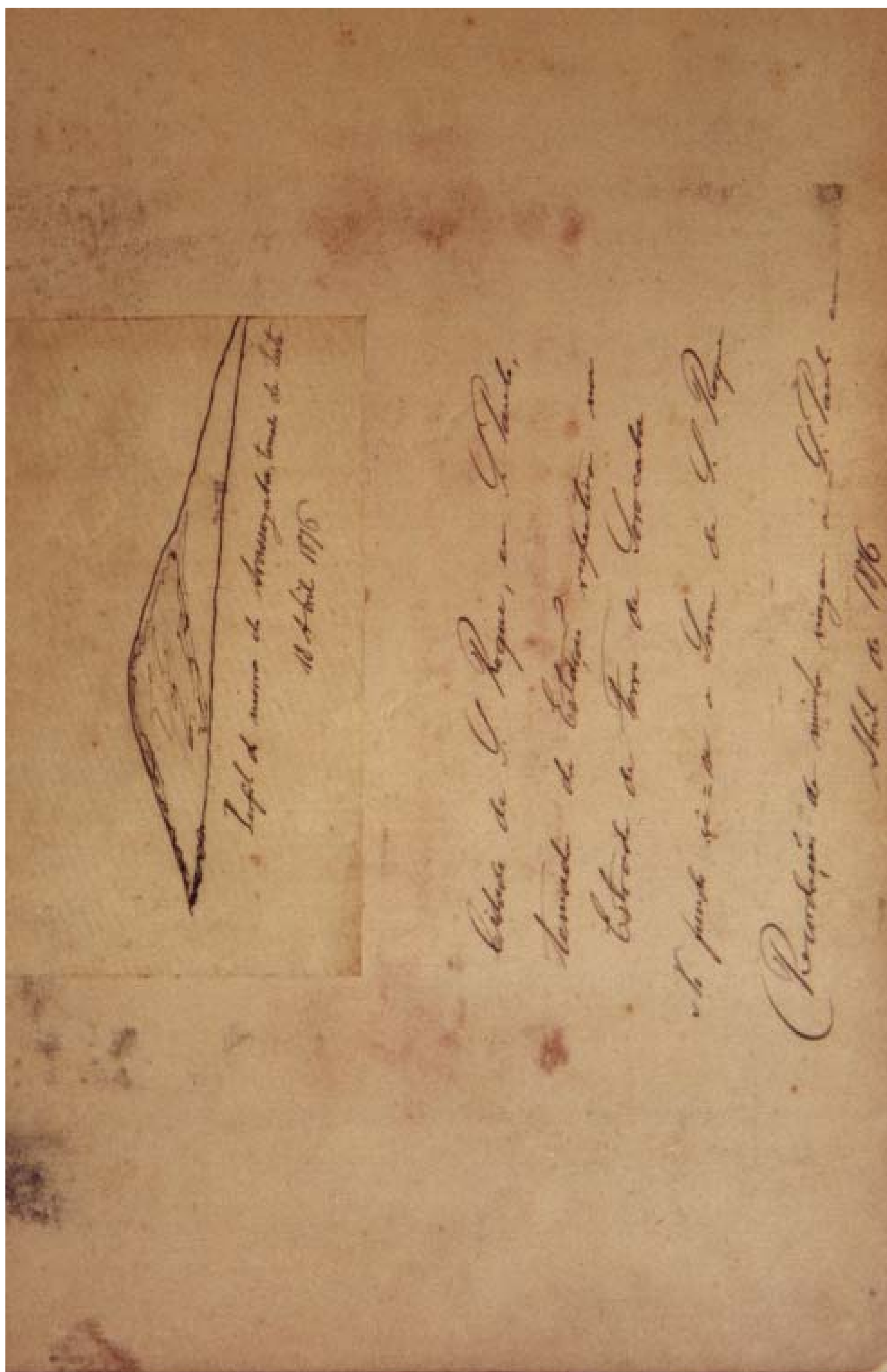
Prancha n. 44. *Cidade de S. Roque; vista tomada da Estação.* Fotografia Albuminada, 22 cm x 30 cm (Tamanho total do Álbum). In: MELLO, Francisco Ignacio Homem de. (org.). *Provincia de São Paulo.* (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).

Outro dado refere-se as dimensões da fotografia, 22 cm x 30 cm (tamanho total do Álbum da Província), que mostram-se distantes de qualquer padrão estabelecido para o período. Em virtude dessa característica, além da distância dos grandes centros produtores, pode-se questionar sobre o caráter local da produção dessa fotografia. Seria seu produtor um fotógrafo residente na região ou mesmo familiarizado com as condições locais para o registro apresentado?

No verso da fotografia que registra São Roque, há um outro mapa manuscrito, acompanhado de uma legenda referente à imagem: *" Cidade de S. Roque em S. Paulo, tomada da Estação respectiva (...) Estrada de Ferro de Sorocaba e do fundo vê-se a serra de S. Roque. (Recordações de minha viagem á S. Paulo em Abril de 1876)."*

A data colocada no verso da imagem, reproduzida na **Prancha n. 45**, corrobora as análises apresentadas e demonstra que a fotografia provavelmente tenha sido realizada nessa época. O perfil do *Morro de Arassoyaba, tomada de Leste,* que, de acordo como João Mendes de Almeida, designa um *"Grupo de montanhas de formação metallurgica, 16,8 kilometros ao occidente da cidade de Sorocaba"*[352], serve de elemento introdutório para a imagem seguinte, que registra a própria cidade de Sorocaba: a geografia registrada é atestada pela fotografia.

[352]ALMEIDA, João Mendes de. *Diccionario Geographico da Província de S. Paulo*. São Paulo : Typ. a vap. Espindola, Siqueira & Comp., 1902. p.15



Prancha n. 45. MELLO, F. I. M. Homem de. Mapa manuscrito, *Perfil do morro de Arassoyaba, tomado de Leste. 18 de Abril de 1876,* [1876]; *Cidade de S. Roque em S. Paulo, tomada da Estação respectiva (...) Estrada de Ferro de Sorocaba e do fundo vê-se a serra de S. Roque. (Recordações de minha viagem á S. Paulo em Abril de 1876).* In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org.) *Provincia de São Paulo.* (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP).(imagem recolhida por James Roberto Silva).

As imagens seguintes, que registram as cidades de Sorocaba, 14ª fotografia do álbum, e Tatuí, 15ª fotografia, são representações fotográficas semelhantes – mesmo enquadramento, mesmo posicionamento de câmera – da imagem de São Roque e demonstram que o fotógrafo atuou, aparentemente, de uma mesma maneira.

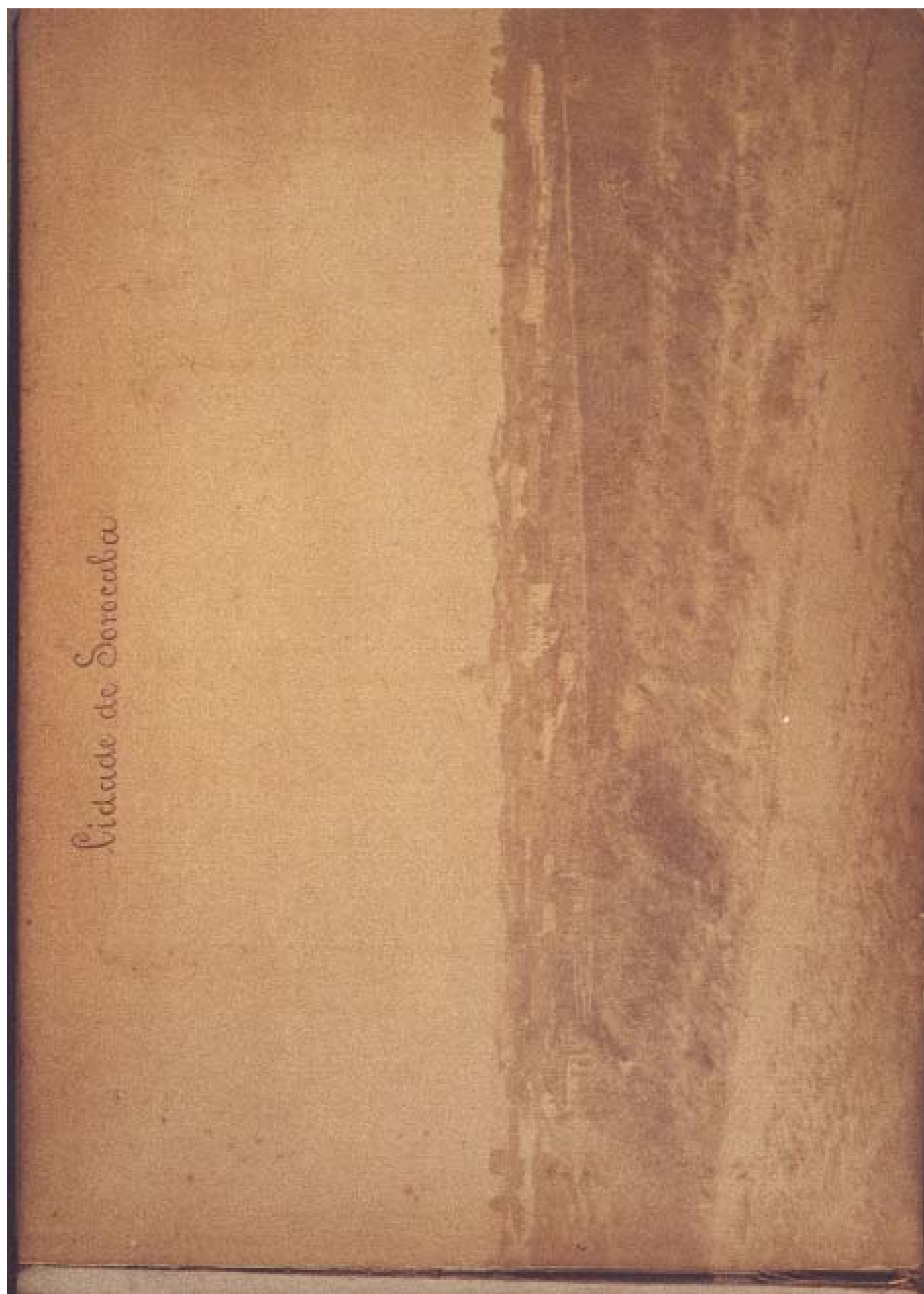
No verso da fotografia que mostra a cidade de Sorocaba, reproduzida na **Prancha n. 46**, há outro mapa – observado na **Prancha n. 47** – confeccionado pelo Barão.

Na descrição, elaborada por Homem de Mello, presente no verso da fotografia que mostra a cidade de Sorocaba, observa-se um maior detalhamento dos esboços cartográficos confeccionados. A primeira descrição torna-se o elemento de proximidade com a fotografia anterior que mostra a cidade de São Roque: ”*Cidade de Sorocaba tomada do Alto do Cemitério; A esquerda vê-se o perfil da Serra de S. Francisco; Lembrança de minha viagem à S. Paulo em Abril de 1876."* Há, dessa maneira, outro indicativo, a data inserida pelo Barão como o elemento de proximidade das imagens.

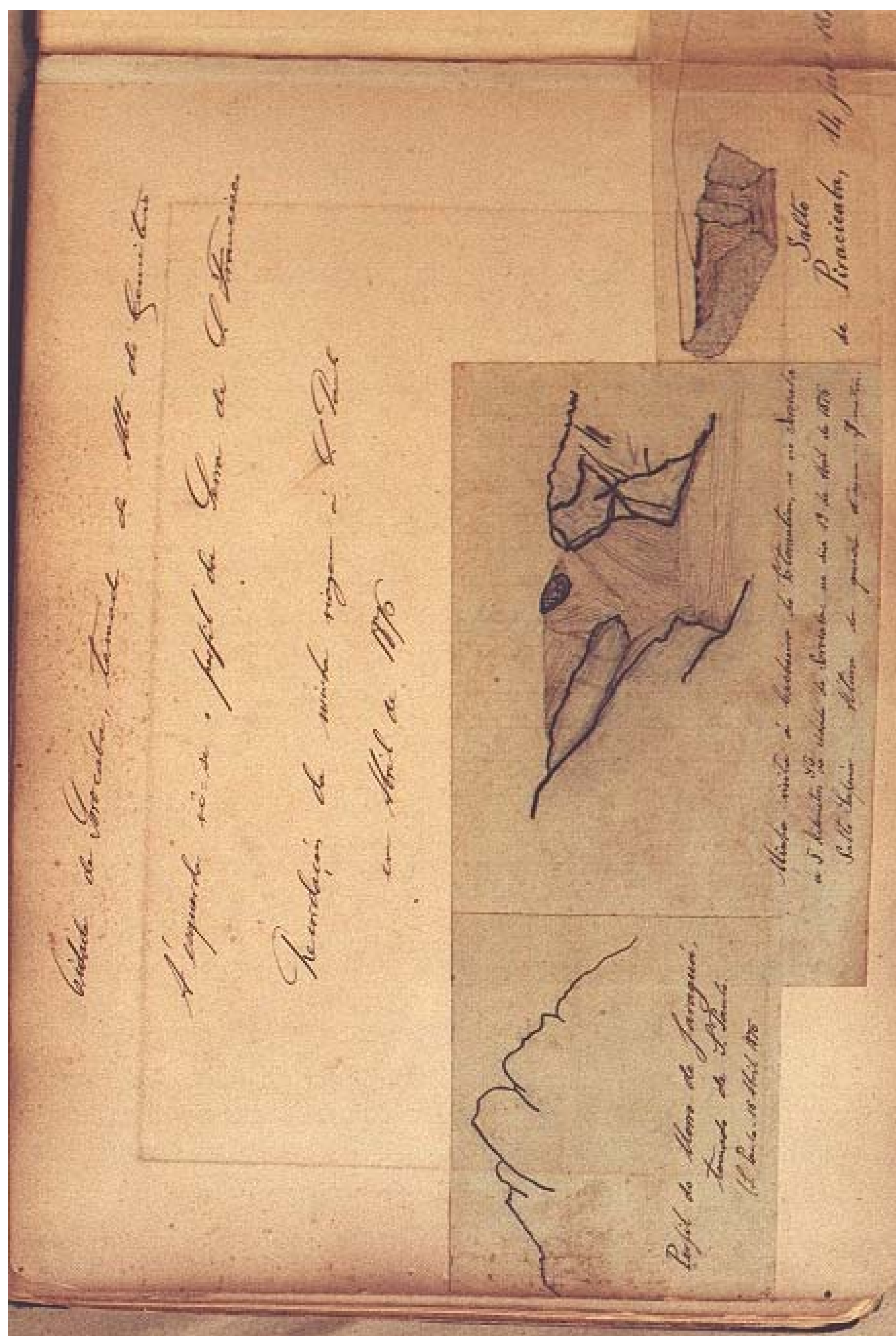
No verso da imagem, existem ainda três outras ilustrações geográficas, desenhos realizados provavelmente por uma observação *in loco*, demonstrando a preocupação de Homem de Mello pelo registro dos caminhos percorridos.

No primeiro desenho à esquerda, observa-se: (mapa 1)*"Perfil do morro do Jaraguá, tomada de São Paulo; (São Paulo 16 de Abril de 1876)"*. Ao centro: (mapa 2) "*Minha visita a cachoeira de Votorantim, no rio Sorocaba a 5 Kilometros da cidade de Sorocaba no dia 19 de Abril de 1876. Salto Superior: Altura da queda d'água 3 metros".* Na direita: (mapa 3)*"Salto de Piracicaba, 14 de Julho de 1877".*

Todas as descrições apresentadas por Homem de Mello aproximam o local da imagem com o elemento geográfico, criando um suporte documental pioneiro no contexto da proximidade entre a cartografia e a fotografia. Ao registrar suas "lembranças de viagem", Homem de Mello procura estabelecer referências que intercalam o lado lúdico – o ato da viagem – e científico – a comprovação *in loco* – para o documento criado.



Prancha n. 46. *Cidade de Sorocaba.* Fotografia Albuminada: 22 cm x 30 cm (Tamanho da fotografia igual ao tamanho total do Álbum), [1876]. In: MELLO, F.I.M. Homem de.(org.) *Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).



Prancha n. 47. Imagem no verso da fotografia da cidade de Sorocaba. MELLO, F.I.M. Homem de. Mapas Manuscritos [1876]. *Cidade de Sorocaba tomada do Alto do Cemitério; A esquerda vê-se o perfil da Serra de S. Francisco; Lembrança de minha viagem à S. Paulo em Abril de 1876;* (Mapa 1) *Perfil do morro do Jaraguá, tomada de São Paulo, (São Paulo 16 de Abril de 1876);* (Mapa 2) *Minha visita a cachoeira de Votorantim, no rio Sorocaba a 5 Kilometros da cidade de Sorocaba no dia 19 de Abril de 1876. Salto Superior: Altura da queda d'água 3 metros;* (Mapa 3) *Salto de Piracicaba, 14 de Julho de 187.* In: *Provincia de São Paulo*. (Acervo de Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade –SP). (imagem recolhida por James Roberto Silva).

A coleta documental passa a ser uma marca constante na vida do Barão e a imagem seguinte de seu Álbum faz parte também desse processo, servindo de baliza para aproximar as duas fotografias anteriores que mostraram as cidades de São Roque e Sorocaba.

Tatuí, reproduzida na **Prancha n. 48**, é vista sob o mesmo enquadramento das anteriores, observada, provavelmente, valendo-se de um caminho que conduz o viajante ao núcleo urbano. Com exceção do seu tamanho (15,5 cm x 23,5 cm), o elemento representativo captado pelo fotógrafo mostra a proximidade com as duas imagens apresentadas anteriormente.

Dessa forma, questiona-se que as três imagens podem se constituir de um único conjunto, produzidas no mesmo período e talvez realizadas pelo mesmo produtor, visto terem enquadramentos e formatos muito semelhantes. Em todas as imagens, o fotógrafo optou pelo registro à distância das cidades em questão, ou seja, não se inseriu no ambiente urbano e guardou certo distanciamento do mesmo, como se o registro só fosse realizado por causa de um conhecimento direcionado, no qual as cidades são partes de uma trajetória de viagem específica para o momento.

Caso o uso das dimensões das imagens fosse suficiente para estabelecer critérios de classificação as imagens, de São Roque e Sorocaba, seriam de um mesmo momento e de um mesmo autor, em função das semelhanças em seus tamanhos (22 cm x 30 cm) e a fotografia de Tatuí (15,5 cm x 23,5 cm) seria, provavelmente, descartada desse conjunto.

Como as dimensões das fotografias são apenas um dos elementos de catalogação, acredita-se que o conjunto das três imagens – São Roque, Sorocaba e Tatuí – seja do mesmo autor, pois além das dimensões diferenciadas dos padrões conhecidos para o período, há, conforme descrito, padrões de enquadramentos e escolhas das temáticas de registros muito similares. Dessa forma é possível argumentar que um mesmo fotógrafo, talvez distante das realidades dos grandes centros produtores, tenha atuado em todas as imagens.



Prancha n. 48. *Tatuhy*. Fotografia Albuminada, 15,5 cm x 23, 5 cm. [sem data]. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org*.)*. *Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).

Também segundo o *Almanak da Província de 1873,* o retratista que atuava em Sorocaba no período era Camillo Pijard[353], mas em Tatuí, não há referências sobre fotógrafos residentes na cidade à época.

Pela proximidade do enquadramento das vistas apresentadas, é possível argumentar que há duas possibilidades para os registros. A primeira seria a utilização de um mesmo fotógrafo, com uma carga mnemônica semelhante. A segunda seria a participação de uma pessoa, que não o fotógrafo, na orientação das tomadas e, nesse caso, poderia ser o próprio Barão.

O agrupamento das imagens no *Álbum da Província,* organizado pelo Barão, é o mesmo que o registrado no contexto do *Catálogo da Exposição,* de 1881. Acredita-se, em função das análises apresentadas, que as três imagens façam parte de um mesmo conjunto, ou seja, de um produtor fotográfico, que as realizou em momentos próximos, e esse fato reforça um dado sobre a posse de imagens pelo Barão.

Na análise da questão da coleta documental, Homem de Mello apresenta-se como um grande possuidor de imagens fotográficas. Essa característica é observada pela análise do *Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881*. Além das fotografias presentes como temática central, ou seja, o Álbum *Província de S. Paulo*, há também a referência a outros conjuntos fotográficos expostos pelo Barão.

No Catálogo, na entrada de n.º 17249, é descrito uma *"Serie facticia de 18 vistas das cidades de Santos e S. Paulo phg. por Anon. S.d."*. As imagens contidas nessa série são assim catalogadas: *" 1) Porto de Santos; - 2) Santos, com a Casa da Camara e a igreja da Misericordia; - 3) Povoação do Cubatão; - 4) Estrada de ferro ingleza (de Santos a Jundiay), em Santos, com 2 locomotivas em marcha; - 5) Outra vista da mesma estrada; 6) – Largo da Sé e Igreja de S. Pedro, em S. Paulo; - 7) Igreja do Collegio, em São Paulo; - 8)Rua do Rosario, em S. Paulo; - 9) Igreja do Carmo, em São Paulo; - 10) Igreja e Convento de S. Francisco (actualmente Academia de Direito); - 11) Rua do Piques, em São Paulo; - 12) Cidade de S. Paulo, tomada da margem direita do Tamanduatey; - 13)Vargem do Carmo e rio Tamanduatey; - 14) Arredores de S. Paulo e rio Tamanduatey; - 15) Aterrado do Braz e ladeira do Carmo; -*

[353] ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873.p.383.

16) Chacara do Braz, em São Paulo; - 17) Convento da Luz, em São Paulo; - 18) Ponte Grande sobre o Tieté, em S. Paulo." [354]

Além dessas imagens, há, no verbete de n.º 17234, a descrição de um conjunto de 8 fotografias, realizadas em 1864 por fotógrafo anônimo, que mostram o *"Jardim Botanico de S. Paulo";* um *"Album com 25 vistas de Pindamonhangaba",* também registradas por um fotógrafo anônimo, que consta na entrada de n.º 17262; um *"Album com 4 vistas de Itú",* datadas de 1868 e catalogado na entrada de n.º 17264, também realizadas por um fotógrafo anônimo; além de uma série de litografias e quadros que registram paisagens da capital e do interior da Província.[355] Toda essa documentação, conforme descrito no corpo do Catálogo, teria sido exposta pelo Barão Homem de Mello, sugerindo que ele as possuía ou tinha um acesso direto a elas.

Homem de Mello se encontra diretamente influenciado pelo olhar fotográfico e pelo contato com a produção de imagens e é este um fator muito presente em sua vida cotidiana. Apesar de não ser fotógrafo, ele é um exemplo de público consumidor das imagens produzidas, mostrando suas preferências pelas imagens que registram a capital e as cidades do interior da Província.

Pela descrição das fotografias apresentadas na série de 18 imagens relacionadas às cidades de São Paulo e de Santos, questiona-se se as imagens descritas não teriam sido realizadas pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo? Impossível de saber sem a observação das referidas fotografias.

Independentemente desse acontecimento, observa-se que a posse de imagens é uma característica constante na vida do Barão. Há, no contexto de suas prioridades, uma escolha por fotografias urbanas que mostram as referidas localidades da Província: a fotografia, dessa maneira, passa a ser um receptáculo poderoso da visualidade buscada para todo o território paulista.

A fotografia urbana, mediante esse aspecto, torna-se fator de conhecimento e prova cabal da existência da localidade registrada. O modelo de registro obedece a uma

---

[354] GALVÃO, Ramiz.(org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil.* ed. Fac-Similar. Brasília : Senado Federal, 1998. Tomo II, p.1446.

[355] GALVÃO, Ramiz.(org.).*Op. Cit.* p. 1446-1448.

lógica exploratória e, ao mesmo tempo, de imposição de valores sob os quais a existência de determinadas comunidades só era comprovada pela posse e – nesse momento da Exposição de 1881 –, exposição e propagação do contexto ideológico presente nas imagens registradas.

O fotógrafo anônimo, nesses casos, atua como um elemento de representação das idéias em suspensão. Seu olhar, entre outras características, representa a formatação de um ideário que passa pela concretização das necessidades embutidas em representações de uma elite administrativa, que procura mostrar a unidade do país como território conhecido e mapeado, pois a constante falta de informações a respeito do espaço conquistado poderia ser suprida pelo olhar fotográfico.

A fotografia, nesse momento, era vista como um documento absoluto de veracidade inquestionável, pela própria natureza de sua confecção, isto é, a não interferência da mão humana que, nesse caso, restringia-se a apertar o botão da máquina. A cartografia era, apesar de toda técnica utilizada para sua confecção, diretamente dependente do fazer humano e, em certos aspectos, mais facilmente questionável em sua produção final. Mediante a primeira argumentação, justifica-se a proliferação de imagens urbanas pelo país, sobretudo de suas capitais, agrupamentos humanos modelos no contexto de propagação de uma ideologia civilizatória.

A falta de informações sobre o território seria suprida pela ampliação do registro fotográfico urbano, que se torna, na metade final do século XIX, uma verdadeira febre condizente com as necessidades administrativas centrais.

A posse dos registros fotográficos significava a guarda de uma memória, que, muito mais que afetiva, continha aspectos de pequenos poderes e, entre eles, o do conhecimento visual de locais antes desconhecidos.

Homem de Mello, conhecido por suas viagens e sua erudição, passa a ser um porta-voz eficiente das imagens produzidas e assim, ao ser presenteado com inúmeras imagens de localidades existentes no contexto territorial da Província, garantia-se, possivelmente, sua divulgação e posterior atenção do governo central.

As definições de sertão e cidade são claramente observadas quando o registro fotográfico é constituído. Como há aglomerações de casas, ruas e a presença de um poder

eclesiástico, figuram indícios da civilização e logo não mais o "Sertão Desconhecido" que ainda permeava quase um terço da representação dos mapas da Província.

As cidades englobadas por esse contexto representativo, fotografadas e inseridas em mapas cartográficos, passam a compactuar de uma lógica administrativa comum e assim ganham possibilidades de ampliação e sobrevivência social, econômica e política.

Esse procedimento cultural permanece no contexto do território da Província mesmo nos anos iniciais da República, que, como regime político, necessitava ainda mais do conhecimento total do território ocupado ou em vias de ver implementado esse processo.[356]

7.3 O Terceiro "Olhar" do Barão

As últimas imagens que fazem parte do álbum fotográfico *Província de São Paulo* mostram Homem de Mello preocupado em captar estruturas arquitetônicas representativas no contexto de um processo de implementação de um modelo civilizatório para a região do interior paulista.

Apesar das imagens estarem agrupadas de forma não seqüencial no corpo do álbum fotográfico, apresentam a mesma temática de representação mostrando uma outra preocupação por parte de seu possuidor: a técnica como um dos elementos organizacionais das sociedades em questão.

A primeira fotografia vista nessa ótica mostra a povoação de Salto e está presente como a quinta imagem do Álbum: observar **Prancha n. 49**.

[356]No Brasil, o primeiro trabalho técnico usando de fotografias de campo para ajudar na composição do elemento cartográfico ocorre, entre 1914 e 1915, em um estudo realizado pelo próprio exército brasileiro. Vide: VIDAL, Major Alfredo. *Introducção da Estereophotogrammetria no Brazil:* relatório apresentado ao exmo. sr. gen. de div. Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, chefe do Estado - Maior do Exército.[s.l.] : Defesa Nacional/Imprensa Militar, 1915.



Prancha n. 49. *Povoação do Salto*: *Ponte da Estrada de Ferro D. P. 2º - Rio Parayba; Ponte da Estrada de Rodagem.* Fotografia Albuminada, 12 cm x 16, 5 cm. [sem data]. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org.*). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).

A povoação é resumida pelo registro da estrutura da ponte criada pela obra da engenharia que domina os elementos da Natureza, no caso o Rio Paraíba: *"Ponte da Estrada de Ferro D. P. 2º - Rio Parayba; Ponte da Estrada de Rodagem".*

No centro dessa imagem, há um grupo de pessoas posando sobre um dos carrinhos – presente no centro da fotografia, sobre a ponte – que transporta equipamentos para a construção da estrutura dos trilhos do trem. Essa característica liga-se à imagem seguinte, que também apresenta enquadramento fotográfico semelhante, com uma maior aproximação, e mostra a finalidade maior do registro realizado.

Na sexta imagem do Álbum – reproduzida na **Prancha n. 50** –, a ponte é o marco referencial e determina a finalidade daquilo que foi retratado. A estrutura arquitetônica, ao tornar-se o modelo central do registro, atesta, simbolicamente, o elemento de civilização a ser proposto para o local.

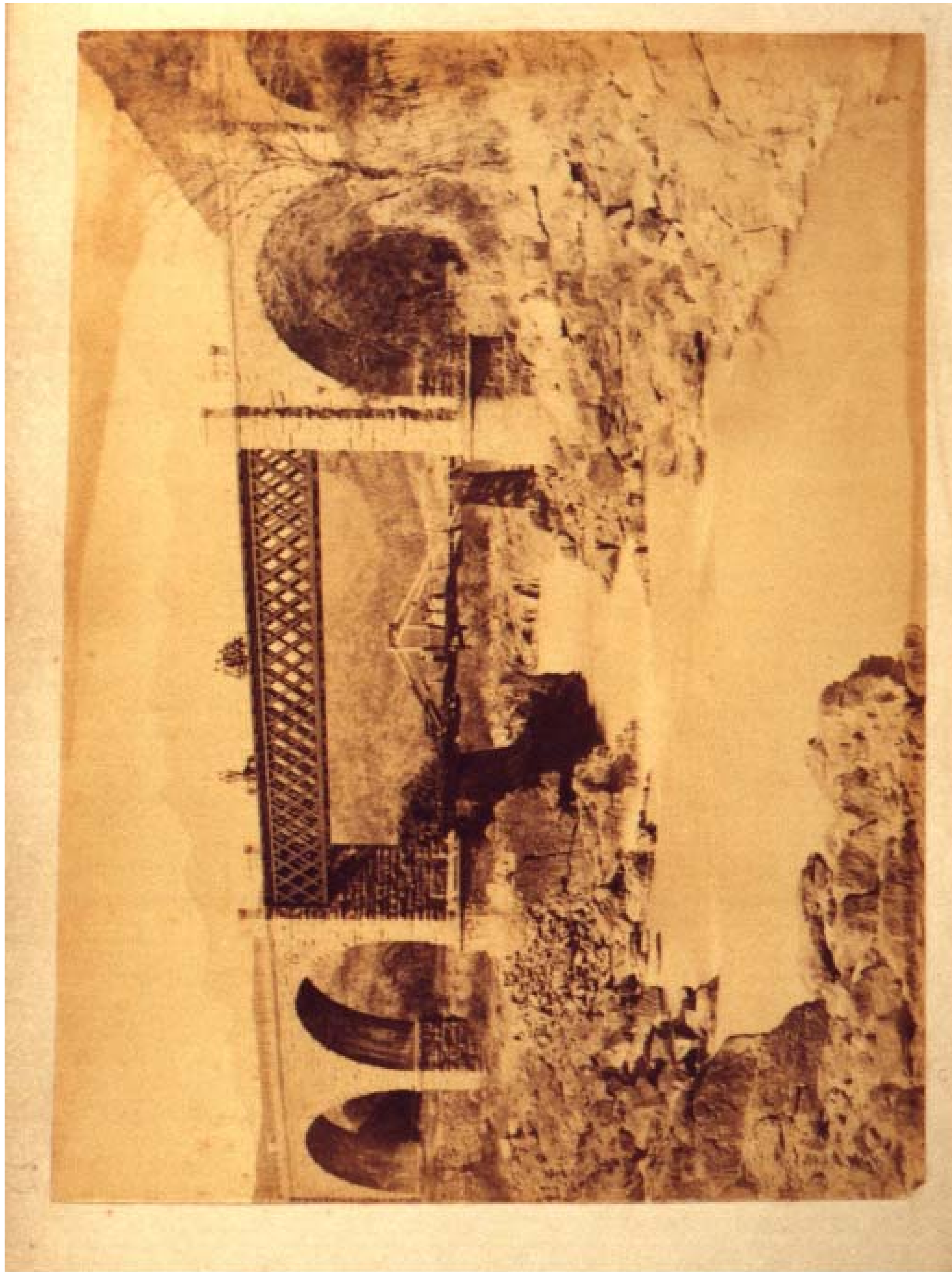
O registro fotográfico dos elementos arquitetônicos criados para as Estradas de Ferro no Brasil tornou-se uma constante nos trabalhos de vários fotógrafos do país a partir da segunda metade do século XIX. Uma das primeiras obras a referenciar o assunto, segundo Carlos Eugênio Marcondes de Moura, foi o Álbum *Vistas da Estrada de Ferro de São Paulo em 1865*, organizado e comercializado por Cardoso & Filho, composto de 45 fotografias, entre elas algumas realizadas por Militão Augusto de Azevedo.[357]

O registro das estruturas das estradas de ferro na Província atinge seu momento máximo com as fotografias realizadas por *Vanorden & Companhia,* imagens presentes no corpo da obra mais conhecida relacionada ao assunto. A *História da Viação pública de São Paulo,* escrita em 1903 por Adolpho Augusto Pinto e publicada pelo próprio Vanorden, resume a fascinação existente no período pela modernidade trazida pela Estrada de Ferro.[358]

---

[357]MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Até onde o olhar alcança. In: MOURA, Carlos E. M. de (org.) *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX.* São Paulo : Ateliê Editorial; IMESP; UNESP. 1998 p.394. A totalidade das imagens desse Álbum pode ser observada em exposição permanente no portal eletrônico da Biblioteca Mario de Andrade.

[358]PINTO, Adolpho Augusto. *História da Viação Pública de São Paulo.* São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903. ed. Fac-Similar. São Paulo : Governo do Estado, 1978.



Prancha n. 50. Sem título. Fotografia Albuminada, 24 cm x 18 cm. (sem data). In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org.*). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).

Homem de Mello participou diretamente desse fascínio ferroviário, por exemplo, ao ser presidente, em 1878, da *Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro* de Estradas de Ferro.

Em 1877, quando discursava na inauguração da Estrada de Ferro, o Barão lembrava *"**A intelligencia do Homem, e a Natureza**: _ No dominio das conquistas do homem sobre a natureza, ninguem sabe o que tem de sahir deste estreito ambito, chamado cerebro humano, a maior maravilha, a mais estupenda força, que deus depositou no seio do universo!(...) E sobre o globo, em que ora se dá a evolução rapida da sua existencia terrestre, pôde o pensamento desse ente tão pequeno e tão grande, o homem, levado pela electricidade, transpôr os mares e os continentes, circulando em um momento toda a peripheria deste planeta!"*[359] A ciência, nesse caso, é a mola mestra na condução do pensamento cotidiano do período no país, e o Barão traduz diretamente esse processo ao inspirar-se, literariamente, na ação do homem submetendo-se aos seus interesses, à Natureza e a seus elementos.

Ainda relacionado ao assunto, tem-se a sua própria imagem – no caso, a ferrovia – divulgada como sinônimo dos "novos tempos", em que o elemento científico, a eletricidade e a força do trem de ferro moldam significados associados ao cotidiano do país, em especial da Província de São Paulo, estruturada, nesse contexto, pelo capital do café.

Também em 1877, Homem de Mello é saudado e lembrado com um poema em sua homenagem, intitulado *A locomotiva*, no qual Antonio Carlos de Almeida enaltece os novos tempos trazidos pela presença da tecnologia: *"Saudemos, pois, a machina, a idéa, o pensamento, o genio do ideal fundo como o occeano! Saudemos com calor esse poema enorme de ferro, fogo e aço do grande Engenho humano!"* [360]

Desta maneira, a presença de fotografias apresentando as estruturas da Estrada de Ferro no Álbum de Homem de Mello liga-se a seu próprio envolvimento com a questão da ferrovia naquele momento e, em especial, com a Estrada de Ferro Dom Pedro II. A

---

[359]MELLO, Francisco I. M. Homem de. A intelligencia do Homem, e a Natureza (discurso inaugural na abertura da linha ferrea S. Paulo e Rio de Janeiro). In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878: 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. p. 30.

[360]ALMEIDA, Antonio Carlos de. A locomotiva. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878: 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 69.

sexta imagem é uma referência direta a esse envolvimento, pois seu enquadramento é voltado diretamente à ponte construída sobre o Rio Paraíba. A denominação de Salto refere-se a um dos bairros da cidade de Queluz, quase divisa com a então Província do Rio de Janeiro. Na época, aproximadamente em 1873, a localidade estava associada à presença da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, que atingiu sua máxima extensão quando chegou à localidade de Cachoeira, em 1875. [361]

Há dois detalhes sobre a imagem que devem ser comentados. O primeiro relaciona-se à data de construção da ferrovia na região, entre 1873 e 1875. O segundo refere-se à temática de registro apresentada pela fotografia. Nessa caracterização, as pessoas posam sobre a ponte em pequenos carrinhos usados para o transporte de materiais para a construção da ferrovia. Essa pose é realizada de forma despreocupada, indicando, talvez, que na época, o ramal ferroviário ainda estava para ser inaugurado.

Essa hipótese ganha força quando se observa que nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, não é raro encontrarem-se fotografias registrando a composição ferroviária, o trem, estacionado sobre as estruturas arquitetônicas – pontes, desvios, etc. –, representando o momento da inauguração do trecho. Fato análogo ocorre com a chegada da ferrovia em localidades até então desprovidas do meio de transporte: o trem é o personagem central do registro indicando o momento da inauguração do trecho ao trânsito de passageiros e cargas. Assim, nessas fotografias da ponte ferroviária em Salto, observa-se o olhar do fotógrafo sobre a técnica, tendo o elemento urbano como coadjuvante do registro.

Tanto a imagem de Salto, Prancha n. 49 (12 cm c 16,5 cm), quanto a que mostra a ponte ferroviária, Prancha n. 50 (11, 8 cm x 16, 6 cm), possuem formatos semelhantes distantes dos padrões fotográficos conhecidos para o período. Esse dado ajuda a argumentar que as fotografias podem ter sido realizadas por um mesmo produtor, próximo da realidade cotidiana registrada.

---

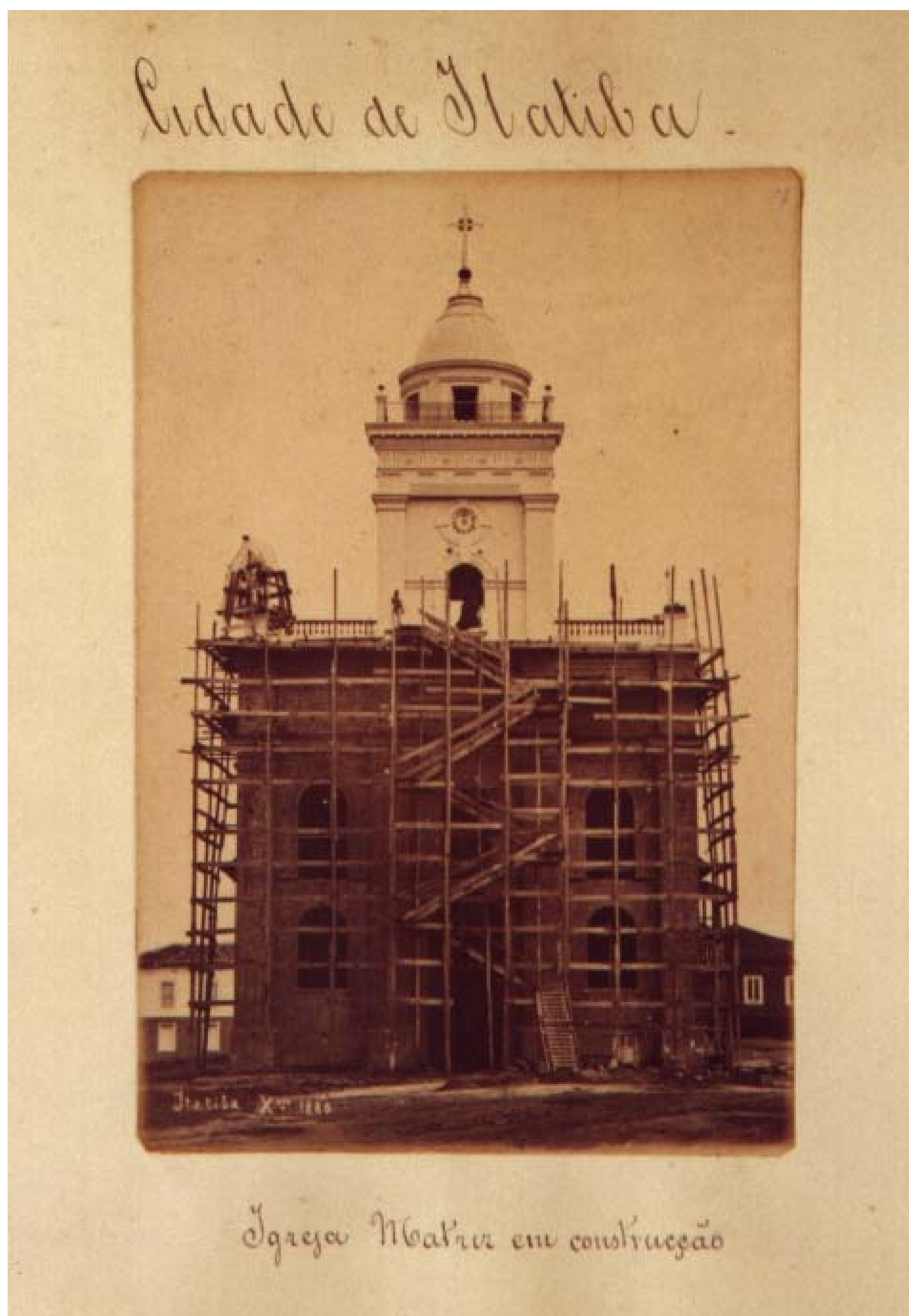
[361] PINTO, Adolpho Augusto. *História da Viação Pública de São Paulo.* São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903. ed. Fac-Similar São Paulo : Governo do Estado, 1978.p.31.

Na décima primeira imagem do Álbum, o fator tecnológico, associado à edificação de uma estrutura arquitetônica, se reproduz novamente. O olhar é voltado, uma outra vez, para a técnica em um registro da construção da Igreja Matriz de Itatiba.

A fotografia, reproduzida na **Prancha n. 51**, datada de Dezembro de 1880, marca a introdução de um elemento de civilidade para as localidades presentes na visualidade organizada pelo Barão. Itatiba consta como cidade no mapa laborado por Homem de Mello em 1882 e é o ponto central de um dos ramais da estada de ferro ligando Campinas a Jundiaí. A *Companhia de Estrada de Ferro Itatibense* é parte de um projeto, político e econômico, orquestrado pela elite cafeicultora da região por volta de 1872. Em 1880, começaram os trabalhos de demarcação da nova linha, que, apesar dos privilégios políticos e econômicos que cercaram sua construção, não chegou a ser uma linha principal e sim um ramal tronco da *Companhia Paulista*. A linha, de apenas 20 quilômetros de extensão, foi entregue ao tráfego somente em 1890.[362]

Na fotografia, é possível notar a necessidade de inserção do elemento construtivo da Igreja enquadrada em sobreposição às casas presentes ao fundo. A imagem parece buscar a representação de um poder que está alicerçado nos aspectos religiosos da matriz a ser edificada. Mesmo ainda em construção, a Igreja passa a representar uma civilidade necessária a organizar cidades que surgem no contexto da colonização promovida pela presença da ferrovia. A imagem pode referenciar o momento pelo qual passava a cidade, de possivelmente ser o palco central de uma linha férrea e esse elemento, associado à elite cafeeira da região, demonstra a necessidade de execução do registro apresentado e sua presença no *Álbum da Província*.

[362]PINTO, Adolpho Augusto. *História da Viação Pública de São Paulo.* São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903. ed. Fac-Similar, São Paulo : Governo do Estado, 1978.p. 69-70.



Prancha n. 51. *Cidade de Itatiba: Igreja Matriz em construcção, 1880.* Fotografia Albuminada, 16 cm x 10,3 cm. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org.*). Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).

O aspecto da urbanidade buscado no enquadramento pode ser associado a uma fala de Carl Von Koseritz, que, em 1883, passando em viagem pela cidade de Pindamonhangaba, comentava que Homem de Mello queria colonizar sua fazenda – que ficava a cerca de uma hora de viagem da cidade – pois estava descontente com a produção cafeeira e, além disso, encontrava falta de trabalhadores.[363] Dessa maneira, o momento histórico em questão pode ter influenciado o Barão na escolha da imagem para integrar seu Álbum: o processo de modernidade associado à construção da Matriz pode ter sido percebido por ele, não de forma explícita, mas indiretamente ligado aos aspectos mnemônicos apresentados pelo seu cotidiano.

Seu formato 16 cm x 10, 3 cm aproxima-se com as dimensões do chamado "cartão gabinete" (16, 5 cm x 10, 8 cm), populares entre 1863 e 1920.[364] Essa característica pode sugerir que o produtor da imagem estava familiarizado com as práticas fotográficas em uso na época. Teria o fotógrafo sido trazido exclusivamente para o registro do empreendimento, atestando uma maior credibilidade ao negócio a ser implementado? Caso isso se confirme a hipótese do registro da urbanidade do local torna-se mais forte, pois refletiria a carga mnemônica do seu produtor acostumado as transformações materiais em desenvolvimento, notadamente, nos centros urbanos de referência, como a própria capital.

A outra fotografia que encerra esse olhar do Barão – trata-se da última imagem do *Álbum da Província*, a décima sexta – não foi colocada diretamente sobre o Álbum e sim dentro de um envelope encartado no contexto da obra. O envelope encontra-se colado na capa final do Álbum e aparentemente foi inserido após sua encadernação.

Tal qual a ponte de Salto e a construção da Igreja da Matriz de Itatiba, a imagem final de seu Álbum insere-se na relação: urbanidade, ferrovia e técnica.

---

[363] KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo : Martins/EDUSP, 1972. p.240

[364] FILIPI, Patricia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia C. de. *Como tratar coleções de fotografias*. São paulo : Arquivo do Estado/IMESP, 2000. p. 23.



Prancha n. 52. Sem Título. Fotografia Albuminada, 9,5 cm x 13 cm [1877]. In: MELLO, F. I. M. Homem de. (org.). *Provincia de São Paulo*. (Acervo Obras Raras: Biblioteca Mario de Andrade – SP). (fotografia recolhida por James Roberto Silva).

Segundo Carlos Eugênico Marcondes de Moura, a fotografia – reproduzida anteriormente na **Prancha n. 52** –, registra "o arco do triunfo, projeto do engenheiro arquiteto J.H. Girard e do pintor chileno Huascar de Vergara, levantado na Rua da Imperatriz (atual 15 de Novembro), na capital paulista, por ocasião da inauguração da Estrada de Ferro Rio de Janeiro e São Paulo, em maio de 1877."[365]

Deve-se lembrar que Vergara, nesse momento, também era um dos principais responsáveis pelo período *O Polichinello*, jornal de caricaturas que circulou na cidade no período. A presença dessa imagem no contexto do Álbum, bem como sua inclusão nele nessa fase específica do olhar do Barão são bastante significativas. A fotografia, provavelmente originada em outro contexto, foi transportada para o Álbum como que a fazer parte dessa nova realidade observada pela presença da ferrovia. E uma vez que se sabe ter sido o Barão presidente da Companhia no período, compreende-se que a imagem reproduz um elemento de identificação adequado para a questão. O olhar técnico traduz-se pela posse da lembrança, que, nesse sentido, torna-se significativa para seu proprietário.

Em 1877, data provável da realização da fotografia, a cidade de São Paulo possuía apenas três estúdios fotográficos em atividade. O primeiro era de propriedade de Carlos Hoenen & Cia (*Photographia Alemã*), localizado na então Rua do Carmo, n.74; o segundo pertencia a Militão Augusto de Azevedo (*Photographia Americana*), localizado na Rua da Imperatriz, n. 58; e o terceiro (*Estudio Photographico*) pertencia a Victor & Comp. e ficava na Rua Direita, n.10.[366] Pela composição do enquadramento, uma vista tirada do alto de um dos sobrados da Rua da Imperatriz em uma visão panorâmica, pelo histórico dos fotógrafos – Hoenen era especialista em vistas de estúdio e Militão já possuía uma grande experiência com fotografias urbanas, e do fotógrafo Victor sabe-se apenas que em 1883 já estava estabelecido em Belém[367] – e pela proximidade de endereço de um dos

---

365 MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Até onde o olhar alcança. In: MOURA, Carlos E. M. de (org.) *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo : Ateliê Editorial; IMESP; UNESP. 1998. p.395.

366 MARQUES, Abílio A. S. (org.) *Indicador de S. Paulo* : administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878. São Paulo : typ. de Jorge Seckler, 1878. Ed-Facsimilar, São Paulo : IMESP/DAESP, 1983. p. 193-194.

367 KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002. p. 318.

estúdios fotográficos com o local retratado, no caso o da *Photographia Americana,* acredita-se que a imagem possa ser atribuída ao próprio Militão.

Essa afirmação pode ser comparada, além dos dados apresentados, pela análise do *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)*, que possuía 17 fotografias, todas de 1887, realizadas com um enquadramento panorâmico semelhante. Na obra, há igualmente uma imagem da própria Rua da Imperatriz.

Na 21ª imagem do Álbum Comparativo de Militão, – reproduzida na **Prancha n. 53** –, vê-se a Rua da Imperatriz em direção à antiga Igreja do Rosário. Pela observação da imagem de Militão, é possível ver que a fotografia que consta no Álbum de Homem de Mello foi realizada em direção oposta à da Igreja, pois a presença dos trilhos do bonde, dispostos em paralelo no centro da imagem e fundindo-se em um só, na parte central inferior da fotografia, justificaria a existência de um único par de trilhos na imagem do Álbum de Homem de Mello, corroborando com a direção da imagem realizada.

A realização do trabalho fotográfico comparativo no Álbum de Militão, entre outros aspectos, mostra uma grande habilidade ao fotógrafo no trato de imagens panorâmicas urbanas, o que ajudaria a comprovar a hipótese de sua autoria para a fotografia que figura no Álbum do Barão. É possível observar sua "assinatura imagética" na fotografia, refletida na observação direta da disposição entre claro (parte da imagem iluminada pelo sol) e escuro (parte da fotografia preenchida pelas sombras).

As dimensões da fotografia (9,5 cm x 13 cm), também aproximam-se do padrão "cartão vitória", ou seja, "retratos e paisagens com a dimensão de 8, 3 cm x 12, 7 cm e populares entre 1870 e fins de 1880".[368] Nota-se nesse caso, provavelmente, a atuação de um fotógrafo com maior experiência, familiarizado com as práticas fotográficas em curso.

---

[368]FILIPI, Patricia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia C. de. *Como tratar coleções de fotografias*. São paulo : Arquivo do Estado/IMESP, 2000. p. 23.



Prancha n. 53. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Rua da Imperatriz (Antiga do Rosario, lado da Igreja.) – 1887*. In: *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo*: 1862-1887. p. 21. (Acervo Arquivo do Estado – SP).

Apesar das análises apresentadas relacionadas as dimensões das fotografias, convém lembrar que os tamanhos das imagens não são elementos definitivos e únicos para a sua identificação e classificação. Alguns fotógrafos do período, por exemplo, ao oferecerem seus serviços valorizavam a produção de *"retratos de tamanho natural, em busto e em grupos de todo o tamanho (...)"* como anunciava, em 1876, Carlos Hoenen da *Photographia Alle*mã, localizada na cidade de Campinas.[369]

Dessa forma, reforçando as idéias apresentadas, deve-se observar a fotografia pelo uso de vários elementos constituidores de sua estrutura analítica para a qual estão envolvidas seus aspectos materiais, o objeto, e imateriais, sua simbologia de representação.[370]

Pensando a última fotografia do Álbum da Província como produzida no ano de 1877, pode-se associá-la ao contexto urbanístico da cidade de São Paulo. Além da inauguração da ferrovia São Paulo - Rio de Janeiro, garantindo uma ligação mais estreita entre a Corte e a Província, a cidade de São Paulo passa a sofrer significativas e profundas modificações em seu caráter urbano.

Américo de Campos assim definia a cidade naquele ano: *"Não é ainda cidade de primeira ordem o S. Paulo actual, mas é já uma grande cidade, populosa, florescente, a transbordar de vida e progresso. Tres grandes phases, tres edades bem distintas estão desenhadas na lenta evolução de sua história, (...). A cidade dos padres jesuítas e capitães- mores; A cidade academica, - a Coimbra americana;*

---

[369] ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1876: 1º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.64.

[370] O fator "dimensão das imagens" é um elemento não padronizado nos atuais estudos de interpretação da fotografia e suas fontes produtoras. São comuns as publicações que citam, ou não, as dimensões das imagens analisadas. Seu uso, como referência de investigação, generalizou-se, notadamente, nas décadas de 80 e 90 do século XX. Pensava-se em uma possibilidade de padronização técnica. Com a descoberta e organização de novos acervos, observou-se a multiplicidade das dimensões dos suportes fotográficos. Cada fotógrafo ou centro produtor, em épocas distintas, acabou por utilizar-se de diferentes formatos e, assim, a análise historiográfica baseada exclusivamente em padrões e modelos materiais desse tipo, podem não apresentar opiniões conclusivas apesar de sugerir importantes caminhos de investigação. Ver: KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São paulo : Ática, 1989. p. 56 e seguintes.

E finalmente a cidade da civilisação, a nova cidade que transfigura-se e cresce a nossos olhos, erguendo-se e emancipando-se a pouco e pouco das feias antigualhas do passado." [371]

Nessa cidade, descrita pelo futuro propagador da República, a urbanidade começa a ser observada e na imagem presente no Álbum de Homem de Mello, muito mais que o Arco do Triunfo para a inauguração da Estrada de Ferro, percebe-se a ação dos elementos simbólicos desse momento, estruturados no processo cultural do fotógrafo realizador da fotografia.

Tais dados podem ser comprovados pelo uso da simbologia presente na cartografia produzida e divulgada no período. Nesse mesmo ano, Abílio A. S. Marques, no corpo de seu *Indicador de São Paulo,* anexa o primeiro mapa detalhado da capital: nascia o primeiro "guia de ruas" da capital.

No mapa topográfico da cidade, litografado por Jules Martin, a cidade é vista pelo seu conjunto urbano, passando a representar simbolicamente o elemento central de integração do território da Província.

A capital, mapeada em sua plenitude, garante a organização necessária a uma administração central que busca, entre outros fatores, o conhecimento do seu território e de seu espaço de atuação ideológica. Essa preocupação é referenciada pela administração da urbe pelo menos desde 1852, quando, segundo uma Ata da Câmara Municipal, datada de 13 de novembro, pedia-se a organização de um mapa que demonstrasse quais terrenos localizados na cidade ainda eram devolutos e deveriam ser reservados para abertura de ruas, praças, cemitérios e outras edificações de interesse público.[372] O mapa, reproduzido e divulgado na obra de Abílio Marques, em 1878, é a concretização direta dessa política administrativa e a confirmação da evolução do conhecimento necessário dos espaços públicos para a população envolvida com seus usos e representações.

O espaço mapeado e conhecido, do local de vida cotidiana, garante uma referência simbólica direta para amparar a expansão para além do espaço próximo. Deve-

---

[371]CAMPOS, Américo de. A cidade de S. Paulo em 1877. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1878: 3º anno. Organizado por José Maria Lisboa. Edição fac-similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 01.

[372]SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo* 1554-1880): discurso ideológico e organização espacial. São Paulo : Moderna, 1984. p.139-140.

se lembrar que também data de 1878 outra produção cartográfica que atingiu um público consumidor mais amplo. José Maria Lisboa publica, encartado no corpo de seu *Almanaque* desse ano, uma carta geográfica da Província, a primeira a circular de forma ampla, não restrita apenas a uma parcela da elite cultural do período.

Até esse momento, aparentemente, somente os mapas da Província de Müller, de 1837, e de Cândido Mendes, encartado no corpo de seu *Atlas* de 1868, haviam propagado diretamente a idéia de um território unificado. Nota-se que outros mapas foram produzidos, mas não condicionados a uma distribuição e propagação da produção cultural realizada. Encartada no corpo do *Almanach Litterario de 1878,* a carta da Província, litografada também por Jules Martin, passa a idéia complementar da permanência da cidade de São Paulo como centro de um território definido, sobretudo, pelo seu espaço visualizado e propagado, fato já discutido anteriormente.

Nessas publicações, em conjunto com as fotografias realizadas no período, ratifica-se uma nova postura para a Província, reproduzindo-se as idéias civilizatórias em suspensão no período.

Para além da cidade, uma grande parte do território provincial ainda era objeto de um futuro conhecimento, e para tanto, a criação de um panorama cultural satisfatório foi necessário para sua organização, que foi fruto de um modelo administrativo gerado sobretudo, no ambiente das principais cidades do território.

8 NO SERTÃO: A AVENTURA DO REGISTRO FOTOGRÁFICO, A COMUNHÃO ENTRE AS REGIÕES GEOGRÁFICAS E A ESTRUTURA DA CIÊNCIA

"Deus é grande, mas o matto é maior." Pensamento popular reproduzido pelo Visconde de Taunay em 1867.[373]

Ao indagarmos sobre as condições de trabalho do fotógrafo fora dos centros urbanos, na segunda metade do século XIX no Brasil, esbarramos com um país que enfrentava problemas de comunicação, transporte, intempéries climáticas, além dos problemas sociais e políticos. Com um enorme território a ser desbravado e "conhecido" pelo olhar "civilizado", o Brasil, como outras nações, incluindo-se nesse caso quase todas fora do continente europeu, enfrentava particularidades regionais que impediam o desenvolvimento acentuado da atividade fotográfica.

Os caminhos, sempre prejudicados pelas condições impostas por clima, fauna e flora, criavam obstáculos quase que intransponíveis aos que se aventurassem pelo interior do país, fora dos núcleos urbanos mais desenvolvidos, mas, paralelamente a isto, a atividade fotográfica acontecia em todo o território, com estúdios existentes nas principais cidades e capitais brasileiras.

A obra de Boris Kossoy é categórica nesse sentido, ao mapear a enorme quantidade de fotógrafos e estabelecimentos fotográficos existentes no país entre 1833 e 1910. Ao todo, têm-se cerca de 37 fotógrafos e seus respectivos estabelecimentos atuantes nas diversas Províncias do país entre 1833 e 1849; 102, entre 1850 e 1859; 251, entre 1860 e 1869; 248, entre 1870 e 1879; 230, entre 1880 e 1889; 232, entre 1890 e 1899, e 278, entre 1900 e 1910.[374] Vários fotógrafos estão presentes em diferentes momentos históricos

---

[373]TAUNAY, Visconde de. *Visões do sertão*. São Paulo : Melhoramentos, [s.d.]. p.62.

[374]KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro:* fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002. p. 334 e seguintes. (Nessa contagem estão incluído os fotógrafos anônimos).

mapeados por Kossoy, mas é importante observar o crescimento sempre constante da atividade fotográfica no país, em especial ao final do século XIX e início do século XX.

Desses fotógrafos, há uma categoria que não recebeu menção honrosa e quase sempre tem como resultado de seu trabalho o anonimato. Sobre ele, Kossoy afirma: "Nem sempre a imagem do indivíduo e do grupo social se fez através dos cenários sofisticados dos ateliês das maiores cidades freqüentadas pela classe alta. Se uma parte dos fotógrafos preferia se fixar nas capitais costeiras, outros tantos percorriam o interior em busca de clientes. A itinerância dos fotógrafos é uma das características mais notáveis da penetração da fotografia no interior do país; e ela não ocorre apenas no período da daguerreotipia, isto é, nas primeiras duas décadas que se seguem ao advento da fotografia (1840-1860). (...) Foram os pequenos fotógrafos – anônimos, itinerantes, 'volantes', ambulantes, (...) que contribuíram para a fixação da imagem do homem brasileiro." [375] Para o autor, as representações criadas por esses fotógrafos "são vestígios documentais de múltiplas existências: deles próprios enquanto retratistas e de seus retratados".[376]

Como suas pesadas câmeras percorriam o interior do país captando momentos únicos da vida do brasileiro, em diferentes locais não vinculados a realidades importadas dos grandes centros urbanos, embora sua bagagem cultural trouxesse traços marcantes nesse sentido, muitas das identificações imagéticas fotografadas relacionam-se às necessidades culturais em curso nas zonas urbanas mais desenvolvidas materialmente. Gilberto Freyre lembra que essas necessidades culturais faziam-se pela "re-europeização", ou seja, os novos contatos estabelecidos no país com o continente europeu recriavam-se, após a Independência, de uma maneira diferenciada da fase anterior. A Europa, no século XIX, era outra, mais industrializada, fato que provocava no Brasil, pela imitação e às vezes por imposição, a adoção de seus gostos e atitudes.[377]

A forma como a itinerância se procedeu é uma chave importante para a compreensão da formação da imagem captada pelos "sertões" do país e assim entender a perpetuação de modelos imagéticos, cuja propagação e permanência foi assegurada, de certa forma, por esses mesmos profissionais.

---

[375] KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro:* fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002. p.25.

[376] KOSSOY, Boris.. Idem. Ibidem.

[377] FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1936. p.259

A representação fotográfica urbana nasce atrelada à compreensão da fotografia como produto cultural significativo, no intuito de desenvolver modelos de representação. Aquilo que é visualizado é interpretado e absorvido como modelo, tornando-se um elemento de compreensão mnemônica coletiva. A obra, que é parte do autor e da sociedade da qual ele faz parte, passa a ser um sustentáculo significativo do modelo de visualidade propagado e absorvido. Nos sertões, os modelos padronizados, utilizados pelos fotógrafos de estúdio do século XIX, não são totalmente viáveis e assim se tornam de difícil aplicação.

A história da fotografia pelo interior do território brasileiro confunde-se com a busca pelo conhecimento do espaço a ser conquistado, uma conseqüência direta de um modelo organizacional diferenciado e orquestrado, a princípio, pelos membros de uma elite atrelados à realidade urbana dos grandes centros provinciais.

Em 1862, por exemplo, o então Visconde de Taunay, em viagem realizada para o Mato Grosso como da parte Força Expedicionária para lutar no cenário da Guerra do Paraguai, comenta em uma das cartas enviadas ao amigo Henrique Fleiuss, em 9 de abril de 1865: *"Muito breve deixaremos a cidade de S. Paulo, procurando rumo de Campinas. Nesse segundo pouso funcionará a máquina fotográfica de modo tal que nossos mestres possam apresentar com algum orgulho os trabalhos dos novamente iniciados nessa arte pelos seus esforços, amabilidade e complacência."*[378]

De fato, ao chegar em Campinas, Taunay encontra o fotógrafo Henrique Rosen, do qual traça uma pequena biografia: *"Curiosa figura a dêste filho do Norte! Saíra da pátria por diabruras da mocidade; mas, estabelecido em Campinas, trabalhara com perseverança, merecendo durante longos anos a estima e a confiança de todo. Pôde, afinal, voltar com alguma fortuna para a Suécia, onde foi cônsul geral do Brasil em Estocolmo (e onde faleceu a 5 de janeiro de 1892)."*[379]

Desse encontro, produziu-se, no mínimo, uma imagem fotográfica de estúdio, visto que os membros da Expedição permaneceram por cerca de dois meses na cidade de Campinas.

---

[378]TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*: viagens de outrora. São Paulo : Melhoramentos, 1948. p. 116.

[379]TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo : Melhoramentos, [1946]. p. 121.



Prancha n. 54. FLEIUSS, Henrique. (atribuição). *Comissão de engenheiros da Campanha de Mato Grosso e Retirada da Laguna (o Visconde de Taunay aparece na foto de pé, ao centro).* Impressão sobre papel, 14,5 cm x 11,2 cm. In: TAUNAY, Visconde de. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo : Melhoramentos, [1946-1948]. p. 164-165.

A fotografia realizada está reproduzida no corpo do livro de *Memórias* de Taunay e sobre ela, há um breve comentário produzido pelo próprio autor: *"Por êsse tempo tiramos a fotografia da nossa Comissão, grupo que tenho agora mesmo diante dos olhos, pela fixidez da côr honra os trabalhos de Henrique Rosen. (...) Quando essa fotografia circulou pelas boas rodas de Campinas, uma senhora exclamou: O Taunay parece o menino Jesus no meio dos doutôres!"*[380] Vide anteriormente, **Prancha n. 54**.

Os pormenores do trabalho desenvolvido por Rosen podem ser observados nos detalhes da organização da cena e de seus personagens. Os líderes da Comissão, que estão sentados, escutam os comentários daqueles seus companheiros que estão de pé: Taunay é o terceiro da esquerda para direita. Nota-se que na disposição da cena, os personagens estão trabalhando com um grande pedaço de papel. Durante a descrição de suas memórias, Taunay chama-os de "Engenheiros" e aparentemente a imagem passa a idéia de que os personagens estão traçando uma espécie de mapa da jornada da Comissão. Essa característica é bastante significativa pois é essa a realidade do espaço territorial a ser percorrido pela Expedição e a prática principal do cotidiano dos personagens retratados. Mostrar a função da Expedição pelo "resumo" imagético proposto na fotografia é atestar os modelos culturais em suspensão no período.

A mão do personagem central em pé na cena, depositada sobre o ombro do outro que está sentado – segundo da direita para esquerda –, transmite a sensação de uma cena de trabalho, enaltecendo as habilidades do fotógrafo em captar os elementos da Comissão de Engenheiros em seu clímax, ou seja, a idéia do trabalho intelectual. Característica que foi perfeitamente transmitida, em função da explicação, realizada por Taunay anteriormente, no qual a senhora comentou o que pôde visualizar na fotografia em questão. O interessante no trabalho de Rosen é o exemplo da reprodução dos padrões estilísticos da fotografia de estúdio do período, o uso de um cenário fictício para caracterizar, simbolicamente, a mensagem a ser transmitida pela imagem.

Sobre Henrique Rosen, há um anúncio de seu negócio, no corpo do *Almanach Litterário de São Paulo para o anno de 1876,* publicado por José Maria Lisboa. Nesse

---

[380]TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo : Melhoramentos, [1946]. p. 122.

anúncio, Rosen comenta que sua casa fotográfica é a mais antiga da Província, fundada em 1862.[381] Essa informação é bastante pontual, mas não confirma plenamente o funcionamento de seu estúdio nesse ano. Seu ateliê não é o mais antigo, pois Boris Kossoy relembra, por exemplo, que, entre 1850 e 1859, seis fotógrafos já anunciavam seus trabalhos na Província.[382] Sobre Rosen, é também de Kossoy a informação relacionada ao início de seus trabalhos na cidade de Santos, em 1862, quando da publicação de um anúncio na *Revista Commercial,* periódico local, de 21 de junho daquele ano, e tal elemento, associado ao anterior, invalida as informações de seu anúncio.[383]

Outro exemplo da construção do imaginário fotográfico no sertão encontra-se, também em 1862, com o pintor francês F.A. Biard, que escreve uma narrativa de viagem ao país intitulada *Dois anos no Brasil.* Biard, quando chegou ao Rio de Janeiro, teve breve contato com o pai de Taunay, que na época era Cônsul da França no Brasil.

Na obra do viajante, existe a narrativa da sua chegada, permanência e suas aventuras pelo país, em especial pelas Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amazonas. Em terras capixabas, ele produz um interessante relato da sua experiência com a câmera fotográfica pelo sertão da Província. Nessa descrição, Biard conta como nasceu seu interesse pela fotografia: *"Já nas vésperas de partir veio-me à cabeça uma idéia de fazer coisa de que não entendia patavina: ser fotógrafo. Comprei máquinas em segunda mão, drogas avariadas e um manual que leria na viagem."*[384]

Nota-se uma certa disseminação da atividade fotográfica, a ponto de Biard conseguir comprar uma câmera usada e tentar trabalhar com a atividade somente com o uso de um manual. Sua experiência não foi das melhores, mas são dignas de nota as agruras enfrentadas pelos fotógrafos itinerantes no período, pois o sertão não oferecia condições favoráveis à prática da fotografia.

---

381 ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1876: 1º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 164.

382 KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro:* fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002 p.339.

383 KOSSOY, Boris. Op. Cit. p. 280.

384 BIARD, F. A. *Dois anos no Brasil.* Tradução Mario Sette. São Paulo : Comp. Editora Nacional, 1946. p.58.

Biard enfrenta grandes dificuldades para exercer sua atividade, inclusive com a construção de seu gabinete fotográfico: *"Consegui no outro dia o auxílio de um homem que, munido de martelo e verrumas, me ajudou a construir pequena câmera escura para meus trabalhos fotográficos. Se falei em verrumas foi porque as madeiras brasileiras são de tal modos duras que não se pode pregar apenas com pregos. (...) O acanhado aposento a me servir de câmara, de atelier, de quarto de dormir e de laboratório de história natural, não recebi luz senão por uma porta(...) Em tôrno da câmara escura espalhavam-se minhas roupas a fim de taparem as brechas das tábuas já em parte cobertas com papel."*[385]

O fotógrafo mostra-se minucioso quanto a suas experiências com a fotografia. Reclama das intempéries, em especial da chuva, que sempre lhe dificultavam as atividades. Seus comentários são um ótimo resumo do exercício fotográfico em campo, comparado às facilidades apresentadas pelo trabalho em estúdio na zona urbana. O autor ainda indica os acidentes possíveis com o manuseio das drogas para a prática da fotografia: *"Um dia, ao manejar uns frascos com colódio, perto do fogo, a chama comunicou-se a um litro de éter. Felizmente ainda dessa vez a explosão não me atingiu."*[386]

Percebe-se, em suas reflexões, que o fotógrafo itinerante estava sujeito aos vários percalços da atividade em plena floresta, como no caso de Biard, ou mesmo nos locais não propícios às atividades envolvendo a prática fotográfica.

Dessa maneira, compreender o impulso que leva ao registro fotográfico para fora dos centros urbanos é entender a necessidade de usar a imagem do que foi visto de maneira a propagar aquilo que se queria comparar para impor, entre outros motivos, a nova ideologia burguesa em desenvolvimento. A imagem do desconhecido fascinava, e como nos lembra Kossoy, "Interessava ao viajante estrangeiro registrar o diferente, pois desta forma confirmava a sua *identidade de homem branco europeu*. A iconografia, neste sentido, representou papel fundamental na medida em que era veículo de divulgação da *imagem do outro*, apresentada como novidade."[387]

A novidade do registro das regiões desconhecidas – ao olhar estrangeiro – do território nacional assume a roupagem de um troféu simbólico da conquista do inusitado e

---

385 BIARD, F. A. *Dois anos no Brasil Dois anos no Brasil.* Tradução Mario Sette. São Paulo : Comp. Editora Nacional, 1946. *p.78.*

386 BIARD, F. A. *Op. Cit.* p. 122.

387 KOSSOY, Boris. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.6, n. 01/02, p.15-16, jan/dez. 1993.

a imagem fotográfica passa a ser a representação ideal desse triunfo, ancorada em seu *status* de invenção tecnológica: um veículo de difusão da chamada "verdade científica pura."

O momento histórico atrelado à chamada Revolução Tecnológica de 1870 criou uma aura mítica em torno das máquinas e de seus atributos. O cotidiano foi alterado de maneira abrupta e embora o carvão e o vapor ainda fossem os elementos centrais do impulso das máquinas, também a eletricidade e os produtos químicos, além do petróleo, passaram a ser usados em larga escala, modificando a perspectiva e a compreensão do mundo pelas pessoas. [388]

No Brasil, em particular, notam-se essas mudanças a partir da chegada do Imperador ao trono. O contexto da maioridade política do monarca, em 1840, abriu perspectivas significativas na mudança do panorama cotidiano do país, sobretudo no aspecto das modificações no âmbito material. Em 1850, com a suspensão gradual do tráfico negreiro, os capitais passaram a ser reinvestidos em outros elementos que se encontravam em estagnação. Nesse ano, por exemplo, foi inaugurada a primeira linha marítima a vapor entre o Brasil e a Europa. As comunicações entre os locais internos no país cresceram de forma considerável se forem comparadas às do período histórico anterior, cuja estagnação econômica provocou o isolamento das camadas senhoriais em suas Casas-Grandes rurais, característica que os levou a abandonar, várias vezes, o cotidiano citadino. Entre 1854 e 1858, constróem-se as primeiras estradas de ferro; em São Paulo, a ligação ferroviária com o Porto de Santos se concretizaria em 1867 – embora de forma precária –, demonstrando a aproximação da Província com o movimento em curso no resto do país. [389]

A própria Expedição de Taunay pode ser considerada como um reflexo desse processo de mudança. A falta de elementos de comunicação com o interior do país, observada, por exemplo, no fato de a navegação fluvial só se efetivar, nos primeiros anos da década de 60, – com empreendimentos organizados pelas empresas de Mauá –, na

---

[388]BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução á História Contemporânea*. São Paulo : Círculo do Livro,[s.d]. p.40.

[389]SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro : Grafia, 2004. p. 87.

concentração das comunicações vinculadas aos portos marítimos e da falta de navios, somados à necessidade do deslocamento de tropas para o cenário da Guerra do Paraguai, transformam a Expedição Taunay em uma empresa de caráter exploratório e de busca da suposta centralidade administrativa proposta pelo governo do Império.

Um dado interessante da Expedição, que pode repercutir esse aspecto, foi a preocupação de Taunay em elaborar descrições minuciosas e românticas dos locais pelos quais passava. O isolamento foi quebrado pelo narrador, no caso o próprio Taunay, que representava o poder constituído, a colocar a região visitada na perspectiva de controle do governo central.

8.1 A Noroeste Paulista: o Sertão Catalogado

A região Noroeste da Província foi a primeira a ser desassociada da expressão *Sertão Desconhecido*, presente na maioria dos mapas confeccionados no período. Seu processo de reconhecimento começou a desenvolver-se com o mapa confeccionado pela expedição liderada por Taunay.

A cidade de Araraquara, no interior paulista, era o ponto de aproximação entre o chamado sertão da Província, em sua região mais ao Norte, e a civilização. Ela foi referenciada desde o século XVIII, quando Lacerda e Almeida, ainda movido pela mistificação do ciclo aurífero, em sua expedição realizada na região, em Dezembro de 1788, comentava sobre os *"montes de Araraquara, em que os quais se representa uma bela cidade. É tradição constante que nestes montes há ouro; os que vão de São Paulo para Goiaz atravessam estas serras."*[390] Convém lembrar que a obra de Lacerda e Almeida foi um dos primeiros livros a serem publicados em São Paulo, no ano de 1841, em edição patrocinada pelo governo Provincial, interessado em conhecer e propagar as partes de seu território já visitadas e reconhecidas por alguns autores. Os dados e as informações recolhidos passaram a fazer parte de uma base estatística e documental para uma possível centralização administrativa.

[390]LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1944. p.95

Em 1876, em um Almanaque circulado nesse ano, a cidade de Araraquara era descrita por Joaquim de Almeida Leite Moraes. O autor ficaria mais conhecido pela publicação de *Apontamentos de Viagem*, obra escrita em 1880, quando assumiu o cargo de presidente da província de Goiás. No texto presente no Almanaque, o autor relatou o cotidiano da urbe na qual atuava na política, desde 1865, como presidente da Câmara Municipal. Moraes afirmou que, Araraquara representava uma vila *"das prósperas; inferior a poucas cidades; superior a muitas pela sua população, pela sua lavoura, pela sua riqueza, e assombrada pela fertilidade de seu solo."* [391] Sua narração é típica da necessidade de se chamar a atenção para a prosperidade das cidades localizadas na região, última catalogada e representada nos mapas do período: após Araraquara, tudo era desconhecido e confuso.

A prosperidade da vila poderia ser medida pela extensão do território – considerado, pelo autor, maior que o de Portugal – e a posse do mesmo pois, segundo Almeida, não havia nenhum palmo de terra que não estava sob o domínio privado.[392] Essa característica mostra a necessidade de apresentar a cidade como apta a receber a atenção governamental pois, pela forma da propaganda do editorial do Almanaque, sabia-se de seus limites e de suas organização territorial.

Leite Moraes também relacionou as profissões existentes na vila, e entre elas, destaca-se um fotógrafo sem nenhuma referência maior sobre seu nome ou alguns de seus trabalhos. Sabe-se, pela indicação apresentada em outra obra, no caso o *Álbum de Araraquara de 1915,* que havia um fotógrafo, supostamente de origem francesa, atuando na cidade desde 1895. Assinando suas fotografias, já no início do século XX, como *Phot. Pérez*. Filemón Pérez atuou em Araraquara entre 1895 e 1915, tendo transferido seus negócios na cidade para *Monteiro & Garcia* aparentemente neste mesmo último ano pois, em 1916, já encontrava-se trabalhando em São Carlos.[393]

---

[391] MORAES, J. A. Leite. Araraquara. In: ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO para o anno de 1877: 2.º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.173

[392] MORAES, J. A. Leite. Araraquara. Op. Cit. Idem.

[393] Sobre as imagens produzidas por Pérez, datadas do início do século XX, ver: FRANÇA, Antonio M.(org.) *Àlbum de Araraquara*. São Paulo : João Silveira Editor, 1915. Observar anúncio do ateliê fotográfico de Pérez, na página 20 da seção de anúncios, no qual é referenciada a data de início de suas atividades. Ver também: CASTRO, F (org.) *Almanach – Álbum de São Carlos*: 1916-1917. São Carlos –SP :

As atividades econômicas desenvolvidas na região de Araraquara atraíam uma variada gama de pessoas, mas é sintomático que as localidades desta parte do território da Província começassem a serem biografadas e inseridas em um contexto maior do conhecimento de uma elite administrativa.

A região após a Vila de Araraquara era composta de terrenos sem a efetiva presença de colonos. Os indígenas, naturais da terra, como as tribos Caingangues e Coroados, entravam constantemente em choque com os brancos pela defesa de seu território. Essa característica levou, sobretudo nos anos iniciais do século XX, a se criar toda uma mística na qual o indígena era o inimigo central dos colonos, devendo ser combatido para a imposição de um modelo civilizatório para a região. [394]

A formação urbana inicial nesta região é movida pela migração de mineiros das regiões afetadas pela decadência econômica da mineração, acentuada pelos problemas políticos advindos da Revolução Liberal de 1842. A fronteira interprovincial não é vista como uma marca presente no imaginário coletivo do período. O ponto de referência da separação passa a ser o Rio Grande, pois o elemento geográfico natural é o único palpável em uma área desconhecida e não catalogada oficialmente. As terras desocupadas tornam-se elementos de atração e fixação de uma população cujo cotidiano, com exceção do que se sabia por relatos esporádicos como o de Leite Moraes, era totalmente desconhecido da administração central.

A classificação das localidades urbanas após a região em que está a cidade de Araraquara acompanha a formatação apresentada pelo mapa da Expedição de Taunay, a ser comentado. Há, como exemplo de referência, a Fazenda Cachoeira, território inicial de fundação da cidade de Jaboticabal.

Jaboticabal, antes de sua elevação a Vila, era conhecida como *Portal do Rio Pardo*, e era a cidade mais próxima entre a vila de São Bento de Araraquara e o arraial de

---

Typografia Artística, 1917. (não paginado). Há nesta obra uma referência ao trabalho de Pérez, atestando a continuidade de sua produção até pelo menos 1916.

[394] Relacionado ao contato com os indígenas na região, ver: LIMA, João Francisco Tidei. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada na FFLCH/USP. São Paulo: mimeografado, 1978.

São José do Rio Preto, estando localizada nas proximidades do *Ribeirão dos Porcos*, marco geográfico também anotado no mapa da Expedição de Taunay.

Em 1888, por exemplo, Jaboticabal era conhecida por possuir uma das maiores extensões territoriais de um município em toda região da então Província de São Paulo.[395] Já no ano de 1900, um viajante, De Racourt, percorrendo a região da Noroeste, considerou Jaboticabal como a "última baliza do mundo civilizado por que a floresta virgem começa vinte quilômetros adiante."[396]

Fruto da penetração do território – como a grande maioria das povoações da região – pela ação dos mineiros, teve sua área original doada a João Pinto Ferreira, em forma de uma Sesmaria, por volta de 1816. Sua fundação acontece no ano de 1828, quando o sesmeiro doou uma porção de suas terras ao Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, processo que deu origem ao povoado.

No ano de 1867, na mesma época da passagem de Taunay pela região, o arraial era elevado à categoria de Vila – embora não seja catalogado no mapa da Expedição –, passando a ser o ponto central de uma vasta região administrativa de cerca de 40.000 Km2. Com cerca de 14 mil habitantes, em 1875, Jaboticabal estava inserida em um território que *"confina-se ao Norte, com a Provincia de Minas Geraes, pelo Rio Grande; ao sul com o municipio de Araraquara, pelo rio dos Porcos; a leste com os de Ribeirão Preto e Batataes, pelos rios Mogy-Guassú e Pardo; a oeste extende-se o territorio do Municipio até o rio Tieté."*[397]

Dessa classificação territorial, é possível perceber a importância dos atos administrativos da comunidade e seus reflexos na formação inicial da Noroeste Paulista. O desmembramento da cidade de Araraquara e a inserção do território no contexto de uma centralização administrativa proposta pelo Império – característica que ocorre após a passagem de Taunay na região – modificam o enfoque de ocupação do chamado *Sertão Desconhecido*. A grande presença dos naturais de Minas Gerais na área pode ter

---

[395] ALMANACH DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1888. Organizado por Jorge Seckler. 6º ano. São Paulo : Typographia a Vapor de Jorge Seckler e Comp., 1888. p.469.

[396] Citado por MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo : HUCITEC, 1984. p.176.

[397] Citado por: BRANDI, Agostinho. *São José do Rio Preto (1852-1894)*: roteiro histórico do Distrito (...). São José do Rio Preto : Casa do Livro, 2002. p. 233

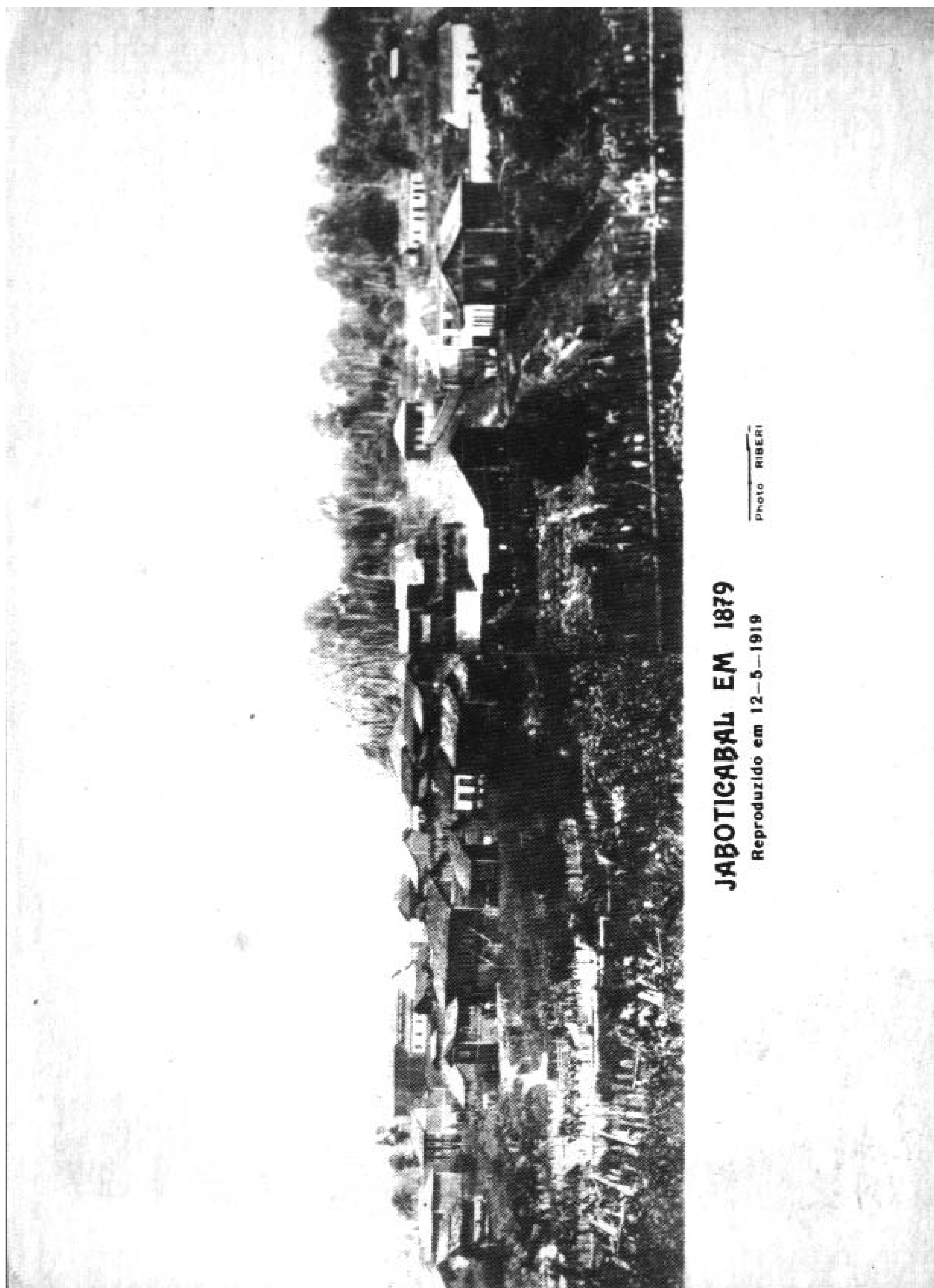
desencadeado uma preocupação maior por parte do poder provincial quanto à legitimação das terras como tributárias do governo paulista.

A permanência da expressão cartográfica *Sertão Desconhecido* comprometeria as reais necessidades locais, como no caso de Jaboticabal, que passou a coordenar uma vasta região limítrofe entre duas outras Províncias. Necessitava-se criar uma identidade da urbe com o processo de ocupação e povoamento, e a imagem fotográfica, por exemplo, era um dos mecanismos oportunos para efetivar esta proposta.

A fotografia, reproduzida, a seguir, na **Prancha n. 55**, mostra a cidade de Jaboticabal e é considerada a primeira imagem realizada reproduzindo o aspecto urbano da comunidade. Ela foi dada a público na forma de um cartão-postal, que circulou em 1919, e foi impresso pela *Photo Riberi.,* mas se confirmada a data de 1879 para a sua confecção, pode-se afirmar que talvez seja um trabalho do fotógrafo anônimo de Araraquara pois não há referência a outros fotógrafos na região no período. A proximidade entre as cidades também pode sugerir tal hipótese.

A produção da fotografia, registrando o aspecto urbano ainda em desenvolvimento, é bastante significativa. A imagem captada é o elemento de identidade necessário ao grupo, um mecanismo mnemônico de criação de uma identidade coletiva. Aproxima, pelo conteúdo imagético, o material e o simbólico, atestando uma referência de comportamento para a comunidade, característica que não existe somente no contexto das lembranças de seus moradores, ao contrário, é fixada na superfície da fotografia, confirmando as lembranças necessárias à perpetuação dessa mesma comunidade como grupo possuidor de uma memória própria.

Nota-se que o fato de a fotografia ter sido preservada e, posteriormente, já com a constatação do desenvolvimento da urbe em 1919, propagada é sinal de que sua carga simbólica representa um sustentáculo às idéias em suspensão.



Prancha n. 55. *Jaboticabal em 1879: reproduzido em 1919; Photo Riberi*. Cartão Postal. Fac-simile circulado entre 1970 -1990. 10,5 cm x 15,5 cm.

A fotografia mostra a comunidade agrupada como um aglomerado urbano em desenvolvimento, percebendo-se a comparação entre o ambiente urbano e o resto de mata original, preservada ao fundo. Para o autor da imagem, o cotidiano de última localidade civilizada no sertão bruto, característica que seria referenciada pelo viajante francês De Racourt, é algo presente naquele momento e assim passível de percepção na construção imagética criada. Jaboticabal, pelo registro fotográfico realizado, assumia a postura administrativa pertinente ao momento sociocultural vivenciado.

A outra localidade referenciada no mapa elaborado pela Expedição de Taunay trata-se do então arraial de São José do Rio Preto, que, nesse período, estava formando-se como uma localidade que buscava sua própria representação política, pois ainda era vinculada administrativamente à cidade de Jaboticabal.

A vastidão do território da Província, desconhecido pelo poder central, era um dos principais problemas a ser enfrentado. A demora resultante da circulação dos informes administrativos condicionava o cotidiano das cidades quase que somente para esse assunto. A cidade de São José do Rio Preto não foi exceção e dessa forma, a documentação textual produzida nessa época, entre 1852 e 1894, é quase exclusivamente relativa à legalização da cidade como comunidade urbana apta a receber a atenção do poder administrativo central.

Para a história oficial de São José do Rio Preto, consta que "os primeiros povoadores, segundo a tradição, devem ter sido os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Souza, que vieram de rio Verde, do Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1820 e 1830 (...) a segunda leva de povoadores chegou em setembro de 1831 com Antônio Alves da Silva(...) Vieram, em seguida, os irmãos Antônio Carvalho e Silva e Luiz Antônio da Silveira, em 1845 (...)"[398] Há uma ocupação crescente de mineiros na região, característica comprovada também pelo análise anterior do desenvolvimento da cidade de Jaboticabal.

Em 1852, João Bernardino de Seixas Ribeiro, outro mineiro vindo da região de Casa Branca, fixava residência entre o espigão central do Rio Preto e o córrego do Canela, território que formaria o embrião central da futura cidade.

---

[398]NOGUEIRA, Carlos Rodrigues. *São José do Rio Preto* (1852-1945). São Paulo : João Bentivegna, 1952. p. 10 -11.

O local escolhido, como ocorreu em quase todas as cidades no sertão formadas no período, segundo Pierre Monbeig, dividia-se em "aguadas, isto é, terras compreendidas entre duas linhas de crista e correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica. Era a posse da água o elemento indispensável de toda propriedade."[399] A necessidade da posse do recurso hídrico levava à fixação da propriedade nas proximidades de um rio, que passava a ser o elemento central da demarcação territorial.

Desse processo de ocupação inicial da localidade de Rio Preto, há uma referência concreta em 1857, quando Azevedo Marques publica seu *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Provincia de São Paulo.* Na obra de Azevedo Marques, São José do Rio Preto aparece com *Curato de Jaboticabal* pertencente á *Comarca de Mogy-Mirim.*[400] No ano seguinte, a região já é classificada por Azevedo Marques como *Districto do Rio Preto*, pertencente ao Município de Araraquara, e constava com um Subdelegado: Francisco de Paulo Oliveira e cinco "Supplentes".[401] Dessa maneira, observa-se que a cidade era conhecida praticamente desde sua fundação, embora não constasse em nenhum mapa elaborado até então.

Na passagem da Expedição de Taunay pela região, há o primeiro contato descritivo do então arraial. Comenta Taunay que o *"arraial estava deserto por causa do recrutamento – punha-se então em pratica o dito que circulava em todo o Brasil: Deus é grande mas o matto é maior (...).*[402] O convívio de Taunay com Bernardino de Seixas Ribeiro desencadeou o conhecimento do cotidiano da comunidade, colocando-o em relação com os poderes representativos do Estado. Após esse acontecimento, o Visconde não deixa de comentar sobre o arraial em outras de suas obras, característica que demonstra que a experiência do contato revelou uma preocupação de uma elite com o conhecimento dessa vasta região da Província.

---

[399]MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo.* São Paulo : HUCITEC, 1984. p.135.

[400]ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE S. PAULO para o anno de 1857. MARQUES, J. R. de A. e Irmão (orgs.). 1.anno, São Paulo : Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1856. p. 167.

[401]ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE S. PAULO para o anno de 1857. Op. Cit. p. 327.

[402]TAUNAY, Visconde de. *Visões do Sertão*. São Paulo : Melhoramentos, [s.d.]. p. 62.

Em *Visões do Sertão,* ao chegar no arraial de São José do Rio Preto, sob chuva torrencial, Taunay comenta que "*Pousamos (...) na única casa do arraial, coberta de telha, pertencente ao Sr. Bernardino de Seixas Ribeiro, inteligente paulista, que descende de boa família e goza de muito conceito em tôda aquela redondeza. A povoação consta de meia dúzia de palhoças abandonadas, na ocasião do recrutamento, por todos os habitantes que, com exceção do subdelegado* [na época o próprio Bernardino], *que era o próprio recrutador, haviam fugido para as matas e pontos em que não se tornasse possível a exigência do serviço das armas. Há uma igrejinha em construção, e cremos que por muitos anos fique nesse estado, quando não se arruíne totalmente.*"[403]

Nesse momento, a comparação da estrutura urbana do vilarejo para o viajante, desenvolve-se de maneira preconceituosa e etnocêntrica. Taunay, acostumado à visão de um cotidiano urbano da Corte, não consegue perceber a idéia lenta da ocupação territorial que se processava. O mapa confeccionado pela Expedição, por exemplo, é parte desse processo de conhecimento territorial comparativo, pois nada é catalogado ou classificado fora da estrada que foi seguida, mostrando que o espaço estava sendo reconhecido por e para um poder central, independentemente da presença ou não de pessoas acostumadas às características do local.

A região fronteiriça da Província de São Paulo com a de Minas Gerais mostra-se envolvida em um processo de busca de identidade: os colonos são mineiros mas as terras são paulistas. O processo econômico desenvolvido, inicialmente, restringe-se à lavoura de subsistência e, posteriormente, ao comércio de gado, aproveitando-se do fluxo de mercadoria gerado pelo abastecimento das tropas brasileiras no palco da Guerra do Paraguai. De acordo com esse fluxo econômico, a região se desenvolve e passa a criar suas referências cotidianas, amparadas na política centralizadora buscada pelo Império.

Percebe-se que apesar de inúmeras cidades não constarem em vários mapas do período, seu reconhecimento como estrutura urbana apta a receber investimentos e um fluxo migratório organizado deveria passar pelo conhecimento literário das elites pensantes do país, em especial da Província.

Não bastava a cidade simplesmente existir, era necessário sua existência ser comprovada ou assinalada na produção documental do período, seja ela administrativa,

---

[403]TAUNAY, Visconde de. *Céus e Terras do Brasil*: Viagens de Outrora. São Paulo : Melhoramentos, 1948.

seja literária, para assim receber, por exemplo, atenção do Governo Provincial. Os Almanaques editados por J. R. de Azevedo Marques em 1857 e 1858, ou o de Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, de 1873, são obras que tiraram do anonimato diversas localidades no contexto do cotidiano territorial da Província.

Apesar de todas essas obras, o marco da propagação de tal conhecimento pode ser localizado na publicação de Azevedo Marques, *Província de São Paulo* editado, pela primeira vez, em 1878, sob responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em uma tiragem de mil exemplares. Desses volumes, quinhentos foram doados à viúva e aos filhos do major Manuel Eufrásio do Azevedo Marques como título de compensação pelos serviços prestados ao conhecimento da Província de São Paulo e às letras nacionais. A obra encontrou boa acolhida, tanto que em 1897, a viúva D. Maria das Dores do Amaral pedia ao IHGB permissão para a impressão de uma nova tiragem.

A obra do major Manuel Eufrásio é a primeira a recolher informações, de diversas fontes históricas, relacionadas à história da Província, e nos assuntos mais recentes consultou, entre outros, os trabalhos de Daniel Pedro Müller, do brigadeiro Machado de Oliveira e o próprio Barão Homem de Mello.[404]

Nessa obra, Manuel Eufrásio comenta, por exemplo, sobre São José do Rio Preto: *"Rio-Preto (Rio Preto) – Bairro do município de Araraquara, onde existe criada uma cadeira de instrução pública primária para o sexo masculino. Foi elevado à categoria de vila sob a invocação de São José do Rio Preto, por lei provincial. A paróquia não foi ainda canonicamente provida."*[405]

Dessa maneira, as informações relativas à Província e de várias de suas cidades localizadas na região "não mapeada" do território passam a ser fundamentadas em uma publicação amparada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, garantindo, desta forma, a veracidade das informações colhidas pelo major Manuel Eufrásio.

Dessa forma nota-se que há uma mudança na forma como as elites administrativas passam a ver o território da Província; e no caso específico da cidade de

---

p. 106.

[404] Para mais detalhes sobre a obra de Azevedo Marques consultar: TAUNAY, Afonso de E. Prefácio. In: MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1980. p. 09 – 20.

São José do Rio Preto, a área será observada como um dos pontos finais da colonização e mapeamento do sertão bruto.

[405] MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1980.v. 2, p. 231-214.

9 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO ESTRUTURAL: A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO E AS VOZES LITERÁRIAS DO SERTÃO

Como parte desse processo de reconhecimento "científico" dos locais ainda não mapeados da Província, é criada, por deliberação da Assembléia Provincial de 12 de abril de 1885, na época do Presidente João Alfredo Côrrea, a Comissão Geológica e Geográfica da Província de São Paulo, chefiada pelo geólogo-naturalista norte-americano Orville Adelbert Derby, que trabalhava no Brasil, desde 1875, como auxiliar de Charles Frederic Hartt, responsável pela Comissão Geológica Brasileira, criada por ação do Imperador.

Sobre os atos administrativos de João Alfredo Corrêa de Oliveira, cabe analisar as preocupações presentes naquele momento, que refletiram as ações do seu cargo administrativo. Em sua fala à Assembléia Legislativa, quando entregou seu cargo, comenta: *"Entre os embaraços com que luta a administração da provincia para formar um plano geral que attenda as necessidades de seu desenvolvimento, e para estudar com segurança as questões que se prendam a este objecto (...) avulta a ausencia de informações exactas e minuciosas sobre a geographia, relevo do solo, vias de communicação, estructura geologica, riqueza mineral e caracter das diversas qualidades das terras. É ao meu vêr uma das mais urgentes necessidades das provincia o estudo de seu territorio(...)".* [406] As preocupações de João Alfredo são partes de uma política ampla, na qual a elite cafeeira se insere como elemento norteador do processo sociocultural em desenvolvimento na Província.

Esse momento histórico é marcado pela aproximação do país em relação aos moldes de desenvolvimento orientados pela influência cultural européia. As exportações cafeeiras garantiam um superávit satisfatório para essas elites e geravam necessidades estruturais significativas no contexto da rotina de interpretação do país e de seus paradigmas culturais.

---

[406]OLIVEIRA, João Alfredo C. de. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo (...) no dia 15 de fevereiro de 1886*. São Paulo : Typographia a vapor de Jorge Seckler & Cia, 1886. p.99.

As cidades passam a sofrer modificações consideráveis em sua estrutura urbana, assumindo uma postura cada vez maior de distanciamento do cenário rural brasileiro, ambiente que ainda lembrava os antigos aspectos do cenário histórico colonial.

A capital da Província paulista serve de modelo organizacional para o resto do território provincial, elaborando artifícios gestores condizentes com a realidade cultural em desenvolvimento. A elaboração do novo *Código de Posturas* municipal, aprovado e instituído em 6 de outubro de 1886, é um exemplo desse acontecimento e pode ser visto como parte de todo o cotidiano em questão.

A importância histórica desse documento administrativo, comentada com detalhes em um estudo de Sérgio Milliet de 1941[407], reside em suas propriedades, que buscam centralizar aspectos das necessidades de um cotidiano citadino que se modificava diariamente. A cidade de São Paulo vivia um período de grandes modificações estruturais, com a realização de demolições, sobretudo das áreas ainda vinculadas, simbolicamente, ao passado colonial da antiga vila: a lembrança de ser reconhecida como simplesmente um entroncamento de caminhos permanecia de forma simbólica no pensamento de seus elementos gestores.

O novo Código propunha-se a legislar sobre as necessidades ligadas diretamente à estrutura urbana, como a regulamentação da largura das vias públicas ou mesmo o "aformoseamento" da cidade em benefício de seus cidadãos, conforme a redação de seu Título V.[408] Milliet também comenta que o Código expõe uma realidade administrativa de uma cidade em crescimento, mas condicionada, somente, à organização e disciplinarização por parte dos membros gestores da urbe. O autor fala "*sobre a orientação prática e bom senso de nossos edis.*" [409]

De fato, há uma postura transformadora que afeta diretamente o panorama urbano da urbe e aparentemente revela-se, tal qual na apresentação de um mapa na obra de Abílio Marques de 1878, como também no olhar fotográfico. É nesse momento que

---

[407] MILLIET, Sérgio. São Paulo em 1886. In: *Roteiro do café e outros estudos*: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo : HUCITEC; INL. 1982.

[408] CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1886). São Paulo : FAU-USP, 1951. datilografado. p.09

[409] MILLIET, Sérgio. Op. Cit. p. 145.

Militão Augusto de Azevedo produz seu trabalho mais famoso no período, o seu *Álbum Comparativo da cidade de São Paulo: 1862-1887*. O trabalho de Militão é tão representativo para a época que, dessa obra, convém relembrar outras representações fotográficas produzidas.

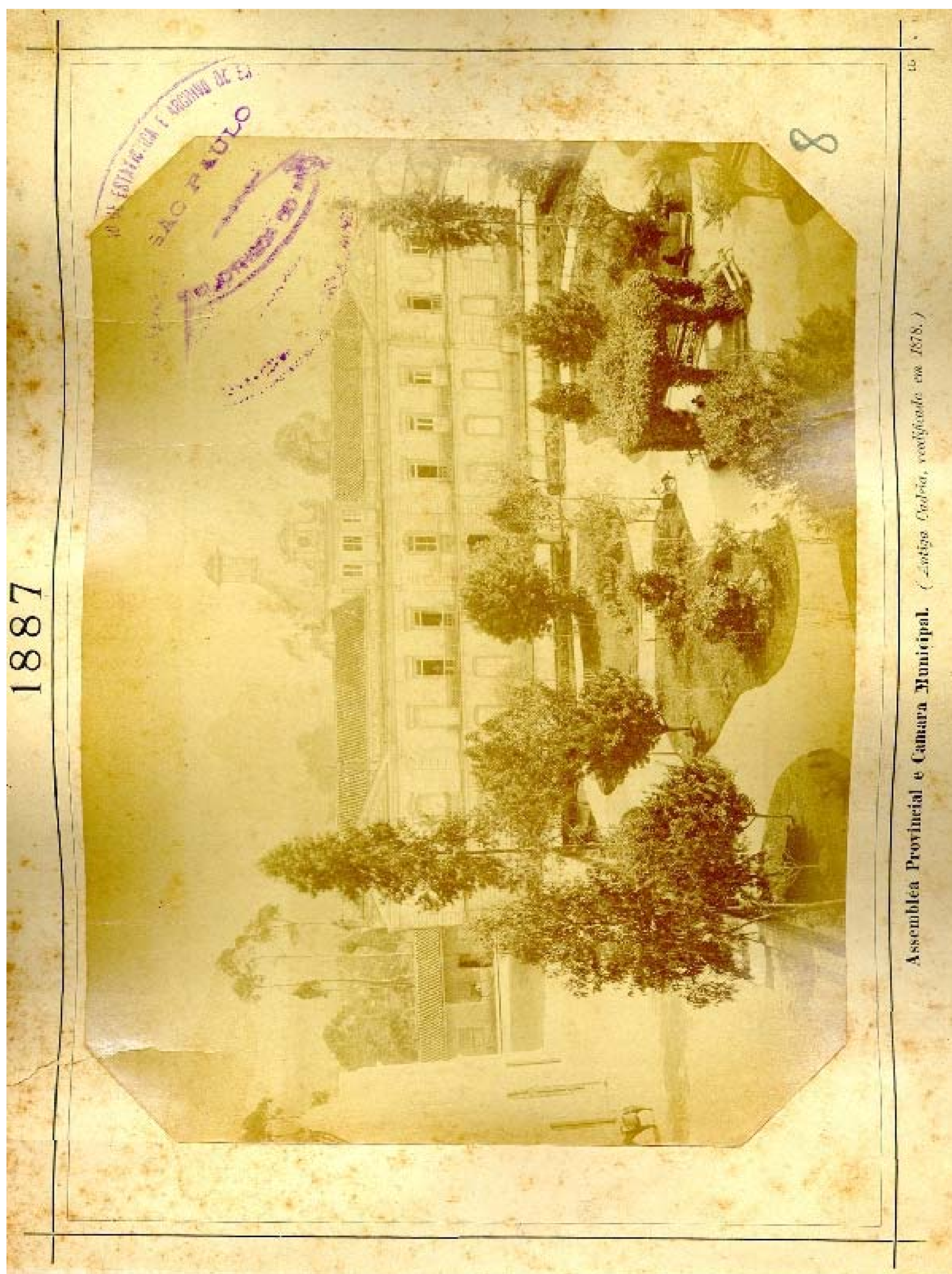
A postura organizacional e disciplinadora das idéias em suspensão no período é mostrada no trabalho do fotógrafo que, ao realiza-lo, orienta-se pela carga mnemônica de seu cotidiano. Nesse aspecto, pode-se perceber que as ruas, praças e monumentos tornam-se os elementos centrais do olhar de Militão: um olhar comparativo entre o velho e a imposição do novo.

A imagem de Militão (reproduzida na **Prancha n. 56**) que mostra a *Assembléa Provincial e Camara Municipal (Antiga Cadeia, reedificada em 1878)* – 15ª fotografia de seu Álbum Comparativo –, na qual é registrada o edifício, é realizada com o recurso de câmera alta, de forma a captar, além do prédio ao fundo, todo o ajardinamento presente à frente da edificação.

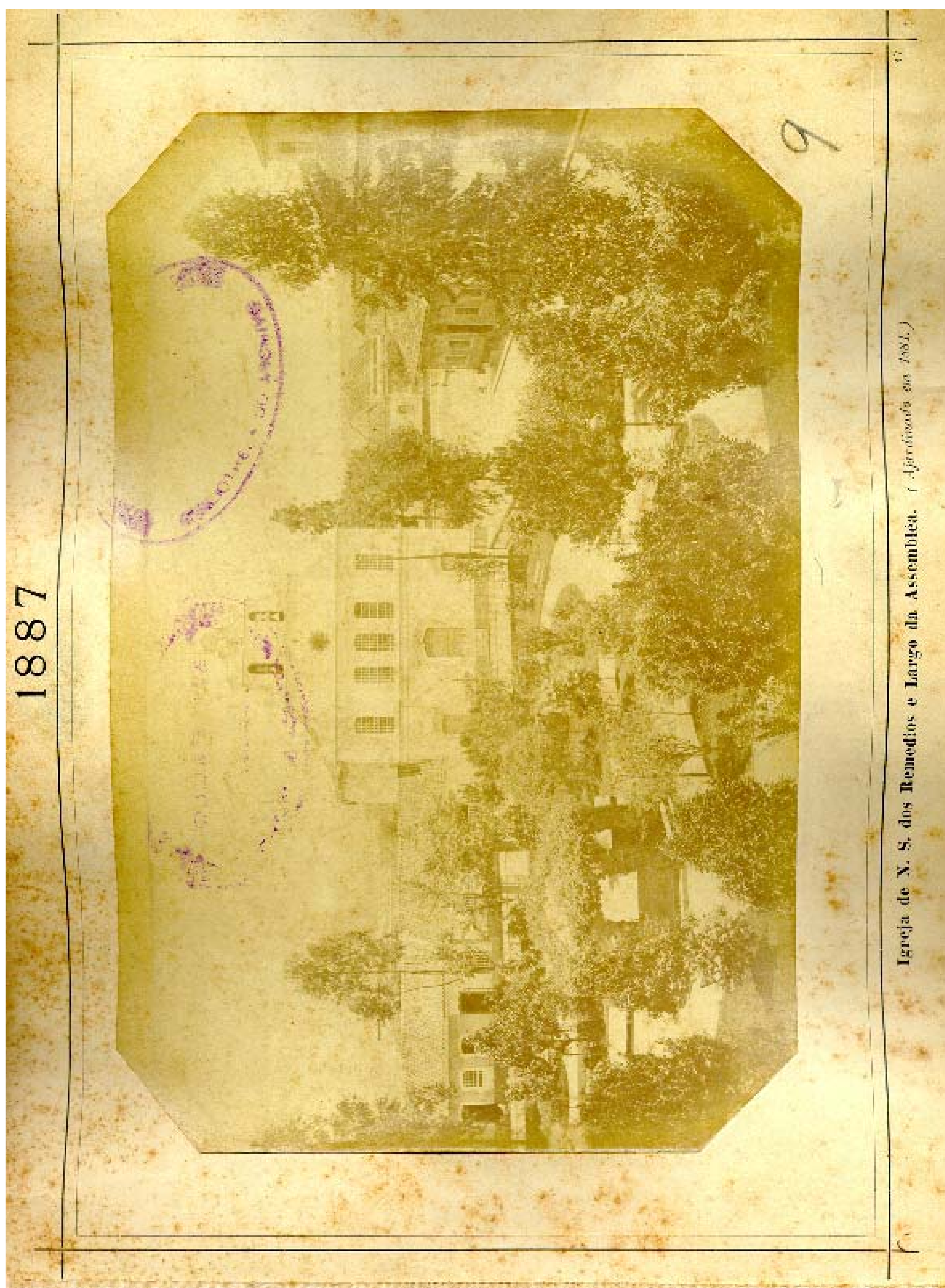
Essa circunstância disciplinadora, proposta pela construção de caminhos preestabelecidos no espaço da praça, além da presença de um jardim construído de maneira artificial para o local, elaboram uma significação para o espaço que adere à política proposta pelos elementos gestores da urbe.

A circulação do público e seu controle, à frente do local da administração central, é um elemento importante a ponto de gerar um registro fotográfico. O fotógrafo e sua bagagem cultural captam a proposta simbólica apresentada pela estrutura, característica que pode ser corroborada pela colocação de uma legenda explicando que o local havia sofrido uma reforma em 1878. O registro dos aspectos necessários ao controle de uma elite administrativa refletem-se em sua propagação pela ação do elemento iconográfico produzido.

A leitura dos elementos imagéticos, proposta pelo fotógrafo, continua ao referenciar o mesmo local na imagem seguinte de seu Álbum: vide **Prancha n. 57**.



Prancha n. 56. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Assembléa Provincial e Camara Municiapal (Antiga Cadeia, reedificada em 1878) – 1887.* Fotografia Albuminada. In: *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862 –1887*. p. 15. (Acervo Arquivo do Estado – SP).



Prancha n. 57. AZEVEDO, Militão Augusto de. *Igreja de N. S. dos Remedios e Largo da Assembléa. (Ajardinado em 1881.)- 1887.*Fotografia Albuminada. In*: Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862 –1887*. p. 17. (Acervo Arquivo do Estado – SP).

A fotografia que se apresenta na página dezessete do Álbum Comparativo – *Igreja de N. S. dos Remedios e Largo da Assembléa. (Ajardinado em 1881.)* – resume também esse aspecto disciplinador e organizacional presente no cotidiano da cidade. O Largo é igualmente registrado com o recurso de câmera alta, mostrando o uso das estruturas urbanas como orientadoras das posturas citadinas.

Conforme já comentado, os caminhos estabelecidos pelo ajardinamento– realizado em 1881 – revelam sua importância para o olhar do fotógrafo. O registro do espaço citadino estabelece, simbolicamente, posturas de comportamento e essa característica se justifica, pois era um local de fluxo intenso de pessoas, estando a Praça, ou Largo, envolvido por duas igrejas – São Gonçalo e Nossa Senhora dos Remédios –, um teatro – São José – e as repartições da Assembléia e da Câmara. Assim, "em um local cujo fluxo de pessoas era acentuado e próximo às instituições do poder gerenciador da cidade, o controle pela presença do jardim limitaria atos indesejáveis ao poder público (...)."[410] Nessas fotografias, há, simbolicamente, a presença de uma cidade, que, na memória do fotógrafo, representa todo o panorama sociocultural daquele momento.

A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, como estrutura científica, é uma conseqüência direta desse processo de disciplinarização, um modelo administrativo que traz, em seu contexto formativo, palavras de ordem em voga na época, tais como o binômio "civilização e progresso".

Ao analisarmos a estrutura e a dinâmica formativa do processo histórico em desenvolvimento, é possível associar os elementos materiais à constituição de seu pensamento social. O café, como principal produto de exportação, é a fonte econômica a desencadear a necessidade de se conhecer o território da Província por completo: havia uma falta de terras aptas a darem seqüência à sustentação do plantio do produto.

O elemento humano, que aos poucos se mostrava presente, mesmo que não reconhecido pelas políticas administrativas – nas áreas catalogadas como "desconhecidas" –, imprimia uma nova realidade para o Estado, ou seja, de se ver reconhecido em seu

próprio espaço territorial. O espaço, independentemente da política administrativa central, passava a ter um dono e isso significaria um poder associado ao processo e, em certos aspectos, um problema para a administração pública. Essa ausência normativa do Estado contribuiu para a formação de poderes locais e ao desenvolvimento de oligopólios políticos que impediam o avanço, mesmo na época republicana, das necessidades com as quais estava envolvido diretamente o Estado.

Nesses aspectos, é considerável a criação da Comissão Geográfica e Geológica da Província, que aparece como modelo direto dessa praxe administrativa, pois, no embate existente na Província entre as forças políticas representativas, a Comissão Geográfica e Geológica nasce sob a tutela do partido conservador, encabeçado pela representação do então Conselheiro João Alfredo, presidente da Província.

Havia uma crescente necessidade envolvida com os princípios econômicos cafeeiros, e o acordo político orquestrado para a passagem da lei n.9, de 27 de março de 1886, revelou-se de conciliação entre as forças liberais e conservadoras, que, de comum acordo, aprovaram a implantação da Comissão.

A passagem da lei e a conciliação para a sua aprovação foram resumidas por Henri Raffard, personagem que, em suas reminiscências de São Paulo, deixou um testemunho de grande importância documental para análise do período.

Segundo seus comentários, *"Conservadores e liberais achavam-se tão igualmente representados na assembléa paulista, que os cinco membros republicanos podiam dar maioria a um ou outro daquelles grupos, os quaes de commum accordo tinham elevado à presidencia da assembléa o conservador governista conselheiro Rodrigo Silva. Empenhado em satisfazer o conselheiro João Alfredo com a almejada passagem da lei, o conselheiro Rodrigo Silva obteve do conde do Pinhal, 'leader' dos liberaes, a apresentação do projecto, que foi approvado e votado com o concurso de todos e, portanto, sem sombra de partidarismo, feição que até hoje teve a fortuna rara de poder conservar."*[411]

A análise de Raffard é, em seu todo, um apreço ao trabalho de Derby à frente da Comissão, mas mostra também que sua criação era necessária, do ponto de vista político e

---

[410]CAVENAGHI, Airton J. *Imagens que falam:* olhares fotográficos sobre São Paulo (Militão Augusto de Azevedo e "São Paulo Light and Power Co.", fins do século XIX e início do Século XX). Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2000. p.154.

[411]RAFFARD, Henri. A Comissão Geographica e Geologica de S. Paulo. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.* Rio de Janeiro, Tomo LXIII, parte II, p.150.1902.

econômico, para a administração do Estado e para a elite condutora desse processo. O Conde do Pinhal é um exemplo de defesa desse projeto. Antonio Carlos de Arruda Botelho é um personagem presente no desenvolvimento da região do interior da Província, catalogada como "sertões". A família ajudou diretamente o desenvolvimento da cidade de Araraquara e tal fato estruturou sua carreira política municipal, com a inserção nos quadros do partido Liberal, em 1857.

No mesmo período, ele abriu uma fazenda na região da atual cidade de São Carlos, na época São Carlos do Pinhal, e, em 1862, após desenvolver uma grande plantação de café na região, voltou a fazer parte da política da cidade de Araraquara, sempre representando os pensamentos do Partido Liberal. Observa-se, em seu cotidiano, as características orientadoras das elites da região do interior da Província: a fazenda como suporte econômico e a política na zona urbana como sustentáculo de suas investidas nas chamadas zonas pioneiras.

O Visconde do Pinhal liga-se à política na Corte desde 1866, passando a ser conhecido por Nabuco, Itaboraí e Saraiva. Faz de sua política local uma base na orientação de suas perspectivas administrativas, ou seja, colocar a região de seus ganhos econômicos na pauta de decisões do Estado, característica que só seria possível com a organização ou mesmo criação dos caminhos de ligação entre as diversas regiões da Província. Esse dado foi fundamental para que o Visconde fosse o responsável direto pela implementação da Estrada de Ferro Rio Claro, entregue ao tráfego em 1885. O fluxo cafeeiro da região recebia, dessa maneira, um incentivo direto e fundamental para sua produção, garantindo a manutenção das forças políticas em ação no período.[412]

É possível, dessa forma, compreender a aceitação coletiva do projeto de criação da Comissão Geográfica: ele satisfaria a anseios diretos para a implementação de um projeto político mais amplo, no qual o território e seu conhecimento seriam o sustentáculo material do processo.

Segundo Silvia Figueirôa, além dos aspectos políticos e econômicos, a criação da Comissão "significou a materialização de uma opção 'científica' para a resolução de parte dos

---

[412] Para mais detalhes sobre a vida política do Conde do Pinhal, ver: BUENO, Bruno Pereira. O Conde do Pinhal. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. XLIII, ano IV, p. 69-94, jan. 1938.

problemas que afligiam a expansão da economia cafeeira, refletindo a visão de uma sociedade já transformada pelo próprio processo de modernização com o qual essa instituição iria interagir." [413] Esse modelo científico caracterizaria a orientação dos trabalhos desenvolvidos por Derby.

Os trabalhos da Comissão só foram concluídos nas décadas iniciais do século XX e tal fato motivou uma série de críticas a Derby e aos rumos de sua administração frente à Comissão. Em uma comunicação apresentada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1905, na qual Derby comenta as *Contribuições recentes para a cartographia do Brazil,* o autor defende-se da demora quanto à publicação dos mapas definitivos para o já então Estado de São Paulo. A certa altura de seu texto, ele afirma: "*Acho conveniente registrar aqui os motivos por que quando estive com a responsabilidade do mappa paulista, não quis attender ás sugestões que recebi no sentido de organizar um mappa geral do Estado. Estando a Commissão encarregada de levantar um mappa de um certo gráo de precisão, não me pareceu conveniente publicar com cunho official mappas em que grande parte do territorio teria de ser representada de um modo mais ou menos phantastico."*[414]

Dessa maneira compreende-se que todo o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica foi orientado por uma postura de veracidade científica do que era representado e a presença de Derby, à frente da Comissão, buscava essa característica de maneira decisiva.

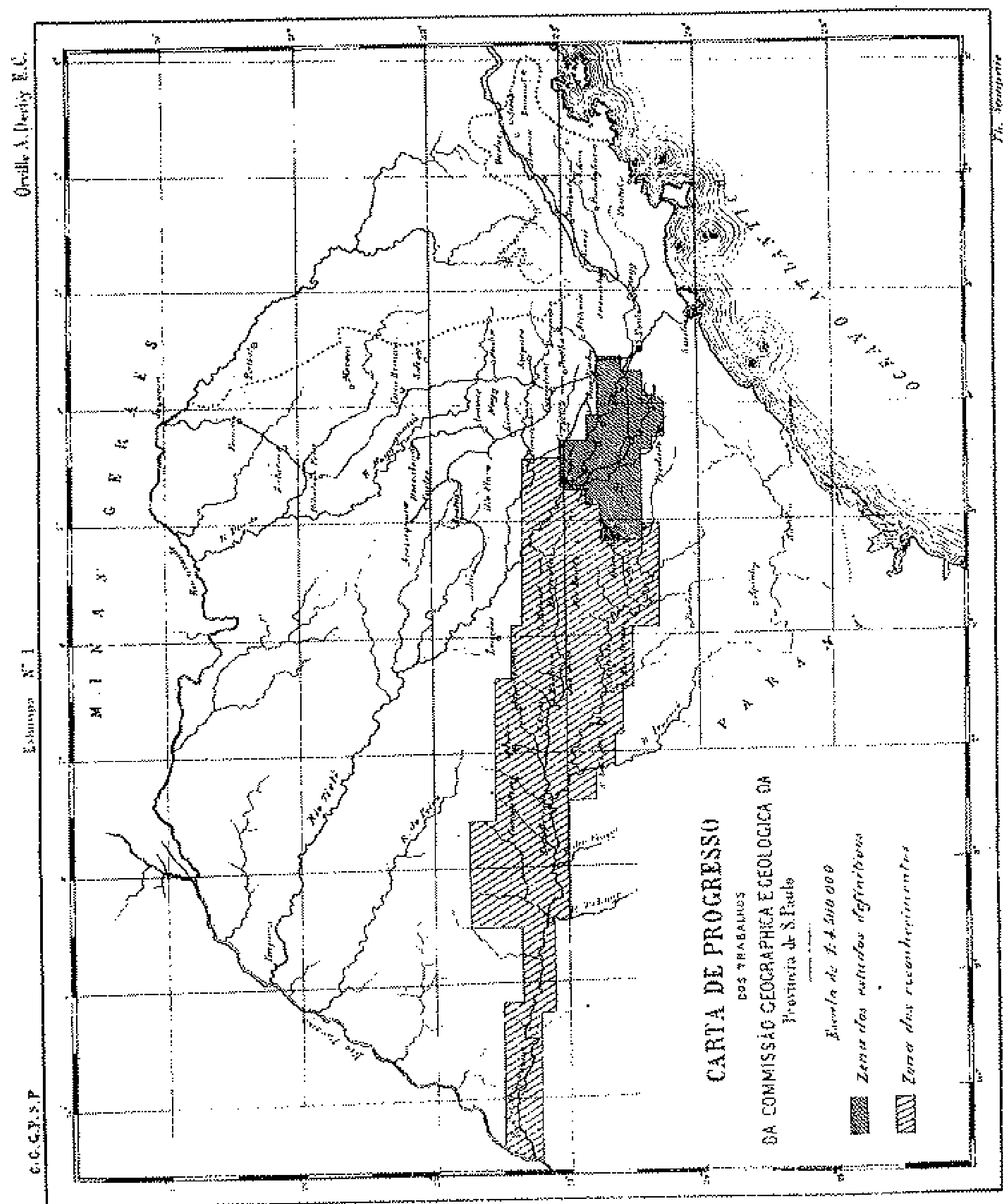
Alguns anos antes, em 1888, o Relatório da administração provincial apresentado pelo Visconde de Parnahyba atentava que os trabalhos da Comissão continuavam a ser coroados com êxito, contribuindo com os *"relevantes serviços que tem prestado á causa da sciencia e á Provincia*."[415] No mesmo documento, são apresentados os primeiros resultados cartográficos desenvolvidos pela Comissão em relatório anexo, elaborado por Orville Derby.

---

[413] FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil*: uma história social e institucional. (1875-1934). São Paulo : HUCITEC, 1997. p.165.

[414] DERBY, Orville A. Contribuições recentes para a cartographia do Brazil. *Revista do Iinstituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LXXII, parte II, p.41. 1910.

[415] *Exposição com que o exm. snr. Visconde do Parnahyba passou a administração da Provincia de São Paulo ao exm. snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves presidente desta Provincia no dia 19 de novembro de 1887*. São Paulo : Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888. p.48



Prancha n. 58. SAMPAIO, T.; DERBY, O. A. *Carta de Progresso dos trabalhos da Commissão Geographica e Geologica da Provincia de São Paulo*. In: *Exposição com que o Exmo. Snr. Visconde de Parnahyba passou a administração da Provincia de São Paulo ao Exmo. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (...) no dia 19 de novembro de 1887.* São Paulo : Typographia de Jorge Seckler & Comp., 1888. p.18 (Anexo do Relatório da Comissão Geográfica e Geológica).

O primeiro mapa elaborado – apresentado na **Prancha n. 58** – demonstra o início dos trabalhos na região do Rio Paranapanema, objeto central dos estudos da Comissão. Nota-se a formação do espaço a ser reconhecido e a delimitação dos estudos iniciais a partir da região da cidade de Sorocaba, local no qual se estabeleceu um escritório provisório para dar seqüência aos trabalhos. Observa-se também o vazio existente na região Noroeste da Província, tendo-se como única cidade, catalogada e mapeada, Araraquara.

A própria delimitação das fronteiras interestaduais prende-se diretamente à presença dos rios, que se tornam elementos gráficos delimitadores do território. A necessidade de reconhecimento da região do Rio Paranapanema esbarrava na inexistência de proprietários oficiais estabelecidos na região, ao contrário do que ocorria na região Noroeste, cujo desenvolvimento marcava-se pela introdução cada vez mais acentuada, por exemplo, de colonos imigrantes – vide neste aspecto a produção cartográfica da Sociedade Promotora de Imigração de 1886 –, atraídos pelas possibilidades inerentes à posse dos terrenos para prática da agricultura. Dessa maneira, ocorre a abertura de duas frentes de conquista do chamado "Sertão Desconhecido": a primeira, representada pela conquista da região Noroeste, era conduzida por apelo particular, e a segunda, representada pelos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica, colocava o Estado como mentor do processo de reconhecimento do território.

Essa divisão explica, em parte, o porquê de os mapas iniciais produzidos pela Comissão não entrarem em circulação pública; ao contrário, fizeram parte de relatórios específicos restritos à administração provincial. Repetiam-se, no final do século XIX, os aspectos iniciais da cartografia desenvolvida pelos portugueses no período colonial, ou seja, o conhecimento geográfico representava um poder a ser administrado somente pelos órgãos normativos.

Há também, nesse aspecto, o cuidado com a produção cartográfica desenvolvida sob a responsabilidade de Derby. Na mesma exposição elaborada pelo engenheiro, em 1905, é lembrado que *"A commissão ajuntava e coordenava, para seu proprio uso, os melhores elementos cartographicos accessiveis sobre as zonas não levantadas definitivamente, e seu archivo era franqueado a quem o quizesse consultar e aproveitar. Com a minha approvação e animação dous*

funccionarios da commissão, em épocas diversas, se utilizaram deste arquivo para confeccionar, nas suas horas vagas, mappas geraes do Estado, que foram publicados com a sua responsabilidade individual. Julguei assim attender á conveniencia de fornecer ao publico o melhor mappa que era possivel fazer na occasião, sem comprometter neste os creditos da repartição com a responsabilidade ***dos interesses do Estado em questões de limites***."[416]

A necessidade do Estado, nesse caso específico, com a questão dos limites, associada aos cuidados científicos sob a responsabilidade de Derby, transformou os mapas da CGG em objetos de pouca circulação, embora o geógrafo confesse sua preocupação com o conhecimento para divulgação pública, tanto no caso de abrir os arquivos da Comissão para consulta ou para chamar a conveniência de se propagar as idéias desenvolvidas. Apesar da grande produção cartográfica realizada no território paulista, entre 1888 e 1910, comenta ainda Derby que *"somente em parte* [as novas descobertas] *têm sido encorporadas na cartographia corrente, isto é, nos mappas geraes da Republica e dos Estados, publicados e postos á venda de modo a serem accessiveis ao publico em geral. Os seus resultados acham-se na sua grande maioria archivados em diversas repartições federaes e estadoaes e nos escriptorios de emprezas particulares, ou, quando publicados, em relatorios de escassa distribuição e difficil encontro."*[417]

A preocupação de Derby tinha fundamento, pois a produção cartográfica relacionada à Província – além de ser de circulação restrita por conterem certos segredos de Estado – era apresentada a um público geral, em poucas obras editadas para esse fim.

Sabe-se, por exemplo, que o conhecimento geográfico aplicado à maioria da população de estudantes da Província restringia-se aos grandes mapas de paredes, pertencentes ao mobiliário escolar do período e à consulta em materiais didáticos tais como os Atlas, entre eles o do próprio Candido Mendes de 1868, além do de 1882 com a participação do Barão Homem de Mello.[418] Essas publicações garantiam a ampliação desse conhecimento geográfico da Província mas eram obras de elevado valor, só acessíveis a um público abastado ou freqüentador dos salões das bibliotecas públicas, parcela mínima da população no período. A biblioteca do antigo Colégio Caetano de Campos, em São

---

[416] DERBY, Orville A. Contribuições recentes para a cartographia do Brazil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LXXII, parte II, p. 42. 1910. (grifo nosso).

[417] DERBY, Orville A. Op. Cit., Tomo LXXII, parte II, p. 37. 1910.

[418] Sobre o assunto ver: http://www.fe.usp.br/laboratorios/cmemoria/.Consultar, no *Pequeno Dicionário dos Professores da Escola Normal Paulista no Império,* o depoimento da Professora Felicidade Perpétua de Macedo.

Paulo, que pode ser vista como um exemplo do período, possuía certa variedade de obras ligadas à interpretação do território brasileiro e muitas delas adquiridas na gestão de Paulo Bourrol, um de seus últimos diretores. As obras mostram particularidades da história e da geografia do Brasil e, nesse aspecto, merece destaque a existência de pelo menos um exemplar do Atlas de 1882 de Cláudio Lomelino de Carvalho.[419]

Algumas publicações editadas no exterior ajudavam a propagar o conhecimento do território brasileiro e de suas províncias, mas as informações eram duvidosas e desencontradas. Tais obras ajudam a mostrar as dificuldades encontradas com a pouca circulação das idéias relacionadas à geografia do país.

Uma dessas obras era um "Atlas de bolso", editado na França, em 1897 e comercializado pela Casa Garraux no mesmo período. A casa comercial, na época administrada pelos seus novos proprietários, C. Hildebrand & Cia, era ainda um dos maiores negócios da cultura literária em terras paulistanas e essa característica torna oportuna a presença desse tipo de publicação para comercialização, pois demonstra que o assunto encontrava uma certa penetração entre um determinado público leitor.

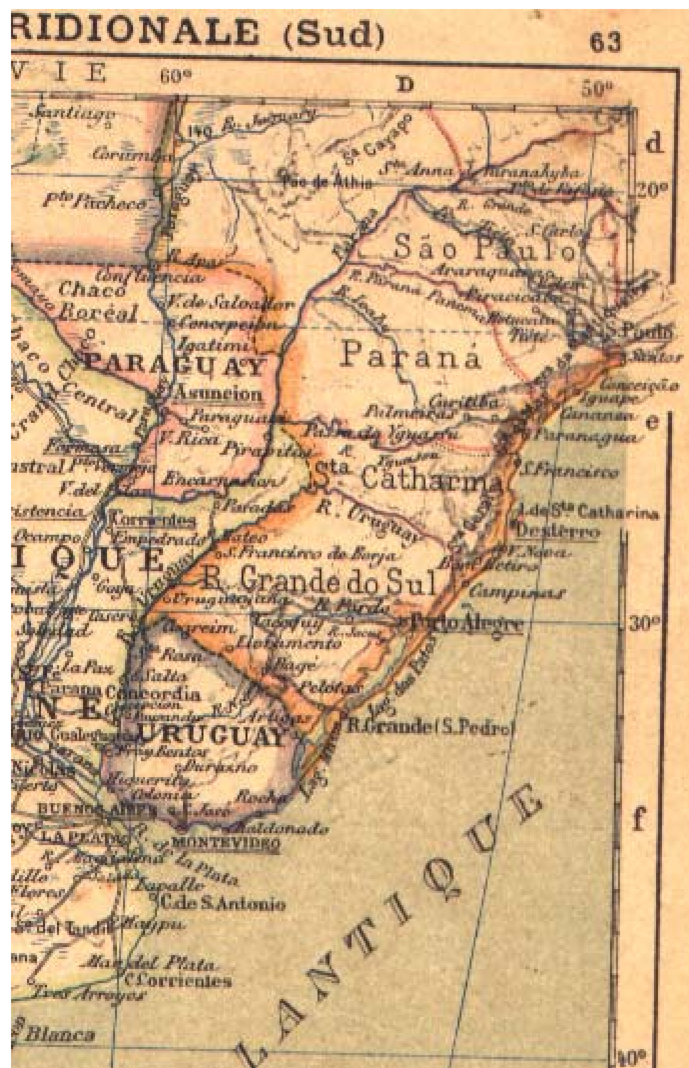
A obra, que foi organizada por F. Schrader com as pranchas dos mapas gravadas por Erchard F'res e editada pela livraria Hachette e Cia, tratava-se de um *Atlas de Poche,* cuja responsabilidade estava a cargo da própria livraria e editora e de seu *"Bureau géographique"*, do qual era diretor o próprio F. Schrader.

A parte relacionada ao Brasil e à América do Sul – *Amérique Méridionale* – apresenta erros grosseiros no tocante à representação do território paulista e demonstra o quase total desconhecimento da realidade territorial brasileira, elementos que podem ser observados na **Prancha n. 59**.

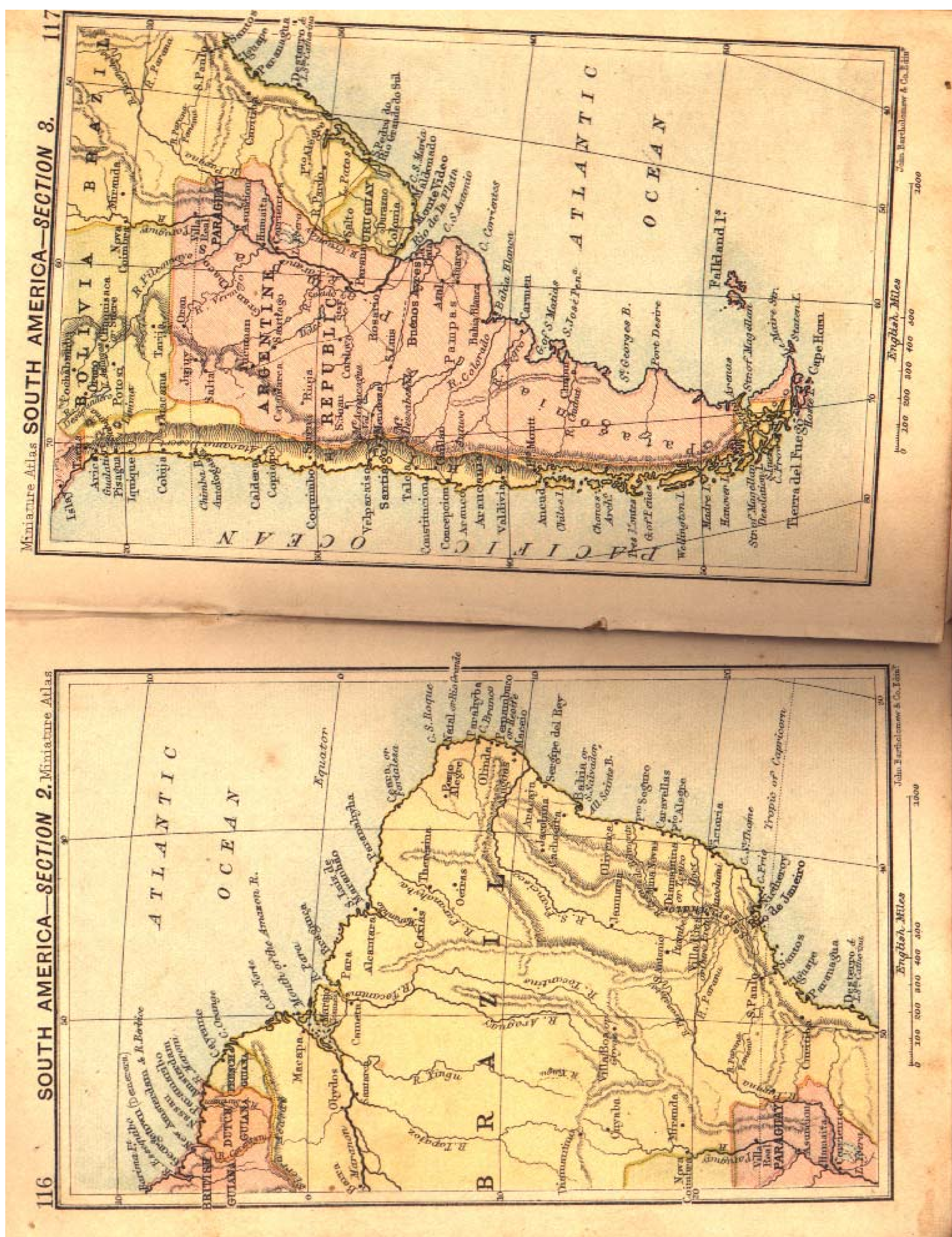
A representação do território brasileiro e de suas fronteiras sul-americanas aparece com destaque na obra – entre as páginas 62 e 65 – e o território do Estado de São Paulo é o elemento iconográfico de ligação entre as respectivas plantas cartográficas.

---

[419]Os livros pertencentes a antiga biblioteca do Colégio Caetano de Campos podem ser consultados na Faculdade de Educação da USP, no Acervo Especial P.. Bourrol.



Prancha n. 59. *Amérique Méridionale (sud).* (Detalhe). Mapa impresso, 10 cm x 15 cm. In: SCHRADER, F. *Atlas de Poche*. Paris : Librairie Hachette et Cie, 1897. p. 63



Prancha n. 60. *South America – Section 2; Section 3.* Mapa Impresso, 7 cm x 11 cm (cada seção). In: BARTHOLOMEW, J. G. *Miniature Atlas e gazetter of the world*. Londres : John Walker & CO., Ltd.,1894.p. 116 -117.

Percebe-se que as cidades de Araraquara e São Carlos, por exemplo, são colocadas sem nenhum critério geográfico e a última fica quase na fronteira com Minas Gerais! A cidade de Campinas, uma das principais no período, não é representada, mas curiosamente há uma Campinas no Estado de Santa Catarina: seria a mesma do Estado de São Paulo deslocada geograficamente em um pequeno passeio turístico de verão?[420]

Outra publicação, realizada em Londres em 1894, também apresenta alguns erros na definição e demarcação do território paulista. Embora não apresente a localização das cidades do Estado, com exceção para Santos e São Paulo, os rios que limitam as fronteiras do Estado se situam em lugares opostos e dessa forma, o Rio Paraná, por exemplo, aparece como limite dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, no local em que deveria figurar o Rio Grande.[421] Vide **Prancha n. 60**.

Ambos os trabalhos possuem uma característica importante, qual seja, o fato de serem portáteis – de bolso – e de estarem presentes, provavelmente, na bagagem do viajante. Essa característica transforma o manancial iconográfico retratado em um objeto que ajuda a propagar ainda mais a ideologia cartográfica representada, pois seu errôneo conteúdo passa a ser um elemento presente e divulgado conforme necessidade de seu proprietário. Seu teor completo não cabe na análise aqui apresentada, mas a amostra comentada do registro do território paulista demonstra as falhas do conhecimento geográfico da região, transmitido além das fronteiras do país.

Nessa pequena amostra da propagação do conhecimento territorial do território paulista, percebe-se o acerto da fala de Derby no tocante à divulgação dos conhecimento cartográficos. Há uma desinformação acentuada que se reflete na formação final do conhecimento popular do território.

No início do século XX, era publicado pelo *Almanach Illustrado de São Paulo para o ano de 1903* um interessante texto chamado: "*Ao Pé da Viola (Estados do Brazil):*

---

[420] SCHRADER, F. *Atlas de Poche*. Paris : Librairie Hachette et Cie, 1897. p. 63.

[421] BARTHOLOMEW, J. G. *Miniature Atlas e gazetter of the world*. Londres : John Walker & CO., Ltd.,1894. p. 116.

São Paulo para café,/ Ceará p'ra valentão,/ Piauhy p'ra vacca brava,/ Pernambuco p'ra baião,/ Bahia para mulatas,/ Parahyba p'ra algodão,/ Amazonas p'ra borracha,/ Para arroz o Maranhão,/ Rio Grande p'ra cavallo;/ No Paraná chimarrão,/ Em Minas carne de porco,/ Rio de Janeiro eleição,/ Matte em Santa Catharina, / Espirito Santo mamão, / Alagoas povo macho,/ Matto Grosso p'ra brigão,/ No Rio Grande do Norte/ Feijoada e Violão,/ P'ra castanhas o Pará,/ Sergipe cana e 'pifão', / Em Goyaz moça bonita/ E rapaz sem coração./ Foi isto que minha mãe/ Me ensinou lá no sertão/ Dizendo ser geographia/ De gente de illustração."[422]

A representação popular observa a geografia do espaço brasileiro pelas suas caricaturas, nas quais, a existência do homem em relação ao meio é associada com aquilo que é identificado como o elemento mais característico da região. A identificação é o resultado da expressão cotidiana, de um modelo que é responsável pela propagação das idéias em questão.

A ciência, identificada no texto como *De gente de illustração*, passa a ser um padrão de divertimento que, ao mesmo tempo, reproduz uma tentativa de entendimento para a interpretação da cientificidade propagada pelo momento.

Teria a Geografia, como ciência, encontrado uma propagação satisfatória a ponto de influenciar aspectos da cultura popular? Como as culturas regionais absorveram a fala dessa elite detentora do conhecimento "máximo" do território?

Em uma fase de concretização do território paulista, em função do avanço dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, a trova popular era uma resposta satisfatória ao modelo imposto como correto e determinante.

A fala recolhida torna-se um elemento de ruptura e resistência, mas traz em si os preconceitos engendrados durante todo o período formativo do país. Na análise direta da trova presente no Almanaque, percebe-se uma ruptura de conceitos, ou seja, a ciência como ilustração está presente, fato que é caracterizado por seu uso como elemento de distinção e conhecimento de uma elite, por exemplo, em toda a segunda fase do Império.

Nos anos iniciais da República, o conhecimento adquire toda uma retórica de repulsa, ou seja, é ignorado e combatido pela "sabedoria popular", que tenta sobreviver ao caricaturar uma suposta idéia de centralização e conhecimento territorial. A ironia é tratada

---

[422] ALMANACH ILUSTRADO DE SÃO PAULO para o ano de 1903. 2. ano. Organizado por Carlos A. Reis. São Paulo : Typographia a vapor Rosenhain & Meyer, 1902.p. 179.

na trova de forma a transmitir uma realidade caricatural do país. A "ordem e o progresso" da República ainda estavam condicionadas somente ao meio urbano. O resto do território, ainda por ser descoberto, absorvia a retórica ditada pelos gabinetes de seus governantes locais.

Dessa forma, a sobrevivência dos conceitos adquiridos no cotidiano de um determinado grupo social é combatida ao primeiro contato com a suposta marcha civilizatória, conduzida, notadamente, pela expressão de sua cientificidade. Torna-se necessário, do ponto de vista do viajante civilizador, a imposição de um modelo dos contrários, no qual, pelo mecanismo de comparação direta, o modelo escolhido como satisfatório ao grupo dominante assume uma diretriz norteadora para a descrição do local a ser reconhecido.

No período final do Império, observa-se que a descrição dos lugares pelos viajantes e representantes da política central – vide o exemplo do próprio Visconde de Taunay – assume uma postura de imposição de um modelo nacionalista, transmitido por uma literatura recheada de características históricas e românticas.[423] Nesse aspecto, o Estado busca nesse "regionalismo romântico" aspectos circunstanciais de sua presença, ou seja, a linha descritiva adotada nas manifestações literárias assume o caráter de um mapeamento simbólico do espaço percorrido, transformando o lugar não inserido na representação de uma elite pensante em um modelo dos contrários a ser combatido.[424]

A idéia de desenvolvimento, descrição e ampliação do território também permanece como modelo literário em muitos trabalhos que prosperaram no período republicano, com a continuidade do controle do espaço territorial pela política implementada pelo Estado, característica sentida mesmo antes do início do século.

Em 1898, por exemplo, o periódico *A Mensageira,* dedicado *"á mulher brazileira"* , publicado em São Paulo e dirigido por Prescilliana Duarte de Almeida,

---

[423]CÂNDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP.

[424]Ver como exemplos de análises desse processo os trabalhos de: FONSECA, Silvia Carla Brito. Monarquia e razão vigilante na literatura do Visconde de Taunay. In: ALMEIDA, A.M.; ZILLY,B.; LIMA,E.N. (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados.* Rio de Janeiro : MAUAD/FAPERJ, 2001; BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão*: um lugar incomum. Rio de Janeiro/Fortaleza: Relume Dumará/Secretaria de Cultura e Desporto do CE, 2000.

comentava em um de seu artigos, divulgados em 15 de março de 1898, que uma das poetisas com trabalhos presentes no periódico, Francisca Julia da Silva, habitava *"num interior de Provincia. (Perdõem-me os republicanos, mas parece-me que esta palavra, de preferencia a estado, nos traz a idéia da paz e quietação dos lugares afastados dos grandes centros.)"*[425]

A idéia de Maria Emilia corresponde às noções propagadas pela trova popular: o "sertão" como o oposto da "civilização" urbana. Os elementos lúdicos também são recuperados e o sertão torna-se não a fronteira a ser conquistada, mas uma alternativa de relaxamento – "paz e quietação" – ao fluxo das mudanças no ambiente citadino. O local não é valorizado por suas próprias características, mas sim por aquelas que são opostas aos problemas enfrentados nos locais urbanizados.

Essa característica também pode ser observada no artigo escrito por Ignez Sabino no mesmo periódico, em 31 de julho de 1898. Nesse trabalho, intitulado "Por montes e valles", a autora descreve: "*Eu não sei porque, todas as vezes que saio da capital e interno-me pelo interior, no que a outrem parece velho e sem encantos, os meus olhos de observadora encontram sempre uma novidade(...)".*[426]

No pensamento da autora, a visão do interior (sertão) é, para muitos, sinônimo de atraso, preso a um passado já esquecido. Novamente, os aspectos idílicos tornam-se bastante presentes quando é valorizada sua visão pessoal, ao afirmar que muito do que via lhe parecia novidade.

Escrever sobre o interior paulista, sobretudo aquele que, na visão de muitos letrados, ainda permanece desconhecido, passa a ser uma rotina literária que absorve aspectos inerentes ao pensamento cotidiano.

O cenário mítico transforma a visão do "sertão" da Província em um manancial de histórias propícias a ampliar diversos aspectos das sensações dos leitores em potencial. Nessa hipótese, explica-se o sucesso de aceitação da obra de Affonso Arinos, *Pelo Sertão*, editado pela Livraria Garnier do Rio de Janeiro, e que, em 1925, encontrava-se já em terceira edição. Nessa obra, Arinos elabora uma série de histórias para as quais o cenário

---

[425]EMILIA, Maria. Comentário. In: *A Mensageira*. São Paulo, anno I, n.11, 15 de mar.1898. Ed. Fac-Similar, São Paulo : IMESP, 1987. v. I, p. 171.

[426]SABINO, Ignez. Por montes e valles. In: *A Mensageira*. São Paulo, anno I, n.20, 31 de jul. de 1898. ed. Fac-Similar. São Paulo : IMESP, 1987. v. I, p.309.

central é um sertão misterioso, somente reconhecido por algumas pistas sutis dadas ao leitor no decorrer de seus contos.

A obra é um dos exemplos nos quais se trabalha a caracterização das zonas desconhecidas e não inseridas no contexto de uma representação cartográfica formal. Segundo Alfredo Bosi, o regionalismo de obras como a de Afonso Arinos marca um momento "em que alguns de nossos regionalistas precederam, em contexto diferente, o vivo interesse dos modernos pela realidade brasileira total, não apenas urbana".[427] Ainda sobre esse assunto, Nelson Werneck Sodré lembra que "em uma sociedade em que o desenvolvimento da relações capitalistas era ainda muito lento, as letras qualificavam os elementos que, sem elas, permaneceriam obscuros."[428]

O que é ser sertão, no final do Império e início da República? A realidade total que nos lembrou Bosi é buscada no formato da história cotidiana, de características diferenciadas à época colonial, pois assume uma nova dimensão, interpretada para absorver a nacionalidade que se buscava. Há uma nítida divisão entre mudar, ser urbano, colonizado e envolvido pelos artífices da chamada civilização; e resgatar para mostrar as raízes formadoras de toda a sociedade brasileira, que seria, em muitos aspectos, presa a uma memória cuidadosamente selecionada pelos aspectos de uma vivência emocional avessa à realidade científica em curso.

A República, como regime político, precisava legitimar-se no seio dos grupos dirigentes, que, sem um passado ligado a uma "raiz histórica e heróica", criavam parentescos com personagens relacionados à própria biografia historiográfica do país. É necessário perceber essa característica na leitura de almanaques e álbuns regionais, que apresentam "os ilustres moradores da comunidade" tratando-os sempre como possuidores de uma ascendência nobre e histórica, o que na grande maioria das vezes não é verdadeiro. Essa característica pode ser observada na leitura do *Álbum de Araraquara de 1915,* que coloca sempre para os membros mais influentes da sociedade local uma ascendência

---

[427]BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo : Cultrix, 1980. p.233

[428]SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. São Paulo : Difel, 1984. p. 53.

familiar única e magnífica, fato que por si justificaria sua posição na hierarquia social, política e econômica da comunidade.[429]

Nessa caracterização, encontra-se a necessidade de afirmar uma cultura local que busca razões de sua existência ao tentar enquadrar-se no formato criado pelas linhas civilizatórias que caminham pelo chamado "Sertão Desconhecido".

A inserção só se torna possível pelo reconhecimento interior de suas necessidades e sua formação como comunidade possuidora de uma administração organizada. Sob esse aspecto, pode-se falar em uma propagação de idéias e situações que se deflagram em um processo de reconhecimento interno dos aspectos urbanos das cidades em desenvolvimento.

São Paulo, como cidade e capital, é o padrão usado para referência e a propagação de seus modelos iconográficos e culturais de representação, tais como a cartografia, a fotografia e a narração das viagens de reconhecimento do território, induzem a um olhar e moldam aspectos considerados como modelos instituídos, a serem seguidos e contextualizados.

---

[429] FRANÇA, Antonio M.(org.). *Álbum de Araraquara*. São Paulo : João Silveira Editor, 1915. ver p. 63 e seguintes. Também relacionado ao assunto, ver: MAYER, Arno J. *Força da tradição*: a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

10 O FIM DO ESPAÇO DESCONHECIDO: A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E A VISUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Representar, padronizar e criar o espaço a ser usado como modelo torna-se uma perspectiva a ser considerada na passagem do século XIX para o século XX. Os espaços despovoados tornam-se uma das prioridades do Estado, que busca colocar-se nessas regiões, instituindo o modelo já aceito e concretizado nas cidades. O urbano é almejado como referência de civilização e sua propagação torna-se um modelo de atuação de uma política administrativa.

O conhecimento do território da Província passa por um amplo processo de reconhecimento das cidades inseridas no espaço territorial e, em especial, nos locais chamados de "Terrenos Desconhecidos".[430] Apesar de o espaço não estar efetivamente mapeado, há várias cidades presentes nessa região que se desenvolvem independentemente de um poder central, encontrando-se atreladas às realidades locais. Estas são necessárias à manutenção de um cotidiano preso a uma espécie de regionalização social, política e administrativa, que se torna o sustentáculo de uma memória coletiva.

Os contatos externos realizam-se no contexto das praxes administrativas e econômicas normais, mas a influência na construção do modelo cotidiano é menos intensa que em outras localidades próximas à capital. A presença da ferrovia, que em alguns casos só apareceria nas décadas iniciais do século XX, transformava o ritmo do isolamento histórico, implementando e padronizando novas posturas municipais.

A evolução desse modelo pode ser analisada pela observação da produção material e simbólica do período e entendida como irradiada com base em um ponto principal. Nota-se que as realidades são enquadradas e padronizadas pelo conhecimento que aflora desse ponto central. A cidade de São Paulo torna-se o modelo de um

---

[430] Optou-se pelo uso desta expressão que aparece com mais freqüência na cartografia elaborada ao final do século XIX e início do século XX.

conhecimento padronizado e nesse modelo, são instituídas as diretrizes norteadoras desse processo.

Percebe-se, conforme já apontado, que a questão científica passa a ser um dos elementos do conhecimento do cotidiano da Província e tal característica reflete-se, por exemplo, diretamente no modelo literário desenvolvido no período.

Em 1894, seguindo o exemplo da Capital Federal, na cidade de São Paulo começava a ser publicada a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* editada, pela primeira vez, pela *Typographia de Andrade e Melo & Cia.* A edição da *Revista* concretizava as idéias em fermentação na Província durante as últimas décadas do século XIX, as da razão científica e do progresso material, em especial da cidade de São Paulo que se transformava. O conteúdo historiográfico divulgado pela *Revista* ratificaria a memória em formação, garantindo a legitimidade da política organizacional em curso. Em muitos artigos, figura a preocupação com a memória formativa do Estado como território unificado, mas também se ratifica a legitimação de um processo em desenvolvimento, ou seja, transformar a capital em um modelo a ser seguido, o centro do espaço territorial reconhecido.

A idéia transmitida pelo Instituto era reunir a produção de uma elite letrada local em um país de analfabetos. Seus membros, pertencentes a diversos ramos do conhecimento – em especial jornalistas, advogados e médicos – absorvem os princípios do positivismo, do darwinismo social e do liberalismo, concretizados pelos alicerces da nova estrutura capitalista de produção. Havia uma euforia desenvolvimentista para a qual a ciência, condicionada às análises dos gabinetes, formularia respostas satisfatórias às questões estruturais históricas da formação do país como instituição e do Estado como futuro e imediato centro do poder econômico gerado pela crescente atividade cafeeira. Nesse aspecto, o Instituto Histórico paulista consagra-se em um momento circunstancial do processo formativo da ideologia local: ele representa as aspirações do Estado em tornar-se centro dos acontecimentos do país.

Seus membros, portadores do título de Doutor, são vistos como modelos de representação e entendimento do cotidiano, e cabe lembrar, que no governo republicano, o título de Doutor substituiu, simbolicamente, os títulos de nobreza distribuídos durante o Império. Seu uso como elemento de identificação criaria uma postura clara de separação

entre as classes sociais em um sistema político que buscava se afirmar no imaginário coletivo pelo fator da democratização social.

Nota-se que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, de 1894, nasce quase cinqüenta anos após a *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, de 1839, característica que se liga diretamente à própria criação de uma identidade para o território paulista. Analisando-se a cronologia do período, entre 1837 e 1890, tem-se paralelamente toda uma produção iconográfica para a cidade e o território de São Paulo, elemento que estruturou as bases daquilo que seria divulgado no corpo da *Revista*: a imagem, em seus múltiplos aspectos, conduziu leituras atreladas àquelas divulgadas pela publicação.

Apesar dessa hipótese, Antonio Celso Ferreira comenta que a produção intelectual presente no corpo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* ainda estava sem uma separação científica definida, mostrando uma produção presa aos exemplos da literatura desenvolvida durante os oitocentos no país, "modelos de retórica sob a capa literária".[431]

Diante desse aspecto era possível encontrar os membros do Instituto exercendo a profissão de construtores da história nacional, sempre vista pela análise do viés paulista. Essa construção não era realizada de forma profissional. Pelo contrário, seus membros, encarando a faceta do chavão jurídico, produziam uma historiografia conflitante e baseada na sustentação do modelo ideológico vinculado, sobretudo aos seus interesses. Mediante esse aspecto, é compreensível a propagação da ideologia do Instituto com a produção de materiais didáticos destinados à manutenção e perpetuação dessas idéias.

Entre os membros do Instituto paulista, encontramos Tancredo do Amaral, responsável pela autoria de uma série de publicações de cunho didático, como uma obra produzida em 1895, *História de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notaveis,* que reforça toda a estrutura criada para dar sustentação à ideologia desenvolvida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

---

[431]FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo : Editora da UNESP, 2002. p. 121. A obra de Antonio Celso é impar em analisar a situação sociocultural do Estado de São Paulo no período. A sua base documental de análise mostra que a propagação ideológica movia-se por uma produção literária que buscava atingir uma grande massa com as idéias fundamentadas nos Almanaques Literários produzidos por José Maria Lisboa.

Seu trabalho é subdividido em quatro partes, nas quais os conteúdos se aproximam pelo teor das narrativas apresentadas. Na primeira, expõe-se a metodologia do trabalho, com uma descrição da maneira como se deve estudar a História; prossegue com a origem do povo paulista e um levantamento descritivo das características físicas do território, além de sua Fauna e Flora. Para o autor, ao se estudar a História, deve-se pensar que *"as nações, meus jovens estudantes, que são grandes agrupamentos de familias que habitam um territorio determinado, com um* (sic.) *certa denominação, e que possuem um governo que as dirige, têm a sua historia, que é o conjuncto dos factos mais ou menos notaveis, que se ligam ao seu desenvolvimento e ao seu progresso, desde o começo de sua organisação. A historia de um povo, porém, que é senão a historia dos seus grandes homens, dos seus vultos mais notaveis, que têm trabalhado pelo ideal humano, que é o aperfeiçoamento sempre crescente, o progresso em uma palavra?"*[432] Amaral autentifica de forma direta, em sua obra, a expressão da civilização paulista, reproduzindo as idéias propagadas pelo Instituto Histórico local.

Na segunda parte, Amaral discute o território paulista sob os aspectos coloniais, para o que as biografias de Martim Afonso de Souza, Tibiryçá, João Ramalho, José de Anchieta, Amador Bueno da Ribeira, Fr. Gaspar Madre de Deus, entre outros personagens, são lembradas como elementos formativos do povo paulista, fundamentais para a caracterização geral do espírito local. Encerra-se esta parte com a biografia de José Bonifácio que se intercala com as explicações dos motivos que levaram ao Grito de Independência, em 1822.

A terceira parte da obra mostra *São Paulo no regimen do Imperio*, para o que são destacadas as biografias de Azevedo Marques, Libero Badaró, Diogo Antonio Feijó, Raphael Tobias de Aguiar, Antonio da Silva Padro, Américo Braziliense, entre outros. Aqui, é feita a introdução para a última parte, que mostra São Paulo e sua importância direta para o regime republicano.

Com essa descrição, Tancredo do Amaral relata as biografias de Rangel Pestana, Cesario Motta Junior, os generais Gomes Carneiro e José Jardim, sobre os quais afirma que *"Esses benemeritos cidadãos devem ser sempre lembrados pelos seus contemporaneos e pelos*

[432] AMARAL, Tancredo do. *A história de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notaveis*. São Paulo : Alves & Cia. Editores, 1895. p. 17

posteros como exemplo vivo de civismo".[433] Tancredo do Amaral finaliza seu trabalho apresentando, em seu último capítulo, o texto completo da Constituição Republicana de 1891.

A circulação de obras desse formato poderia atingir a cifra de até 10 mil exemplares, como afirma, em 1880, o Dr. Joaquim Maria de Lacerda no Prefácio da segunda edição do livro *Pequena história do Brazil por perguntas e respostas,* que, no período inicial da República, também fez muito sucesso entre os educadores.[434] A cifra comentada pelo autor pode até possuir um tom de exagero, mas é digna de nota a referência apresentada.

A obra pedagógica de Amaral é uma pequena amostra do esforço republicano em instituir referências para seus modelos administrativos que, apesar do apelo pela democracia, pela composição ideológica de palavras como "cidadãos", "progresso" e "civilização", não deixa de prender-se ao passado do Império, medindo as corretas atitudes pelos atos dos membros de sua elite. Havia, em um modelo político recém empossado, a necessidade prioritária da comparação para sobrevivência das idéias instituídas.

A composição do modelo ideológico propagado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo usava de artifícios que também vinculavam a descrição objetiva do território como a instituição formadora da índole do paulista. Antonio Celso Ferreira, ao analisar as características dos trabalhos publicados no contexto do corpo editorial da *Revista* do Instituto, lembra que muitos mapas produzidos por seus membros eram colocados nas páginas da revista ilustrando artigos referentes à Geografia, ciência que, na época, ainda buscava elementos de representação. Durante todo o século XIX, a nova ciência teria sido usada pelo Estado, não só o paulista, como fator de reconhecimento de suas fronteiras e elemento de legitimação dos contextos administrativos propostos. Para o

---

[433] AMARAL, Tancredo do. *A história de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notaveis*. São Paulo : Alves & Cia. Editores, 1895. p. 322.

[434] LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brazil por perguntas e respostas*. 3. ed. São Paulo : Francisco Alves,1921.

autor, "ela beneficiava o desenvolvimento de técnicas novas, como a fotografia. A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo faria um uso intenso desses recentes recursos".[435]

A diversidade do material produzido – literário, historiográfico, pedagógico, entre outros – mostra a afinidade com a proposta encabeçada pela Comissão Geográfica e Geológica, ou seja, a civilização e seus aspectos constitutivos passam necessariamente pela análise dessa práxis.

Seguindo esta linha de entendimento, o registro fotográfico também é um poderoso aliado na visualização urbana e passa a transmitir as idéias em suspensão no período.

10.1 O Álbum Fotográfico *São Paulo*: Um Caso Concreto

Destaca-se, nesse momento, como elemento significativo para o processo, o trabalho de Gustavo Koenigswald, que reuniu e editou um álbum composto de uma série de fotografias acompanhadas de um textual complementar sobre o Estado de São Paulo em 1895. Seu trabalho, *São Paulo*, é o primeiro organizado e produzido com uma grande tiragem, com cada exemplar sendo vendido a 15$000 réis naquele ano e no seguinte.

Foi nessa obra que as primeiras fotografias de Guilherme Gaensly, ainda associado a seu antigo sócio Lindemann, foram publicadas para o olhar do público paulista, imagens que marcariam a carreira do fotógrafo e que moldariam, em um futuro próximo, a memória da cidade de São Paulo durante as décadas iniciais do período republicano.

A idéia de Koenigswald era reunir em português uma descrição do Estado, que, segundo ele, era um dos mais importantes e ricos da Federação. Anteriormente a essa obra, o autor havia confeccionado uma outra sobre o mesmo assunto, em alemão e isso, segundo, ele fundamentou, *"a pedido dos amigos"*, a idéia do desenvolvimento de *São Paulo,* confeccionada da forma que foi.

---

[435]FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo : Editora da UNESP, 2002. p.120.

A descrição do Estado é realizada em dois suportes distintos. O primeiro é marcado pela presença de imagens de diversas cidades, intercalando-se com as fotografias da capital. O segundo mostra os locais ainda tomados pela Natureza, com destaque para a presença do homem como elemento de mudança nos aspectos apresentados. Nesse viés de interpretação, os índios também são mostrados, mas sempre de forma amistosa e inseridos na realidade criada pelo homem civilizado.

A influência direta no trabalho de Koenigswald resulta da caracterização de um modelo de descrição para o território baseado em seu conhecimento e na propagação das imagens necessárias à constituição de uma idéia de civilização baseada na interpretação dos modelos externos, elementos de caracterização da verdade a ser copiada e absorvida internamente.[436]

A idéia do autor, na atualidade, nos parece familiar, pois a geografia estudada nas escolas até recentemente baseava-se no conhecimento pelas imagens nas quais se identificam os locais comentados por sua visualização fotográfica. As fotografias eram intercaladas ao desenvolvimento do texto didático. Não havia uma análise crítica do processo, já que a fotografia "falava por si", padronizando o conhecimento e direcionando o olhar para o texto construído. A Natureza brasileira e seus marcos geográficos, gráficos demográficos, estatísticos e econômicos, por exemplo, usavam a ilustração fotográfica selecionada como um suporte que corroborava o painel didático constituído.

O trabalho de Koenigswald passa a ser, por esse ponto de análise, o pioneiro na representação do território do Estado de São Paulo e seu reconhecimento pelo uso da imagem.[437] As questões geográficas, como a demonstração das estatísticas econômicas do

---

[436]Para mais detalhes, ver: KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo : Ateliê Editorial, 1999. p. 73. Observar em especial capítulo: "A construção do nacional na fotografia brasileira: o espelho europeu."

[437]Há para o ano final do Império o *Album de vues du Brésil,* organizado pelo Barão do Rio Branco como anexo do livro *Le Brésil,* de E. Levasseur de 1889. A obra, com patrocínio do governo Imperial brasileiro, foi produzida como veículo de propaganda do país para a Exposição Internacional do mesmo ano, a ser realizada em Paris. Este trabalho pode ter influenciado determinadas colocações de Koenigswald, mas o contexto do seu trabalho é menos enciclopédico que o de Levasseur. Para mais detalhes da obra de Levasseur, ver o trabalho crítico de: KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo : Ateliê Editorial, 1999, p. 88-123. Ver também reedição recente traduzida para o português: LEVASSEUR, E. *O Brasil*. Rio de Janeiro : Bom Texto; Letras & Expressões, 2000.

Estado, as distâncias dos rios, etc., transformam o Álbum elaborado em uma geografia a ser vista e absorvida pela apresentação das imagens fotográficas, em conjunto com a propagação do modelo adotado como ideal. Há também a exposição do exótico, como as imagens que mostram *"as estampas magníficas representando os nossos indigenas, cujos originais foram tirados por* [Francisco Henszler] *na qualidade de engenheiro da 'Comissão do Alto Paraná', sob a direcção do Dr. Olavo Hummel, em 1893'(...)"*.[438]

O espaço do indígena ainda considerado "bravio" condensava-se nos limites entre o Estado de São Paulo e Paraná, na região do atual Pontal do Paranapanema. A toponímia apresentada por alguns acidentes geográficos no local, como o chamado Morro do Diabo, demonstra, como exemplo, a mística por trás da ocupação demográfica da região e a presença dessas fotografias retratando os índios é bastante significativa nesse sentido: resgate-se, simbolicamente, a expressão cartográfica cunhada por Cândido Mendes em 1868: "*Terrenos occupados pelos indígenas feroses"*. É para esse local, o Vale do Paranapanema, região Sudoeste dos chamados *"Terrenos Desconhecidos",* que irá se voltar toda a atenção do Estado nas décadas iniciais do século XX para solucionar os problemas pertinentes à ocupação e posse das terras da região.[439]

O álbum fotográfico de Koenigswald é composto de 100 fotografias, e teve a participação de vários fotógrafos, sendo eles: Gaensly, Paulo Kowalsky, Axel Frick – cuja grafia correta é Alex Frisch, conforme ele autografava seus originais –, Francisco Henszier, Oscar Ernheim, João Pompe, Carlos Hoenen, Alberto Loefgren e Paulo Sack.

A obra possui como característica marcante essa diversidade de olhares fotográficos, que é uma particularidade difícil de ser encontrada em outra obra do mesmo perfil, editada no Brasil no período. Essa característica a transformou em uma síntese da visualidade em desenvolvimento no Estado naquele momento, e, ao mesmo tempo, proporcionou observar que havia uma padronização do olhar fotográfico pois, independentemente do fotógrafo, as imagens produzidas seguem, inconscientemente, as duas diretrizes comentadas inicialmente.

---

[438] KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p.03.

[439] Para mais detalhes ver: LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Vale do Paranapanema*. São Paulo : HUCITEC; Fundação UNESP, 1998.

A abertura do livro-álbum mescla a apresentação das riquezas naturais do território e sua descrição física. Para a primeira fotografia, localizada na página cinco, mostrando o *"Salto Grande (Rio Paranapanema)",* associa-se um texto descritivo dos aspectos geográficos. Esse textual segue apresentando, na página seguinte, outra queda d'água, a *"Cachoeira do Rio Dourado (Lençóes)".* Para essa apresentação visual, Koenigswald produz um texto que resume as diretrizes da obra, ao comentar sobre os rios existentes no Estado: *"Todos estes rios são muito piscosos, sendo os maiores, apezar dos muitos obstaculos naturaes, navegados por vapores appropriados, formando desta maneira extensas vias de communicação, abrindo o interior do paiz á civilisação e ao progresso."*[440] Nessa primeira exposição, percebe-se a marca da cientificidade desenvolvida pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, traduzida na fala arquitetada pelo autor.

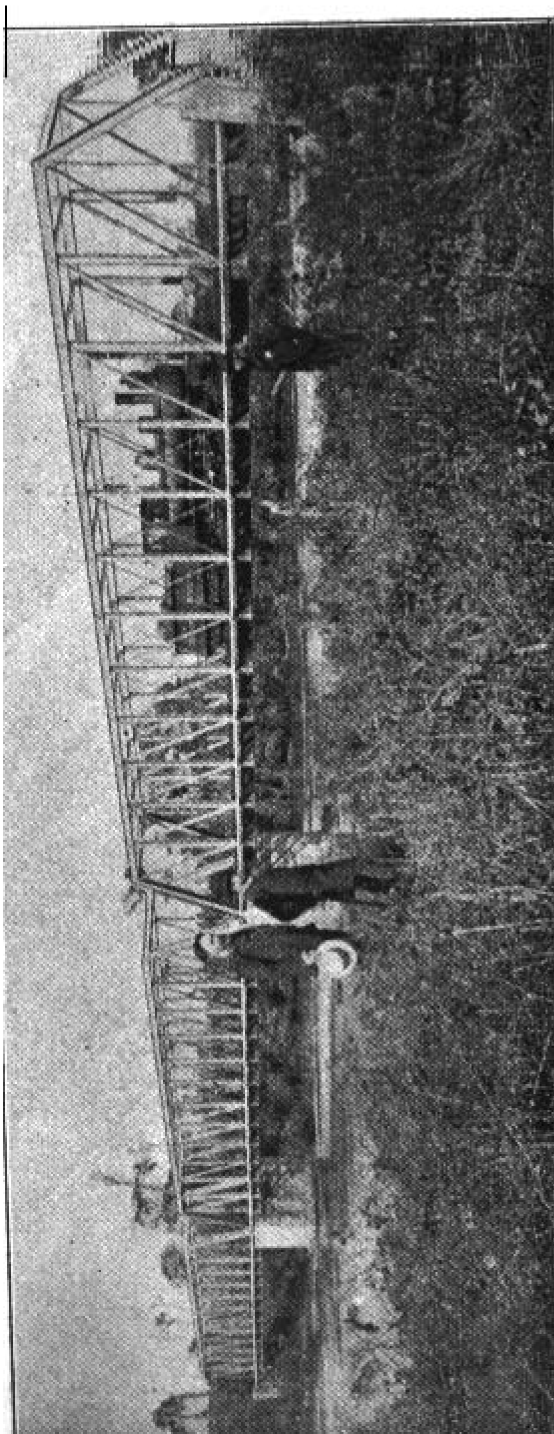
Um detalhe único da obra é o fato de as fotografias estarem intercaladas ao texto, e não apresentadas em um anexo, associando-se, diretamente, ao assunto a ser comentado. Elas constróem o olhar do observador e animam o elemento textual, ajudando a corroborar as afirmações propostas.

Cada aspecto da obra de Koenigswald registra a relação entre Natureza, território, domínio do homem e implementação da técnica e tal característica é sentida na fotografia de número 3, presente na página 7.

A imagem, – reproduzida na **Prancha n. 61** – de autoria de Alex Frisch, mostra a *"Ponte da E. F. Mogyana sobre o Rio Pardo."* O detalhe da imagem é que ela não capta somente a técnica implementada pelo homem sobre a Natureza, é necessário a presença desse mesmo homem – caracterizado pelas pessoas posando ao lado da ponte metálica – e também dos usos e funções da mesma estrutura: serve para a passagem do trem, presente sobre a ponte, parado para o registro ser realizado. Para a imagem, o texto justifica: *"Mais da metade do Estado já está entregue á cultura, sendo esta região cortada por uma rêde de vias-ferreas de perto de 3000 kilometros que facilita as communicações com o litoral e com os Estado vizinhos."*[441]

---

[440] KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p.06.
[441] KOENIGSWALD, Gustavo. *Op. Cit.* p.07.



Prancha n. 61. FRISCH, Alex. *Ponte da E. F Mogyana sobre o Rio Pardo.* Impressão sobre papel. 4,8 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 07. (Acervo IEB – USP).

Na continuidade, o texto afirma que há somente uma região do Estado ainda não totalmente conhecida e que é habitada por índios, introduzindo três fotografias mostrando grupos indígenas Coroados e Guaranis, representados com roupas, instrumentos de trabalho agrícola e armamentos, em uma clara demonstração de seu contato com os brancos. As imagens, dispostas nas páginas 8 e 9 da obra, são acrescidas do texto que as justificam: *"O Governo faz o possivel para proporcionar aos indios, que se fôrem aldeando, as vantagens da civilisação, para tornal-os membros uteis na sociedade."*[442] A utilidade pensada pelo Estado é a ocupação ordenada dos espaços interiores do território. Ao indígena, cabe não atrapalhar os planos administrativos apresentados, integrando-se à "civilização", embora não receba as terras necessárias para efetivar o processo sonhado pelo Estado.

Esse mesmo "Governo" também orienta a introdução do elemento imigrante em terras paulistas, que, segundo o autor, são os responsáveis pela derrubada das matas e criação de várias comunidades no interior do Estado, desenvolvendo-se de forma crescente no período: o imigrante, ao contrário do indígena, é passível de um maior controle e serviria ao branqueamento da raça, necessário para apagar a memória ainda viva da monarquia escravista.[443]

Para a capital, o texto construído por Koenigswald mostra abertamente o processo material em desenvolvimento, desde 1887, época do aparecimento do *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo* de Militão Augusto de Azevedo. Diz, Koenigswald que: *"demoliram-se, no centro da cidade, grande numero de edificios antigos, para serem substituidos por construcções imponentes, entre as quaes primam alguns edificios publicos já acabados, e outros por acabar."*[444]

Ao lado do texto, há fotografias mostrando palacetes no Largo do Arouche e nos Campos Elíseos, construções elaboradas no estilo europeu. A memória da antiga vila colonial, identificada com o atraso econômico da região, é material e simbolicamente

---

442 KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 8

443 Relacionado a essa idéia de "branqueamento da raça" ver: .ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. (org). *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. v. 2. (Observar: *A síndrome de escrava Isaura*. p.83-89); SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

444 KOENIGSWALD, Gustavo. Op. Cit. p.10

substituída pela apresentação das necessidades da elite cafeeira. Essa característica pode ser sentida na imagem seguinte, que apresenta a *Faculdade de Direito* – página 11 –, local da formação desse grupo político e administrativo, antes de apresentar a principal via de circulação da urbe, *Rua 15 de Novembro* – página 12 –, seguida do *Viaducto do Chá* – na página13 –ligando a cidade velha à cidade nova. Para o autor, *"S. Paulo é uma cidade cosmopolita no verdadeiro sentido da palavra."*[445]

A obra passa a representar uma visualidade de propagação das idéias em suspensão, pois, nesse momento, intercala na narrativa a herança negra e a presença dos imigrantes.

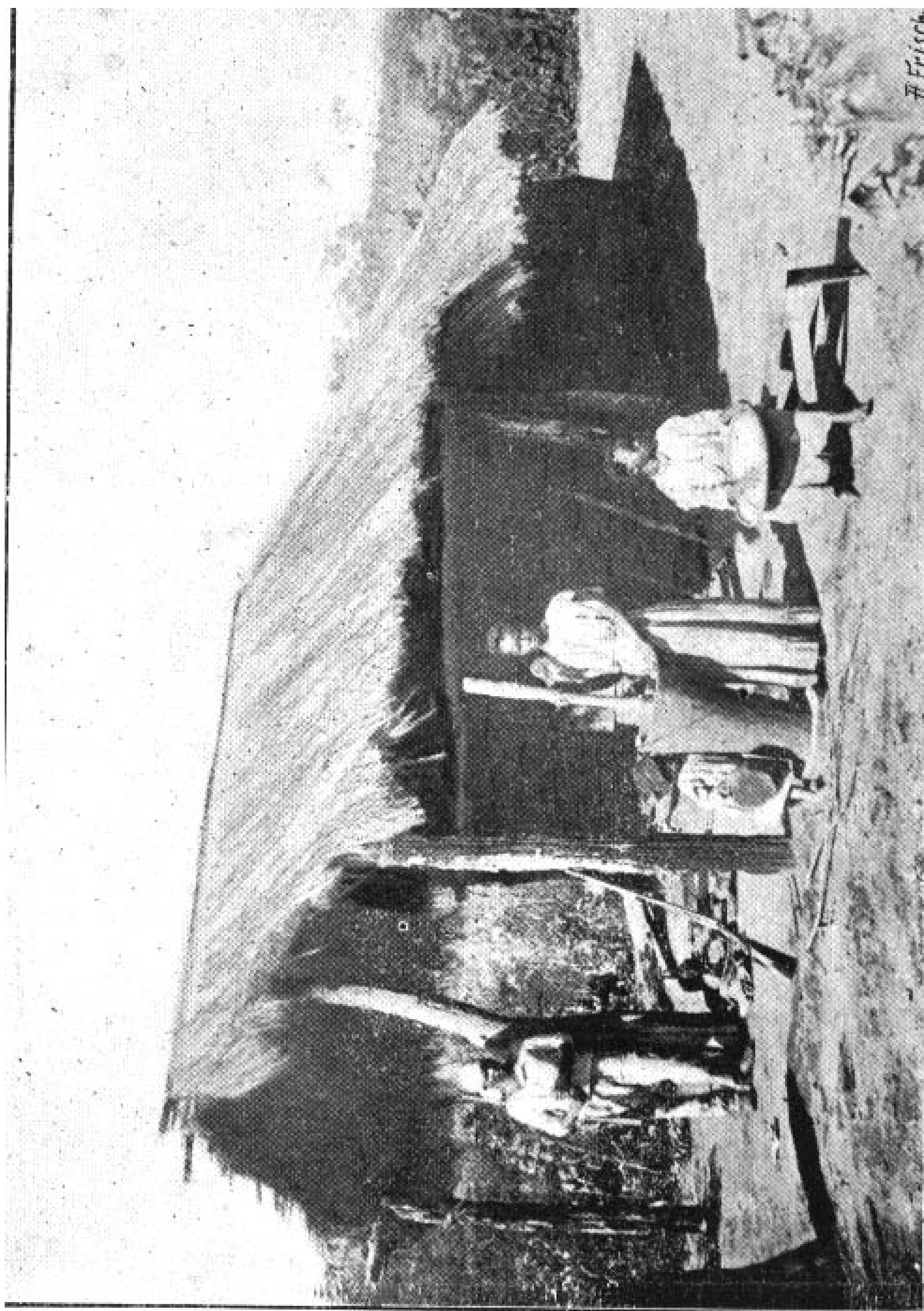
Para a primeira, visualiza-se, em uma fotografia de "A. Frisch", um *Rancho de Negro*.

A fotografia, observada na **Prancha n. 62**, enquadra a habitação de ex-escravos praticantes, provavelmente, da pequena lavoura de subsistência, mas o formato de apresentação mostra o isolamento e a pobreza tal qual a descrição do autor ao afirmar que : *"Quebrados os laços da escravidão, preferiu a maioria delles, segundo sua indole, ganhar a vida nos centros populosos, dedicando-se outros á pequena lavoura".*[446]

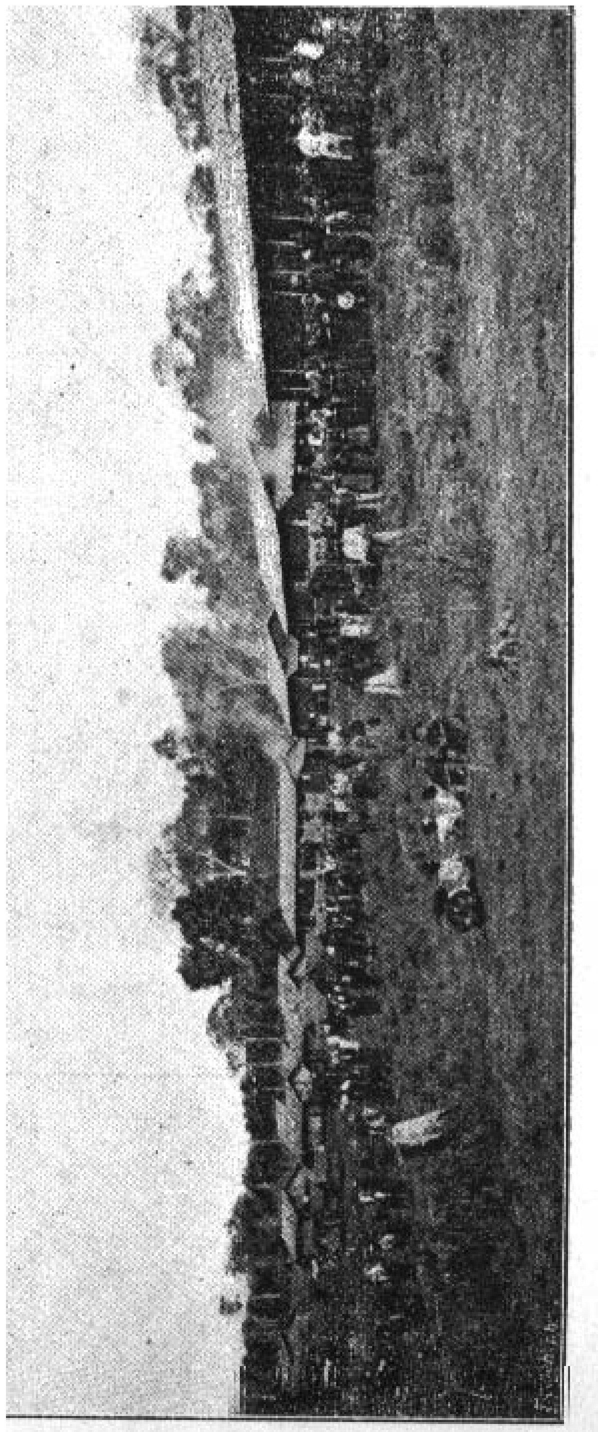
A inserção da fotografia mostra claramente um momento social e econômico crucial da sociedade brasileira. A escravidão, que chegou oficialmente ao fim em 1888, e sua substituição pelo trabalho imigrante. Com a disposição das fotografias, lado a lado em páginas opostas, percebe-se o foco dado a ambos os sistemas. A mensagem da imagem dos negros remete à questão de abandono, desorganização e pobreza. Na fotografia colocada da *Colônia Italiana (Fazenda Arindiuba)*, torna-se claro o enforque para a organização do grupo, o estilo arquitetônico das edificações e a impressão de movimento, caracterizado pela fumaça a sair de algumas chaminés das residências retratadas, conforme observado na **Prancha n. 63**.

[445]KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 13

[446]KOENIGSWALD, Gustavo. Op. Cit. p.14



Prancha n. 62. FRISCH, Alex. *Rancho de Negro*. Impressão sobre papel. 8,5 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 14 (Acervo IEB – USP).



Prancha n. 63. FRISCH, Alex. *Colonia Italiana (Fazenda Arindiuba)*. Impressão sobre papel. 5 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 15. (Acervo IEB – USP).

Nessa etapa, é evidente a mensagem predominante no Estado: a questão da mão-de-obra a ser utilizada nas atividades agrícolas do café. O observador escolhe pela imagem aquela que lhe é mais familiar ao momento da modernidade proposto pelas idéias em difusão. Os colonos europeus, organizados, sociabilizados e trabalhadores; ou a visão do negro em seu cotidiano, que apesar dos aspectos republicanos, relembra, conforme análise desenvolvida por Boris Kossoy, a visão e a expressão da permanência sutil do modelo escravista.[447]

As idéias republicanas ampararam-se diretamente nessa comparação, com aspectos da monarquia para se fixarem, pela negação do que foi conhecido, no imaginário coletivo da sociedade. Desde os momentos imediatos à Proclamação da República, já era possível observar a fala dos republicanos voltada para caracterizar o regime monárquico, atribuindo-lhe como seu único elemento de sustentação a escravidão.

Em 1890, por exemplo, Alexandre Dias Ferreira Junior, em um interessante opúsculo editado na cidade de São Paulo, *Histórico da fundação da Republica Brazileira,* relatava que *"A manutenção do elemento servil foi sempre o reducto formidavel que apadrinhou o thono, o élo único da enferrujada cadêa, que pôr largos annos prendeu este grande paiz ao nefando regimen da servidão monarchica."*[448]

A obra de Ferreira Junior é uma espécie de descrição jornalística dos fatos imediatamente posteriores ao XV de Novembro. Baseado, o autor, nos relatos dos jornais em circulação no Rio de Janeiro, narra a tomada do poder pelos republicanos com a apresentação de episódios pitorescos do processo. A história descrita desenvolve-se no calor dos acontecimentos, elemento que transforma a obra de Ferreira Junior em uma das únicas com a finalidade de relatar, de forma direta, acontecimentos não muito comuns do período.

Descreve, por exemplo, a troca de tiros entre o Barão de Ladário e o Marechal Deodoro, ocorrida na noite do dia 15, nas proximidades do Campo da Aclamação. Está relatado que, por pouco, o Marechal não foi ferido de morte ao passo que o Barão teria

---

[447] KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu:* o negro na iconografia brasileira. São Paulo : EDUSP, 1994. p.175

[448] FERREIRA Jr, Alexandre Dias. *Historico da fundação da Republica Brasileira*. São Paulo : Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1890. p. 01.

sido – além de ferido por um projétil disparado pelo Marechal – quase linchado pelos soldados que lhe acompanhavam, fato não permitido por Deodoro, que *"acudiu ordenando: _ Soldados, não matem o Barão."*[449] A República narrada por Ferreira Junior é heróica, quase novelesca e, conforme já comentado, construída no calor dos acontecimentos. Dessa forma, percebe-se, na narrativa e na representação do modelo político em vigor, um caminho de análise direta para o Álbum de Koenigswald, que atesta, pelo uso da imagem fotográfica, o modelo sociocultural em desenvolvimento.

O Álbum de Koenigswald retoma, da página quinze em diante, a idéia de São Paulo como uma modernidade que é refletida na arquitetura de seu urbano. É mostrada a *Fonte do Jardim do Palacio*, página 16, mas não é visualizada a antiga Igreja do Colégio, confeccionada em Taipa de Pilão, que, pelo abandono que sofria naquele momento, não se encontrava condizente com a expressão de modernidade proposta para a capital. Para a data na qual foi realizada a tomada fotográfica, é oportuno relembrar que a estrutura da Igreja desabaria no ano seguinte, em 1896, após um grande temporal.

No desenvolvimento visual do trabalho de Koenigswald, apresenta-se uma imagem de Campinas, *Estação da estrada de Ferro em Campinas*, página 18, e outra da *Cidade de Jundiahy,* na página seguinte, imagens que são assinadas por Alex Fisher. Ambas são acompanhadas pelas afirmações do texto referindo-se à principal atividade econômica do Estado: *"A riqueza do Estado está na sua lavoura. O solo, em geral fertilissimo e favorecido ainda de um bom clima e de abundante irrigação natural, presta-se a muitas e differentes culturas. O café, tanto pela sua enorme producção como por ser altamente rendoso é aqui a cultura principal e a fonte da grande prosperidade do Estado."*[450]

Seguindo a apresentação, a obra mostra ainda uma fotografia de um *Cafezal,* e de uma *Plantação de Mandioca,* respectivamente nas páginas 20 e 21, ambas também apontadas como trabalhos de Fisher. Nessa fase, a Introdução da obra desenvolve-se pela descrição do comportamento da agricultura no Estado, apontando métodos de cultivo, com a descrição das terras próprias para cada tipo de plantação. Novamente, há uma comparação sutil entre os regimes políticos. Observa-se a imagem desordenada da

---

[449] FERREIRA Jr, Alexandre Dias. *Historico da fundação da Republica Brasileira*. São Paulo : Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1890. p. 58.

[450] KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895.p.19.

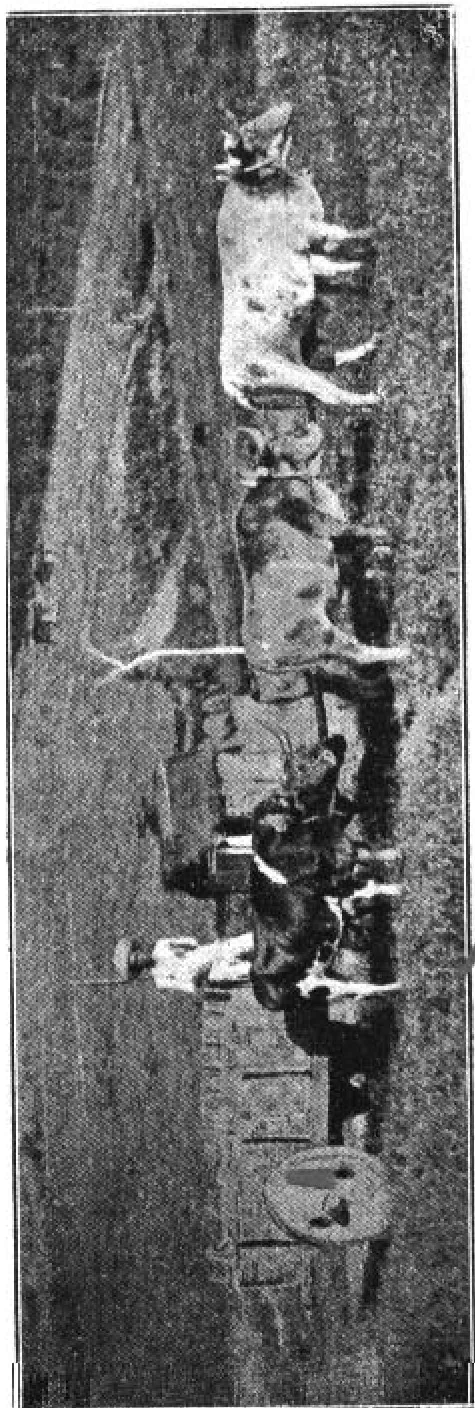
plantação de mandioca – produto básico da alimentação escrava e indígena e assim ligada a época da Monarquia –, em oposição à plantação de café, na qual o ordenamento e a organização do cultivo lembram aspectos do sistema político em vigor, o republicano.

Segue-se ainda a apresentação da fotografia de um *Carro de boi*, uma das duas imagens do Álbum atribuída a Paulo Sack.

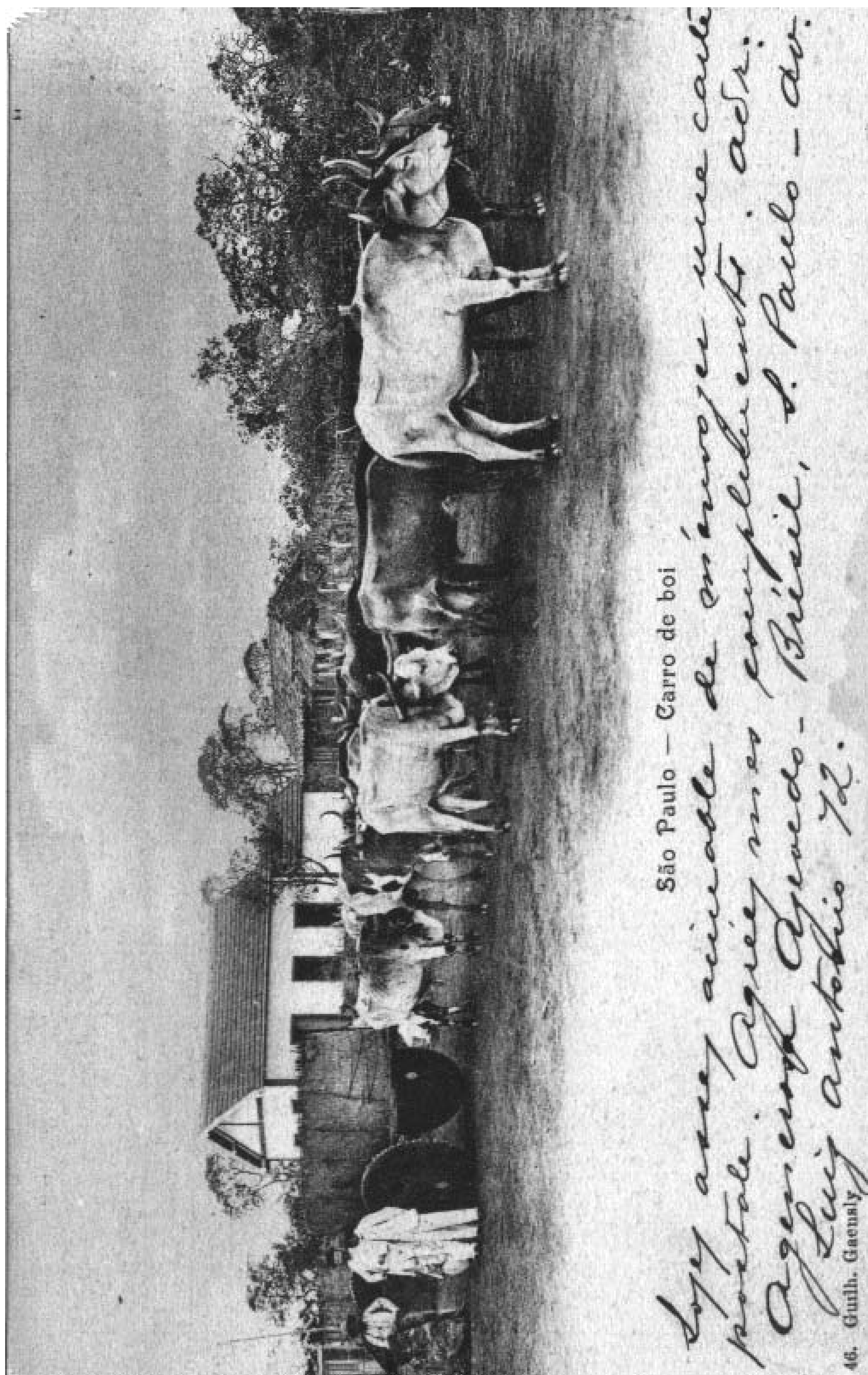
A colocação de uma imagem de carro de boi – conforme reproduzida na **Prancha n. 64** – no contexto do trabalho de Koenigswald é bastante significativa, pois a diretriz apresentada pelo mesmo revela que sua obra obedece a uma realidade iconográfica que busca uma suposta modernidade para o território de São Paulo. A imagem, apresentada dessa maneira, mostra um elemento exótico do cotidiano paulista, na qual sua existência serve de elemento de comparação direta entre a civilização, de caráter urbano, e a sua oposição relacionada às múltiplas facetas do universo rural.

A representação do carro de boi assume uma face representativa da ruralidade paulista, fato que pode ser corroborado pela representação e divulgação de sua imagem, ainda nas décadas iniciais do século XX, como sua transformação em cartão postal de autoria de Guilherme Gaensly, posto em circulação em 1908.

No cartão-postal de Gaensly, reproduzido na **Prancha n. 65**, percebe-se a construção simbólica da representação do espaço rural paulista, e o carro de boi mostrando-se como o elemento de ligação entre o passado colonial do país e a permanência de um modelo material de uso. A memória torna-se agregada ao elemento de representação escolhido e, apesar do uso do meio de transporte colonial em muitas partes do Brasil no período, a legenda não generaliza e sim indica *São Paulo – Carro de Boi*, mostrando a continuidade de uma representação nascida, aparentemente, no contexto do trabalho de Koenigswald. Gaensly parece se apropriar da idéia de Sack, registrando os elementos imagéticos em suspensão no contexto cultural da sociedade da qual ambos fazem parte.



Prancha n. 64. SACK, Paulo. *Carro de boi*. Impressão sobre papel. 4 cm x 12 cm. In: KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895. p. 22. (Acervo IEB – USP).



Prancha n. 65. GAENSLY, Guilherme. *São Paulo – Carro de boi.* Cartão Postal Circulado [ca. 1908]. [S.l : s.n.], 8,7 cm x 13, 7 cm.

A apresentação do Álbum *São Paulo* ainda mostra uma fotografia do *Rio de S. Anastacio,* com autoria atribuída a Francisco Henzler, que produziu uma série de imagens presentes no contexto da obra, todas elas ligadas a essa temática de representação da Natureza a ser domada. O rio de Santo Anastácio fazia parte do território a ser explorado pela Comissão Geográfica e Geológica, portanto inserido no contexto dos *Terrenos Desconhecidos*. Koenigswald busca articular a representação territorial do Estado pelo uso do elemento comparativo, pois a imagem a seguir, atribuída a Paulo Kowalsky – página 24 –, mostra a *Estatua de José Bonifacio.*[identificado como "o moço", para distinguir de seu tio José Bonifácio] *(Largo de S. Francisco),* que não possui ligação aparente com o restante das representações.

Na imagem seguinte, mostra-se uma *Estrada de Rodagem do Alto Paraná*: um caminho aberto pelo corte da mata no meio da floresta. Essa fotografia interliga-se com o texto que continua a falar das riquezas da fauna e da flora no Estado e é uma das únicas a não mostrar ligação direta com a representação geral proposta pelo Álbum. Talvez por ser uma região em litígio – as fronteiras legais entre os Estados ainda estavam em processo de demarcação –, ela tenha sido incluída como modelo de representação do espaço a ser incorporado ou como uma simples seqüência fotográfica.

Há outro aspecto a ser considerado em relação à inserção, nesse momento, de uma representação do território do Paraná. A área, além do fato de estar em litígio, encontrava-se aberta à penetração de agricultores em busca de terras férteis para a ampliação do cultivo do café, além de a região ser reduto de índios considerados ainda não civilizados, característica comentada anteriormente. Levando-se em consideração que uma das perspectivas do trabalho de Koenigswald é retratar a economia desenvolvida no Estado, a presença dessas representações iconográficas torna-se bastante oportuna.

Na última imagem de apresentação, página 26, é inserida uma fotografia da *Antiga Ponte sobre o Rio Mogy-Guassú,* de autoria atribuída a João Pompe, de forma semelhante à que mostra o monumento de "José Bonifácio, o moço". O monumento que representa a memória do advogado, poeta e estadista - sobrinho do Patriarca da Independência - não apresenta uma ligação direta com o texto, que termina descrevendo as potencialidades mineralógicas do Estado.

Em relação a esse fato, torna-se importante citar que o pai de José Bonifácio, o moço, era Martin Francisco Ribeiro de Andrada e Silva, que, em 1805, realizou em conjunto com o irmão José Bonifácio, que seria conhecido como o "Patriarca da Independência", uma viagem de exploração mineralógica, geológica e botânica pelo interior da então Capitania de São Paulo. Teria sido a imagem da estátua usada como lembrança desse acontecimento e assim associada com o texto apresentado na obra de Koenigswald?

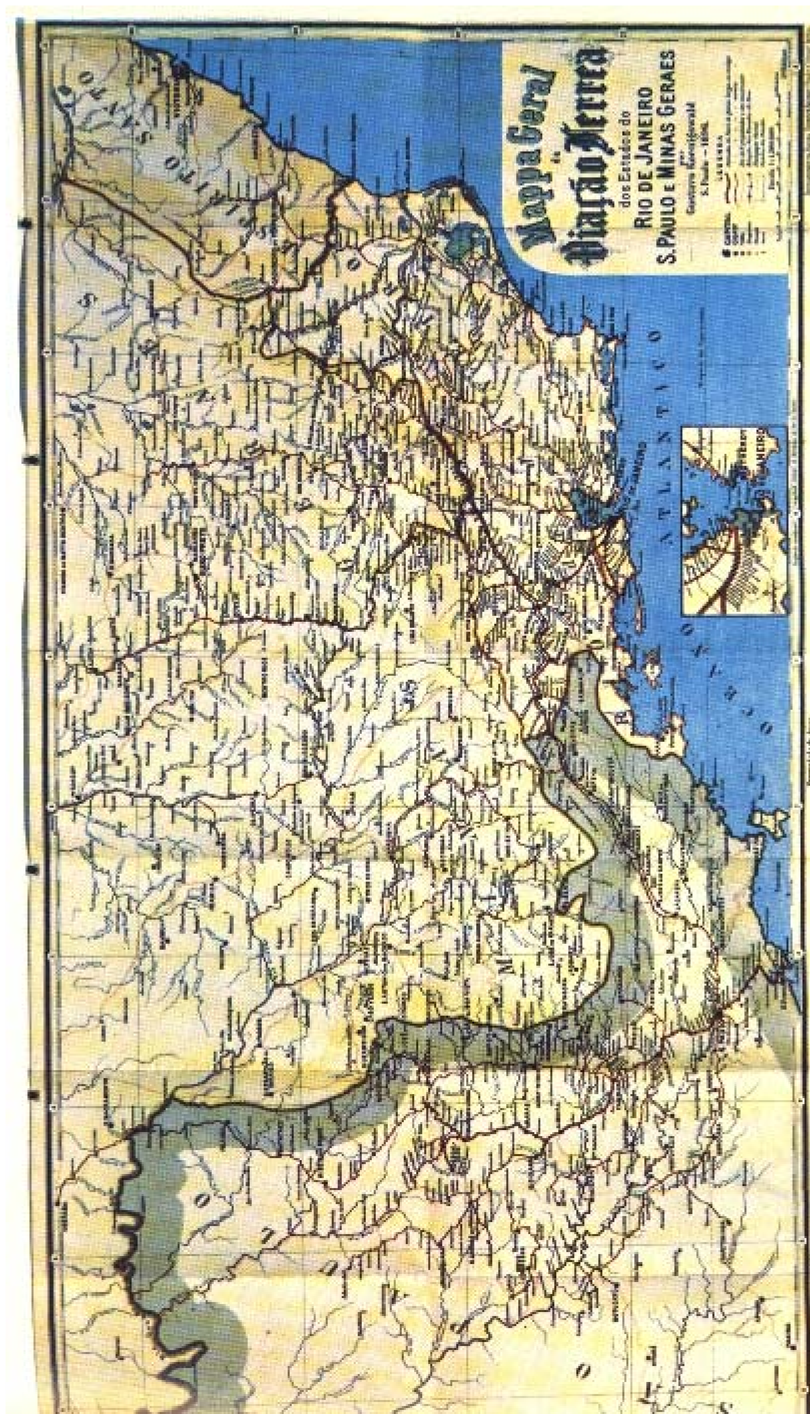
A abertura do Álbum fotográfico de Koenigswald possibilita uma interpretação da estrutura iconográfica desenvolvida no país, no contexto das imagens usadas para representar os locais ainda em fase de reconhecimento.

Os chamados "sertões" assumem uma postura mística e transformam-se em elementos condutores de um processo de comparação e identidade, e no caso do Estado de São Paulo, esse aspecto é bastante pertinente.

O espaço territorial torna-se um elemento condutor das idéias e a produção cartográfica, em conjunto com a fotografia, é um dos elementos diretos da materialização desses aspectos. Esse processo justifica a atuação de Koenigswald, na época também produzindo e divulgando seus próprios trabalhos cartográficos.

No mapa – apresentado na **Prancha n. 66** – produzido por Koenigswald em 1896, trabalho imediatamente posterior a seu Álbum fotográfico, percebe-se a necessidade de representação do território em contato com os elementos de civilidade. O esboço fica restrito à representação dos caminhos de circulação dos trens nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Koenigswald, que já havia mostrado e difundido o espaço do território pelo uso da fotografia, complementa, no ano seguinte, em 1896, as informações com a produção de uma cartografia temática associada à realidade da presença dos caminhos ferroviários. Há, nesse aspecto, uma ampliação de idéias apresentadas pelas imagens fotográficas, com a difusão e a localização das mesmas.



Prancha n. 66. KOENIGSWALD, Gustavo. *Mappa Geral da Viação Ferrea dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes.* (Detalhe). Impressão sobre papel, 1896. Recolhido em: SERÁPHICO, Luiz; SCARANO, Julita; GALANTE, Miguel. (orgs.). *Os caminhos do Brasil*. São Paulo : Ed. Previdenciária, 1978. p. 59. (Acervo MASP).

As idéias em difusão corroboram necessidades orientadas para a articulação de respostas satisfatórias à própria centralização política e econômica buscada pelo Estado. A República, no contexto do regime político e administrativo, observa, nos locais urbanos, fotografados e mapeados, o sustentáculo material de uma civilização a ser reproduzida e articulada de maneira a servir de estrutura simbólica para as gerações futuras, uma espécie de parâmetro de comparação para o nascimento e transmissão da idéia republicana de governo e administração.

Demétrio Magnoli, sobre esse assunto, comenta que, no caso da cartografia, a fixação de uma idéia, de um signo, inserido na representação cartográfica transmite diretamente as necessidades de um grupo social e dessa forma, trabalha para perpetuar as idéias em suspensão. Garante-se, assim, a permanência de valores atribuídos, articulando contatos e providenciando soluções para sua continuidade ideológica.[451] De fato, nota-se a criação de uma identidade na representação iconográfica produzida. Um modelo dinâmico que capta as idéias elaboradas por uma determinada classe social, depositando-as em suportes passíveis de distribuição e penetração em outras camadas da população.

Esses suportes atingem o público quando há políticas governamentais elaboradas neste sentido, como a hipótese defendida por Paulo Knauss a respeito da formação da mentalidade cartográfica da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Para o autor, na administração do prefeito da Capital Federal, Pereira Passos, naquele momento, foi divulgada uma planta cartográfica informando ao público as futuras intervenções a serem realizadas na cidade, e assim, "o discurso científico funciona como um instrumento legitimador das ações do governo e fornece uma imagem subjacente ao projeto social implementado."[452] Para a municipalidade, era necessário romper um padrão, no caso, elementos do passado colonial ainda presentes no espaço urbano do Rio de Janeiro.

---

[451] MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo : Editora da UNESP; Moderna, 1997. p.287.

[452] KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.145, jun. 1997.

Essa foi a época do famoso "Bota abaixo" da administração Pereira Passos, que resultou em uma série de demolições no zona urbana da Capital e conseqüente imposição de novos valores urbanos para a população local, como a construção da Avenida Central: uma proposta de controle e organização das massas urbanas.[453] Para o Estado de São Paulo, em especial para a capital, convém relembrar que a propagação ideológica da organização do espaço territorial desenvolvia-se de forma direta, pelo menos, desde a circulação do mapa da capital no *Indicador de São Paulo,* editado por Abílio Marques em 1878.

Na expressão e propagação de um ideário científico, relacionado ao território do Estado, o resultado mais direto e objetivo foi elaborado por Thedoro Sampaio, entre 1900 e 1902 – a última data refere-se à publicação de sua idéias –, quando o engenheiro elabora um artigo comentando o desenvolvimento da Província durante o século XIX.[454]

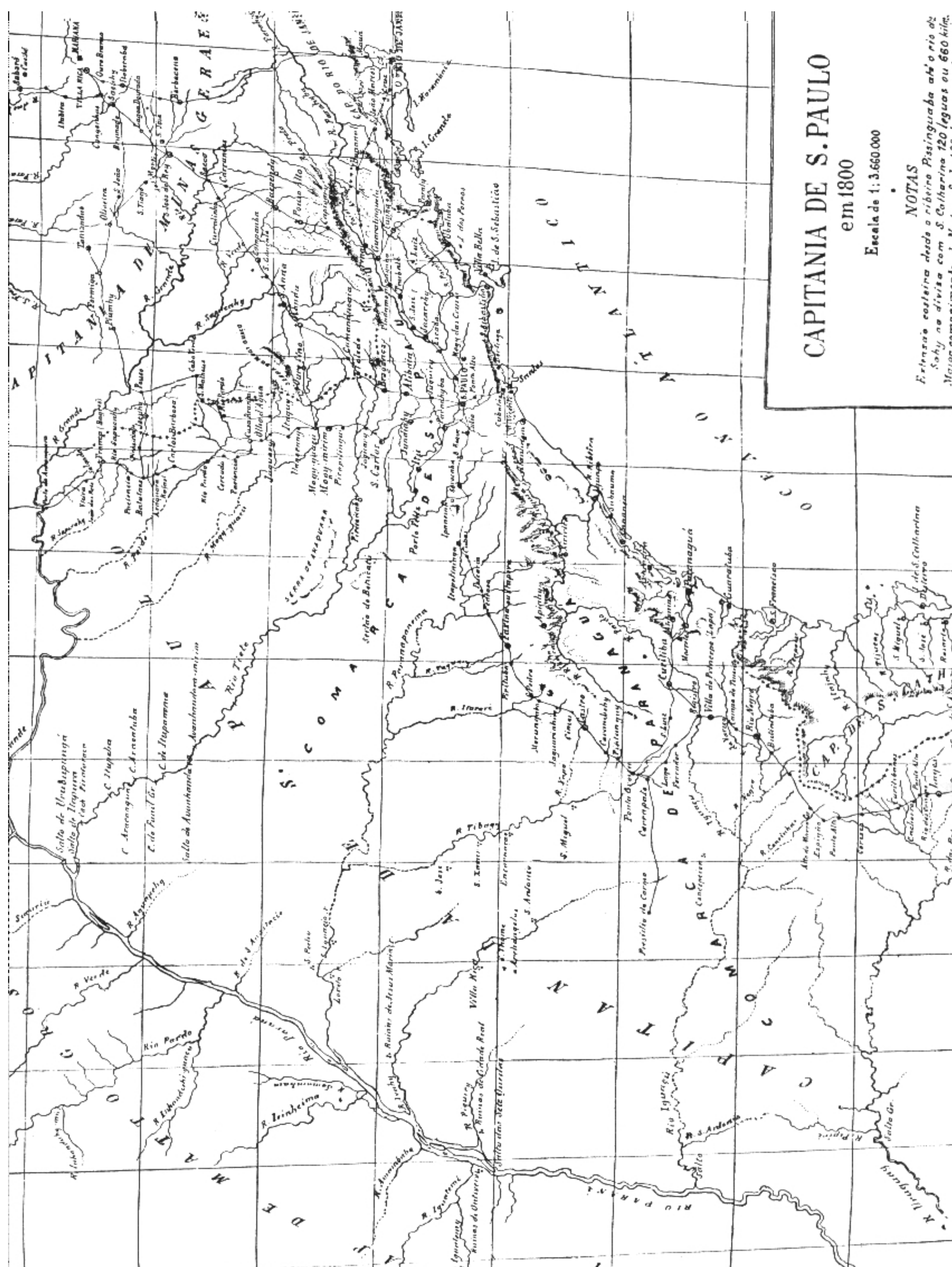
O trabalho de Theodoro Sampaio trata o território da Província e futuro Estado de forma comparativa, mostrando-o em 1800 – ainda Capitania – e em 1900 – já denominado como Estado. O modelo enaltece o progresso material da região, utilizando-se do efeito comparativo direto entre dois mapas confeccionados pelo engenheiro: um mostra o território em 1800 e o outro, em 1900.

Percebe-se na análise, – das **Pranchas n. 67** e **n. 68** – em um primeiro momento, a utilização da matriz do mapa 1800 para compor o de 1900. O primeiro é apresentado de forma simplificada, com o espaço do território para ser preenchido e mostra um conhecimento ligado diretamente aos rios, às povoações próximas ao litoral e aos acidentes naturais relatados pelos cronistas coloniais, como a *serra de Araraquara* ou *sertão de Botucatu*, elementos difundidos desde Lacerda e Almeida, em sua viagem realizada ao território entre 1788 e 1790. Não há a inserção da expressão *Terrenos Desconhecidos*, mostrando a familiaridade do engenheiro com as cartas do período e reforçando a idéia de que a expressão já tivesse perdido o sentido de sua utilização.

---

[453]Convém lembrar que esse processo foi todo registrado pelo fotógrafo Cândido Malta que retratou uma série de locais que iriam sofrer intervenções urbanísticas.

[454]SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no Século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo v.VI, p. 159-205. 1902.



Prancha n. 67. SAMPAIO, Theodoro. *Capitania de São Paulo em 1800*. Mapa impresso, 32 cm x 26 cm. In: SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no Século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo v. VI, p. 159-205. 1902. (Anexo).

Prancha n. 68. SAMPAIO, Theodoro. *Estado de São Paulo em 1900*. Mapa impresso, 32 cm x 21,5 cm. In: SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no Século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo v. VI, p. 159-205. 1902 (Anexo).

O aspecto do território não é apresentado no formato conhecido para a época (1800), pelo contrário, recebe um tratamento adequado para as demarcações recentes entre as divisas das Províncias de São Paulo e Mato Grosso (Rio Paraná), e as de São Paulo e Minas Gerais (Rio Grande). Na divisa que mostra o Rio Paranapanema, entre São Paulo e Paraná, há um pequeno desconhecimento quanto à real localização dos rios e seus afluentes. Esse último elemento pode ser atribuído ao andamento dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica na região, que só apresentariam resultados satisfatórios a partir de 1907.

O mapa de 1900, ao contrário do de 1800, mostra-se bastante detalhado nos aspectos geográficos e topográficos. Há um grande número de povoações, incluindo-se São José do Rio Preto, a Noroeste do Estado, anteriormente inseridas no espaço relegado à expressão *Terrenos Desconhecidos*.

A comparação entre os dois mapas mostra uma articulação ideológica referente ao período histórico do qual faz parte o autor. Há uma preocupação quanto à transmissão dessa ideologia, expressa na confecção do segundo elemento cartográfico, pois é visível a demonstração da evolução dos conhecimentos científicos relativos ao espaço territorial da região. O mapa apresenta as configurações topográficas dos terrenos do Estado em conjunto com a apresentação dos fluxos hidrográficos. O nível de detalhamento apresentado demonstra um grande conhecimento do autor, fato que se associa ao desenvolvimento exploratório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, da qual Sampaio era um dos membros dirigentes. Mesmo com essas características, o mapa de 1900 ainda apresenta algumas falhas na sua região mais a Sudeste, na descrição do Rio Paranapanema, local ainda em exploração pelos membros da Comissão.

Independentemente dessas características, os mapas ilustram o artigo desenvolvido por Theodoro Sampaio, estruturando na representação cartográfica a ideologia presente no texto escrito. Há, no tocante à representação textual do território em 1900, um apelo ufanista de exaltação do movimento republicano e seus benefícios materiais e sociais, em conjunto com a ampliação do processo de colonização do território. Para o autor, o século que começava deveria "levar a civilização aos desertos ocidentais",

mostrando as características históricas que fizeram do paulista o herói do passado bandeirante.[455]

O processo que envolve o conhecimento do território no início do século XX torna-se elemento de sustentação de várias políticas públicas, que são inseridas no contexto da organização das cidades e de seus habitantes.

O modelo republicano movido pelo ideário positivista "Ordem e Progresso" molda as cidades inserindo-lhes elementos geográficos organizacionais. A idéia do urbano em forma de um "tabuleiro de xadrez", como exemplo, recuperado, notadamente, pelas reformas urbanísticas européias do final do século XIX, é adaptada aos padrões brasileiros, pensada e usada como elemento simbólico da cidade moderna.[456]

A República, como modelo sócio-político, explica-se na estruturação e propagação de seu ideário nas cidades anteriormente localizadas em áreas classificadas do território como "desconhecidas". A fotografia, levada em um primeiro momento – século XIX – como elemento de identificação dos grupos sociais que desfilam seus desejos ocultos nos estúdios dos fotógrafos, passa a ser usada, posteriormente (final do século XIX e início do XX) como elemento de confirmação do espaço desconhecido, desdobrando-se para a ratificação do território urbano, local das manifestações culturais dos grupos envolvidos nas representações de suas próprias identidades.

10.2 O Olhar Para a Paisagem

O espaço do território do Estado de São Paulo passa a ser visto não só pelos nacionais, mas também pelo olhar estrangeiro, como um promissor mercado a ser ocupado e administrado, característica que explica a presença de "olheiros" externos, interessados em adquirir terras e fundar colônias de seus compatriotas em território paulista.

---

[455] SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no Século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v.VI, p.204-205. 1902.

[456] Esse modelo urbanístico já era usado pelos espanhóis desde o século XVI e foi aplicado em grande escala nas suas colônias americanas. Para mais detalhes ver: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo : EDUSP; Pioneira, 1966.

Um desses "olheiros" foi o norte-americano Thomaz Canty, que pretendia organizar no Brasil um núcleo de colonização com imigrantes de seu país nas áreas ocupadas por terras públicas, ou seja, aquelas ligadas, no caso do estado de São Paulo, em especial à representação dos *"Terrenos Desconhecidos"* e teoricamente não pertencentes a particulares. Canty já havia estado no país por duas vezes, conhecendo terras no Paraná e Rio de Janeiro, não gostando do que vira. A história de sua passagem pelo então sertão paulista, no ano de 1904, torna-se a última de suas viagens ao país, e é relatada pelo então engenheiro encarregado de acompanhá-lo no reconhecimento, Cornélio Schmidt, em um diário pessoal compilado por seu filho Carlos Borges Schmidt e publicado em 1961, nos *Anais do Museu Paulista*.

O itinerário, compreendendo todo o Noroeste Paulista, na época ainda catalogado como *"Terrenos Desconhecidos",* é marcado por dois aspectos principais. O primeiro, pela grande produção fotográfica realizada por Canty, que, na narração de Schmidt, *"precisa de mais algumas dúzias de rolo , porque tira retrato de paisagem a todo momento!"*.[457] O segundo, pela descrição dos locais e acontecimentos de forma minuciosa, feita por Schmidt, preparando o relatório a ser apresentado – acerca dos acontecimentos da viagem – ao então secretário da agricultura do estado, Carlos Botelho.

A fotografia assume, pelas amostras presentes na publicação e também pelo olhar de Thomas Canty, uma característica simbólica de inserção de seu autor no espaço a ser conhecido. O sertão e seus habitantes são vistos como modelos míticos apresentados ao norte-americano. Esses registros fotográficos, acompanhados pelos relatos de Schmidt, transmitem uma suposta veracidade que classifica e cataloga o espaço percorrido.

Aparentemente, a totalidade dos registros de Canty desapareceu ou foi arquivada em local até agora desconhecido. Segundo Carlos Borges Schmidt, organizador do diário de seu pai, "Fotógrafo amador, Thomaz Canty incumbiu-se da tomada de inúmeras fotografias, das quais forneceu cópias a meu pai. Essas fotografias estão, muitas delas, sem identificação do local onde

[457] SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo : Museu Paulista. 1961. Tomo XV, p.355.

foram tiradas; a maior parte desbotadas pelo tempo e, provavelmente, por não terem sido feitas cópias com o cuidado devido."[458]

Apesar disso, pela amostra das imagens publicadas no contexto dos *Anais do Museu Paulista*, é possível perceber um padrão de registro que busca na paisagem e em seus objetos a confirmação da presença humana nos locais classificados como "desconhecidos".

A série de registros organizada pode assinalar respostas para as perguntas: Teria Canty gostado das terras que vira? Seu empreendimento teria a rentabilidade esperada?

Visto que o norte-americano procurava terras públicas não pertencentes a particulares, a presença de ocupação humana nesses locais comprometeria suas idéias iniciais e assim justificaria a não realização do empreendimento por ele pensado. Fato que pode ser associado a uma passagem do Diário, na qual Schmidt conta que após percorrer um caminho aparentemente abandonado, há quase vinte anos, encontra vários proprietários que dizem residir na região *"há mais de ano!"*[459]

Nesse aspecto, há uma incoerência entre o processo de reconhecimento de algumas áreas geográficas classificadas pela administração central como "desconhecidas", e a realidade cotidiana do território do Estado.

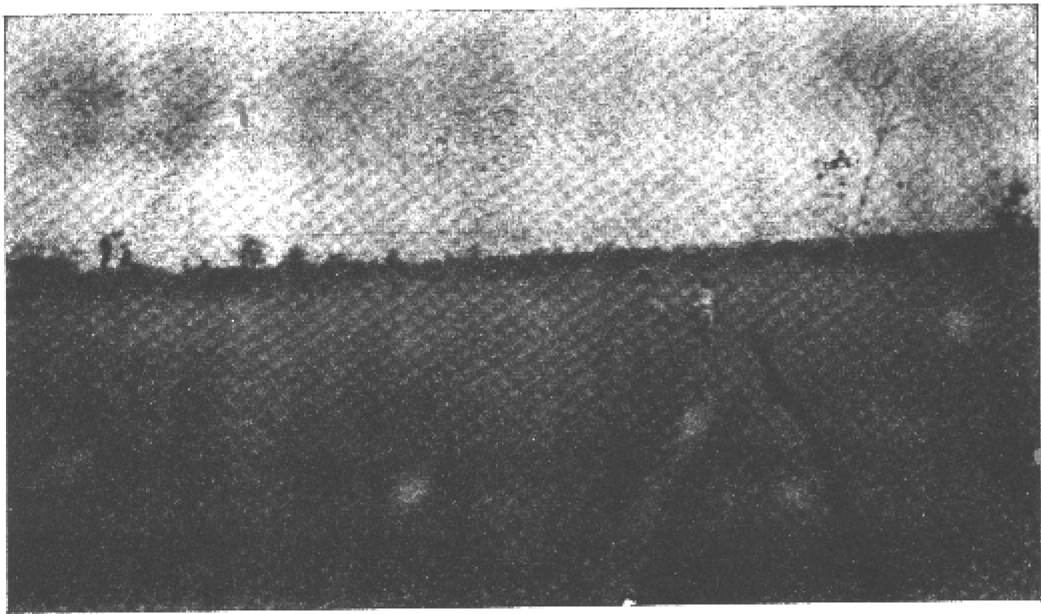
As imagens produzidas por Canty aparentemente navegam por três vertentes distintas. A primeira representa o caminho percorrido, a segunda identifica locais ocupados e a terceira mostra elementos materiais provenientes da ocupação, tais como: criação de gado, roçados e plantações.

No contexto da primeira vertente, a representação do caminho percorrido transforma-se na materialidade da viagem. A paisagem é usada como elemento comparativo entre civilização e barbárie e nesse caso específico, demonstra que, mesmo sendo "desconhecida", a região já sofrera a penetração inicial da civilização.

---

[458] SCHMIDT, Cornélio. *Op. Cit*. Tomo XV, p. 351, 1961.

[459] SCHMIDT, Cornélio. Op. Cit. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo : Museu Paulista. 1961. Tomo XV, p.374.



Estrada do Taboado. (Jagora-Pimenta) (Foto: Thomaz Canty)



Roçada de dois anos entre Conceição de Monte Alegre e São Mateus (Foto: Thomaz Canty)

Prancha n. 69. CANTY, Thomaz. *Estrada do Taboado(...)* e *Roçada de dois anos (...)*. Impressão sobre papel. 13 cm x 7,5 cm. In: SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo : Museu Paulista. Tomo XV, p. 375, 1961.

Mostrando parte da Estrada de Taboado, a fotografia, reproduzida na **Prancha n. 69**, coloca a viagem em um contexto de demarcação de caminhos. A Estrada de Taboado, também conhecida como "Estrada Boiadeira", é fruto da chamada Expedição Olavo Von Hummel, que, em 1891, na gestão do então presidente do Estado, Américo Brasiliense, demarcou e construiu um caminho ligando Mato-Grosso a São Paulo pela vertente dos grandes rios, para o escoamento do gado criado na região.

A Estrada saía de Porto Taboado, localizado no Rio Paraná – divisa entre Mato-Grosso e São Paulo –, e seguia atravessando os chamados "Terrenos Desconhecidos" até atingir os mercados consumidores do Estado. E pensava-se até no porto de Santos, no litoral paulista, como elemento principal do processo, conforme expressa uma circular apresentada pela Câmara Municipal da cidade de São José do Rio Preto – um dos locais de passagem da Boiadeira – ao Governo do Estado, em 14 de abril de 1897.[460]

A construção desse caminho mostrava-se conveniente à realidade apresentada pelo Estado. O povoamento do território fica condicionado à "captura", pelo olhar dos membros de uma elite dirigente, de elementos a mostrarem a objetividade administrativa pensada pelo governo central.

O espaço passa a ser conhecido e colocado na realidade cotidiana desses grupos, e, nesse caso, a segunda e a terceira vertentes de interpretação para as fotografias de Canty constróem os elementos necessário a balizar esse conhecimento. Os objetos materiais – gado, plantações ("roçados") e casas –, registrados pelo norte-americano, criam a realidade comparativa necessária a ser levada, por exemplo, aos seus sócios distantes do local do empreendimento.[461]

Dessa forma, demonstrava-se que o investimento colonizador não seria tão rentável, pois a presença de uma ocupação humana na região, além do isolamento – fato comprovado pelo desconhecimento do Estado do cotidiano da região – desclassificava o

---

[460]Para mais detalhes ver: OLIVEIRA, Sebastião de. A Estrada do Taboado. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, ano III, v. XXXI, p.65, jan. 1937.

[461]Esses elementos também são encontrados na zona urbana sobretudo nas principais capitais brasileiras. As imagens captadas por vários fotógrafos no período das obras de melhorias de empresas, como a "Light and Power Comp.", são exemplos concretos desse processo constitutivo de uma identidade, pela apropriação e substituição de uma memória por outra.

rótulo de "desconhecidos" ou "não explorados" dos terrenos na região Noroeste do Estado, e essa característica talvez justificasse a desistência de Canty das áreas visitadas.

Os trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica tornam-se, então, matéria central da política administrativa. Havia a necessidade de integrar o território e, seguindo uma linha de raciocínio formada ainda pelo Estado Monárquico, conforme descreve Demétrio Magnoli, autentificar, "O programa de unidade [que] solicitava também a produção de um *território imaginário* capaz de funcionar como plataforma para a política de fronteiras do Estado imperial. A doutrina das fronteiras naturais tinha, no início do século XIX, alcançada plena cidadania diplomática. Essa foi a base doutrinária da política de fronteiras do Império brasileiro." [462]

Percebe-se que o Estado republicano, nesse momento, desenvolve-se usando de elementos por ele condenados no ato de implantação do novo sistema político. Esse dado mostra que o sistema político apoiou-se em algumas bases culturais existentes para criar seu modelo de sustentação e esta característica, explica a presença de vários pensadores do Império, elaborando contextos culturais para a manutenção do sistema republicano, e entre eles está o próprio Barão Homem de Mello.

A posse da terra passava pela sua legitimação e esse processo envolvia sua catalogação e inserção no formato das leis em curso. A expressão "Terrenos Desconhecidos" abria possibilidades não condizentes com as necessidades de acumulação do capital apresentadas pelo Estado e, dessa forma, uma nova representação para a região passava a ser utilizada.

Na passagem do século XIX para o XX, a região passou a ser representada pela expressão *"Terras Devolutas não Exploradas"*. Havia, nessa catalogação, a legitimação das necessidades do Estado que ao estabelecer a expressão garantia, na vacância dos terrenos e sua regulamentação, elementos que se aproximavam das idéias que compõe o Relatório apresentado, em 1896, pelo então Presidente do Estado Bernardino de Campos: *"A lei que dispõem sobre as terras devolutas, sua medição, demarcação acquizição, legitimação ou revalidação de concessões e posses e descriminação do domínio publico do particular, foi cuidadosamente regulamentada,*

---

[462]MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István.(org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo : HUCITEC; FAPESP; UNIJUÍ. 2003. p.295.

acautelando-se os direitos e interesses, providenciando-se de modo a bem se encaminharem os negocios attinentes a tão importante assumpto."[463]

Essa caracterização chocava-se com a real situação da região que, conforme fotografado anteriormente por Thomas Canty, possuía propriedades não legitimadas ocupadas por pequenos lavradores isolados do sistema administrativo em curso.

Nessa preocupação do Estado desenvolveu-se toda uma representação, construindo uma memória que se sedimentou nas representações cartográficas do período, conforme pode ser observado na **Prancha n. 69-A**. O mapa apresentado, que foi composto pelo engenheiro Eugenio Stevaux e litografado por Jules Martin, é aparentemente realizado no mesmo período da fala de Bernardino de Campos, corroborando, dessa forma, o discurso elaborado pelo Estado.

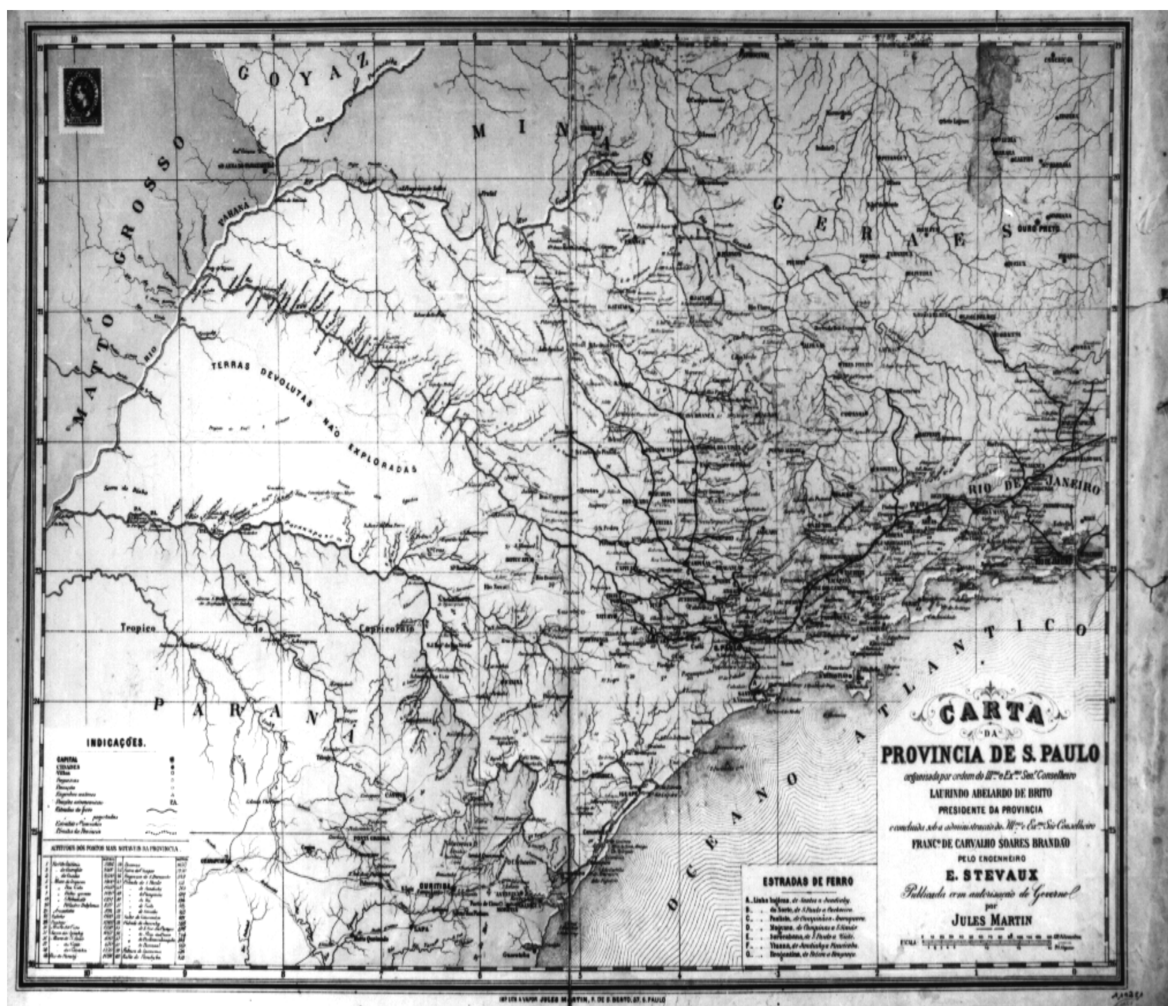
Essa representação é substituída poucos anos depois, mais especificamente, em 1901, pois a região Noroeste do Estado já era divulgada em algumas representações cartográficas como *"Terrenos pouco explorados"*, conforme o caso específico do mapa apresentado por Adolpho Augusto Pinto como anexo a sua *História da viação pública de São Paulo.*

O aspecto mais significativo presente no mapa encartado na obra de Adolpho A. Pinto, – vide **Prancha n. 70** e seu detalhamento na **Prancha n.70-A** – , desenhado por Arthur Ruth e confeccionado pelo Estabelecimento *Graphico de V. Steidel & Cia*, localizado em São Paulo, encontra-se no contexto de uma tentativa de amenizar o desconforto causado pelo não conhecimento do espaço, embora o território seja usado como uma espécie de corpo político, cujo poder gerenciaria as políticas administrativas do período. A expressão "Terras devolutas e não exploradas" é substituída pela designação "Terrenos pouco explorados," ratificando, de forma sutil, a idéia do Estado como mentor do processo. Nota-se que nesse momento a Comissão Geográfica e Geológica já havia apresentado alguns resultados e a segunda expressão comentada, assume a idéia de que alguém já havia estado lá e assim era detentor do conhecimento específico da região: a

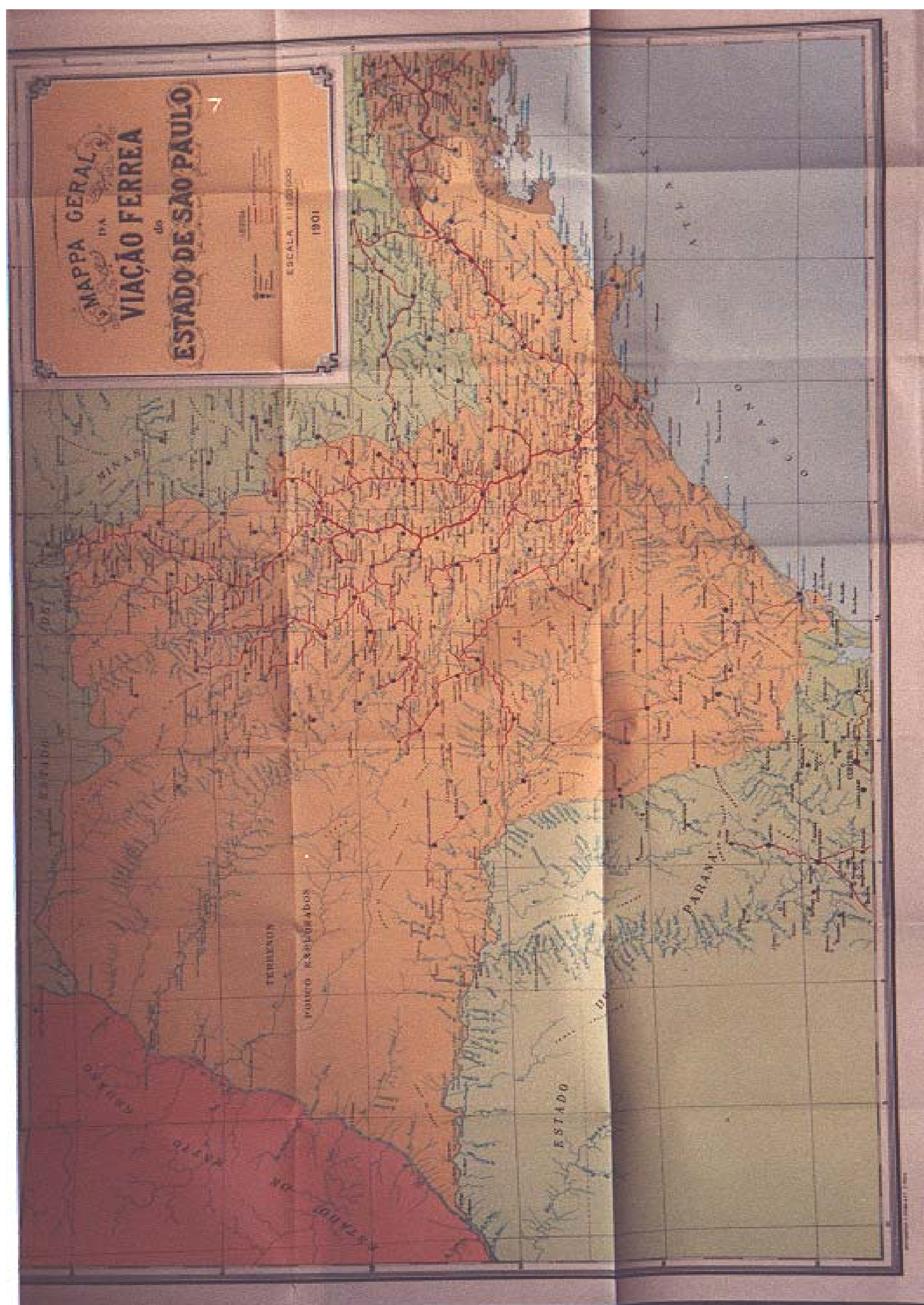
---

[463] CAMPOS, Bernardino de. Mensagem de 07 de abril de 1896. In: *Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo de São Paulo pelos Presidentes e Vice-Presidentes em exercício, desdea Proclamação da República até o anno de 1916*. São Paulo : Typographia do Diario Official, 1916. p. 73.

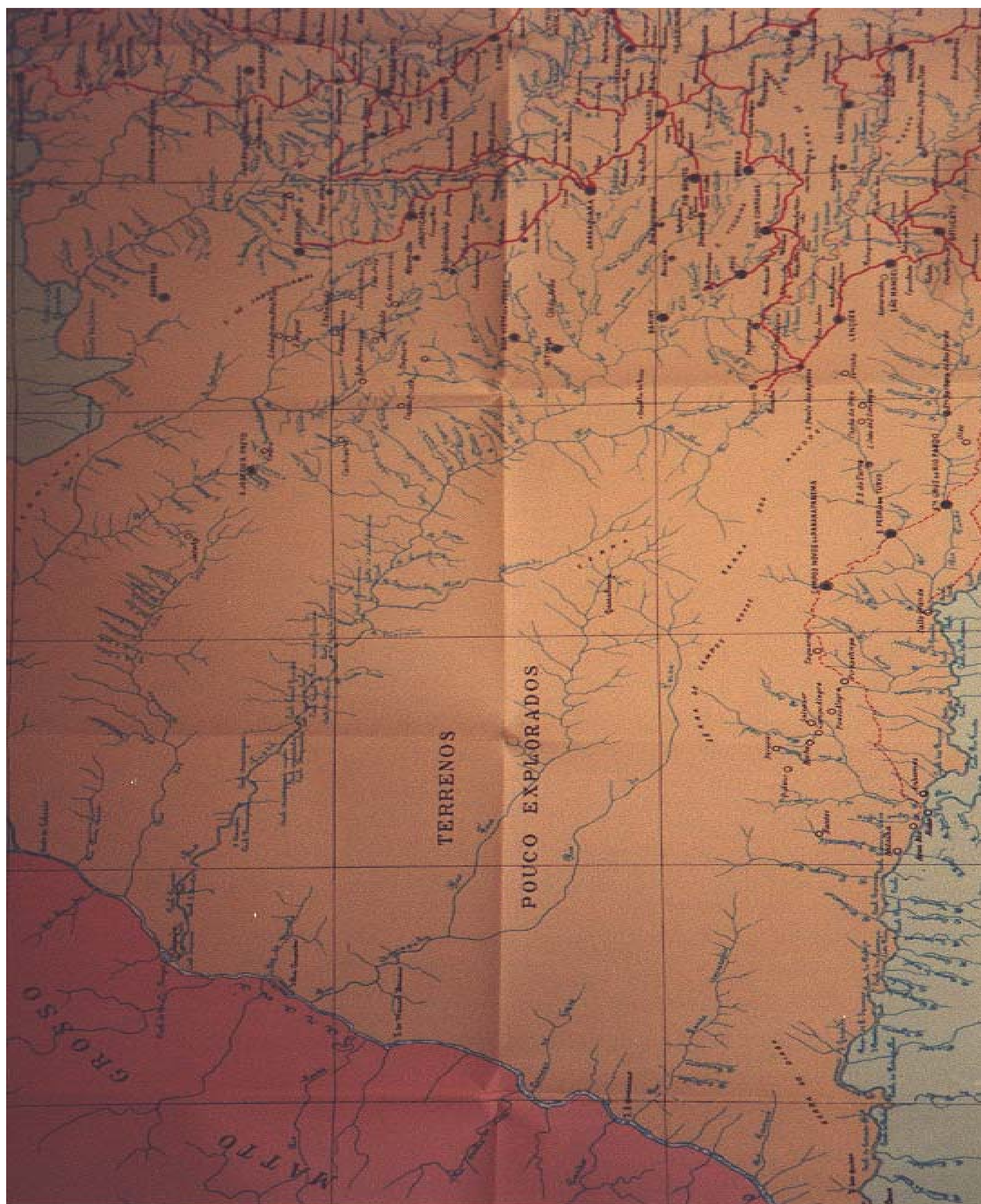
expressão "pouco explorados" pode ser interpretada como resultado de que alguma informação havia sobre os locais mencionados.



Prancha 69-A. STEVAUEX, E. *Carta da Provincia de São Paulo*. Impressão sobre papel; ca. 1896. Acervo: Biblioteca Mario de Andrade. Imagem recolhida por Nilson Ghirardello. Reproduzido em: GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*: formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo : Editora da UNESP, 2002. p. 30.



Prancha n. 70. RATH, Artur. *Mappa Geral da Viação Ferrea do Estado de São Paulo*, 1901. Impressão Litográfica: Estabelecimento Graphico V. Steidel & Cia, São Paulo.86 cm x 54 cm. In: PINTO, Adolpho Moreira. *História da Viação Pública de São Paulo*. São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia., 1903. (Anexo).



Prancha n. 70-A. RATH, Artur. *Mappa Geral da Viação Ferrea do Estado de São Paulo*, 1901. Impressão Litográfica: Estabelecimento Graphico V. Steidel & Cia, São Paulo.86 cm x 54 cm. In: PINTO, Adolpho Moreira. *História da Viação Pública de São Paulo*. São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia., 1903. (Anexo).(Detalhe da Região Noroeste: *Terrenos Pouco Explorados*).

Esse conhecimento mostra que a região é mapeada sobretudo pela presença dos rios, elementos naturais de penetração do território; e além da cidade de São José do Rio Preto, a região Noroeste apresenta também Jataí, localidades presentes no limite do território, regiões de fronteira para a penetração da administração estadual.

O formato do território do Estado já apresenta a regularidade divulgada pela Comissão Geográfica e Geológica. Na área classificada como *"Terrenos pouco explorados"* percebe-se a permanência de erros estruturais na demarcação e classificação dos rios da região, nesse caso, os Rios Feio, do Peixe e Aguapey, que seriam palco de futuros trabalhos de catalogação e reconhecimento da Comissão.

A explicação para o erro de A. Pinto encontra-se em uma publicação realizada no ano seguinte, o *Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo,* obra póstuma de João Mendes de Almeida, editada em 1902. Para o autor, o Rio Aguapehy *"traz indevidamente hoje também o nome de Rio do Peixe."* [464] Esse erro é cometido por A. Pinto, mas o total conhecimento dos traçados do Rio Aguapey, Rio do Peixe e do Rio Feio só seria elucidado a partir de 1905, quando a Comissão Geográfica e Geológica, chefiada então pelo engenheiro João Pedro Cardoso, que substituiu Orville Derby, explorou o sertão ligado a esses rios, além do baixo Tietê, Grande e Paraná.[465]

Para a administração pública, o conhecimento das terras consideradas nesse momento "pouco exploradas", classificadas quase que automaticamente como devolutas, poderia significar uma lucratividade maior para o Estado, que assim poderia promover sua ocupação "*para o povoamento do solo paulista com os novos elementos immigratorios que vão aportando a este Estado."*[466]

Esse posicionamento reflete-se na forma como as atividades de pesquisa e exploração desenvolvidas pela Comissão Geográfica e Geológica tiveram resultado direto

---

[464]ALMEIDA, João Mendes de. *Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo.* São Paulo : Typographia a Vapor de Espindola, Siqueira & Comp., 1902. p.04.

[465]Para mais detalhes ver: LEFÈVRE, Valdemar. Breve notícia sobre a Comissão Geográfica e Geológica, ao transcurso do seu LXXX aniversário. *Revista do Instituto Geográfico e Geológico*. São Paulo, ano XXIII, v.XVIII, p.10. jan./ mar.1966.

[466]TIBIRIÇA, Jorge. *Mensagem enviada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1906*. São Paulo : Typographia do Diario Official, 1906. p.39

no conhecimento do território paulista, característica confirmada em 1907, quando era publicada uma *Carta de Progresso da Comissão Geographica e Geologica de S. Paulo.*

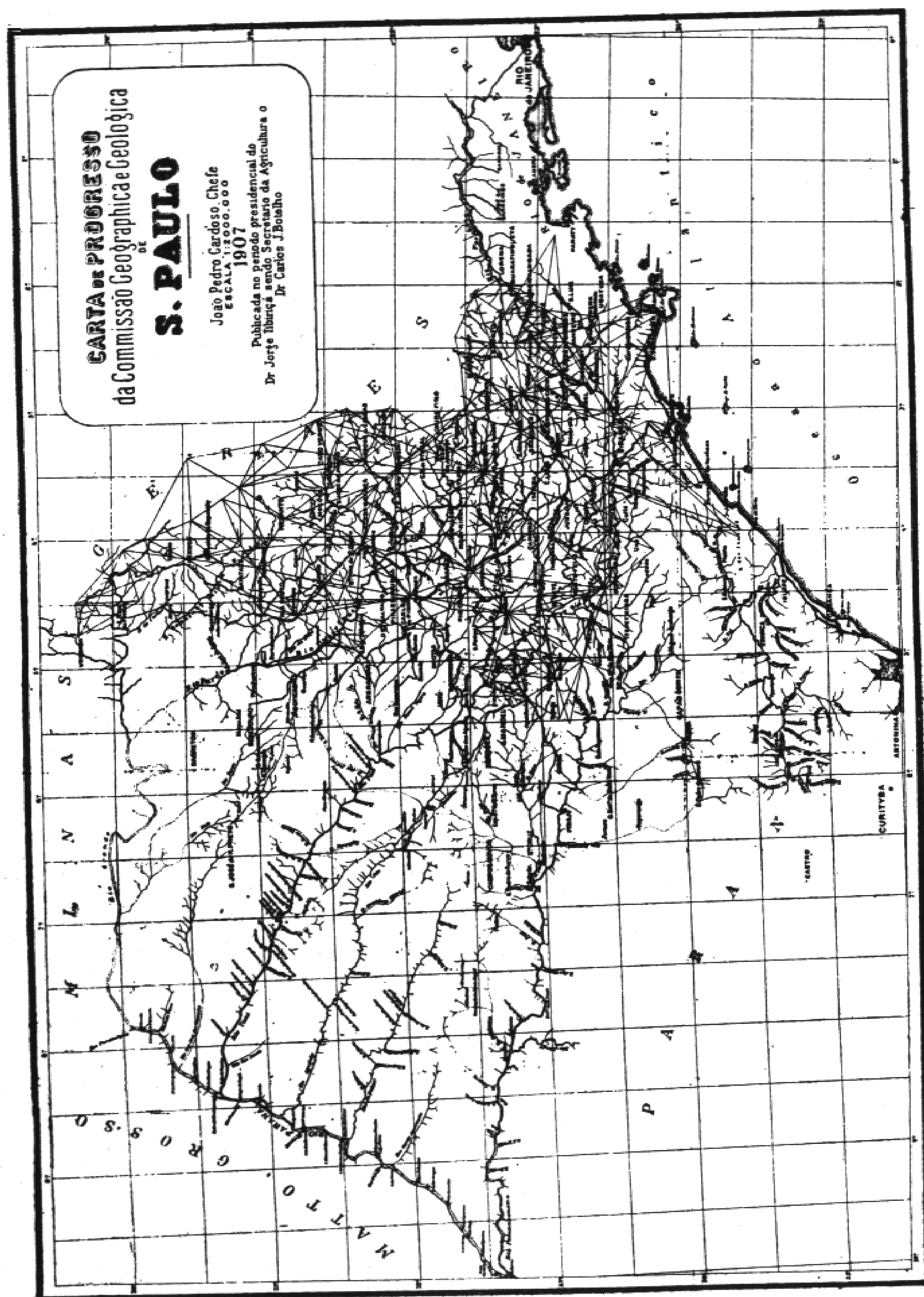
O mapa, apresentado na **Prancha n. 71**, relaciona-se diretamente à política administrativa de Jorge Tibiriçá, ou seja, seu título elucida a necessidade do empreendimento pois trata-se de uma *"Carta de Progresso"* e não de um mapa definitivo, e na prática é usado para a divulgação de uma política governamental: conhecer o território, povoá-lo e arrecadar os rendimentos necessários à administração central.

As "cartas" elaboradas pela Comissão nesse período não eram divulgadas ou distribuídas para a visualização da grande maioria da população em geral. Ficavam guardadas nos acervos do Instituto ou mesmo de outras repartições interessadas no conhecimento das áreas demarcadas.

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, em especial o mapa apresentado, influenciaram a difusão das idéias da constituição geográfica do território. O trabalho de levantamento topográfico gerou ainda três modelos cartográficos utilizados como referência para outros tipos de produção.

Tendo-se como base as cartas no formato 1:100.000 – cada centímetro do mapa corresponde a 100 mil centímetros no terreno real – , foram preparadas, segundo Moraes Rego: "*a) Carta na escala de 1:100.000, projecção polyconica, sem representação do relevo, apenas escriptas as denominações das serras. Figura a rêde hydrographica em azul, as estradas de ferro, as estradas de rodagem, os caminhos, as cidades, as villas e os arraiaes. Diversas edições, as ultimas com os municipios separados por côres, seus limites marcados approximadamente; b) Cartas chamadas de progresso, na escala 1:5.000.000; c) Cartas com curvas de nivel na escala 1:200.000 de certas regiões, chamadas de Cartas de Excursionistas."*[467]

[467]REGO, Luiz Flores de Moraes. Cartographia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia.* São Paulo : Instituto de Engenharia. n. 120-124, maio. 1936. p.195.



Prancha n. 71. *Carta de Progresso da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo:* 1907. Recolhido por: REGO, Luiz Flores de Moraes. Cartographia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia.* São Paulo : Instituto de Engenharia. n. 120-124, maio. 1936. p.195.

Ao público, em geral, as informações chegavam de forma secundária, seja pelas imagens presentes em algumas publicações didáticas – como os trabalhos, *Cartographia do Estado de São Paulo*: *Mappa Geral*, pelos Professores J. Carneiro e Pedro Voss ou *Mappa Geral do Estado de São Paulo*, por José Castiglione[468] –, seja por detalhes divulgados na imprensa periódica, que publicava calorosas críticas aos rumos dos trabalhos cartográficos apresentados, como os de F. Boering, *Contribuição para o estudo do problema cartographico do Brasil – a geographia no Brasil,* publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1901, ou as do Barão de Capanema, *Reflexões sobre a geographia do Brasil e sua necessidades,* também de 1901, e publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.[469]

A política cartográfica desenvolvida para o Estado de São Paulo liga-se à proposta administrativa do poder central. O território paulista e os esforços articulados para o seu total conhecimento espacial refletem-se na própria produção cartográfica do país, na qual se observa a ligação política das elites oligárquicas da época da Primeira República, refletindo-se na demarcação de seu espaço de atuação.

No *Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil,* confeccionado pela *Companhia Litographica Hartmann- Reichenbach*, localizada em São Paulo, nota-se a que a preocupação cartográfica paulista acontece paralelamente aos interesses do Estado central. Vide **Prancha n. 72**.

As fronteiras interestaduais são visualizadas em destaque, embora a região Norte ainda apresente dúvidas circunstanciais quanto à realidade das fronteiras. Esse elemento não é observado no Estado do Acre, possessão mais recente da República, incorporado através das negociações desenvolvidas pelo Barão do Rio Branco em 1903, e símbolo do poder estratégico do governo federal.

---

[468] Citado por: REGO, Luiz Flore de Moraes. Op. Cit. p. 197.

[469] Citado por: REGO, Luiz Flores de Moraes. Idem. Ibidem.



Prancha n. 72. *Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil.* Impressão Litográfica, 1908 [S. l. : s. n.], 90 cm x 91 cm. (Acervo: Library of Congress Geography and Map Division, Washington, D.C. 20540-4650.).

Recolhido em: www.memory.loc.gov

Esse é um dos primeiros trabalhos cartográficos relacionados à visualização da totalidade ou de partes do território brasileiro, realizados fora do eixo Rio-Europa (em especial França). A companhia responsável por sua confecção localizava-se na capital do Estado de São Paulo e mostra que havia um crescimento acentuado de uma grande variedade de publicações com o uso de matrizes litográficas, característica que deve ter facilitado a impressão de vários mapas produzidos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado.

No mapa, em sua parte superior, o brasão republicano aparece ao lado da fotografia de Affonso Pena, o então presidente da República, e entre ambas as imagens, a justificativa de sua publicação: feita por ocasião da Exposição Nacional de 1908, por ordem do então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida.

Para a região Noroeste do Estado de São Paulo, vista em detalhe na **Prancha n. 73**, percebe-se o fim da expressão *"Terrenos pouco explorados",* que passara a descrever a região, em especial, no início do século XX. A cidade de São José do Rio Preto aparece próxima à de Barretos e ambas tornam-se as duas únicas mapeadas e reconhecidas dentro de uma vasta extensão do território do Estado.

Associada a essa descrição, cria-se toda uma memória condicionada a identificar em ambas as cidades, com enfoque especial para S. J do Rio Preto, locais de sustentação de um imaginário ligado diretamente à exploração e ao reconhecimento de um dos últimos redutos não ocupados do Estado. A posse de supostas terras "devolutas" iria garantir a riqueza para inúmeras pessoas que arriscassem a sorte na região.



Prancha n. 73. Região Noroeste do Estado de São Paulo, 1908 (detalhe). In: *Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil.* Impressão Litográfica, 1908, [S. l. : s. n.], 90 cm x 91 cm. (Acervo: Library of Congress Geography and Map Division, Washington, D.C. 20540-4650.).

Recolhido em: www.memory.loc.gov

Esse acontecimento propagava-se pela fala popular ou mesmo pela imaginação de um grupo interessado no reconhecimento de seus poderes locais e, são compreensíveis, notícias como as veiculadas no jornal de São José do Rio Preto, *O Porvir,* em 29 de setembro de 1907: *"**Expedição:** De suas explorações pelos sertões deste municipio, até o Salto da Onça, no Rio Grande, chegaram, há dias, o nosso amigo sr. cap. José Maria e o illustre dr. J.G. Hewett. Este cavalheiro guardando a maior reserva sobre os fins de sua viagem e sobre as observações que fez, seguio, no dia immediato, para Buenos Ayres, de onde promette voltar neste tres mezes. O que resultará de importante?"*[470]

De J. G. Hewett, nunca mais se teve notícias, mas o crescimento dos interesses econômicos pela região se deu de maneira acentuada a partir de então.

10.3 O Sertão do País e Seu Reconhecimento: Alguns Exemplos

O interior do Brasil abria aos olhos dos homens do período uma mística da conquista associada à busca de uma interpretação quase que folclórica para a compreensão e integração dos espaços não mapeados. O desenvolvimento das narrativas descritivas, relacionadas ao interior do país, chegava ao conhecimento dos estudiosos da época e tal fato pôde ajudar a justificar a presença do Catálogo da *Exposição de História do Brasil*, organizado por Ramiz Galvão em 1881. O Catálogo seria um agrupamento objetivo do material recolhido por eles, cuja temática, além de ser relacionada diretamente à História do Brasil, procurava criar uma memória satisfatória aos grupos sociais no poder.

A chamada "visão dos viajantes" que percorreram o país durante o século XIX forjou toda uma base de conhecimento empírico sobre muitas regiões do país e também abriu as portas relativas ao entendimento dos processos culturais em desenvolvimento em determinadas regiões, locais que passam a ser conhecidos, quase que exclusivamente, pelos relatos apresentados.[471]

---

[470]JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto, vol. 121, 29 de set. 1907. p.01.

[471]Relacionado ao assunto, ver: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. 2. ed. São Paulo : Metalivros; Rio de Janeiro : Editora Objetiva, 1999.

O território, do ponto de vista de sua integração, estava conhecido; sabia-se de sua existência; alguém que passava por lá trazia informações. Como integrar de forma prática os resultados recolhidos durante quatro séculos de ocupação?

A formação de uma mentalidade cultural relacionada à ocupação humana "civilizada" no interior do país alimentava a imaginação e adornava, com objetos, narrativas, livros, fotografias, mapas, entre outros, as estantes da sala de visitas de uma recente burguesia urbana. Ela buscava, nesses elementos, um modelo comparativo que a afirmasse como classe social privilegiada e detentora do conhecimento.

Nesse aspecto, observa-se porque o sertão bruto vira um pretexto de identidade, motivo de romances e narrativas heróicas, baseadas na ocupação de um espaço a ser conquistado. Pode-se afirmar a permanência de um modelo centenário, ao qual a antiga presença portuguesa havia deixado uma herança satisfatória, que impregnava, pela existência das antigas narrativas literárias, o imaginário cotidiano das elites administrativas.

Apresenta-se como um fator primordial integrar a vontade do Estado com as necessidades do grupo administrativo central. O governo como instituição responde pelos modelos absorvidos e assim os propaga. O processo cultural formativo adquire forma definida em um espaço cronológico de cerca de um século, ou seja, todo o oitocentos no Brasil propõe uma nova articulação do sistema econômico, social e político.

Em 1894, como exemplo, desenvolvia-se o interesse do governo republicano, já manifestado na Constituição de 1891, de levar a Capital Federal para o interior do país, em local ainda desconhecido em suas potencialidades estruturais. Nascia, nesse momento, a necessidade de integração de um território, elemento que só tomaria vulto cerca de setenta anos depois, com a fundação da cidade de Brasília. A chamada *Expedição Cruls* mapeou, fotografou e catalogou uma imensa parcela do território nacional, conhecida na atualidade como Planalto Central, preparando o espaço para a ocupação: *"Nada pois deixa a desejar este elemento indispensavel para o consumo de uma grande cidade, ainda quanto ao mais remoto futuro: ahi tambem abundam os materiais de construcção (...)".* [472]

---

[472]CRULS, Luiz. *Relatório da Commissão Exploradora do Planalto Central do Brazil*. Rio de Janeiro : H. Lombarts & C., Impressores do Observatorio, 1894. p. 21.

Dessa maneira, o território interior e desconhecido despertava grandes interesses, que agrupavam, além da racionalidade científica, a adoção de um modelo organizacional positivista, encontrado desde a segunda metade do século XIX, usado como fator de comparação pela observação e estruturação de muitas das cidades brasileiras.

A racionalidade urbana acompanha o pensamento coletivo, no qual o uso do espaço modela as intenções da organização racional, acolhido nas estruturas urbanas. Um exemplo dessa descrição é a própria fundação da cidade de Belo Horizonte, antigo "Curral Del Rei", cidade planejada e construída entre 1895 -1897, que representa diretamente essa faceta da modernidade a ser gerida e organizada pelo comportamento das idéias republicanas. Segundo Heliana Angotti Salgueiro, "Belo Horizonte, cidade planejada e construída (1894-1897) para ser capital de Minas Gerais, é um caso exemplar para compreender a modernização urbana do Brasil. Não se trata de um evento isolado, mas inscrito no panorama internacional dos debates que ora circulam. Debates cujos temas principais são o Ecletismo, as reformas das cidades e o planejamento racional do espaço e do território, sob o signo da arte e da técnica, binômio que caracteriza o século XIX."[473]

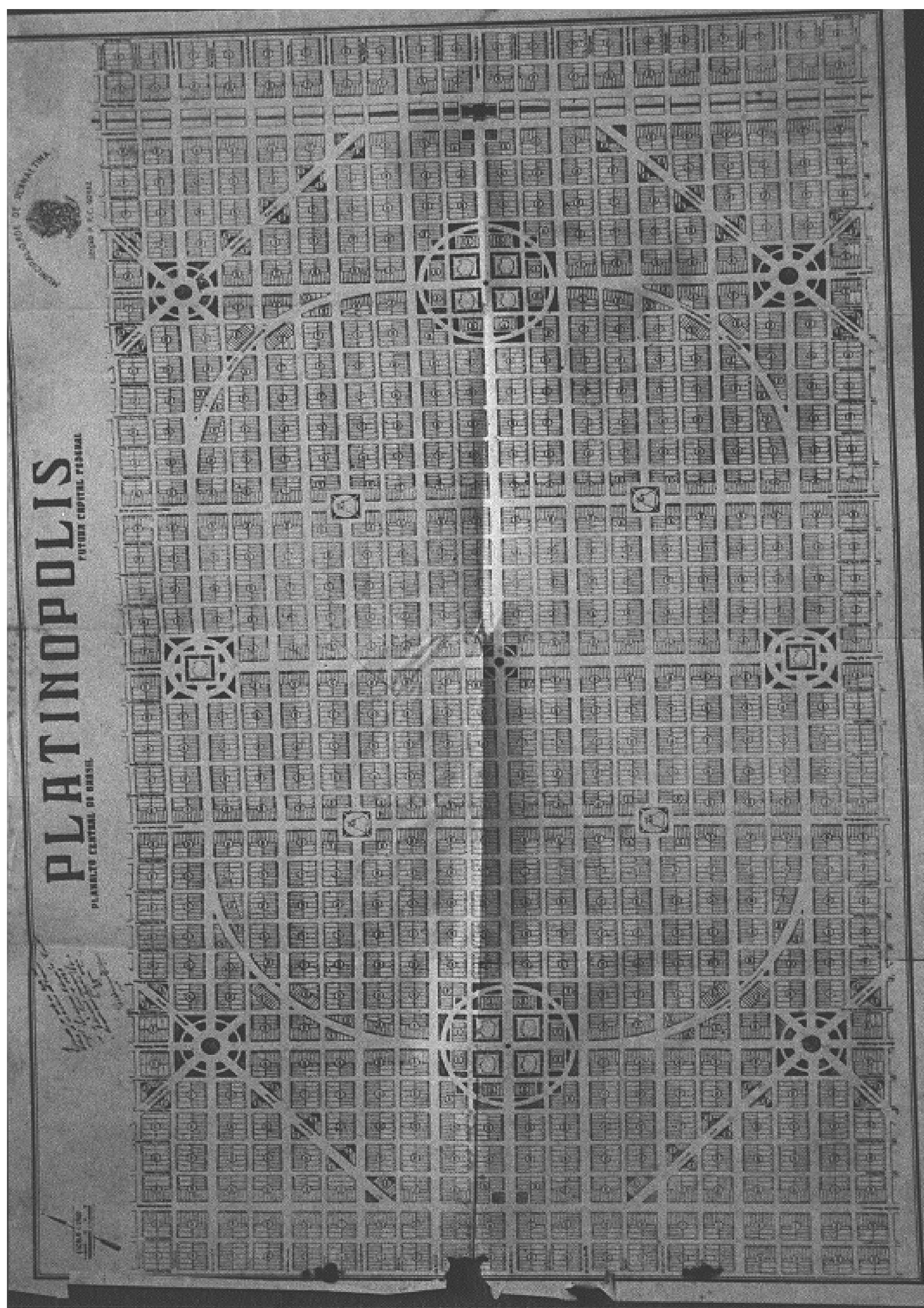
Outro exemplo, ainda relacionado à futura capital federal, remete a *Platinópolis,* cidade concebida nas primeiras décadas do século XX, entre 1910 -1920, para desempenhar tal função.

No mapa, reproduzido na **Prancha n. 74**, a cidade é mostrada em sua plena organização espacial e urbana, com suas ruas e avenidas convergindo para a visualização de enormes monumentos, previstos já em seu plano inicial de comercialização.

Essa "futura capital" foi comercializada em glebas predefinidas como uma grande propriedade rural, na qual o proprietário adquiria o terreno já demarcado no espaço do mapa, que era usado como modelo ilustrativo.

---

[473]SALGUEIRO, Heliana A. *Guia da Exposição Belo Horizonte*: o nascimento de uma capital. São Paulo : MASP, 1996. p. 03



Prancha n. 74. Municipalidade de Planaltina – GO. *Platinópolis: Planalto central do Brasil; Futura capital federal* [S.l. : s.n.], [ca. 1910 –1920]. Impressão sobre papel vegetal, 50 cm x 31, 5 cm.

A racionalização passa a ser um modelo que autentificava a posse, na medida em que o único documento específico de registro determinava a numeração da gleba adquirida pelo proprietário. Essa idéia é captada possivelmente da construção cartográfica inicial da cidade de Belo Horizonte, conforme representação da carta *"Cidade de Minas"*, composta pela Cia. de Artes Gráficas do Brasil, no Rio de Janeiro em 1895. O mapa possuí as mesmas características da planta de Platinópolis, mostrando a perpetuação das idéias em desenvolvimento desde os anos finais do século XIX.[474]

A idéia de *"Platinopolis"* ficou no papel e a grande quantidade de proprietários que adquiriram seus terrenos não chegou a ser ressarcida em suas despesas.

Nessas análises, é possível conceber duas facetas para a situação de ocupação do interior do país e, por extensão, do Estado de São Paulo: para o sertão, é necessário dominar e organizar, e para efetivar-se essa organização, pratica-se a racionalidade científica, da qual a urbanização é a mola central do processo.

A área estabelecida historicamente no território paulista como "desconhecida" perde definitivamente essa classificação desde 1908, mas é especificamente em 1909 – quando o Barão Homem de Mello publica seu *Atlas do Brazil* – que se pode vislumbrar uma ruptura entre o espaço desconhecido e as áreas de atuação de uma elite dirigente. Vide **Prancha n. 75**.

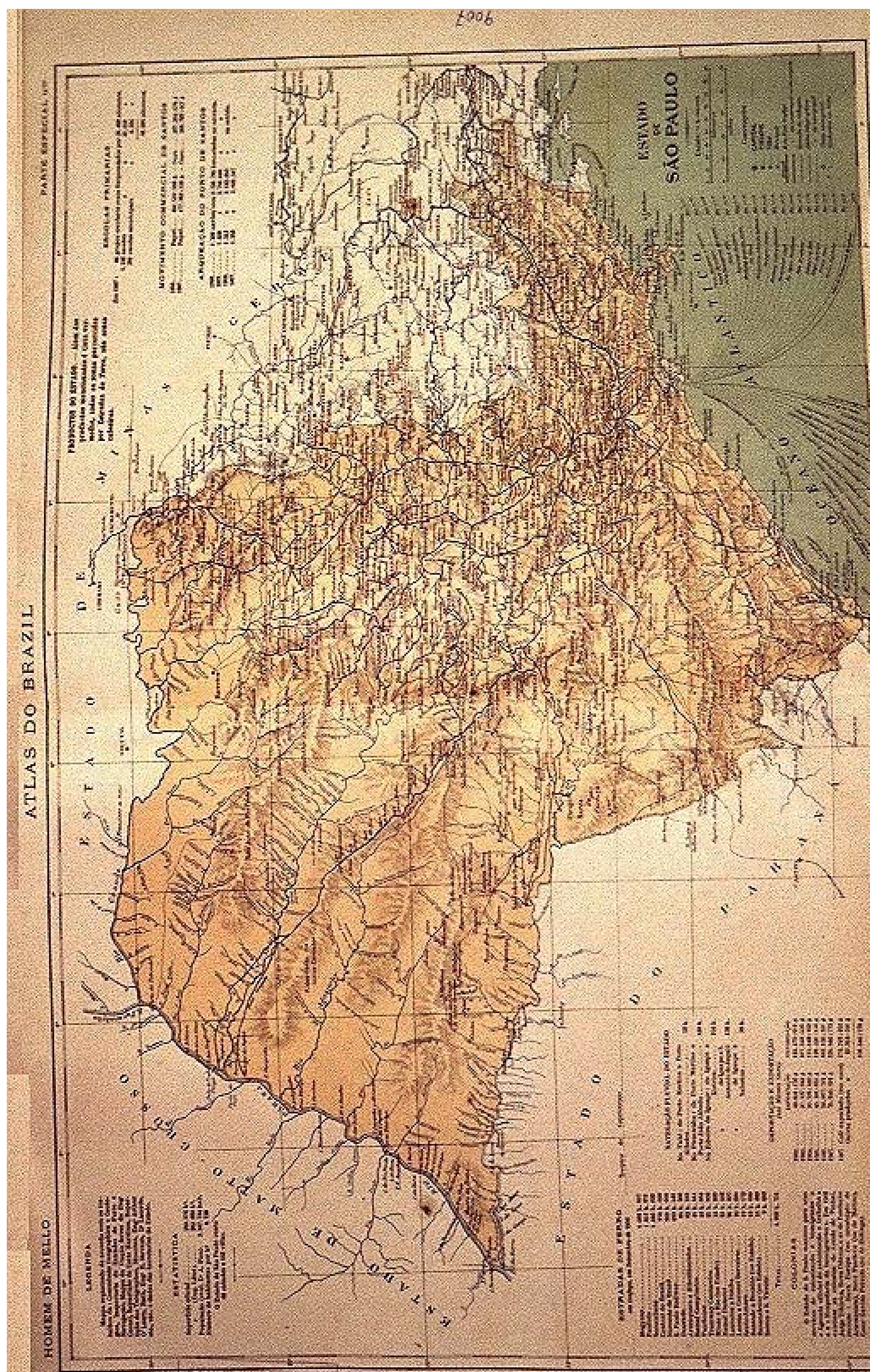
Para a representação do Estado de São Paulo, os limites territoriais assumem a classificação definitiva, embora ainda houvesse contestações em curso, em especial com o Estado de Minas Gerais.

Os rios Grande, Paraná e Paranapanema moldam o cenário da representação cartográfica apresentada, que, além de não inserir a classificação *"Terrenos pouco explorados"*, representa as cidades e os cursos dos rios mapeados e reconhecidos.

O elemento cartográfico já não possui características ideológicas explícitas, tal qual os mapas anteriores dos oitocentos. A idéia de *"Terrenos Desconhecidos"* é abandonada e a representação do espaço é preenchida com as informações mais recentes, relacionadas ao conhecimento de Homem de Mello sobre o território.

---

[474]Para mais detalhes ver: SALGUEIRO, Heliana A. *Guia da Exposição Belo Horizonte*: o nascimento de uma capital. São Paulo : MASP, 1996. p. 03



Prancha n. 75. MELLO, F. I. M. Homem de. *Estado de São Paulo, 1909; Gravé por A. Simon – Paris.* Impressão litográfica, 32 cm x 50 cm. In: MELLO, Francisco I. Homem de. *Atlas do Brasil.* Rio de Janeiro : F. Briguiet & Cia., 1909.

No mapa, são identificadas as rotas marítimas de ligação entre o porto de Santos e as principais cidades do país e do mundo; as estradas de ferro em curso e em estudo; as principais colônias agrícolas e estatísticas econômicas, entre outros dados.

O trabalho de Homem de Mello torna-se rapidamente o principal modelo em uso no país, por sua atualização e pela base documental empregada, característica que motivaria uma excelente crítica de Euclides da Cunha, publicada de forma incompleta no *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro em agosto de 1909. Incompleta por tratar-se de seu último trabalho, encontrado pela família logo após sua repentina morte. Nele, Euclides comenta: *"Mas para isto compreendem-se os atributos raros de paciência, de lucidez, de claro discernimento na análise dos documentos e de lance indutivo do remate sintético dos estudos, que lhes requerem. è o que nos revela – folgamos em registrá-lo – o Atlas do Brasil recém-eleborado pelos Srs. Barão Homem de Melo e Dr. Francisco Homem de Melo. Não relutamos em incluí-lo entre os raros modelos que possuímos de uma cartografia racional e lúcida".*[475]

No comentário de Euclides da Cunha, é encontrado o aspecto central das produções culturais do período, a racionalidade e a lucidez, elementos típicos do pensamento em suspensão que modela o formato de representação documental necessário à administração do território brasileiro e, nesse caso específico, o paulista.

As preocupações de Euclides da Cunha em relação aos sertões paulistas nascem de suas investigações relacionadas às características da fauna e da geologia do território, escrevendo vários artigos consagrados a compreender os elementos materiais da região.

Em um deles, produzido em 1897 para o jornal *O Estado de São Paulo,* relata a *Distribuição dos vegetais no Estado de São Paulo*; outro, datado de 1902, é intitulado *Olhemos para os sertões,* no qual comenta sobre a necessidade da Estrada de Tabuado para ampliar o deslocamento humano e material para a região, sugerindo sua ampliação entre Jaboticabal e Cuiabá.[476]

Essa região é o centro de um processo de conhecimento onde o desenvolvimento material torna-se fator de exploração e mapeamento. No princípio, o local – isolado dos interesses de uma administração central – se desenvolve no comércio e

---

[475]CUNHA, Euclides da. Um Atlas do Brasil. In: *Euclides da Cunha*: Obra Completa. Rio de Janeiro : Editora Nova Aguilar, 1995, v.1. p.562.

[476]Para mais detalhes ver. CUNHA, Euclides da. À margem da Geografia. In: Op. Cit., 1995. v.1. p.526-563.

criação de gado. Na chegada do século XX, começa a absorver os fluxos do capital cafeeiro, que levaria, em 1912, a Estrada de Ferro para a região de São José do Rio Preto, cidade baliza da representação do antigo *Sertão Desconhecido*, em sua porção Noroeste, agora mapeada na obra do Barão Homem de Mello. O Estado, ao abolir qualquer rótulo para descrever partes de seu território não conhecidas, abre espaço para o desenvolvimento de forças regionais que passam a buscar seu espaço de atuação. Essa busca é sustentada pela ideologia desencadeada pelo governo central e encontra sustentação nas práticas cotidianas locais.

Dessa forma observar o cotidiano de São José do Rio Preto no período, entre 1900 e 1910, serve de exemplo elucidativo da marcha de ocupação do território do Estado de São Paulo em desenvolvimento, e mostra como a cartografia e a fotografia caminharam juntas nesse processo de reconhecimento territorial local, e, por conseqüência, nacional.

11 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO FOTOGRAFADO E MAPEADO: IMAGÉTICA E MÍTICA DE UM DESENVOLVIMENTO URBANO

A cidade de São José do Rio Preto é parte de uma política de ocupação da região Noroeste do Estado de São Paulo, ocasionada pelo fluxo migratório das regiões mineiras afetadas por problemas econômicos (decadência das atividades mineradoras) e políticos (fuga dos problemas causados pela Revolução Liberal de 1842). A região já tinha sido comentada, de forma esparsa, em vários relatos sertanistas, mas a sua efetiva ocupação e colonização só têm início em 1852. Essa data identifica, na atualidade, a fundação do arraial por José Bernardino de Seixas Ribeiro, considerado pela historiografia recente como o principal responsável pela organização de uma listagem de moradores e pela constituição do patrimônio inicial para a caracterização urbana do local.

Paralelamente à presença de Bernardino, há o relato da doação de terras na região, por Luiz Antonio da Silveira e sua mulher, ao Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo em 1847, mas o casal, embora doador, não fixou residência imediata no local.

Independentemente da ação de Luiz Antonio da Silveira, é a presença de José Bernardino na região que (trabalhando com o comércio de gado e tropas de mulas, além de garantir gêneros para o abastecimento de esporádicos viajantes) provocou a ocupação inicial do núcleo urbano original, entre os córregos Canela e Borá, próximos ao Rio Preto. Esse núcleo urbano era responsável pela identificação de um vasto território, compreendido entre a cidade de Jaboticabal e toda a fronteira Noroeste com o Estado de Minas Gerais.

Na exposição da História da cidade, os registros documentais existentes, em conjunto com as interpretações dos historiadores locais, ratificam o pioneirismo de Luiz Antonio da Silveira e José Bernardino, e a eles é atribuído o papel de fundadores da comunidade.

O modelo organizacional dessa sociedade, originalmente constituída nesse entroncamento de caminhos, contribui como amostra significativa para o conhecimento do

processo de ocupação de toda essa região da então Província. Sua história, entre 1852 e 1910, ajuda a elaborar uma resposta satisfatória à problemática de reconhecimento e de ocupação dos chamados "Sertões Desconhecidos" no tocante à região Noroeste do território

A cidade é fruto de um processo econômico que acompanha as diretrizes de ocupação do sertão na época moderna, e seu desenvolvimento urbano resume, em muitos aspectos, a forma de crescimento das cidades do interior da Província durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX.

O fundador atribuído, no caso Bernardino de Seixas, fazia parte de um grupo social, político e econômico desprovido de bens materiais e influências políticas significativas, e que habitava um vasto território na região Noroeste da Província. O grupo foi atraído pela grande oferta de terras desocupadas nessa parte do território.

O governo central, desde 1856, manifestava-se em relação à propriedade rural na região, buscando informações pertinentes para uma possível organização administrativa.

Em ofício, enviado por João Botelho Vasconcelos, subdelegado de polícia riopretense, em resposta às indagações do então Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, datado de outubro de 1856, era afirmado que o território do então Distrito, possuía terras *sujeitas a legitimação e revalidação* e que não havia *sesmarias na região*.[477] A preocupação pertinente ao tema da posse da terra, que não era algo exclusivo da região, permaneceria uma constante na maioria dos Relatórios Provinciais apresentados na segunda metade do século XIX.

O desenvolvimento dessa preocupação por parte do Governo Central demonstra intenções quanto ao estabelecimento das fronteiras territoriais pois o avanço de colonizadores de outras regiões do país, sobretudo de Minas Gerais, traduzia uma perda de identidade para o território, que, apesar de ser paulista, era oficialmente classificado, já no início do século XX, como "Terrenos pouco Explorados".

Pela catalogação presente na cartografia oficial, as terras eram devolutas, embora não oficialmente assim classificadas e empossadas pelo Estado Provincial. Com a

---

[477]Arquivo do Estado, *Ofícios*, caixa 399, n. ordem 1194.

crescente vinda de colonos de outros lugares do país, sobretudo das regiões limítrofes, passou a ser urgente o desenvolvimento de uma identidade administrativa que motivasse atos como as indagações realizadas em 1856 por Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

No caso da cidade de São José do Rio Preto, na época ainda Freguesia de Jaboticabal, a identidade paulista aparece nesse vínculo com a legislação existente e própria para a cidade à qual pertencia.

11.1 A Formação do Mito Fundador

Para caracterizar o processo de formação, é necessário resgatar a mitologia por traz dos fatos ocorridos durante o processo de constituição inicial da comunidade. Há, para a história formativa da cidade, várias versões que estabelecem a situação típica do desenvolvimento das localidades presentes no espaço, caracterizado, nos documentos cartográficos do período, como "Terrenos Desconhecidos". Nessas versões, prima-se pela apresentação de relatos orais recolhidos pelos historiadores iniciais e como exemplo, pode-se citar as reminiscências de antigos moradores que participaram da constituição inicial da urbe.

Em nenhum caso, há possibilidade de inventariar ou reclassificar os dados apresentados como verdadeiros, mas na falta de elementos documentais mais concretos, eles acabam por representar a história oficial, aquela que é constantemente relembrada e assim retransmitida. Tais características acabam por criar uma mitologia de colonização e povoamento e dessa forma, moldam a memória cotidiana a ser reproduzida. Essa memória foi preservada pela ação de memorialistas e historiadores amadores, que em muitos momentos trabalharam para a sua propagação.

Entre estes acontecimentos, cabe lembrar a lenda do "Pássaro Azul", na qual um grupo de mineiros, liderados por Antonio Carvalho da Silveira e seu irmão Luiz Antônio da Silveira, acompanhados por Vicente Ferreira Neto, perderam-se na mata ao explorarem as terras que dariam lugar à cidade conhecida hoje por São José do Rio Preto. Vagando durante três dias e já sem esperanças de encontrarem o caminho de volta, escutaram um canto diferenciado de um pássaro de penas azuis nunca antes visto por eles. A ave movia-se de um galho a outro de uma árvore, como que a querer lhes comunicar

algo. Seguindo a suposta indicação apresentada pela ave, os exploradores, movidos por uma força maior, encontraram a "picada" original e, como forma de agradecimento, os irmãos prometeram, por volta de 1847, doarem os terrenos encontrados ao Patrimônio de São José e Nossa Senhora do Carmo, os respectivos santos de devoção de ambos.

A formação da lenda e sua propagação tornam-se uma justificativa imaterial para a ausência de um registro material do fato. A posse das terras, feita provavelmente pela simples ocupação, com o desenvolvimento da comunidade, aplica o fato mitológico como um elemento concreto para atestar a situação social, política e econômica naquele momento específico, aproximado, desta forma, dos poderes constituídos. Esses poderes, entre eles o eclesiástico, – fator de organização administrativa fundamental na época do Império – , ratificam a postura governamental, aproximando-a dos interesses da Igreja e dos representantes diretos do grupo social hegemônico local.

Durante muito tempo, nada se falou a respeito do assunto, e a lenda passou a ser aceita sem contestação, pois satisfazia aos interesses organizacionais da Igreja local. Com a mudança da situação política no país e o afastamento da Igreja dos negócios do Estado, o poder municipal, em 1907, anos iniciais da República, moveu uma ação de demanda para reaver os terrenos doados ao Patrimônio eclesiástico, em especial as áreas descritas pelos desbravadores. O processo se arrastou até 1911, quando a Igreja, em troca de uma significativa indenização, concordou em ceder os terrenos pleiteados pelo poder municipal. A lenda do "Pássaro Azul" caiu no esquecimento, tornando-se um folclore local, não associada à questão da posse da terra, mas sim á relação entre o homem, sua fé e as dificuldades enfrentadas com o meio, no caso o "sertão" ainda inóspito.[478]

Além do aspecto lendário da narrativa inicial, é possível relatar outras histórias significativas da constituição inicial da urbe, sendo a primeira uma monografia escrita em 1895 pelo engenheiro Ugolino Ugolini e publicada no jornal de Jaboticabal: *Correio do Sertão.*

O autor, nessa versão, comenta sobre José Gonçalves de Souza e Luiz Antônio da Silveira e a doação, respectivamente, dos Patrimônios de São José e de Nossa Senhora

---

[478] Para mais detalhes sobre o relato da lenda, ver: ARANTES, Lelé. *Dicionário Rio – Pretense*. São José do Rio Preto : Editora Casa do Livro, 2002. p.167.

do Carmo. É a versão menos conhecida pois os registros (o próprio exemplar do jornal), só foram reencontrado em 1998, em pesquisas realizadas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, único acervo público a preservar os exemplares do periódico recebidos em doação por volta de 1930.

Nessa narrativa, o autor comenta que a história relacionada à doação do Patrimônio, que lhe foi relatada pelo único sobrevivente do acontecimento, o senhor Porfílio Luiz de Alcantara Pimentel, torna a narrativa impar pois é a única a não relacionar o nome de José Bernardino de Seixas Ribeiro como participante do processo, além de afirmar que a doação do Patrimônio foi feita, em 1857, não como fruto de uma promessa, como a historiografia tradicional afirma, e sim como uma espécie de demonstração de um poder local.

Segundo Agostinho Brandi, a presença da única testemunha apontada por Ugolini seria duvidosa, pois a mesma só entraria na vida cotidiana do município a partir de 1890, como farmacêutico e eleitor registrado.[479]

Esses dados corroboram a necessidade de ratificar a memória daqueles que estavam envolvidos no processo de controle do poder local na época da constituição da história. Neste aspecto, tem-se a memória constitutiva do local ligada aos controladores da política administrativa, pois a exclusão de José Bernardino talvez tenha se tornado uma necessidade presa diretamente à luta política local.

No *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Província de São Paulo, para o ano de 1858*, nenhum dos personagens apresentados está presente como representante indicado no Distrito. Há uma referência ao Subdelegado, Francisco de Paula Oliveira, e aos suplentes: João Botelho Vaz, Joaquim Alves da Costa, Francisco de Paula Ribeiro, Ignacio Antonio da Costa e Manoel Correa dos Santos.[480] A criação de uma Subdelegacia no local foi feita pelo decreto assinado pelo então presidente da Província, José Antonio Saraiva, em 20 de Março de 1855, embora não cite os responsáveis para

---

[479]BRANDI, Agostinho. *São José do Rio Preto (1852-1894)*: roteiro histórico do Distrito. São José do Rio Preto : Casa do Livro, 2002.. p. 45-46.

[480]ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE S. PAULO para o anno de 1857. MARQUES, J. R. de A. e Irmão (orgs.). 1.anno, São Paulo : Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1857. p. 327.

assumir o posto. Dos citados no *Almanak,* somente Joaquim Alves da Costa era riopretense, sendo os outros representantes políticos da cidade de Jaboticabal, na época sede do Distrito.

Uma outra história constitutiva do município refere-se aos relatos recolhidos e organizados por F. de Oiticica Lins, advogado atuante na região, que entre 1918 e 1919, escreveu e publicou a primeira versão da história formativa da cidade. Esse relato está presente no *Álbum de Rio Preto*, obra que também traz as primeiras imagens fotográficas históricas a mostrarem os aspectos urbanos iniciais de São José do Rio Preto.

Nessa descrição, é atribuída aos mineiros Luiz Antonio da Silveira e Vicente Ferreira Neto a responsabilidade pela penetração e pelo primeiro reconhecimento do território paulista compreendido na região da cidade na atualidade.

Nessa exploração, ambos se perderam nas matas da região, e após encontrarem o caminho, resolveram como promessa, doar respectivamente os Patrimônios de Nossa Senhora do Carmo e de São José, nomes relacionados aos santos de devoção de cada um. Nessa época já não era citada a lenda do "Pássaro Azul", embora a questão da promessa feita aos santos de devoção de ambos permaneça. Para a doação do Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, de devoção de Luiz Antônio da Silveira, é conhecida a documentação do processo, característica diferente para a história de Vicente Ferreira Neto, que teve, segundo Oiticica Lins, seus registros relacionados à doação do Patrimônio de São José extraviados de forma desconhecida, permanecendo o suposto fundador no anonimato.

Oiticica Lins relata que, entre 1847 e 1852 (a última data, conhecida como a de fundação oficial da Vila), alguns moradores já existiam no local, embora tenha sido José Bernardino de Seixas Ribeiro o primeiro a fixar residência no território do Patrimônio de São José, entre os córregos do Canela e do Borá, próximos ao Rio Preto.[481] A doação do Patrimônio de São José para a Igreja tornou-se um fatores das disputas iniciais pela posse da terra na região, pois nunca se encontrou a escritura original do ato.

Em outra versão conhecida, de autoria do historiador local, Carlos Rodrigues Nogueira, a data para as primeiras excursões na região é fixada entre 1820 e 1830, quando

---

[481]LINS, F. De Oiticica. Rio Preto. In: *Álbum de Rio Preto*. São Paulo : Secção de obras d' O Estado de São Paulo, [1918-1919]. p. 04-05.

os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Souza, mineiros de Rio Verde, teriam chegado até o Salto Avanhandava, no rio Tietê, voltando para as proximidades dos córregos Borboleta e Borá, abrindo um caminho ligando a região à cidade de Jaboticabal. Essa versão, recolhida por Nogueira, baseia-se nos relatos apresentados pelos descendentes de ambos os colonizadores, dos quais Nogueira não cita detalhes.[482] Nota-se que a versão apresentada por ele não pode ser comprovada e essa característica torna frágeis as reminiscências apresentadas.

Nogueira também cita a história citada por Oiticica Lins, na qual se atribui a Luiz Antonio da Silveira, entre 1845 e 1847, e José Bernardino de Seixas Ribeiro, em 1852, responsabilidade pela edificação da primeira residência no sítio inicial da urbe. Há também a versão organizada pelo historiador Basileu Toledo França, que recupera a história relacionada aos atos de Luiz Antonio da Silveira e José Bernardino de Seixas Ribeiro.[483]

Na última versão da fundação da cidade, organizada em 1975 pelo jornalista Leonardo Gomes, também se confirma a presença de Luiz Antonio da Silveira na região, embora se enfatize o papel de José Bernardino como o principal responsável pela organização inicial da urbe.[484]

Acredita-se que as versões apresentadas tenham sido sustentadas pelos relatos recolhidos especialmente dos descendentes dos primeiros habitantes, embora sejam unânimes ao enaltecer o importante papel de José Bernardino como responsável pela primeira organização administrativa da Vila. Foi ele quem organizou a listagem inicial de moradores da região, relacionando-os e separando-os por quarteirões, aproveitando-se de uma listagem já existente desde 1849 e enviada a Jaboticabal, então sede do "bairro de Rio Preto".

---

[482] NOGUEIRA, Carlos Rodrigues. *São José do Rio Preto*: 1852 - 1945. São Paulo : João Bentivegna, 1952. p.10.

[483] FRANÇA, Basileu Toledo. São José do Rio Preto de Ontem. In: *Revista Centenário*. São José do Rio Preto : Casa Cal, 1952. p. 89.

[484] GOMES, Leonardo. *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade:* Rio Preto. São Paulo : Editora Gráfica São José, 1975.

A versão da fundação da cidade, amparada pela presença de José Bernardino, também é recuperada em 1907, quando o principal periódico local, *O Porvir*, publica a história: *São José do Rio Preto: dous homens.*[485]

Nesse relato, a presença de Luiz Antonio da Silveira como personagem fundador é lembrada segundo a "tradição popular". Também há menção à presença de José Bernardino e sua relação com o desenvolvimento das práticas comerciais na região. O título do artigo, "Dous Homens", é então explicado, ajudando a corroborar as várias versões apresentadas para a ocupação inicial da urbe.

A apresentação das diferentes versões para a fundação da Vila de São José do Rio Preto ajuda a entender o contato inicial da região com os representantes dos poderes constituídos, acontecimento que é relatado pela presença do Visconde de Taunay na região em 1867.

11.2 A Indicação dos Caminhos: o Mapa da Expedição Taunay

Após fixar-se na região, o mineiro José Bernardino de Seixas Ribeiro estabeleceu residência na vertente superior do terreno compreendido entre os córregos do Canela e do Borá, nas proximidades do Rio Preto. Esse local era chamado Patrimônio de São José e foi em seu entorno que a futura cidade se desenvolveu.

Desde 1852, data oficial da fundação, a fixação e o desenvolvimento do núcleo urbano vinculou-se ao entorno da Igreja principal, que possuía como patrono São José de Botas. Os entroncamentos de caminhos que conduziam mercadorias e, notadamente, o gado para as pastagens e comércio do Mato Grosso formavam o núcleo central da futura urbe. A chegada até à região permanecia do conhecimento de poucas pessoas, acostumadas ao tráfego por caminhos nem sempre seguros na região dos "Sertões Desconhecidos."

Ignorava o Governo Central o cotidiano da jovem comunidade, fato que permaneceria, até meados de 1867, quando, com o desenvolvimento dos conflitos na região do Paraguai e a passagem de tropas e mercadorias pela região, desenvolveram-se os primeiros relatos da comunidade e de seu cotidiano.

---

[485] JORNAL O PORVIR, São José do Rio Preto, 8 de dez.1907. p. 01

Data dessa época o relato do Visconde de Taunay e seu contato com José Bernardino. Em sua passagem pelo então arraial de São José do Rio Preto, em 18 de julho 1867, o Visconde de Taunay, na época de seu retorno do cenário da Guerra do Paraguai, traz notícias da primeira versão, relacionando João Bernardino de Seixas e a cidade, descrevendo de forma detalhada a localidade na época: *"Pousamos, por causa da grande tormenta, na única casa do arraial coberta de telha, pertencente ao Sr. João Bernardino de Seixas Ribeiro (...). A povoação consta de meia dúzia de palhoças abandonadas, na ocasião do recrutamento, por todos os habitantes que, com exceção do subdelegado, que era o próprio recrutador, haviam fugido para as matas e pontos em que se tornasse impossível a exigência do serviço das armas. Há uma igrejinha em construção, e cremos que por muitos anos fique neste estado, quando não se arruíne totalmente."*[486]

A expedição chefiada por Taunay, muito mais que relatar o contato e o cotidiano da localidade, produziu informações pertinentes à região, e dessa forma, contribuiu para colocar a comunidade no contexto de uma centralização política buscada pelo poder central.

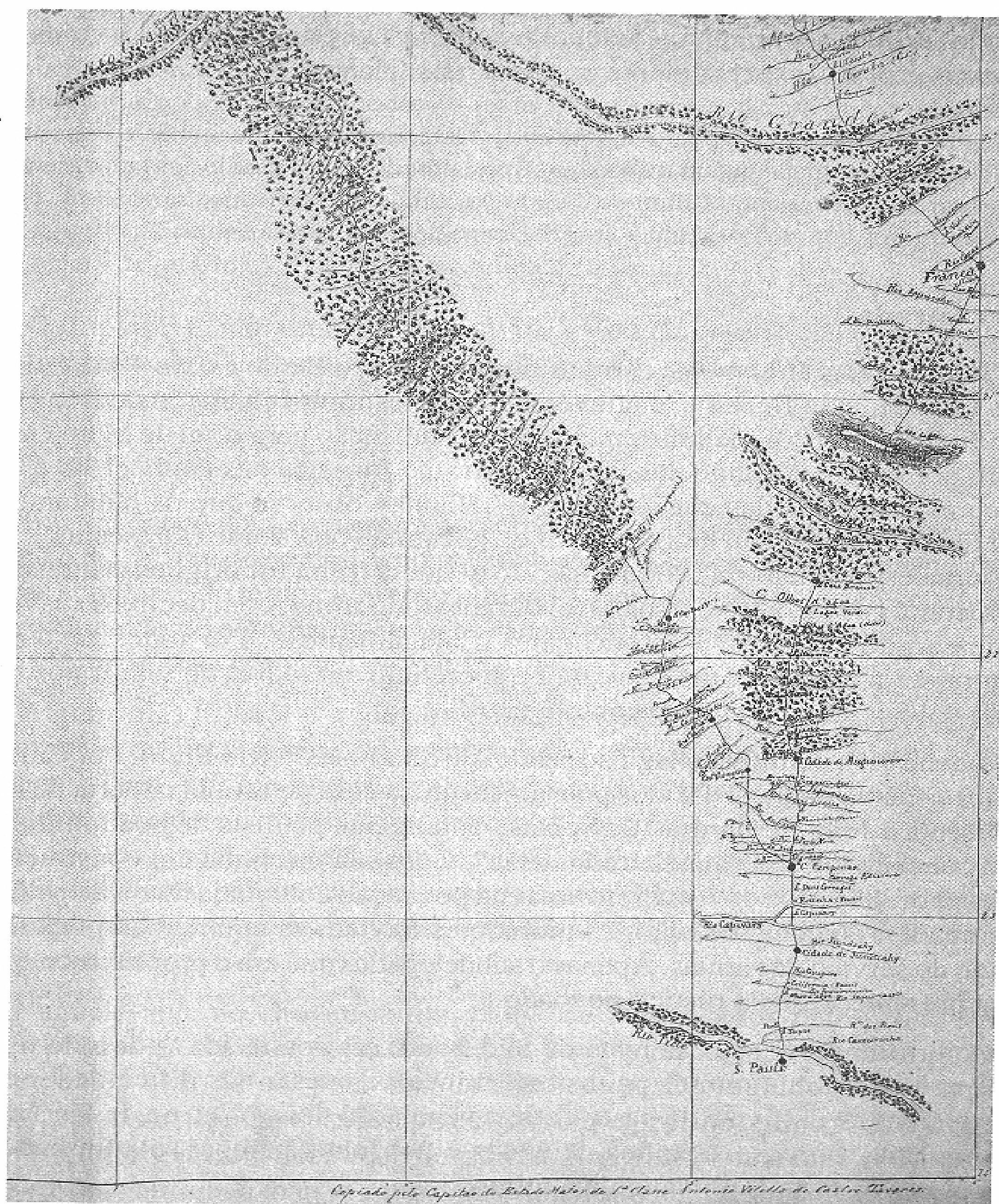
Da viagem da expedição, foi produzido o primeiro mapa detalhado dos caminhos percorridos entre São Paulo e São José do Rio Preto, enfocando o trajeto pelos sertões de Araraquara. O desconhecido desdobrava-se para além dessa cidade, última localidade com referências mais concretas para a idéia de civilização atrelada às necessidades do Estado, que tem na figura de Taunay um de seus principais representantes.

Para a Expedição, a produção de um mapa do itinerário percorrido representava a propagação do conhecimento adquirido durante a jornada e, além disso, os relatos produzidos e organizados por Taunay ajudaram à produção de um conhecimento extra, necessário ao entendimento de todo o contexto da produção iconográfica realizada.

Nota-se que a indicação de São José do Rio Preto no mapa é conjugada com uma série de localidades e fazendas espalhadas no território percorrido pela Expedição.

---

[486]TAUNAY, Visconde de. *Viagens de Outrora.* São Paulo : Melhoramentos. 1948. p. 106.



Prancha n. 76. *Itinerário topográfico da marcha da Força Expedicionária a província de Mato Grosso desde São Paulo até o Coxim compreendendo a estrada que da cabeceira de Boa Vista se dirige à cidade de Campinas pôr Sant'Anna do Parnaíba, São Francisco de Salles, São Bento de Araraquara, e a parte da estrada-geral que do rio Paranaíba se dirige a Cuiabá pela capital de Goiás segundo as observações de d' Alencourt, construído e oferecido ao Governo de S. M. O Imperador pelo Capitão do Estado Maior de 1ª Classe B.el Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, membro da Comissão de Engenheiros junto à Força Expedicionária. 1867.* (detalhe de carta manuscrita, papel sobre tela, nanquim e aquarela, original depositado no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.) Fotografado por Beto Felício. Recolhido por COSTA, Luiz Flávio de C. O caminho de São bento de Araraquara. In: ALMEIDA,A.M.;ZILLY,B.;LIMA,E.N. (orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados.* Rio de Janeiro : MAUAD/FAPERJ, 2001.p.121.

O mapa apresentado na **Prancha n. 76**, de grandes proporções e abrangendo uma vasta parcela do território entre as Províncias de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, representa uma inserção de elementos de controle em uma enorme área administrativa, da qual, por parte do governo provincial paulista, conhecia-se muito pouco.

Para Luiz Flávio de Carvalho Costa, "Araraquara é a boca do sertão que antecede uma região não desbravada. Em contraste, a partir daí até a barranca do rio grande ressalta visualmente a floresta (...). Nesse território paulista setentrional a intervenção do homem é pequena e a natureza domina a paisagem. Um corredor ermo, emaranhado, de laterais desconhecidas (as laterais vazias representam o sertão bruto, sem moradores), um traçado entregue à imposição do terreno, uma mancha alongada intensamente verde nos colocam diante do sertão de Araraquara".[487]

Nessa descrição do mapa confeccionado pelo Capitão Capitolino, Luiz Costa trabalha com o aspecto idílico representado pelo elemento cartográfico em uma aproximação direta com a obra literária de Taunay. De fato, os vazios representados pela falta de informações – além do roteiro do caminho – demonstram o sertão bruto, mas não sem moradores. Para os construtores do referencial cartográfico, a importância da representação encontra-se em estabelecer a direção tomada pela expedição. O objeto cartográfico, pelo teor da expedição – um grupo de soldados em direção ao campo de batalha –, passa a ser um objeto de conhecimento e representação de um poder estratégico.

A não existência de referências, no mapa, além do caminho percorrido, mostra a necessidade apresentada pela confecção do objeto cartográfico: servir de elemento de conhecimento estratégico, e não ser um inventário administrativo.

A busca da centralização administrativa, leia-se conhecimento das comunidades e suas características, seria uma conseqüência direta do mapeamento inicial desenvolvido na expedição de Taunay. Os caminhos, seguindo uma linha de pensamento, constantemente referenciada nos Relatórios Provinciais do período, eram a principal característica a ser relatada.[488]

---

[487]COSTA, Luiz Flávio de C. O caminho de São bento de Araraquara. In: ALMEIDA, A.M.; ZILLY,B.; LIMA, E.N. (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados.* Rio de Janeiro : MAUAD/FAPERJ, 2001. p.120.

[488]A centralização administrativa seguia a histórica relação apresentada desde a época da Antigüidade Clássica, em que a existência das vias de comunicação garantia a manutenção das diretrizes

Embora se afirme, pela expressão cartográfica construída, a quase inexistência de moradores nessas áreas e se classifique quase todo a Noroeste paulista como desconhecido, desde a passagem do viajante Luiz D' Alincourt pelos sertões de Araraquara, entre 1818 e 1823, em direção a Franca, tal fato não é assim muito expressivo. O autor, em seus relatos, demonstra a presença de moradores de forma esparsa, mais presentes e inseridos no cotidiano da região. Tais informações são corroboradas pelo próprio autor do mapa, que admite reproduzir algumas informações *"segundo as observações de D'Alincourt"*, relativas ao caminho para a região de Franca.

Para a região Noroeste da Província, a existência de moradores, desde 1820, relatada por Carlos Rodrigues Nogueira, torna-se um elemento palpável e digno de uma análise mais aprofundada. O autor, embora se apoiando somente nos depoimentos dos descendentes dos primeiros colonizadores, relata que os primeiros mineiros a estabelecerem moradas na região o fizeram entre 1820 e 1830.

Os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Souza, originários de Rio Verde, em Minas Gerais, fixaram-se nas terras próximas ao córrego do Borá, em uma das vertentes do núcleo originário da cidade. Embora tenham se estabelecido no local desde então, em 1837, eles venderam suas terras para o capitão João José Ribeiro, não existindo mais nenhuma informação relacionada ao período.[489]

Confirmando-se a presença dos irmãos na região, os mesmos dividiriam com outro mineiro, José Theodoro de Souza, a referência central para a colonização da totalidade dos chamados "Terrenos Desconhecidos" da Província de São Paulo.

José Theodoro de Souza foi o principal responsável pelo início do processo de colonização da parte Sudoeste do território, na região dos Rios do Peixe e Paranapanema, que, no final da primeira metade do século XIX, seguia o mesmo caminho de ocupação desenvolvido na região Noroeste da Província.[490]

---

orquestradas pelo poder central. Vide nesse caso os aspectos simbólicos do ditado popular, para o qual *"Todos os caminhos levam a Roma"*.

[489]NOGUEIRA, Carlos Rodrigues. *São José do Rio Preto*: 1852-1945. São Paulo : João Bentivegna, 1952. p.10-11

[490]COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo : Typographia Hermes Irmãos, 1923.

A apresentação desses dados ajuda a corroborar que em 1867, na época de confecção do mapa do Capitão Capitolino, já havia uma quantidade significativa de moradores no caminho percorrido pela Expedição de Taunay, embora a mesma não tenha tido um contato mais direto, como no caso do encontro com José Bernardino.

A presença de José Bernardino no topo do espigão, na convergência dos caminhos das tropas de muares, de São Paulo a caminho do Mato Grosso e vice-versa, mostra que havia uma espécie de retorno financeiro que garantiria sua permanência na região, acontecimento que proporcionou diretamente o início do desenvolvimento da comunidade.

11. 3 A Formação Urbana: Mapeamento e Ideologia de Representação

Das informações relacionadas ao núcleo urbano inicial, há somente a referência apontada por Taunay, ao passar pela cidade em 1867, quando afirma que "*A povoação consta de meia dúzia de palhoças abandonadas (...)Há uma igrejinha em construção, e cremos que por muitos anos fique neste estado, quando não se arruíne totalmente.*"[491]

Torna-se evidente que, pela análise do Visconde, o povoado era mais um entre os vários espalhados pelos sertões, embora, nesse aspecto, possa-se afirmar que havia a intenção de inserir a região em um modelo administrativo mais centralizado.[492]

Anteriormente à passagem de Taunay pela localidade, ela já buscava um reconhecimento de seu território, isto apenas sete anos após sua fundação. Segundo o historiador riopretense Agostinho Brandi, dois fatos significativos marcariam o traçado urbano da cidade. O primeiro, em 1859, quando os vereadores de Araraquara, em sessão do dia 5 de janeiro de 1859, propuseram *"que esta Câmara nomeasse uma comissão de dois cidadãos probos e residentes na Capella do Rio Preto para, de acordo com o arruador da mesma Capella marcasse o arruamento da mesma povoação de acordo com as Posturas Municipais (...)."*[493] Nesse ano, São José do Rio Preto ainda era Distrito de Paz pertencente à Vila de Araraquara. O outro fato

---

[491]TAUNAY, Visconde de. *Viagens de Outrora.* São Paulo : Melhoramentos. 1948. p. 106.

[492]Vide comentários desenvolvidos anteriormente, em especial na referência ao Ofício Administrativo enviado ao Subdelegado em 1856. p. 273, nota 474, desta Tese.

refere-se ao ano de 1879, quando a sessão da Câmara de Jaboticabal, de 19 de maio, requeria que fosse *"nomeada uma comissão para traçar o quadro do pátio e arruamento da Freguesia do Rio Preto (...)."* [494]

Em 1873, no *Almanak da Província de São Paulo*, Rio Preto constava como Freguesia. Essa denominação era propagada de forma errônea, pois ainda a comunidade era um Curato e só seria elevada à Freguesia em 1879, com a aprovação da Lei de n.4, sancionada pelo então Presidente da Província, Laurinto Abelardo de Brito, no dia 21 de Março daquele ano. Nessa época, a vila ainda pertencia ao município de Araraquara, possuindo um Subdelegado, João Baptista Gonsalves, e dois suplentes, Antonio Bernardino de Seixas e Joaquim Soares da Costa.[495]

Convém lembrar que toda a região, pela grande quantidade de florestas nativas, era, também de forma errônea, classificada como de grande fertilidade, e que a presença inicial das atividades econômicas ligadas à pecuária impediu, a princípio, o desenvolvimento das atividades cafeeiras. Segundo Ary França, "a primeira valorização da região, feita através do pastoreio, deixou, assim, de lado imensas áreas florestais. Com outro propósito e visando a outro tipo de terras, não teria aparentemente, relação alguma com a colonização posterior, realizada como conseqüência da marcha do café. No entanto é preciso lembrar que os criadores mineiros agiram como os pioneiros na região, facilitando o caminho aos agricultores que os seguiram: os núcleos da região por êles fundados, serviram de base à irradiação do povoamento(...)".[496]

O isolamento da região persistiu por um longo período e a comunidade só foi transformada em município em 19 de julho de 1894, pela lei de n. 274, assinada pelo então presidente do Estado, Dr. Bernardino de Campos.

Em conseqüência desse acontecimento, desenvolve-se a primeira representação imagética da urbe. Um motivo político e administrativo, elevar à Vila a condição de Município, levou à necessidade de mapear seu território urbano. Entre 1893 e 1894, o

---

[493] BRANDI, Agostinho. O traçado de Rio Preto. *Diário da Região*, São José do Rio Preto – S.P., 31 jan. 2001. Caderno Cidade, p.4.

[494] BRANDI, Agostinho. Idem. Ibidem.

[495] ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO para 1873. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873. p.533.

[496] FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro : Conselho Nacional de Geografia, 1960. p.183

engenheiro Ugolino Ugolini oferecia seus serviços à Igreja e elaborava o *Mappa da Villa de São José do Rio Preto,* a pedido do padre José Bento da Costa, marcando, definitivamente, uma busca pela centralização administrativa da urbe. Apesar do afastamento da Igreja dos assuntos ligados ao Estado, desde a Proclamação da República, foi por iniciativa daquela que se propôs a organização territorial inicial do município.

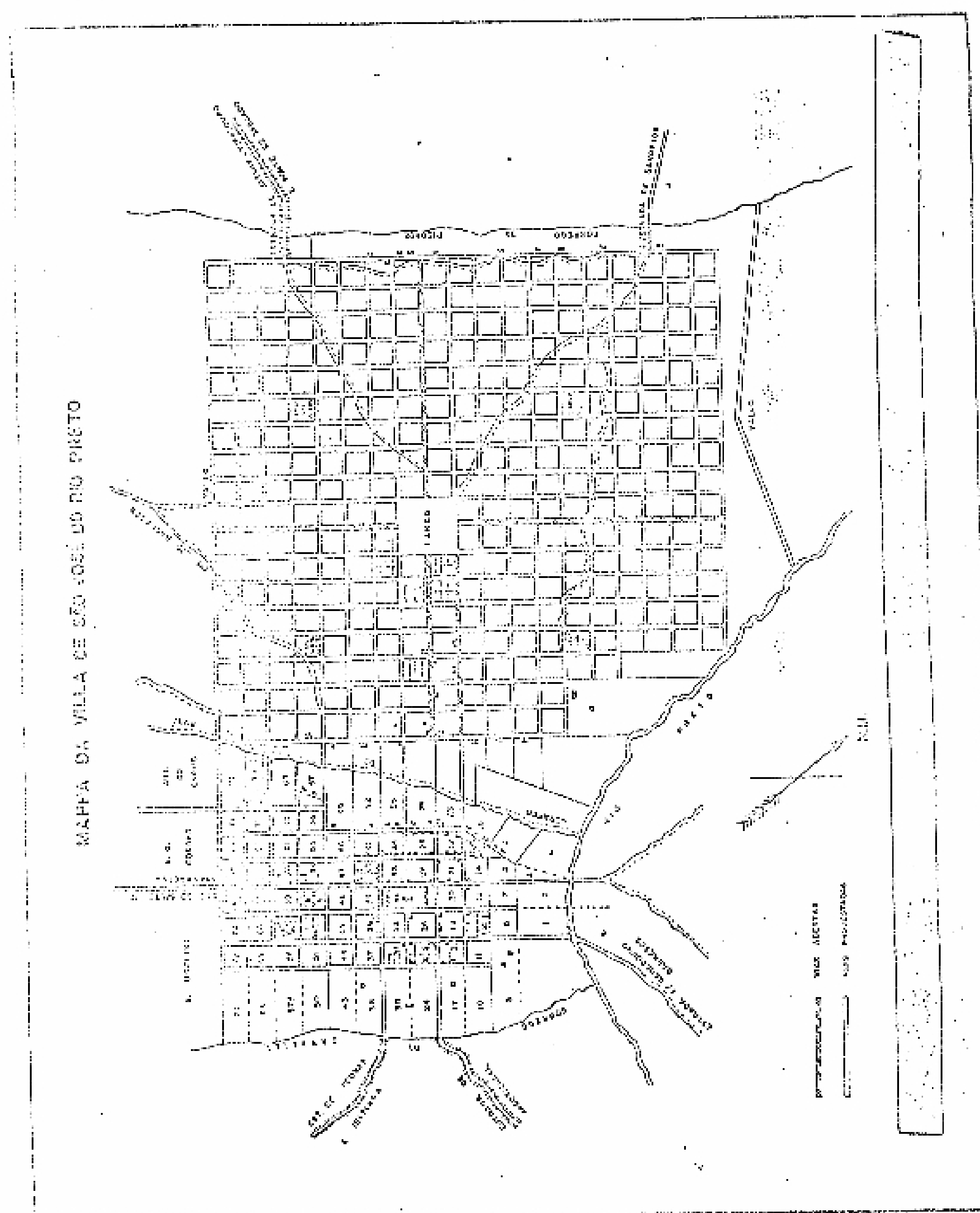
Há nesses dados uma importante referência: a necessidade do mapeamento tanto do Patrimônio de São José, berço da ocupação urbana original, quanto do Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, na época ainda sem muitos residentes.

Como a Igreja havia recebido o Patrimônio de São José por doação de Luiz Antônio da Silveira, e aparentemente não possuía qualquer documentação referente a esse fato, tratou de confeccionar a prova necessária para autenticar a doação feita. Nessa época, o regime republicano havia retirado das mãos da Igreja e dos chamados "fabriqueiros" – pessoas indicadas como administradores dos negócios eclesiásticos – o papel de guardiões dos registros de propriedades, atividade que passaria a ser feita pelos Cartórios, órgãos civis e braço administrativo do novo regime.

A legitimação do Patrimônio de São José seria uma disputa jurídica que se arrastaria até por volta de 1910, conforme comentado anteriormente, quando a Igreja, em um acordo firmado com a administração municipal, desistiria dos terrenos localizados na zona central em troca de uma indenização a ser estabelecida por comum acordo.

Torna-se evidente a caracterização do espaço urbano representado no mapa e sua inserção no modelo político republicano. Vide **Prancha n. 77**.

A distribuição dos terrenos em forma de uma espécie de "tabuleiro de xadrez" busca criar, na iconografia do espaço representado, a ideologia constitutiva do regime político em vigor.



Prancha n. 77. UGOLINO, Ugolini. *Mappa da Villa de São José do Rio Preto.* Cópia Xerográfica de origem desconhecida.18,5 cm x 23,5 cm [1893]. (Acervo Comdephat: São José do Rio Preto – SP).

A própria contratação do engenheiro foi registrada em documento legalizado no cartório de Theodolino José de Paula, na própria cidade de São José do Rio Preto, em 08 de maio de 1893. O documento afirmava a contratação do *"Douctor Engenheiro* [Ugolini Ugolino]*, para medição (...) demarcação e divizão de propriedades nos Patrimonios do Destricto de São José do Rio Preto(...). Acabada a medição o Engenheiro obriga-se a dar gratuitamente ao Fabriqueiro huma Copia em papel vigital (sic.)* [do mapa] *de todos os quinhões Rurais ao fim de poder a fabrica conhecer e fazer constatar a cada rendeiro o proprio dominio legal".*[497]

O mapa produzido foi usado como o primeiro levantamento das propriedades existentes no núcleo urbano original, e garantiu para a Igreja uma espécie de autenticação de suas posses no local. Nota-se em sua observação a numeração das propriedades do Patrimônio além das orientações relativas às entradas e saídas da urbe. A sua porção mais ocupada – observar parte superior do mapa – apresenta as numerações correspondentes às propriedades e representa o Patrimônio de São José, além de ser o núcleo original da urbe.

A parte inferior do mapa, representando o Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, classificava-se como uma expansão territorial natural para a comunidade, não apresentando muitos locais ocupados. A demarcação antes da ocupação demonstrava diretamente a expectativa de crescimento, acentuando ainda mais a questão do controle administrativo associado à disposição mostrada pela representação gráfica.

Na parte correspondente ao Patrimônio de São José, é possível notar a formação clássica das antigas cidades portuguesas na América, anteriores ao século XVII, que apresentavam uma ocupação irregular do território. Apesar do quase total alinhamento das ruas, algumas partes próximas ao Rio Preto e ao córrego do Borá ainda lembram a herança do antigo agrupamento inicial. No mapa, percebe-se também que o traçado acompanha "a linha da paisagem" estabelecendo um formato para a urbe.

Embora elaborado por um engenheiro, no mapa, a representação dos pontos cardeais não obedece ao padrão estabelecido para a cartografia. A indicação da direção Norte está desvinculada da representação cartográfica estabelecida, ficando como coadjuvante do processo. O interesse maior está no formato urbano e em sua descrição.

---

[497]Citado por: BRACCI, Pe. Carlos Alberto Arantes. *História de um povo fiel*: Diocese de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto : Editora Rio-Pretense, 1999. p.42-43

Torna-se interessante perceber que um terreno pertencente ao próprio Ugolini encontra-se descrito na parte superior à esquerda do mapa, exatamente no ponto inicial de uma leitura informal da iconografia cartografia. Nota-se, assim, que o objeto confeccionado atende às necessidades específicas de seu idealizador, como por exemplo, à conveniente valorização de seu patrimônio material, que ficava fora dos limites centrais da urbe.

Independentemente disso, a representação iconográfica da urbe abre espaço para sua autenticação administrativa, pois passa a ser um modelo de representação palpável para as normas de organização intangíveis.

Essa organização, nos moldes republicanos, busca um controle objetivo para a urbe e pode ser percebida pela publicação, em 1895, de informações pertinentes ao traçado urbano e à nomenclatura de suas ruas. Segundo o jornal de Jaboticabal, *O Correio do Sertão*, em informações prestadas pelo próprio Ugolini Ugolino, *"A excepção dos nomes de Prudente de Moraes e Bernardino de Campos, dados pela camara, ou outros foram escolhidos alternadamente d'entre os Santos mais em voga no Brazil e os de victorias geralmente conhecidas. Assim estam adoptados os nomes de rua Paysandú, rua Guayanazes, Uruguayana, rua Ipiranga etc. Há tambem nomes sonoros e inocuos, como rua Liberdade, Victoria, Formosa, Independencia etc. Algumas ruas receberam os nomes dos municipios vizinhos, como Rua Jaboticabal, Ibitinga, Pedras, Barretos, etc. Há tambem tres nomes de pessoas vivas, que são verdadeiros benemeritos do lugar; como pe José Bento da Costa, Mesquita e Pedro Amaral e o nome do Doador do patrimonio* [Luiz Antonio da Silveira]. *As 5 ruas que conduzem ao cemiterio receberam o baptismo de Ruas da Paz, da Piedade, da Gloria, Bom Retiro e campos Elysios".*[498]

Nota-se que há uma alusão direta aos participantes do processo de implantação da República no país, além da representação de batalhas ligadas à atuação dos militares brasileiros. A presença dos nomes de devoção religiosa mostra a permanência de valores tradicionais da população local, elementos vinculados ao passado colonial e a determinados valores culturais, presos diretamente ao cotidiano formativo da urbe.

Paralelamente a essa característica, desde 1898, a Câmara Municipal busca ordenar o traçado urbano, pois, de acordo com a Ata da Câmara Municipal de 04 de outubro, "*A commissão de Obras Publicas é de parecer que seja deferido o requerimento apresentado pelo*

---

[498]JORNAL O CORREIO DO SERTÃO, Jaboticabal - SP, n.43, 25 mar. 1895, p.02. Recolhido e reproduzido por BRANDI, Agostinho. *São José do Rio Preto: 1852-1894*. São José do Rio Preto : Casa do Livro, 2002. p. 534.

comendador e submete a Camara o seguinte projecto Lei n.º 19 _ Art. 1º é permitido a construcção de Cazas de alturas de quatorze palmos de pé direito fora do quadro e alem da rua Boa Vista; _ Art. 2º Fica o Intendente autorizado a ispecificar as demais ruas e lugares onde possão serem construidas as mesmas cazas; Art. 3º quanto as dicisões de portas e janellas, serão em votação a altura das mesmas cazas para que fique em ***simetria*** *(...)."*[499] Percebe-se, assim, a preocupação com o crescimento da cidade para além do núcleo histórico original. A Rua Boa Vista pertencia ao Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, estando na parte nova da urbe – ainda praticamente sem anotações de moradores –, segundo o traçado apresentado pelo mapa de Ugolini. A normatização apresentada é parte da representação necessária à existência da comunidade e vincula-se a sua organização e ao controle por parte do poder administrativo.

11. 4 O Crescimento Urbano e a Sua Representação Fotográfica

Na passagem do século XIX para o XX, São José do Rio Preto já apresenta um crescimento populacional razoável para as cidades localizadas na região. Dos 2.639 habitantes, dispostos em 207 casas, conforme o Censo realizado em 1872, passa na primeira década do século XX para 4.836 habitantes, segundo o *Mappa demonstrativo do desmembramento e creação dos municipios paulistas no período de 1829 a 1905,* elaborado por Affonso A. de Freitas.[500] Os dados apresentados por Freitas são conflitantes pois, segundo outras informações mostradas pelo Censo realizado em 1890, São José do Rio Preto já possuía 6.586 habitantes. Nessa característica, percebe-se diretamente que havia uma constante falta de informações relativas às comunidades presentes na região interior do país. Os relatos intermunicipais, realizados esporadicamente, e enviados aos órgãos competentes, não eram sinônimos de uma centralização de informações, ajudando na permanência do isolamento social, político e econômico de muitas dessas comunidades.

Independentemente dessa característica, pela demonstração dos dados populacionais de ambos os Censos, vê-se um crescimento acentuado da população, provavelmente em virtude das funções adquiridas pela urbe: passar a representar uma das

---

[499]COMDEPHAT de São José do Rio Preto. Livro de Atas da Câmara Municipal, 1898. manuscrito.

[500]FREITAS, Affonso A. de. *Geographia do Estado de São Paulo...* São Paulo : Escolas Profissionaes Salesianas. 1906. p. 48.

últimas localidades envolvidas no processo de conhecimento do território, em sua parte mais a Noroeste, proposto pelo Estado Central.

O modelo administrativo que se constrói para a cidade passou a refletir-se em sua constituição urbana, e sua representação imagética torna-se quase uma conseqüência imediata do processo de sua identificação como polo de atração das necessidades cotidianas de sua população.

Nos anos iniciais do século XX, é possível notar mudanças significativas no imaginário cotidiano da urbe. A primeira resulta, em 1904, da substituição do nome da cidade que passa de São José do Rio Preto para simplesmente Rio Preto, pois, conforme cita Carlos Rodrigues Nogueira, "Elevada 'a categoria de cidade', estava esta, sem dúvida, a exigir uma nova indumentária, uma nova fórma de apresentação. O nome antigo era extenso."[501]

A explicação de Nogueira, sem maiores detalhes, sugere um afastamento dos elementos religiosos que vincularam diretamente a própria fundação da urbe. Nota-se, novamente, que nesse momento, a administração municipal movia uma ação de reconhecimento das propriedades localizadas no Patrimônio de São José, anteriormente doadas à Igreja. A modificação da denominação oficial inicial pode sugerir a simbologia do necessário afastamento entre o poder público e o religioso.

Seguindo essa análise do cotidiano, em 1905, um anúncio no jornal local, *O Porvir*, observa que o "Código de Posturas Municipais" já se encontrava impresso pelas oficinas tipográficas do jornal *O Popular,* de Araraquara, e já estava sendo posto em uso.[502] A presença de um novo Código de Posturas, em substituição ao anterior, de 1893, em uso tal qual o da cidade de Jaboticabal – e adotado como um dos recursos para a comunidade conseguir a classificação de município em 1894 –, demonstra a busca de uma identificação própria para a urbe. As posturas administrativas eram sempre divulgadas nesse mesmo jornal – conforme proclamas, balancetes, entre outros presentes nos exemplares analisados entre os anos de 1904 e 1908 –, mostrando a penetração das necessidades do poder público em relação ao cotidiano da população local.

---

[501]NOGUEIRA, Carlos Rodrigues. *São José do Rio Preto*:1852-1945. São Paulo : João Bentivegna, 1952. p.170.

[502]JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto - SP, 03 dez. 1905, p.03.

Nesse momento, o reconhecimento da cidade de São José do Rio Preto torna-se importante para o desbravamento do resto da Província e, depois, Estado. Nesse sentido, a presença da Estrada de Ferro é fundamental e mostra como a cidade foi um dos redutos finais de um processo de ocupação.

No relatório anual enviado ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1909, pelo presidente do estado Dr. M. J. de Albuquerque Lins, é comentado: *"Com o avançamento das estradas de ferro Noroeste e Sorocabana para as regiões despovoadas do Estado, urge tratar de resguardar da invasão de intrusos as terras devolutas existentes. Com esse intuito, criaram-se duas commissões para descriminal-as: uma operando nas comarcas de Agudos e São José do Rio Preto e outra nas de Santa Cruz do Rio Pardo e Campos Novos de Paranapanema."*[503] Oficialmente, o Estado passa a administrar perspectivas de ocupação e mostra como a mesma deveria seguir: alinhada aos trilhos de uma ferrovia.

Para moldar o imaginário cotidiano, é significativo que as primeiras representações fotográficas da cidade passem a ser feitas: havia a necessidade de expressar a visão local, permitindo a representação da comunidade e seu entorno, mesmo que condicionada aos membros dirigentes locais.

Em 1904, o jornal local publica dois retratos fotográficos associados à instalação da Comarca, sendo ambas as imagens gravadas ou litografadas para impressão por um certo H. Vargas. O primeiro é do Dr. Plinio de Godoy, deputado estadual pelo Distrito de Rio Preto, e o outro é do advogado Antonio Olympio Rodrigues Vietra, que foram ambos, personagens principais responsáveis pela implantação da Comarca.[504]

Na representação fotográfica inicial da cidade, deve-se analisar a educação visual desenvolvida no que se refere à atuação de um fotógrafo no contexto territorial da cidade.

A presença de profissionais da arte da fotografia na região é referenciada desde 1906, quando, no *Almanach D' Oeste do Estado de São Paulo,* é publicada a seguinte propaganda: "*The american C.R. Colortypes Company – Limited. Reprodução de Photographias em todos os systemas e tamanhos como sejam a Crayon, Sepia, Aquarella finissima, Pastel e Oleo, Cartões Postais,*

---

[503]LINS. M.J. de Albuquerque. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 14 de Julho de 1909*. São Paulo : Duprat & Comp. 1909. p.35.

[504]JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto -SP, 05 de out. 1904, p.01 e 02.

Retratos sobre porcelana, Esmaltes, etc. preços adimiraveis. Cesar Corain. _ agente geral para todo o Brasil. Guilherme Votta - sub. agente nas comarcas de Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro, Barretos e São José do Rio Preto."[505] Nesse mesmo Almanaque, encontram-se diversos profissionais estabelecidos em Jaboticabal: Venancio Tomanini (p.75); Monte Alto: Hoff & Nilzsche, e Mario Fornasario & Comp. (p. 183); Ribeirãozinho (atual Taquaritinga): Domingos Marano (p.201); e Bebedouro: José Comparini e José Garcia (p. 224).

Sabe-se que uma das primeiras referências ao trabalho de um fotógrafo na cidade de São José do Rio Preto é atribuída a Luiz de Góes Pietsch, lembrado em uma nota no jornal local, que dizia *"O habil amador photographo sr. Luiz de Góes Pietsch, na semana finda teve occasião de retratar em grupo todo o pessôal do fõro desta comarca."*[506]

Acompanhando essa notícia, tem-se no mesmo *Almanach D' Oeste do Estado de São Paulo*, datado do ano seguinte, 1907, na página 337, a referência a Luiz de Góes Pietsch, que se intitulava *Photographo Amador.* Sabe-se que, além de fotógrafo, Pietsch foi Juiz de Paz (1908/10) e farmacêutico.

Pietsch anunciava seu *Atelier Photographico* desde 1905, quando propunha-se a receber seus clientes das *"12 ás três da tarde",* oferecendo *"serviços a contento por preços modicos."*[507] No mesmo jornal, também anunciava seu estabelecimento farmacêutico, na então Rua do Commercio, onde expunha para venda *"um completo sortimento de drogas, productos chimicos e pharmaceuticos nacionaes e extrangeiros."*[508]

Pietsch sempre se classificou como um "photographo amador", talvez por se dedicar mais diretamente à profissão de farmacêutico, fato justificado pelo contexto cotidiano da urbe em desenvolvimento, que apresentava um melhor campo de atuação para as profissões ligadas à área de saúde. Sua ligação com o ofício de farmacêutico garantiria a experiência com a manipulação das drogas necessárias à prática da fotografia.

Talvez tenha sido de sua autoria a fotografia da *Festa realisada em 1904 commemorando a creação da Comarca de Rio Preto.* A data dessa fotografia é

---

[505] ALMANACH D' OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO*:* abrangendo as comarcas de Jaboticabal e Bebedouro. 3º ano. Organizado por Guilherme Votta. São Paulo, Typ. Americana, 1906. p. 258.

[506] JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto -SP, 09 set. 1906, p. 03.

[507] JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto - SP, 15 out. 1905, p. 04.

[508] JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto - SP, 15 de out. 1905, p. 04.

corroborada pela reportagem publicada no jornal riopretense *O Porvir*, de 13 de outubro de 1904, a qual descrevia a festa realizada na cidade nessa ocasião. *"Aspecto da cidade: A cidade, desde a vespera, apresentava um aspecto deslumbrante – todas as suas ruas ornamentadas de arcos, galhardetes e folhagens. Em frente às casas dos srs. Benedicto Lisbôa, Felipe Nasser, José Scaff e outros, a caprichosa disposição de arcos, o esmero de enfeites destes, harmonisavam-se em conjunto gracioso, digno de admirar-se."*

Presente na página 17 do *Album de Rio Preto 1918-1919,* como complemento das fotografias que ilustram a parte histórica escrita por F. de Oiticica Lins, torna-se uma imagem singular dos momentos iniciais da cidade, embora a confirmação dessa característica não seja possível pois a única referência concreta a ela só foi encontrada nessa impressão de 1919, presente no Álbum de Oiticica Lins. Vide **Prancha n. 78**.

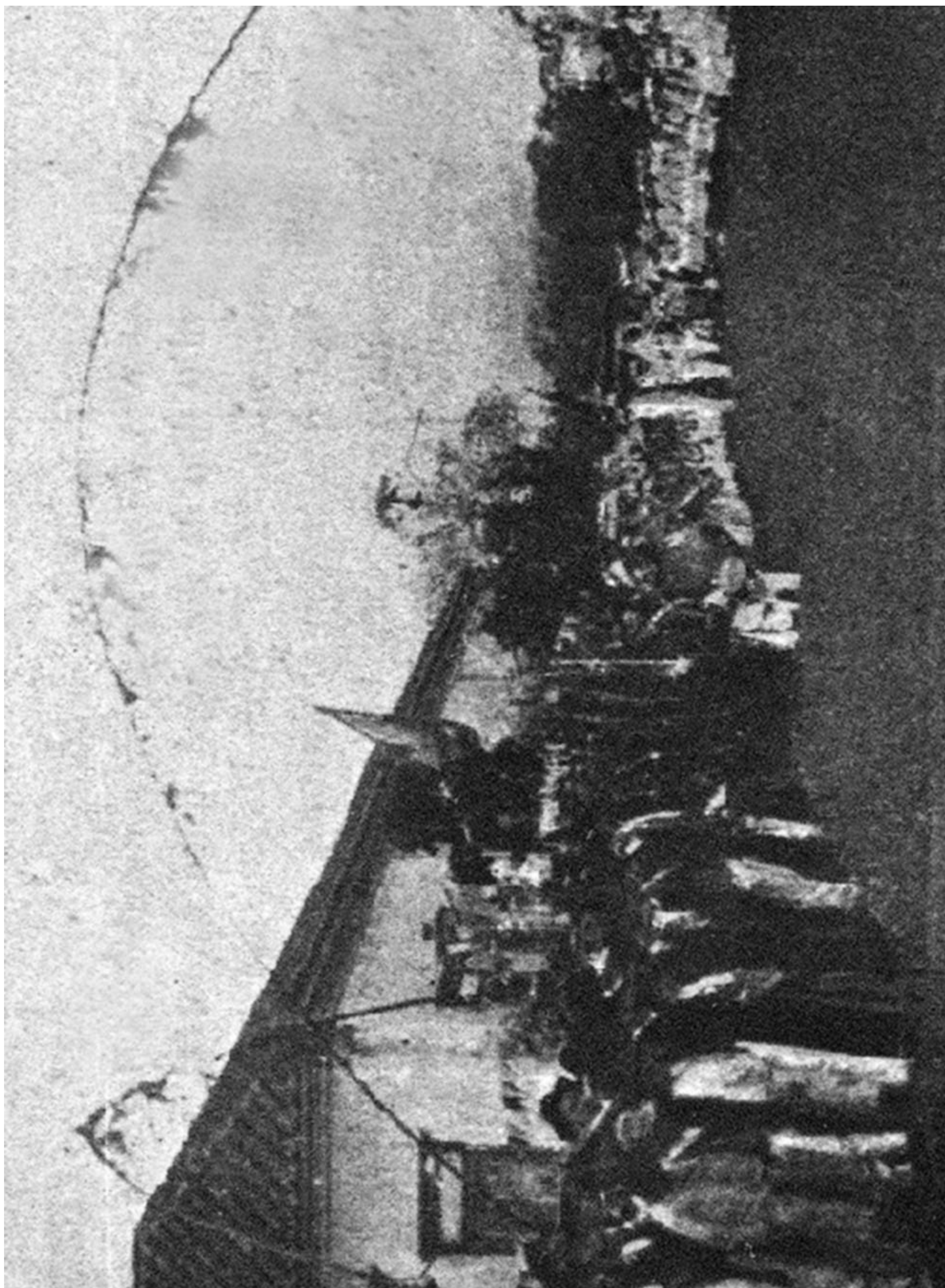
Pietsch não estava sozinho em seu trabalho fotográfico pois, segundo o historiador Basileu Toledo França, analisando os primórdios da prática fotográfica em Rio Preto o *"Sr. Lindolfo Corrêa montou o primeiro atelier fotográfico em Rio Preto nos fundos do atual Hotel Camareiro.(...) E os Drs. Ugolino Ugolini e Adolfo Guimarães Corrêa escreveram para a revista Cosmos* [publicação da primeira Loja Maçônica da cidade] *a página Photographia entre amadores sob o pseudônimo Daguerre, Le petit. 1901. 1902. Ensinamentos valiosos que serviram a muitos propagando no sertão a importante arte."*[509]

As informações são bastante difusas e desencontradas pois, se acaso as datas apresentadas por França fossem verdadeiras, seria muito difícil não haver uma referência ou uma nota qualquer no jornal local que, desde 1903, tinha sido fundado e era administrado pelo próprio Coronel Adolfo Guimarães Corrêa, ou seja, um dos personagens mais interessados na questão da fotografia na região. Tal fato pode ser corroborado posteriormente, ao analisar-se que no mesmo jornal, só há referência ao trabalho do fotógrafo Lindolpho Corrêa em 1908, com um anúncio de seu "Ateliê Photographico", no qual afirmava ter *"recebido ultimamente todos os apparelhos e objectos necessarios para bem servir a sua numerosa freguesia (...)".*[510]

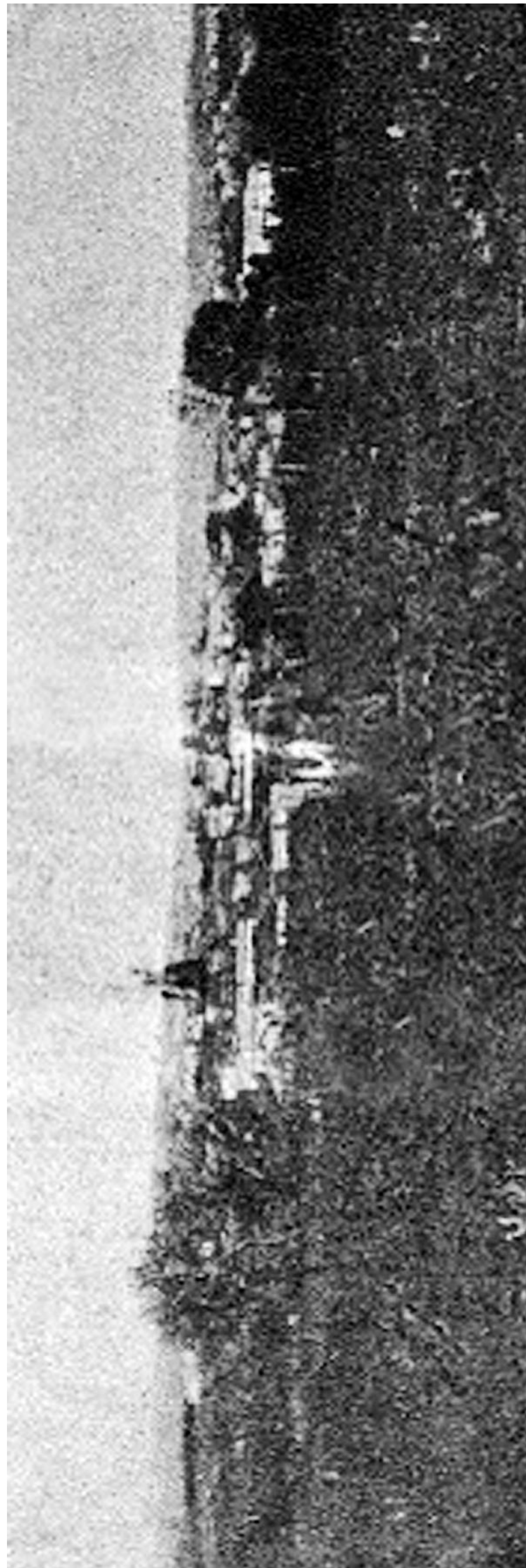
---

[509] FRANÇA, Basileu Toledo (org.). *Revista Centenário*. São José do Rio Preto : Casa Cal, 1952. p.103.

[510] JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto -SP, 19 abr. 1908, p. 04.



Prancha n. 78. *Festa realisada em 1904 commemorando a creação da Comarca de Rio Preto.* Impressão sobre papel. 10 cm x 8 cm [ca.1904]. In: LINS, Oiticica F. *Album de Rio Preto 1918-1919*. São Paulo : Secção de Obras d'O Estado de São Paulo. [1918-1919]. p. 18 (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).



Prancha n. 79. Sem título. Impressão sobre papel, 5,5 cm x 17 cm. In: LINS, Oiticica F. *Album de Rio Preto 1918-1919*. São Paulo : Secção de Obras d' O Estado de São Paulo. [1918-1919]. p. 06. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).

Em razão dessa característica, criou-se um grande enigma quanto à autoria das primeiras imagens urbanas da cidade, publicadas inicialmente no corpo do *Álbum de Rio Preto,* ilustrando a parte histórica escrita por F. Oiticica Lins.

Ao todo, no Álbum, além da imagem já referenciada, são publicadas mais duas fotografias representativas dos aspectos urbanos de São José do Rio Preto no período. A primeira mostra, de forma difusa, aspectos de uma cidade ao fundo, tendo à frente um pequeno grupo de pessoas. Acredita-se que seja uma imagem de São José do Rio Preto por ilustrar a parte histórica referente ao município. Vide **Prancha n. 79**.

É possível observar poucos aspectos significativos da imagem pois além do enquadramento ter sido realizado de maneira a perder-se a percepção de tamanho e profundidade da imagem, a impressão sobre o papel também não é de boa qualidade. É o único registro existente dessa fotografia, da qual não se conhece o autor nem a data, mas apenas o local da produção da imagem, o mesmo usado para as outras fotografias, elemento a ser apresentado posteriormente.

Na seqüência de análise da constituição das imagens do *Álbum de Rio Preto,* há uma outra fotografia que referencia os aspectos urbanos da comunidade.

Essa é a imagem mais conhecida do passado de São José do Rio Preto e talvez a primeira a representar diretamente os aspectos da urbe em desenvolvimento. Para entender sua representação, é necessário conhecer a propagação de seus aspectos imagéticos.

Ela é realizada de forma panorâmica e abrangente, conforme observado na **Prancha n. 80**. Registra toda a estrutura pertencente ao Patrimônio de São José, no centro da imagem, e parte do Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, lado direito da fotografia. A imagem aparece publicada pela primeira vez na página 11, também no corpo do *Álbum de Rio Preto 1918-1919*. Durante um longo período, foi creditada sua autoria ao fotógrafo Theodoro Demonte, que foi um profissional atuante na cidade entre 1918 e aproximadamente 1940. Em seu currículo, estão incluídas as 1.054 fotografias produzidas para a mais conhecida publicação relacionada a cidade de São José do Rio Preto, o *Álbum lllustrado da Comarca de Rio Preto 1927/1929,* um portentoso trabalho de reportagem fotográfica sobre a cidade realizado no período. Por acreditar-se que a imagem analisada fosse de sua autoria, ela foi datada de 1912, em razão de sua publicação, pela segunda vez,

no corpo do *Álbum Illustrado da Comarca,* servindo de ilustração para um texto que comentava a cidade naquele ano específico. Vide **Prancha n. 81**.

Na análise direta de ambas as imagens, só é percebida uma única diferença, uma marca em forma de um laço que aparece na parte esquerda da segunda. Essa marca pode significar uma falha de impressão ou mesmo um pequeno defeito no negativo original.

Acredita-se que tanto a fotografia – em sua forma material – presente no primeiro Álbum quanto aquela localizada no segundo sejam a mesma e tenham sido usadas como elemento de impressão direta no papel, e não reproduzida de um negativo. Essa afirmação só foi possível em função da existência de uma cópia original em papel realizada diretamente do negativo, preservada pela Senhora Amélia Rodrigues Goulart (1910-2000) antiga moradora da cidade.

Segundo a Senhora Amélia, em entrevista realizada em 04/05/1999, a imagem foi dada de presente a seu pai pelo fotógrafo, quando ela ainda era menina, aproximadamente na década de 20, paralelamente à produção do segundo Álbum sobre São José do Rio Preto.

A imagem, reproduzida na **Prancha n. 82**, preservada pela Senhora Amélia, é bastante reveladora pois aparentemente, inserida no negativo original, encontra-se uma data, "*1909*" e a nomeação do lugar, *"Rio Preto".*

A fotografia apresenta um formato menor que as publicadas no contexto dos Álbuns relacionados à cidade. Não foi mostrada a totalidade dos lados esquerdo e direito, fazendo com que uma parte significativa do traçado urbano fosse suprimida.

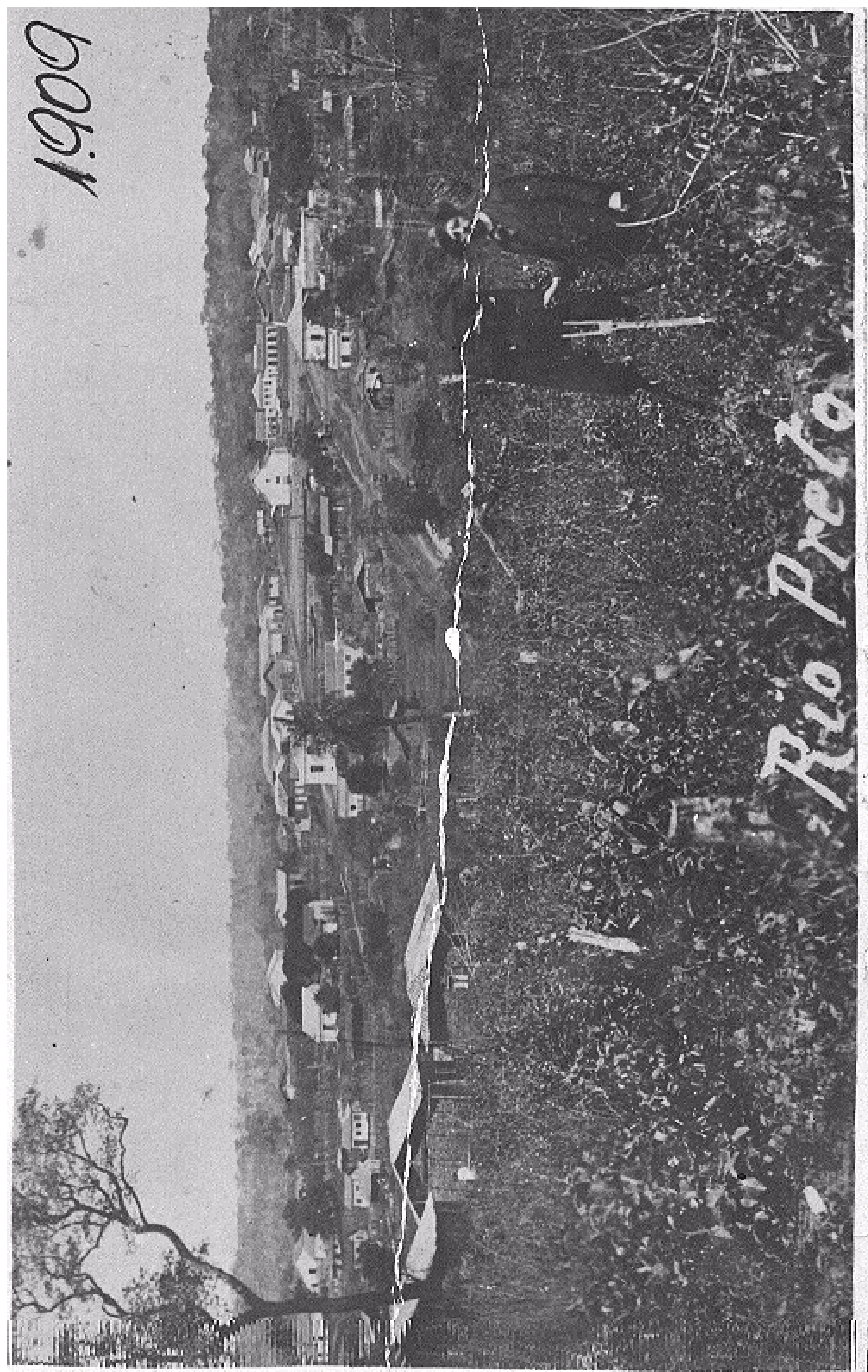
Por ser uma cópia única, a análise dos dados revelados por ela só foi possível pela comparação com outra fotografia existente, da qual também só são conhecidas cópias atuais de uma imagem preservada e difundida de forma ignorada.



Prancha n. 80. Sem título. Impressão sobre papel, 7 cm x 17 cm. In: LINS, Oiticica F. *Album de Rio Preto 1918-1919*. São Paulo : Secção de Obras d' O Estado de São Paulo. [1918-1919].p. 11. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).



Prancha n. 81. Sem título. Impressão sobre papel, 16 cm x 32 cm. In: *Álbum Illustrado da Comarca de Rio Preto*. Abilio Abrunhosa Cavaleiro (org.). São Paulo : Casa Editora Duprat/Mayença. 1927/1929. (original sem paginação). Na edição fac-similar realizada na década de 1980: p.131-132. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).



Prancha n. 82. *Rio Preto, 1909.* cópia fotográfica; 8,5 cm x 13,5 cm. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).

Em outra fotografia, apresentada na **Prancha n. 83**, apesar de registrar área diferente da cidade, notam-se semelhanças existentes entre a data apresentada e a descrição do local, fatores observados no exemplo anterior – Prancha n. 82 –, sendo possível observar que a letra da pessoa que escreveu sobre o negativo original também é a mesma, mostrando que há uma proximidade entre ambos os registros fotográficos.

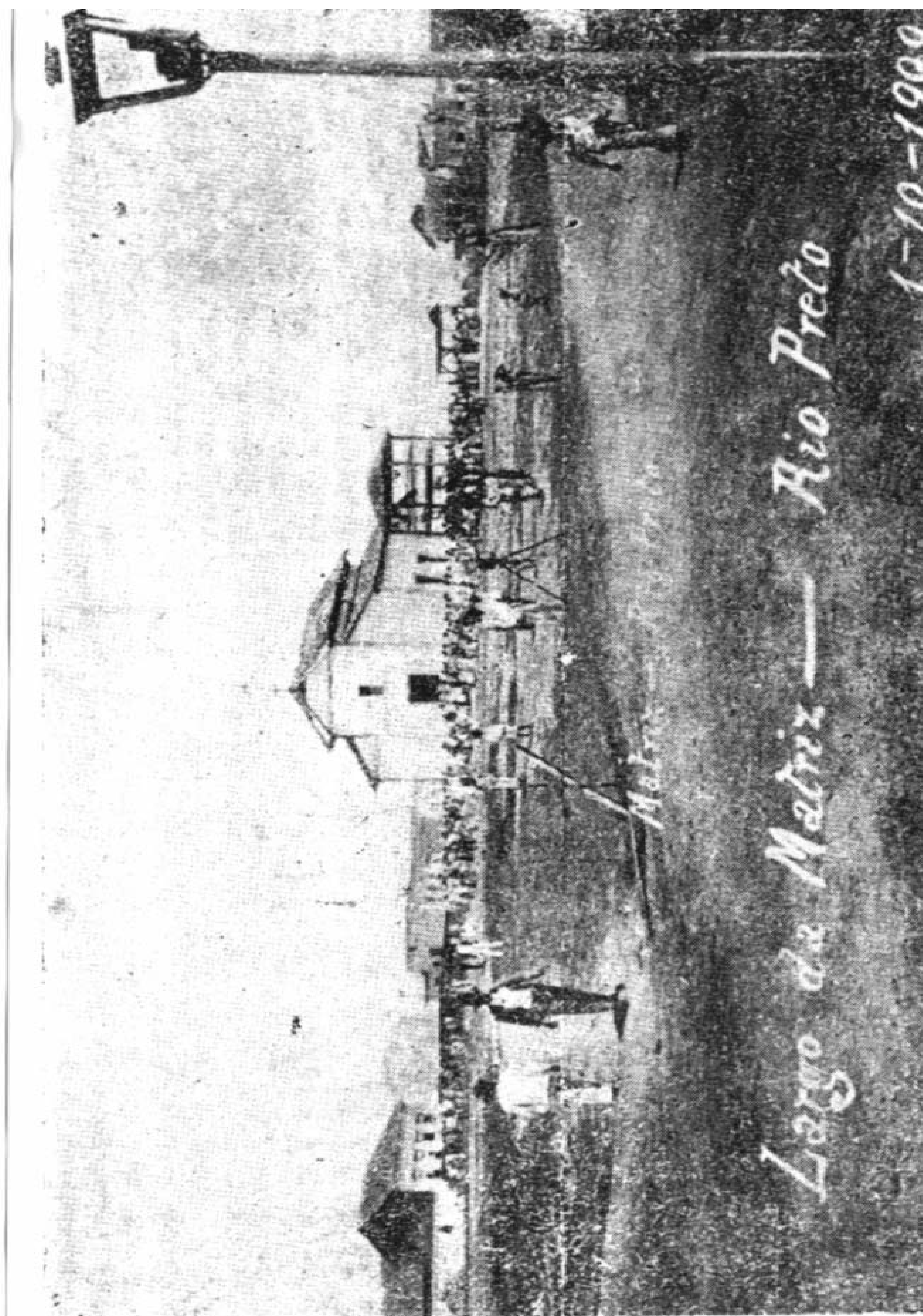
Uma particularidade interessante do registro encontra-se em sua constituição imagética. A presença do fotógrafo na primeira imagem comentada demonstra a atuação de duas pessoas na realização do registro fotográfico. Esta característica também pode ser percebida no segundo registro, pois há um fotógrafo sendo enquadrado no Largo na frente da Matriz. O primeiro – presente na imagem que mostra a cidade de forma mais abrangente – vestia uma roupa escura, ao passo que o segundo – postado em frente à Igreja Matriz – trajava uma de cor clara. Dessa forma, pode-se trabalhar com a hipótese de que ambos os personagem retratados são os anônimos fotógrafos produtores das fotografias.

Confirmada a data apresentada por ambas as imagens, associando-as com as informações recolhidas no periódico local entre 1906 e 1908, pode-se afirmar que um dos fotógrafos foi Luiz de Góes Pietsch e o outro, Lindolpho Guimarães Correa, realizando um trabalho em conjunto.

A presença dos dois fotógrafos nas imagens realizadas pode significar a construção de uma lembrança da cidade para ambos, desvinculando sua produção para uma possível comercialização. Há uma inserção dos personagens no contexto do local escolhido como morada, no caso a própria cidade.

Susan Sontag, após discorrer sobre a fotografia como forma de comprovar a experiência do ato de estar em algum lugar, convertendo a imagem "numa recordação (...)", sintetiza afirmando: "A fotografia tornou-se um dos principais meios de acesso à experiência fotográfica, (...) uma **ilusão de participação**".[511] É nessa "ilusão de participação" que se vê uma necessidade de inserção por parte dos autores/personagens. A cidade em si representa uma ligação com algo conhecido. Ela, assim, passa a ser o elemento de identidade.

[511]SONTAG, Susan. *Ensaios sobre fotografia.* Lisboa : Dom Quixote, 1986.p. 20. grifo nosso.



Prancha n. 83. *Largo da Matriz, Rio Preto, 1 – 10 - 1909*. Dimensões desconhecidas, cópia fotográfica de matriz original. (Acervo Comdephat / Prof. Agostinho Brandi; São José do Rio Preto – SP).

A produção de uma memória de identificação para a cidade torna-se sintomática pois no primeiro momento da publicação da imagem central, que mostra o urbano de Rio Preto, a fotografia serve somente como um elemento de ilustração do texto, sem maiores referências.[512] A fotografia central, talvez pela proximidade cronológica com o primeiro Álbum produzido, torna-se um simples auxiliar do elemento textual, ajudando a corroborar a história apresentada.

No segundo momento de sua publicação, entre 1920-29, a imagem é usada em outro contexto, diferente das necessidades anteriores. Nesse segundo olhar, já em 1929, com a publicação do *Álbum Illustrado da Comarca*, obra de maior circulação, cuja impressão atingiu 5 mil exemplares, a mesma imagem serviu para ilustrar o passado a ser esquecido, algo a ser negado diante das perspectivas de "progresso" e "civilização" desenvolvidas para a cidade. No texto que acompanha a imagem, o autor, não identificado, comenta, nas páginas 131 e 132, sobre a fotografia: "*Realmente, o que nos conta a gravura abaixo é bem um resumo da typica indolencia que caracterizou o progresso de Rio Preto até áquella data. O matto retalhado em fraldas largas, envolvia ainda nos seus refôlhos, a minuscula cidade que se espraiava timidamente por entre cerros alcatifados de vegetação abundante./ Desde o centro, onde reluzia esforçadamente a minuscula capella de São José, como um lencol de bretanha esquecido sobre um eirado descompôsto, tudo era matto. / Matto intenso, matto convulso, enredando na sua trama a vida insipiente de uma cidade em ensaios.*"[513]

Percebe-se dessa maneira a imagem sendo usada como forma de negação do que era a cidade antes, e isso cerca de vinte anos após sua realização. Em pouco tempo, a memória é substituída pela comparação direta entre o passado e o presente. Destaca-se que o *Álbum Illustrado da Comarca de Rio Preto 1927-1929* é constituído basicamente de reportagens fotográficas sobre São José do Rio Preto, retratando o momento de sua publicação, formando, para a posteridade, a base da memória visual do passado da urbe.

A construção imagética do urbano de Rio Preto condicionou-se às tentativas de esquecimento do passado, para assimilação de novos e constantes contextos relacionados a seu suposto desenvolvimento e progresso. Essa exaltação contínua do progresso mostra

---

[512] ÁLBUM DE RIO PRETO: 1918-1919. Rio Preto : Secção de Obras d'O Estado de São Paulo.[1918-1919], p.11.

[513] A paginação apresentada refere-se à sua edição fac-similar realizada em 1987. O Álbum original de 1929, não apresenta paginação.

uma necessidade de afirmação do presente como único elemento passível de permanência e recordação. Característica que recria a memória de maneira a negar-se todo o passado não condizente com a proposta desenvolvida para o momento. No *Álbum Illustrado da Comarca de Rio Preto 1927-1929*, tem-se a substituição desse mesmo passado, que é negado quando a imagem que o representa é tratada como *"Matto intenso, matto convulso, enredando na sua trama a vida insipiente de uma cidade em ensaios."* Enfoque diferente apresenta o *Álbum de Rio Preto 1918-1919,* no qual não há nenhum texto criticando o passado ilustrado por fotografias, ao contrário, a parte histórica é corroborada pela presença das imagens que retratam somente como era a cidade.

Usada de forma diferente em ambos os trabalhos organizados sobre a história da urbe, a produção dessa fotografia acompanha um momento significativo do cotidiano coletivo e essa característica pode ser percebida pela análise direta do momento em questão.

Durante vários anos, a cidade foi conhecida como "boca do sertão" da região da Alta Araraquarense, ou seja, representava a região posterior à "ponta dos trilhos", estacionada em Ribeirãozinho (atual Taquaritinga) desde 1901.[514]

Entre 1907 e 1910, São José do Rio Preto vive a expectativa da chegada do trem, fato que só se concretizaria em 1912. No ano de 1907, o jornal local *O Porvir* publicava extensa reportagem defendendo a necessidade do prolongamento da linha férrea de Ribeirãozinho até Rio Preto. Dizia o texto: *"Ao Governo Federal não pode passar desapercebida a importância de nossa missão, isto é, a abertura ao progresso e à civilização de uma importante zona pertencente a três Estados. (...) Não se limita esse programma* [o prolongamento] *ao magno problema da lavoura; ao contrario abrange todos os ramos da administração publica. (...) À proporção que for caminhando a linha, a zona pôr ella aproximada irá despertando do torpor em que tem vivido por falta de meio de transporte; esse movimento já se nota na parte da zona que tem de ser brevemente atravessada pelo prolongamento da linha. (...)"*[515] Havia uma constante referência ao progresso e ao desenvolvimento material pelo qual passaria a região após a vinda da Estrada de Ferro.

---

[514]MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas : Pontes, 1990. p.133.

[515]JORNAL O PORVIR São José do Rio Preto - SP, 10 mar. 1907, p. 01.

Com o prolongamento, as mudanças materiais da cidade funcionariam como uma espécie de propaganda para a região, atraindo a atenção da administração central. Desse período, é possível analisar a receita de arrecadação municipal, que evoluiu de forma considerável entre os anos de 1904 (data da criação do município) e 1912 (época da chegada do trem). No ano de 1904, o município possuía de receita 24:237$700, ao passo que para 1908, a arrecadação subia para 46:820$000. No ano seguinte, em 1909, a arrecadação seria de 75:460$000 e em 1912, a receita saltava para 121:000$000.[516]

Torna-se sintomática a produção fotográfica realizada em 1909 e percebe-se que não havia um intuíto comercial imediato, e sim uma espécie de representação dos aspectos materiais em desenvolvimento na cidade.

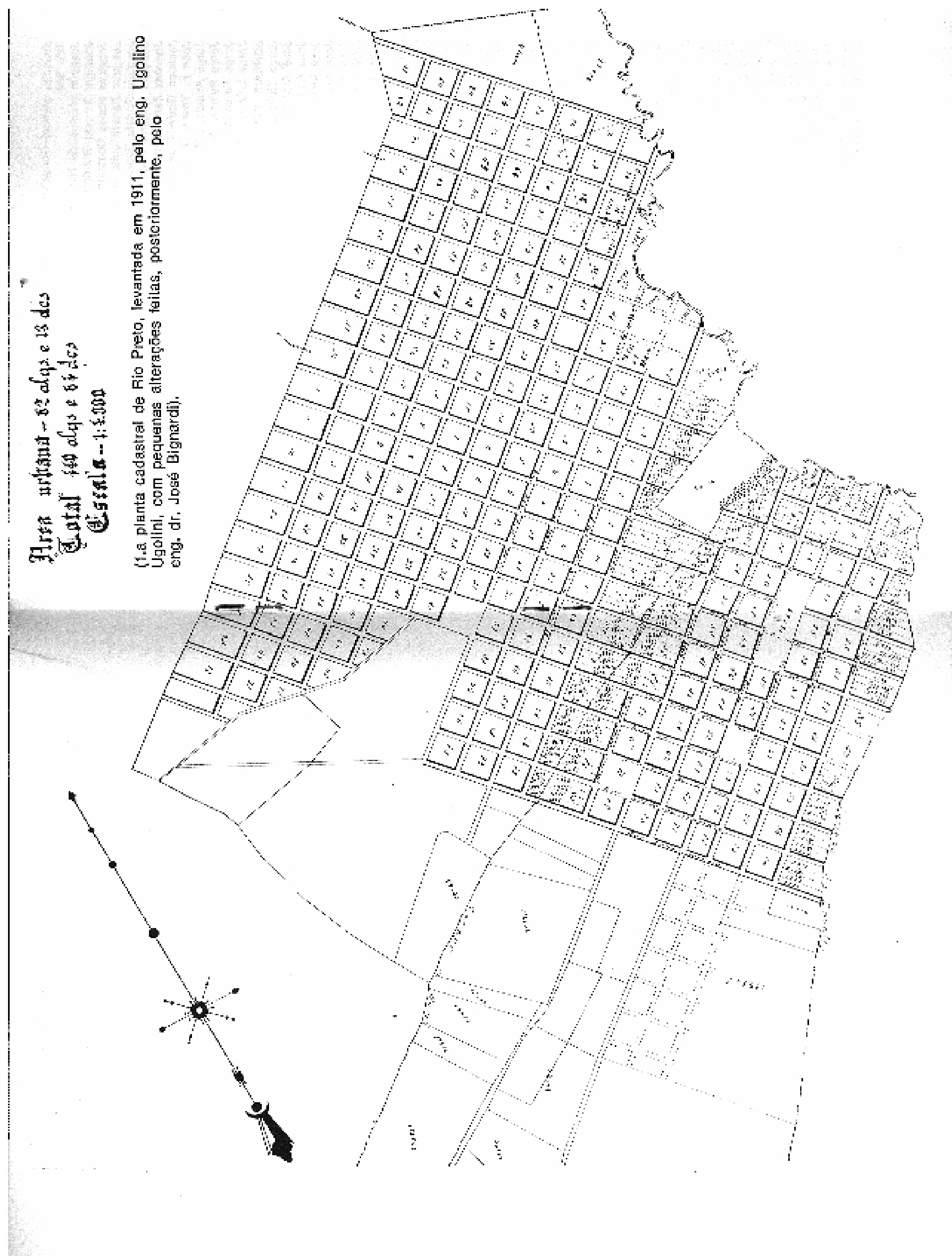
Seguindo essa tendência de identificação material, era formulado, por exemplo, o segundo Mapa do município, tendo como base o primeiro produzido em 1893.

No mapa mostrado na **Prancha n. 84** e chamado de *Planta Cadastral,* é possível observar os detalhes relacionados à separação das propriedades e à conseqüente numeração relacionada a essa divisão. Tanto o antigo Patrimônio de São José quanto o de Nossa Senhora do Carmo são geometricamente desenhados e colocados no contexto necessário à ideologia administrativa em vigor, idéias que influenciaram diretamente o preparo do compasso cotidiano da cidade para a presença dos aspectos "civilizatórios" a serem introduzidos com a chegada da ferrovia.

Curiosamente, sua orientação pelos pontos cardeais também não é padronizada, obedecendo a uma regra aparentemente desconhecida. A orientação de leitura do objeto cartográfico – forma como o mesmo foi registrado no papel – remete para um espaço vazio de propriedades, lado esquerdo, característica que não foi possível apurar em detalhes pela falta de informações relativas às indicações apresentadas no mapa. Acredita-se que o cartógrafo orientou a leitura para a visualização do espaço de ampliação da estrutura urbana da localidade, vinculando essa caracterização ao próprio desenvolvimento material da urbe.

---

[516]Dados recolhidos por: FRANÇA, Basileu Toledo. São José do Rio Preto de Ontem. In: *Revista Centenário*. São José do Rio Preto : Casa Cal, 1952. p.101.



Prancha n. 84. *Area urbana – 82 alqs. e 13 des. / Total 440 alqs e 84 des /Escala 1: 4.000" (1ª planta cadastral de Rio preto. levantada em 1911, pelo eng. Ugolino Ugolini, com pequenas alterações feitas, posteriormente, pelo eng. dr. José Bignardi.* Recolhida por: GOMES, Leonardo. *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto*. São Paulo : Gráfica São José, 1975. p.462-463.

A esperança do "silvo" da locomotiva introduzia a representação necessária a estabelecer a identidade do morador com a urbe, reafirmando os poderes das elites locais. Essa representação, apesar de seu aspecto local, é profundamente vinculada ao panorama político e econômico nacional.

Não se pode esquecer que as terras localizadas a Noroeste do Estado foram tradicionalmente utilizadas como uma das últimas fronteiras agrícolas do território, elemento que levaria a uma multiplicação de localidades criadas quase que exclusivamente para a produção cafeeira em desenvolvimento no período. Ary França comenta que "os fazendeiros, a fim de atrair mão-de-obra para suas plantações e assegurar a valorização de suas terras para futuros loteamentos, costumavam favorecer o desenvolvimento de núcleos urbanos em suas propriedades. Construíam uma capela e doavam certa área a esta, a fim de ser vendida em datas urbanas. O caráter religioso inicial acabou por desaparecer e o nome 'patrimônio', nascido do fato de as terras constituírem o capital inicial da paróquia, acabou por designar todos os novos núcleos urbanos, de caráter particular ou mesmo oficial."[517]Este fato pode ser corroborado, por exemplo, pela fundação da atual cidade de Mirassol – nas proximidades da cidade de São José do Rio Preto –, cuja ocupação começa em 1900 e efetiva-se em 1912, com a fundação da localidade.

[517]FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro : Conselho Nacional de Geografia, 1960. p.184, nota 75.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aliar a interpretação das características materiais e simbólicas da fotografia e da cartografia na representação do espaço geográfico do território paulista entre o final do século XIX e primeiros anos do século XX, foi uma das propostas centrais apresentadas nesse estudo. Os dados obtidos, dessa forma, resultaram em uma pequena contribuição para compreender a história dessa região no período analisado. Vale a pena lembrar, assim, a fala de Jaques Le Goff, quando afirma que, sendo a história um ofício, ela deve "forjar ferramentas, isto é, métodos, e submetê-los à reflexão e à discussão".[518]

No diálogo buscado pelas propostas deste estudo, procurou-se oferecer uma outra faceta para a leitura do documental historiográfico, ou seja, senão forjar, tentar esboçar algumas ferramentas diferenciadas para análise. Com o resgate de um manancial pouco comum para a historiografia, apresentou-se uma metodologia que se aproximasse da visão de uma História não estanque e não condicionada às análises de modelos que primam pela compreensão de uma evolução cronológica. Nesses modelos, a lógica descritiva movimenta e esclarece o ritmo do cotidiano dos homens. Dessa forma, percebe-se uma espécie de análise historiográfica evolucionista, que ignora o processo básico de endoculturação de cada grupo social específico.

Nos modelos documentais apresentados, buscou-se mostrar que eles falam ao historiador por microscópicas fissuras de seus corpos, imperceptíveis ao simples olhar inicial. Essas falas foram orquestradas e arranjadas pelos homens de um tempo histórico totalmente diferenciado do observador atual. Como interligar as diferentes posturas de comportamento e a visão desse cotidiano? As respostas buscadas e apresentadas fazem parte dessa leitura historiográfica que fundiu dois momentos: o do documento e o de seu observador.

---

[518] LE GOFF, Jaques (org.). *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 1990. p. 05

Para o documento, o espaço geográfico criado pela observação fotográfica torna-se, como exemplo, a partir da segunda metade do século XIX, um instrumento complementar das políticas públicas de controle. Nessa prática fez-se necessário o desenvolvimento de um padrão representativo do território.

Para o observador todo o processo resultante da transformação do Estado de São Paulo em território central da economia e da política brasileira, nos primeiros tempos republicanos passa, além da tradicional caracterização da economia cafeeira, pela construção de uma iconografia – e toda uma simbologia ligada a ela – do espaço representado do território e sua divulgação. Cria-se uma memória coletiva que atende às necessidades de perpetuação de um grupo que produz esse documental. Aliado a esse fato, nota-se que a simples presença de uma elite que produz e interpreta esse material visual, garante, pelo próprio modelo político em vigor, a essência fundamental para a perpetuação das políticas administrativas em curso. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello e seus trabalhos, analisados neste estudo, representaram uma faceta daquela elite. O Barão, com seu cabedal de conhecimento geográfico e histórico, ajudou a moldar atitudes fundamentais ligadas à criação de todo um imaginário representativo do território paulista.

Percebe-se que a criação de uma hegemonia política e econômica da região, em especial nos anos finais do Império e iniciais da República, passou diretamente por sua construção como área mapeada e fotografada. Suas cidades passam de pequenos povoados perdidos no sertão – agrupamentos humanos que se vinculavam aos elementos culturais dos antigos indígenas donos da terra – para cidades condutoras de uma política de ocupação, refletindo a postura necessária a transformar o espaço conquistado em um frutífero celeiro econômico.

Apesar dessa característica, deve-se notar o intrigante mecanismo formador das idéias que se manifesta, de forma acentuada, em elementos iconográficos criados para representar o espaço de atuação cotidiana.

Para um território ainda em fase de auto-conhecimento, a imagem colocada em lugares estratégicos – publicações de cunho científico, mapas e atlas didáticos, livros de lembranças, entre outros – produz um elemento tangível para idéias intangíveis, pois o século que começava (no caso, o século XX) passava a ser visto e não mais imaginado. Criava-se, dessa forma, uma padronização cultural que representa diretamente, em certos

aspectos, o produto industrializado fruto do consumo a ser implementado para inserir o país, recém saído de uma política escravocrata, em um local adequado ao novo sistema capitalista internacional.

A cidade modelo, no caso São Paulo, irradia imagens de seu espaço e ajuda a construir um imaginário visual necessário à concretização das idéias: de uma pequena comunidade em um entroncamento de caminhos, passa a ser pólo irradiador de posturas e comportamentos.

O território conhecido, mapeado e ligado por caminhos dos quais o percurso pode ser feito pela simples observação de um mapa cartográfico, passa a ser o principal espaço de atuação dos mecanismos de transformação cultural. A tradição do conhecimento adquirido pela simples observação do local, uma espécie de vivência indígena, lembrada, entre outros pensadores, por Sérgio Buarque de Holanda, perde espaço para os elementos que padronizam o conhecimento, como mapas e fotografias, que, ao tornarem-se mecanismos de sustentação e sobrevivência de um grupo, garantem sua inserção nos mecanismos culturais em curso.[519]

Ainda para os documentos, observa-se que o álbum fotográfico, guardado nas estantes das elites urbanas e rurais, passa a ser – muito mais que um simples receptáculo do exótico e do desconhecido – um elemento comprobatório das diferenças sociais que tendem a satisfazer as necessidades do possuidor da imagem fotográfica.

O mapa e os atlas colocados nas salas de aulas, nas paredes das residências e distribuídos, como exemplo, aos recém chegados imigrantes, garantem a supremacia de um grupo. A criação e o estudo dessa iconografia pelo referido grupo produtor estabelecem elementos classificatórios, irradiando, dessa forma, a postura de comparação, sofrida pelos novos grupos que procuram inserir-se no espaço territorial demarcado. Como os antigos gregos, que, ao rotularem as sete maravilhas do mundo na Antigüidade Clássica, ignoraram aquelas – como as grandes muralhas da China – localizadas fora de seus domínios territoriais helênicos...

---

[519] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.Ver: *Veredas de pé posto*. p. 19-35.

Para a metodologia do observador, presente nas análises desenvolvidas neste trabalho, demonstra-se que os diversos documentos iconográficos citados se inter-relacionam, não devendo, dessa forma, ser observados em separado como, por exemplo, simples elementos curiosos das manifestações culturais dos homens do século XIX. Nota-se que, neste estudo, nenhuma imagem é mostrada isoladamente. Há uma espécie de teia viva que se modifica em constantes ramificações.

A ocupação dos "Terrenos Desconhecidos" paulistas – notadamente, em sua porção a Noroeste – processa-se presa a esse pensamento iconográfico, construído por particularidades regionais agregadas às realidades transmitidas pelo poder administrativo central. Percebe-se, nesse momento, uma base de representação regional que começa a se formar, tendo suas representações cartográficas e fotográficas comparadas e padronizadas segundo os interesses da capital: observa-se que o espaço cotidiano de atuação desses homens é o mesmo que se cria iconograficamente.

O poder de representação da imagem evolui à medida que sua praxe encontra morada na vida dos indivíduos: é importante perceber que padrões e modelos são estabelecidos conforme se cria uma identidade coletiva para o grupo e para o seu mundo cotidiano. Sua sobrevivência é resultado da absorção dessa identidade, associada a sua capacidade de divulgação ideológica.

Neste estudo, buscou-se configurar tal realidade cultural pelo olhar dos homens do período. O século XIX e seu tecnicismo possibilitaram uma maior divulgação da imagem: o mapa e a fotografia passaram a fazer parte, dessa forma, do rol de bens de consumo. A técnica industrial imprimiu uma realidade que ganhou, erroneamente, a conotação de infalibilidade, transformando a representação iconográfica em elemento de absoluta verdade, camuflando, dessa forma, as expressões ideológicas contidas em seu meio.

Ainda para o observador, algumas características do processo de desmistificação desses elementos puderam ser observadas neste estudo, com a apresentação de realidades formativas desse cotidiano que passa a ser orientado, em grande parte, pela iconografia produzida. Para finalizar, este trabalho também buscou resgatar e classificar uma documentação adormecida, em muitos casos, desprovida do sentido de objetos de construções historiográficas.

Procurou-se também demonstrar que inúmeras facetas contribuíram para expressar as realidades visuais produzidas, nas quais a carga mnemônica de cada produtor expressou a realidade cultural de seu grupo de vivência. Os fotógrafos e seus trabalhos apresentados são resultados atrelados a essa postura de observação do mundo constituído. Foi possível observar que cada trabalho possui uma lógica mais ampla, presa ao contexto cotidiano do grupo analisado. Nesse aspecto, percebeu-se que o elemento resultante da criação do modelo cartográfico associou-se à figuração transmitida pela fotografia.

Nesse manancial documental, a imagem da sociedade materializa-se na demarcação de seu território de reflexões culturais. Foi nesse ambiente que desfilaram os personagens apresentados e suas realizações, para os quais o espaço mapeado também foi o fotografado.

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

13.1 Documentos de Época

1) ÁLBUM DE RIO PRETO. São Paulo : Secção de obras d' O Estado de São Paulo, [1918-1919].
2) ÁLBUM ILLUSTRADO DA COMARCA DE RIO PRETO. Abilio Abrunhosa Cavaleiro (org.). São Paulo : Casa Editora Duprat/Mayença.[1927-1929].
3) ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER. Paris : Typographia H. Garnier. Anos consultados: 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912 e 1914. (Acervo IEB/USP); (Biblioteca Faculdade de Direito/USP)
4) ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DE SÃO PAULO. São Paulo : Typographia Imparcial. Publicado e Organizado por Azevedo Marques. Anos consultados: 1857 e 1858. ed. Fac-Similar, São Paulo : IMESP, 1983. (Acervo IEB/USP); (Acervo FFLCH/USP).
5) ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO. São Paulo *:* Typographia da Provincia de São Paulo. Publicado e Organizado por José Maria Lisboa. Anos consultados: 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1884 e 1885. ed. Fac-Similar. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. (Acervo FFLCH/USP).
6) ALMANACK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO *para 1873*. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo : Typographia Americana, 1873.
7) ALMANACH DA PROVINCIA DE SÃO PAULO PARA 1888. Organizado por Jorge Seckler. 6º ano. São Paulo : Typographia a Vapor de Jorge Seckler e Comp., 1888.
8) ALMANACH ILUSTRADO DE SÃO PAULO para o ano de 1903. 2. ano. Organizado por Carlos A. Reis. São Paulo : Typographia a vapor Rosenhain & Meyer, 1902.
9) ALMANAQUE DO 'O ESTADO DE S. PAULO'*: 1940*. São Paulo : Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, Dezembro de 1939.
10) ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.
11) ALMEIDA, João Mendes de. *Diccionário Geographico da Província de São Paulo.* São Paulo : Typ. a vapor Espindola, Siqueirap & Comp.1902.
12) ARRUDA, José Jobson de.(Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo.* (1644-1830). Catálogo 1. Bauru, SP : EDUSC; São Paulo, SP : FAPESP : IMESP, 2000.
13) BARTHOLOMEW, J. G. *Miniature Atlas and Gazetteer*. London : John Walker & Co., [1894].

14) BIARD, F. A. *Dois anos no Brasil.* Tradução Mario Sette. São Paulo : Comp. Editora Nacional, 1946.

15) CALENDÁRIO DE 2000. São Paulo : Imprensa Oficial, 2000.

16) CANABRAVA, Alice P. A evolução das Posturas Municipais em Santana de Parnaíba (1829-1867). Separata do n. 09 (Março de 1949) da REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO. São Paulo, 1949.

17) CAPRI, Roberto. *O Estado de São Paulo e seus municípios.* São Paulo : Typ. POCAI & WEISS, 1913 – (seriado).

18) CASTRO, F (org.) *Almanach – Álbum de São Carlos*: 1916-1917. São Carlos –SP : Typografia Artística, 1917.

19) CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1886). São Paulo : FAU-USP, 1951. datilografado.

20) CRULS, Luiz. *Relatório da Commissão Exploradora do Planalto Central do Brazil*. Rio de Janeiro : H. Lombarts & C., Impressores do Observatorio, 1894.

21) FERREIRA Jr, Alexandre Dias. *Historico da fundação da Republica Brasileira*. São Paulo : Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1890.

22) FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tiête ao Amazonas:* 1825 a 1829. São Paulo : Cutrix/EDUSP, 1977.

23) FRANÇA, Basileu Toledo (org.). *Revista Centenário*. São José do Rio Preto : Casa Cal, 1952.

24) FRANÇA, Antonio M.(org.) *Álbum de Araraquara*. São Paulo : João Silveira Editor, 1915.

25) GALVÃO, Ramiz (org.). *Catálogo da exposição de História do Brasil.* Ed. fac-similar. Brasília : Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 3v. (Coleção Brasil 500 anos).

26) GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo:* Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso. São Paulo : Governo do Estado, 1978. (2ª edição facsimilada).

27) GUEDES, Marymarcia e BERLINCK, Rosane de A. (orgs*.). E os preços eram commodos...:* Anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo : Humanitas FFLCH/USP, 2000.

28) JORNAL CORREIO BRAZILIENSE. Londres : W.Lewis, Peternoster-Row. ed. Fac-Similar : São Paulo : Imprensa Oficial, 2000. (anos consultado 1808 -1820).

29) JORNAL O CORREIO DO SERTÃO. Jaboticabal – SP, 1895-1896. (Acervo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo).

30) JORNAL O PORVIR. São José do Rio Preto – SP, 1904-1908. (Acervo Comdephat, São José do Rio Preto – SP).

31) JUZARTE, Teotônio José. *Diário da Navegação.* Jonas Soares de Souza e Miyoko Makino (orgs.). São Paulo : Edusp/Imprensa Oficial. 2000.

32) KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo : [s.n.], 1895.

33) LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1944.

34) LUDWIG and BRIGGS. *Lembranças do Brasil.* ed. Fac-Similar. Rio de Janeiro : SEDREGA, [s.d.].

35) LAXER, João Batista Cortines. *Câmara Municipais (histórico)*: 4ª edição do livro Regimento das Câmaras Municipais. Prefácio de Brasil Bandecchi. São Paulo : Editora Obelisco. [1963].

36) MARQUES, Abilio A.S. *Indicador de São Paulo:* administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878. São Paulo : Typ. de Jorge Seckler, 1878.

37) MALAN, P. G. *Un viaggio al Brasile*. Genova : Dai Tip di Luigi Sambolino, 1885.

38) MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo.* Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1980.

39) ________________. *A Província de São Paulo.* [s.l. : s.n.].

40) MORAES F, Prudente de. CARDOSO, João Pedro. *Limites entre S. Paulo e Minas:* Memória organizada pelos delegados de São Paulo para ser apresentada ao arbitro, Ex. Sr. Dr. Epitacio Pessôa, Presidente da República. Rio de Janeiro : [s.n.], 1920.

41) MÜLLER, Daniel P. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo.* Paris, Aleixo Orgaizzi, 1837.

42) MÜLLER, Daniel P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo.* São Paulo : Governo do Estado, 1978. (3ª edição facsimilada).

43) O POLICHINELO. Introdução de Ana Maria de Almeida Camargo. ed. Fac-Similar. São Paulo : Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1981.

44) OLINTO, Paulo. A Folhinha Nacional Brasileira para o ano de 1837. In: *Anuário do Museu Imperial.* Petrópolis - RJ : Ministério da Educação e Saúde, 1945.

45) OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo.* São Paulo : Governo do Estado. 1978.

46) PINTO, Alfredo Moreira. *Corographia do Brasil.* São Paulo : Alves & Com. 5ª edição, 1895.

47) PINTO, Adolpho Augusto. *História da Viação Pública de São Paulo.* São Paulo : Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903. ed. Fac-Similar. São Paulo : Governo do Estado, 1978.

48) PRADO, J. F. de Almeida. Iconografia Paulistana. *Revista do Instituto Histórico e Geográphico de São Paulo*, São Paulo, v XXXII, 1937.

49) REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* São Paulo : EDUSP, IMESP : Fapesp, 2000.

50) RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVINCIA DE SÃO PAULO. Vários *Autores*. Anos Pesquisados: 1838-1888. In:

http://www.crl.edu/content/provopen.htm

51) RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DO ESTADO DE SÃO PAULO. Vários *Autores*. Anos Pesquisados: 1889-1920. In:

http://www.crl.edu/content/provopen.htm

52) REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : IHGB. Anos Consultados: 1839-1998. (Acervo Biblioteca FEA/USP).

53) REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. São Paulo : Diversas Editoras. Anos Consultados. 1896-1937. (Acervo FFLCH/USP; IEB/USP).

54) REVISTA *A Mensageira*. São Paulo. (Anos consultado 1895-1896).

55) SALGUEIRO, Heliana A. *Guia da Exposição Belo Horizonte*: o nascimento de uma capital. São Paulo : MASP, 1996.

56) SÃO PAULO: onde está sua História. São Paulo : MASP, 1981.

57) SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo : Museu Paulista. Tomo XV, 1961.

58) SCHRADER, F. *Atlas de Poche*. Paris : Librarie Hachette et Cie., 1897.

59) SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres.* Brasília : Senado Federal, 1999. 2.v. (Coleção Brasil 500 anos).

60) SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O ESTADO DE S. PAULO:* physico, politico ecoconomico e administrativo. São Paulo : Estabelecimento Graphico Universal. 1915.

61) SPIX, Johann B; MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem Pelo Brasil.* São Paulo : Melhoramentos; Brasília : INL, 1975.

62) STEIN, Stanley, J. *Vassouras*: um município brasileiro do café (1850-1900). Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990.

63) TAUNAY, Affonso de E. Um Patriarcha da Estatística no Brasil. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio.* Rio de Janeiro, anno II, n. 21, Mai. 1936.

64) TAUNAY, Visconde de. *Visões do sertão*. São Paulo : Melhoramentos, [s.d.].

65) __________________. *Céus e terras do Brasil*: viagens de outrora. São Paulo : Melhoramentos, 1948.

66) __________________. *Memórias*. São Paulo : Melhoramentos, [1946].

67) TOLEDO, Francisco de Paula. *História do Município de Taubaté.* 2. ed. anotada. Taubaté/SP : Prefeitura Municipal, 1976.

68) VIDAL, Major Alfredo. *Introducção da Estereophotogrammetria no Brazil:* relatório apresentado ao exmo. sr. gen. de div. Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, chefe do Estado - Maior do Exército.[s.l.] : Defesa Nacional/Imprensa Militar, 1915.

69) ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1861).* São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1975.

13.2 Sobre o Barão Homem de Mello

70) FRANCISCO, Martim. *Contribuindo.* São Paulo : Monteiro Lobato e Cia, 1921. p. 27-34.

71) MATOS, Odilon Nogueira de. Vultos da historiografia brasileira. (Barão Homem de Mello: 1837-1918). Revista de História. São Paulo : FFLCH/USP, v. XLIV, ano. XXIII, p. 223-225. 1972.

72) MATTOS, Abílio. O Barão Homem de Mello perante a história. São Paulo : Departamento de Cultura, 1937.

73) VIANA, Hélio. Como foi exonerado da presidência da província, em 1864, o Barão Homem de Mello. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo : IHGSP, v. XLII, p. 239-241. 1943.

13.3 Obras do Barão Homem de Melo

13.3.1 Artigos

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO:

74) *Biografia do Visconde de Beaurepaire Rohan.* 62(100): 199-227, 1899.

75) *O Brasil intelectual em 1801*. 64(103): v-xxxi, 1901 (com errata na p. 255).

76) *O conselheiro Paulino José Soares de Sousa.* 66(108): 69-79, 1903.

77) *A constituinte perante a história.* 64(103): 225-246, 250-251, 1901.

78) *Documentos relativos à história da capitania, depois província, de São Pedro do Rio* Grande *do Sul.* 40(54): 191-302, 1877; 42(58):5-90, 105-156, 1879.

79) *Excursões Geográficas.* 51(78): 167-203, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHG.

80) *Excursões pelo Ceará, São Pedro do Sul e São Paulo.* 35(45):80-169,1872.

81) *Francisco Antônio Martins, bibliotecário do Instituto Histórico*. 62(107):5-6, 1899.

82) *Hipólito José da Costa Pereira.* 35(45):203-245,1872.

83) *História diplomática.* 64(103):187-188,1901.

84) *História política do Brasil: história dos principais sucessos políticos do Império do Brasil pelo Visconde de Cairu.* 66(107): 179-184,1903.

85) *Inconfidência Mineira.* 66(107): 285-286, 1903.

86) *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania: depois província, de São Pedro do Rio Grande do Sul.* 42(58): 115-140, 1879.

87) *Juízo crítico sobre a "história do Ceará".* 59(94): 211-213, 1896.

88) *Minas de prata de Sorocaba: carta régia do príncipe D. Pedro aos oficiais da câmara de S. Vicente.* 51(78): 311, 1888. Suplemento em homenagem ao qüinquagenário do IHGB.

89) *Necessidade de uma coleção sistemática de documentos da história do Brasil*. 64(104): 149-151, 1901.

90) *Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês de Herval.* 64(104): 87-89, 1901.

91) *Período Regencial.* 66(107): 325-326, 1903.

92) *O que devemos pensar do sistema de colonização adotado pelos portugueses para povoar o Brasil.* 34(43):102-122, 1871.

93) *Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869.* 36(47):5-53, 1873.

94) *O Visconde de São Leopoldo.* 23: 131-141, 1860.

13.3.2 Livros

95) MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. *Estudos Historicos Brasileiros.* São Paulo : Typographia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858.

96) ________________. *Esboços Biographicos.* Rio de Janeiro : Diário do Rio de Janeiro, 1862.

97) _______________. A Constituinte perante a História. Rio de Janeiro : Typographia da "Actualidade", 1863.

98) _______________. Escriptos Historicos e Literarios. Rio de Janeiro : Eduardo e Henrique Laemert (Typographia de Quirino & Irmão), 1868.

99) _______________. General José Joaquim de Andrada Neves: Barão do Triumpho. Rio de Janeiro : Typ. Americana, 1869.

100) _______________. Subsidios para a organização da carta physica do Brazil: estudo geographico. Rio de Janeiro : Imperial Instituto Artistico, 1876.

101) _______________. Mythologia: cosmogonia, identificação das divindades gregas e romanas, emblema dos deoses. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1896.

13.3.3 Atlas

102) CARVALHO, Claudio Lomelino de. *Atlas do Império do Brazil.* Rio de Janeiro : Lithographia Paulo Robin & Cia., 1882. (colaboração e revisão: MELLO, Francisco Ignacio Homem de.

103) MELLO, Francisco I. Homem de. *Atlas do Brasil.* Rio de Janeiro : F. Briguiet & Cia, 1909.

13.4 História de São Paulo

104) ALMEIDA,A.M.;ZILLY,B.;LIMA,E.N. (orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados.* Rio de Janeiro : MAUAD/FAPERJ, 2001.

105) AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo.* São Paulo : Governo do Estado, 1980.

106) AMARAL, Tancredo. *História de São Paulo ensinada pela biographia dos seu* vultos *mais notaveis.* São Paulo : Alves & Cia, 1895.

107) ARANTES, Lelé. *Dicionário Rio – Pretense*. São José do Rio Preto : Editora Casa do Livro, 2002.

108) ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*: entre história e memória. Bauru-SP : EDUSC, 2000.

109) BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na* estrada *do Anhanguera:* uma visão regional da história paulista. São Paulo : Humanitas FFLCH/USP, 1999.

110) BARDI, P. M. *Miguel Dutra:* o poliédrico artista paulista. São Paulo : MASP, 1981.

111) BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo. (1765-1775). São Paulo : Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

112) BRACCI, Pe. Carlos Alberto Arantes. *História de um povo fiel*: Diocese de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto : Editora Rio-Pretense, 1999.

113) BRANDI, Agostinho. *São José do Rio Preto (1852-1894*): roteiro histórico do Distrito (Contribuição para o conhecimento de suas raízes). São José do Rio Preto : Casa do Livro, 2002.

114) BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). *Imagens da cidade* : séculos XIX e XX. São Paulo : ANPUH, Marco Zero, FAPESP, 1994.

115) BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo. S*ão Paulo : José Olympio, 1953. 3.v.

116) ____________________.(org.). *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial (1751-1804).*São Paulo : Governo do Estado, 1978.

117) BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A cidade de São Paulo*: recordações evocadas de memória; notícias históricas. São Paulo : Academia Paulista de Letras, 1976.

118) CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito:* estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

119) COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo : Typographia Hermes Irmãos, 1923.

120) CRUZ, Heloísa de Farias. *São Paulo em papel e tinta*: periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo : EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

121) DINIZ, Firmo de Albuquerque (Junius). *Notas de Viagem.* São Paulo : Governo do Estado. 1978.

122) FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo : Editora da UNESP, 2002.

123) DEBES, Célio. *A caminho do Oeste* : história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, primeira parte (1832-1869). Edição comemorativa do centenário de fundação da Companhia Paulista. São Paulo : Bentivegna, 1968.

124) GLEZER, Raquel. O Campo da História. *Cadernos de História de São Paulo, Os campos do conhecimento e o conhecimento da cidade*, São Paulo, n.1, p. 9-14, jan./dez. 1992.

125) __________. São Paulo, cem anos de perímetro urbano. *Revista História,* São Paulo, UNESP (Campus de Assis), v. 13, 1994.

126) GOMES, Leonardo. *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade:* Rio Preto. São Paulo : Editora Gráfica São José, 1975.

127) LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade:* seus cantos e antros (Campinas: 1850-1900). São Paulo : EDUSP. 1996.

128) LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Vale do Paranapanema*. São Paulo : HUCITEC; Fundação UNESP, 1998.

129) MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas : Pontes, 1990.

130) MONBEIG, Pierre. Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 16, p. 03 – 29, mar. 1954.

131) _______________. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo : HUCITEC, 1984.

132) MORSE, Richard M. *De comunidade a Metrópole* : biografia de São Paulo. São Paulo : Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

133) MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX* : memórias, depoimentos, evocações. São Paulo : Ateliê Editorial, 1998.

134) NOGUEIRA, Carlos Rodrigues. *São José do Rio Preto* (1852-1945). São Paulo : João Bentivegna, 1952.

135) OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, C. Valladão. (orgs). *O brado do Ipiranga.* São Paulo : Museu Paulista/EDUSP. 1999.

136) PRADO, J. F de Almeida. *Iconografia Paulista.* Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo. v. XXXII. São Paulo : IHGSP, 1937.

137) PETRONE, Maria Thereza S. *Lavoura canavieira em São Paulo:* expansão e declínio (1765-1851). São Paulo : USP, 1964.

138) ___________. *Barão de Iguape.* São Paulo : Nacional, 1976.

139) PRADO Jr, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos.* 8ª.ed. São Paulo : Brasiliense, 1972.

140) QUEIROZ, Suely R. Reis de. *São Paulo.* Madrid : Editorial MAPFRE, 1992.

141) REALE, Ebe. *Pindamonhangaba:* cidade do segundo reinado. São Paulo : USP. [s.d.].

142) REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades.* São Paulo : Hucitec, 1994.

143) REIS, Paulo Pereira dos. *O caminho novô de Piedade no Nordeste da Capitania de São Paulo.* São Paulo : Conselho Estadual de Cultura,1971.

144) Repertório de Sesmarias: concedidas pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. São Paulo : Tip. do Globo, 1944, v.6. (ed.fac.sim.). São Paulo : Arquivo do Estado, 1994.

145) SILVA, Janice Theodoro. *São Paulo: 1554-1880.* Discurso ideológico e organização espacial. São Paulo : Editora Moderna, 1984.

146) SÃO PAULO (cidade). Comissão do IV Centenário. *São Paulo antigo* : plantas. [S.l. : s.n.], 1954.

147) SCHIMDT, Afonso. *A sombra de Júlio Frank / A vida de Paulo Eiró.* São Paulo : Brasiliense. [s.d].

148) TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoneiros*. 7. ed. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1981.

149) _________________. *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas.* São Paulo : Melhoramentos, 1952.

13.5 História do Brasil

150) ABREU, José Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 7. ed. São Paulo : EDUSP; Belo –Horizonte ; Itatiaia, 1988.

151) ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil* : Império. São Paulo : Companhia das Letras, 1997 (História da vida privada no Brasil, 2). Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais.

152) AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, jan./jun. 1995.

153) BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. 2. ed. São Paulo : Metalivros; Rio de Janeiro : Editora Objetiva, 1999.

154) BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, R.A. Amaral. *Textos Políticos da História do Brasil.* Fortaleza : Imprensa Universitária da UFC, [1973].

155) BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo : Cultrix, 1980.

156) CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política Imperial. Rio de Janeiro : campus, 1980.

157) __________. *Teatro de sombras:* a política Imperial. Rio de Janeiro : Vértice/IUPERJ, 1988.

158) CÂNDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1980.

159) ________________. *Um funcionário da Monarquia*: ensaio sobre o Segundo Escalão. Rio de Janeiro : Ouro Sobre Azul, 2002.

160) CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês.* Rio de Janeiro : José Olympio, 1956.

161) CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e da Cultura, 1958.

162) DEAN, Warren. *A ferro e a fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo : Companhia da Letras, 1997.

163) DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n.58, jun./ago. 2003.

164) FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. São Paulo : Globo; Publifolha, v. 1 e 2 , 2000.

165) FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1936.

166) GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos; O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

167) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro : José Olympio. 1983. 16ª edição.

168) _________. *O Brasil Monárquico*. 4. ed. São Paulo : Difel, 1985. (História geral da civilização. Do Império à republica, v.5).

169) _________. *Caminhos e fronteiras.* São Paulo : Companhia das Letras, 1994, 3ª ed.

170) JANCSÓ, Istvan. (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo : HUCITEC; FAPESP; Ijuí : UNIJUI, 2003.

171) KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil.* São Paulo : Martins; EDUSP, 1972.

172) LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brazil por perguntas e respostas*. 3. ed. São Paulo : Francisco Alves,1921.

173) LEVASSEUR, E. *O Brasil*. Rio de Janeiro : Bom Texto; Letras & Expressões, 2000.

174) LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro : Typographia Imperial e Nacional, 1827–1830. 4 tomos.

175) MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 1, n.25, 2000.

176) MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1978.

177) MAYER, Arno J. *Força da tradição*: a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

178) MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios:* contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4. ed. São Paulo : HUCITEC, 1982.

179) MORAES, Alexandre de Melo. *História do Brasil-Reino e Reino do Brasil*. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1987.(2 v.).

180) _________________. *Independencia e o imperio do Brazil.* Rio de Janeiro : Globo, 1877.

181) MORAES. J.A. Leite. *Apontamentos de viagem.* Introdução, cronologia e notas Antônio Candido. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

182) MOSER, Robert H. O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia no Brasil. *Leituras*: Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa : Biblioteca Nacional, n.º 6, p. 247, abril/out. 2000.

183) OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *Astúcia Liberal:* relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista : EDUSF e ÍCONE, 1999.

184) POPPINO, Rollie. E. A century of the RIHGB. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, p. 307-323, may 1953.

185) ROMEIRO, João. *De D. João VI à Independência*. São Paulo : Martins, 1972.

186) REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo : EDUSP; Pioneira, 1966.

187) SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

188) ______________________. *As barbas do Imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

189) SILVA, Marcos Antonio da. *Caricata República* : Zé povo e o Brasil. São Paulo : Marco Zero, 1990.

190) SILVA, Sérgio Milliet da Costa E. *Roteiro do café e outros ensaios :* contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo : Bipa, 1946.

191) SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. São Paulo : Difel, 1984.

192) _____________________. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro : Grafia, 2004.

193) SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845.* Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, 1957.

194) TAUNAY, Afonso de E. *História do café no Brasil.* Rio de Janeiro : Departamento Nacional do Café, 1939.

195) VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial* (1500-1808). Rio de Janeiro : Objetiva, 2000.

196) ____________________. *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro : Objetiva, 2002.

13.6 Textos Teóricos

197) ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória.* Campinas : Pontes, 1999

198) AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas : Papirus Editora, 1993.

199) BANN, Stephen. *As invenções da história*: ensaios sobre a representação do passado. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo : Editora da UNESP, 1994.

200) BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução á História Contemporânea*. São Paulo : Círculo do Livro,[s.d].

201) BLOCH, Marc. *Introdução à História.* Portugal : Publicações Europa América.[s.d.].

202) BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*: história e imagem. Tradução Vera M. X. dos Santos. Bauru –SP : EDUSC, 2004.

203) CARDOSO, C. F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

204) CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio.* Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo : Estação Liberdade; UNESP, 2000.

205) FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa* : elementos estruturais de sociologia da arte. São Paulo : Perspectiva, 1973.

206) ___________. *Pintura e sociedade*. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

207) FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

208) _________________. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2000.

209) HARTOG, François. *O século XIX e a História*: o caso de Fustel de Coulanges. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2003.

210) HOBSBAWM, Eric. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

211) HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

212) JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas : Papirus,1996. (Coleção ofício de arte e forma).

213) KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei:* um estudo sobre Teologia Política Medieval. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

214) LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas : Editora da UNICAMP, 1992.

215) ________________ *A História Nova.* São Paulo : Martins Fontes, 1990.

216) RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil:* introdução metodológica. 5. ed. São Paulo : Nacional; Brasília : INL, 1978.

217) SILVA, Marcos Antonio da. A construção do saber histórico: historiadores e imagens: *Revista História*, São Paulo, USP, n.125-126, p.117-134, ago-dez/91 a jan-jul/92.

218) VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato*: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo : HUCITEC/História Social, USP, 1997.

219) VIRILIO, Paul. *A máquina da visão*. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro : José Olympio, 1994.

13.7 Fotografia e Documentação

220) AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo (*1862-1887). São Paulo : Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.

221) BARTHES, Roland. *A câmara clara* : nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.

222) BENJAMIN, Walter. Pequeña historia de la fotografia. In : DISCURSOS INTERROMPIDOS I. 2. ed. Madrid : Taurus, 1982.

223) BOURDIEU, P. et al. *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie.* Paris : Les Éditions de Minuit, 1965.

224) CARVALHO, Vânia Carneiro et al. Fotografia e Historia : ensaio bibliográfico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.2, p. 253-300, jan./dez. 1994.

225) ESSUS, Ana Maria Mauad. Resgate de Memórias. CASTRO, Hebe M.M. e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate:* Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995. p.100-138.

226) FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia* : uso e funções no século XIX. São Paulo : EDUSP, 1991. (Coleção texto e arte, v.3).

227) FERNANDES Jr., Rubens e LAGO, Pedro Corrêa. *O século XIX na fotografia brasileira.* Rio de Janeiro : Francisco Alves, 2000.

228) FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil : 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro : FUNARTE, Fundação Pró-Memória, 1985.

229) FREUND, Gisele. *La fotografia como documento social.* Barcelona *:* Gustavo Gili, 1976.

230) GERNSHEIM, Helmut. *Historia Gráfica de la Fotografía.* Barcelona : Omega, 1967.

231) KOSSOY, Boris. *Album de Photographias do Estado de São Paulo, 1892:* estudo *crítico.* São Paulo : Kosmos, 1984.

232) __________. Estética, memória e ideologia fotográficas : decifrando a realidade interior das imagens do passado. *Acervo : Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, . p.13-24, jan./dez.1993.

233) __________. *Hercules Florence, 1833:* a descoberta isolada da fotografia no Brasil. São Paulo : Faculdade de Comunicação Social Anhembi, 1976.

234) __________. *Militão Augusto de Azevedo e a documentação fotográfica de São Paulo* (1862-1887), recuperação da cena paulistana através da fotografia. São Paulo : Dissertação de mestrado apresentada à FESP, 1978.

235) __________. *Realidade e ficções na trama fotográfica.* São Paulo : Ateliê Editorial, 1999.

236) __________. *São Paulo, 1900.* São Paulo : Kosmos, 1988.

237) __________. *Dicionário Histórico – Fotográfico Brasileiro:* fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2002.

238) KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu*: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo : EDUSP, 1994.
239) LAGO, Pedro Corrêa do. *Iconografia paulistana do século XIX*. São Paulo : Metalivros, 1998.
240) LAGO, Pedro Corrêa do (org.). *Militão Augusto de Azevedo.* Rio de Janeiro : Capivara, 2001. (Coleção Visões do Brasil).
241) LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família* : leitura da fotografia histórica. São Paulo : EDUSP, 1993. (Coleção texto e arte, v.9).
242) LEMAGNY, Jean-Claude, ROUILLÉ, André (coord.). *Historia de la fotografía.* Barcelona : Martinez Roca, 1988.
243) LIMA, Solange Ferraz de, CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade* : da razão urbana à lógica de consumo, álbuns de São Paulo (1887-1954). Campinas: Mercado das Letras; São Paulo : FAPESP, 1997. (Coleção Fotografia. Texto e Imagem).
244) ROUILLÉ, André. *L'Empire de la photographie* : photographie et pouvoir bourgeois 1839-1870. Paris : Le Sycomore, 1982.
245) SAMAIN, Etienne (org.). *O Fotográfico*. São Paulo : Hucitec, 1998.
246) STICKEL, Erico J. Siriuba. *Uma pequena biblioteca particular*. São Paulo : EDUSP; IMESP, 2004.
247) SONTAG, Susan. *Ensaios sobre fotografia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1986.
248) TRACHTENBERG, Alan (ed.). *Classic essays on photography*. New Haven : Leete's Island Books, 1980.
249) TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos* : a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro : Rocco, FUNARTE, 1995.
250) _________________. *Marc Ferrez.* São Paulo : Cosac & Naify, 2000
251) VASQUEZ, Pedro. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil.* Rio de Janeiro : Index, [s.d.].

13.8 Teses, Dissertações, Artigos e Resenhas

252) ARCHELA, Rosely Sampaio. *Análise da cartografia brasileira:* bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935- 1997. Tese de Doutorado apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 2000.
253) BASTOS, Sênia. *A cidade por seus moradores*. A ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo : PUC, 2001.
254) CAVENAGHI, Airton José. *Imagens que falam:* olhares fotográficos sobre São Paulo (Militão Augusto de Azevedo e "São Paulo Light and Power Co.", fins do século XIX e início do século XX). São Paulo : Dissertação de Mestrado apresentada a FFLCH/USP, 2000.

255) _____________________.São José do Rio Preto fotografado: Imagética de uma experiência urbana (1852-1910). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol.23, n.º 46, jul-dez, 2003. p. 147-169.

256) __________________. Uma leitura cartográfica da História: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC,. São Paulo, n.º 26 (Interpretando práticas de leitura), jan.-jun., 2003. p. 285-303.

257) __________________. Uma História ecologicamente correta". DEAN, Warren. *"A ferro e fogo*: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. *Projeto História:* revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC, São Paulo, n. 23 (Natureza e Poder), p. 471-475, nov. 2001. p. 471-475.

258) _________________. Corpos Reais Desnudos. KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei:* um Estudo Sobre Teologia Política Medieval. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. *Projeto História:* revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC, São Paulo, n. 25 (Corpo e Cultura), mar. 2003. p. 457-460

259) FIGUEIRÔA, Silvia F. M. *Modernos bandeirantes:* a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931). Dissertação de Mestrado, apresentada a FFLCH/USP, 1987.

260) LIMA, João Francisco Tidei. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada na FFLCH/USP. São Paulo: mimeografado, 1978.

261) LOSNAK, Célio José. *Polifonia urbana:* imagens e representações/Bauru – 1950/1980. São Paulo : Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2000.

262) SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. *Espaço e luta no bico do papagaio.* São Paulo : Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1986.

263) SANTOS, Ademir Pereira dos. "*Terrenos Desconhecidos":* solos historio-gráficos sobre uma mesma base documental. Dissertação de Mestrado. São Paulo : UNESP/Assis, 1992.

13.9 Cartografia/Geografia

264) ADONIAS, Isa. *Mapa - Imagens da Formação Territorial Brasileira.* Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

265) AGUILAR, José. *História da cartografia*. Rio de Janeiro : Editora Codex, 1967.

266) BARROSO, Gustavo. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. 2. ed. São Paulo : Edições GRD, 2000.

267) BEZERRA, Alcides. A geografia do Brasil no século XIX. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Tomo XXXVI, 1932. (2º semestre). p. 116-143.

268) CARVALHO, Carlos M. Delgado de. *Geographia do Brasil*. 5ª edição completa, Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1930.

269) CORTESÃO. Armando. *A cartografia portuguesa antiga.* Lisboa : Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

270) CUNHA, Euclides da. Um Atlas do Brasil. In: *Euclides da Cunha*: Obra Completa. Rio de Janeiro : Editora Nova Aguilar, 1995, v.1.

271) DEFFONTAINEE, Pierre. Como se construiu no Brasil a rêde de cidades. *Boletim Geográfico.* Rio de Janeiro : Conselho Nacional de Geografia. ano II, n.º 14, p. 141-308, maio de 1944.

272) DREYER-EIMBCKE, Oswald. *O descobrimento da Terra.* Tradução Alfred Josef Keller. São Paulo : Melhoramentos : EDUSP, 1992.

273) *Descobrimento e Colonização*: Brasil 500 anos. São Paulo : MASP, 2000. (Catálogo da Exposição).

274) FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra:* introdução à bibliologia brasileira : a imagem gravada. São Paulo : EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

275) FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil*: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo : Hucitec, 1997.

276) FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro : Conselho Nacional de Geografia, 1960.

277) FREITAS, Affonso A. de. *Geographia do Estado de São Paulo.* São Paulo : Escolas Profissionaes Salesianas. 1906.

278) KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo* . Rio de Janeiro, v. 2, n.3, jun.1997.

279) *Leituras Cartográficas, históricas e contemporâneas*. São Paulo : MAC/USP;Brasil Connects. 2003. (Catálogo da Exposição).

280) MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria:* imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

281) *Mapas Históricos Brasileiros*. São Paulo : Abril Cultural, 1973. (Coleção Grandes Personagens da Nossa História).

282) MARTINELLI, Marcello. *Mapas da geografia e cartografia temática*. São Paulo : Contexto, 2003.

283) MORAES REGO, L.*F.* A cartografia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia.* São Paulo : Instituto de Engenharia. n.º 123, p. 191-199, maio, 1936.

284) ______________. A cartografia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia.* São Paulo : Instituto de Engenharia. n.º 122, p. 153-162, mar./abr. 1936.

285) MÜLLER, Nice L. *O Fato Urbano na bacia do Rio Paraíba.* Rio de Janeiro : IBGE, 1969.

286) REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : EDUSP; IMESP; FAPESP, 2000.

287) SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*, São Paulo, n.5, 1988.

288) SILVA, Sérgio Conde de Albite. *Legenda Domino Tesorum Ourum*. Mapa jesuítico: análise e restauração. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

289) TAYLOR, D.R.F. Cartography for Knowledge, action and development and prospective. *The Cartographic Jornal*, v. 31, jun. 1994.

290) WOOD, Denis. *The Power of maps.* New York/ London : The Guilford Press, 1992.

291) TAUNAY, Affonso E. *Collectanea de mappas da Cartographia paulista antiga*. São Paulo : Museu Paulista; Melhoramentos, 1922.

292) TOLEDO, Benedito Lima de. *O real corpo de engenheiros na Capitania de São Paulo.* São Paulo : João Fortes Engenharia, 1981.

293) TUCCI, Ugo. Atlas. In: *Enciclopédia Einaudi. Volume 1: Memória e História.* Lisboa : Casa da Moeda.

13. 10 Manuscritos

294) FICHAS DE ENTRADA: Serviço de Documentação Textual e Iconográfico do Museu Paulista da USP(Revisada por Sônia Spinolon: 1995; Por Sara Mendonça 06/03/96; Vânia Carvalho e Eloisa F. de Toledo: 25/07/97; Vânia Carvalho e Sara Mendonça 23/09/99). São Paulo : Museu Paulista.

13.11 Leituras Complementares

295) ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e história da leitura*. Campinas, SP : Mercado das Letras, 1999.

296) ANDRIES, Lise. Almanaques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa*: a imprensa na França (1775-1800). São Paulo : EDUSP, 1996.

297) ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. 3.ed. Rio de Janeiro : Garnier, 1925.

298) BARRETO, Armando de Oliveira. *Leituras Moraes*. 10. ed. São Paulo : Francisco Alves, 1899.

299) BELHASSEN, Thierry. *Hercules Florence*. São Paulo : Editora Overdrive, 1994.

300) CAMARGO, Ana Maria de A. *Os primeiros Almanaques de São Paulo*: introdução à edição fac-similar dos almanaques de 1857 e 1858. São Paulo : IMESP/DAESP, 1983.

301) CORREIA, J.D.P e GUERREIRO, M. V. Almanaques ou a Sabedoria e as Tarefas do Tempo. *Revista ICALP*, Lisboa, v. 6, Ago./Dez. 1986.

302) HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil.(sua história).* São Paulo : T. A. Queiroz; EDUSP. 1985.

303) LANGER, Johnni. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.43, p. 127-152. 2002.

304) MAGALHÃES, Couto de. *Os Guayanás*: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo. São Paulo : Typ. Espindola, Siqueira & Cia., 1902.

305) PARKE, Margareth B. *Histórias e leituras de Almanaques no Brasil*. Campinas – SP : Mercado de Letras; ALB; São Paulo : FAPESP, 1999.

306) PERREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional:* Guia de fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

307) ZACUTO, Abraão. *Almanach Perpetuum*. ed. Fac-Similar. Lisboa : Casa da Moeda/ Imprensa Nacional,1986.

308) ZALUAR, Augusto Emílio. *O Doutor Benignus*. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1994.